

Joel Carlos de Souza Andrade

EM DEMANDA DO SEBASTIANISMO EM PORTUGAL E NO BRASIL: UM ESTUDO COMPARATIVO (SÉCULOS XIX/XX)

Tese de Doutoramento em Altos Estudos em História, Ramo Época Contemporânea, orientada pelo Professor Doutor Fernando José de Almeida Catroga, apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Setembro de 2014



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

EM DEMANDA DO SEBASTIANISMO EM PORTUGAL E NO BRASIL: UM ESTUDO COMPARATIVO (SÉCULOS XIX/XX)

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Tese de Doutoramento
Título	EM DEMANDA DO SEBASTIANISMO EM PORTUGAL E NO BRASIL: UM ESTUDO COMPARATIVO (SÉCULOS XIX/XX)
Autor/a	Joel Carlos de Souza Andrade
Orientador/a	Fernando José de Almeida Catroga
Coorientador/a	
Identificação do Curso	Doutoramento em Altos Estudos em História
Área científica	História
Ramo	Época Contemporânea
Data	2014



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

À Juciene.

À Ana Júlia.

Aos meus pais e irmãos.

AGRADECIMENTOS

Quando há alguns anos iniciei esta jornada não tinha ideia dos desafios que me aguardavam neste outro lado do Atlântico. E o fato de superá-los é uma indicativa de que esta experiência foi uma rica fase de aprendizagem acadêmica e pessoal. Neste sentido, sou devedor da prestimosidade daqueles (conhecidos ou anônimos) que, nesta demanda sebastianística, permitiram-me traçar um percurso cheio de sonhos, expectativas, encontros e desencontros, alegrias e medos, superação dos limites, descobertas e desbravamentos. Agradeço a todas as forças e energias positivas, encantadas ou não, que conspiraram no sentido de que esta demanda chegasse a um bom termo. E, no “deserto que atravessei”, parafraseando uma conhecida música, muitos me viram passar. A estes, os meus profundos agradecimentos.

Ao Professor Doutor Fernando Catroga pela oportunidade de ter sido seu orientando nestes anos; pela paciência, pela generosidade, pela inteligência e pela sensibilidade com que guiou esta orientação; sou imensamente grato pelo estímulo ao exercício de gestação de um historiador no ato de ler, de pensar e de escrever e de busca por um percurso próprio; pelo diálogo e amizade que nesta caminhada muito estreitaram as distâncias (espaciais) entre o Brasil e Portugal; à Ana Pato, pela sempre simpática e generosa acolhida;

Ao Instituto de Investigação Interdisciplinar (III), da Universidade de Coimbra, pelo apoio a esta investigação através de uma bolsa, sem a qual dificilmente este trabalho teria chegado a bom porto. Este apoio me permitiu realizar várias vezes o trânsito Atlântico, caminhadas por Portugal e Brasil, além de adquirir obras dispersas e realizar as pesquisas de campo. Agradeço aos seus diretores e à secretária Sra. Helena Salgado, pela prestimosidade com que sempre nos atendeu;

No âmbito do doutoramento, agradeço à Professora Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro e ao Professor Doutor Rui Cunha Martins pelos ensinamentos, apoio e recepção sempre calorosa; à Professora Doutora Irene Vaquinhas; aos funcionários do IHTI, em especial à Dra. Maria do Rosário, e demais da Faculdade de Letras; aos funcionários dos Serviços Acadêmicos da Universidade de Coimbra;

À Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ao Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES) e ao Departamento de História, pelo apoio à qualificação docente e pelo estímulo para conclusão deste trabalho. Em especial, agradeço aos amigos/companheiros

professores Jailma Lima, Almir Bueno, Lourival Andrade, Ubirathan Soares, Fábio Mafra, Helder Macedo e Muirakytan Macedo; aos funcionários Lucivânia Silva e Aureliano Ximenes; aos alunos e ex-alunos que compartilharam conosco as angústias e os desbravamentos desta longa demanda e sempre torceram pelo seu bem-sucedido desfecho;

Aos professores Eurípedes Funes – que me estimulou a ser “um andarilho da história”; aos professores Frederico de Castro Neves e Adelaide Gonçalves, pelo apoio nos primeiros contatos com o professor Fernando Catroga; à professora Jacqueline Hermann, companheira de estudos sebastianistas, pelo apoio no encaminhamento deste trabalho; aos professores Ana Maria Aires, Durval Muniz, João Rui Pita, Iranilson Buriti, Kyara Maria Vieira, Silêde Silva, Josemir Camilo, Antônio Clarindo, Orione Medeiros, José Evangelista, Luíra Freire, Jossefrânia Martins, Rosenilson Santos, Túlio Paz, Fabiana Miranda e à D. Inês Damásio.

Aos amigos luso-brasileiros que compartilharam comigo esta experiência: Bertolino de Souza, pela alegria, pela generosidade e carinho; Ricardo Mendes, pelo apoio logístico, pela amizade e atenção; Luís Pereira e Aires Diniz pelo apoio; à Vanessa Spinosa, nos primeiros momentos de Coimbra; ao casal Mário e Milena Araújo;

À minha turma do doutoramento, em especial: Isabel Valente – pelo apoio em todos os momentos de minha estada em Portugal, pelas viagens e descobertas gastronômicas, pelas oportunidades e pela amizade; João de Castro, pela amizade, pelo acolhimento e pela generosidade; Laerson Bruxel, pela amizade e pelo apoio; à Joana Bernardes, pela alegria, pelo incentivo e pela amizade; Sarah Luna, pela amizade, pelo apoio e compartilhamento das angústias e das alegrias; Débora, pelo incentivo e amizade;

Nesta demanda também precisei de um espaço para repouso. Entre idas e vindas, meus sinceros agradecimentos: à D. Ilda (Combatentes); ao Sr. Nunes (General Humberto); Sr. Gonçalo Siqueira (Santo António dos Olivais); à Residencial Antunes (Castro Matoso), em especial ao Sr. Jorge, Sr. António e toda a sua família; e aos amigos João de Castro (Sé Velha) e Ricardo Mendes (Ladeira do Seminário);

Agradeço aos amigos que nesta reta final do trabalho deram-me mais um imprescindível apoio: Saint-Clair Lima e Almir Bueno, pelas leituras atentas; Helder Macedo, pela formatação do texto e sugestões sempre muito perspicazes; e Gonçalo Siqueira, pela tradução;

Aos acervos e fundações portuguesas e brasileiras: à Fundação António Quadros (Lisboa), na pessoa de Mafalda Ferro; à Biblioteca Pública Municipal do Porto; Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro), em especial, à sra. Cristina; à Biblioteca Nacional (Lisboa), a todo

o seu corpo de funcionários; à Biblioteca Central da Faculdade de Letras (FLUC); ao Instituto de História e Teoria das Ideias (IHTI/UC), em especial, à dra. Maria do Rosário; à Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, onde tive o privilégio de ser um frequentador assíduo, e contei com o estimado apoio do Sr. Acássio, Sra. Sofia, Sr. Salgueiro, Sra Helena e demais funcionários e frequentadores do mundo luso-afro-brasileiro; ao Instituto de Estudos Brasileiros (FLUC), possuidor de um rico acervo sobre o Brasil, através da sempre ativa professora Maria Aparecida Ribeiro; Centro de Estudo da Família (Caicó), através de Sérgio Medeiros;

Ao meu pai João Vitorino e à minha mãe Albertina Andrade, na crença de que tudo iria correr bem; e aos meus irmãos Romerino, Ana de Fátima e Josivane, sempre o meu porto seguro; ao meu sogro Francisco de Assis, minha sogra Marilene Batista; minhas cunhadas Lidiene, Fabrícia e Isabele; a Jefferson, Francisco e Fernando, seus esposos, respectivamente; aos meus avós (*in memorian*) aos meus tios, primos e primas e amigos;

À Juciene Andrade, minha companheira inseparável, pela compreensão das minhas longas ausências e pelo apoio à realização dos meus sonhos; à Ana Júlia, a nossa mais doce alegria!

Este trabalho foi contemplado com uma Bolsa de Doutoramento através do Instituto de Investigação Interdisciplinar (I.I.I.) da Universidade de Coimbra.

RESUMO

Este estudo visa comparar as manifestações do sebastianismo em Portugal e no Brasil, nos séculos XIX e XX. É certo que elas são anteriores a estes períodos nas suas vertentes mais crédulas, faceta em que a propagação dos textos fundadores, particularmente das *Trovas de Bandarra*, foi sendo assimilada por camadas populares que, de uma maneira mais ortodoxa ou mais heterodoxa, viveram, individualmente ou como seita, a negação da morte de D. Sebastião em Alcácer Quibir, em 1578, na expectativa do seu inevitável retorno.

Também se quis assinalar o pano de fundo comum a Portugal e ao Brasil do ponto de partida do fenômeno. Todavia, foi nossa intenção destacar esta diferença: enquanto aqui a sua dimensão “religiosa” e popular, sobretudo em certas regiões mais pobres e isoladas, se prolongou no decurso do século XIX, na Metrópole, o distanciamento crítico foi acompanhado pela extinção das encarnações de “D. Sebastião”, o que, mais cedo do que no Brasil, transformou-o em mito, cujo significado terá de ser lido à luz da problemática da época: a definição das identidades nacionais e do seu entendimento como comunidades de destino.

Neste sentido, o esforço desta demanda foi analisar e descrever o objeto numa ótica comparativa, a fim de se detetar as suas contiguidades e as suas diferenças em Portugal e no Brasil. Desafio que nos levou a explorar uma metodologia que fosse capaz de revelar a sedimentação discursiva do enredo sebástico em seus diferentes repertórios legitimadores. Com isso, evitámos a ambição de fazer “a história do sebastianismo”, ou de explicar sua “origem”, ou de enxergar a experiência brasileira como um mero “apêndice” da portuguesa, ou, sequer, de a diluir no debate acerca da chamada “cultura luso-brasileira”, onde, diga-se, a questão tem passado um pouco ao largo dos estudiosos.

No entanto, também não se deixou de levar em conta que o sebastianismo é herdeiro de uma rica gama de discursos que, direta ou indiretamente, ampliaram a semântica de termos que, na mitologia em causa, valem por si, como foi o caso de vocábulos como “D. Sebastião”, “sebastianistas” e “sebastianismo”. Com esta perspectiva quisemos provar que, se o mito foi ajuizado como objeto de curiosidade pelos estrangeiros, para muitos intelectuais portugueses e brasileiros das últimas décadas de Oitocentos a sua continuidade, mesmo que mais mitigada,

causava inquietação, sobretudo num momento em que as nações buscavam na técnica e na ciência os motores do progresso e da emancipação dos povos.

Ora, se muitos foram os escritos que, então, ajudaram a intelectualizar o sebastianismo – enxergando-o, inclusive, a partir de uma dimensão idiossincrática –, poucos foram aqueles que viram nele matéria de reflexão, de onde se poderia tirar lições importantes sobre os processos identitários e acerca da historicidade da sua produção e reprodução. Foi neste quadro que privilegiámos os escritos de Oliveira Martins, em relação a Portugal, e os de Euclides da Cunha, em relação ao Brasil, ambos munidos de um amplo referencial teórico e que tiraram proveito das possibilidades apresentadas pelo surgimento das novas ciências sociais, mormente das que teorizavam os vários evolucionismos e os risco da sua degenerescência.

Do primeiro, retomou-se o repertório sebástico e deu-se-lhe um tratamento interdisciplinar, em consonância com uma antropologia cultural do mito e com os conceitos de nação e nacionalidade, em contraposição à visão cientificista dos positivistas.

Do segundo, que dialogou com Oliveira Martins e com as experiências sebásticas brasileiras anteriores, releu-se a sua interpretação do episódio de Canudos, na conflituosa fase de instauração da República no Brasil, num imenso laboratório de onde Euclides da Cunha buscou compreender a nacionalidade brasileira, sem escamotear a força positiva da componente sebástica no conjunto de algumas práticas antigas ainda mantidas nos sertões do Norte do Brasil.

De tudo isto se confirmou que as especificidades portuguesas, cedo transformaram o sebastianismo num mito cultural, cuja sobrevivência se mitigou num atentismo próprio de quem espera, não tanto da sua ação, mas da emergência do impossível, a esperada redenção, qual “utopia regressiva”, dos males da pátria. No Brasil, por seu turno, as manifestações sebásticas oitocentistas tiveram um cunho mais popular, apocalíptico e sacrificial. Porém, elas também foram ganhando um cariz intelectualizado, voltado para a ação, e cujas permanências ainda são sentidas como um dos referenciais mais duradouros da cultura portuguesa. De onde tudo o que se expôs não esteja desligado do permanente debate sobre a construção do Brasil como nação.

Palavras-chave: Sebastianismo; Portugal; Brasil; estudo comparativo.

ABSTRACT

This study aims to compare the manifestations of Sebastianism in Portugal and in Brazil, on the 19th and 20th centuries. It is true that they are prior to these periods in their more gullible strands, facet in which the spread of founding texts, particularly in *Trovas de Bandarra*, was being assimilated by popular classes that, in a more orthodox or heterodox way, lived, individually or as sects, the denial of the death of D. Sebastian in Alcácer-Quibir, in 1578, in the expectation of his inevitable return.

We also wanted to highlight the common background to Portugal and Brazil from the point of departure of the phenomenon. However, it was our intention to highlight this difference: while in Brazil its "religious" and popular dimension, especially in certain poor and more isolated regions, continued over the course of the 19th century. In the metropolis, the critical distance was accompanied by the extinction of various incarnations of "D. Sebastian", which, sooner than in Brazil, has transformed it into myth, whose meaning will have to be read in light of the issues of the time: the definition of national identities and their understanding as communities of destiny.

In this sense, the effort of this quest was to analyse and describe the object in a comparative perspective, in order to detect their contiguities and their differences in Portugal and in Brazil. Challenge that led us to explore a methodology that would be able to reveal the discursive sedimentation of the Sebestic plot in its different legitimated repertoires. With it, we avoided the ambition of making "the history of Sebastianism", or to explain its "origin", or to see the Brazilian experience as a mere "appendix" of the Portuguese, or, even, of diluting it in the debate about the so-called "Portuguese-Brazilian culture", where, if we might add, the issue has passed a little way off of scholars.

However, it also did not take into account that Sebastianism is heir to a rich range of discourses that, directly or indirectly, broadened the semantics of terms that, in the mythology concerned, have value for themselves, as was the case of words such as "D. Sebastian", "Sebastianists" and "Sebastianism". With this perspective we wanted to prove that, if the myth was judged as an object of curiosity by foreigners, for many Brazilian and Portuguese intellectuals, during the last decades of the 18th century its continuity, even if more mitigated,

caused concern, particularly at a time when nations sought in technique and science the engines of progress and emancipation of the people.

Moreover, if there were many writings which, then, helped to intellectualise Sebastianism - seeing it, even from an idiosyncratic dimension -, few were those who saw in it substance for reflection, from where they could take important lessons about the identity processes and the historicity of their production and reproduction. It is within this framework that we have privileged the writings of Oliveira Martins, in the case of Portugal, and those of Euclides da Cunha, in relation to Brazil, both fitted with a broad theoretical framework and that took advantage of the possibilities offered by the emergence of new social sciences, particularly those who theorized the various evolutionisms and the risk of its degeneration.

From the first, we retook the Sebastian repertoire and applied it a multidisciplinary treatment, in line with a cultural anthropology of the myth and with the concepts of nation and nationality, opposed to the scientific vision of the Positivists.

From the second, who dialogued with Oliveira Martins and with the previous Brazilian Sebastian experiences, we reinterpreted its interpretation of the episode of Canudos, in the conflictual stage of the establishment of the Republic in Brazil, in an immense laboratory where Euclides da Cunha aimed to understand the Brazilian nationality, without concealing the positive force of the Sebastian component in the set of some ancient practices still held in the hinterlands of Northern Brazil.

From all this it has been confirmed that the Portuguese specificities, soon turned Sebastianism into a cultural myth, whose survival has mitigated itself into an attentiveness own of those who wait, not so much in its action, but the emergence of the impossible, the expected redemption, like a "regressive utopia", of the evils of the homeland. In Brazil, for its part, the Sebastian demonstrations of the eighteenth century had a more popular, apocalyptic and sacrificial imprint. However, they also gained an intellectualised nature, turned towards action, and whose permanences are still perceived as one of the more lasting references of Portuguese culture. From where everything that is exposed is not disconnected from the continuing debate on the construction of Brazil as a nation.

Keywords: Sebastianism; Portugal; Brazil; comparative study.

INDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – A visão do profeta Daniel - estampa de agosto de 1810 (com vulto de D. Sebastião)	37
Figura 02 – O último sebastianista – representação em porcelana de gravura de 1813	46
Figura 03 – D. Sebastião – estátua de Simões d’Almeida	69
Figura 04 – Ponte do rio Huad-Maksen – junto da qual se deu a batalha de Alcácer Quibir (por José Daniel Collaço)	71
Figura 05 – Gravura da Pedra Bonita - pelo Padre Antônio José Correia de Albuquerque, datada de 1838	166
Figura 06 – Lista dos “sebastianistas”	205

LISTA DE ABREVIATURAS

ABL – Academia Brasileira de Letras

ABO – A Bomba

AVP – A Voz Pública

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

OJA – O Jacobino

ORE – O Republicano

SUMÁRIO

Introdução	01
Primeira parte – Em demandas do sebastianismo em Portugal	
Capítulo 1 – Em demanda de um problema	12
1.1 Em demanda de um (velho) problema.....	12
1.2 Em demanda das palavras	20
Capítulo 2 – Em demanda dos sebastianistas portugueses (e de D. Sebastião)	32
2.1 Novas demandas em torno de velhos problemas	32
2.2 Em demanda dos sebastianistas	38
2.3 Espectros sebastianistas em cena	49
2.4 Reatualização de um longo repertório de histórias	60
2.4.1 <i>O Panorama</i>	62
2.4.2 Pinheiro Chagas	67
Capítulo 3 – Em demanda do sebastianismo	78
3.1 Oliveira Martins: o <i>sebastianismo</i> (um velho/novo problema)	78
3.1.1 Oliveira Martins e a história: explicar e compreender	79
3.2 (Des)construindo o <i>sebastianismo</i>	87
3.2.1 Antecedentes: Oliveira Martins, o romance histórico e o ensaio	92
3.2.2 O <i>sebastianismo</i> na <i>História de Portugal</i>	100
3.3 O <i>sebastianismo</i> como mito e a lição da antropologia cultural	106
Capítulo 4 – A depreciação republicana do sebastianismo em Portugal	120
4.1 Ecos da República brasileira	128
4.2. O republicanismo e a imprensa portuguesa	131
4.2.1 <i>A Voz Pública</i>	134
4.2.2 Uma tipologia sebastianista	140
4.3. Cunha e Costa: <i>a luta civil brasileira e o sebastianismo português</i>	143
Conclusão da primeira parte	151

Segunda parte – Em demandas do sebastianismo no Brasil

Capítulo 5 – Em demanda dos sebastianistas brasileiros	155
5.1 Primeiros relatos	155
5.2 O episódio paradigmático da Pedra Bonita ou do Reino Encantado	164
5.3 Ecos do prolongamento da crença sebástica no Brasil	177
Capítulo 6 – Os radicais da República e a diabolização do sebastianismo no Brasil	181
6.1 Os radicais da República	181
6.2 <i>A Bomba</i>	190
6.3 <i>O Republicano</i>	196
6.4 <i>O Jacobino</i>	209
Capítulo 7 – Nas pegadas de Euclides da Cunha: <i>Os Sertões</i>	221
7.1 Primeiros passos	221
7.1.1 A formação politécnica de Euclides: a engenharia e a ciência	224
7.1.2 Uma “arqueologia” euclidiana	228
7.1.3 Um observador (do <i>meio</i> e do <i>homem</i>)	237
7.2 <i>O sebastianismo</i> em Euclides da Cunha	245
7.2.1 Na senda de Oliveira Martins: uma inspiração	248
7.2.2 Entre o fanatismo e a fé: o “exemplo” da Pedra Bonita e o caso de Canudos	253
7.2.3 O sebastianismo de <i>Os Sertões</i> pelos “juízos críticos”	270
7.2.4 O sebastianismo de <i>Os Sertões</i> por João Lúcio de Azevedo	278
Considerações finais	284
Fontes e bibliografia	294

INTRODUÇÃO

Esta tese partiu de uma inquietação sobre os usos das palavras/conceitos *sebastianista* e *sebastianismo* no Brasil. Ainda recentemente, um presidente da República, ao ser eleito, recebeu de um dos principais jornais do país este qualitativo: ele “reaviva[ria] o sebastianismo”, uma “crença messiânica no retorno do rei D. Sebastião, que Lula agora encarnaria, a despeito de não ter consciência das crenças arcaicas e enraizadas no imaginário do país que agora reanima.”¹ A matéria até pode ter uma conotação preconceituosa, sobretudo pelas origens populares do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (emigrante nordestino, metalúrgico, sindicalista), além de suas candidaturas anteriores (1989, 1994 e 1998) sem sucesso e todas as expectativas que em torno dele se criaram. Mas, se se pode questionar tal qualitativo, também não se pode negar que determinadas práticas e ressignificações da crença sebastianista ecoaram e ainda ecoam pelo Brasil.

Citamos outros exemplos, também recentes: a cavalgada à “Pedra do Reino” – palco de um trágico episódio sebastianista (1836-1838) – composta por cerca 450 cavaleiros e amazonas que sai da matriz de São José do Belmonte e culmina numa missa campal no sítio.² Vez por outra, as escolas de samba do Rio de Janeiro e de São Paulo tratam da “Guerra de Canudos” (1896-1897) em seus enredos e ali invocam não apenas a figura do beato Antônio Conselheiro, mas também o rei D. Sebastião visto como aquele que no momento maior do conflito iria cumprir a profecia e fazer “o mar virar sertão e o sertão virar mar”³, sem falar,

¹ MARTINS, José de Souza. Lula reaviva sebastianismo. Entrevistador: Caio Ceramico Soares. *Folha de S. Paulo* (editorial Brasil), São Paulo, p. A-13, 03 nov. 2002. Na mesma edição do jornal, em outra matéria, alguns intelectuais brasileiros, como a filósofa Marilena Chauí e a antropóloga Irllys Barreira, afirmavam que Lula seria o “antimessias” (Ver: CARIELLO, Rafael. Intelectuais petistas vêem Lula como “antimessias”). Tal ideia coincidiu com a visita do escritor José Saramago ao Brasil quando pedira ao povo brasileiro para não fazer de Lula um novo D. Sebastião, ver: Entrevista com José Saramago, “O Homem Duplicado”. *Folha de S. Paulo* (Ilustrada, seção livros/lançamentos, São Paulo, p. E3, 02 nov. 2002). Sobre outros desdobramentos da leitura de D. Sebastião no Brasil, ver: COELHO, Alexandra Prado. Por que é que D. Sebastião fascina o Brasil? *Público* (editorial História, edição Porto, P2), ano 22, n. 7.954, p. 4-5, 18 jan. 2012.

² CARVALHO, Ernando Alves de. *Cavalgada à Pedra do Reino*. Recife: Edição do Autor, 2005. p. 112. A “Pedra do Reino” localiza-se na Serra do Catolé, município de São José do Belmonte, Estado de Pernambuco. Do mesmo autor, ver: *A Tragédia Que Virou Festa*. Recife: Ed. do Autor, 2003. Contribuiu significativamente para estas novas ritualizações em torno da “Pedra do Reino”, ou “Pedra Bonita”, a figura do escritor paraibano Ariano Suassuna e sua obra *Romance d’A Pedra do Reino e o príncipe do sangue do vai-e-volta*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1971.

³ No Carnaval de 1999, em um trecho do samba enredo da escola de samba paulistana Gaviões da Fiel, temos: “A busca pelo mito continua e se espalhou pelo Nordeste do Brasil/ Canudos, Serra do Rodeador, Pedra Bonita, quanto sofrimento e dor/ Praia dos Lençóis, no Maranhão, vem reviver a lenda da ressurreição/ E desde limiar da nossa história, o sacrifício do touro se fez tradição/ E hoje, todo o céu iluminado, brilha a estrela do touro reencantado...”. Ver: RIFAI, José; CAVACO, Alemão do; TEIXEIRA, Ernesto (compos.). O Príncipe Encoberto ou a busca de S. Sebastião de São Luiz do Maranhão. *Samba Enredo da Escola de Samba Gaviões da Fiel*, São Paulo, 1999. Disponível em: http://www.sasp.com.br/a_escola_carnaval_samba.asp?rg_carnaval=524. Acesso em: 26 ago. 2011. Também não podemos esquecer o interesse de pesquisadores estrangeiros pela temática:

também, no filme *A Guerra de Canudos*⁴ e em outras produções congêneres. E num outro cenário, na Ilha dos Lençóis, no Maranhão, as narrativas dos nativos atribuem a fundação da ilha ao “Rei Sebastião”. É que ao fugir de uma guerra, ele teria tomado aquele rumo, sediando ali, no fundo, o seu palácio, onde vive como um Encantado – uma entidade dos cultos afro-brasileiros e da pajelança indígena. O senhor Chico Rabelo, um dos antigos moradores da ilha, relatou que já o visitou no “reino do fundo”, há alguns anos, onde travou um diálogo com o soberano (reforçando toda uma memória em torno de sua presença perante os ilhéus). Vítimas da alta taxa de albinismo (por isso, externamente, já foram chamados de “Filhos da Lua” e, internamente, nomeiam-se “Filhos do Mestre”), buscaram na figura do Rei a projeção dos seus sonhos mais próximos e básicos (proteção perante os males do mundo e abundância de pescado). Por isso, afirmou o senhor Chico Rabelo, sobre seu encontro com o Rei: “e assim se encontrou a vontade e o desejo”, ou seja, um encontro que só foi possível pela vontade de ambos.⁵

Ora, se estes exemplos mostram a atualidade do tema em terras brasileiras, eles não dão conta do velho problema que, a nosso ver, passa pela questão conceitual. Neste sentido, perguntamos: que “arquivo cultural” e que ecos de memória são esses que invocam *D. Sebastião*, o *sebastianismo* e o *sebastianista* no Brasil que possibilitam um tratamento literário, sociológico e histórico do tema? Que imagens e leituras de mundo estão a tais conceitos associados quando o seu referencial espaço-temporal remete para elementos da cultura e história portuguesas? A verdade é que estas palavras há muito foram banalizadas e acabaram por se apresentarem de forma singular e a-históricas, não apenas nos meios de comunicação, mas também em trabalhos acadêmicos (inclusive historiográficos) brasileiros. De qualquer forma, partimos da compreensão de que os *sebastianistas* seriam aqueles que acreditavam no “regresso” de D. Sebastião (o monarca português, 16º. da dinastia de Avis, nascido em 1554 e que morrerá/desaparecera na batalha de Alcácer Quibir, em 1578) e o *sebastianismo*, enquanto um conceito amplo e complexo, que se volve de um elemento basilar: a componente mítica e messiânica da história portuguesa que foram sendo reapropriadas e atualizadas no Brasil.

LLOSA, Mario Vargas. *A Guerra do Fim do Mundo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981; VALENSI, Lucette. *As Fábulas da Memória: a gloriosa batalha dos três reis*. Porto: ASA, 1993; GRAZIANO, Frank. *The Millenial New World*. New York: Oxford Universe Press, 1999.

⁴ A GUERRA de Canudos. Dir. Sérgio Resende. Brasil: Sony Pictures, 1997. 1 DVD (170 min), son., color.

⁵ ANDRADE, Joel Carlos de Souza. *Os Filhos da Lua: poéticas sebastianistas na Ilha dos Lençóis-MA*. 2002. 164f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, 2002. p. 66-67. Na Ilha dos Lençóis, os moradores utilizam o termo “Rei Sebastião” e não “D. Sebastião”.

Vários trabalhos, portugueses e brasileiros, têm-se debruçado sobre o tema do *sebastianismo* na “cultura luso-brasileira”, sem que, em nossa opinião, tenham chegado a resultados inteiramente satisfatórios.⁶ Compreende-se, todavia, a dificuldade encontrada pelos autores na realização de suas investigações, em boa parte devida quer à dispersão das fontes, quer à abrangência da proposta, quer às escolhas teórico-metodológicas que pautaram os seus respectivos estudos. Ainda assim, o primeiro problema é a própria naturalização do conceito *sebastianismo*, pois, sem se levar em conta, por um lado, a sua gênese, evolução e reelaboração em fins do século XIX – feita, sobretudo, pelo historiador português Oliveira Martins (1879)⁷, e por outro lado, as suas apropriações e releituras ocorridas no Brasil – principalmente por Euclides da Cunha (1902) –, facilmente se cai no erro característico das teses que, um pouco acriticamente, pressupõem a a-historicidade e a singularidade do fenômeno, que o uso exacerbado da *citação da citação* acaba por amplificar.⁸ Mas, esta não é a única limitação, pois uma outra diz respeito a esta atitude: ao se apropriarem do repertório português, vários trabalhos acabaram por determinar tanto o *sebastianismo* em Portugal, como o *sebastianismo* no Brasil, através da noção “fantasmagórica” das “origens”, quando se trata do referencial português (joaquimismo, bandarrismo, messianismo, quinto-império), sem equacionarem devidamente as particularidades brasileiras.⁹

Outros, ainda, fizeram-no como se se tratasse de um mero “apêndice” ou “deturpação” do modelo português¹⁰, ou limitaram-se a um trabalho enciclopédico e antológico¹¹ sobre a “crença sebástica” e o *sebastianismo* no Brasil. Inquietam-nos, também, as notas fugidias, notas de fim de páginas, que comumente condensam opiniões que não podem, em nossa opinião, serem explicadas simplesmente pelo repertório histórico tradicional do

⁶ No caso português, convém destacar uma espécie de “revisitação”, usando um termo de Eduardo Lourenço, ao *sebastianismo* (e suas repercussões no Brasil), notadamente pelos historiadores. Ver: MEDINA, João. O sebastianismo: exame crítico dum mito português. In: MEDINA, João (dir.). *História de Portugal: dos tempos pré-históricos aos nossos dias*. Lisboa: Clube Internacional do Livro, 1995. v. 6. p. 251-386. e QUADROS, António. *Poesia e Filosofia do Mito Sebastianista*. Porto: Guimarães Editores, 1982-1983.

⁷ Sobre esta questão, em Oliveira Martins, uma leitura inovadora é realizada por: CATROGA, Fernando. A Historiografia de Oliveira Martins (entre a arte e as ciências sociais). *Separata da Revista Universidade de Coimbra*, Coimbra, v. 38, p. 397-453, (1995) 2001, sobretudo no tocante à problemática do *sebastianismo*. Já sobre Euclides da Cunha, ver: LIMA, Luiz Costa. *Terra Ignota: a construção de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

⁸ Pode-se afirmar que há trabalhos que tentam articular esta aproximação, mesmo que de forma incipiente: OLIVEIRA, Paulo Fernando da Motta de. Entre Brasil e Portugal: *Os Sertões* e o mito sebástico. *Revista de Estudos de Literatura*. Belo Horizonte, v. 4, p. 225-239, out. 1996.

⁹ AZEVEDO, João Lúcio. *A Evolução do Sebastianismo*. 2. ed. Lisboa: A. Teixeira, 1947; GODOY, Marcio Honório de. *Dom Sebastião no Brasil: fatos da cultura e da comunicação em tempo-espaço*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

¹⁰ AZEVEDO, João Lúcio de. *Op.cit.*

¹¹ PIRES, António Machado. *D. Sebastião e o Encoberto*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982; OLIVEIRA, Vítor Amaral de. *Sebástica: bibliografia geral sobre D. Sebastião*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2002.

sebastianismo, sem se justificar as suas reapropriações em termos de tempo, sujeitos e espaços. E isso nos leva, também, às provocações de estudiosos do republicanismo brasileiro, mormente sobre seus anos iniciais (entre a Proclamação – 1889 e o desfecho trágico de Canudos – 1897)¹², que mostram como já naquele período houve um uso exacerbado dos termos *sebastianista* e *sebastianismo*. No nosso entendimento, tais palavras não foram usadas aleatoriamente e só serão mais bem compreendidas se equacionadas à luz dos pré-conceitos ideológicos do republicanismo brasileiro então vitorioso, bem como em função de leituras que dele fizeram alguns relevantes publicistas portugueses dessa época.

Para nós, torna-se fundamental entender como se deu a elaboração, difusão e apropriação dos mencionados conceitos, tendo em vista compreender/explicar como ocorreram os seus “usos”, e quando, e por quem foram invocados em Portugal e no Brasil. Embora não se deva a este recorte temporal ficar preso, acreditamos que é justamente no período que vai do século XIX ao início do século XX que se gesta toda uma produção escrita e que se institui, culturalmente, um modelo de abordagem sobre o *sebastianismo* e sobre os *sebastianistas* que se tornará dominante e recorrente até praticamente aos nossos dias. Ademais, entendemos que estes conceitos tanto apresentam dimensões simétricas, no sentido da identificação, como demarcam assimetrias e antíteses, mormente quando representam o *outro* como referencial que é invocado para ser combatido.¹³

Perdendo a capacidade de ser vivenciada pela tradição, sobretudo popular, a crença sebástica foi-se deslocando para outra esfera, através da escrita de alguns memorialistas, intelectuais, políticos, literatos, poetas, jornalistas e historiadores. Por este viés, a morte do Rei, de expectativa de vida, transformou-se em uma longa ausência que inspirou diferentes criações pautadas por novas problemáticas e horizontes de expectativas, insinuando uma relação próxima, mas tensa, entre o passado e o futuro. Não admira, pois, como é sabido, “o mito morre no espaço, não no tempo”, metamorfoseando-se e criando novas fronteiras, pelo que não deve esquecer-se de que a sua reprodução é garantida por duas vias: “a da elaboração romanesca e a da reutilização para fins de legitimação histórica”, podendo esta ser

¹² JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os Subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986; FLORES, Elio Chaves. A Consolidação da República: rebeliões de ordem e de progresso. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 1, p. 45-88.

¹³ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. p. 191-131.

“retrospectiva” – tentativa de fundação de uma ordem tradicional carismada por um passado longínquo, – ou “prospectiva”, ao fazer deste passado uma projeção do futuro.¹⁴

Por este ângulo, os discursos são pautados por uma preocupação com os “novos tempos” e neste sentido o mito é chamado a terreiro, sobretudo, para um desgaste¹⁵, ou melhor, sob uma forma “degradada”. É uma tentativa de controle, é um exercício “arqueológico” que quer trazer à superfície os “segredos” ainda não irrompidos, os medos ainda não enfrentados, os novos sonhos ainda não completamente projetados. Redesenhar estes sonhos e adequá-los aos “novos tempos” passa necessariamente por um rito de luto, de exacerbação, onde a possessão, provisória, é uma abertura para o exorcismo. Mapear, criar, instaurar, debater, eis o caminho que dá a D. Sebastião uma nova dimensão ao seu corpo/morto, transformando-o num “corpo escrito”, constituindo tentativas de sepultá-lo definitivamente.¹⁶

Sabe-se que as ressonâncias de uma longa tradição iluminista buscaram expurgar ou denunciar todas as superstições e idolatrias, logo, construir uma imagem negativa de tudo aquilo que fosse considerado sobrenatural. No entanto, também se conhece que esta excessiva pretensão acabou por gerar um efeito contrário, já que houve uma ampliação (tanto negativa quanto positiva) para sondar o recalcado. E sabe-se que o homem moderno, que visa assombrar os seus fantasmas, culmina por dar-lhe uma nova vida, mesmo que o seu grande desejo seja sempre o de levar o “fantasma” de volta ao campo onde houve a sua criação.¹⁷

Os grandes mitos são geralmente fundacionais (ou refundacionais). E o surto da temática sebástica não foi alheio à reformulação da questão das identidades nacionais em curso desde as primeiras décadas do século XIX¹⁸, daí a ênfase que lhe foi dada por alguns intelectuais portugueses e brasileiros ao tema. Neste sentido, o *sebastianismo*, enquanto uma

¹⁴ LEVI-STRAUSS, Claude. Como morrem os mitos. In: _____. *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1985. p. 274. Em consonância com este pensamento, Gilbert Durand afirma que numa sociedade a desmistificação ocorre quando um dado mito não tem mais a mesma funcionalidade. Todavia, como realça o investigador, todas as sociedades têm a capacidade de construir novos mitos. Como exemplos, na sociedade ocidental do século XIX, poderíamos citar o processo de racionalização da técnica e a valorização da escola pública. DURAND, Gilbert. *Mito e Sociedade: a mitanálise e a sociologia das profundezas*. Trad. de Nuno Júdice. Lisboa: A Regra do Jogo, 1983. p. 13. Ver também: MARDONES, José María. *O Retorno do Mito: a racionalidade mito-simbólica*. Coimbra: Almedina, 2005. p. 67-91.

¹⁵ MIRANDA, José A. Bragança de. Da experiência dos espectros à espectralização da experiência. *Revista de História e Teoria das Ideias*, Coimbra, v. 23, p. 42-43, 2002.

¹⁶ CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

¹⁷ Em fins do século XIX estava em jogo o debate sobre o descontrolo da imagem, questão inseparável da problemática da estrutura visível e invisível, real e irreal, que acabou por levar à predominância do visível, do positivo. Ver: MIRANDA, José A. Bragança de. *Op. cit.*, p. 78.

¹⁸ Sobre as teorias do nacionalismo, ver o excelente estudo: SMITH, Anthony. *Nacionalismo y Modernidad*. Madrid: Istmo, 2000.

“dobra”¹⁹ ou margem da diferença, será aqui abordado por três caminhos: o do *enfrentamento* – na medida em que analisamos a elaboração histórica do conceito; da *negação* – analisando, à luz dos discursos científicos, positivistas e republicanos, a alusão ao *sebastianismo* como atraso, mito e fantasia; e o da *reapropriação*, quando é definitivamente incorporado a uma nova produção literária, política e sociológica em Portugal e no Brasil. E centramos o seu estudo na conjuntura indicada porque também foi nela que os conceitos de mito, progresso, civilização, nação, nacionalidade e história foram acionados e mobilizados para ajudarem as lógicas identitárias e a sua inserção no percurso evolutivo da história. Afinal, “aquilo que não pode ser transportado para as novas regiões do progresso” foi sendo visto como superstição (ao passo que as credibilidades políticas em torno da República foram sendo entendidas como convicção).²⁰ E se no caso português do período em causa este horizonte privilegiou o diagnóstico da “decadência” e o desejo de “regeneração”²¹, no Brasil serviu para justificar rupturas com o passado e a instauração do “novo”. Seria o *sebastianismo* uma forma portuguesa de lidar com a modernidade associada a uma propensão histórica para o “irrealismo”²²? E teria esta componente, de forma muito mediada, suas ressonâncias no Brasil?

Ora, tal questão nos mobiliza a realizar um trabalho de cunho comparativo com o objetivo de captar as contiguidades e as diferenças, em relação à problemática do *sebastianismo* e suas ressignificações, em Portugal e no Brasil, nos séculos XIX e XX.²³ Contudo, esta escolha implica na superação de algumas dificuldades que passa pela busca das fontes em meio aos acervos portugueses e brasileiros. É que, descontando as obras de grande vulto, que tratam das “origens” e da “história” do *sebastianismo*, cujas edições, comentários e referências são de fácil acesso, outra parte ainda se encontra dispersa em trabalhos que são

¹⁹ DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1992.

²⁰ CERTEAU, Michel de. Credibilidades políticas. In: _____. *A Invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 279.

²¹ Sobre estes conceitos e a noção de história, moderno e modernidade, ver: PIRES, António Machado. *A Ideia de Decadência na Geração de 70*. 2. ed., Lisboa: Vega, 1992; CATROGA, Fernando. Portugal “Como Corpo e Como Alma” (sécs. XIX-XX): uma revisitação sintética. *Separata da Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 28, p. 245-275, 2007; SEVCENKO, Nicolau. Introdução (O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso). In: NOVAIS, Fernando A. (coord.); SEVCENKO, Nicolau. (org.). *História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio*. 7. reimp., São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3, p. 7-48.

²² LOURENÇO, Eduardo. *O Labirinto da Saudade: psicanálise mítica do destino português*. 2. ed., Lisboa: Gradiva, 2001. p. 12.

²³ Para uma reflexão sobre a história comparada, ver: BARROS, José d’Assunção. *História Comparada*. Petrópolis: Vozes, 2014; e o clássico BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Ver também o seguinte estudo: PAREDES, Marçal de Menezes. *Fronteiras Culturais Luso-Brasileiras: demarcações da história e escalas identitárias (1870-1910)*. 2007. 455f. Tese (Doutoramento em História) - Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2007.

vistos como tangenciais, mas que ganham relevância em nosso “exercício arqueológico”²⁴, tanto mais que este incide sobre a emergência de uma fase de intensa produção textual sobre o repertório sebástico.

Para fazer tal exercício arqueológico, vislumbra-se uma abordagem desierarquizada das fontes, que aqui são vistas como “traços” da memória²⁵ e compreendidas como “documento-monumento”²⁶, carregadas, portanto, de intencionalidades, de experiência humana e de historicidade. Não admira o recurso a esta perspectiva, pois a historiografia recente tende para a “arqueologia”, isto é, para uma compreensão das regras de transformação do “documento” em “monumento”, ou melhor, para uma “descrição intrínseca do monumento”.²⁷

Como nos ensina o historiador José Mattoso, o desafio metodológico do historiador é tentar lidar com todas as dimensões possíveis: desde “(...) o cântico da admiração, o diálogo do gesto, a descoberta do símbolo, o desencadeamento da palavra poética”.²⁸ Neste sentido, acreditamos que os documentos compulsados representam uma grelha fragmentada de discursos, indícios e vestígios que sinalizam um momento histórico. E foram selecionados a partir do critério direto de interação com a construção do objeto desta investigação, a saber: dicionários, enciclopédias, antologias, opúsculos, obras literárias, cartas, notas de rodapé, prefácios, adendos, memórias, ensaios, jornais periódicos, revistas, gravuras e, evidentemente, as obras historiográficas, tanto portuguesas como brasileiras que referenciam o nosso tema.²⁹

Além disso, mesmo que se elejam também como fontes algumas discussões importantes, tanto em Portugal quanto no Brasil, que, só por si, requereriam largo estudo, este trabalho vai caminhar pelas margens, a fim de não se perder o seu foco principal: as demandas dos *sebastianistas* e dos *sebastianismos*.³⁰ Com isso, acreditamos que este nosso labor, inserido no âmbito das propostas que norteiam o Doutorado em Altos Estudos em História, da Faculdade de Letras, da Universidade de Coimbra, poderá trazer um contributo

²⁴ FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Coimbra: Almedina, 2005.

²⁵ CATROGA, Fernando. *História, Memória e Historiografia*. Coimbra: Quarteto Editora, 2001. p. 24-35.

²⁶ LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. *História e Memória*. 3. ed. Campinas: EdUnicamp, 1994. p. 535-549.

²⁷ FOUCAULT, Michel. *Op.cit.*

²⁸ MATTOSO, José. A Formação da Nacionalidade. In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. São Paulo: Edusp; Lisboa: Instituto Camões, 1999. p. 17.

²⁹ Para um dos mais completos trabalhos sobre este domínio, ver: OLIVEIRA, Vítor Amaral de. *Sebástica*: bibliografia geral sobre D. Sebastião. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 2002.

³⁰ Sobre esta questão, uma advertência precisa ser feita: optamos, no cômputo do texto e análise da documentação, por atualizar a ortografia.

importante para uma melhor compreensão da presença do *sebastianismo* na cultura luso-brasileira, fenômeno que, sobretudo no Brasil, tem sido pouco problematizado.³¹

Mas, tudo isto será feito para esboçar a tese maior que esta dissertação pretende defender e que, sinteticamente, posso formular do seguinte modo: enquanto do lado português a crença sebástica se extinguiu nas suas concretizações personalizadas ou grupais, para se transformar, sobretudo, em objeto de reflexão inserido na problemática mais geral das reflexões sobre a idiossincrasia nacional (destacadamente em textos de Agostinho de Macedo, na historiografia liberal, especialmente de Almeida Garrett e Pinheiro Chagas, em Oliveira Martins e alguns publicistas republicanos), no Brasil, ela manterá uma base popular mais longa, não obstante, também, a sua paulatina emergência também como objeto de estudo.

Em função desta demanda, estruturamos o nosso trabalho em duas partes com o propósito principal de comparar a experiência portuguesa e a brasileira e, em cima desta escolha, captar suas proximidades e distanciamentos.

Na primeira parte, que designamos por *Em Demandas do Sebastianismo em Portugal*, constataremos que o *sebastianismo* só foi incorporado aos dicionários e enciclopédias em fins do século XIX e inícios do século XX, sintoma de seu uso regular, o que possibilita apreendê-lo por um ângulo diferente dos trabalhos que o têm focado como objeto de estudo. A seguir, mostraremos como, no decurso do século XIX, se foi alicerçando uma visão negativizada do *sebastianista*, particularmente quando cresceu uma produção literária e histórica de inspiração romântica e liberal que procurou reler a personagem mítica do rei D. Sebastião a partir do horizonte da técnica e da ilustração. O ensino, e não a guerra, seria a nova cruzada do país.

Estes elementos criaram as condições para que, ainda na segunda metade do século XIX, os diferentes repertórios discursivos fossem aglutinados a uma interpretação consubstanciada no conceito de *sebastianismo*, pelas reflexões de Oliveira Martins, em sua *História de Portugal* (1879). Esta sua interpretação diferia da historiografia romântica e liberal (voltada ao personagem e aos fatos) e da perspectiva positivista, que via o objeto como fruto da “fantasia” e que não deveria ser levado tão a sério por um historiador. Por sua vez, Martins elevou a temática a um nível mais profundo e por uma perspectiva interdisciplinar (dialogou com a literatura, política e principalmente com a antropologia cultural), acabou por reinventar o repertório sebástico e colocar o *sebastianismo* como uma das características nucleares da cultura portuguesa.

³¹ HERMANN, Jacqueline. Canudos destruído em nome da República. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 14, 1996.

Se o *sebastianismo* acabou por se afirmar como um mito cultural português, não se pode negar que também força a perspectiva negativista que buscava a sua definitiva eliminação. Referimo-nos especialmente aos publicistas e intelectuais republicanos que tomados pelo positivismo viram na figura de D. Sebastião e no *sebastianismo* um obstáculo a ser ultrapassado para inserir Portugal definitivamente na “marcha do progresso”. Neste caso, além de realizar um diagnóstico que demonstra a imagem decadente da monarquia, alguns publicistas (possibilitados pelas novas tecnologias exploradas pela imprensa, como o telégrafo, e as agências de notícias), viam a experiência republicana brasileira, em seus anos iniciais, como uma referência para a avaliação da saída republicana em Portugal.

Por outro lado, em comparação com o exposto, temos as particularidades da experiência sebástica brasileira na parte que nomeamos *Em Demandas do Sebastianismo no Brasil*. Se Portugal pode ser considerado o epicentro fomentador da crença sebástica, nota-se que houve um prolongamento e ressignificação também em terras brasileiras. Queremos com isto afirmar que ainda no período colonial algumas narrativas sobre D. Sebastião e Alcácer Quibir foram registradas. Contudo, será apenas a partir do século XIX que em relatos de viajantes estrangeiros e em episódios de cunho sebastianista, como a Serra do Rodeador e o da Pedra do Reino, ou da Pedra Bonita, que o tema ganhará uma especificidade brasileira, e que inauguram a crença de uma seita pelo paradigma da ação, do fanatismo bem como do reino encantado da promessa cujos ecos são atualizados até o presente, como na Ilha dos Lençóis, no Maranhão.

No Brasil, este viés sebastianista foi ressignificado quando da proclamação da República e passou a ganhar, semelhante a Portugal, uma dimensão antimonárquica, acrescida de uma postura nacionalista e lusofóbica, que era arremessada, em nome do progresso e do nacionalismo, por alguns grupos radicais e minoritários (representados especialmente em periódicos como *O Republicano*, *A Bomba* e *O Jacobino*). Desta experiência de luta contra a restauração do Império no Brasil e defesa da queda da monarquia em Portugal, o *sebastianismo* foi sendo estigmatizado como um “fantasma” e agitado (e teorizado) como um obstáculo à “modernidade”, ao “progresso” e à “civilização”, diagnóstico que Canudos (1896-1897) teria sobejamente comprovado.³²

³² Sobre esta problemática convém destacar os seguintes trabalhos: CATROGA, Fernando. *O Republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910*. 3. ed., Lisboa: Casa das Letras, 2010; GONÇALVES, Eduardo Cândido. *Ressonâncias em Portugal da Implantação da República no Brasil (1889-1895)*. Porto: Reitoria da Universidade do Porto, 1995; QUEIROZ, Suely Robles Reis. *Os Radicais da República – jacobinismo: ideologia e ação (1893-1897)*. São Paulo: Brasiliense, 1986; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os Subversivos da República...*

Por fim, somos levados a uma redução de escala e direcionamos o foco de análise para as “pegadas” de Euclides da Cunha, para um novo exercício que comumente associa a sua hermenêutica como um referencial sobre o *sebastianismo brasileiro*, sobretudo nos sertões do Norte, mas que nem sempre passa de uma recorrência à citação da citação e que tem como marco principal a sua análise da guerra de Canudos em sua obra maior, *Os Sertões* (1902). Este trabalho constitui uma leitura inovadora da brasilidade a luz das conclusões que levaram o autor a transformar Canudos num imenso laboratório. Na verdade, assim como o fez Oliveira Martins, Euclides deu uma nova roupagem ao tema. Inspirado, sobretudo, nas teorias evolucionistas, buscou fazer um exercício arqueológico que lhe permitisse compreender/explicar a mentalidade do homem sertanejo. Neste sentido, embora Canudos não seja claramente um episódio de cunho sebastianista, Euclides da Cunha deu corpo através de uma perspectiva que avalia os estágios evolutivos e, dada a manutenção de algumas práticas de antigas tradições (provocadas pelo “insulamento”), extrapolou, na sua exposição, a leitura dos viajantes e memorialistas e a leitura depreciativa dos radicais republicanos e privilegiou a figura do beato Antônio Conselheiro, como um personagem-tipo.

Em síntese: procurar-se-á seguir o itinerário da construção da “beleza do morto”³³ que, de objeto inicial da recusa se transformou num tema que veio a atravessar a literatura³⁴, a sociologia³⁵ e mesmo, se não a definição da idiosincrasia brasileira, pelo menos a discussão sobre o regionalismo nordestino enquanto um paradigma identitário e componente “messiânico” dos elementos culturais portugueses (ou ibéricos)³⁶, a problemática aqui em análise tornou-se um dos questionamentos nucleares da nossa cultura e das suas pontes com a emigração ibérica. Desta forma, pelos “rastos de passadas histórias” construímos um percurso em demanda das ressignificações do rei D. Sebastião, dos *sebastianistas* e do *sebastianismo* no horizonte luso-brasileiro do século XIX ao século XX.

³³ CERTEAU, Michel de; JULIA, Dominique; REVEL, Jacques. A beleza do morto. In: CERTEAU, Michel de. *A Cultura no Plural*. 3. ed. Campinas: Papirus, 2003. p. 55-86.

³⁴ REGO, José Lins do. *A Pedra Bonita*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1938; SUASSUNA, Ariano. *Romance d’A Pedra do Reino...* Interessante observação sobre esta problemática é abordada em: LIMA SOBRINHO, Barbosa. Aspectos do Sebastianismo no Brasil. *Ocidente*: revista portuguesa de cultura, Lisboa, v. 46, p. 11-22, 1950.

³⁵ VALENTE, Waldemar. *Misticismo e Região*: aspectos do sebastianismo nordestino. 2. ed. Recife: Editora ASA Pernambuco, 1986. (1ª edição 1940); QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Messianismo no Brasil e no Mundo*. São Paulo: Dominus Editora, 1965; RIBEIRO, René. *Antropologia da Religião e outros ensaios*. Recife: Editora Massangana, 1982.

³⁶ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: Massangana; São Paulo: Cortez, 1999. Ver também: MARTINS, Rui Cunha. Portugal e Brasil: modernidade e fronteiras. In: KERN, Arno Alvarez (org.). *Sociedade Ibero-Americana – reflexões e pesquisas recentes*. Porto Alegre: Edipucrs, [s.d.]. p. 137-152 (Coleção História 35).

Primeira parte

EM DEMANDAS DO SEBASTIANISMO PORTUGAL

CAPÍTULO 1

EM DEMANDA DE UM PROBLEMA

(...) nós usamos a linguagem (...) de formas diferentes, segundo os tempos, e cada uso, em cada momento, em cada época, em cada idade, no fundo é um processo de sedimentação de linguagens.³⁷

1.1. Em demanda de um (velho) problema

O *sebastianismo* tem sido apresentado em diferentes discursos como um elemento intrínseco à cultura e identidades portuguesas, em diferentes épocas e espaços, objeto da curiosidade de portugueses e estrangeiros que construíram sobre esse fenômeno um imenso “corpus textual”, desde a história³⁸, o teatro, o romance, a política, a filosofia, o cinema e a iconografia³⁹. Perante isto, convém destacar que há uma “generalização histórica” do conceito, assistindo-se mesmo à banalização de seu conteúdo.

Em contraposição a estes componentes discursivos – já que o papel da história talvez seja o de desdobrar o passado, de lhe dar novas formas –, partimos da ideia de que o *sebastianismo*, enquanto conceito teoricamente elaborado, é fruto das problemáticas portuguesas da segunda metade do século XIX, sejam as ditadas pela questão da “decadência” e pelos desejos de “regeneração”, sejam as decorrentes das novas perspectivas teóricas que foram incorporadas pela intelectualidade portuguesa (historicismo, positivismo,

³⁷ JOSÉ Saramago (entrevista). In: SANTOS, José Rodrigues dos. *Conversas de Escritores*: diálogos com os grandes autores da literatura contemporânea. Lisboa: Gradiva, 2010. p. 223.

³⁸ Referências e documentos relativos a estes diferentes domínios encontram-se em obras cujos títulos remontam-nos às noções de “memórias”, “seletas”, “antologias” e “bibliografia geral”, o que demonstra o processo de construção de um saber sebástico vasto e permanentemente atualizado. Destes trabalhos, podemos destacar: SANTOS, Manuel dos; SILVA, Francisco da; GALRÃO, António Pedroso. *Historia Sebastica*: contem a vida do Augusto Principe o Senhor D. Sebastião, Rey de Portugal, e os successos memoraveis do Reyno, e conquistas no seu tempo... Lisboa: Officina de António Pedroso Galvão, 1735.; MACHADO, Diogo Barbosa. *Memórias para a história de Portugal que compreendem o governo de el-rei Dom Sebastião*. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Silva, 1736-1751. 4v.; AULETE, F. Julio Caldas. *Selecta Nacional*: Curso Prático de Literatura - primeira parte. 8. ed. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, 1887; PETRUS. *Regresso ao Sebastianismo*: Fernando Pessoa e outros Lusíadas (Petrus compilou, sistematizou, anotou e dirigiu sua apresentação). [Porto]: [s.n.], [1952]; PIRES, António Machado. *D. Sebastião e o Encoberto*: estudo e antologia. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1982; OLIVEIRA, Vítor Amaral de. *Sebástica...*

³⁹ No domínio da iconografia há um especial destaque para: VITORINO, Pedro. *O Sebastianismo na Iconografia Popular*. Porto: Imprensa Indústria Gráfica, 1923. Também do mesmo autor, em título retomado posteriormente, incluindo mais quatro gravuras, ver: VITORINO, Pedro. *O Sebastianismo na Iconografia Popular* (Novos Documentos). *Portugale*: revista ilustrada de cultura literária, científica e artística, Porto, v. 1, p. 21-32, jan/fev. 1928.

evolucionismo, cientificismo), sejam as resultantes do longo processo de “desaparecimento” da histórica figura do sebastianista, quer seja a personagem que se declarava ser D. Sebastião em pessoa, quer seja o crente em seu “regresso”, ou em outro horizonte, a projeção em alguma personagem representativa da política nacional, que viria para tirar Portugal de um estado de crise.⁴⁰ Queremos com isto dizer que a emergência do *sebastianismo* se constitui em concomitância com a metamorfose da crença no mito, quando em suma, a pessoa do *sebastianista* foi se tornando definitivamente “anacrônica” e depreciada como uma espécie de “resquício” de tempos passados, não mais pertinente aos olhos da modernidade. Portanto, parafraseando Albuquerque Júnior, o “[sebastianismo] nasceu das ruínas das velhas tradições, sendo reinventado à luz de novas e profundas problemáticas”.⁴¹

A partir desse foco, a tese que aqui se esboça é fundamentada, justamente, à luz da grelha investigatória que norteou este trabalho, isto é, pela ideia de que, como conceito, o *sebastianismo* foi, sobretudo, uma “invenção” de fins do século XIX, na sequência de um longo processo de arrefecimento da presença do crente “sebastianista” – recorrência a esta constatação é reiteradamente feita por diferentes autores em Portugal e no Brasil, com o uso da expressão “extinto”⁴² para referenciar o que não existia mais – e da elevação do *sebastianismo*, de “seita”, a uma “idiosincrasia nacional”. Ora, ao mesmo tempo em que ocorria tal transformação, no Brasil, por seu turno, o *sebastianismo* (enquanto crença sebástica) ainda conseguia ser objeto que direta ou indiretamente mobilizava atitudes e comportamentos sociais, ações políticas e instaurava novas práticas culturais de leitura da própria “brasilidade”. Visto por este ângulo, no âmbito das novas experiências históricas – a instauração da República brasileira, em 1889, e a afirmação de discursos identitários vários (nacionalistas, regionalistas, sobretudo a partir do evento de Canudos) –, o *sebastianismo* foi

⁴⁰ É o caso, por exemplo, do presidente português Sidónio Paes (1872-1918). Ver o conjunto de poemas composto por Fernando Pessoa, em sua homenagem, do qual destacamos o seguinte: “Flor alta do paul da grei, / Antemanhã da Redenção, / Nele uma hora encarnou el-rei / Dom Sebastião.” Ver: PESSOA, Fernando. À Memória do Presidente-Rei Sidónio Paes. *Acção*: órgão do Núcleo de Acção Nacional, Lisboa, ano 2, n. 4, 27 fev. 1920.

⁴¹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

⁴² Quando na segunda metade do século XVIII um diplomata inglês fazia troça de Portugal ao perceber que metade do povo português acreditava num messias e a outra metade no rei D. Sebastião, desaparecido em Alcácer Quibir, em 1578, talvez mais surpreso ficasse, assim como vários escritores e poetas portugueses e brasileiros, quando, ainda no decurso do século XIX e inícios do século XX, constatasse a existência da figura do “sebastianista” e a invocação do “sebastianismo”. Sobre a noção de “extinto”, ver: CUNHA, Euclides da. *Os Sertões* (Campanha de Canudos). 3. ed. corrigida. Rio de Janeiro; São Paulo: Laemmert & C., 1905. p. 141. Esta abordagem será retomada na segunda parte desta tese quando se problematizará especificamente o “sebastianismo” brasileiro, principalmente em sua abordagem euclidiana. Ver também: COSTA, José Soares da Cunha e. *A Lucta Civil Brasileira e o Sebastianismo Portuguez*. Porto: Typographia da Empreza Litteraria e Typographica, 1894. p. 81.

sendo invocado como característica justificatória, o que revela a sua plasticidade, pois esse uso reforçava e mantinha a permanente tensão entre o mito e a história.

Para compreender tais transformações, o estudo de alguns textos que tratam do período que vai do século XIX ao início do século XX, seja em Portugal, seja no Brasil, torna-se imprescindível. Mesmo que não se busque trabalhar com a noção de “origem”, as textualidades que retomam esta questão se particularizam historicamente por uma produção de sentidos, um *tropo*, uma gênese, que nos permite compreender melhor não apenas o sentido da convocação de determinados repertórios, mas, também, a sua reatualização. Tal injunção vem a contento sob a suposição de que a história consiste em um saber que trava um diálogo permanente entre o presente e o passado⁴³, ou, como afirma Michel de Certeau, a história é

um jogo da vida e da morte [que] prossegue no calmo desdobramento de um relato, ressurgência e denegação da origem, desvelamento de um passado morto e resultado de uma prática presente. Ela reitera, um regime diferente, os mitos que se constroem sobre um assassinato ou uma morte originária, e que fazem da linguagem o vestígio sempre remanescente de um começo tão impossível de reencontrar quanto de esquecer.⁴⁴

Portanto, são das reminiscências do passado – o morto – que o historiador exercita a sua “operação historiográfica” e reconstrói o seu relato, ou, por outras palavras, pode fazer uma releitura do longo repertório da história sebastiana.

Não obstante, na demanda que propomos não se seguirá uma via enciclopédica, classificatória e sistematizadora. Na verdade, esta linha clássica elaborou e continua a elaborar a “história do sebastianismo” pautada por uma sede de domínio e de totalidade. Ora, se nossa tese vai de encontro a esta perspectiva, que limites foram estabelecidos? Para começar a responder, decidimos pesquisar junto aos dicionários e enciclopédias (referenciais importantes do saber clássico) e elevá-los, também, à condição de fontes históricas, escolha que nos ajudará na tessitura de uma “arqueologia” de alguns vocábulos como *sebastianistas* e *sebastianismo*, acepções que se sedimentaram, sobretudo, no decurso do século XIX e inícios do XX, em consonância com toda uma “formação discursiva”⁴⁵ que criou, ampliou e

⁴³ Afinal, como afirmou o filósofo italiano Benedetto Croce, “toda verdadeira história é contemporânea”, ver: CROCE, Benedetto. História e Crônica. In: GARDINER, Patrick. *Teorias da História*. 4. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1995. p. 275-283.

⁴⁴ CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. p. 57.

⁴⁵ Utilizaremos os conceitos de “arqueologia” e de “formação discursiva” inspirados em: FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Coimbra: Almedina, 2005.

ressignificou a temática sebástica em seus diferentes repertórios legitimadores (D. Sebastião, as *Trovas* de Bandarra, o messianismo judaico, a lenda do Encoberto, a educação jesuítica, a batalha de Alcácer Quibir, a dominação espanhola, os falsos D. Sebastião, a Ilha Afortunada) que são sempre reativados para justificar os discursos que a nomeiam tanto em Portugal como no Brasil.⁴⁶

Portanto, convém destacar as noções que foram sendo associadas ao tema em questão: a “impostura”, o “lendário”, o “monarquismo”, a “loucura”, o “mítico” e a “cultura literária”. E tais noções serão articuladas com uma análise mais profunda do texto “Sebastianismo”, do livro *História de Portugal* (1879), do historiador Oliveira Martins, porque este se tornou, em grande medida, uma incontornável referência teórica da sua intelectualização, nos dois lados do Atlântico. Mas, dada a sua riqueza e a sua profundidade, entendemos que não é possível captar a leitura martiniana apenas a partir desse texto. É que se ele pode ser eleito como fonte, também constitui uma ponte para o diálogo com o pensamento e teorias que, nos fins do século XIX e inícios de Novecentos, circularam entre alguns intelectuais e publicistas portugueses e brasileiros.

Conforme foi dito, a problemática sebástica compreende um campo de interesse largamente explorado não apenas por portugueses, mas também por autores de outros países (Brasil⁴⁷, França⁴⁸, Alemanha⁴⁹, Bélgica⁵⁰ e Marrocos⁵¹). Em Portugal, naturalmente, tem sido abordada desde o período posterior à morte/desaparecimento do rei D. Sebastião, em 1578, na batalha de Alcácer Quibir, até os dias atuais, em escritos (ou em outras linguagens) que foram construindo perfis, projeções, mitemas e, sobretudo, polêmicas. Entre as principais, destacam-se: a chamada “Questão Sebástica” de início do século XIX; no início do século XX, a polêmica entre António Sérgio e Malheiros Dias; e, mesmo mais recentemente, a polêmica entre João Medina e António Quadros, embate que girou, principalmente, em torno da

⁴⁶ Sobre Portugal, ver: SILVA, António Luís Cerdeira Coelho e. *Imagens de D. Sebastião no Portugal Contemporâneo*. 1993. 175f. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1993; sobre o Brasil: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O messianismo no Brasil e no Mundo*. São Paulo: Dominus Editora, 1965; QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. D. Sebastião: o imaginário em movimentos messiânicos nacionais. *Revista USP*, n. 20, p. 28-41, fev. 1994; GODOY, Márcio Honório de. *D. Sebastião no Brasil: fatos da cultura e da comunicação em tempo-espaço*. São Paulo: Perspectiva, 2005 (Coleção Khronos).

⁴⁷ HERMANN, Jacqueline. *No Reino do Desejado: a construção do sebastianismo em Portugal – séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁴⁸ VALENSI, Lucette. *Fábulas da Memória: a gloriosa batalha dos três reis*. Lisboa: Edições ASA, 1996.

⁴⁹ Sobre a Alemanha, ver o trabalho da investigadora portuguesa: RAMALHEIRA, Ana Maria Pinhão de. *Alcácer Quibir e D. Sebastião na Alemanha: representações historiográficas e literárias (1578-ca.1800)*. Coimbra: Minerva; Aveiro: Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos: Univ. Aveiro, 2002.

⁵⁰ DRESSE, Paul. *D. Sebastião de Portugal ou o Capitão de Deus: peça em 5 actos*. Lisboa: Antígona, 1988.

⁵¹ NEYKROUF, Younès. *A Batalha dos Três Reis*. Lisboa: Inquérito, 1988.

concepção de história de cada um, mas que não deixou de incidir nas suas respectivas leituras sobre o *sebastianismo*.

Segundo o historiador João Medina, na cultura portuguesa, os mitos sebásticos seriam “imagens de marca a nível cultural”, ao lado do “saudosismo ou a mitologia da saudade” e do pendor lírico, da arte manuelina e do azulejo.⁵² De relevante, encontra-se a associação que fez entre o *sebastianismo* e o saudosismo, manifestações que, não por acaso, emergiram, enquanto conceitos, quase que no mesmo período.⁵³ No entanto, limitou-se a corroborar o que o historiador João Lúcio de Azevedo já afirmara sobre o *sebastianismo*: “nascido da dor, nutrindo-se da esperança, ele é na história o que é na poesia a saudade, uma feição inseparável da alma portuguesa”.⁵⁴

Seja como for, o investigador que se debruçar sobre esta temática não deve desprezar os conselhos de João Medina quando enfoca aquilo que passou a ser designado por *sebastianismo* e a sua complexidade. Para ele, há pontos nucleares que, em conexão, devem ser considerados, a saber:

- 1) Como um dos principais mitos portugueses, talvez o Mito português por excelência, o mais rico e difícil de explicar;
- 2) Como um elemento fulcral do nacionalismo português;
- 3) Como messianismo luso, forma “sui generis” da nossa religiosidade milagreira;
- 4) Como tema propriamente cultural, preferido por escritores, sobretudo pelos poetas, sem esquecer os artistas plásticos ou outros.⁵⁵

Cada um destes pontos não deixa de levar a um caminho labiríntico, sobretudo por causa do universo de representações que visa abarcar e pelas especificidades das experiências

⁵² MEDINA, João. *Portuguesismo(s):* (acerca da identidade nacional). Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2006. p. 65. Ver também: MEDINA, João (dir.) *História de Portugal: dos tempos pré-históricos aos nossos dias – Judaísmo, Inquisição e Sebastianismo*. Lisboa: Clube Internacional do Livro, 1997. v. 6. p. 251-362.; MEDINA, João. *Zé Povinho sem utopia: ensaios sobre o estereótipo nacional português*. Cascais: Câmara Municipal: Instituto de Cultura e Estudos Sociais, 2004. p. 119. Neste texto, o autor problematiza o conceito de “utopia” no tocante ao “sebastianismo”.

⁵³ Sobre o saudosismo, ver: VASCONCELOS, Carolina Michaelis de. *A Saudade Portuguesa: divagações filológicas e literar-históricas em volta de Inês de Castro e do cantar velho “Saudade minha – Quanto te veria?”*. 2. ed. rev. e aum. Porto: Renascença Portuguesa; Lisboa: Seara Nova, [imp. 1922]; PASCOAIS, Teixeira de, (Joaquim Pereira Teixeira de Vasconcelos). *A saudade e o saudosismo: dispersos e opúsculos*. Compilação, introdução, fixação e notas de Pinharanda Gomes. Lisboa: Assírio & Alvim, 1988.

⁵⁴ AZEVEDO, João Lúcio de. *A Evolução do Sebastianismo*. 2. ed. corrigida e simplificada. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, 1947. p. 08.

⁵⁵ MEDINA, João. O sebastianismo: exame crítico dum mito português. In: MEDINA, João (dir.) *História de Portugal – dos tempos pré-históricos aos nossos dias – Judaísmo, Inquisição e Sebastianismo*. Lisboa: Clube Internacional do Livro, 1997. v. 6, p. 252. Sobre a complexidade da temática do sebastianismo, ver também: PRETO, Jorge. Messianismo sebástico. A história entre o mito e a lenda profética. In: *Colóquio O Sebastianismo*. Política, Doutrina e Mito (sécs. XVI-XIX). Lisboa: Edições Colibri/Academia Portuguesa de História, 2005. p. 249-263.

históricas dos sujeitos envolvidos em suas práticas, o que faz do *sebastianismo* um repertório cultural compósito. Vítor Amaral de Oliveira, na obra *Sebástica – bibliografia geral sobre D. Sebastião* (2002), conseguiu catalogar cerca de 3.780 referências a D. Sebastião, *sebastianistas* e *sebastianismo*, o que demonstra o continuado interesse que, em Portugal e em outras partes do mundo, notadamente no Brasil, a temática despertou e desperta. A consulta a tão vasta bibliografia é suficiente para se perceber a carga simbólica que foi investida na figura histórica e lendária do rei D. Sebastião – o “Esperado”, o “Desejado”, o “Encoberto”. Mas, para além destes epítetos, outros foram lançados: o “louco”, o “irracional”, o “doente”, o “cruzado”. E foi justamente desta múltipla leitura que se modelou uma cultura, que se “naturalizou” as suas ideias e espectros, fazendo do infausto destino de um rei jovem um mito que se tornou objeto de muitos escritos.⁵⁶

A leitura do ensaísta e historiador António Quadros não deixa de ser também inspiradora. Ora, ao lado de João Medina, com quem instigou uma polémica⁵⁷, Quadros enfrentou a problemática no âmbito da cultura luso-brasileira, parecendo-nos salutar reproduzir neste momento uma emblemática passagem de um de seus principais textos sobre a questão:

O mito cobriria, logo a partir das novas lancinantes de Alcácer, todo o lugar da história, com fundas implicações psicológicas, culturais, religiosas e até políticas.

Mito que passaria a constituir um dos principais elementos da estrutura cultural portuguesa até aos dias de hoje. Mito que teria profundas ressonâncias na psique nacional, ora na transposição e na sublimação da literatura popular e erudita, ora no nível mais profundo do inconsciente colectivo, aparecendo, adormecendo e reaparecendo sempre ao longo dos séculos, em sucessivas e por vezes insólitas metamorfoses, na persistência de

⁵⁶ É forçoso, em virtude da problemática deste trabalho e da vastidão de textos sobre a temática, deixarmos de tratar exaustivamente da biografia do rei D. Sebastião. Contudo, quanto a esta questão, podemos destacar dois pontos: a) boa parte dos escritos produzidos sobre D. Sebastião foi construída à luz das condicionantes de Alcácer Quibir, portanto eram discursos que tentavam adequar à vida e atitudes do rei àquele desfecho trágico. Neste sentido, em sua maioria, as leituras são depreciativas; b) a obra que marcou gerações foi: MACHADO, Diogo Barbosa. *Memórias para a História de Portugal Que Compreendem o Governo Delrey D. Sebastião Único em o Nome e Decimo Sexto entre os Monarchas Portugueses...* Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Silva, 1736. De fato, ela constitui uma grande referência para interpretação da história sebástica até 1935, quando veio a lume a obra *D. Sebastião*, de Queirós Veloso. Ver: CRUZ, Maria Augusta Lima. *D. Sebastião*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006. p. 11.

⁵⁷ Referimo-nos ao debate pós Revolução de 25 de abril de 1974, quando voltou à tona a discussão sobre as opções nacionais. Neste sentido, António Quadros será um árduo defensor das especificidades culturais e históricas portuguesas contra qualquer possibilidade de um projeto ibérico. Questão retomada em seu livro, *A Arte de Continuar Português*. Lisboa: Edições do Templo, 1978, quando, também, critica as concepções teóricas pautadas por uma “cultura estrangeirada”, como o marxismo, que fascinou boa parte dos “revolucionários” portugueses. Uma discussão mais aprofundada sobre esta questão encontra-se em: SILVA, António Luís Cerdeira Coelho e. *Imagens de D. Sebastião...*, p. 135-141.

tradições que, em Portugal e no Brasil, originaram obras poéticas tocadas pelo gênio ou fenômenos de enigmática e complexa significação.

Discuta-o ou refuta-o a razão positiva e crítica, o sebastianismo tornou-se um dado característico e distintivo da nossa psicologia sul-atlântica. Mas, sendo embora, na sua fenomenologia e na sua síntese de elementos diversos, um mito próprio das pátrias de língua portuguesa, não começará sequer a compreendê-lo quem não reconheça as suas raízes anteriores e mesmo arcaicas, a sua originalidade fundada num acordo *sui-generis* de vestígios e atavismos religiosos de diversa origem, a força unitiva com que juntou heranças míticas, poéticas, epopeicas de tradições díspares, inserindo-se poderosamente na história, na aventura, no destino e no drama de um povo ‘pelo mundo em pedaços repartido’.⁵⁸

À luz do exposto, entender-se-á melhor três pontos fulcrais de aproximação e de distanciamento desta nossa tese em relação ao trabalho daquele insigne ensaísta: a) Quadros chama-nos a atenção para a importância da poesia e da literatura no campo da produção cultural e dos mitemas sebásticos, pois aqueles saberes teriam compreendido, melhor do que a história (fazendo uma crítica à história dita “racional”), a sua riqueza cultural e psicológica, enquanto arquétipo da identidade coletiva portuguesa em sua relação com o universal; b) outro ponto relevante é o que trata de sua preocupação em fazer uma “arqueologia” da tradição portuguesa, um caminho metodológico para se apreender a fundo noções que se mantêm no âmbito da cultura e da história nacional/pátria; c) em terceiro lugar, mas em consonância com os pontos já elencados, Quadros afirma que alguns escritores e historiadores (cita, por exemplo, Agostinho de Macedo e António Sérgio), devido à sua abordagem negativa e racionalista foram insensíveis à relevância do laço estreito que existe entre a crença sebástica e o modo de ser português.

Pois bem, a nossa “arqueologia” histórica irá distanciar-se da de Quadros, pois a nossa proposta privilegiará também os discursos da descontinuidade, em detrimento das interpretações essencialistas e evolucionistas. Na verdade, acreditamos que esta ótica possibilitará surpreender melhor os condicionantes históricos da construção do conceito *sebastianismo* bem como os seus usos, seja na elaboração de um novo mito cultural, seja no seu uso para fins políticos, faceta bem patente no fim do século XIX e inícios do século XX.⁵⁹

No que tange ao *sebastianismo*, quando inserido no que tradicionalmente se nomeia como “cultura luso-brasileira”, é preciso algumas precauções, pois muitos trabalhos mais contemporâneos, que têm focado os aspectos assinalados, limitaram-se a reproduzir citações e a glosar as anteriores polêmicas literárias e filosóficas havidas entre brasileiros e portugueses

⁵⁸ QUADROS, António. *Poesia e Filosofia do Mito Sebastianista*. 2. ed. Lisboa: Guimarães Editores, 2001. p. 344-345. (1ª. edição 1982-1983).

⁵⁹ QUADROS, António. *Op.cit.*

sobre o fenômeno.⁶⁰ E esta constatação é mais evidente quando se desce para o campo dos “pequenos intelectuais”, pois a discussão não ficou restrita a escritores do porte de Oliveira Martins, Teófilo Braga, Euclides da Cunha e João Lúcio de Azevedo. Ao mesmo tempo, e depois deles, medrou uma vasta “formação discursiva” em torno dos *sebastianistas* e do *sebastianismo* (que ganhou evidência em fins do século XIX nos debates sobre o positivismo, evolucionismo e republicanismo), sobretudo a partir de diferentes publicistas republicanos que, no horizonte luso-brasileiro, os trouxeram para o campo tanto das ideias e das práticas políticas, como da fundamentação das continuidades e rupturas na formação das identidades nacionais.

Contudo, cedo percebemos que, difícil de situar no espaço e no tempo, o mito sebastianista é escorregadio, pois, como afirma o historiador Ronaldo Vainfas, ele “é rebelde, espalha-se por vários espaços e navega por vários tempos.”⁶¹ Sendo assim, cautelosa face às “armadilhas do mito”, esta tese pretende saber, antes de tudo, quando, por quem e em que condições o conceito de *sebastianismo*, na sua relação com o de *sebastianista*, se fixou, indagar se houve, ou não, uma homologia de pensamento, ou um “tráfico do crer” sebastianista entre Portugal e o Brasil, e interrogar as suas ressignificações, mormente no século XIX, período em que o rei D. Sebastião foi objeto de várias análises, com o intuito de explicar a situação decadente em que Portugal se encontrava na sua relação com o desastre de Alcácer Quibir (1578). Em geral, as abordagens desenharam uma visão negativa do Rei por dois caminhos: um, ligou-a à religiosidade, à mística popular; o outro, ao universo letrado e seu projeto regeneracionista.

Estas duas dimensões são importantes, pois se a popular foi uma inspiração para a letrada (ou culta), esta última, sobretudo no decurso do século XIX, se construiu na medida em que houve um arrefecimento daquela, passando os primeiros a receberem as mais diferentes nomeações, cada vez mais remetidas para o campo do exotismo, do lendário, do sonho e da curiosidade. Portanto, uma abordagem sobre a cultura sebástica deve ter presente, em ambos os países, tanto o universo do popular, do lendário, do maravilhoso, quanto o das instituições políticas, intelectuais e letradas (sendo os seus representantes membros de determinadas instituições produtoras do saber histórico no decurso do século XIX e inícios do

⁶⁰ A bibliografia que alude a este exercício é vasta e simplesmente recorrem às mesmas citações. Esta constatação será explorada no capítulo III da parte I – quando trabalharmos especificamente com Oliveira Martins – e no capítulo III da parte II – quando explorarmos as leituras e apropriações de Euclides da Cunha. Na nossa opinião, António Quadros consiste numa exceção pela particularidade e profundidade de seus estudos sobre a cultura luso-brasileira e, em especial, o sebastianismo.

⁶¹ VAINFAS, Ronaldo. Prefácio. In: HERMANN, Jacqueline. *No Reino do Desejado: a construção do sebastianismo em Portugal – séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 11.

século XX, como Academias e Institutos Históricos).⁶² Esta sede de domínio se materializou em vários trabalhos como opúsculos e artigos de divulgação.⁶³ Assim, reforçando o que já foi exposto, o que pauta esta investigação não é apenas a explicação do *sebastianismo* como uma longa tradição de crença, mas também a tentativa de compreender a emergência de um conceito e de seus múltiplos usos, em Portugal e no Brasil em fins do século XIX e inícios do século XX; o que requer necessariamente o enfrentamento dos diferentes discursos produzidos e ressignificados em suas mudanças políticas, identitárias, culturais e históricas. Portanto, um exercício de “desnaturalização” dos conceitos, da “autoria” e dos tempos históricos.

1.2. Em demanda das palavras

A nossa hipótese de trabalho já ficou sugerida, mas chegou o momento de explicitá-la melhor: a investigação revelou-nos que foi somente em finais do século XIX que se modelou o conceito mais erudito de *sebastianismo*, cujas ressonâncias seriam captadas também no Brasil. Mas, qual será a via seguida para constatar essa ocorrência? Um bom meio é seguir a história das palavras, tendo em vista surpreende-las, mesmo que aproximadamente, na sua gênese e nas modificações e alargamentos ou exclusões que sofreram no contexto do uso da “língua”, já que, incorporadas em discursos concretos, elas entraram na composição de novos repertórios. Por aí, perceber-se-á, por um lado, o alargamento do termo *sebastianista*, e, por outro lado, a inclusão definitiva do *sebastianismo* no léxico da língua portuguesa. De onde o relevo que iremos dar, como fonte, à dicionarização dos termos, embora saibamos que esse tipo de fixação é sempre serôdio em relação ao uso das palavras. Estas são comumente incorporadas quando já estão socializadas e, como diz o historiador Fernando Catroga, geralmente, as palavras batem sempre tarde às portas dos dicionários.⁶⁴

Com efeito, toda a língua tende a ser dinâmica, pois, quando perde esta capacidade, morre. Neste sentido, a sua vivacidade mede-se, também, pela sua aptidão para incorporar novos vocábulos. Como bem ensinaram alguns linguistas, ela é produto da atividade humana, pelo que, enquanto experiência social, intermedeia a relação do homem com a realidade⁶⁵, ou

⁶² Referimo-nos, em especial, à Academia Real das Ciências, de Lisboa, fundada em 1779, e à Sociedade de Geografia de Lisboa, criada em 1875; e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838.

⁶³ MATOS, Sérgio Campos. *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do século XIX* (1846-1898). Lisboa: Edições Colibri, 1998.

⁶⁴ CATROGA, Fernando. O afeto das palavras. In: _____. *Ensaio Republicano*. Lisboa: FFMS, 2011. p. 9-36.

⁶⁵ Sobre a organização da língua, ver abordagem da linguística em: GUINSBURG, J. *Círculo Linguístico de Praga*. São Paulo: Perspectiva, 1978. “Da natureza semiológica da arte, decorre que jamais uma obra de arte

melhor, afirma-se como criadora de “mundos”. Contudo, a passagem da língua falada à escrita e, deste nível, ao dicionário foi intensificada pela modernidade, mormente após a difusão da imprensa e a popularização dos textos, prática em que o dicionário, o almanaque e a enciclopédia foram importantes ferramentas textuais de registo de termos, de divulgação dos mais variados temas, desde os ligados à cultura erudita até às práticas mais populares. Essa será a lição que, aqui, servirá de ponto demarcatório do nosso objeto de investigação sobre o *sebastianismo*, em ordem a podermos precisar, tanto quanto for possível, como é que os vocábulos a ele ligados foram usados e viram a sua semântica ampliada.

Sob o ponto de vista epistemológico, a produção dos dicionaristas, dos enciclopedistas, dos poetas (como bem a percebeu António Quadros⁶⁶) e da própria historiografia, constitui, como afirma Reinhardt Koselleck, testemunho das experiências do passado, assim como da “maneira pela qual expectativas, esperanças e prognósticos foram trazidos à superfície da linguagem.”⁶⁷ A inspiração teórica koselleckiana consiste numa problematização dos conceitos que, analisados em sua historicidade particular, têm uma vinculação direta com a sociedade que lhe é objeto da sua construção/concepção. Em concreto: procurar-se-á saber que empregos e reempregos foram sendo feitos, em Portugal e no Brasil, de palavras/conceitos⁶⁸ como *sebastianista* e *sebastianismo*.

Desde a invenção da imprensa, em meados do século XV, que a escrita foi ocupando um espaço importante nas práticas culturais dos povos ocidentais. Podemos afirmar que, “depois de Gutemberg, a cultura das sociedades do Ocidente pode ser considerada uma cultura do objeto impresso, porque nelas os produtos dos prelos e da composição tipográfica não estão reservados (...) ao uso exclusivo das administrações do soberano, mas penetram toda a rede das relações sociais, veiculam pensamentos e prazeres; instalam-se tanto no foro privado como na praça pública.”⁶⁹ O dicionário foi uma consequência disso e sua demanda cresceu na medida em que se ampliaram as práticas de leitura e a “busca por informações específicas”, sem a necessidade de uma leitura integral de um longo texto ou livro.⁷⁰ Portanto,

deve ser explorada como documento histórico ou sociológico sem interpretação prévia de seu valor documentário, isto é, da qualidade de sua relação com o contexto dado dos fenômenos sociais”. p. 67.

⁶⁶ QUADROS, António. *Poesia e Filosofia do Mito Sebastianista*.

⁶⁷ KOSELLECK, Reinhardt. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. p. 15.

⁶⁸ KOSELLECK, Reinhardt. *Op.cit.*, p. 101.

⁶⁹ CHARTIER, Roger. Introdução. In: CHARTIER, Roger (coord.). *As Utilizações do Objecto Impresso* (séculos XV-XIX). Lisboa: DIFEL, 1998. p. 09-10.

⁷⁰ BURKE, Peter. *O historiador como colunista: ensaios da Folha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 206-210.

enquanto campo de fixação, o dicionário também tem uma historicidade própria⁷¹; é uma colcha de retalhos e, ao mesmo tempo, ferramenta que faz as palavras “congeladas” circularem e alcançarem os mais diferentes recantos e públicos. Desta forma, para acompanhar a incorporação e/ou ampliação de um dado verbete, convém perscrutar as diferentes edições de um dicionário ou enciclopédia e, em especial, para fins desta investigação, aqueles que circularam em Portugal e no Brasil no período que nos interessa. Mas a nossa intenção é circunscrita já que somente se almeja averiguar a conceituação das palavras *sebastianista* e *sebastianismo*, a fim de se perceber, sobretudo, a sua maior clarificação ocorrida nos finais do século XIX e inícios do século XX.

Em se tratando da “tradição lexográfica portuguesa”, pode-se destacar, até a primeira metade do século XX, dois distintos momentos: o primeiro, entre os séculos XVI e XVII, em que não se tinha ainda a prática do dicionário monolíngue – destacando-se o importante lugar das línguas clássicas, sobretudo do latim; e um segundo momento, no início do século XVIII, em que houve uma produção já voltada para a língua portuguesa. Tratou-se do dicionário do padre francês Raphael Bluteau (1638-1734)⁷², *Vocabulario Portuguez e Latino, Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico, Brasilico, Comico, Critico, Dogmatico, etc. autorizado com exemplos dos melhores escriptores portuguezes e latinos, e oferecido a el-rey de Portugal D. João V.*⁷³ Esta obra foi produzida nos moldes clássicos, “em sintonia com o espírito iluminista da época, e com a diversidade de saberes de seu autor”, caracterizando-se, sobremaneira, pelo seu caráter enciclopédico.⁷⁴

Por outro lado, a enciclopédia, cuja versão moderna surge em meados do século XVIII, representou uma preocupação com o conhecimento humano, uma sede de totalidade, fruto da busca de uma educação mais geral e ilustrada. A prática do enciclopedismo, que para alguns conduziu ao jacobinismo na França, consistiu numa materialização do “Iluminismo” e no aumento do público leitor. Conforme expôs o historiador Robert Darnton, com Voltaire e D’Alembert afirmou-se “um Iluminismo partindo de cima, que se infiltraria, por intermédio

⁷¹ SIVERIS, Daiane. Definição, descrição e nomeação em dicionários do século XIX. In: *Anais do IV SEAD: Seminário de Estudos em Análise do Discurso*. Porto Alegre, 10-13 nov. 2009. Disponível em: <http://www.discurso.ufrgs.br/anaisdosead/4SEAD/POSTERES/DaianeSiveris.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2012.

⁷² Sobre Bluteau, ver: SILVESTRE, João Paulo. *Bluteau e as origens da lexicografia moderna*. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 2008.

⁷³ Coimbra, 1712-1721.

⁷⁴ RIO-TORTO, Graça. Dicionário. In: *BIBLOS: enciclopédia VERBO das Literaturas de Língua Portuguesa*. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo, 1997. v. 2, p. 134-141.

da superestrutura, dos salões e academias para o mundo dos figurões de cidadezinhas e dos senhores rurais – mas não passando daí.”⁷⁵

Sobre as ressonâncias deste tipo de produção no cenário europeu e, especificamente ibérico, temos de considerar dois pontos: o primeiro é saber se vale para Portugal o que Darnton percebeu em seu estudo sobre a enciclopédia na França e que formulou deste modo: “apesar do interesse decrescente pela teologia e do aumento das publicações sobre ciências e artes, a maioria dos franceses continuou a ler os clássicos e os livros religiosos lidos por seus pais e avós: o Iluminismo não solapou as correntes antigas e profundas da cultura tradicional.”⁷⁶ Este tipo de constatação demonstra o cuidado que devemos ter quanto às análises unilaterais sobre as práticas de leitura, sobretudo no âmbito das práticas tradicionais de leitura, a exemplo das “trovas” e das “profecias” que foram incorporadas ao repertório sebástico. O outro ponto incide, justamente, na repercussão política e cultural da “enciclopédia” no ambiente ibérico, onde:

(...) a Igreja e o Estado uniram as forças para suprimi-la. Ao contrário do que se poderia esperar, o comércio de livros franceses enfrentou mais dificuldades na Espanha de Carlos III e em Portugal de Pombal do que em qualquer outra parte da Europa, inclusive na Itália, onde o *Index* lembrava uma lista de *best sellers*.⁷⁷

A enciclopédia era vista com receio e cautela pelos governantes dos países ibéricos em virtude de todo um “ideário francês” que poderia se propagar. Por esta via, pode-se afirmar que ela se constituiu, também, como um sintoma de um movimento que eclodiu como uma “revolução cultural” em fins do século XVIII, transformando os hábitos de leitura e de propagação do conhecimento e de ações políticas.

Sobre esta questão, o trabalho da historiadora Ana Cristina Araújo aponta para uma “reavaliação” das particularidades do Iluminismo na Península Ibérica, pois, se

Excêntricos em relação à órbita de influência da ciência experimental, mas não totalmente afastados das grandes linhas de fractura impostas pelo racionalismo cartesiano, os grandes centros irradiadores da segunda escolástica peninsular mantêm-se, cautelosamente, à margem das principais

⁷⁵ DARNTON, Robert. *O Iluminismo como negócio: história da publicação da Enciclopédia (1775-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 406.

⁷⁶ DARNTON, Robert. *Op.cit.*, p. 407.

⁷⁷ *Id.*, p. 408.

disputas que, além-Pirinéus, atravessam os campos filosófico, literário e científico.⁷⁸

Todavia, estes, a despeito da censura, não deixam de ter grande impacto nos espíritos inspiradores nas Luzes, pois também é preciso considerar ainda que, em meados do século XVIII, a “apertada vigilância exercida pelas monarquias centralizadoras – no caso em apreço, da monarquia portuguesa – sobre as consciências individuais, de molde a garantir a conformidade da ordem política ao cânone cultural e à ortodoxia religiosa.”⁷⁹ Enfim, a abordagem da referida historiadora desconstrói o olhar unilateralizado e limitador sobre a repercussão do Iluminismo em Portugal, repensando inclusive a noção de “estrangeirismo”. Neste sentido, fez uma interessante análise de alguns jornais (*Anonymo* – 1752-1754; *Gazeta Literária* – 1761-1762; *Jornal Encyclopedico* – 1779-1793), órgãos que, por excelência, funcionaram como veículos de educação através da divulgação de ideias e de conhecimentos, demonstrando uma atualização permanente com o debate que se travava no restante da Europa. A par disso, Cristina Araújo conclui que “o optimismo pedagógico que se divisa na reflexão teórica dos autores portugueses e o grau de actualização que revelam na assimilação crítica das ideias que pontuam o debate europeu sobre a educação em nada desmerece o polissêmico contributo que deram à divulgação e ao triunfo gradual das Luzes.”⁸⁰ De pouca duração, estes jornais e outras ações provocavam fissuras no aparelho repressor do Estado e na cultura dominante da época, nem que fosse mediante a cautelosa explicação de uma particularidade do Iluminismo português (ou melhor, luso-brasileiro): o recurso a uma cultura do “ecletismo”, ou seja, a incorporação das novas ideias, sem abrir mão da tradição escolástica e do catolicismo conservador.⁸¹

Um pouco tardio, em relação a análogos iniciativas havidas em outros países europeus, o tradicional *Diccionario de Lingua Portuguesa*⁸², do brasileiro António de Moraes Silva

⁷⁸ ARAÚJO, Ana Cristina. *A Cultura das Luzes em Portugal: temas e problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003. p. 14.

⁷⁹ ARAÚJO, Ana Cristina. *Op.cit.*, p. 19.

⁸⁰ *Id.*, p. 66.

⁸¹ TEIXEIRA, António Braz. Iluminismo luso-brasileiro? In: *O ILUMINISMO Luso-Brasileiro*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2007. p. 51. Ainda sobre esta questão, ver, na mesma obra, o texto de ROUANET, Sérgio Paulo. Portugal e Brasil entre a ilustração e o iluminismo. In: *O ILUMINISMO Luso-Brasileiro*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2007. p. 53-65; Ver também: DIEHL, Astor Antônio. *Cultura Historiográfica Brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: Edipuf, 1998. p. 11-36; p. 91-119.

⁸² De acordo com Paixão de Sousa, “o *Diccionario da Língua Portuguesa* de 1813 é, portanto, uma obra de síntese e superação, cuja origem a partir do *Diccionario* de 1789 e do *Vocabulário* de 1712 se estabelece como um jogo de espelhos que ilustra exemplarmente o famoso adágio atribuído a C. Nodier: “os dictionários são plágios em ordem alfabética”. De fato: à única exceção do primeiro dicionário de uma língua, todos os demais são cópias recicladas dos que lhe precedem. O reaproveitamento é a técnica fundante na confecção dos dicionários – e a renovação constante, o conceito de obra sempre aberta, é de fato a marca do dicionário

(1755-1824)⁸³, foi publicado em 1789, baseando-se no texto anterior de Raphael Bluteau, de 1712-1721. O seu êxito será grande, pois virá a conhecer várias edições nos séculos XIX e XX. Sendo uma peça praticamente inaugural, também serviu de base para outros dicionários em Língua Portuguesa que reaproveitaram sua estrutura, o que não admira, porque o dicionário consubstancia um texto plagiável por excelência.

Se o episódio determinante para a composição de uma “cultura sebástica” está associado à morte/desaparecimento de rei D. Sebastião, em 1578, e se, nos dois séculos seguintes, existiu uma vasta produção sobre o tema, o certo é que, na primeira edição do *Moraes*, em 1789, ainda não constava qualquer alusão a D. Sebastião e a vocábulos como *sebastianista* ou *sebastianismo*. E o mesmo ocorreu com a reedição de 1813, pois, no que a esta matéria respeita, o texto está praticamente inalterado em relação ao da edição anterior.⁸⁴ Contudo, foi na de 1823 que a palavra *sebastianista* foi incorporada, sendo depois reproduzida na de 1831 e, com pequenas alterações, nas de 1844, 1878 e 1891.

Qual o teor destas novidades e mudanças? Qual a razão que pode explicar a sua integração nesta conjuntura? Quanto ao primeiro aspecto, o dicionário convocou um texto que fora equivocadamente atribuído ao padre Antônio Vieira (1608-1697), já que depois de uma longa e controversa polémica sobre a sua autoria, segundo as pesquisas atuais, acredita-se ter sido escrito pelo padre jesuíta Manoel da Costa (1601-1667) e extraído do livro *Arte de Furtar*.⁸⁵ Neste, o *sebastianista* foi apresentado por um discurso moral e religioso e definido como “Sectário da falsa crença dos que esperão por el Rei D. Sebastião. Vieira. Serm. 13. 73. *Arte de Furtar*, c. 51.”⁸⁶ Além do verbete ser explicitado à luz de um texto de um religioso

moderno. Assim foi também na trajetória que seguiu à publicação do *Dicionário* em 1813. O nome de Moraes como autor principal aparece pela primeira vez na edição póstuma de 1831, e é mantido com exclusividade nas reedições publicadas até 1949, quando, também, pela primeira vez, os nomes dos colaboradores aparecem no estatuto de coautores – completando uma trajetória na qual a autoria de “Antônio de Moraes Silva” veio a tornar-se mais e mais simbólica e chancelar”. In: SOUSA, Maria Clara Paixão de. Apresentação do “*Diccionario da Lingua Portuguesa*’ Moraes 1789”. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/node/316>. Acesso em: 26 jul. 2011.

⁸³ Sobre sua biografia ver: COSTA, Franciso Augusto Pereira da. *Noticia Biographica do Dr. Antonio de Moraes Silva*: autor do primeiro diccionario da lingua portugueza. 2. ed. Recife: Typographia J. Agostinho Bezerra, 1910 (1ª edição 1906).

⁸⁴ *DICCIONARIO da Língua Portuguesa composto pelo Padre D. Raphael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva*. Lisboa: Officina de Simão Thadeo Ferreira, 1789. t. 2 (L-Z). Disponível em: <http://www.googlebooks.com>.

⁸⁵ Sobre esta questão ver: A ARTE de Furtar. In: WIKIPEDIA: a enciclopédia livre. San Francisco, CA, 09 abr. 2012. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Arte_de_Furtar. Acesso em: 09 abr. 2012.

⁸⁶ Edição de 1823: SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario de Lingua Portuguesa recopilado....* 3. ed. Lisboa: Typographia de M. P. de Lacerda, 1823. t. 2 (G-Z), p. 652; edição de 1831: SILVA, António de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. 4ª edição reformada, emendada, e muito acrescentada pelo mesmo autor... 4. ed., Lisboa: Imprensa Regia, 1831. t. 2 (F-Z), p. 699; VIEIRA, Padre Antonio. *A Arte de Furtar: espelho de enganos, theatros de verdades, mostrador de horas minguadas, gazua geral dos reinos de Portugal*. (composta em 1665). Nova edição, Lisboa: Editores, J. M. C. Seabra & T. Q. Antunes, 1855. Nesta obra, encontramos a

que também foi um dos principais divulgadores da crença sebástica, sobretudo no Brasil, em termos conjunturais e do uso político-religioso do mito, importa frisar que foi nas primeiras décadas do século XIX que se deu uma maior profusão do termo *sebastianista*, em boa parte devido à polêmica da chamada “Questão Sebástica” – que durou de 1808 até inícios da década de 1820 – conjuntura em que foram produzidos vários folhetos e opúsculos sobre o tema. Referimo-nos, em concreto, à acalorada controvérsia que eclodiu entre aqueles que acreditavam no regresso de D. Sebastião e aqueles outros que queriam expurgar tal esperança do seio da sociedade portuguesa e que acusavam os adversários de “falsos e maus cristãos”.⁸⁷

Nas edições seguintes do *Moraes* (1844, 1878 e 1891, respectivamente), desapareceu a palavra “falsa” e manteve-se praticamente a caracterização anterior: “Sebastianista, s. 2 g. sectário da crença dos que esperão por D. Sebast. Vieira, 13. 73. Arte de Furtar, c. 51”⁸⁸, verso que também ressoa no *Grande Dicionário Portuguez ou thesouro da Língua Portuguesa* (1874), do frei Domingos Vieira, ao definir assim o *sebastianista*:

SEBASTIANISTA, s. 2 gen. Sectário da crença dos que esperam a vinda de el-rei D. Sebastião. – ‘Não admira a inconstância de Vieira, pois no sermão de S. Sebastião, o primeiro que fez em sua vida, mostrou ideias sebastianistas, e nos outros diz claramente: morreu el-rei D. Sebastião.’ Bispo do Grão Pará, Memórias, publicadas por Camilo Castelo Branco, pag. 85.⁸⁹

Portanto, nas diferentes edições do *Moraes* do século XIX e em outros dicionários, a fonte para a inclusão do verbete “sebastianista” foi o padre Antônio Vieira. No entanto, ainda não se depara com a fixação do termo *sebastianismo*, embora esta lacuna estivesse colmatada em outras dicionarizações. Contudo, a maior parte dos dicionários seguia o *Moraes* (vide, por exemplo, os dicionários *Aulete*, *Viterbo* e *Fonseca*).

seguinte referência ao sebastianista: “(...) Um dos circunstantes (devia de ser sebastianista) desejava de saber se era vivo el-rei D. Sebastião, tudo era apertar com o padre exorcista, que lh’o perguntasse. (...)” p. 212.

⁸⁷ Esta problemática em torno da “Questão Sebástica”, de início do século XIX, será abordada no próximo capítulo.

⁸⁸ Edição de 1844: SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*, composto por Antonio de Moraes Silva, aperfeiçoada, e acrescentada de muitos artigos novos, e etymologias. Lisboa: Typographia de Antonio José da Rocha, 1844. t. 2. (F-Z), p. 729; edição de 1878: SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. 7. ed. melhorada e muito acrescentada com numero de termos novos usados no Brazil e no Portuguez da India. Lisboa: Typographia de Joaquim Germano de Sousa Neves, 1878. t. 1, p. 656; edição de 1891: SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. 8. ed. revista e melhorada. Rio de Janeiro: Empreza Litteraria Fluminense de A. A. da Silva Lobo/ Lisboa: Adolpho, Modesto & C.a – Impressores, 1891. v. 2 (F-Z), p. 779.

⁸⁹ VIEIRA, Fr. Domingos. *Grande Dicionário Portuguez ou thesouro da Lingua Portuguesa*. Porto: Editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1874. v. 5, p. 430.

Já o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* (edições de 1899⁹⁰ e de 1913⁹¹), de Cândido de Figueiredo, dá continuidade à imagem negativa do *sebastianista*, ao caracterizá-lo como uma “pessoa que ainda espera que el-rei D. Sebastião volte da África; (ext.) retrógrado; caturra. (De Sebastião n. p.)”⁹². Estas duas últimas noções reforçavam a componente negativa do tipo, pois o qualificou como “retrógrado” e “caturra”, reacionário e contrário ao progresso. Convém destacar também que, no mesmo dicionário, constava a palavra “saudade”, mas não “saudosismo”⁹³. Todavia, na sua 4ª edição de 1926⁹⁴, a maturidade da reflexão sobre o “sebastianismo” e o “saudosismo” terá se consolidado. Entretanto, se “sebastianista” permaneceu com o significado anterior, “sebastianismo” aparece como sinônimo de “crença de sebastianista”⁹⁵. Por sua vez, “saudade” foi completada pelas expressões “saudosista” e “saudoso” – sendo “saudosismo” definido como o “suposto sistema de filosofia e religião nacional, baseado no afecto mais característico da alma portuguesa, a saudade”. Cf. Michaelis, *Saud. Port.*, 99. (De saudoso).”⁹⁶

Importa notar ainda que, em 1887, o termo *sebastianismo* já tinha aparecido no *Diccionario Universal Portuguez*, logo, poucos anos depois de Oliveira Martins tê-lo usado na sua *História de Portugal* (1879). E, por ele, significava-se a crença em D. Sebastião e salientava-se que este se propagara para além do Portugal continental, numa continuidade que tinha chegado ao século XIX. Embora o título da obra em análise seja “dicionário”, seu projeto apresentava-se como uma estrutura e linguagem enciclopédicas. Daí que, nesta perspectiva, o autor tenha mapeado, com grande riqueza, a dispersão do *sebastianismo* pelo mundo atlântico. Mais concretamente, registou que “o sebastianismo propagou-se, desde o seu princípio, nas ilhas adjacentes, e, desde o século XVII pelo menos, no Brasil”. E ainda ligou esta expansão geográfica aos anseios pela independência de Portugal, mormente quando escreveu:

No tempo da luta do Prior do Crato contra Felipe II, os pregadores açorianos, vacilante a esperança de vitória daquele, falavam da vinda de D. Sebastião. É antiga lenda madeirense que em uma pequena chã a meio de certa rocha

⁹⁰ FIGUEIREDO, Candido de. *Nôvo Diccionario da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, 1899. v. 2 (J-Z).

⁹¹FIGUEIREDO, Candido de. *Novo Diccionario da Língua Portuguesa*. Nova edição. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, 1913. Esta edição não está numerada, mas encontra-se entre a 3ª. (1911) e a 4ª. (1926).

⁹² FIGUEIREDO, Candido de. *Op.cit.*, p. 511.

⁹³ *Id.*, p. 508.

⁹⁴FIGUEIREDO, Candido de. *Novo Diccionario da Língua Portuguesa...* 4. ed. corrigida e copiosamente ampliada. Lisboa: Portugal-Brasil Sociedade Editora – Arthur Brandão & C.a, 1926. v. 2.

⁹⁵ FIGUEIREDO, Candido. *Op.cit.*, p. 684.

⁹⁶ *Id.*, p. 680.

inacessível sobremaneira ao mar na costa ocidental da ilha da Madeira, está meio cravada no solo a espada deste rei, espada que ele mesmo irá arrancar dali quando passar da ilha encoberta a Portugal. Ainda agora os rústicos da ilha do Porto Santo creem avistar por vezes essa ilha ignota, onde D. Sebastião espera o dia do regresso ao reino [...].⁹⁷

Por outro lado, não deixou de consignar a sobrevivência do mito no Brasil. Para isso, baseou-se na passagem de um escrito de Ferdinand Denis (1798-1890), onde o viajante e historiador francês deu “notícia da lenda sebastica nas províncias de Minas Gerais e de Pernambuco”⁹⁸ e que se encontra na sua obra *Portugal*⁹⁹. Este livro, seguindo a linha enciclopédica, fez parte da coleção “L’Univers” e tinha por objetivo fazer uma “história e descrição de todos os povos”.¹⁰⁰ Surpreendeu-o a persistência da superstição, ou melhor, da “seita sebastianista” no outro lado do Atlântico, seja de forma dispersa, como em Minas Gerais, seja como prática grupal, como em Pernambuco, no trágico episódio da “Pedra Bonita”, de 1838.

A narrativa de Denis, aliada à posterior versão enfocada no *Diccionario Universal*, se apresenta como emblemática por vários motivos. Primeiramente, ela demonstra a plasticidade do “mito sebastianista” ao ter o seu campo ampliado, quer na ordem temporal, quer espacial, porque tanto se fala de Portugal (espaço fundacional do mito), como no horizonte Atlântico, dos Açores, da Ilha da Madeira e do Brasil. Em termos de tempo, o autor demonstrou a durabilidade da “lenda”, “desde princípios do século XVII” até “factos relativamente recentes”. E acrescentou à problemática a palavra “sebastianismo”, cujo teor, em termos culturais e históricos, ganhou evidência justamente em anos coevos à publicação do referido texto.

Retornando ao *Morais*, um testemunho importante das incidências dos debates mais intelectualizados na vida cultural se revela na edição de 1949 (repetido nas seguintes de 1958 e 1961). Como é lógico, devido à data em que reapareceu aquela reedição, a palavra

⁹⁷ ALBUQUERQUE, Henrique Zeferino de. *Diccionario Universal Portuguez*. Lisboa: Typographia de Henrique Zeferino, 1887. v. 2, p. 925. In: PETRUS. *Regresso ao Sebastianismo...*, p. 258. Texto que teve como colaborador o escritor Alvaro Rodrigues d’Azevedo (1825-1898) e lido a partir de trecho publicado na antologia de Petrus. Infelizmente, não encontramos um exemplar do volume 2 no acervo da Biblioteca Nacional de Lisboa. Já as impressões de Ferdinand Denis e de outros viajantes estrangeiros sobre Portugal e o Brasil serão retomadas na segunda parte desta tese.

⁹⁸ ALBUQUERQUE, Henrique Zeferino de. *Diccionario Universal Portuguez*. Lisboa: Typographia de Henrique Zeferino, 1887, v. 2, p. 925. In: PETRUS. *Op.cit.*, p. 258.

⁹⁹ A obra que serviu de base para tal afirmação foi: DENIS, Ferdinand. *Portugal*. Paris: Firmin Didot Frères, Editeurs, 1846. (Coleção *L’Univers*). Esta abordagem de Denis foi paradigmática na divulgação de informações sobre a crença sebastica no Brasil em Portugal. Vide, por exemplo, a retomada deste texto de Denis em BRAGA, Teófilo. *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições*. Lisboa: Livraria Ferreira, 1885. v. 2. p. 246.

¹⁰⁰ DENIS, Ferdinand. *Brésil*. Paris: Firmin Didot Frères, Editeurs, 1846. (Coleção *L’Univers*). Este livro sobre o Brasil é acompanhado de outros trabalhos sobre a Colômbia e a Guiana, escrito por M. C. Famin.

sebastianismo surge inserida e articulada aos conceitos afins, pois o dicionarista não podia ignorar décadas de polémicas que vinham dos finais do século XIX e que se intensificaram nas décadas iniciais do Novecentos (exemplo: as polémicas de António Sérgio com Carlos Malheiro Dias nos anos de 1920)¹⁰¹. Atente-se, então, às definições:

Sebastianismo, s. m. Credo ou convicção dos sebastianistas; crença dos que acreditavam que D. Sebastião, rei de Portugal, não morrera na batalha de Alcácer Quibir (1578) e voltaria ao país para o libertar do jugo castelhano e o levar à grandeza. // Esperança no aparecimento de um salvador político. // Método velho; doutrina sedição // *Bras. Monarquismo.*”

“Sebastianista, s. 2 gén. Pessoa convencida de que D. Sebastião voltaria de África, apesar de ele ter morrido na batalha de Alcácer Quibir.// Pessoa saudosa do passado ou enaltecadora de feitos e glórias que não se repetem.// Pessoa retrógrada, caturra, defensora ou adepta de coisas obsoletas. // Adj. Relativo ao sebastianismo.”

“Sebastião. s. m. Gir. Tolo, pateta. //

“Sebástico, adj. Relativo a Sebastião e restritamente a D. Sebastião”.¹⁰²

Frise-se esta constante: a continuidade da referência ao padre Antônio Vieira – principalmente na propagação da ideia do Quinto Império. E registre-se a convocação do episódio da Pedra Bonita (1836-1838) e, como novidade, a entrada, no repertório sebástico,

¹⁰¹ No âmbito de uma sociedade que vivencia as mudanças dos valores e dos costumes, a figura de D. Sebastião (ou a noção do Encoberto) seria retomada como modelo inspirador para a juventude pela sua “pureza” e como um “modelo ético ausente que se deseja se presentifique, pondo termo a um desvio definido como corrupto e degenerado”. SILVA, António Luís Cerdeira Coelho e. *Imagens de D. Sebastião...*, p. 57. Entre as décadas de 1910 e 1920 tivemos uma fase fértil de produção escrita sobre a temática sebástica, no campo da poesia e, sobretudo, no campo do ensaio histórico, destacando-se: AZEVEDO, João Lúcio de. *A Evolução do Sebastianismo*. 2. ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1947. (1ª edição 1918); FIGUEIREDO, Antero de. *D. Sebastião – Rei de Portugal*. Paris: Aillaud; Lisboa: Bertrand, 1924, entre outros textos. É neste contexto que surge a então “Polémica Sebástica” entre Carlos Malheiro Dias (1875-1941) e António Sérgio (1883-1969) que podemos resumir pelas seguintes palavras: ao conclamar a juventude a se espelhar no passado e, sobretudo, no modelo de uma sociedade conservadora, Malheiro Dias, em sua “Exortação à Mocidade”, entra em choque com as ideias de Sérgio, reconhecido herdeiro da tradição iluminista, racionalista e emancipacionista em Portugal. Da rica bibliografia que esta polémica gerou, podemos citar: a) DIAS, Carlos Malheiro. *Exortação à mocidade*. Porto: Litografia Nacional, 1924; *Exortação à mocidade*. Nova edição precedida de uma resposta à carta-prefácio do Sr. António Sérgio n’O Desejado. Lisboa: Portugal-Brasil Sociedade Editora, 1925; *O Piedoso e o Desejado*. Lisboa: Portugal-Brasil Sociedade Editora, 1925; b) SÉRGIO, António. Interpretação não romântica do sebastianismo. In: *Ensaios*. 3. ed. Lisboa: Sá da Costa, 1980. t. 1, p. 239-251 (1ª edição 1917); *O Desejado*. Depoimentos de contemporâneos de D. Sebastião sobre este mesmo rei e sua jornada de África. Precedidos de uma carta-prefácio a Carlos Malheiro Dias. Paris: Aillaud; Lisboa: Bertrand, 1924; *Tréplica a Carlos Malheiro Dias sobre a questão do Desejado*. Lisboa: edição da “Seara Nova”, 1925.

¹⁰² SILVA, Antonio de Moraes. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Edição compacta do texto fundamental do *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* segundo a 10ª edição revista, muito aumentada e actualizada conforme as regras do acordo ortográfico Luso-Brasileiro de 10 de Agosto de 1945, por Augusto Moreno, Cardoso Júnior e José Pedro Machado... (primeira edição 1961 e 4ª edição 1988) v. 5 (Responder a ZUS). Mem Martins: Editorial Confluencia, 1988. p. 103. Repetido no SILVA, Antonio Moraes. *Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa*. Edição compacta do texto fundamental do *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* de Antonio de Moraes Silva, segundo a 10ª edição revista... Lisboa: Editorial Confluencia, 1961. v. 2, p. 2.158. (Grifo nosso).

do “monarquismo”. Para uma melhor exposição da relevância desta constatação, recorra-se a outra fonte: a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (1937-1960). Aqui o léxico é semelhante, mas mais alargado, conforme ilustra o verbete que a seguir transcrevemos:

“*Sebastianesco*” (adj. O mesmo que sebastiânico e sebastico); “*Sebastianice*” (s.f. *Deprec.* Crença ou esperança na volta do rei D. Sebastião); “*sebastânico*” (adj. Dizia-se dos vencedores nos jogos augustais, na antiga Roma); “sebastiânico” (adj. O mesmo que *sebastico*); “*sebastianino*” (adj. Relativo a São Sebastião: festas sebastianas); “*sebastianismo*” (s. m. credo ou convicção dos sebastianistas; estado de espírito dos que confiam no regresso do rei D. Sebastião (...); Bras. Fidelidade à ideia monárquica, à monarquia (...); Bras. Monarquismo; “*sebastianista*” (s. 2 gén. Pessoa convencida de que D. Sebastião voltaria de África, apesar de ele ter morrido na batalha de Alcácer Quibir; “*sebastianisticamente*” (adv. De modo sebastianístico); “*sebastianístico*” (adj. Relativo a Dom Sebastião ou ao sebastianismo); “*sebastianófilo*” (s. m. Neol. Defensor de Dom Sebastião...); “*Sebastião*” (s. m. Gír. Tolo, pateta); “*Sebastião*” (D.) (Décimo-sexto rei de Portugal. n. em Lisboa, a 20-I-1554 e m. na batalha de Alcácer Quibir a 4-VIII-1578.” “*Sebastico*” (adj. Relativo a Sebastião, e restritamente a D. Sebastião (...)).¹⁰³

Ora, estas duas referências, acrescidas do *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil*, em sua quarta edição (1939), incorporam o termo “sebastianista” como sendo o “adepto do sebastianismo, nome que por escárnio foi aplicado aos que se conservaram fiéis à ideia monárquica, após a proclamação da república no Brasil. Regista-o A. Taunay, que o abona com a seguinte frase: ‘A revolta de 1893 teria sido sebastianista?’”¹⁰⁴ Um questionamento que não pode ser visto como algo aleatório, pois consiste em um exemplo da ampliação do léxico sebastico condicionado diretamente por um acontecimento político ocorrido no Brasil. É que durante o período turbulento de instauração da República parte dos opositores e membros do antigo regime foram chamados “sebastianistas” como no caso da Revolta da Armada (1893-1894) – *sebastianismo* aqui é abordado enquanto “seita” e, portanto, desprovida de um espírito político coletivo –, questão relevante para a nossa problemática e que será retomada mais adiante.¹⁰⁵ Contudo, é importante destacar o fato de este nexos com a depreciação política já demarcar uma particularidade do *sebastianismo* brasileiro e que passará a ser incorporado nos textos portugueses que tratam da temática no Brasil republicano.

¹⁰³ *GRANDE Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Limitada, [s. d.]. v. 28, p. 10-23. As publicações deram-se entre os anos de 1936 e 1960.

¹⁰⁴ SOUZA, Bernardino José de. *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1939 (1ª edição 1910, 63 verbetes). p. 367. As demais edições foram: 2ª – 1917 (173 verbetes); 3ª - 1927 (1.230 verbetes).

¹⁰⁵ Esta abordagem será tratada na segunda parte desta tese.

Houve, enfim, um léxico difundido pelos escritos/textos que enfocavam o *sebastianismo* e suas dobras, e que iam da visão positiva e sonhadora à do insano, em desdobramentos discursivos que se encontram com regularidade em textos do decurso do século XIX e inícios do século XX, embora os marcos referenciais retomem sempre o panorama histórico da batalha de Alcácer Quibir (1578).

Portanto, a leitura dos dicionários e enciclopédias, em suas diferentes edições, aliada à consulta mais completa sobre a bibliografia *Sebástica*¹⁰⁶, convenceu-nos que foi apenas nas últimas décadas do século XIX e inícios do século XX – lembre-se que esta também foi a época da consagração de outros “ismos” como “nacionalismo” e “saudosismo” – que o *sebastianismo* se compôs como um campo de reflexão com autonomia, embora ligado ao grande debate historicista sobre as idiosincrasias nacionais e o seu lugar na evolução (ou involução) de duas sociedades em que os seus intelectuais procuravam diagnosticar as razões da sua decadência ou do seu atraso. Além disso, observa-se que, no Brasil, a componente sebástica vai ter sua tradição de espera reelaborada após 1889, a partir dos discursos dos republicanos que o associaram ao monarquismo e à restauração. Leituras que, depois, com o episódio de Canudos (1896-1897), se projetaram para os sertões do Norte brasileiro.

De tudo o que se expôs, pode inferir-se que, nessa conjuntura, surgiram condições que tornaram o *sebastianismo* relevante. Por isso, será lógico que, ao construir-se uma “arqueologia” do seu conceito, se busque também, as suas metamorfoses, propósito justificado pela circunstância de se tratar de um momento em que a designação circulou, foi apropriada e usada tanto em Portugal quanto no Brasil, com uma intensidade polêmica rica de significado.

Ora, chegando a este ponto, uma nova interrogação deve ser levantada: constitui a fixação do conceito um rompimento com a tradição clássica – seja a do tempo das profecias, seja a da época de sua dicionarização? Para responder a esta indagação, um outro ângulo terá ainda de ser abordado: o que respeita à análise da maneira como se deram os embates entre as velhas e as novas demandas, sobretudo, nas linhas demarcatórias de um “novo tempo”, que passaram pelas preocupações com a “portugalidade” e suas relações com a “brasilidade”. Estes serão os próximos passos desta história.

¹⁰⁶ OLIVEIRA, Vítor Amaral de. *Sebástica...*

CAPÍTULO 2

EM DEMANDA DOS SEBASTIANISTAS PORTUGUESES (E DE D. SEBASTIÃO)

2.1 Novas demandas em torno de velhos problemas

O paulatino crescimento de uma visão mais secularizada do mundo, que levou à ruína dos velhos mitos e à construção de novos (a ciência, o progresso, o homem, a história), teve igualmente incidências no horizonte de crenças que envolviam o destino de D. Sebastião. Esta transformação já seria detectável nas primeiras décadas do século XIX, conjuntura em que a figura do *sebastianista* foi vista de um modo não homogêneo, pois, se, para uns, seria anacrônica e excêntrica, para outros, possuía valor e desempenhava funções sociais que importava recuperar.¹⁰⁷

Este processo de “eliminação” e, ao mesmo tempo, de inserção em diferentes redes discursivas constitui uma rica possibilidade de análise das metamorfoses sofridas pela problemática sebástica no decurso do século XIX, nomeadamente a partir do impacto que tiveram os textos de padre José Agostinho de Macedo (inícios do século XIX) e de outros autores envolvidos na chamada “Questão Sebástica”, da sua incorporação iconográfica, bem como de escritos para o teatro (com destaque para Almeida Garrett, ainda na primeira metade do século XIX) e de cariz historiográfico (com destaque para a produção histórica de Pinheiro Chagas, na segunda metade do século XIX). A partir desta seleção, poder-se-á perceber melhor como é que as diferentes reinterpretações foram se textualizando (e contextualizando), e como é que lançaram as condições para o definitivo enfrentamento intelectualizado da temática sebástica entre fins do século XIX e inícios do século XX.

À luz deste propósito, a nossa demanda terá como novo ponto de análise as releituras das *Trovas* do sapateiro Gonçalo Anes, o Bandarra (1500-1556)¹⁰⁸ – realizadas desde os finais

¹⁰⁷ Segundo BESSELAAR, José van den. *O Sebastianismo: história sumária*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987. p. 184. Para o autor, a partir de 1820 não havia mais *sebastianismo* em Portugal, estava morto, nomeando como folclórico o que adveio a partir dali. Esta tese foi categoricamente questionada em: MEDINA, João. O sebastianismo: exame crítico dum mito português. In: MEDINA, João (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Clube Internacional do Livro, 1995. v. 6, p. 254.

¹⁰⁸ Uma cópia do “Processo de Bandarra” foi publicada por Teófilo Braga em 1873 a partir de suas pesquisas na Torre do Tombo. Outra cópia do processo que o Santo Ofício lançou sobre Bandarra também se encontra em: AZEVEDO, João Lúcio de. Documentos e Apensos. In: _____. *A Evolução do Sebastianismo*. 2. ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora A. M. Teixeira & C.a, 1947. p. 123-129. Sobre Bandarra e as suas *Trovas* ver: HERMANN, Jacqueline. Bandarra: trovador do império português. In: _____. *No Reino do Desejado: a construção do sebastianismo em Portugal (séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 23-72.

do século XVIII e do período das invasões francesas.¹⁰⁹ A escolha impõe-se porque pensamos que os conceitos atrás convocados e, em particular, o de *sebastianismo*, não podem prescindir de um entendimento de sua gênese e fixação em termos diacrônicos. Como já se sugeriu, a fixação do vocabulário sebástico foi fruto de um longo processo de elaboração de distintos repertórios que, dispersos, foram sendo aglutinados na era dos “ismos”. Tal ocorreu, apenas, em fins do século XIX, através de uma mediação intelectual mais relevante e numa época em que a consciência decadentista e de crise os tornaram ideologicamente mais operativos.

Se, como vimos, a referência para a incorporação do termo *sebastianista* no dicionário *Moraes* foi a obra *A Arte de Furtar* – por vezes forçosamente atribuída ao padre Antônio Vieira¹¹⁰, talvez pelo fato de em seus sermões se invocar indiretamente a metáfora do Rei Encoberto –, a verdade é que, no decurso do século XVIII, sobretudo na segunda metade, durante o governo do Marquês de Pombal (1699-1782), houve uma tentativa para eliminar os “resquícios” de uma credulidade que já se afigurava como discrepante com os novos tempos.¹¹¹ Neste sentido, não foram apenas os jesuítas os perseguidos, mas também, os *sebastianistas* – talvez, em parte, vistos como criação daquela ordem religiosa. Ou seja, foi o momento em que se esboçou uma tentativa de ruptura com determinados valores e em que se buscou, sob a inspiração iluminista, aproximar Portugal da realidade econômica, administrativa e social dos países mais desenvolvidos da Europa.

Ora, estas mudanças tinham de implicar uma reelaboração dos valores da própria sociedade portuguesa, cuja crise se agravara entre fins do século XVIII e inícios do século XIX, sob a constante ameaça das novas ideias políticas, sociais e econômicas que se foram propagando com maior intensidade após a Revolução Francesa (1789), pondo em causa toda a estrutura em que assentavam os interesses, ideias e valores típicos das sociedades do Antigo Regime. Portanto, foi nesta fase transitória que se instaurou, também, uma nova forma de nomear a figura do *sebastianista*.

¹⁰⁹Ver: ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de. As Invasões Francesas e a afirmação das ideias liberais. In: TORRALBA, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (coord.). *O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Estampa, 1993. v. 5 (Coleção de História de Portugal).

¹¹⁰ O padre Antônio Vieira (1608-1697) defendeu arduamente a ideia de que Portugal seria o lugar do Quinto Império. Entre os seus principais escritos estão: *Clovis Prophetarum, História do Futuro* (2 v.); *Esperanças de Portugal* e *Defesa do Livro Intitulado Quinto Imperio*. Nestes textos retomou a componente messiânica da crença sebástica e a associou à figura de D. João IV como sendo o Rei “Encoberto”, o “Esperado” para Restauração. Sobre esta questão, ver: MARQUES, João Francisco. A utopia do *Quinto Império* em Vieira e nos pregadores da Restauração. *E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia*, n. 2, 2004. Disponível em: <http://www.letras.up.pt/upi/utopiasportuguesas/e-topia/revista.htm>. Acesso em: 25 jul. 2012.

¹¹¹ Sobre o Marquês de Pombal, ver: AZEVEDO, João Lúcio de. *O Marquês de Pombal e sua época*. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil, 1922; MACEDO, Jorge Borges de. *O Marquês de Pombal (1699-1782)*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1982.

Por outro lado, os devotos de D. Sebastião, que por algum tempo quase haviam desaparecido em virtude das perseguições do governo de Pombal (1750-1777), deram sinais de vida no início do século XIX. Este reaparecimento é explicável pelo novo contexto de crise e instabilidade: as invasões francesas (1807-1810); o deslocamento da família real para o Brasil (finais de 1807); a presença inglesa; a guerra. De onde não ser descabido supor que esse fenômeno não tenha sido estranho à analogia que a ausência do rei e a nova ameaça estrangeira convidavam a fazer-se com dois traumas antigos já vivenciados pelos portugueses quando da morte/desaparecimento de D. Sebastião em Alcácer Quibir (1578) e da consequente anexação do país a Castela durante sessenta anos, pois que a independência somente seria reinstaurada em 1640. Toda a reativação desta memória histórica não deixou de causar angústias que se repercutiram nos ânimos dos principais pensadores da época e cujas ideias acabaram por ser difundidas devido ao papel que a imprensa tinha ganhado na formação da opinião pública. Ora, entre as obras que alcançaram destaque encontram-se, a par das que circulavam manuscritas, as novas edições impressas de textos de cunho proféticos, em particular, as *Trovas* do sapateiro Gonçalo Anes, o Bandarra, cujas releituras foram sendo feitas sob o calor do momento.¹¹²

Diversos elementos ligados ao repertório de uma tradição discursiva sobre a crença sebástica foram sendo reapropriados no decurso do século XIX, em consonância com as problemáticas de um tempo onde os homens se digladiavam entre os anseios por mudanças e o esforço reiterado pelas permanências. É neste sentido que *As Trovas* do sapateiro Bandarra e a tradição do “Encoberto” (depois transformada no “Desejado” quando associada ao rei D. Sebastião) foram relidas e ganharam novas evidências. Com efeito, estes textos deram continuidade a uma longa tradição de “profetismo” que advinha, sobretudo, da antiga sociedade portuguesa (mas não só)¹¹³ e, por isso, constituiu-se numa cultura que para uma abordagem do fenômeno sebastianista no século XIX precisa ser levada em consideração.¹¹⁴ E se, com o tempo, o sapateiro Bandarra foi quase esquecido, as suas *Trovas*, mesmo proibidas,

¹¹²Ver AZEVEDO, João Lúcio de. *A Evolução do Sebastianismo*. 2. ed. corrigida e simplificada. Lisboa: Livraria Clássica Editora A. M. Teixeira & C.a, 1947. Uma discussão pautada pela renovação historiográfica foi realizada por HERMANN, Jacqueline. *No Reino do Desejo: a construção do sebastianismo em Portugal, séculos XVI-XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Sobre tudo, na parte em que a autora discute a “circularidade cultural” e as reapropriações das *Trovas* de Bandarra. p. 23-72.

¹¹³ Sobre experiências de outras sociedades européias, ver: DELUMEAU, Jean. *A Civilização do Renascimento*. Lisboa: Edições 70, 2004; BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

¹¹⁴ De acordo com Rodrigues de Azevedo, as leituras e releituras das *Trovas* podem ser abordadas a partir de diferentes períodos ou divisões: Período Messiânico (1500-1578); Período Sebástico (1578 – 1640); Período Bragantino (1640-1652); Quinto Império (1652-1750); Período da Repressão Pombalina (1750-1799); Período do Século XIX (1799-1866). Citado por PIRES, António Machado. *D. Sebastião e o Encoberto...*, p. 77-78.

“continuaram a circular clandestinamente e eram avidamente procuradas. O bandarrismo tem (...) na sua base o messianismo judaico, e as *Trovas* circularam primeiramente nas comunidades de cristãos-novos, que no seu íntimo continuariam bem apegadas às suas crenças.”¹¹⁵ Na verdade, as *Trovas* e suas interpretações iniciais estiveram muito ligadas à leitura messiânica da experiência trágica e com a expectativa de redenção em torno do rei D. Sebastião, perspectiva que no decurso do século XVIII foi perdendo este cariz messiânico-judaico para se apresentar entre outros grupos ou “seitas” que não detinham necessariamente o fundo religioso judaico.

As edições mais conhecidas das *Trovas* de Bandarra – embora seja provável que outros textos clandestinos tenham circulado – são estas: 1603 (Paris, D. João de Castro); 1644 (Nantes); 1809 (Barcelona); 1810 e 1815 (Londres); 1823 (Lisboa); 1866 (Porto); 1911 (Lisboa). Elas foram fonte de inspiração para prosélitos, manipuladas de acordo com o momento histórico e o seu prolongamento no decurso do século XIX indicia, não só a curiosidade por um tema cada vez mais anacrônico, mas também a continuidade da existência de um público leitor: os “devotos do encoberto”.¹¹⁶

Na verdade, estas várias reedições das *Trovas* teriam partido da “matriz” de 1644 (Nantes) e, no Oitocentos – sobretudo no contexto das invasões napoleônicas – não só receberam o acréscimo de “outros versos”, como passaram a ser, para muitos portugueses, um “refúgio ao ataque francês”, na medida em que seus leitores projetavam as suas esperanças a partir das novas interpretações.¹¹⁷

Por causa das condicionantes históricas assinaladas, foi ainda no início do século XIX que se assistiu “a uma nova onda do ímpeto sebastianista, agora confrontado, dentro do reino, pelas correntes que se consideravam racionalistas”¹¹⁸, bem como por uma situação histórica em que não só se repetia a *ausência* do corpo místico do rei, como, com a ida de D. João VI para o Brasil e com a subalternidade política e econômica face à Grã-Bretanha, Portugal viu-se na situação de colônia. Daí que, no texto escrito, em 29 de maio de 1808, *Parecer dado*

¹¹⁵ PIRES, António Machado. *D. Sebastião e o Encoberto...*, p. 67.

¹¹⁶ Embora o foco principal desta tese não seja as *Trovas* de Bandarra, sobre elas há vários trabalhos de relevo, convém destacar: sobre as fontes das *Trovas*: 1. As Sagradas Escrituras; 2. O Mito do Encoberto; 3. Lendas e Profecias Peninsulares; 4. Reminiscências de Lendas Arturianas. Ainda sobre isto, destaca o estudioso Machado Pires que as *Trovas* podem ser vistas por três dimensões: o messianismo, o patriotismo e a literatura sebástica. PIRES, António Machado. *Op.cit.*, p. 75-76.

¹¹⁷ HERMANN, Jacqueline. D. Sebastião, sebastianismo e “memória sebástica”: as invasões francesas e os impasses da história portuguesa. In: AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de; CATROGA, Fernando; HERMANN, Jacqueline (org.). *Memória, escrita da história e cultura política no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. p. 106.

¹¹⁸ HERMANN, Jacqueline. D. Sebastião Contra Napoleão: a guerra sebástica contra as tropas francesas. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 117, jul/dez. 2002.

acerca da situação e estado de Portugal depois da saída de Sua Alteza Real e Invasão que neste reino fizeram as tropas francesas, se possa perceber as fragilidades políticas, econômicas e institucionais dessa conjuntura e entender diagnósticos como este: Portugal estava na iminência de perder tudo o que conquistou e de voltar a ser um “estado primitivo”, “(...) o mais desgraçado de todos os povos, e inútil a todas as Potências.”¹¹⁹

A gravura a seguir, produzida no calor do momento, representa bem o cenário em que se deu a invasão francesa. Carregada de um rico valor simbólico, onde alude, inclusive, às profecias de Daniel, a gravura mostra D. Sebastião em seu cavalo branco, dentro de uma nau a confrontar o exército francês que se encontrava no outro lado do rio Tejo. Dando apoio ao Rei encontram-se os ingleses. Portanto, estamos perante uma rica expressão do ardor sebastianista, que explora a expectativa no futuro preenchimento do vazio deixado pela “morte” do rei, já que se espera que D. João VI regressasse para enfrentar os males que, com a fuga, iriam afligir Portugal.

¹¹⁹ MACEDO, José Agostinho de. Parecer dado acerca da situação e estado de Portugal depois da saída de Sua Alteza Real e Invasão que neste reino fizeram as tropas francesas. In: *OBRAS ineditas de José Agostinho de Macedo*: cartas e opusculos, documentando as memórias para a sua vida íntima e sucessos da história litteraria e politica do seu tempo. Prefação de Teófilo Braga. Lisboa: Por ordem e na Typographia da Academia Real das Sciencias, 1900. p. 305; p. 312. (Disponível online em: www.googlebooks.pt). Uma análise mais aprofundada encontra-se em: BARATA, Maria do Rosário Themudo. As crises e o sebastianismo. A propósito de José Agostinho de Macedo. In: *COLÓQUIO O SEBASTIANISMO*. Política, Doutrina e Mito (sécs. XVI-XIX). Lisboa: Edições Colibri/Academia Portuguesa da História, 2005. p. 329-338.

Figura 01 - A visão do profeta Daniel – Estampa de agosto de 1810 (com vulto de D. Sebastião).



Fonte: VITORINO, Pedro. O Sebastianismo na Iconografia Popular (Novos Documentos). *Portucale*: revista ilustrada de cultura literária, científica e artística, Porto, v. 1, n.1, p. 24, jan/fev. 1928.¹²⁰

De fato, desta eloquente imagem destaca-se, ao centro, a figura do rei D. Sebastião, descrita por Pedro Vitorino pelas seguintes palavras:

O motivo principal da composição cifra-se numa vistosa nau de guerra, singrando o Tejo a todo o pano; abarrotada de guerreiros com armadura, exército que D. Sebastião em pessoa comanda, o qual se vê montado num cavalo branco, com uma espada de fogo na mão, prestes a juntar-se aos defensores do sagrado solo da Pátria. No alto do mastro grande trapeja a

¹²⁰ Pedro Vitorino (1882-1944) foi médico, arqueólogo, militar, historiador e etnólogo.

bandeira com a figura do crucifixo, que D. Sebastião hasteava no seu navio quando largou para a África.¹²¹

Por outro lado, também no âmbito desta instabilidade institucional, havia o temor em torno da propagação das ideias liberais que começavam a ganhar corpo nas primeiras décadas do século XIX¹²² e a emergência de uma nova “questão sebástica” esteve diretamente associada a um receio por parte daqueles que viam o ativismo do povo com suspeição e “desprezo”. Enfim, para o que neste debate se norteia, convém frisar que a temática sebástica surgiu indissociável de visões políticas em confronto, tendo então (a prosélita e a contestatória) atingido uma dimensão que não voltará a repetir-se daí para frente, numa correspondência inversa à sua crescente historicização intelectualizada.

2.2 Em demanda dos sebastianistas

Como se escreveu atrás, um dos mais eloquentes discursos sobre a retomada da temática sebástica no início do século XIX saiu da pena do padre José Agostinho de Macedo (1761-1831) em reação ao “aluvião” sebastianista que tomou conta de Portugal, mais uma vez, no período de crise. Foi sob uma inspiração “iluminista” (paradoxal, é verdade), que ele encetou uma “guerra” contra os “sebastianistas” e outras “seitas” como a maçonaria. As palavras de Mega Ferreira, na apresentação de sua recente biografia sobre Agostinho de Macedo, situam-no bem perante os dilemas de sua geração na transição do século XVIII para o XIX. Como pregador, poeta, panfletário e político foi um exímio polemista que buscou imprimir o seu nome. Ou seja,

José Agostinho de Macedo: um nome. E um nome de guerra, para mais, que foi assim que ele quis ser conhecido, e em tudo (ou quase) deixou lavrado o seu nome, para que não ficassem dúvidas sobre o mentor da cruzada, das múltiplas cruzadas em que, com indómito espírito guerreiro, se meteu.¹²³

Os discursos produzidos pelo padre Agostinho de Macedo foram reveladores de um homem que tinha uma visão, por vezes, delirante, inquieta, ansiosa, instável e que vivenciava

¹²¹ VITORINO, Pedro. O Sebastianismo na Iconografia Popular (Novos Documentos). *Portugale*: revista ilustrada de cultura literária, científica e artística, Porto, v. 1, n. 1, p. 26, jan/fev. 1928.

¹²² Sobre o liberalismo em Portugal, ver: TORRALBA, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (coord.). *O Liberalismo* (1807-1890). Lisboa: Estampa, 1993. v. 5 (Coleção de História de Portugal)

¹²³ FERREIRA, António Mega. *Macedo: uma biografia da infância*. Porto: Sextante Editora, 2011. p. 19.

o “sintoma do desconcerto de uma época”, como bem o afirmou Mega Ferreira. E foi justamente desta ambientação que ele lançou a sua demanda contra os “sebastianistas”. É que a visão anti-sebastianista de Agostinho de Macedo revela-nos, também, uma leitura própria de mundo. Uma leitura que demonstra o ímpeto de um autor que queria um lugar de relevo na intelectualidade portuguesa e que, em nome disso, em nome do reconhecimento, não mediu esforços no sentido de demonizar o adversário.

O seu discurso de polemista (contra, entre outros, Bocage¹²⁴, Pato Muniz e Almeida Garrett), insere-o, contudo, numa problemática mais ampla, que não se resume ao combate contra o *sebastianista*. Na verdade, seu intento era também atacar outros alvos. Como contrarrevolucionário, incomodava-o a maçonaria e as ideias liberais vistas, também, como uma ameaça aos poderes estabelecidos. Eram os ecos dos novos tempos e ideias que tinham em Agostinho de Macedo um pensador incomodado (e incômodo).

Entre os vários textos, cartas, opúsculos, folhetos e memórias que vieram a público durante o período das polêmicas “sebásticas”, destacamos o texto *Os sebastianistas: reflexões críticas sobre esta ridícula seita* (1810).¹²⁵ Pela sua elaboração discursiva, este escrito nos permite abordar três questões básicas: perceber o seu exercício arqueológico – na medida em que dialoga com a produção anterior sobre D. Sebastião e a problemática sebástica; as releituras das *Trovas de Bandarra* e de outros textos de cunho proféticos e suas respectivas adequações aos novos tempos e desígnios; e, finalmente, a dimensão crítica que animara tanto

¹²⁴ Sobre a sua polémica com Bocage parece ser esclarecedora a seguinte leitura: “em 1801, Bocage incompatibiliza-se com ‘a mente erma de ideias, nua de arte’ de José Agostinho de Macedo. Não leva a sério o seu enciclopedismo filosófico, demasiado arrogante e intolerante para ser autêntico. O confronto de Bocage – homem de passado jacobino, livre-pensador e deísta inconformado – com o seu êmulo esclarecido José Agostinho de Macedo – antijacobino militante, católico e realista conservador – espelha, exemplarmente, a conflitualidade ideológica e política que atravessa o horizonte cultural das Luzes, nos albores do século XIX”. In: ARAÚJO, Ana Cristina. *A Cultura das Luzes em Portugal: temas e problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003. p. 100.

¹²⁵ MACEDO, José Agostinho de. *Os Sebastianistas: reflexões sobre esta ridícula seita*. Lisboa: Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo/Impressor do Conselho de Guerra, 1810. Evidentemente, vários outros folhetos e opúsculos foram publicados no âmbito da “questão sebástica”, a exemplo do *ANTI-SEBASTIANISMO ou antídoto contra vários abusos*. Lisboa: na Imprensa Régia, 1809; *EXAME e juízo crítico sobre o papel intitulado “Anti-sebastianismo”*, anunciado na Gazeta de Lisboa de 28 de setembro do presente ano. Lisboa: Imprensa Régia, 1809. Sobre esta questão, há estudos específicos e de folêgo, a exemplo de HERMANN, Jacqueline. *Sebastião Contra Napoleão...* e BARATA, Maria do Rosário Themudo. *As crises e o sebastianismo...* A escolha por um dos textos de Macedo justifica-se pelo fato ser um texto emblemático para a nossa investigação na medida em que reforça a nossa hipótese de que ainda no início do século XIX o que regularmente nomeia-se como “sebastianismo” estava associado à noção de “seita” e não a um corpo intelectualizado (sobre a associação entre “seita” e “sebastianismo”, ver: SILVA, Innocencio Francisco da. *Memórias para a Vida Intima de José Agostinho de Macedo*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1899. p. 65; p. 66.). Além disso, convém destacar, dois pontos: a) o reforço de uma visão negativa do “sebastianista”, cujos ecos ainda foram sentidos e ressignificados em fins do século XIX e inícios do século XX; b) o exercício de construção argumentativa da negação acaba por fazer, também, uma arqueologia da recepção de textos e outros documentos que tratam direta ou indiretamente da problemática sebástica.

os seus anátemas contra a “seita” dos sebastianistas – uma problemática antiga –, como contra a “seita dos Pedreiros livres”, suspeita de simpatias para com os ideais de “igualdade” e de “liberdade”, logo, para com a Revolução Francesa.¹²⁶ Nesta linha de pensamento, para ele, o maçon

tornou-se sinónimo de liberal, com ou sem identificação jacobina tornou-se igualmente sinónimo de anseio pela modernização do estado, da sociedade e da cultura, com ou sem revolução. Os homens de meio termo, respeitadores do princípio monárquico e da dinastia reinante, assim como da religião católica e de uma ordem social hierárquica, davam o tom nas lojas e detinham as rédeas do poder.¹²⁷

Ora, ao polémico Agostinho de Macedo incomodava-lhe, sobretudo, a ideia de modernização e as mudanças advindas com ela, principalmente as suas consequências no afrouxamento da hierarquia social e institucional. Daí, sua leitura ácida das invasões francesas e dos franceses, sempre suspeitos de estarem mancomunados com os “maçons”. Por isso, o seu texto *Os Sebastianistas* começa com uma descrição do cenário das invasões francesas em Portugal, dando-nos detalhes das ressonâncias da presença do invasor no cotidiano da sociedade portuguesa e não deixando de lançar as responsabilidades para cima dos “Pedreiros livres” (maçons)¹²⁸, ao mesmo tempo que atacava o chefe maior dos invasores, Napoleão Bonaparte: “um ladrão vaidoso, um Déspota sem talentos, pigmeu no corpo, e na alma se declara árbitro do Mundo, e comete impunemente os mais atrozes crimes, de que se lembra a História dos Tiranos”.¹²⁹

Incomodava também a Agostinho de Macedo a passividade não só de parte do povo português, mas, também, das demais nações europeias perante a figura “tirânica” de Bonaparte, embora não deixasse de levar em consideração a ideia de que a Inglaterra não havia perdido muito com isso, já que vinha apresentando uma capacidade incrível de expansão dos seus mercados para outras partes do mundo como América, África e Ásia. Mas, se a crítica de Macedo foi lançada para os maçons e para os franceses, ela elegeu como principal alvo o *sebastianista*. Ouça-se o seu lamento:

¹²⁶ Sobre a maçonaria em Portugal, ver: DIAS, Graça Silva; DIAS, J. S. da Silva. *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1980. v. 1, t. 2, p. 421. Ainda nesta obra, o autor faz uma análise sobre os discursos de Agostinho de Macedo revela-o como “A desinformação filosófica de Macedo” sobre as questões filosóficas do liberalismo. p. 421.

¹²⁷ DIAS, Graça Silva; DIAS, J. S. da Silva. *Op.cit.*, p. 597.

¹²⁸ Sobre a maçonaria, Agostinho de Macedo também escreveu: *Refutação dos princípios metafísicos e Morais dos Pedreiros Livres e Iluminados*. Lisboa: Imprensa Régia, 1816.

¹²⁹ MACEDO, José Agostinho de. *Os Sebastianistas: reflexões sobre esta ridícula seita*. Lisboa: Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo/Impressor do Conselho de Guerra, 1810. p. 31.

Entre tantas mágoas que partem o coração, eu sinto uma de não menor calibre, que me impacienta, me exaspera, e me tira todo o sossego; já não vemos Franceses, mas ainda vemos, suportamos e aturamos os Sebastianistas, atroz flagelo, causa contínua da nossa infâmia, e que por vezes nos têm feito passar no conceito dos estranhos por um povo de estúpidos e semibárbaros. Que se pode esperar de uma Nação, disse, e escreveu um Franchinote, donde metade do povo espera o Messias, e a outra metade o Rei D. Sebastião! Esteve esta mania abafada por muitos anos, apenas algum Ginja guardador de Trovas, e disparates se entretinha em segredo com outro da sua estrofe em profundas meditações, fundadas sobre a demonstrada autenticidade da certidão dos Capuchos; mas não se atrevia a sair a público, ou temendo a pedrada, ou a perpétua aposentadoria na Casa dos Orates.¹³⁰

Pelo exposto, percebe-se que Agostinho de Macedo munuiu-se de todo um amplo léxico para demonstrar o quanto de vergonhoso e ridículo, aos olhos do exterior, seria a imagem de uma “nação” onde, em pleno alvorecer do século XIX, se acreditava ainda em profecias e num rei morto há muito tempo. Para tais crentes só haveria um lugar: a “Casa dos Orates”. E, o fato do tema sebástico e de sua expressão social ter readquirido relevo inquietou bastante Agostinho de Macedo. Eram velhas ideias que voltavam a circular e ele foi ao seu enalço. Ainda conforme suas palavras: “eis repentinamente se derrama por toda a parte uma aluvião de Sebastianistas, e tanta e tamanha feira de papéis chamados proféticos, que para mais penas sentir, depois de nos vermos alagados de desgraças, nos vimos também afogados de parvoíces.”¹³¹

Ao fazer este deslocamento, Agostinho de Macedo também acabou por retomar escritos antigos que voltaram a circular naquele momento e sobre os mesmos iniciou um exame dos “anais memoráveis desta estúpida seita, de combinar umas com outras as suas épocas, os diferentes objectos da sua crença irrisória e pueril, de ler os seus expositores, e analisar as diversas aplicações que davam as trovas enigmáticas do Sapateiro Bandarra, do Sapateiro Simão Gomes...”¹³² Na verdade, da sua tentativa de expor os resquícios de “sebastianistas”, os textos de Macedo e de outros autores que compõem a chamada “Questão Sebástica” acabaram por efetuar, também, uma interessante “arqueologia” da própria história sebástica, já que, e seguindo o pensamento de Machado Pires, eles ajudaram a “compor uma história do sebastianismo, dando-nos elementos preciosos sobre esta crença e sua evolução;

¹³⁰ MACEDO, José Agostinho de. *Os Sebastianistas...*, p. 6-7. Casa dos Orates é o mesmo que hospício ou manicômio.

¹³¹ *Id.*, p. 7.

¹³² *Ibid.*

mais ainda: deixa entrever o que vai constituir uma linha de interpretação do fenómeno do sebastianismo e suas consequências no seio da vida nacional”¹³³, sobretudo ao qualificar a crença sebástica como “um delírio” e uma “pueril credulidade”.¹³⁴ Mas não foram apenas as *Trovas* que serviram para respaldo das “seitas” sebastianistas, pois, para Agostinho de Macedo,

Todas as Seitas têm sua origem, todas Heresias tiveram seus autores; esta Heresia política dos Sebastianistas também teve seu princípio, e seus autores, e da parte destes houve poderosos motivos de interesses individuais para os estabelecer e propagar. Estes motivos estavam bem patentes, e clarissimamente demonstrados na *Dedução Cronológica*, obra de Autor existente, e feita debaixo dos olhos de um grande Monarca a quem foi apresentada, e com a direção de um Ministro ao menos constante nas suas resoluções, e zeloso do bem da Pátria.¹³⁵

Ora, se nos remetermos ao dicionário *Morais*, em sua edição de 1813, o verbete “seita” significava: “sistema doutrinal, princípios Filosóficos, ou dogmáticos, que alguém tem, ou defende. § Errar a seita a alguém, enganar-se no que ele intenta, não lhe conhecer a sua arte, suas traças (...)”.¹³⁶ Ou seja, pautado por um discurso que legitima o lugar das instituições – o modelo de Estado e de sociedade –, Macedo, ao nomear os “sebastianistas” e os “pedreiros livres” como membros de “seitas”, estava a lançar sobre eles o olhar do desvio, que incomodava e que era preciso que fossem “eliminados”.

Estas leituras e observações levaram-no a uma reflexão histórica sobre os tipos de “raça sebastianistas”. A primeira, segundo anunciou, seria a dos “sebastianistas puritanos”, porque, fiados nas *Trovas*, esperavam pelo rei D. Sebastião que, quando reaparecesse – tendo cumprido a sua penitência numa “Ilha Encoberta”, conquistaria primeiro a África, depois enfrentaria os turcos e libertaria Jerusalém e a seguir viria “a Portugal com uma poderosa

¹³³ PIRES, António Machado. *D. Sebastião e o Encoberto*: estudo e antologia. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982. p. 13.

¹³⁴ MACEDO, José Agostinho de. Prefacção. In: _____. *Os Sebastianistas*: reflexões sobre esta ridícula seita. Lisboa: Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo/Impressor do Conselho de Guerra, 1810.

¹³⁵ MACEDO, José Agostinho de. *Op.cit.*, p. 15-16. A *Dedução Cronológica e Analítica*, escrita por José de Seabra da Silva, em 1759, foi publicada em 1768, constitui uma das principais fontes documentais para a história de Portugal produzidas no período pombalino. Naquela altura os “jesuítas” foram acusados como propagadores da crença sebastianista, sendo que as *Trovas* de Bandarra teriam sido criação do Padre António Vieira. Ver: SILVA, Rebello da. *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867. v. 3, p. 104; AZEVEDO, João Lúcio de. *A Evolução do Sebastianismo*. 2. ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1947. p. 51; p. 62; p. 67; OLIVEIRA, Vítor Amaral de. *Sebástica*... p. XXXII; DEDUÇÃO Cronológica e Analítica. In: SERRÃO, Joel (org.). *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativa Editoriais, 1971. v. 1, p. 791-792.

¹³⁶ *DICCIONARIO da Lingua Portuguesa* recopilado dos vocabularios impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado, e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro offerecido ao muito alto, e muito poderoso Principe Regente N. Senhor. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. t. 2, p. 681.

armada” derrotar o rei Felipe.¹³⁷ A segunda “raça de sebastianistas” era oriunda da primeira, pois os seus prosélitos, afeiçoados nas mesmas *Trovas*, projetavam em D. João IV uma nova versão do Rei Esperado para levar Portugal à Restauração.¹³⁸ Por fim, a terceira “raça” foi descrita por Macedo nas seguintes palavras:

Destas duas raças de mentecaptos ou maliciosos nasceu agora repentinamente outra de homens verdadeiramente destampados, que amalgamando as trovas todas, metendo sem que, nem para que o juramento do Rei D. Afonso Henriques, sobre a aparição que nós todos piamente acreditamos, clamam importunissimamente que há de vir, e está chegando por instantes o Rei D. Sebastião, a quem a Rainha N. Senhora há de entregar o Cetro, e apenas o apanhar, correr a Évora, e matar Bonaparte (este é o último excesso da demência humana!). Eu me tenho enjoado de maneira, que nem ainda mesmo feito de ferro me poderia conter.¹³⁹

Esta última “raça” talvez seja a mais inconveniente, dado que apareceu numa época muito posterior ao desaparecimento de D. Sebastião, sobre quem Agostinho de Macedo reiteradamente afirma que estava morto desde 04 de agosto de 1578. Mas, “esta mansa, mas prejudicial loucura tem contaminado até personagens respeitáveis, e de fama literária”¹⁴⁰, o que só reforçava ainda mais a sensação de “vergonha”. Basta lembrar, que a partir da leitura de algumas profecias, muitos portugueses esperavam piamente pelo regresso de D. Sebastião no período da semana santa de 1808.¹⁴¹

Por tudo isso, entende-se que, para ele, as seitas, fosse a dos *sebastianistas*, fosse a dos “pedreiros livres”, eram prejudiciais à nação. E Agostinho de Macedo expôs a tese principal de seu “tratado” através de quatro destacadas “proposições”:

- I. Um Sebastianista é um mau Cristão;
- II. Um Sebastianista é um mau Vassalo;
- III. Um Sebastianista é um mau Cidadão;
- IV. Um Sebastianista é o maior de todos os tolos.¹⁴²

¹³⁷ MACEDO, José Agostinho de. *Os Sebastianistas...*, p. 9.

¹³⁸ Para reforçar tal argumento Agostinho de Macedo citou: ULYSSIPONENSE, D. Gregório de Almeida (João de Vasconcellos ou Padre Manoel de Escobar). *Restauração de Portugal Prodigiosa*. Lisboa: Antonio Alvarez, 1643.

¹³⁹ MACEDO, José Agostinho de. *Op. cit.*, p. 12.

¹⁴⁰ *Id.*, p. 12.

¹⁴¹ FERREIRA, António Mega. *Macedo...*, p. 140.

¹⁴² MACEDO, José Agostinho de. *Op.cit.* p. 14.

Estas quatro proposições podem ser sintetizadas da seguinte forma: o *sebastianista* não é um mau cristão pelo fato de ter respeito e carisma pelo rei D. Sebastião, mas simplesmente por acreditar em seu regresso muitos anos após a sua morte/desaparecimento. De fato, é lógico que a ausência do Rei causara um grande transtorno ao povo, que “via o Reino perdido, o Trono sem sucessão, o exército desbaratado, e sem remédio, levantou seus clamores, e voltou seu ódio contra os verdadeiros autores, e instigadores da infeliz Jornada.”¹⁴³ Ora, para atenuar as problemáticas políticas e ao mesmo tempo dar um alento,

para remediar o mal e fazer sossegar o indignado Povo, foi preciso uma pelotica jesuítica; e bem sabiam eles a que seita davam princípio com o seu piedoso, e moquenquíssimo artifício! Começaram a espalhar que o Rei se retirara do campo (...) e esperavam D. Sebastião, porque quando se desvaneceu a esperança de sua natural conservação passado um século, em que podia viver sem milagre, continuou a esperança da vinda afiançada em sobrenatural e milagrosa conservação.¹⁴⁴

Com isto, o polemista divulgava uma tese acerca dos artífices mobilizadores da crença dos “sebastianistas”: os jesuítas.

Em consonância com as leituras proféticas das *Trovas* de Bandarra, do *Pretinho do Japão* e outros textos, teve origem a “seita”, e este qualitativo de “seita” lhes foi atribuído por ir de encontro ao que rezam as “Escrituras”, ou seja, mesmo que as *trovas* consistissem, também, num texto adaptado em torno de interpretações do Velho Testamento, não consistiam numa documentação que Agostinho de Macedo podia aceitar. Logo, para ele, o “sebastianista” era um mau cristão por incorrer no ato pecaminoso da “blasfêmia”, e suas convicções não estavam respaldadas pelo texto das Escrituras.

Quanto à segunda proposição, afirmou-se que o “sebastianista” era um “mau vassalo” porque estava à espera de um rei que já morreu e já foi sepultado, em detrimento daquele que foi elevado ao trono aquando do período da Restauração em 1640 (o Duque de Bragança). De onde,

Esperar pois o Rei D. Sebastião morto e sepultado há 200 para 300 anos, e berrar e clamar que ele está vivo e encoberto em uma Ilha mais quimérica, que a do Governador Sancho Pança, é uma manifesta Rebelião, e um clamor público de que existe intruso no Trono a Dinastia de Bragança. Se os Sebastianistas não fossem sempre reputados loucos rematados, teriam sido castigados em todas as épocas, porém o ministério sempre olhou para este

¹⁴³ MACEDO, José Agostinho de. *Os Sebastianistas...*, p. 18.

¹⁴⁴ *Id.*, p. 18-19.

miserável bando com a mesma compaixão, com que nós costumamos olhar para a Casa dos Orates, divisando ali uma das desgraças inseparáveis da humanidade.¹⁴⁵

Agostinho de Macedo retomou inclusive o “milagre de Ourique” (Batalha de Ourique, contra os mouros, onde, em 1139, Cristo teria aparecido a D. Afonso Henriques) para afirmar que, se este era passível de crença, o mesmo não se aplicava ao milagre da volta/regresso de D. Sebastião. E invocava as suas leituras e releituras das Escrituras Sagradas para sustentar que o livro não continha qualquer referência ao “Encoberto”, ou à “decadência” ou ao “termo da Monarquia Portuguesa”.¹⁴⁶ Percebe-se esta argumentação, pois a sua hermenêutica das profecias e vaticínios visava descredibilizar os argumentos dos crentes “sebastianistas”, e, em particular, daqueles que designou por “sebastianistas modernos”.¹⁴⁷ Enfim, o “sebastianista” era um mau vassalo, na medida em que desrespeitava a autoridade que ocupava o trono naquele período em detrimento de uma possível volta do “verdadeiro” rei, do rei há mais de dois séculos ausente.¹⁴⁸

Quanto à terceira proposição, afirmou que um “sebastianista” era um “mau cidadão”, equiparando-o aos “Pedreiros livres”, seita que “começou a assoalhar no Povo quiméricas e irrealizáveis ideias de liberdade e igualdade, a prometer-lhe um estado de coisas, que reproduziria no Mundo o Século dourado, e desta maneira iludido o dispôs para a fatal revolução, que foi o maior de todos os males que tem vindo à Terra.”¹⁴⁹ Naturalmente, esta equiparação não implicava o não reconhecimento das suas diferenças. Por isso, esclareceu:

Sei que um Pedreiro livre é mau Cidadão por uma malícia, e que um Sebastianista é mau Cidadão por pura ignorância, parvoíce, e materialidade; porém também posso dizer que os Sebastianistas como loucos varridos, doutos rematados, e tolos soleníssimos, como abaixo veremos, são cúmplices involuntários dos Pedreiros livres, e sem o quererem ser, ou sem se lembrarem, que o são, uns muito maus e perniciosos Cidadãos.¹⁵⁰

Por fim, temos a quarta proposição, que afirma ser o “sebastianista” o “maior de todos os tolos”. Para apoiar o seu discurso, Macedo convocou o *D. Quixote*, de Miguel de Cervantes, para concluir: “julga-se da tolice de um homem pelos grãos da sua credulidade”,

¹⁴⁵ MACEDO, José Agostinho de. *Os sebastianistas...*, p. 45-46.

¹⁴⁶ *Id.*, p. 50.

¹⁴⁷ A reflexão de Macedo baseou-se na análise da edição da *Trova* de Bandarra publicada em Londres, em 1809 e que chegou a Portugal provavelmente em 1810.

¹⁴⁸ Sobre esta noção, ver: MEGIANI, Ana Paula Torres. *O Rei Ausente: festa e cultura política nas visitas dos Filipes a Portugal (1581 e 1619)*. São Paulo: Alameda, 2004.

¹⁴⁹ MACEDO, José Agostinho de. *Op.cit.*, p. 71-72.

¹⁵⁰ *Id.*, p. 74.

“eis aqui a regra que se deve observar a respeito dos Sebastianistas; são os homens mais crédulos que existem no Mundo, e cuja credulidade tem menos razões e fundamentos.”¹⁵¹

Com isto, também recorreu a um fundamento psicologista para explicar o fenômeno em termos que insinuavam a presença de um comportamento patológico. Como a imagem que se reproduz patenteia, se o “sebastianista” aparecia como alguém que incomodava tal impertinência já não provinha do fato de ser visto, por alguns, como o “patriota”, mas como o “pateta”, o “louco”, que precisava ser retirado do convívio social.

Figura 2 - O último sebastianista – representação em porcelana de gravura de 1813.



Fonte: QUEIROZ, José. *Ceramica Portuguesa*. Lisboa: Typographia do Anuario Commercial, 1907. p. 115.¹⁵²

¹⁵¹ MACEDO, José Agostinho de. *Os sebastianistas...*, p. 91.

¹⁵² Esta imagem é também reproduzida em: VITORINO, Pedro. O Sebastianismo na Iconografia Popular. *Separata da A Águia*, Porto, n. 15 e 16, p. 21, 1923. Neste texto, o autor afirma que se trata, sem dúvidas, “do louco que em 1813 se fazia passar por enviado de D. Sebastião”.

O traje usado pelo indivíduo representado na imagem acima, e que se nomeia “sebastianista”, talvez nos pareça estranho. Neste sentido, para um melhor esclarecimento, convocamos uma descrição feita por António Cândido Franco, em sua biografia de D. Sebastião que, optando pela exploração do *sebastianismo* em sua perspectiva caricatural, afirma:

(...) por volta de 1813, quando a Europa se preparava para cobrir as suas estradas, aparecia na Baixa de Lisboa um tolo de letreiro ao pescoço a dizer que vinha da berbéria e que era o rei D. Sebastião. Tinha um penico de lata enfiado na cabeça, pintado com flores amarelas e vermelhas, e um albornoz castanho, daqueles que ainda hoje se usam em Tânger, com capelo de borla. Sentava-se nos degraus da igreja do Loreto e desfiava um rosário de histórias que as senhoras ouviam assustadas. É que o D. Sebastião, rei de Portugal, usava penico na cabeça, peregrinara a Meca e calçava agora umas chinelas de couro sebento. As criadas vinham trazer-lhe comida e os rapazes da Bica, de Santa Catarina ou do alto de S. Francisco passavam os dias atrás dele. Ele, acabado de chegar naquele estado da sua ilha de nevoeiro, batia em latas, fazia proclamações e falava de santidade. As famílias vinham de Xabregas ou da Penha de França vê-lo ao Rossio e não é difícil de pensar que o já tratassem por rei. Acabou sequestrado pela polícia num hospício da cidade, onde provavelmente nem sequer cama tinha para dormir, o que não impediu de continuar a dirigir petições a Lord Beresford em nome de D. Sebastião.¹⁵³

Resumindo o que se escreveu, podemos concluir, na senda da sugestão de Jorge Borges de Macedo, que o *sebastianismo* (ou melhor, os ecos sebastianistas) “(...) emerge sempre que a nacionalidade está ameaçada de absorção por motivo de uma opção política de uma figura governativa cuja supressão ocasionou essa ameaça: rei ausente, nacionalismo de espera, problema de capacidade para o trono”.¹⁵⁴ Ora, se foi assim, porém, não há dúvida de que certas manifestações podem não confinar-se às imagens negativas, como as transmitidas pelas leituras que reduzem o *sebastianismo* à passividade, ou à loucura. É certo que estas imagens foram sendo cristalizadas num período de longa duração, tornando-se um dispositivo que desqualificava a cultura política do povo.¹⁵⁵ No entanto, certas expressões da crença sebástica também representavam uma capacidade própria de “mobilização”, onde o ato de

¹⁵³ FRANCO, António Cândido. *Vida de Sebastião: Rei de Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1993. p. 174.

¹⁵⁴ BARATA, Maria do Rosário Themudo. As crises e o sebastianismo. A propósito de José Agostinho de Macedo. In: *COLÓQUIO O Sebastianismo*. Política, Doutrina e Mito (sécs. XVI-XIX). Lisboa: Edições Colibri/Academia Portuguesa da História, 2005. p. 333. A autora se inspirou nas discussões de Borges de Macedo.

¹⁵⁵ MACEDO, Jorge Borges de (entrevista). O Sebastianismo é uma posição política. *Semanário: cultura & ciência*, Lisboa, ano 2, n. 73, p. 41-42, 13 abr. 1985.

espera, sendo passadista, podia igualmente servir como âncora da “esperança”.¹⁵⁶

Neste aspecto, é inegável a relevância que a conjuntura política, social e cultural das primeiras décadas do século XIX ganhou nos desdobramentos da temática sebástica nos anos seguintes. Impregnou-se, de maneira mais articulada, uma nomeação do *outro* não só em consonância com os eventos históricos decisivos de Portugal, mas também através de uma mediação intelectual mais elaborada, características que a consciência decadente e de crise das últimas décadas da centúria irão instigar ainda mais, embora à luz de outros paradigmas justificativos, seja para despertar a crença e a esperança a ela ligadas, seja para articular uma ruptura com tais laços históricos (e, para alguns, anacrônicos).

Na verdade, aqueles textos e imagens acabaram, também, por constituir uma “ucronia”, um simulacro de expectativas de mundo reativadas que não estavam presas à irreversibilidade mecânica.¹⁵⁷ Mais do que isso, eles são inequívoco testemunho das mutações e sobrevivências da crença sebástica. Conforme afirma Jacqueline Hermann, em relação ao período da “Questão Sebástica”, esta foi desencadeada, não pela “‘pura credence de ignorantes’”, mas por um conjunto expressivo de escritos que, na onda do furor editorial do período, nos permite identificar a sobrevivência do sebastianismo, suas readaptações ao tempo e às diferentes conjunturas, e confirmar sua plasticidade e longevidade”.¹⁵⁸

Portanto, esta exposição em torno da “Questão Sebástica”, alimentada principalmente pelo padre Agostinho de Macedo, se concatena com a ideia de que a preocupação, em inícios do século XIX, estava voltada para a modelagem da figura do “sebastianista” no contexto do impacto do avanço da modernidade, pelo menos na sua vertente político-ideológica, consubstanciada na entrada de Portugal na “era das revoluções”. Procurou-se, tanto nos defensores da modernidade, como em Macedo, perceber o potencial revolucionário (e de caos) que a espera do “regresso” encerrava (daí, o paralelo que o último fez com os pedreiros-livres). Num momento em que a “ausência do Rei” e a ocupação estrangeira (primeiro francesa e, depois, inglesa) atualizavam o debate em torno de D. Sebastião e de seus seguidores, o *sebastianismo* ainda não se tinha autonomizado como um conceito explicativo

¹⁵⁶ Para o conceito de “esperança”, em relação aos destinos de Portugal, ver VIEIRA, António. *Esperanças de Portugal, Quinto Império do mundo*: primeira e segunda vida de el-Rei Dom João o quarto escritas por Gonçaleanes Bandarra. Lisboa: Nova Ática, 2007. (1ª publicação [17--]). Para outras abordagens, ver: ENTRALGO, Pedro Laín. *La Espera y la Esperança*: historia y teoria del esperar humano. Madrid: Revista de Occidente, 1957; BLOCH, Ernst. *O Princípio da Esperança*. Rio de Janeiro: Contraponto; Eduerj, 2006. 3 v. (1ª edição alemã 1954-1958); DESROCHE, Henri. *Sociologia da Esperança*. São Paulo: Paulinas, 1985.

¹⁵⁷ Sobre esta questão, ver: ANTUNES, António Lobo. *As Naus*. Lisboa: Edições Dom Quixote, 1988. Trata das memórias cruzadas, fragmentos de espera e desesperos, sonhos e delírios como aquele que envolve os ecos sebásticos depois da experiência em África.

¹⁵⁸ HERMANN, Jacqueline. Dom Sebastião contra Napoleão: a guerra sebástica contra as tropas francesas. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 119, jul/dez. 2002.

do modo de ser português, já que o que estava em causa dizia, sobretudo, respeito aos efeitos políticos visados pelos que propagavam a atualidade da espera.

2.3 Espectros sebastianistas em cena

A “Questão Sebástica” parece ter marcado definitivamente o fim da crença na encarnação física do “sebastianista” em Portugal. Entretanto, no âmbito do escopo de uma literatura romântica, apostada em apreender a índole nacional, essa figura será crescentemente ficcionada, em textos de literatos, poetas e teatrólogos que seguiram uma linha de pensamento inaugurada por Almeida Garrett (1799-1854).¹⁵⁹

Almeida Garrett teve uma intensa participação política, sendo uma personalidade de destaque na produção cultural portuguesa da primeira metade do século XIX, como eminente representante do “primeiro romantismo” português. Também foi considerável a sua atuação política na defesa e difusão das ideias liberais¹⁶⁰, demonstrando grande empenho na necessidade de reformas no país, o que se refletiu nas suas principais obras.¹⁶¹ Tomou parte no movimento que levou à “Revolução de 1820”, saindo para o exílio na Inglaterra, em 1823, após a “Vilafrancada”, a contrarrevolução absolutista liderada por D. Miguel. Regressa a Portugal em 1826 e, mais uma vez, com a retomada do trono por D. Miguel, foi obrigado ao segundo exílio, em 1828.

No campo literário, a década de 1820 representou uma guinada nas preocupações literárias garretteanas, quando deixa a estética literária greco-latina para adaptar o cânone romântico (a partir de sua vivência na Inglaterra, onde tomou contato com as obras de William Shakespeare e de Walter Scott), voltando-se, principalmente, para as “raízes” da cultura literária portuguesa, em poemas como *Camões* (1825) e *D. Branca* (1826), com o fito de, como o próprio afirma, “colher pelas ruínas de seus tempos heróicos os tipos de uma

¹⁵⁹ João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett.

¹⁶⁰ A “Revolução de 1820” constituiu uma primeira experiência portuguesa liberal que, apesar de sua curta duração (1820-1823), conseguiu, enquanto experiência política, abalar as estruturas do Antigo Regime. Como afirma a historiadora Isabel Nobre Vargues: “com efeito, a Revolução de 1820 consagra entre nós, o início dessa revolução legal e administrativa e marca a implantação do constitucionalismo, do parlamentarismo e do exercício da cidadania, surgindo necessariamente como um dos momentos decisivos da nossa história política liberal, um tempo diferente, intensa e emocionalmente vivido, porque pela sua complexidade contribuiu para o redimensionar da consciência nacional.” VARGUES, Isabel Nobre. *A Aprendizagem da Cidadania em Portugal* (1820-1823). Coimbra: Minerva, 1997. p. 22.

¹⁶¹ DIAS, Ana Paula. *Para uma leitura de Camões, Dona Branca e Romanceiro de Almeida Garrett*. Lisboa: Editorial Presença, 1999. Sobre as obras de Garrett disponíveis *online*, ver: Biblioteca Digital Almeida Garrett da Biblioteca Nacional de Lisboa, disponível em: <<http://purl.pt/96/1/obras/index.html>>. Acesso em: 18 jan 2012.

poesia mais nacional e mais natural”.¹⁶² Para Garrett, era uma forma de falar do povo num século que almejava ser democrático. E, neste sentido, o poeta, preocupado com a pátria¹⁶³, ousou abordar o “drama nacional”, prolongando as suas inquietações juvenis com a “coisa pública”, onde a preocupação com a instrução da população já tinha um lugar importante.¹⁶⁴

Para melhor ilustrar as suas tomadas de posição na década de 1820, convocamos uma das principais estudiosas do pensamento garretteano. Para Monteiro Paiva:

Quando os vintistas e Garrett com eles, quiseram referir com uma metáfora evocadora o movimento revolucionário de 24 de Agosto de 1820 chamaram-lhe, habitualmente, Regeneração. Sob o optimismo confiante desta palavra cheia de promessas, conotavam a campanha não só política, mas social, moral e cultural que, na crença do seu idealismo um tanto utópico, iria verdadeiramente reformar o tónus da Nação decaída.¹⁶⁵

Prova de sua atuação política e seu envolvimento com os destinos de Portugal foi a sua reflexão exposta no texto *Portugal na Balança da Europa*, recolha de artigos anteriores e que publicou, em Londres, em 1830, com o claro intuito de defender a liberdade e de atacar o “despotismo” do governo miguelista. Para Garrett, o mundo civilizado estava em crise e novas mudanças eram sentidas. O desafio era entender como a Península Ibérica iria reagir a isso, especialmente Portugal. Ora, esta questão passava pela necessária elevação do “povo” a um novo patamar. Era preciso despertá-lo e isto só viria pela “ilustração”, ou melhor, pela instrução.¹⁶⁶

Depois de seu regresso a Portugal em 1832 – onde fez parte, como “soldado raso da força expedicionária liberal, que colocaria no trono português dona Maria da Glória, filha mais velha do ex-imperador do Brasil, dom Pedro I”¹⁶⁷ –, participou na vitoriosa “revolução de Setembro de 1836”, conjuntura em que foi nomeado organizador do Teatro Nacional D. Maria I, um revelante espaço para criar e representar obras que “aportuguesassem” a cultura

¹⁶² GARRETT, Almeida. *Frei Luís de Sousa e Falar Verdade a Mentir*. Lisboa: Bertrand, 2009. p. 22.

¹⁶³ Para uma leitura interessante sobre o patriotismo no jovem Garrett e as expressões estéticas do liberalismo no âmbito das revoluções liberais ibéricas, ver: BERNARDES, Joana Duarte. O Moderno do Antigo: a estesia cívica do jovem Almeida Garrett nas revoluções liberais ibéricas. In: HERMANN, Jacqueline; AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de; CATROGA, Fernando (org.). *Memória, escrita da história e cultura política no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. p. 251-284.

¹⁶⁴ Sobre a problemática da modernidade romântica em Almeida Garrett ver estudos de: MONTEIRO, Ofélia Paiva. *A Modernidade Romântica em Garrett*. Disponível em: <http://www.pgletras.uerj.br/matraga/matraga18/matraga18a02.pdf> p. 45-63. Acesso em: 27 jun. 2012.

¹⁶⁵ MONTEIRO, Ofélia Paiva. *A Formação de Almeida Garrett: experiência e criação*. Coimbra: Centro de Estudos Românicos, 1971. v. 1, p. 221.

¹⁶⁶ GARRETT, Almeida. *Portugal na balança da Europa: do que tem sido e do que ora lhe convém ser na nova ordem de coisas do mundo civilizado*. Londres: S. W. Sustainance, 1830.

¹⁶⁷ PERFIL Biográfico. In: GARRETT, Almeida. *Viagens na Minha Terra*. São Paulo: Martin Claret, 2003. p. 254. (1ª. edição 1846).

dos espectadores.

Levando adiante o seu projeto de “nacionalização” da cultura, entre 1843 e 1850, publicou o primeiro volume de seu *Romanceiro e o Cancioneiro Geral*, evidenciando “o seu profundo empenhamento na organização da colectânea, identificando-a com a expressão autêntica do reencontro consigo próprio, que simultaneamente, e conforme julgava, seria a redescoberta das raízes da tradição literária portuguesa.”¹⁶⁸

No contexto desta preocupação com as “raízes” das tradições culturais portuguesas, a componente sebástica entrou em cena. Diferentemente de Agostinho de Macedo – com quem entrou em polémica por questões literárias –, Garrett utilizou o repertório mítico sebastianista para inseri-lo na problemática do destino da nação. Como romântico e liberal, sua preocupação com os costumes nacionais demonstrava outros tempos e desafios da história e da cultura portuguesas e as suas duas peças que tratam da temática sebástica (*Frei Luís de Sousa* e *As Profecias do Bandarra*) acabam por representar bem esse novo programa.

Frei Luís de Sousa

A peça *Frei Luís de Sousa*¹⁶⁹, escrita em 1843, consiste num drama trágico sobre o impacto da batalha de Alcácer Quibir (1578) no seio de algumas nobres famílias portuguesas, quando o país também estava afetado pela peste e encontrava-se ainda sob o domínio de Castela. O ambiente é de suspense, pois o personagem Telmo, o aio, acredita piamente na volta de seu senhor, D. João de Portugal, primeiro esposo de D. Madalena e que teria morrido, assim como muitos nobres, naquela fatídica batalha. Este crer é reforçado pelas palavras que teria escrito D. João à sua amada: “vivo ou morto voltarei”. Esta possibilidade é objeto de preocupação, pois D. Madalena, em virtude da morte do marido, acabou por se casar com o nobre D. Manuel.

Telmo é um crente: “E és tu que andas, continuamente e quase por acinte, a sustentar essa quimera, a levantar esse fantasma, cuja sombra, a mais remota, bastaria para enodoar a pureza daquela inocente, para condenar a eterna desonra a mãe e a filha...”¹⁷⁰ As “palavras misteriosas” de Telmo soam como a espectralidade que ecoa nos lares onde se fazem alusões

¹⁶⁸ FERREIRA, Maria Ema Tarracha. Introdução. In: GARRETT, Almeida. *Romanceiro*. Seleção, org., int. e notas de Maria Ema Tarracha Ferreira. Lisboa: Ulisseia, 1997. p. 22.

¹⁶⁹ Esta peça foi inspirada na vida de Manuel de Sousa Coutinho (1555-1632) que, ao se tornar eclesiástico, passou a se chamar frei Luís de Sousa. Destaca-se, também, que a peça de Garrett foi adaptada ao cinema pelo realizador António Lopes Ribeiro, em 1950.

¹⁷⁰ GARRETT, Almeida. *Frei Luís de Sousa e Falar Verdade a Mentir*. Lisboa: Bertrand, 2009. p. 35.

ao “desgraçado rei D. Sebastião” e, no fundo, ao “seu desgraçado povo” que não acredita em sua morte e ainda o espera. Em outro momento, a personagem Maria relembra a Telmo o livro que lhe havia prometido sobre a “ilha encoberta onde está el-rei D. Sebastião, que não morreu e que há-de vir um dia de névoa muito cerrada...”. Contudo, é repreendida pela mãe, pois aquelas histórias eram difundidas por alguns religiosos e também pelo “povo, coitado, [que] imagina essas quimeras para se consolar na desgraça”.¹⁷¹ Noutro momento, há um diálogo entre Telmo e Maria onde algumas profecias são comentadas.

Por fim, irrompe a história do regresso de D. João, disfarçado de velho maltrapilho e que se apresenta como um “romeiro”. Da consternação e instabilidade que se cria na casa, diz o irmão de D. Manuel, o padre Jorge: “Deixa estar; ainda pode haver dias felizes para quem souber consagrar a Deus as suas desgraças.”¹⁷² Sobre a morte, afirma o “romeiro”: “D. João de Portugal morreu no dia em que sua mulher disse que ele morreria (...). Na hora em que ela acreditou na minha morte, nessa hora morri.”¹⁷³ Tentar convencer que o “romeiro” era um embusteiro surge, assim, como uma forma de atenuar o peso da dor perante a “verdade”.

A tragédia se prolongara por longos anos e a sensação de ausência do ente é aliada à esperança e ao temor de seu regresso. A peça é uma “tragédia nova”, e sobre isto afirma Garrett:

(...) o drama é a expressão literária mais verdadeira do estado da sociedade: a sociedade de hoje ainda se não sabe o que é: o drama ainda se não sabe o que é: a literatura actual é a palavra, é o verbo, ainda balbuciante, de uma sociedade indefinida, e, contudo já influi sobre ela; é, como disse, a sua expressão, mas reflecte a modificar os pensamentos que a produziram.¹⁷⁴

Nesta história, ainda afirma Garrett, “(...) há toda a simplicidade de uma fábula trágica antiga”, mas acrescente-se a dimensão cristã, “(...) molhando de lágrimas contritas o que seriam desesperadas ânsias num pagão, acendendo até nas últimas trevas da morte, a vela da esperança que se não apaga com a vida.”¹⁷⁵ A peça é composta por gente “honestamente a Deus”. Nesta perspectiva, como para outras figuras eminentes do liberalismo português (exemplo: Alexandre Herculano), não haveria contradição entre as novas ideias em torno do homem e da sociedade e o cristianismo.

Em resposta aos prováveis críticos de seu trabalho, Garrett afirma que fez uma

¹⁷¹ GARRETT, Almeida. *Frei Luís de Sousa...*, p. 38.

¹⁷² *Id.*, p. 83.

¹⁷³ *Id.*, p. 91.

¹⁷⁴ *Id.*, p. 18.

¹⁷⁵ *Id.*, p. 14.

investigação histórica, sem, contudo, ficar preso aos fatos, às leis e às datas, pois, caso contrário, corria o risco de a narrativa perder a sua poeticidade. Entretanto, nem por isso, seu texto deixou de ser mais profundo. Pautando-se pela compreensão de que o século XIX seria o século do romance e do homem, afirmou:

O estudo do homem é o estudo deste século, a sua anatomia e fisiologia moral as ciências mais buscadas pelas nossas necessidades actuais. Coligir os factos do homem, emprego para o sábio; compará-los, achar as leis de suas séries, ocupação para o filósofo, o político; revesti-los das formas mais populares e derramar assim pelas nações um ensino fácil, uma instrução intelectual e moral que, sem aparato de sermão ou prelecção, surpreenda os ânimos e os corações da multidão, no meio de seus próprios passatempos – a missão do literato, do poeta.¹⁷⁶

Ora, como um literato atento às questões e aos costumes de seu país, Garrett inaugura o tratamento de temas que considera relevantes para os destinos pátrios, sendo a peça *Frei Luís de Sousa* marcadamente pautada por uma leitura espectral do “mito imperial”¹⁷⁷ português que se arrastava no seio das famílias mais nobres.

*As Profecias do Bandarra*¹⁷⁸

Se a peça *Frei Luís de Sousa* insere-se numa versão moderna da tragédia, densa, espectral, há de se levar em conta também, por outro lado, a importância que o autor deu ao universo das práticas populares. Prova disto é o seu projeto em torno de *As Profecias do Bandarra* (1845), peça inspirada na leitura das *Trovas* de Bandarra, texto que teve várias reedições no século XIX¹⁷⁹ e em que, à semelhança do que tinha feito o padre Agostinho de Macedo, apresenta uma “arqueologia” das imagens que então definiam os “sebastianistas”. Nas notas à peça *Frei Luís de Sousa*, Garrett já apontava para a necessidade de se estudar o fenômeno sebastianista como um objeto etnológico e de reflexão, antevendo o sentido que irão tomar algumas interpretações posteriores:

¹⁷⁶ GARRETT, Almeida. *Frei Luís de Sousa...*, p. 21.

¹⁷⁷ Sobre esta discussão há uma rica análise em: BARBAS, Helena. Sebastianismo e Mito Imperial em Almeida Garrett. In: CENTENO, Yvette Kace (coord.). *Portugal: mitos revisitados*. Lisboa: Edições Salamandra, 1993. p. 177-223.

¹⁷⁸ Esta peça foi adaptada para a televisão. Ver: AS PROFECIAS do Bandarra. Realização: Correia Alves. Portugal: RTP, 1972. 2 partes online (56 min.) Disponível em: <http://ww1.rtp.pt/rtpmemoria/?t=AS-PROFECIAS-DOBANDARRA.rtp&article=1776&visual=2&layout=5&tm=8>. Acesso em: 07 jan. 2012.

¹⁷⁹ *PROFECIAS do Bandarra* - compilação dos textos das principais edições. Porto: edições Ecopy, 2010 (Coleção Quinto Império, 13).

Os vários impostores que em diversas partes apareceram tomando o nome de D. Sebastião, em vez de destruírem, confirmaram as suspeitas nacionais. O verdadeiro ou falso Sebastião que foi entregue em Veneza e atormentado em Nápoles, deixou dúvidas profundas nos ânimos mais seguros.

Menos bastava para dar cor e crença à multidão de fábulas romanescas e poéticas de que se encheu logo Portugal e que duraram até aos nossos dias. O sebastianista é outro carácter popular que ainda não foi tratado e que, em hábeis mãos, deve dar riquíssimos quadros de costumes nacionais. O romancista e o poeta, o filólogo e o filósofo acharão muito que lavar neste fertilíssimo veio da grande mina de nossas crenças e superstições antigas.¹⁸⁰

Em *As Profecias do Bandarra*, Garrett demonstrou como as histórias em torno da problemática sebastica (os “impostores”, os “sebastianistas”) poderiam ser exploradas e “dar riquíssimos quadros de costumes nacionais”. Para isso, seria preciso realçar a função reveladora que o romantismo atribuiu ao escritor, transformou-o no decurso do século XIX, no catalisador dos anseios e idiossincrasias nacionais, objetivando-os na literatura, na poesia, no teatro, na história, e imprimindo-lhes um teor atualizado aos “novos tempos”. Foi neste horizonte que Garrett também deu nova vida a relatos sobre os “últimos” sebastianistas, fios de memórias já expostos por Agostinho de Macedo, mas que agora surgem já, etnologicamente, como importantes elementos da cultura nacional, a necessitar do devido tratamento intelectual:

Era opinião firme e corrente entre os derradeiros sebastianistas, e talvez ainda hoje o seja, porque me dizem que alguns há ainda, que el-rei D. Sebastião havia de vir num dia de névoa muito cerrada. Assim rezavam certas profecias populares.

Outro tesouro de poesia nacional são estas profecias que ainda ninguém examinou filologicamente como elas merecem. No meu Romanceiro procurei restituí-las ao lugar e categoria literária que convencido lhes compete.¹⁸¹

Estas componentes acima elencadas não estão ausentes da trama que estrutura a peça *As Profecias do Bandarra* (1845). Tendo como cenário uma cidade velha, numa botica, também antiga, propriedade do senhor Pantaleão, um sebastianista convicto, possuidor de uma cópia das *Trovas* de Bandarra, afirma que acredita piamente que o sapateiro, Thomé Chrispim, seu vizinho, seja um novo Bandarra (“Então é ou não é! As palavras, a unção com

¹⁸⁰ “Nota L”, referente à página 36, em: GARRETT, Almeida. *Frei Luis de Sousa e Falar Verdade a Mentir*. Lisboa: Bertrand, 2009. p. 119.

¹⁸¹ GARRETT, Almeida. *Op.cit.*, p. 119-120. Em outra passagem, acrescenta sobre os falsos D. Sebastião: “nunca uma pura falsidade chega a obter o crédito geral; é preciso que tenha algum fundamento: a imaginação do povo não é criadora, aumenta, exagera, mas não tira do nada.” “Nota P”. p. 120.

que ele as repete, aquele ar inspirado...). Por sua vez, o sapateiro, em conluio com a criada da casa de Pantaleão, a Maria Troixa, aproveita-se desta crença do velho para lhe tirar proveito, reforçando diariamente nas suas “cantarolas” o conhecimento das *Trovas*.

Ao acordar de uma grande ressaca, da beberagem da noite anterior, afirma Thomé Chrispim: “(...) E como eu a chucho, e o mais que há de vir! Viva o Encoberto e santa paz com a sua alma! Qual alma nem meia alma? Tão asno sou eu que creia em tal?”¹⁸² Como uma figura diferente, o sapateiro é objeto da curiosidade dos trabalhadores da botica e dos vizinhos, e, acima de tudo, também é o protegido do senhor Pantaleão, que intenta casar a sua filha Catarina com o provável profeta, para desgosto de seu sobrinho Sebastião que era apaixonado pela rapariga.

Pantaleão era um daqueles “sebastianistas” que há muito, nas manhãs de nevoeiro, saía para espreitar a barra, um “verdadeiro devoto do sebastianista”, que “tem fé viva”, “esperança certa”. Aquele personagem tinha a convicção no regresso de D. Sebastião, mostra-o sua linguagem misteriosa e segredos, sendo as *Trovas* discursos que reforçam tal crença: “em *ele* vindo, bem sabes, tudo há-de tornar ao direito outra vez”.¹⁸³

Mas tudo não passava, exceto para o velho Pantaleão, de uma armação. Thomé Chrispim é um poeta, mas não encarna a ideia de que seja um sebastianista. Tudo era uma artimanha para tirar proveito da crença do velho. “Oh quem quer este patóla deste velho que eu seja? Oh home. Pois ele dar-se-á caso que de verdade, haja o tal D. Sebastião escondido e encoberto lá na tal Ilha ou onde quer que é? E que ainda tenha de vir? Eles são tantos a crer nisto e a esperar por ele...”¹⁸⁴ Entretanto, pelo investimento do velho, o personagem Thomé vai incorporando a ideia para atuar como tal. Quando se preparam para o casamento, eis que aparece a figura de D. Sebastião, representado pelo sobrinho homônimo, que casa com Catarina, ao invés do suposto Bandarra, como gostaria o sebastianista Pantaleão. Nesta peça, portanto, Garrett acaba por reforçar a visão popularizada do sebastianista, sempre propenso a ser ludibriado.

A historiografia portuguesa recente tem reforçado a tese da importância do romantismo e, sobretudo, de Garrett na construção do *sebastianismo*. Para Veiga Torres, o *sebastianismo*, enquanto expressão da frustração nacional (ou mesmo imperial, realça o autor), consiste numa “herança dos nossos escritores românticos”. Tal paradigma “tem

¹⁸² GARRETT, Almeida. As Prophecias do Bandarra. In: *OBRAS Completas de Almeida Garrett*. Prefaciada, revista, coordenada e dirigida por Teófilo Braga. Lisboa: Empreza da Historia de Portugal, 1904. v. 1 (poesia-teatro), p. 730.

¹⁸³ GARRETT, Almeida. As Prophecias..., p. 731. (Grifo do autor)

¹⁸⁴ *Id.*, p. 732.

bastante mais que ver com estes do que com todos aqueles que nos séculos anteriores foram “sebastianistas””.¹⁸⁵ Amaral de Oliveira, que, também realçou a importância de Garrett, não vai se distanciar da tese de Veiga Torres quando diferencia assim as duas peças, *Frei Luís de Sousa* e *As Profecias do Bandarra*: a primeira retrata o “verdadeiro sebastianismo”, dado cultural e sentimento de identidade nacional; a outra privilegia a “crendice” do povo, dando voz ao *sebastianismo* folclórico.¹⁸⁶

Ao abordar a produção garrettiana, Machado Pires afirmou que “os seus temas dramáticos possuem profundidade histórica e divulgam exemplos de coragem moral e cívica”, mas, ao mesmo tempo, escreve o mesmo autor: “(...) a ironia fina de Garrett soube também satisfazer os temas mais ao alcance do ridículo no senso comum, como acontecia já ao *sebastianismo ortodoxo*, essa panaceia política.”¹⁸⁷ Seja como for, *Frei Luís de Sousa* e *As Profecias do Bandarra* – esta peça foi menos difundida – demonstram quanto o liberalismo soube usar os dilemas da nação, usando os elementos culturais de que dispunha para ampliar a perspectiva política, incidindo, já, nos “destinos da nação”, conforme bem notou Eduardo Lourenço.¹⁸⁸

Por tudo isto, somos levados a crer que as peças de Garrett articularam uma nova forma de nomear os “sebastianistas”: embora vistos como figuras anacrônicas, a sua sobrevivência apresentava-se, como uma tipificação idiossincrática e mítica do modo de ser do povo português através do drama, da tragédia e da comédia. Seguindo o raciocínio de Coelho e Silva, podemos afirmar que:

(...) ao transferir o mito da marginalidade excêntrica das seitas sebásticas para o plano cultural e erudito, e considerando que o nacionalismo romântico não está ingenuamente confinado a intuítos literários, opera-se a revitalização do mito. De tal forma, que mais ajustado seria porventura falar na institucionalização do mito, pois ele vai surgindo como traço de uma pretensa ou reconhecida idiossincrasia nacional.¹⁸⁹

No tempo de Garrett, o campo se alargou a outras peças e poemas sobre o tema. Em 1849, Manoel Cláudio, apresentando-se como um “sebastianista”, publicou *O Egregio*

¹⁸⁵ TORRES, José Veiga. O Tempo Colectivo Progressivo e a Contestação Sebastianista. *Separata da Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 6, p. 223, 1984.

¹⁸⁶ OLIVEIRA, Vítor Amaral de. *Sebástica*: bibliografia geral sobre D. Sebastião. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 2002. p. XXXV.

¹⁸⁷ PIRES, António Machado. *D. Sebastião e o Encoberto...*, p. 257.

¹⁸⁸ LOURENÇO, Eduardo. Da literatura como interpretação de Portugal. In: _____. *O Labirinto da Saudade*: psicanálise mítica do destino português. 2. ed. Lisboa: Gradiva, 2001. p. 80-88.

¹⁸⁹ SILVA, António Luís Cerdeira Coelho e. *Imagens de D. Sebastião...*, p. 15.

Encoberto ou Demonstração dos Principais Fundamentos em que se estribam os Sebastianistas, obra que se coloca sob esta epígrafe: “a Filosofia do *Encuberto*, não é para todos. Os Sebastianistas não se fazem – nascem.” No diálogo entre os três principais interlocutores, Cláudio – o sebastianista, Aurélio – o adversário e Leonardo – o conciliador, faz-se uma espécie de tipologia dos comportamentos face ao fenómeno sebástico: o do crente – que se encontra num lugar especial, pois só ele pode enxergar a verdade; o do cético, que acredita ser a crença sebastianista uma “enfermidade” e, por isso, seus seguidores deveriam ser levados para o manicômio; e o daqueles que, numa atitude conciliatória, questionam a possibilidade do “Reino” português vir a ser “Cabeça” do “Império universal”, conforme defendiam os fiéis sebastianistas.¹⁹⁰

Os poetas e escritores “ultrarromânticos” manifestaram também “o seu gosto pelo passado místico, misterioso, pelos arcaísmos, pelas lendas e mitos tradicionais, pelos revivalismos”.¹⁹¹ Neste sentido, devemos citar o poeta João de Lemos (1819-1890), que incluiu em seu poema *Alcacerkibir* “uma lamentação sobre o mau fado do Rei e sobre a derrota portuguesa”, numa clara tentativa de recuperação da imagem positiva do “rei Sebastião”. Deste escrito, reproduzimos o seguinte trecho:

Ai de ti, ai tão chorado,
Moço rei Sebastião,
Malfadado, desejado,
De cuidados tão cuidado,
Tais cuidados onde vão?
Onde levas, malfadado,
De Portugal o pendão?¹⁹²

Publicado em 1859, é igualmente revelador o poema *D. Sebastião* de Luís Augusto Palmeirim (1825-1893). Sintomaticamente, escolheu a epígrafe “E D. Sebastião virá montado no seu cavalo branco de batalha, num dia de névoa cerrada”, que atribuía à “tradição popular”. Atente-se a uma parte de sua narrativa:

O povo singelo, nas crenças herdadas,

¹⁹⁰ CLAUDIO, Manoel. *O Egregio Encuberto ou Demonstração dos Principaes Fundamentos em que estribam os SEBASTIANISTAS, para esperarem pelo seo D. Sebastião; e de que este reyno, nossa cara patria, há de ser a CABEÇA do imperio e monarchia universal; “Et fiet unum ovile, et unus pastor.” Por um Sebastianista*. Lisboa: Typografia de Martins, 1849. Parte deste trabalho foi reproduzida na antologia: PIRES, António Machado. *D. Sebastião e o Encoberto...*, p. 191-194.

¹⁹¹ QUADROS, António. *Op.cit.*, p. 67.

¹⁹² LEMOS, João de. *Alcacerkibir*. In: _____. *Cancioneiro de João de Lemos: religião e pátria*. Lisboa: Escriptorio do Editor, 1859. v. 2, p. 174. Parte deste texto também está disponível na antologia de PIRES, António Machado. *Op.cit.*

Do rei a memória nos peitos sagrou:
E crê que d'Alcácer, nas trevas cerradas,
O rei lusitano da morte escapou.

Espera inda vê-lo com rija armadura,
Escapo por graça d'amor divinal,
Trazer ao seu reino da paz a ventura,
Entrar triunfante no seu Portugal.

Em dia de névoa escura e cerrada,
Montado com garbo virá o bom rei:
Que tem numa ilha, com vida encantada,
Isento afrontado dos mortos a lei.

Mas quando ele venha salvar-nos sem medo,
Ninguém sem mentira talvez o dirá
Não só por ser grande, mui grande segredo
Mas por não saber-se de aonde ele virá.¹⁹³

Por sua vez, não deixa de ser revelador o modo ultrarromântico como a figura do sebastianista é desenhada:

Que lindas barbas nevadas
Aquele velho não tem!
Foram nascidas, criadas,
Como não pensa ninguém!
Corta-las, não corta o velho!
São-lhe as barbas um espelho
Da sua crença leal:
Dias e noites à barra,
Consulta no seu Bandarra
A sorte de Portugal!

Consulta! tem fé naquilo,
Pôs no livro o coração;
Interpreta-lhe o sigilo,
Lê nele – Sebastião!
Conhece, soletra o dia
Em que a velha monarquia
Do sepulcro surgirá.
É profeta! Até nos marca
As horas a que o monarca
D'além mundo voltará!

(...)
Os sinais já têm chegado,
Em que o moço Desejado
Cumpra a palavra real;
Em que se apresse de novo
A festejar o seu povo
Em terras de Portugal!¹⁹⁴

¹⁹³ PALMEIRIM, Luís Augusto. D. Sebastião. In: _____. *Poesias*. 2. ed. aumentada de novas poesias. Lisboa: Typographia do Panorama, 1854. p. 51.

Em 1862, outra peça, produzida para ser cantada, no Theatro da Rua dos Condes, em Lisboa, e intitulada *O Sebastianista – cançoneta comico-sebastica*, da autoria de José Romano, dá-nos outra amostra do modo como a temática sebastica era literariamente glosada também numa perspectiva cômica e satírica. Visando os males que afetavam o país, o autor distancia-se do criticismo da “moderna geração”, para, como esta, fazer duras críticas às desigualdades e a exploração reais do tempo presente – recheado de “barões” e de “comendadores” “fabricados” pela Monarquia Constitucional e que Almeida Garrett já tinha fustigado:

O meu Rei, tão desejado,
Senhor Dom Sebastião,
Tenho fé qu' hade voltar
Em manhã de cerração
Diga, embora, o que disser
A moderna geração!
(...)
Ai! O mundo está perdido
Tudo isto causa horror!...
O que d'antes foi tendeiro,
Hoje é... comendador!
Até mesmo boticário
Já quer ser... senhor doutor!
(...)
Diga, embora, o que disser
A moderna geração;
Tenho fé que há de voltar
O Rei Dom Sebastião...
Assim o diz Bandarra,
E pretinho do Japão!¹⁹⁵

Portanto, os “sebastianistas” que sobrevieram seriam cada vez mais raros e desprezados, pois “(...) como tais, passaram a ser internados em manicómios”, a exemplo do “último sebastianista”, internado em 1813. No entanto, e como assinalou Joel Serrão, o *sebastianismo* não só se foi fixando como conceito, como sofreu “nova metamorfose e evolue

¹⁹⁴ PALMEIRIM, Luís Augusto. O Sebastianista. In: _____. *Op.cit.*, p. 109-113.

¹⁹⁵ ROMANO, José. *O Sebastianista: cançoneta comico-sebastica* escrita expressamente para ser cantada pelo actor Augusto Cezar de Almeida no Theatro da Rua dos Condes. 3. ed. Lisboa: Typographia de M. da Madre de Deus, 1862. p. 3-5. Sobre a temática, há outras peças publicadas no decurso do século XIX: CRESPO, Gonçalves; MELLO, António de. *Phantasias do Bandarra. Récitas dos Quintanistas*. Coimbra: Lyth. Académica, 1877; CÂMARA, João da. *Alcacer-Kibir: drama em 5 actos, em verso / original de João da Câmara*. Lisboa: Revista Theatral, 1895. (Bibliotheca dramatica da Revista Theatral; 5). Representado pela primeira vez no Teatro de D. Maria II, em 14 de Março de 1891. Disponível em: http://bibliotecadigital.fl.ul.pt/ULFLOM02381/ULFLOM02381_item1/.

para tema literário e cultural.”¹⁹⁶ Assim, se, por um lado, houve o desafio dos historiadores no decurso do século XIX no sentido de apreendê-lo, de explicá-lo, ou, como o tentou António Sérgio no início do século XX, interpretá-lo, a literatura parece ter animado o propósito de dar novas vidas à vida do mito. Recriá-lo seria, também, uma forma de se infiltrar nos meandros da história. Afinal, que texto histórico não carrega um pouco de literatura?¹⁹⁷

2.4. Reatualização de um longo repertório de histórias

Na esteira dos discursos que popularizaram imagens negativas dos “sebastianistas” e de toda sua capacidade de crença, também a historiografia liberal se revelou muito crítica do fenómeno. Como o liberalismo se impôs em nome de valores racionais contra o Antigo Regime e a redução dos indivíduos a súditos, é natural que o “regressivismo” da crença tenha sido combatido por todos os defensores do progresso e da concepção irreversível da história. Além do mais, era preciso encontrar um lugar para o cidadão. Nesta ótica, não surpreende que o *sebastianismo* tenha sido cada vez mais visto como um “entrave” mental, ou, para usarmos um conceito de Gilbert Durand, como uma “sobrevivência”¹⁹⁸. Quer isto dizer que era entendido, por aqueles setores, como um anacronismo. De onde o aparecimento de múltiplas críticas que visavam eliminar os resquícios da “crença sebástica”, ao mesmo tempo em que se procurava “monumentalizá-la” como um elemento da cultura nacional e como objeto de estudo e de inspiração literária. Com efeito, a crença vai perdendo sentido, mas a personagem histórica de D. Sebastião e o seu repertório em torno do desastre de Alcácer Quibir foram sendo regularmente retomados naquela última perspectiva.

Como se viu, mesmo a leitura de um conservador como Agostinho de Macedo e o tratamento dado por Garrett às duas peças, já era sinal da recuperação/superação que se detecta em muitos escritores românticos. Nota-se claramente que o *sebastianismo* podia se tornar um mote inspirador a partir da experiência do passado, mas, aquilo que ele representava, no presente, devia ser “eliminado”: tinha chegado a hora da vitória de novos mitos, como o do progresso, da ciência e da técnica. Este discurso encontrava-se bem patente

¹⁹⁶ SERRÃO, Joel. *Do Sebastianismo ao Socialismo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1983. p. 20.

¹⁹⁷ Vide por exemplo, no início do século XX, António Sérgio, em suas interpretações da história, e Teixeira de Pascoaes, na *A arte de ser Português*. O *sebastianismo*, numa compósita literária e histórica, se aproxima do “ser” português e da “saudade”, que o alimenta, que o estimula, que é criativa.

¹⁹⁸ DURAND, Gilbert. *Mito e Sociedade: a mitoanálise e a sociologia das profundezas*. Tradução de Nuno Júdice. Lisboa: A Regra do Jogo, 1983. p. 22. A expressão foi poeticamente descrita pelo autor nas seguintes palavras: “(...) não esqueçais nunca que, em qualquer sociedade, há sobrevivências, em qualquer primavera há ainda geleiras de neve do inverno. Em qualquer inverno há já o rebento de uma primavera – o rebento também é uma sobrevivência.” p. 22.

na historiografia ou no ensaísmo histórico (como o de Antero de Quental, em *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, de 1871), em textos onde a crítica e a avaliação recaem sobre o Rei, enquanto as questões relacionadas com a crença vão sendo secundarizadas. Suas preocupações voltaram-se para a formação jesuítica e mística de D. Sebastião.

Como vimos, o assunto já tinha sido alçado ao universo da literatura, da poesia, do teatro, num percurso que teve o seu momento maior em Garrett, na medida em que temas como o “rei D. Sebastião”, a “Batalha de Alcácer Quibir” e a “Dominação Filipina” eram bons pretextos para se debater os problemas da nação. E, como é lógico, eles não iriam ficar de fora das novas histórias de Portugal, pois estas, escritas para serem mestras da vida, e, portanto, evadas de intenções regeneradoras, não deixavam de eleger um conjunto de defeitos e virtudes coletivas e de, através delas, fixar as causas que teriam conduzido Portugal do apogeu a um estado decadente que nem a Revolução Liberal tinha conseguido inverter.

Consequentemente, nessa literatura histórica assistir-se-á a um deslocamento cada vez maior da figura do “sebastianista”, que praticamente desaparece nos textos, para se dar lugar a outras preocupações e perspectivas de abordagens da história: uma história nos moldes tradicionais, voltada para o entretenimento – educação – e pautada na louvação de personagens de relevo no campo político e institucional, como reis, rainhas, heróis de guerra e os grandes marcos da história portuguesa. Na verdade, em um momento de reelaboração do culto aos heróis e de elaboração de uma história voltada para o ensino nos liceus – sobretudo, em fins do século XIX –, a problemática de figura de D. Sebastião não deixava de ser inspiradora, ao apresentá-la como “uma espécie de ‘monge militar’ de imaginação exaltada, ‘piedade e ardor cavaleiroso’ excessivos e ‘índole dócil e fogosa’”.¹⁹⁹

Nesta fase, a historiografia liberal (Alexandre Herculano, Rebelo da Silva e Pinheiro Chagas) focalizará na formação que D. Sebastião recebeu dos jesuítas a principal causa da tragédia de Alcácer Quibir e da sequente crise dinástica portuguesa. Com isto, desculpabilizava-se uma criança, para responsabilizar uma ordem religiosa, diabolizada desde Pombal e há muito apresentada como uma das principais responsáveis pelo atraso português.²⁰⁰ Na verdade, para esta historiografia, o que importava era recuperar o “menino puro” e sonhador, ainda não totalmente contaminado pelos vícios da religião.

¹⁹⁹ MATOS, Sérgio Campos. *História, Mitologia, Imaginário Nacional: a história no Curso dos Liceus (1895-1939)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. p. 155.

²⁰⁰ Para críticas à ordem jesuítica e o anticlericalismo liberal, ver: HERCULANO, Alexandre. Prólogo. _____. *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*. 9. ed. definitiva com as ed. da vida do autor. (dir. David Lisboa). Lisboa: Bertrand; Rio de Janeiro et al: Livraria Francisco Alves, [19--]. t. 1, p. 5-19. QUENTAL, Antero de. *Causas da decadência dos povos peninsulares*. 8. ed. Lisboa: Ulmeiro, 2001. (Coleção Oitocentos anos de História, 1F1); CATROGA, Fernando. O laicismo e a questão religiosa (1865-1911). *Análise*

Estas imagens de D. Sebastião apareceram principalmente em opúsculos, revistas, romances históricos e em trabalhos de compilação de documentos. Recorde-se que, à exceção de alguns poucos historiadores, como Alexandre Herculano (1810-1877), ainda não havia uma produção historiográfica nos moldes modernos do termo. De forma mais concreta, o que se afirmou pode ser ilustrado através de artigos, de cunho histórico, sobre a questão, sendo de destacar os insertos na revista dirigida inicialmente por Herculano, *O Panorama*²⁰¹, e, posteriormente, já nas décadas de 1870 e 1880, o que foi escrito pelo historiador Manuel Pinheiro Chagas. Se o repertório é vasto, interessa-nos, à luz daquilo que esta tese se propôs, perceber a constância de uma *formação discursiva* que se foi gestando no decorrer do século XIX, mas que ainda não estava devidamente sintetizada num conceito de vocação mundividencial como o de *sebastianismo*.

2.4.1 O Panorama

Ao lado de publicações como *O Recreio* (1835-1842), a *Revista Universal Lisbonense* (1841-1853) e *Arquivo Pitoresco* (1857-1868), a revista *O Panorama* (1837-1868) apresentava-se como uma novidade para o ainda incipiente público leitor português e estava inserida num projeto de levar aos leitores informações e curiosidades sobre as técnicas, a ciência, a história e a cultura portuguesas e de outros povos.²⁰² De onde o seu cariz enciclopédico e a sua intenção de fornecer conhecimentos úteis às elites que deviam regenerar a sociedade portuguesa decadente. E, entre esses saberes, os de índole histórica ocupara um lugar de relevo, nomeadamente através da publicação de narrativas “de diversa índole (civis, militares, literários, eclesiásticos, etc.)”²⁰³

No que tange aos escritos sobre o repertório sebastianista, ter-se-á de considerar aquilo que Alexandre Herculano – historiador que exerceu uma grande influência sobre a historiografia oitocentista portuguesa²⁰⁴ – nomeou como uma “arqueologia portuguesa”.

Social, Lisboa, v. 24, n. 100, p. 211-273, 1988 (1°); MATOS, Sérgio Campos. *História, Mitologia, Imaginário Nacional...*

²⁰¹ A revista *O Panorama*: Jornal Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, publicada em Lisboa, no dia 06 de maio de 1837. Fundada por Alexandre Herculano, que contou a com a colaboração de intelectuais como António de Oliveira Marreca e outros a revista constitui um importante espaço de divulgação da produção histórica e cultural portuguesa de meados do século XIX, em artigos dispersos entre as décadas de 1830 e 1860.

²⁰² É com este intuito, conforme nos expõe Herculano no discurso de apresentação da primeira edição de 1837. HERCULANO, Alexandre. Introdução. *O Panorama...*, Lisboa, v. 1, n. 01, p. 01, 06 mai. 1837.

²⁰³ MATOS, Sérgio Campos. *Op.cit.*, p. 24.

²⁰⁴ MATOS, Sérgio Campos. *História, Mitologia, Imaginário Nacional...*, p. 20. Para uma análise mais profunda sobre o debate em torno do conhecimento histórico em Herculano, ver: CATROGA, Fernando. Alexandre

Daquela perspectiva, diferentes informações foram retomadas à luz de uma história pautada pelo olhar liberal e romântico e que demonstrou uma paulatina metamorfose dos discursos construídos sobre D. Sebastião.

A batalha de Alcácer Quibir foi abordada na coluna “Quadros da História Portuguesa” (sem a indicação da autoria na revista, mas é muito provável que seja de Herculano) e mostra como a providência divina já havia planejado o período em que “para Portugal devia acabar a glória de séculos e toda a casta de prosperidades”.²⁰⁵ Nesse texto, há uma descrição detalhada dos bastidores do período que antecede à batalha, demonstrando, inclusive, ter havido discussões sobre a melhor estratégia para o combate. Contudo, reforçando o teor providencialista do texto, o autor afirma que “a Providência tinha determinado sepultar toda a glória de Portugal nos campos de Alcácer Quibir” e tal ato teria sido facilitado pela fragilidade e desorganização do exército português. Mas não só, pois é preciso também pensar no lugar que ocupou o jovem monarca, D. Sebastião, neste conflito:

Era um louco, porém valoroso e de nobre ânimo; a educação que lhe dera o manhoso jesuíta Luís Gonçalves da Câmara lhe enlodara o espírito em fanatismo e em orgulho, vícios sempre companheiros, mas a generosidade natural lhe transparecia através dos defeitos emprestados. Foi desde que a batalha se começou a perder que este mancebo mostrou para quanto seria, se nos primeiros anos o houveram melhor guiado.²⁰⁶

Enfim, a educação de D. Sebastião teria sido direcionada para uma nova “cruzada”. Com o desfecho trágico daquela pedagogia, na batalha de Alcácer Quibir, perdeu-se toda a “flor dos antigos cavaleiros” e grande parte da nobreza portuguesa, e por isso esse grande acontecimento aparece, no texto, como o marco divisor da ruína e do processo de decadência de Portugal, pois em “um dia e uma batalha acabou assim com a glória e a felicidade de um povo, que fora tão afamado e temido.”²⁰⁷

O marco histórico de “1578” seria também retomado em outra edição da revista através do texto de Herculano que, articulado ao seu projeto de uma “arqueologia portuguesa”, deu à temática de Alcácer Quibir um novo relevo. Para Herculano, muitos

Herculano e o historicismo romântico. In: CATROGA, Fernando; MENDES, José Maria Amado; TORGAL, Luís Reis. *op. cit.* p. 45-98; MATOS, Sérgio Campos. Narrativa e divulgação da história em Alexandre Herculano. In: _____. *Consciência Histórica e Nacionalismo* (Portugal – séculos XIX e XX). Lisboa: Livros Horizonte, 2008. p. 159-170.

²⁰⁵ [HERCULANO, Alexandre]. Quadros da História Portuguesa III – Batalha de Alcacercuibir (1578). *O Panorama: jornal litterario e instructivo da sociedade propagadora dos conhecimentos uteis*, Lisboa, v.1, 1ª série, n. 23, p. 180, 07 out. 1837.

²⁰⁶ [HERCULANO, Alexandre]. *Op.cit.*, p. 181. (Grifo nosso).

²⁰⁷ *Id.*, p. 181.

historiadores tinham se debruçado sobre a história do “infeliz D. Sebastião”, sobretudo a partir das várias “memórias” e “coletâneas” que lhes permitiram compor suas respectivas narrativas. A essas fontes, o futuro grande historiador português acrescentou um texto inédito, de uma “testemunha ocular”, segundo afirma, e que “apresenta o quadro mais miúdo e talvez mais completo da grandeza e importância daquela desgraçada expedição”²⁰⁸. Na verdade, a partir de mais um relato sobre o cenário que antecede a batalha, descreveu, em detalhes, a preparação da “armada” através da convocação de todo o auxílio possível da cristandade. Entretanto, com o desfecho trágico, não se pôde “remediar a decadência do antigo esforço português, nem restaurar a energia indomável dos séculos anteriores, corrompida pela morte da liberdade municipal e da independência aristocrática, anuladas por D. João II e por D. Manuel”²⁰⁹, ou melhor, anulada pela gradual consolidação do absolutismo.

Ora, ainda nesta linha de pensamento, jogar toda a responsabilidade pelo desfecho trágico no rei D. Sebastião seria por demasiado injusto. Em outro artigo, assinado com as iniciais J. da C. N. C., a batalha foi retomada para se fazer um “paralelo histórico”: comparar D. Sebastião e Alcácer Quibir ao imperador Carlos V e a batalha de Tunes, em 1535, quando o Sacro Império Romano Germânico tomara aquela cidade do domínio turco-otomano. Numa clara tentativa de reabilitar a figura histórica de D. Sebastião, o autor do texto afirmou que há uma “repugnante injustiça” por parte daqueles que apressadamente fazem julgamentos pautados apenas pelo desfecho da batalha²¹⁰, pois o monarca português seguiu praticamente os mesmos passos do monarca espanhol, consultou os mais experientes, recebeu vários pareceres sobre como proceder e poucos se posicionaram contrariamente ao embate (quando muito, eram contra a participação direta do monarca na batalha). Mais que isso, D. Sebastião, à semelhança de Carlos V, havia também recebido um pedido de ajuda de um rei deposto. Além da “conveniência” e da possibilidade de “glórias”, não se podia esquecer que o “perigo turco” pretendia “se fazer senhor de toda a África e de todos os portos de mar dela, seria dos males o maior e sem remédio para toda a Espanha e cristandade”, escreveu o velho e experiente capitão João de Mendonça. Para o autor do texto, D. Sebastião também internalizava esta missão de defender a “cristandade” do perigo turco, não havendo, portanto, qualquer atipicidade em sua atitude. Desta forma, com este “paralelo”, buscava-se reabilitar a

²⁰⁸ HERCULANO, Alexandre. *Archeologia Portuguesa – VIII – 1578 – Aspectos de Lisboa ao ajuntar-se e partir a armada para a jornada d’Alcacer-Quibir. O Panorama...* v. 2, 2ª série, n. 93, p. 317, 07 out. 1843.

²⁰⁹ HERCULANO, Alexandre *Op.cit.*, 317.

²¹⁰ C., J. da C. N. *Parallelos Históricos – o imperador Carlos 5º. em Tunes, elrei D. Sebastião em Alcacerquibir. O Panorama...* Lisboa, v. 3, 2ª série, n. 157, p. 408-410, 28 dez. 1844. Para outro “paralelo histórico” relacionado à fatídica batalha, ver: MARRECA, A. de O. *A Batalha d’Alcacer-Quibir, e a Invencível Armada. O Panorama...* Lisboa, v. 1, 2ª. série, n. 38, p. 302-303, p. 306-308, 17 set. 1842.

empresa de Alcácer Quibir e D. Sebastião de suas responsabilidades pela derrota, sendo, portanto, preciso repensar a ideia que começava a ter curso (incluindo nas páginas da revista em análise) e segundo a qual,

(...) apelidando este mancebo temerário, fanático, e mal avisado, que por sua má cabeça e contra o parecer dos sensatos e prudentes levou com teimosa obstinação à morte e ao cativo seus melhores vassalos, e dispôs assim os pulsos da pátria para as cadeias da servidão. E a história, quase sempre parcial destes iníquos juízos, se apressa a consignar nas suas páginas estes conceitos; e daí um como caso julgado, de que mal se pode apelar.²¹¹

Uma discussão mais aprofundada sobre esta questão foi ainda retomada por Herculano no artigo “Pouca luz em muitas trevas – 1579 – 1580”, onde aborda, de forma mais crítica, os anos seguintes à Alcácer Quibir, visto como um período que serviria de lição para algumas reflexões. É que, “se há algum sucesso que nos possa fazer energicamente sentir quais sejam as consequências fatais da perversão moral de qualquer país, e como aos povos corrompidos não tarda o dia da servidão, ou de serem riscados da lista das nações, os fins do século XVI e a conquista de Portugal feita por Felipe II são essa época e esse fato.”²¹²

Sua leitura mostra a singularidade de uma época e como o trauma de Alcácer Quibir não poderia ficar circunscrito àquele marco, pois “o caráter português estava puído e quase todo gasto quando chegou, pela desgraça de Alcácer Quibir, o curto reinado do velho cardeal D. Henrique.”²¹³ Portugal não teve condições de resistir à incursão castelhana, pois encontrava-se paralisado, como que “amarrado ao poste da tirania estrangeira”, assistindo “como se fosse uma coisa morta e inerte à desmembração do próprio corpo”²¹⁴ e sua incapacidade se explica pela ideia de que “a nação estava degenerada”. Ora, com isto se quer afirmar que, diferentemente de 1385 (Aljubarrota), em 1580: “o antigo caráter português se pervertera completamente não só nas classes privilegiadas, mas no próprio povo; nesses que nos apraz considerar unicamente como vítimas das traições da nobreza. O povo não resistiu à invasão estrangeira, porque lhe faltava esforço, crença, patriotismo; isto tudo jazia no sepulcro da idade média.”²¹⁵

Esta alegoria necrológica nos leva a uma nova problemática que se pode expor pelas seguintes palavras de Herculano: “os sucessos do fim do século XVI não se explicam por

²¹¹C., J. da C. N. *Paralelos Históricos...*, p. 408.

²¹²HERCULANO, Alexandre. Pouca luz em muitas trevas (1579-1580). *O Panorama...*, Lisboa, v. 3, 2ª. série, n. 141, p. 280, 07 set. 1844.

²¹³HERCULANO, Alexandre. *Op.cit.*, p. 280.

²¹⁴*Id.*, p. 280.

²¹⁵*Id.*, p. 281.

acidentes e circunstâncias, que estão longe de terem o valor que lhes têm dado: explicam-se por um fato gravíssimo da ordem moral, a morte da *nacionalidade*.”²¹⁶ Ao abordar esta problemática, o historiador afirma que estas questões ainda precisam ser melhor estudadas (e serão retomadas mais adiante por Oliveira Martins) e, como contribuição, indica e analisa vários dos “documentos” sobre o período encontrados na Biblioteca Nacional.²¹⁷ Na verdade, o objetivo de Herculano era de que se ultrapassasse os limites de uma história norteada pelas “páginas laudatórias” dos historiadores que ficavam presos à exaltação dos governos das eras “manuelina” e “joanina”. E concretizava-o insinuando algo que a sua historiografia posterior retomará: para ele, a decadência portuguesa começou com as Descobertas e com o Absolutismo, pois viu estes acontecimentos como destruidores das liberdades municipais e das virtudes cívicas ligadas à terra.²¹⁸

Mas, em *O Panorama*, também houve espaço para a divulgação de uma produção recente, sintoma do processo de metamorfoseamento da temática sebástica que, aos poucos, foi sendo elevada, não apenas a objeto de uma preocupação histórica, cada vez mais profunda, mas, também, como tema para romances e crítica literária. A mesma história, encenada por Garrett, *Frei Luís de Sousa*, já tinha ganhado uma versão romanceada no artigo publicado por Paulo Midosi (1822 - ?), sob o pseudônimo de P. M., intitulado “Manuel de Sousa Coutinho – romance histórico (1578 a 1632)”, dividido nos seguintes tópicos: I) “A partida para África”; II) “A Batalha”; e III) “O Peregrino”.²¹⁹ Outro texto publicado por *O Panorama* foi “D. Sebastião o Desejado – lenda nacional”, de F. M. Bordalo, um interessante romance histórico sobre o rei D. Sebastião. Interessa destacar na composição do texto de Bordalo a convocação, em cada capítulo, de uma epígrafe emblemática de autores que abordaram o repertório sebastianista (D. João de Castro, Garrett, Herculano).²²⁰

²¹⁶ HERCULANO, Alexandre. Pouca luz em muitas trevas..., p. 282. (Grifo nosso).

²¹⁷ Além dos vários “documentos” convocados por Herculano em sua “Arqueologia Portuguesa”, ainda há de se destacar, em *O Panorama*, por apresentarem relação direta com o repertório histórico construído em torno de D. Sebastião, os seguintes textos: CARTA do Bispo Osorio ao Confessor de D. Sebastião. *O Panorama...* Lisboa, v. 5, n. 208, p. 130-133, 24 abr. 1841 e v. 5, n. 209, p. 138-139, 01 mai. 1841; RELAÇÃO das cousas que aconteceram em a cidade de Angra, Ilha Terceira, depois que se perdeu El-Rei D. Sebastião em Africa. *O Panorama...* Lisboa, v. 5, 3ª. série, n. 20, p. 159 e segs., 17 mai. 1856.

²¹⁸ CATROGA, Fernando. Alexandre Herculano e o historicismo romântico. In: CATROGA, Fernando; MENDES, José Maria Amado; TORRAL, Luís Reis (autores). *História da História em Portugal (sécs. XIX-XX): a história através da história*. Lisboa: Temas & Debates, 1998. v. 1, p. 45-98.

²¹⁹ P. M. (Paulo Midosi). Manuel de Sousa Coutinho - [romance histórico] - 1578 a 1632 – I. A partida para África. *O Panorama...* Lisboa, v. 1, 2ª. série, n. 30, p. 237-239, 23 jul. 1842; P. M. (Paulo Midosi). Manuel de Sousa Coutinho - [romance histórico] - 1578 a 1632 – II. A Batalha. *O Panorama...* Lisboa, v. 1, 2ª. série, n. 31, p. 243-246, 30 jul. 1842; P. M. (Paulo Midosi). Manuel de Sousa Coutinho - [romance histórico] - 1578 a 1632 – (Conclusão). O Peregrino. *O Panorama...* Lisboa, v. 1, 2ª. série, n. 32, p. 250-252, 06 ago. 1842;

²²⁰ BORDALO, F. M. D. Sebastião o Desejado – lenda nacional. *O Panorama...* Lisboa, v. 3, 3ª. série, n. 48, p. 380-383, 02 dez. 1854; v. 3, 3ª. série, n. 49, p. 388-390, 09 dez. 1854; v. 3, 3ª. série, n. 50, p. 396-398, 16 dez.

Por fim, em um dos últimos artigos de *O Panorama*, onde a temática sebástica foi tratada, o historiador Pinheiro Chagas remete-nos para uma crítica à obra de Camilo Castelo Branco, *O Senhor do Paço de Ninães* (1867). Aqui, o grande romancista retoma o cenário de Alcácer Quibir e os desdobramentos do “desastre” como sintoma de decadência²²¹. Mas, sobre isto, Pinheiro Chagas tinha outras histórias para nos contar, como veremos a seguir.

2.4.2 Pinheiro Chagas

Tido como um historiador liberal e conservador, Manuel Pinheiro Chagas (1842-1895) tomou parte na *Questão Coimbrã*²²² em contraposição àqueles que se tornariam os principais ícones da preocupação com a renovação do pensamento português. Quanto ao que aqui nos interessa, importa dizer que o seu trabalho historiográfico não era balizado pelo rigor e erudição de outros historiadores como Alexandre Herculano²²³, pois esteve voltado, sobretudo, para uma popularização dos fatos e acontecimentos vistos como relevantes para a história de Portugal.²²⁴ Daí o êxito alcançado pelos seus escritos.

Para aquilo que nos interessa, nesta fase, enfocaremos dois momentos que permitem surpreender melhor a leitura que ele fez²²⁵ da temática sebástica. São elas: a sua colaboração na revista *O Occidente* e a sua abordagem sobre o repertório sebástico no *Diccionario Popular* e na *História Alegre de Portugal*.

Imagens interessantes deste novo lugar que iria ocupar o rei D. Sebastião podem ser encontradas na edição de 01 de Agosto de 1878, da *Occidente – revista ilustrada de Portugal*

1854; v. 3, 3ª. série, n. 51, p. 405-407, 23 dez. 1854; v. 3, 3ª. série, n. 52, p. 413-416, 30 dez. 1854; v. 4, 3ª. série, n. 01, p. 2-4, 06 jan. 1855; v. 4, 3ª. série, n. 2, p. 10-12, 13 jan. 1855.

²²¹ CHAGAS, Pinheiro. Poetas e Prosadores. *O Panorama...*, Lisboa, v. 18, 5ª. série, n. 3, p. 98-100, 1868.

²²² Polêmica ocorrida na década de 1860 e que foi pautada pelo debate entre o conservadorismo, academicismo e formalismo, de um lado, e o reformismo (preocupação com as transformações e os problemas ideológicos mais atuais), do outro. Para um exemplo desta discussão, ver: CHAGAS, Manoel Pinheiro. *Bom Senso e Bom Gosto*: folhetim a propósito da carta que o senhor Anthero de Quental dirigiu ao senhor Antonio Feliciano de Castilho. Lisboa: Imprensa de J. G. de Sousa Neves, 1865.

²²³ A particularidade das contribuições de Herculano é reconhecida em: MARTINS, J. P. de Oliveira. Notas sobre a historiografia em Portugal. In: _____. *História de Portugal*. 4. ed. Lisboa: Livraria Bertrand, 1887. v. 2, p. 320-329.

²²⁴ De acordo com Sérgio Matos Campos, Chagas escreve a sua *História de Portugal* inspirado em Ferdinand Denis que “terá grande influência entre os historiadores portugueses da segunda metade do século XIX...”. MATOS, Sérgio Campos. *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do século XIX* (1846-1898). Lisboa: Colibri, 1998. p. 37.

²²⁵ De acordo com Amado Mendes, “a *História* de Pinheiro Chagas, que propriamente não era um historiador – fez estudos no Colégio Militar, na Escola do Exército e na Politécnica e foi lente de Literatura Clássica no Curso Superior de Letras – enquadrar-se-ia melhor nas histórias de divulgação, excetuando o facto de se tratar de obra desenvolvida e não de síntese, do que nas que se apresentam como fruto de investigação pessoal.” Ver: MENDES, J. Amado. Desenvolvimento e estrutura da historiografia portuguesa. In: CATROGA, Fernando; MENDES, J. Amado; TORGAL, Luís Reis (autores). *História da História em Portugal* (sécs. XIX-XX). Lisboa: Temas & Debates, 1998. p. 239.

*e do estrangeiro*²²⁶, no número que comemorou os trezentos anos da fatídica batalha de Alcácer Quibir. Esta revista, que aparecia como uma novidade – por trazer estampada, na primeira página, imagens de figuras importantes do cenário político, religioso e intelectual (a exemplo de Alexandre Herculano) e, por sua vez, também paisagístico –, dedicou uma boa parte daquele número a uma reflexão sobre as representações que tinham em D. Sebastião um referente imaginário.

Vejamos, em primeiro lugar (**figura 03**), a reprodução da estátua de *D. Sebastião*, da autoria de Simões de Almeida, que pertencia ao rei D. Luís e foi exposta, pela primeira vez, em Lisboa, em 1874, tendo depois sido enviada à *Exposição Universal*, de Paris, em 1878. Executada em mármore de Carrara, media 1m e 40cm de altura, e representava D. Sebastião, ainda criança, numa atitude que, no dizer da revista, o futuro Rei já estaria “lendo na história de Portugal os feitos dos seus antepassados, e pensando já porventura na conquista de África.” E a descrição continua imbuída de uma dimensão contemplativa, parecendo haver uma clara sintonia entre o seu comentador (provavelmente Manoel Pinheiro Chagas) e o escultor da obra, como se aquele quisesse decifrar o que o outro quis transmitir:

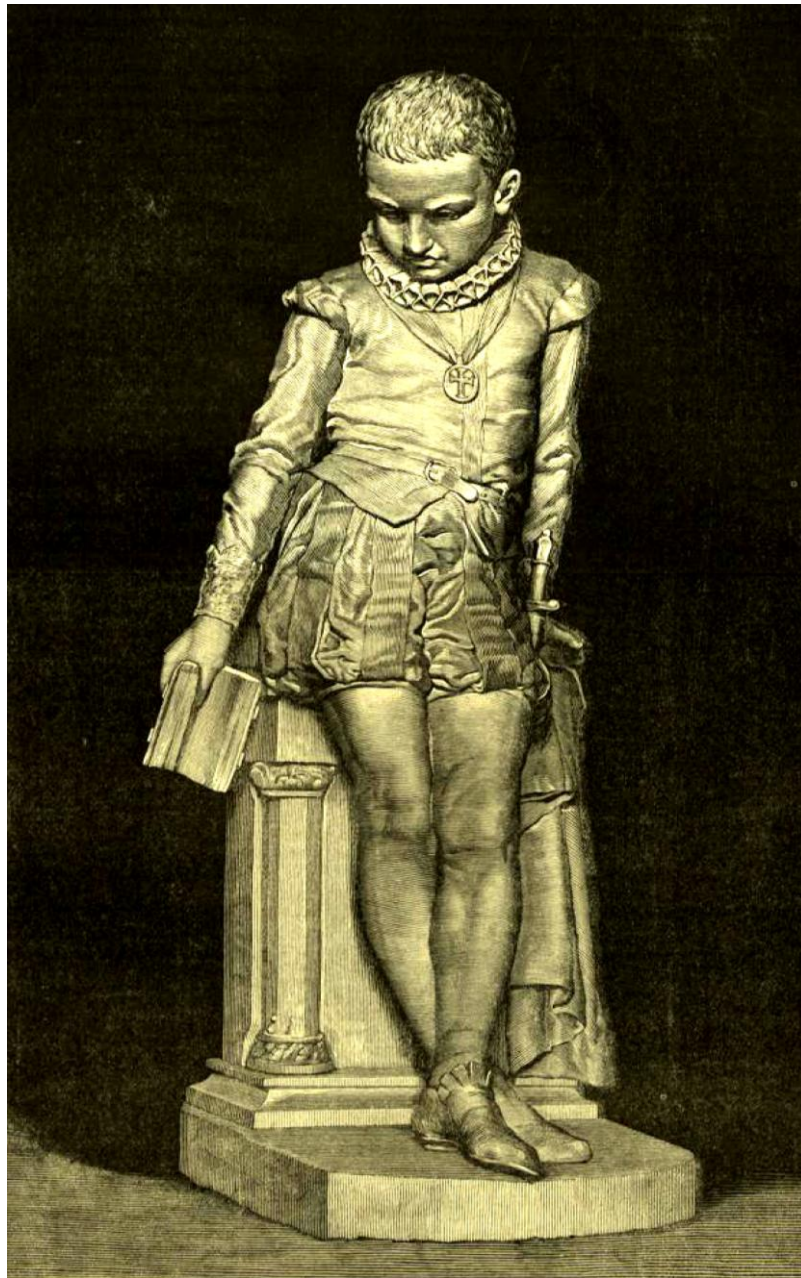
na fisionomia do adolescente transparece um pensamento profundo. Vê-se que o escultor, como os grandes mestres, soube insuflar a vida na sua obra, animando-a dum existência própria, e fazendo-a corresponder rigorosamente na sua expressão um dado estado psicológico. Sob o ponto de vista da concepção e da execução artística, a estátua de *D. Sebastião* pode dizer-se uma obra acabada e perfeita no seu gênero.²²⁷

E, como a representação enaltecadora da figura do Rei, ainda menino, vinha a propósito da terceira *Exposição Universal* de Paris (1878), e, sobretudo, do terceiro centenário da Batalha de Alcácer Quibir, podia dizer-se e especular-se que “a estátua do herói completa o cenário aonde se deu o grande desastre”. Na verdade, a estátua reforça a imagem idealizada do “menino puro”.

²²⁶ *O Occidente*: revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro, Lisboa, ano 1, v. 1, n. 15, 01 ago. 1878.

²²⁷ *O Occidente*: revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro... p. 119. (Grifo do autor).

Figura 03: D. Sebastião – estátua de Simões d’Almeida.



Fonte: *O Occidente*: revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro, ano 1, v. 1, n. 15, p. 116, 01 ago. 1878.

A reelaboração da imagem de D. Sebastião se afigura como um deslocamento para os interesses dos novos tempos.²²⁸ Aqui, não se apresenta o Rei combatente, armado, em postura

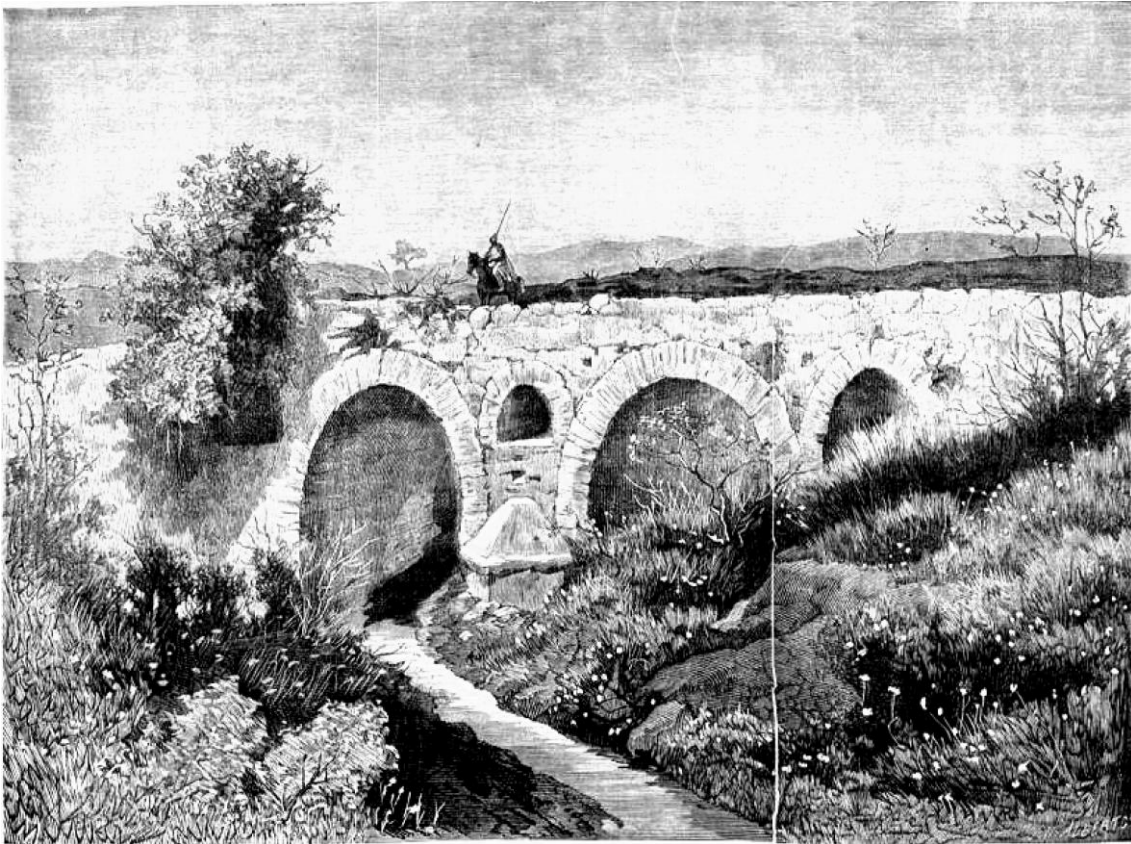
²²⁸ MATOS, Sérgio Campos. D. Sebastião. In: _____. *História, Mitologia, Imaginário Nacional: a História no Curso dos Liceus (1895-1939)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. p. 153-157.

belicosa, mas um menino em postura contemplativa a segurar um livro sintomaticamente intitulado *História de Portugal*. Portanto, uma retomada à infância e à pureza voltadas para a educação, para uma nova história – que busca nas tradições uma referência que o processo de modernização não podia escamotear. Indicar, pois, esta estátua para ser a representante de Portugal numa Exposição de Universal só pode significar que por ela se queria dizer que a aventura portuguesa nos seus sucessos e nos seus desastres possuía um valor ecumênico, ou melhor, uma “universalidade de resultados”, mesmo que, naquele presente, se reconhecesse que a França “era a ‘segunda pátria de todo mundo’ ou a ‘nação missionária’ na senda da civilização e da cultura.”²²⁹

Outro exemplo de representação romântica de D. Sebastião é uma aguarela (**figura 04**) de autoria de José Daniel Collaço, então cônsul português em Tânger, Marrocos, e pertencente, assim como a estátua, ao rei D. Luís. Nesta pintura, Collaço representa a ponte do rio Haud-Maksen, localizado junto ao ponto onde se deu a batalha de Alcácer Quibir, em 4 de agosto de 1578. Como pano de fundo, surge um cenário florido, com montanhas e com um córrego de águas tranquilas. Chama-nos a atenção, todavia, uma figura solitária, montada em seu cavalo, investido de armadura e lança e que passa, tudo indica, vagarosamente por sobre a ponte. Da perspectiva frontal, tem-se a impressão de que o cavaleiro está a regressar, a tomar o rumo contrário.

²²⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: HUCITEC, 1997. p. 174-175.

Figura 04: Ponte do rio Huad-Maksen – junto da qual se deu a batalha de Alcacer Quibir (por José Daniel Collaço).



Fonte: *O Occidente*: revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro, Lisboa, ano 1, v. 1, n. 15, p. 113, 01 ago. 1878.

Esta aguarela da ponte foi feita *in loco*, “nessa planície de tristíssima recordação, que foi avermelhada pelo sangue português, à beira desse rio que rolou até ao mar cadáveres portugueses, diante desses horizontes, onde se imergiu, perdendo-se no mistério e no desconhecido, o vulto cavalheiresco de D. Sebastião.”²³⁰ Aqui, por sua vez, o mesmo comentador (supomos que Pinheiro Chagas), à semelhança do comentário anônimo sobre a estátua de D. Sebastião, ainda menino, mergulha no universo imaginativo do artista. Segundo a sua descrição, perante o território em que se deu a batalha, o “talentoso” e “erudito” não caiu na ilusão realista; ao contrário, o artista foi tomado por “impressões” e “ânimos” que lhe

²³⁰ CHAGAS, Manoel Pinheiro. A ponte de Alcacer-Kibir. *O Occidente*: revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro, ano 1, v. 1, n. 15, p. 114, 01 ago. 1878. Sobre a batalha, ver também: ALCACER Kibir. In: CHAGAS, Manoel Pinheiro (dir.). *Diccionario Popular*: historico, geographico, mythologico, biographico, artistico, bibliographico e litterario. Lisboa: Lallemand Freres, 1876. v. 1, p. 382-383; sobre as imagens de Dom Sebastião também ver: VITORINO, Pedro. *O Sebastianismo na Iconografia Popular*. Porto: Empresa Indust. Gráfica do Porto, 1923. Este trabalho é composto por imagens referentes direta ou indiretamente à temática sebástica e vem a preencher uma carência em relação à sua rica produção iconográfica.

fizeram tremer “a mão” que foi impelida a pintar uma “imagem desolada e triste”, imagens da “dor” que estavam para além do que podia ser visto: “parecia que uma evocação sinistra, fazendo surgir diante dele a imagem triunfante dos vencedores, quisera completar a dôr aguda que lhe varava o peito, ao lembrar as cenas dilacerantes do passado.”²³¹

A passagem do centenário ganhava, agora, uma configuração adequada à crescente afirmação de uma popularização cultural que já não podia dispensar a imagem e, sobretudo, a fotografia. Por sua vez, dentro da cultura historicista, este também foi o momento em que o culto dos centenários ganhou mais relevo em França, a passagem dos centenários de Voltaire (1696-1778) e de Rousseau (1712-1778).

De fato, o ano de 1878 constitui um marco na construção imagética de D. Sebastião, bem como na evocação liberal-conservadora da sua infausta empresa africana. De onde alguns tenham ligado este surto ao início do ciclo das grandes comemorações, em particular as do Centenário de Camões, em 1880.²³² Para Pinheiro Chagas, “no dia 4 de agosto de 1878 completam-se exatamente três séculos que expirou nos areais de Alcácer Quibir a fortuna portuguesa, que fora durante um século o assombro do mundo civilizado.”²³³

Dir-se-ia que, aos poucos, os fios dessa idealização iam-se afastando das manifestações sociais do fenómeno sebastianista em si, na medida em que o olhar do jornalista, intelectual e historiador debruçava-se sobre estas imagens, ampliando a leitura sobre o “herói”, “puro” e “sonhador”, e definindo, ao mesmo tempo “o ausente”, o “perdido”, “o cavaleiro solitário”. A partir destes diferentes epítetos, o escritor vai inserindo a história de Portugal no debate e, neste sentido, vai reavaliando tanto a imagem da criança pura e sonhadora, como a do cavaleiro solitário que quer regressar. Em simultâneo, a responsabilização foi sendo transferida para as influências negativas do meio e, sobretudo, para os efeitos decadentistas do catolicismo ultramontano e dos seus melhores representantes – os jesuítas, educadores do infeliz Príncipe.

Para além dos comentários anteriormente aludidos, Pinheiro Chagas, como historiador, retomou a questão, em particular nas obras que passamos a analisar. De forma sintética, fez uma interessante história do mito sebástico, mas, diferentemente de Agostinho de Macedo, à luz de pressupostos inspirados no liberalismo conservador que perfilhava. Com efeito, quer no

²³¹ CHAGAS, Pinheiro. *A Ponte de Alcacer-Kibir. O Occidente...* p. 114.

²³² Sobre as comemorações camonianas, ver: CATROGA, Fernando. *Ritualizações da História*. In: TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando. (autores). *História da História em Portugal*. Lisboa: Temas & Debates, 1998. p. 226-230. Sobre o comemoracionismo, ver: CATROGA, Fernando. *Nação, Mito e Rito*. Religião Civil e Comemoracionismo (EUA, França e Portugal). Fortaleza: NUDOC-UFC/Museu do Ceará, 2005.

²³³ CHAGAS, Pinheiro. *Op.cit.*, p. 114.

seu *Diccionario Popular* (1876-1884)²³⁴, quer na sua *História Alegre de Portugal* (1880)²³⁵, procurou reabilitar a figura de D. Sebastião de acordo com uma corrente transversal a outros autores e a que Sérgio Campos Matos chamou “paradigma liberal-oitocentista de heroísmo, que se desenvolve tardiamente nos livros escolares – a partir da década de 1880 – e em que se encontram marcas mais ou menos sensíveis do romantismo e do positivismo.”²³⁶ Na verdade, nos seus escritos sobre a temática emergem expressões como “desastre”, “imprudência”, “loucura” e aparecem juízos de valor que somente em parte responsabilizam o rei D. Sebastião, pois também não deixam de realçar a dimensão do herói que, ao enfrentar corajosamente o inimigo, perdeu-se “aos olhos de todos, sumiu-se para sempre no mais indecifrável mistério”.²³⁷

No entanto, o publicista não ficou por aqui, já que tentou fazer, sobretudo, no *Diccionario Popular*, uma história da gênese e evolução do mito sebástico até ao seu presente, itinerário que lhe permitiu rastrear o percurso que levou a extinção da crença e à sua sobrevivência como tema literário e como objeto de reflexão acerca do sentido e vocação da história de Portugal. Em concreto, naquela obra, o autor traçou uma rápida biografia do rei D. Sebastião, assinalando, com ênfase, o seu nascimento como o “Desejado”, em quem, imediatamente, “o povo depositou as suas esperanças”. Depois, lançou uma incisiva crítica à educação religiosa que recebeu e que fez do jovem monarca um “escravo dos jesuítas”. É que a “educação de Luiz Gonçalves da Câmara fez de D. Sebastião um monge, a educação de D. Aleixo de Menezes fez de D. Sebastião um militar brioso, essas duas educações combinadas deram em resultado esse monge militar coroadado, esse templário entusiástico, que arrastou Portugal à última cruzada e que nessa cruzada o perdeu”.²³⁸

Ainda sobre o desejo de D. Sebastião em conquistar territórios em África, quando o duque de Alba propôs tomar Larache sem a sua presença, Pinheiro Chagas informa que “o louco e desventurado moço entendeu que isto era fruto da inveja do duque de Alba! Estava completamente louco.”²³⁹ E esta associação à “loucura” – a que a influência do positivismo

²³⁴ CHAGAS, Manoel Pinheiro. *Diccionario Popular: historico, geographico, mythologico, biographico, artistico, bibliographico e litterario*. Lisboa: Typographia da Viuva Sousa Neves, 1883 (1876-1884). v. 11, p. 305-309.

²³⁵ CHAGAS, Manoel Pinheiro. *História Alegre de Portugal: leitura para o povo e para as escolas*. Lisboa: David Corazzi Editor, 1880. p. 108-111; p. 116-117. Ver também: *História de Portugal* (edição popular e ilustrada). Lisboa: Escripatorio da Empreza, [189-]. v. 6, p. 117-276.

²³⁶ CAMPOS, Sérgio Matos. *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do século XIX...*, p. 166.

²³⁷ CHAGAS, Manoel Pinheiro. A ponte de Alcacer-Kibir. *O Occidente...* p. 115.

²³⁸ CHAGAS, Manoel Pinheiro. *Diccionario Popular: historico, geographico, mythologico, biographico, artistico, bibliographico e litterario*. Lisboa: Typographia da Viuva Sousa Neves, 1883 (1876-1884), v. 11. p. 306.

²³⁹ CHAGAS, Manoel Pinheiro. *Diccionario Popular...*, p. 307.

dará mais força – é recorrente ao longo do texto. No entanto, foi igualmente sensível à narração (e desconstrução) da origem das lendas:

Daí se originou a lenda, que em todo o caso se formaria sempre. Nunca um soberano ou um general morreu numa batalha em circunstâncias misteriosas, que o povo não supozesse e logo que sobrevivera ao desastre, e, o que é mais curioso, é que na formação da lenda esquecem-se todas as culpas do desgraçado, e esse homem, que foi em vida o flagelo dos seus povos, passa a ser um ente ideal de bondade e de justiça. Com D. Sebastião não sucedia bem isso, porque essa criança doida, apesar de todos os seus erros e das exações cometidas pelo seu governo, era popular e simpático (...).²⁴⁰

E, como “o povo não quis acreditar na sua morte, formou-se em torno de seu nome, não só uma lenda, mas uma seita”, movimento que, após as aparições dos “falsos D. Sebastião”, propagou a lenda, dando-lhe a vida própria que caracteriza a história dos mitos e as suas especializações. Conta Chagas:

O povo passou depois a acreditar que ele estava encantado, que vivia numa Ilha misteriosa, e que havia de aparecer em Lisboa para redimir o país da sua opressão e da sua desventura num dia de nevoeiro. Essa crença estava arraigada não só no baixo povo, mas em espíritos ilustrados; deu origem a uma literatura inteira, literatura de profecias e de lendas, e ainda no princípio do século XIX originou uma polémica veemente em que tomou uma parte conspicua José Agostinho de Azevedo (*sic*). É verdade que nesse debate o *sebastianismo* era apenas o pretexto; as ideias que se discutiam debaixo desse veu eram mais altas e mais sérias.²⁴¹

Ora, também esteve atento aos ecos da sobrevivência do “sebastianista” como seita e mostra-se bem informado da transferência para o plano literário, nomeadamente quando escreve: “ainda são nossos contemporâneos os sectários dessa estranha religião. É um sebastianista o personagem principal da deliciosa comédia de Garrett, *As Profecias do Bandarra* (...) Hoje supomos que desapareceram de todo. É possível porém que ainda alguns existam.”²⁴²

E como produtor de uma cultura imbuída de historicismo e onde o sentido da história de Portugal era o grande eixo estruturador das narrativas, Chagas historicizou e inseriu o personagem D. Sebastião e a evolução do mito no devir histórico. E, na linha de mestres como

²⁴⁰ CHAGAS, Manoel Pinheiro. *Op.cit.*, p. 308.

²⁴¹ *Id.*, p. 308-309. (Grifo do autor). Interessante observar que neste texto, publicado em 1883, aparece a palavra *sebastianismo*, provavelmente já desdobramentos das reflexões de Oliveira Martins, em sua obra *História de Portugal* (1879).

²⁴² CHAGAS, Manoel Pinheiro. *Diccionario Popular...*, p. 309.

Garrett e Herculano, não deve surpreender o essencial da lição que retirava daquele fatídico dia 24 de agosto de 1578, quando afirmou que “consumou-se nos areais africanos a ruína de um grande império. Mas a queda de um império poderoso não se explica por um revez apenas. Se não existem causas anteriores de dissolução (...)”²⁴³ E, portanto, nem D. Sebastião nem Alcácer Quibir podiam ser unicamente responsabilizados pela “desgraça de Portugal”, pois já “estávamos condenados a irremediável ruína”, pelo que a fatídica expedição apenas “lançou nas nuvens do nosso ocaso todo o colorido mágico da poesia épica.” Por isso, a lógica da culpabilização acabou por eleger o meio, ou melhor, o caráter da elite portuguesa de fins dos Quinhentos: “a nobreza, que se ia consumindo em ócio vil e deleites enervadores; teve dessa forma um campo de torneio, onde pode cair com glória, acrescentando uma página sublime aos fastos militares dos seus antepassados.”²⁴⁴

Dentre outros escritos de Chagas será ainda útil destacar, para a nossa análise, o que escreveu na sua *História Alegre: leitura para o povo e para as escolas* (1880), obra que, por sinal, teve a sua primeira edição dedicada a Miguel Martins Dantas, autor de *Os Falsos Dom Sebastião* (1866)²⁴⁵, e que mereceu esta honra por ter renovado completamente “o estudo de uma época interessante da história portuguesa, que nos deu enfim nesse primoroso livro um estudo profundamente moderno, um estudo, como Gachard os sabe fazer, de um dos episódios mais curiosos e mais romanescos da nossa vida nacional.”²⁴⁶ A história de Portugal é contada através de “serões”, partindo da concepção de mundo que as pessoas tinham no seu presente em relação aos relatos do passado. Uma história tradicional, marcada pela ênfase nos grandes homens e nos marcos históricos sacralizados.

“D. Sebastião”, “Alcácer Quibir”, “causas da decadência de Portugal” e os “falsos D. Sebastião” foram temas abordados no sexto e sétimo “serões”. Pinheiro Chagas fez uma dura crítica a D. João III, por instituir a Inquisição em Portugal, e aos jesuítas, pela lógica controladora da sociedade: “enquanto lá fôra se andava para diante, e se faziam invenções, e se estudava, nós não passávamos da cepa torta, e o mal que isso fez vão vocês vê-lo.”²⁴⁷ Ao

²⁴³ CHAGAS, Pinheiro. A Ponte de Alcacer Kibir. *O Occidente...* p. 115.

²⁴⁴ CHAGAS, Pinheiro. *Op.cit.*

²⁴⁵ De Miguel Dantas, Pinheiro Chagas se apropria da ideia de que D. Sebastião foi um “Messie national et patriotique”. Sobre os falsos D. Sebastião, Chagas vai afirmar que há uma diferença entre os dois primeiros, construída a partir do povo, e os dois últimos, que tiveram um preparo para “conspiração”. Ver: CHAGAS, Pinheiro. *Novos Ensaios Criticos*. Porto: Casa da Viúva Moré, 1867. p. 59. In: PETRUS. *Regresso ao Sebastianismo...*, p. 148.

²⁴⁶ CHAGAS, Pinheiro. *História Alegre de Portugal: leitura para o povo e para as escolas*. Lisboa: David Corazzi Editor, 1880. p. IX. Esta troca de elogios se deu em virtude do livro *Entretiens populaires sur l'histoire de France* que lhe teria servido de inspiração e provavelmente está se referindo à obra francesa publicada por Mathurin Blanchet e A. Labutte, em 1863, pela Blériot.

²⁴⁷ CHAGAS, Manuel Pinheiro. *Diccionario Popular...*, p. 107.

mesmo tempo, criticou o excesso bélico dos portugueses na Índia e o projeto de D. Sebastião de conquista da África. Ante a convicção demonstrada pelo Rei em levar adiante tal empresa, Chagas nomeia-o “maluco”, “doido”. Com a sua morte, “faltou o rei, faltou tudo, porque o povo nem já sabia de si, e as cortes, quando não havia quem mandasse coisa alguma, nem sabiam o que haviam de fazer. (...) Tudo estava aluído na nação portuguesa, veio o empurrão de Alcácer Quibir, foi tudo abaixo (...).”²⁴⁸ Depois, o povo, não satisfeito com o domínio dos Felipes, não deixava de lançar suas esperanças no “Desejado”. E esta esperança transformar-se-á em proselitismo de seita: “o tal amor ao D. Sebastião foi-se pegando a ponto que começou a formar-se uma seita que ainda há pouco tempo durava, a seita dos sebastianistas, que acreditavam que D. Sebastião havia de aparecer num dia de nevoeiro para governar Portugal.”²⁴⁹

Inspirado nos debates sobre a problemática da “decadência” portuguesa, questão já antiga, mas materializada pelo eco da Conferência feita por Antero de Quental em 1871 e intitulada *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, Pinheiro Chagas faz uma leitura interessante do marco histórico de Alcácer Quibir, descrevendo-o, também, pela metáfora da morte do cadáver, os destinos de Portugal:

A grandeza de Portugal, que principiára nos plainos de Aljubarrota, em vez de se desfazer na podridão, de que estava ameaçada, feneceu ao menos por um golpe do destino nos campos de Alcácer Quibir. *Portugal morreu envolto na sua armadura de soldado*. Camões acabava de redigir em versos imortais o seu testamento de glória. D. Sebastião, *instrumento inconsciente da fatalidade*, levou este povo aventureiro a uma última temerária aventura, deu-lhe para leito de agonia um campo de batalha, acalentou-lhe o sono mortuário com os clamores de combate que lhe haviam saudado o nascimento, enramou-lhe a campa com ensanguentados loiros, porque não os nega a história à bravura desgraçada para só os ir conceder à temeridade feliz.²⁵⁰

Bem vistas as coisas, Chagas ajudou a popularizar uma perspectiva que, de certo modo, toda a bibliografia produzida sobre a personagem do rei D. Sebastião iria acompanhar. Na verdade, nela aparece a imagem do Rei Menino, já idealizada em Camões bem como a tradição do cavaleiro solitário, o Encoberto, o Esperado²⁵¹, os desdobramentos históricos de Alcácer Quibir e sua relação mais ampla com a História de Portugal. No entanto, como os

²⁴⁸ CHAGAS, Manuel Pinheiro. *Op.cit.*, p.114.

²⁴⁹ *Id.*, p. 116.

²⁵⁰ CHAGAS, Manoel Pinheiro. *Alcacer Kibir. O Occidente...* p. 115. (Grifo nosso).

²⁵¹ OLIVEIRA, Vítor Amaral de. Epítetos de Dom Sebastião. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/bdc/revistas/revistaicalp/dsebastiao.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2011.

seus antecessores, ainda continuava a encarar a questão em termos muito descritivos. Em síntese, continuava a faltar um trabalho que a enfrentasse na sua rede semântica, em ordem a poder-se pensar a representação da representação²⁵² e, por este caminho, se buscar, na experiência histórica, a historicidade dos conceitos, bem como do seu uso mais intelectualizado. E, à luz do que ficou exposto, quando falamos na ampliação do campo semântico, estamos nos referindo aos termos *sebastianistas* e *sebastianismo* e ao entendimento da sua elaboração e ativação para “usos” políticos e intelectuais.

Oliveira Martins entrará em cena com uma problematização mais próxima do nível que acabamos de enunciar, pois buscou encontrar os fundamentos filosóficos, antropológicos e históricos que pudessem explicar a irrupção e o significado da sobrevivência do *sebastianismo*, numa estreita correlação com a procura de respostas acerca dos ciclos da história de Portugal e do processo que a levou do estado de *nacionalidade* à sua organização de *nação*.

²⁵² CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

CAPÍTULO 3

EM DEMANDA DO SEBASTIANISMO

... essa a descoberta.²⁵³

3.1 Oliveira Martins: o *sebastianismo* (um velho/novo problema)

A discussão sobre a temática sebástica ganha uma nova precisão através da análise da elaboração do conceito de *sebastianismo*, em sua articulação com a História de Portugal, no pensamento de Oliveira Martins. Mas, tratar esta questão implica convocar o percurso das várias facetas do fenômeno, particularmente a figura do crente sebastianista, cada vez mais rara; a elevação da temática ao nível literário e cultural com um fundo idiossincrático; e a retomada de diferentes repertórios (D. Sebastião, Alcácer Quibir, Decadência) a ela ligada e que a historiografia liberal, após Herculano e Garrett, passando por Manuel Pinheiro Chagas (entre outros), prolongou, até se chegar a Oliveira Martins.

Não temos dúvidas de que Oliveira Martins foi quem, ao retomar todas estas questões, e ao dar-lhes um acabamento teórico, mais contribuiu para a fixação definitiva do termo *sebastianismo*, com reflexos na sua dicionarização. De certo modo, pode dizer-se que ele veio aprofundar sugestões que já vinham de Almeida Garrett, marcando, imediatamente, as leituras que serão feitas em Portugal²⁵⁴ e, posteriormente, no Brasil sobre o objeto em pauta. Ora, na estratégia deste trabalho, interessa-nos especialmente privilegiar a recepção das ideias martinianas em Euclides da Cunha, mormente no seu estudo sobre a “guerra de Canudos” (1896-1897). Com efeito, nesta obra, Euclides enfatizou as reminiscências da presença de um *sebastianismo* popular nos sertões do Brasil, à luz de um diálogo com o historiador português, ainda que em função da sua formação intelectual e das especificidades culturais brasileiras.²⁵⁵

²⁵³ MARTINS, J. P. de Oliveira. *A História de Portugal e Os Críticos da 1ª Edição*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1880. p. 07. Este texto, escrito em junho de 1880, foi republicado como nota em: MARTINS, J. P. de Oliveira. Defesa da História de Portugal contra os seus críticos. In: SARAIVA, António José. *A Tertúlia Ocidental: estudos sobre Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queirós e outros*. 2. ed. revista. Lisboa: Gradiva, 1996. p. 215-234. Já uma coletânea com os textos dos críticos encontra-se em: MARTINS, J. P. de Oliveira *et al.* *Oliveira Martins e os críticos da História de Portugal*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional do Livro, 1995.

²⁵⁴ Sem falar no campo da literatura, na perspectiva de uma abordagem histórica e na senda de Oliveira Martins, ver: BRUNO, Sampaio. (José Pereira de Sampaio). *O Encoberto*. Porto: Livraria Moreira, 1904; LOBO, António de Sousa Silva da Costa. *As Origens do Sebastianismo: história e perfiguração dramática*. Lisboa: Typ. da Empreza da História de Portugal, 1909; e AZEVEDO, João Lúcio de. *A Evolução do Sebastianismo*. 2. ed. corrigida e simplificada. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, 1947.

²⁵⁵ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões* (Campanha de Canudos). 3. ed. corrigida. Rio de Janeiro; São Paulo: Laemmert & C., 1905. p. 140-141. (1ª edição 1902). Para outras leituras brasileiras de Oliveira Martins, ver: BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Paris: Typ. H. Garnier, 1905; FREYRE, Gilberto.

Como ponto de partida da hermenêutica sebástica de Martins, impõe-se refletir sobre esta sua expressão: “restos de passadas histórias”. Ele usou-a para referenciar uma situação que de fato teria testemunhado quando jovem – a presença, no Rossio (Lisboa), de um velho de barba branca que se autodeclarava D. Sebastião regressado. E este teria sido o último sebastianista de uma longa galeria. Ora, se elevamos a expressão ao seu plural, por “restos” podemos entendê-la como o que ficou de lado, ou o que ficou por dizer ou por fazer. Mas o termo também pode ser interpretado como as “cinzas”, como o “cadáver”, como as “sobras”, ou mesmo “sobrevivências” de algo, e será nesta perspectiva que conceberemos a inserção da problemática em causa no pensamento de Martins. Pautado por uma releitura dos “restos de histórias”, o nosso autor reinventou o *sebastianismo* a partir dos finais da década de 1870, deixando de associá-lo a uma “seita”, para torná-lo uma problemática cuja inteligibilidade teria de mobilizar não só a perspectiva histórica (como o fez Pinheiro Chagas), mas também os ensinamentos da antropologia cultural e dos estudos sobre a gênese e a decadência dos mitos coletivos.

3.1.1 Oliveira Martins e a história: explicar e compreender

Pedro Calafate, numa breve síntese sobre o pensamento de Martins, afirma: “Joaquim Pedro de Oliveira Martins nasceu em Lisboa, em 1845. Filho de um funcionário público, logo aos doze anos ficou órfão de pai, razão por que interrompeu os estudos para sustentar a família, empregando-se numa casa comercial, onde trabalhou durante dez anos.”²⁵⁶ Diferentemente da maioria dos seus companheiros que darão corpo à chamada “geração de 1870” e que teve formação acadêmica superior, ele foi um autodidata, o que não impediu a sua integração no escol intelectual português da sua época²⁵⁷. Morreu em 24 de agosto de 1894.²⁵⁸

Não admira este percurso, pois foi afirmando o seu prestígio no vasto campo que, então, começou a ser designado por “ciências sociais”, cujas interconexões ele próprio procurou teorizar. Na verdade, esta orientação pluridisciplinar cedo se manifestou no âmbito

Aventura e Rotina. 2. ed. revista. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1980. p. 187. Para Freyre, Martins foi o primeiro a libertar-se do exagero de “ufanismo” português em relação a um passado nem sempre cor-de-rosa.

²⁵⁶ CALAFATE, Pedro. J. P. Oliveira Martins: a decadência natural. In: _____. *Portugal Como Problema: século XIX – a decadência*. Lisboa: Público/Fundação Luso-Americana, 2006. v. 3, p. 141.

²⁵⁷ CATROGA, Fernando. A Historiografia de Oliveira Martins (entre a arte e as ciências sociais). *Separata da Revista da Universidade de Coimbra*, Coimbra, v. 38, (1995) 2001.

²⁵⁸ Ainda sobre a biografia de Oliveira Martins, ver: MAURÍCIO, Carlos. *A Invenção de Oliveira Martins: política, historiografia e identidade nacional no Portugal Contemporâneo (1867-1960)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.

de suas reflexões²⁵⁹, embora os estudos sobre o sentido da história de Portugal e a sua decadência sejam o eixo central das suas inquietações²⁶⁰ e o núcleo mais importante da sua obra. E, se isso passou por uma releitura crítica do passado nacional, a verdade é que, em simultâneo, obrigou a que equacionasse este último como uma “molécula” da história da Península Ibérica, num horizonte que envolvia toda a História Universal.²⁶¹

O pensamento de Oliveira Martins, bem como sua respectiva produção historiográfica, é indissociável da obsessão contemporânea com o problema da “decadência”, velha questão que preocupava a intelectualidade portuguesa, pelo menos, desde os inícios de Oitocentos, e que ganhou um novo acume nos inícios da década de 1870. Com efeito, tendo como pano de fundo a crise financeira, o desgaste do poder monárquico e a constatação do longo descompasso de Portugal em relação às outras nações desenvolvidas da Europa, surgiram, durante a segunda metade do século XIX, algumas abordagens sobre uma fase de “elevada complexidade e riqueza”, e onde perpassam quer o impacto das novas ideias filosóficas (filosofia da história hegeliana, positivismo), estéticas, sociais (socialismo, comunismo) e políticas (republicanismo), quer as respectivas incidências na apreciação do lugar de Portugal contemporâneo simultaneamente face ao seu passado e ao seu futuro.²⁶²

Para Oliveira Martins, na esteira das teses expandidas por Antero de Quental, também se teria de perceber quais as “causas” de uma “decadência” que, afinal, era peninsular. E, embora a noção de “decadência” não fosse uma novidade, foi na década de 1870 que ela ganhou expressão teórica²⁶³, particularmente através do ensaio de Antero de Quental *As*

²⁵⁹ Além do espólio de Oliveira Martins existente na Biblioteca Nacional de Lisboa, há também o catálogo de sua biblioteca recém-publicado e organizado pela Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, computando cerca de 1.600 itens referentes aos mais variados temas, da pré-história, filosofia e teoria da história (Voltaire, Jules Michelet, Ranke, P.-J. Proudhon, Hegel, Émile Littré, Karl Marx, Ernest Renan, Arthur Schopenhauer, Hippolyte Taine, Jacob Burckhardt), História de Roma, História de Portugal, História do Brasil, estatística e finanças. Ver: BIBLIOTECA Geral da Universidade de Coimbra. *A Biblioteca de Oliveira Martins*. Lisboa: Guimarães Editores, 2009.

²⁶⁰ CATROGA, Fernando. A Historiografia de Oliveira Martins (entre a arte e as ciências sociais). *Separata da Revista da Universidade de Coimbra*, Coimbra, v. 38, (1995) 2001. “A recusa do transcendismo, e a contração imanentista da explicação do mundo e da vida; o entendimento do devir como um drama que, no espaço e no tempo, actualiza um princípio metafísico que tende para sua plena realização e se objectiva, evolutiva e organicamente, em sociedades concretas; a impossibilidade das ciências, incluindo as recém-formadas ciências sociais, poderem construir uma explicação radical e total do universo, demonstrar o sentido do devir humano.” p. 398.

²⁶¹ MARTINS, J. P. de Oliveira. Introdução (Theoria da historia universal). In: _____. *Taboas de Chronologia e Geographia Historica*. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, [1884]. p. V-XLII. Neste texto, o autor discute sobre os limites de uma “História Universal”.

²⁶² CALAFATE, Pedro (org.). *Portugal Como Problema: século XIX – a decadência*. Lisboa: Público/Fundação Luso-Americana, 2006. v. 3, p. 13-18.

²⁶³ Entre os estudos recentes que discutem a temática da “decadência”, destacamos: PIRES, António Machado. *A Ideia de Decadência na Geração de 70*. 2. ed. Lisboa: Vega, 1992; CATROGA, Fernando. A retórica sobre a decadência e a regeneração nos discursos políticos-ideológicos (séculos XIX e XX). In: CATROGA, Fernando et al. *Optimismo e pessimismo acerca do futuro de Portugal/ VIII Curso Livre de História Contemporânea*.

Causas da Decadência dos Povos Peninsulares (1871). Grande amigo de Martins, este poeta e filósofo explicitou a sua visão no âmbito das célebres Conferências do Casino²⁶⁴, pensadas sob o impacto das repercussões da “comuna de Paris de 1870”, da chegada da Associação Internacional dos Trabalhadores a Portugal²⁶⁵ e organizadas com o objetivo de agitar a opinião pública e de procurar caminhos que combatessem o atraso que Portugal revelava face à vanguarda das nações mais progressistas da Europa.²⁶⁶

Encarada sob um ângulo mais teórico, a noção de “decadência” carregava uma dimensão organicista, ou seja, fazia assentar o diagnóstico na ideia segundo a qual as sociedades seriam seres orgânicos específicos, com os seus ciclos de nascimento, apogeu e decadência. Entretanto, este pano de fundo comum não anula a existência de diferenças entre Antero e Martins. Ao contrário do poeta, Martins concebia “a decadência portuguesa e ibérica como fatal e natural, suavizando por isso o dedo acusador do tribunal da História”.²⁶⁷ Na verdade, para Martins, a “hipótese” da evolução era “incontestável”, sendo, contudo, um severo crítico do evolucionismo mecanicista (Spencer), ao trabalhar numa vertente mais “dinamista”²⁶⁸ que pressupunha uma metafísica de teor teleológico que, no entanto, fugia ao determinismo extremo, porque também aceitava, a uma certa escala, o papel do *acaso* na diacronia histórica.

Ora, para um melhor esclarecimento da perspectiva evolucionista martiniana, convocamos, como exemplo, a leitura que Martins e Antero fizeram da Idade Média no que tange à noção de “evolução”. De acordo com Fernando Catroga:

A discussão entre os dois amigos sobre a época medieval situava-se dentro dos parâmetros de uma mesma concepção historicista do devir humano, porque em ambos, este era definido em função do desenvolvimento teleológico de uma essência. O problema estava em saber se a sua actualização, sendo espontânea e necessária – não se admitia qualquer

Lisboa: Colibri: Fundação Mário Soares: Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2008;

²⁶⁴ De fato, embora de grande relevância, esta conferência não apresenta um teor original, pois tal tese sobre a problemática da “decadência” e sua relação com o fanatismo jesuíta e o absolutismo já havia sido enfrentada por Alexandre Herculano. Contudo, uma diferença pode ser apontada quando Quental alarga a problemática para toda a Espanha, incluindo aí a recente experiência do federalismo espanhol. Ver: SARAIVA, António José. *A Tertúlia Ocidental...*, p. 44-45.

²⁶⁵ SARAIVA, António José. *Op.cit.*, p. 41-42. Sobre esta problemática ver também: QUENTAL, Antero de. *Causas da decadência dos povos peninsulares*. 8. ed. Lisboa: Ulmeiro, 2001.

²⁶⁶ CALAFATE, Pedro (org.). *Portugal Como Problema...*, p. 15.

²⁶⁷ CALAFATE, Pedro. J. P. Oliveira Martins. In: _____. *Op.cit.*, p. 167. Ver também: Nota C – Oliveira Martins e Antero de Quental em desacordo quanto às “Causas da decadência dos Povos Peninsulares”. In: SARAIVA, António José. *Op.cit.*, p. 201-203.

²⁶⁸ MARINHO, José. Prefácio. In: MARTINS, J. P. de Oliveira. *Elementos de Antropologia: história natural do homem*. 8. ed. Lisboa: Guimarães Editores, 1987. p. 09-10; ver também: PONTE, Carmo Salazar. *Oliveira Martins: a história como tragédia*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.

vontade transcendente a influenciar os acontecimentos –, era *compatível com o descontínuo defendido pela interpretação martiniana. Para Antero, a aceitação de uma interrupção de desenvolvimento era limitada, dado que se dava no campo da manifestação empírica, pelo que nunca poderia alterar o modelo evolutivo ideal e necessário que a retrospção descobria.*²⁶⁹

Some-se a esta leitura duas das grandes inspirações de Martins: as de Giambattista Vico e Jules Michelet. No primeiro, bebeu a noção não retilínea acerca do devir da história, sujeita a *corsi* e a *ricorsi*²⁷⁰, enquanto, na linha de Michelet, quis fazer uma “exumação” de Portugal, país quase cadavérico, em decadência desde os finais do século XVI. Daí que tenha equacionado, com uma profundidade superior à de outros intérpretes igualmente tributários do organicismo social, a “nação” como um corpo vivo, mas sujeito a um longo processo de putrefação, que o historiador tentou periodizar e compreender, para agir como uma espécie de “ressuscitador de totalidade nacional em gestação através dos séculos”.²⁷¹

Num plano mais geral, o posicionamento descrito estava em consonância com a teoria da história que adotava, afinal, mais *compreensivista* do que *explicativa*. É que “para compreender assim a história por dentro, é preciso atingir outra esfera da percepção do passado, onde o relato histórico deixa de ser um puzzle inerte para se tornar vida e movimento. Michelet fornece-nos um substituto laico da ressurreição dos mortos”.²⁷² Deste modo, o historiador teria de ser alguém que se envolve e se projeta com todas “as suas paixões e emoções”, teria de ser, enfim, um artista, para poder penetrar nos mistérios do passado e desconstruir os seus “fantasmas”. Ganha assim sentido que a operação historiográfica martiniana também possa, à Michelet, ser comparada a um rito fúnebre, pois mergulha num universo da tragédia; é uma história que trata da morte.²⁷³ Escrever história é, em síntese, um rito de luto e, ao entender a sociedade como um “organismo vivo”, inspirado

²⁶⁹ CATROGA, Fernando. O lugar da Idade Média na História Universal. In: _____. *Antero de Quental: história, socialismo, política*. Lisboa: Editorial Notícias, 2001. p. 118-119. (Grifo nosso). Ver também: MARTINS, J. P. de Oliveira *et al.* *A Idade-Média na História da Civilização*. Polémica entre Antero de Quental, J. P. Oliveira Martins e M. Julio Vilhena. Prefaciado e anotado por Francisco d’Assis d’Oliveira Martins. Lisboa: Antonio Maria Pereira Ed., 1925.

²⁷⁰ Ver: MARTINS, J. P. de Oliveira. Introdução - A civilização e a natureza. In: _____. *As Raças Humanas e Civilização Primitiva*. 2. ed. Lisboa: Livraria de Antonio Maria, 1893. p. 52-59. Além de esclarecer a relevância e atualidade de alguns pontos do pensamento de Vico, nesta exposição Martins chama-nos a atenção para os conceitos de “força”, “acaso” e “progresso” como fundamentais para compreensão tanto de sua abordagem histórica quanto étnico-cultural.

²⁷¹ BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. Michelet e a apreensão do total do passado. In: _____. *As Escolas Históricas*. 2. ed. Lisboa: Europa-América, 2003. p. 82; SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. Nação e História: Jules Michelet e o paradigma nacional na historiografia do século XIX. *Revista de História*, São Paulo, n. 144, p. 151-180, 2001.

²⁷² BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *Op.cit.*, p. 85.

²⁷³ Sobre esta questão em Martins, ver: SILVA, Augusto dos Santos. Morte, mediação, história: uma viagem tautológica ao pensamento de Oliveira Martins. *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, n. 14, p. 1-40, 1984.

nas teorias evolucionistas, Martins age como alguém que vai perpetrar um exame, um diagnóstico, embora sem a frieza do anatomista dissecador de cadáveres.

Portanto, acompanhando as reflexões de Fernando Catroga, para se entender as particularidades do pensamento de Oliveira Martins, é preciso vê-lo à luz de um olhar crítico sobre o positivismo, a ciência e a história²⁷⁴, e em função de uma perspectiva interdisciplinar. Na verdade, assumidamente, ele quis articular a história com as ciências sociais e, no caso do *sebastianismo*, com a etnologia e a mitologia, ótica nem sempre levada em consideração pelas análises que têm sido feitas acerca da abordagem martiniana.

Oliveira Martins manteve, entre fins da década de 1860 – quando iniciou a publicação de seus primeiros trabalhos –, até inícios de 1890, um intenso exercício de escrita, destacando-se, do primeiro período, a publicação dos livros: *Febo Moniz* (1867), *Teófilo Braga e o Cancioneiro* (1869), *Os Lusíadas: ensaio sobre Camões e a sua obra* (1872), *Teoria do Socialismo* (1872), *O Socialismo em Portugal* (1873) e *O Helenismo e a Civilização Cristã* (1877). Contudo, foi em fins da década de 1870 que levou adiante o seu ambicioso projeto de uma *Biblioteca das Ciências Sociais*. Esta ousada empresa, com pretensões enciclopedistas (embora crítica e distinta do “enciclopedismo” de Augusto Comte e de Teófilo Braga), espelha uma fase de maior maturidade e capacidade de aprofundamento das ideias anteriormente esboçadas. De fato, nas suas reflexões epistemológicas, nota-se claramente a sua abertura às relações interdisciplinares com a literatura, a história, a antropologia e a política. E, como se verá, esta perspectiva não será de somenos importância para a elucidação do modo como definiu o *sebastianismo*.

Ecoando as preocupações taxionômicas da época, Martins aproximou-se, com ressalvas, de Comte, ao intentar inserir a história em sua *Biblioteca das Ciências Sociais*. Como afirma o historiador Fernando Catroga,

Para Martins, as ciências sociais gerais ordenavam-se segundo as regras de Comte, numa sucessão que ia das mais gerais às mais complexas, e dividiam-se em três grandes grupos: o da física social (tendo como ciências especiais a antropologia, a mesologia e a crematística); o da biologia social humana ou etnologia (dividida, quanto às ciências especiais, em linguística, mitologia e simbologia); e o da psicologia social (tendo por ciências especiais a nomologia, ou teoria das instituições, e a economia). Ora, se transitarmos do plano das *ciências* gerais para as outras possíveis subdivisões do saber (*ciências especiais, erudição e artes*), descobre-se que a enciclopédia martiniana não contemplava especificamente a história. Isto explica que, na representação gráfica da classificação, ela somente apareça a

²⁷⁴ CATROGA, Fernando. A Historiografia de Oliveira Martins (entre a arte e as ciências sociais). *Separata da Revista da Universidade de Coimbra*, v. 38, p. 397, (1995) 2001.

envolver as formas de saber (ciências gerais, especiais, artes e erudição) diretamente ligadas ao fenómeno da biologia social ou da etnologia e da psicologia social (Martins, 1955, 325), não recobrando, portanto, os da física social. Quer isto dizer que, do ponto de vista ôntico, a história somente surgiu a partir do estágio em que o homem, animal social, acrescentou à sua base antropológica-natural a capacidade de começar a objetivar o Inconsciente, isto é, de criar línguas, mitos, símbolos, instituições, riquezas.²⁷⁵

Foi neste quadro de “classificação de uma série das séries de conhecimentos humanos”²⁷⁶ que Martins foi construindo um lugar próprio para a história na produção do conhecimento das ciências sociais.

Entre as obras que vieram a lume em consonância com a taxionomia martiniana do referido “programa” temos: *História da Civilização Ibérica* (1879), *História de Portugal* (1879), *Elementos de Antropologia* (1880), *O Brasil e as Colônias Portuguesas* (1880), *Portugal Contemporâneo* (1881), *As Raças Humanas e a Civilização Primitiva* (1881), *Sistema dos Mitos Religiosos* (1882), *Quadro das Instituições Primitivas* (1883), *Regime das Riquezas* (1883), *Tábuas de Cronologia e Geografia Histórica* (1884) e *História da República Romana* (1885), obras que, em sua maioria, tiveram várias edições.

Para o nosso trabalho, será útil levar em conta as suas considerações sobre a história no horizonte da sua *Biblioteca*. Ora, imediatamente salta à vista a sua reserva quanto à ideia de uma história-ciência, pois: “é quimérico, é absurdo até, imaginar construir cientificamente a história, isto é, o dinamismo das sociedades ou nações em concorrência”.²⁷⁷ Este posicionamento demarcava claramente uma discordância quanto àqueles historiadores, imbuídos de um positivismo historiográfico, que convocavam a necessidade de uma aproximação do saber histórico com as demandas do conhecimento científico, já que

Ciência e história são termos que se excluem: a história é narrativa, a ciência é preceptiva; uma conta, a outra sistematiza. Todas as ciências reais têm uma parte narrativa ou histórica; e o que chamamos comumente *história* seria pois a parte narrativa ou histórica da ciência que expusesse as leis do dinamismo das sociedades humanas consideradas no seu conjunto sistemático – ciência impossível de construir, dados os limites da nossa capacidade intelectual.²⁷⁸

²⁷⁵ CATROGA, Fernando. A Historiografia de Oliveira Martins..., p. 403-404. (Grifos do autor).

²⁷⁶ MARTINS, J. P. de Oliveira. Ciências moraes e sociaes. Da natureza e do logar das sciencias sociaes: ensaio de classificação de uma das series dos conhecimentos humanos. *O Instituto: jornal scientifico e litterario*, Coimbra, v. 28, p. 1-10, p. 49-62, p. 153-162, p. 252-260, p. 297-306, 1880-1881.

²⁷⁷ MARTINS, J. P. de Oliveira. Introdução (Theoria da historia universal). In: _____. *Taboas de Chronologia e Geographia Historica*. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, [1884]. p. XI.

²⁷⁸ MARTINS, J. P. de Oliveira. *Op.cit.*, p. XI. (Grifos do autor). Sobre a problemática ibérica, convém destacar, antes da publicação da *História da Civilização Ibérica* (1879), o seu texto: MARTINS, J. P. de Oliveira. Os

Concretize-se um pouco melhor o que acabou de ser exposto. No caso específico de seu estudo, “o teatro histórico” teve como “cenário” Portugal e sua inclusão no âmbito da civilização ibérica. Nesta ordem de ideias, Martins também não deixa de equacionar a história portuguesa com uma parte da história ibérica – uma discussão já trabalhada na *História da Civilização Ibérica*, sua primeira obra de cunho eminentemente historiográfico – quando afirma que:

A sociedade portuguesa, como molécula que é do organismo social ibérico, peninsular, ou espanhol – estas três expressões têm aqui um alcance equivalente – obedeceu, nos seus movimentos coletivos, ao sistema de causas e condições próprias da história geral da península hispânica. Por isso procurámos sempre, na obra referida, indicar o modo pelo qual as leis gerais se realizavam simultaneamente nas duas nações espanholas: duas, porque a história assim constitui politicamente a Península.²⁷⁹

Percebe-se, assim, que Martins tenha definido o objetivo específico da sua *História de Portugal* deste modo: “o que há de particular na história portuguesa” será “fazer viver os seus homens, e representar de um modo real a cena em que se agitam: tal é o programa deste livro.”²⁸⁰ No entanto, e ao invés do que aconteceu ao nível da *História da Civilização Ibérica*, e Martins faz questão de deixar isto bem claro, “agora carece-se do faro especial da *intuição histórica*, e de um estilo que traduza a animação própria das coisas vivas. Toda longanimidade do leitor será pois necessária para desculpar as imperfeições da obra.”²⁸¹ Ora, quanto mais se desce do geral para o particular, mais a história deve ser compreensivista (logo, mais intuitiva, narrativista e biografista).

Para início, convém sublinhar, mais uma vez, o conceito de história com o qual Martins trabalhará. Ora, a este nível (mais concreto), a história será uma “lição moral” se for entendida a partir das seguintes premissas:

povos peninsulares e a civilização moderna. *Revista Occidental*, Lisboa, ano 01, t. 01, fascículo 01, p. 05-24, 1875.

²⁷⁹ MARTINS, J. P. de Oliveira. Advertência. In: _____. *História de Portugal*. 20. ed. Lisboa: Guimarães Editores, 1991. p. 08.

²⁸⁰ MARTINS, J. P. de Oliveira. *Op.cit.*, p. 09.

²⁸¹ *Id.*, p. 09. (Grifo nosso).

A realidade é a melhor mestra dos costumes, a crítica a melhor bússola da inteligência: por isso a história exige sobretudo observação direta das fontes primordiais, pintura verdadeira dos sentimentos, descrição fiel dos acontecimentos, e, ao lado disto, a frieza impassível do crítico, para coordenar, comparar, de um modo impessoal ou objetivo, o sistema dos sentimentos geradores e dos atos positivos.²⁸²

Neste sentido, o seu discurso constitui uma crítica aos modelos comumente usados pelas historiografias anteriores: o clássico, o abstrato e o erudito, embora cada um contivesse algo de verdadeiro e de proveitoso. É que “os modelos clássicos fizeram sentir o carácter moral da história. Os modelos abstratos, a necessidade de compreender os fenômenos num sistema de leis gerais; os modelos eruditos, finalmente, a condição imprescritível de um conhecimento real e positivo da cronologia e dos elementos que compõem o meio externo ou físico das sociedades.”²⁸³ No entanto, a modernidade acrescentava à esta perspectiva uma outra, de índole superior, e que dizia respeito às representações coletivas. Consequentemente, nenhuma daquelas constituía

ainda realmente a história, embora todas essas condições sejam imprescindíveis para a sua compreensão. O íntimo e essencial consiste no sistema das instituições e no sistema das ideias coletivas, que são para a sociedade como os órgãos e os sentimentos são para o indivíduo, consistindo, por outro lado, no desenho real dos costumes e dos caracteres, na pintura animada dos lugares e acessórios que forma o cenário do teatro histórico.²⁸⁴

Evidentemente, ao trabalhar com esta perspectiva de história, Martins não deixava de fazer a sua conexão com outros saberes sobre o homem e, no âmbito de sua *Biblioteca*, convocava a história para um diálogo com a antropologia. Na verdade, a vertente antropológica de Martins tem sido pouco explorada por seus estudiosos, pois se tem privilegiado mais o historiador e o político²⁸⁵ e esquecido, não só aquela disciplina, mas também as conexões interdisciplinares que o próprio teorizou. Foi justamente o diálogo entre estas diferentes áreas do saber que nos permitiu perscrutar os caminhos da construção de uma tese *explicativo-compreensivista* do *sebastianismo* no autor do *Portugal Contemporâneo*. Ora, neste percurso teórico-metodológico, as advertências, assim como as introduções, as notas de

²⁸² MARTINS, J. P. de Oliveira. Advertência..., p. 07.

²⁸³ MARTINS, J. P. de Oliveira. *Op.cit.*, p. 08.

²⁸⁴ *Id.*, p. 08.

²⁸⁵ GUERREIRO, Manuel Viegas. *Temas de Antropologia em Oliveira Martins*. Lisboa: Instituto da Cultura e da Língua Portuguesa, 1986. p. 12.

rodapé e os apêndices de suas diferentes obras, em diferentes edições, são fundamentais para inteligir-se a maneira como entendeu a questão.

De certa forma, o *sebastianismo*, em Martins, é um conceito que não está dissociado de outras problemáticas, em particular das que dizem respeito às características da evolução (ou involução) das sociedades e às representações do mundo e da vida produzidas no seu processo (Vico), patamar que, por sua vez, tem de ser articulado com as suas objetivações antropológicas e históricas concretas. E tudo se objetiva num modo de organização histórico-político chamado *nação*, cujo estado decadente inspirava tantos cuidados como o moribundo inspira ao médico e ao sacerdote. É que, no dizer do nosso autor, Portugal era o “grande enfermo” do Ocidente, doente que se debatia entre o definhamento definitivo e algumas réstias de esperança quanto à sua vontade de sobreviver.

3.2 (Des)construindo o *sebastianismo*

Dando corpo ao seu projeto de escrever uma *Biblioteca das Ciências Sociais*, Martins publicou, em 1879, a sua *História de Portugal*, obra que teve uma recepção polêmica em virtude dos temas, da escrita e dos pressupostos teóricos ali defendidos. Daí que, ainda em junho de 1880, tenha publicado, para a sua segunda edição, uma espécie de “resposta aos críticos”²⁸⁶ com o propósito de esclarecer melhor o que tinha exposto, em particular no que respeita ao *sebastianismo*.

Confrontado com as críticas e sugestões àquela obra – vindas, entre outras, de Bulhão Pato, Carlos Lobo d’Avila, Augusto Rocha, Teófilo Braga e Camilo Castelo Branco –, Martins reafirmou a sua distância em relação à capacidade do positivismo²⁸⁷ para compreender fatos sociais, mormente os que remetem para o nível do *mito*. Daí, ter mantido, a despeito das críticas, praticamente inalterado o seu texto.²⁸⁸

²⁸⁶ MARTINS, J. P. de Oliveira. A ‘História de Portugal’ e os Críticos. In: _____. *História de Portugal*. 2. ed. Lisboa: Bertrand, 1880. p. 03-20. Este texto encontra-se publicado integralmente, como “Nota E”, em SARAIVA, António José. *A Tertúlia Ocidental: estudos sobre Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queirós e outros*. Lisboa: Gradiva, 1996. p. 215-234.

²⁸⁷ MARTINS, J. P. de Oliveira. *Op.cit.*, p. 5-6. Ver também: CATROGA, Fernando. A Historiografia de Oliveira Martins (entre a arte e as ciências sociais). *Separata da Revista da Universidade de Coimbra*, v. 38, p. 397, (1995) 2001.

²⁸⁸ A prova de que, quanto a este tema, manteve as suas ideias encontra-se no fato de em sua reedição não as alterar. À exceção encontra-se em alguns ajustes de estilo, na inserção de um quadro com informações sobre a população de Portugal e atualização das notas de rodapé, mudança que indicia o seu propósito de assinalar ao leitor as conexões que existem entre as suas obras. Neste sentido, as notas de rodapé visavam demonstrar que a primeira visão sobre o *sebastianismo* requeria uma reflexão mais aprofundada e conexas com outros trabalhos de sua *Biblioteca*.

Quanto ao que aqui está em causa, recorde-se que a crítica de Bulhão Pato foi bastante favorável à interpretação que Martins fez do D. Sebastião histórico, pois salientou que o fez de um “modo elevado.”²⁸⁹ Compartilha com ele a ideia de que, então, se viveu num universo trágico, numa sociedade corrompida, bem como a imagem negativa que traçou do fenómeno sebástico, pois “aquele sinistro rapaz de manto, coroa e cetro, foi-nos, talvez, mais fatal na morte do que na vida, porque o *sebastianismo* tornou-se uma praga em Portugal.”²⁹⁰

No entanto, depois desta assertiva, Bulhão Pato não deixou de se distanciar das conclusões de Martins ao alegar que havia nelas uma carência de comparação factual: “o capítulo do sr. Oliveira Martins que tem este título (*Sebastianismo*) é dos melhores da obra, posto que nas relações do sebastianismo e messianismo nos pareça haver mais força de engenho que de verdade, e ser opinião nossa que o sebastianismo não é uma ideia nacional, principalmente depois de certo tempo.”²⁹¹

Já Carlos Lobo D’Avila (então imbuído de positivismo comteano e spenceriano) veio à liça para afirmar que, de *Febo Moniz* até à *História de Portugal*, Oliveira Martins manifestou “uma atividade progressiva”, que fez com que a sua obra fosse perdendo o “caráter nebuloso e demasiado alemão para adquirir uma nitidez de estilo, e um vigor de pensamento, que não possuía antes.”²⁹² Contudo, o teor laudatório pára por aí. Para D’Avila, a *História de Portugal* consistia numa “generalização”, não era “imparcial” e, um pouco *à la* Michelet, idealizava algumas figuras. Por palavras do crítico:

Como verdadeiro metafísico, que não tem uma sistematização geral dos fenómenos sociológicos, e que não possui um critério positivo para os avaliar, o sr. Oliveira Martins é, por vezes, um fantasista, um puro Michelet, repetimos. Assim, o sebastianismo produzindo toda a evolução da civilização nacional parece-nos um mero capricho da fantasia do escritor, que os fatos históricos não corroboram, vistos à luz de um juízo desapassionado.²⁹³

Outra crítica relevante, quanto à temática do *sebastianismo*, foi lançada por Augusto António da Rocha, igualmente positivista e professor de medicina da Universidade de

²⁸⁹ PATO, Bulhão. *História de Portugal*, pelo Sr. J. P. Oliveira Martins. In: MARTINS, J. P. de Oliveira *et al.* *Oliveira Martins e os críticos da História de Portugal*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional do Livro, 1995. p. 30. Artigo publicado no *Diário de Notícias*, em 7 dez. 1879.

²⁹⁰ PATO, Bulhão. *Op.cit.*, p. 30.

²⁹¹ *Id.*, p. 30.

²⁹² D’ÁVILA, Costa Lobo. *História de Portugal*, por J. P. Oliveira Martins. In: MARTINS, J. P. de Oliveira *et al.* *Oliveira Martins e os críticos da História de Portugal*. p. 35. Texto publicado inicialmente na *Revista de Coimbra*, n. 03, 1ª série, 1880.

²⁹³ D’ÁVILA, Carlos Lobo. *Op.cit.*, p. 35.

Coimbra. Para ele, a *História de Portugal*, embora apresentasse certa beleza e pontos importantes a serem destacados, continha insuficiências várias. Assim, a separação que fazia entre a história da “civilização ibérica” (orgânica, moral e institucional) e a “história de Portugal” (descritiva, realista e animada por acontecimentos e pela “luta dos caracteres e personalidades”) seria “abstrata” e “falsa”, porque “é rigorosamente artificial e desmentida até pela própria marcha e disposição dos assuntos em muitas seções do seu livro.”²⁹⁴ Além disso, Augusto da Rocha – com os olhos voltados para a contestação da distinção martiniana entre *nação* e *nacionalidade* – questiona a teoria da gênese da nação portuguesa proposta por Martins, sobretudo no que toca à noção de “vontade humana”.²⁹⁵ Quanto à temática do *sebastianismo* propriamente dita, afirma:

Seria fácil também combater certas teorias de acidente e algumas a que o autor concede mais importância (a do sebastianismo por exemplo), ainda mesmo que estivéssemos consubstanciados com o seu próprio pensamento. Mas estas imperfeições na realização do plano não enfraquecem o sólido mérito de uma obra, que projetou um grande rastro de luz sobre o nosso movimento científico do ano findo.²⁹⁶

Em tom provocativo, ainda afirma estar convencido que “a História de Portugal será revista e aperfeiçoada nas edições subsequentes”.²⁹⁷

Martins aceitou o desafio dos críticos e veio explicar o porquê da relevância que deu ao *sebastianismo* e, como o visado, revela-se um excelente “catador” e transformador das palavras, mas não um “inventor”²⁹⁸, pois o que defende resultava das evidências da história. Por palavras suas: o *sebastianismo* era

a *descoberta*, – usemos desta expressão *à-lá-moda*, – mais importante de todo o livro, e o *segredo íntimo da história de três séculos*. Todos os livros sinceros, desde o tempo do Padre Vieira, até ao tempo do Padre José-Agostinho, acusam a existência desse pólipio moral que nasceu em 1580 no corpo da sociedade portuguesa; e entre as duas crises da *Restauração* e da

²⁹⁴ ROCHA, Augusto Antonio da. Boletim bibliographico. História de Portugal por J. P. Oliveira Martins. *O Instituto: jornal científico e litterario*, Coimbra, v. 27, p. 399, 1879-1880.

²⁹⁵ A despeito das críticas recebidas, foram poucas as alterações que Oliveira Martins fizera no referido texto. Não sabemos se em virtude da crítica lançada por Augusto Rocha, mas a verdade é que houve uma alteração no tocante à exposição sobre a “nacionalidade”: na 1ª edição temos “...o fruto de um ato de vontade humana...” (*História de Portugal*, 1879, v. 2, p. 61), já na 2ª. edição temos “...o fruto da vontade de certos homens...” (*História de Portugal*, 1880, v. 2, p. 58).

²⁹⁶ ROCHA, Augusto Antonio da. *Op.cit.*, p. 403.

²⁹⁷ *Id.*, p. 403.

²⁹⁸ MARTINS, J. P. de Oliveira *et al.* *Oliveira Martins e os críticos da História de Portugal*, p. 04. Contra os que o acusam de cometer anacronismo, disse Martins: “por toda a parte, se observar, verá que não há um caso, uma palavra, um traço inventado por mim.”

Revolução, nas quais o *Sebastianismo* vem à luz do dia político, basta ler as *Oeuvres meslées* do cavaleiro de Oliveira, não é necessário recorrer aos processos da Inquisição, para nos convenceremos de quanto, por baixo dos espaventos do reinado de D. João V, *lavrava no coração do povo a quimera sebastianista*.²⁹⁹

Aqui se percebe um claro deslocamento das abordagens feitas até então em torno da questão sebástica. Martins estava convencido de que tinha descoberto “o segredo íntimo de três séculos”. E foi por este fio interpretativo que ele reelaborou as explicações anteriores e deu maior visibilidade e coerência a uma manifestação mítica (que as ciências sociais podiam explicar e a história narrar) que, na periodização dos ciclos da nação portuguesa, teria marcado o início da decadência de Portugal. De onde ter replicado aos cétricos que não se tratava de uma “fantasia”, mas de uma inferência histórica, porque “as confissões sinceras dos coevos” vinham ao encontro do que defendia. Mas, se isso não bastasse, chamava a terreiro um exemplo que os seus críticos também teriam testemunhado: a sua “lembrança infantil do sebastianista das ruas de Lisboa, com as barbas brancas eternas: – desde criança perguntava a mim próprio que singular resto de passadas histórias seria esse monumento vivo, apupado pelos gaiatos da cidade alta?”³⁰⁰

O velho de “barbas brancas”, a vagar pela sua memória, constituía-se, simultaneamente, uma importante alegoria das reminiscências do passado e numa prova empírica da sua ainda presença, que necessitava ser interrogada. E a resposta não podia ser meramente descritiva ou narrativa (vide, por exemplo, Pinheiro Chagas)³⁰¹, mas teria de mobilizar um saber tanto histórico como filosófico (Vico, Hegel, Michelet, Hartmann, Schopenhauer) e étnico-anropológico que, no panorama intelectual português da segunda metade do século XIX, só Oliveira Martins possuía. Destarte, se o “velho da barba branca” foi sua curiosidade inicial, o aprofundamento da problemática que tal figura encarnava levou-o a explicações bem mais complexas do que até aí tinham sido defendidas.

²⁹⁹ MARTINS, J. P. de Oliveira *et al.* *Oliveira Martins e os críticos da História de Portugal*, p. 07. (Grifo nosso). Francisco Xavier de Oliveira (1702-1783), cuja antonomásia é o Cavaleiro de Oliveira, foi um escritor que, em meados do século XVIII, travou embates polémicos com o Santo Ofício português. De seus trabalhos, interessa-nos, sobretudo, *Amusement Périodique* (1751), traduzida em Portugal como *Recreação Periódica*, uma série de crônicas sobre os mais variados temas portugueses, como santos, pobreza, ciganos, d. Sebastião e sebastianistas. Reforçando a tese acima defendida por Oliveira Martins, convém-nos convocar: OLIVEIRA, Cavaleiro de (Francisco Xavier de Oliveira). A propósito do Rei Artur de Inglaterra e do Rei D. Sebastião de Portugal. In: _____. *Recreação Periódica*. prefácio e tradução de Aquilino Ribeiro. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1922. v. 2, p. 33-38.

³⁰⁰ OLIVEIRA, Cavaleiro de (Francisco Xavier de Oliveira). *Op.cit.*, p. 07.

³⁰¹ Uma abordagem sobre a reatualização do repertório sebástico, à luz de uma historiografia conservadora e liberal, foi discutida no capítulo anterior desta parte do trabalho quando se discutiu alguns textos do historiador Pinheiro Chagas.

Os estudiosos do *sebastianismo* nem sempre têm sublinhado esta faceta, de extrema relevância: em Martins, o processo de gestação do conceito de *sebastianismo* exige que também se sopesse a crescente transferência do fenômeno para a esfera dos discursos culturais e, em particular, para os que se empenhavam em definir a idiosincrasia nacional.³⁰² Estamos nos referindo aos opúsculos, à literatura, ao teatro e à história, bem como a sua constatação dos limites dessas interpretações advindas de uma historiografia tradicional: fosse a que empolava, quase que exclusivamente, a divulgação de documentos (em anais, principalmente), fosse a que estava ao serviço de uma “pedagogia do cidadão”, mas que faltava densidade científica (mais uma vez, exemplificamos Pinheiro Chagas).

É verdade que deu continuidade à perspetivação histórica do *sebastianismo*. Porém, fê-lo deslocando a problemática do campo da história e enlaçou-a com as ciências sociais afins, ao mesmo tempo em que o considerou, antes de tudo, um fenômeno de psicologia coletiva, tendo o povo como seu principal criador e como vítima da sua própria criação. Daí que, não à toa, a velha metáfora do “organismo”, reatualizada pelo pensamento holístico adjacente aos vários sociologismos em voga na época (comteanos, spencerianos, socialismo catedrático), tenha sido largamente explorada, mas num contexto que procurava fugir quer às explicações deterministas, quer às subjetivistas. Em síntese: D. Sebastião e os sebastianistas interessam-lhe como encarnadores do *sebastianismo*, uma manifestação que já durava três séculos de existência e que, tanto pela longevidade como pela imagem negativa que dela se construiu, parecia corroborar a hipótese segundo a qual as nações podiam sofrer “involução” no seu percurso. Para comprovar este enfoque buscou fontes, textos, vestígios e lançou novos horizontes no “amplo cemitério da história” (para usar uma expressão micheletiana) para estimular a imaginação compreensivista. O *sebastianismo* apresenta-se, assim, como um “mistério” e como um sintoma, cujas expressões, fruto de um estado mental regressivo, foram ganhando uma dimensão “fantasmagórica”.

Por causa de tudo isto, o que diferencia Martins dos que anteriormente trataram do mesmo objeto tem muito a ver com o cariz sistemático que pretendeu dar à sua fundamentação. A guinada martiniana será justamente no sentido de elevar as encarnações sebásticas concretas a símbolos e sintomas da psicologia coletiva específica do povo português a partir de um momento traumático da sua história: o início da sua decadência

³⁰² Neste sentido, uma exceção deve ser feita às seguintes reflexões: CATROGA, Fernando. A Historiografia de Oliveira Martins (entre a arte e as ciências sociais). *Separata da Revista da Universidade de Coimbra*, Coimbra, v. 38, p. 397-453, (1995) 2001; SARAIVA, António José. Oliveira Martins e a história. In: _____. *A Tertúlia Ocidental: estudos sobre Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queirós e outros*. 2. ed. revisada. Lisboa: Gradiva, 1996. p. 83-114.

como *nação* (Descobrimiento e Colonização). Por isso, o ambiente mental em torno da derrota de Alcácer Quibir (1578), seguido da perda da sua independência (1580) perante a Espanha e dos ecos da luta pela Restauração serão as expressões múltiplas de um horizonte (regressivo) de expectativas que ele condensa sob o epíteto de *sebastianismo*.

Dito de outra forma: Martins não dispensou a ótica, mas também a tratou à luz de uma concepção que não supunha a inexorável irreversibilidade do devir, bem como o recurso a ensinamentos oriundos de outras ciências. E, para este exercício de historiador, parece-nos que o seu trabalho hermenêutico o inscreve nesta recomendação epistêmica: ao lutar “contra a fabulação genealógica, contra os mitos e as lendas da memória coletiva ou contra as derivas da circulação oral, a historiografia cria um distanciamento em relação ao dizer e crer comuns, além de instalar precisamente nesta diferença que a credencia como erudita, que a distancia do discurso ordinário.”³⁰³ São passos de uma “operação” que unifica uma problemática. E é justamente com exercício análogo a este que Martins reelabora o *sebastianismo*.

3.2.1 Antecedentes: Oliveira Martins, o romance histórico e o ensaio

Faça-se, então, a “arqueologia” de sua abordagem. Para isso, será preciso descer aos primórdios de uma produção voltada para a literatura e o romance histórico para se surpreender o modo como algumas das preocupações sobre Portugal começaram a ser esboçadas já em seus primeiros escritos. Se o romance histórico consistiu num tipo de produção que teve grande repercussão nos tempos de Herculano, a verdade é que, na altura em que saiu o seu texto *Febo Moniz* (1867)³⁰⁴, o interesse do público leitor tinha diminuído.³⁰⁵ Contudo, acreditamos que a incursão que fazemos exige uma rápida análise deste escrito, pois estamos convencidos de que algumas das preocupações do autor e seu fascínio pelo dramático período do século XVI já estavam ali esboçados.

Febo Moniz é um romance histórico de feição trágica, que retrata a tensão e embates políticos vivenciados pelos portugueses no período posterior à Alcácer Quibir e que culmina com a tomada do país pela Espanha. Febo Moniz, personagem central da trama, é o português que, “entre os procuradores do povo”, se apresenta “como um destes clarões esplêndidos, que

³⁰³ CERTEAU, Michel de. *História e Psicanálise: entre a ciência e a ficção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 45.

³⁰⁴ MARTINS, J. P. de Oliveira. *Phebus Moniz: romance historico portuguez do seculo XVI*. Porto: Typographia Commercial, 1867. 2 v.

³⁰⁵ Este romance histórico foi retirado posteriormente do “mercado”, segundo nos informa seu irmão Guilherme. Ver: MARTINS, Guilherme de Oliveira. *Esboço Biographico de J. P. Oliveira Martins*. In: MARTINS, J. P. de Oliveira. *Cartas Peninsulares*. 2. ed. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1924. p. 11.

o sol defende morrendo”, postura que justifica a sua escolha “para herói” do romance.³⁰⁶ Em suma, ele é o representante do povo, numa época marcada pela corrupção dos valores e pela fragilidade dos homens, cenário trágico, onde o poder de reação já não é suficiente para canalizar as forças coletivas. Como um “clarão esplêndido”, é Febo que ousadamente enfrenta a fragilidade de D. Henrique, e também não aceita as pretensões de D. Antônio, o prior do Crato. No fundo, via Portugal num caminho sem saída, pois diferentemente de 1383, em 1580, “a nossa terra caminhava à perdição”.³⁰⁷

Do cenário político, traumático e trágico, Febo é a ponte para se pensar em D. Henrique, D. Antônio, Catarina de Bragança e Felipe II, e também em D. Sebastião, com uma “presença-ausência” devido a Alcácer Quibir, insinuando-se, em alguns passos da obra, o seu possível retorno. Leia-se: “acaso ignorais, Martim Afonso, e vós também fr. Marcos, que D. Sebastião não tarda, em ele vindo estão acabadas as questões?”³⁰⁸ Se D. Sebastião não morrera, onde estaria então? À pergunta, respondeu um dos personagens, o mercador: “– (...) vede as profecias de Simão Gomes e do Bandarra e elas vos dirão, como havia de fugir do campo da batalha e retirar-se à Palestina, lá fazer penitência...”³⁰⁹ Enfrentar os turcos, retomar Jerusalém e depois regressar a Lisboa. Para alguns, D. Sebastião sairia do mar numa poderosa armada e “os mastros das naus são os paus, que o profeta via levantados na barra de Lisboa.”³¹⁰

Mas, estas esperanças passaram na trama como um relampejo, pois o foco principal era a figura de Febo Moniz que, ao final, é descrito em seu leito de morte como metonímia da morte da Pátria, através destas palavras, onde igualmente ressoa a tradição da morte de Camões³¹¹: “Depois estremece o trono a um sopro de vento, descompunha-se em pedaços o céu por terra desfeito! ... Oh meu Deus, meu Deus! Aqui tombo eu também! Caio contigo sociedade forte do Mestre de Avis, morro contigo velha liberdade portuguesa!”³¹² E acrescenta, dando voz a uma perspectiva póstuma: “-Tu não sabes o que isto é... a morte... a

³⁰⁶ MARTINS, J. P. de Oliveira. *Phebus Moniz*: romance historico portuguez do seculo XVI. Porto: Typographia Commercial, 1867. v. 1, p. XII.

³⁰⁷ MARTINS, J. P. de Oliveira. *Phebus Moniz*..., v. 1, p. 154.

³⁰⁸ MARTINS, J. P. de Oliveira. *Phebus Moniz*..., v. 2, p. 86.

³⁰⁹ MARTINS, J. P. de Oliveira. *Op.cit.*, p. 89.

³¹⁰ *Id.*, p. 89. (Grifos nossos).

³¹¹ A convocatória da morte de Camões, na segunda metade do século XIX, encontra-se em consonância com uma perspectiva de uma redenção. Por outras palavras, se o país já havia sido grandioso entre os séculos XV e XVI, e depois entrou num longo processo de decadência, de Camões ficou a sua grande obra, pois “por ela também se insinuava um messianismo redentor que, em consonância com o tom épico de *Os Lusíadas*, prometia o ressurgimento refundador da própria Nação.” CATROGA, Fernando. Ritualizações da História. In: *História da História em Portugal* (séculos XIX-XX): da historiografia à memória histórica. Lisboa: Temas & Debates, 1998. v. 2, p. 229.

³¹² MARTINS, J. P. de Oliveira. *Op.cit.*, p. 155.

morte de um país e a morte de um homem...”³¹³ Esta convocatória do desfecho trágico que se tem em *Febo* estará presente nos textos históricos de Martins, sintoma permanente de um fascínio pela postumidade, noção muito bem captada por Guilherme d’Oliveira Martins que afirma:

Se relacionarmos esta opção temática com a interpretação que Oliveira Martins fará da história portuguesa, talvez possamos compreender, porém, a razão da ambiguidade essencial de *Febo Moniz*; trata-se, afinal, de uma reação póstuma e, portanto, a expressão isolada de uma tremenda incapacidade coletiva, que mais tarde virá explicitada vigorosamente na *História de Portugal*.³¹⁴

Morria com a *nação*, o representante do povo, símile que está associado ao teor do diagnóstico sobre o estado de Portugal em fins da década de 1860, conjuntura em que a acentuação da consciência decadentista ainda aparecia geminada com esperanças regeneradoras. E, sob o impacto dos acontecimentos em Espanha (1868), das lutas pela unificação italiana, bem como dos efeitos da Comuna de Paris, isto levou alguns dos intelectuais portugueses, que começaram a afirmar-se, a sonhar com o próximo advento de uma revolução republicana, de cunho democrático e social³¹⁵, e que apontava a celebração de pactos federais, nível que teria o seu primeiro degrau na federação ibérica, campo de possibilidades que a crise espanhola teria alargado!³¹⁶

Com efeito, se, no *Febo Moniz*, Martins buscou apreender, como romancista histórico³¹⁷, o “caráter dominante de uma época”, suas glórias e máculas, suas luzes e sombras

³¹³ *Id.*, p. 157.

³¹⁴ MARTINS, Guilherme d’Oliveira. *Oliveira Martins: uma biografia*. Prefácio de Eduardo Lourenço. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986. p. 43.

³¹⁵ Estas noções ficaram patentes quando naquela fase revelou a sua motivação com o progresso material e no novo espírito de transformação, pois, diferentemente do tempo em “o direito antigo descia de Deus uno sobre a cabeça privilegiada, o moderno emana do querer comum de milhões de homens que são o povo.” MARTINS, J. P. de Oliveira. *Phebus Moniz: romance historico portuguez do seculo XVI*. Porto: Typographia Commercial, 1867. v. 1, p. 97. Naturalmente, este conceito de povo, bem como as ideias martinianas de democracia e de República irão sofrer transformações nas décadas seguintes.

³¹⁶ Neste período, demonstrando o seu entusiasmo com o republicanismo e com o socialismo, tem-se *Teoria do Socialismo* (1872) e *O Socialismo em Portugal* (1873). Sobre o iberismo, ver os seguintes trabalhos: CATROGA, Fernando. Nação e ecumenismo: a questão ibérica na segunda metade do século XIX. *Revista História e Filosofia*, Lisboa, v. 4, p. 419-463, 1995; MATOS, Sérgio Campos. Conceitos de Iberismo em Portugal. *Separata da Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 28, p. 169-193, 2007; MATOS, Sérgio Campos. *Iberismo e identidade nacional (1851-1910)*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2005. Sumário pormenorizado da lição de síntese apresentada a provas para obtenção do título de Professor Agregado da FLUB.

³¹⁷ Oliveira Martins foi gestando um olhar crítico sobre o romance histórico, não deixando, contudo, de reconhecer a sua importância. Ver: MARTINS, J. P. de Oliveira. Notas sobre a historiografia em Portugal. In: _____. *História de Portugal*. 4. ed. Lisboa: Livraria Bertrand, 1887. v. 2, p. 320-329; Sobre a importância do romance histórico, ver: MATOS, Sérgio Campos. *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do século XIX (1846-1898)*. Lisboa: Colibri, 1998. Este autor afirma que “o romance histórico constitui uma fonte para o

e com isto entendeu o romance histórico, o dilema apresentado por Portugal nos “novos tempos” tinha a ver, também, com as velhas demandas que passavam pela problemática ibérica. De fato, já nesta obra juvenil mostrava-se preocupado com o debate sobre o iberismo, questão agonizada com a sucessão do trono de Espanha, a partir da queda dos Bourbons em 1868, quando se discutiu, entre várias possibilidades, uma solução monárquica portuguesa. Neste sentido, a literatura foi convocada, não só por via estética, mas também por sua dimensão social e moral, no sentido de colaborar com a formação de outro modelo de sociedade adequada às demandas dos novos tempos, problemática que levou o seu futuro amigo, Antero de Quental, a publicar, em 1868, o pequeno, mas retumbante ensaio *Portugal perante à Revolução de Espanha*³¹⁸, e onde é clara a apologia da revolução social pela federação.

Ora, o debate sobre o iberismo, se não foi criação das gerações de 1860 e de 1870, atingiu então o seu apogeu entre a intelectualidade portuguesa e espanhola. E, como se sugeriu, o *Febo Moniz* não deixa de estar justamente inserido neste debate, na medida em que trata do período final do século XVI quando Portugal foi anexado à Castela. No entanto, se a evocação histórica podia servir de fundamento às teses que viam esta futura Ibéria unificada por um regime monárquico, o seu autor inseriu uma “nota final” para se esclarecer que a sua opção ia ao sentido da solução federalista³¹⁹, posicionamento que continuará a defender até o fracasso da experiência republicana que, entretanto, emergiu em Espanha em 1873.³²⁰

Martins continuou a eleger como tema maior de sua obra “Portugal como destino” (Eduardo Lourenço). Daí que, simultaneamente, também enfrente Camões em *Os Lusíadas* como objetivação suprema desse itinerário, ao publicar *Os Lusíadas: ensaio sobre Camões e*

estudo a empreender, em contexto, das mentalidades dos seus autores e do modo como liam o passado.” p. 47. Sobre as ideias acerca do valor cognitivo do romance histórico, leia-se: CATROGA, Fernando. Alexandre Herculano e o historicismo romântico. In: TORRALBA, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando. *História da História em Portugal* (sécs. XIX-XX): a história através da história. Lisboa: Temas & Debates, 1998. v. 1, p. 49-55.

³¹⁸ QUENTAL, Antero de. *Portugal perante a Revolução de Hespanha*: considerações sobre o futuro da política portueza no ponto de vista da democracia iberica. Lisboa: Typographia Portueza, 1868.

³¹⁹ MARTINS, J. P. de Oliveira. Nota Final. In: _____. *Phebus Moniz*: romance historico portuez do seculo XVI. Porto: Typographia Commercial, 1867. v. 2, p. 172-177.

³²⁰ Vejamos como exemplo desta crença, o seguinte comentário de Antero sobre a “federação”: “Conciliação para todos os interesses, garantia para todas as liberdades, campo aberto para todas as actividades, equilíbrio para todas as forças, templo para todos os cultos, a federação é a unica fôrma de governo digna de homens verdadeiramente iguais, porque é a unica fôrma de governo verdadeiramente livre. Ela extingue os velhos ódios, suprime os velhos partidos, não destruindo-os violentamente, mas, ao contrário, fazendo-os viver em comum, conciliando-os, mostrando que podem coexistir no seu vasto seio, no seu espírito compreensivo e amplíssimo. Estas palavras *federação democrática* resumem hoje o credo revolucionário, como há oitenta annos as de *república indivisível* resumiam as aspirações da geração heroica, mas pouco experiente, que criou na história a grande data de 1793. Quem hoje percorrer com a vista as legiões do grande exercito revolucionário europeu, raro topará com uma bandeira em que se não leia a magica legenda *republica democratica federativa*.” In: QUENTAL, Antero de. *Op.cit.*, p. 21. (Grifos do autor).

a sua obra, em relação à sociedade portuguesa e ao movimento da renascença (1872)³²¹, texto que foi retomado em 1891 numa perspectiva mais abrangente e em consonância com os estudos que desenvolveu posteriormente. Aparentemente, esta segunda versão parece ser apenas uma republicação da primeira, sobretudo por ter sido mantida a mesma estrutura de capítulos. Entretanto, ter-se-á de refletir porque é que foi retomada vinte anos depois.

Na verdade, a reconvocatória de Camões foi pautada pela nova conjuntura que sobredeterminou a sua releitura. Se, na primeira, procurou traçar a personagem e o dilema da *nação-pátria*, na segunda com novos conceitos, mas num contexto em que o diagnóstico sobre a sociedade portuguesa se tinha tornado mais pessimista (estava-se sob o impacto do *Ultimatum*). Para citarmos um relevante exemplo, note-se a incorporação do termo *sebastianismo* em um dos tópicos do segundo capítulo, “Luís de Camões”³²² (isto reforça esta nossa hipótese: o termo *sebastianismo* só foi incorporado na *História de Portugal*, de 1879), e a constatação de que os novos tempos continuavam sombrios. É que, confessa o autor, “quanto mais vou, ao descer para velhice, vendo como desgraçadamente os tempos se repetem, e estes fins do século XIX se parecem com o acabar soturno do nosso século de ouro.”³²³ Se o primeiro texto (1872) fora escrito a partir do impulso da juventude e de seu “isolamento” quando trabalhou na Espanha, o segundo (1891) veio a lume na conjuntura em que, com o *Ultimatum* imposto a Portugal pela Inglaterra (a propósito da colônia de Moçambique), se patenteou, ainda mais, a decadência da *nação*.

Os Lusíadas: ensaio sobre Camões, conforme já dissemos, foi composto quando de seu período de trabalho em Santa Eufêmia, Espanha, no início da década de 1870. Martins teria levado consigo duas obras – *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, e a *Eneida*, de Virgílio. Pode-se afirmar que a partir deste texto alicerçou a sua vontade de penetrar no universo ibérico e português do seu período áureo – o das navegações (Conquistas) – que também, segundo ele, paradoxalmente, foi o início da sua decadência.

³²¹ MARTINS, J. P. de Oliveira. *Os Lusíadas: ensaio sobre Camões e a sua obra, em relação à sociedade portuguesa e ao movimento da renascença*. Porto: Imprensa Portuguesa Editora, 1872. Camões e sua obra constituíam já uma problemática antiga no cenário cultural português, veja-se, por exemplo, o poema *Camões* (1825) de Almeida Garrett.

³²² “Camões, símbolo nacional. Os Lusíadas e o sebastianismo. A alma e a vida do poeta, sínteses portuguesas.” Neste tópico, afirma que “o sebastianismo que foi religião lusitana, forma epilodal do nosso patriotismo, veio até aos dias de hoje propondo Camões como o precursor de tudo quanto há de mais avesso ao pensamento próprio do poeta.” MARTINS, J. P. de Oliveira. *Camões: Os Lusíadas e a Renascença em Portugal*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1891. p. 115-116.

³²³ MARTINS, J. P. de Oliveira. Prólogo. In: _____. *Op.cit.*, p. VI. Ainda do “Prólogo” desta obra, convém destacar: “Voltando, pois, os olhos ao passado, é com um certo desvanecimento que registo a circunstância de a obra de hoje não diferir da de há vinte anos, nem no seu pensamento inicial, nem nas linhas fundamentais de sua estrutura. Era um esboço lavrado com traços por vezes incerto: agora, procurei esbater os contornos, acentuar as tintas, retificar o desenho. Os leitores dirão se consegui.” p. XII.

Quanto à construção do *sebastianismo* em Martins (que só aparecerá na *História de Portugal*, em 1879), para aquilo que neste momento nos interessa, destacamos algumas ideias centrais desta obra: a figura de Camões e o significado coletivo da narrativa de *Os Lusíadas*. Para Martins, “Os Lusíadas são uma nova Eneida. A corrente que vem de Homero produz Virgílio e, depois, Camões. A concepção do mundo está feita; Virgílio concebeu o povo; não é o poema de uma raça; é o poema de uma nação; não é a criação espontânea e instintiva; é a composição laboriosa e refletida.”³²⁴ Já Camões e sua obra foram sendo tematizados pelo discurso martiniano como ícones de Portugal enquanto “pátria” e é sobre esta e o “patriotismo” que vai recaindo a sua análise. Aqui, Martins explora o recurso do paralelismo – recurso muito utilizado em outros textos ao comparar Camões e Virgílio, Portugal e Roma, Portugal e Judeia – mas indagando a especificidade portuguesa, sobretudo em seu período áureo – o da expansão marítima – pois “as conquistas são o momento, o episódio, o atual com que o poeta fez viva a sua obra. Porém ele não canta as conquistas como um fato da civilização, mas sim como uma nova coroa para pôr na frente laureada do seu Portugal.”³²⁵

O condicionamento dos problemas do presente na hermenêutica da vida de Camões não é escamoteado: “primeiro a examinaremos em si, para depois, irmos em seguida examinando os pontos de relação que tem, e como os manifesta, com o momento atual do seu país, com o estado geral do mundo, com o gênio da nação que a produz”.³²⁶ Por isso, o estudo do “grande homem” só terá sentido se servir de pretexto para a exploração da epopeia humana portuguesa. Outra lição que fica é o fato da obra se propor “cantar uma nação e um fato, a nação portuguesa e o fato dos descobrimentos. Estudando e descrevendo o caráter da nação, dá-lhe o fundamento”.³²⁷

No entanto, já no apogeu estava o sinal do declínio, da morte da pátria, simbolizado na morte do poeta Camões, “sombria, como foi a morte do poeta, que coincidia com a morte da sua pátria”³²⁸, simbiose já ensinada no *Febo Moniz*: “morria a pátria, morria o poeta: e do poeta e da pátria, como glória, padrão, fruto esplêndido, ficava o livro”.³²⁹ Fruto do “heroísmo”, o que distingue Portugal do restante da Espanha é um traço particular que está historicamente representado no poeta, idiosincrasia que levou Martins a afirmar que “neste caráter reproduz o do povo onde nasceu, como na sua vida, nas suas desgraças, repetir a vida,

³²⁴ MARTINS, J. P. de Oliveira. *Os Lusíadas*: ensaio sobre Camões e a sua obra, em relação à sociedade portuguesa e ao movimento da renascença. Porto: Imprensa Portuguesa Editora, 1872. p. 23-24.

³²⁵ MARTINS, J. P. de Oliveira. *Op.cit.*, p. 24.

³²⁶ *Id.*, p. 26.

³²⁷ *Id.*, p. 34.

³²⁸ *Id.*, p. 39.

³²⁹ *Id.*, p. 58.

as desgraças portuguesas; na sua apoteose, na sua glória se confunde com a apoteose e com a glória de seu país, que resume em si, personalizando-o.”³³⁰

A constatação da morte da *nação* nos leva necessariamente a compreensão da formação de Martins. Por enquanto, analisaremos somente a polêmica que travou com Teófilo Braga acerca da gênese e caráter do povo português, uma grande questão em debate, pelo menos desde a primeira geração romântica (Herculano, Garrett) e que o positivismo etnológico prolongou. E, recorde-se, enquanto Braga defendeu a tese sobre o “moçarabismo”, ou seja, o “fator etnográfico como a criação de uma nova raça que teria sido formada de um lado com o elemento árabe, do outro com os servos godos...”³³¹, Martins dá uma nova dimensão às explicações “voluntaristas” acerca do nascimento de Portugal como nação política, perspectiva já presente no seu estudo sobre Camões e que o acompanhará em todo o seu percurso de historiador:

Se algum dia intentasse escrever a história portuguesa, literária, política ou social, o princípio que há de presidir a esse trabalho, o que tenho como a verdadeira compreensão deste povo, é que ele não é uma *nação natural* (geográfica, etnográfica), mas sim uma *nação moral*; não é uma criação da natureza, mas sim uma criação da consciência. E este pensamento que sairá deste livro que escrevo. Portugal é como Roma (...) um estado mental que abraça uma concepção comum.³³²

Desde já se expõe a sua precoce rejeição de uma ideia essencialista e naturalista sobre a nação, temática que retomaremos mais adiante quando procurarmos precisar melhor a maneira como teorizou a especificidade da história portuguesa. Antes, necessitamos saber como é que o povo português se constituiu e se afirmou, e porque, depois o seu “patriotismo” começou a decair com a “expansão”. E a comparação com Roma – sendo velha no entendimento dos percursos da decadência (Edward Gibbon) não é despropositado, pois visou sublinhar que “o sentimento fundamental do gênio virgiliano é como o do autor dos

³³⁰ MARTINS, J. P. de Oliveira. *Os Lusíadas...*, p. 63.

³³¹ MARTINS, J. P. de Oliveira. *Op.cit.*, p. 170-173. Duas análises críticas importantes que foram feitas sobre este trabalho de Martins, ver: BRAGA, Theophilo. O sr. Oliveira Martins e a crítica dos Moçarabes, no seu livro *Ensaio sobre Camões e a sua obra*. In: _____. *Os Críticos da História da Literatura Portuguesa: exame das afirmações dos srs. Oliveira Martins, Anthero de Quental e Pinheiro Chagas*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1872. p. 12- 26. Já do amigo Anthero de Quental tem-se o texto “Os Luziadas, ensaio sobre Camões e a sua obra, em relação à sociedade portuguesa e ao movimento da Renascença, por J. P. de Oliveira Martins. Porto, 1872” concluído em 09 de maio de 1872 e republicado em: QUENTAL, Anthero de. *Oliveira Martins: o critico litterario – o economista – o historiador – o publicista – o político*. Lisboa: Typographia da Companhia Nacional, 1894. p. 05-17.

³³² MARTINS, J. P. de Oliveira. *Op.cit.*, p. 173. (Grifo nosso).

Lusíadas, o patriotismo, o amor da pátria, não o amor da terra, segundo a definição feita.”³³³
O “patriotismo” forjou-se quando se gestou a “nação”, sobretudo em seu período da expansão ultramarina, este é o momento em que Portugal-nação “prega o pendão português nos muros de Ceuta. A África é para nós outros o que foi Cartago para Roma.”³³⁴

Por fim, Martins trata de inserir Portugal na problemática ibérica. Na verdade, Portugal é uma parte, mesmo independente, da Península. Sua especificidade constitui uma retomada das reflexões anteriormente aludidas. Portugal foi uma nação gestada contra a “natureza” e “invocar a história para sustentar a nacionalidade portuguesa é invocar justamente o argumento que o condena. O Portugal da história foi uma nação extraeuropeia, o Portugal de hoje não o é. O Portugal da história viveu pelo patriotismo, por um sentimento agora morto.”³³⁵

Diante disto, o desafio que se apresenta é justamente pensar o lugar de Portugal, na segunda metade do século XIX, com ou sem a Espanha. Questões que nos remeterão aos seus estudos históricos propriamente ditos, sobretudo, à *História da Civilização Ibérica* (1879) e à *História de Portugal* (1879), período em que o autor já havia repensado a crença juvenil na ideia de federalização e de republicanização.

Portanto, produzidas ainda na fase da sua juventude, *Febo Moniz* (1867) e *Os Lusíadas: ensaio sobre Camões e sua obra* (1872) constituem pontos de partida de um percurso que irá aprofundar a interrogação sobre o destino de um povo que teve em Camões a sua voz, paixão antiga que “vinha já desde os tempos de escola” e que continuará quando da escrita de sua *História de Portugal*, momento em que ainda era “patente a frustração de uma ilusão: a imagem que lhe deixara a leitura do poema de Camões não correspondia, afinal, à realidade do Portugal pós-quincentista que o estudo e a prática lhe revelaram depois.”³³⁶ Será a constatação do descompasso entre o universo português pré e pós-Camões que lhe reforçou a ideia de que *Os Lusíadas* também representava um “epitáfio”.

³³³ MARTINS, J. P. de Oliveira. *Os Lusíadas...*, p. 190.

³³⁴ MARTINS, J. P. de Oliveira. *Op.cit.*, p. 196.

³³⁵ *Id.*, p. 209.

³³⁶ SARAIVA, Antonio José. *A Tertúlia Ocidental...*, p. 34. Dera-lhe muitas sugestões em seus escritos da história Alexandre Herculano, sobretudo em ter cuidados com a “lógica dos fatos históricos”, p. 36-37. Nas correspondências trocadas com Herculano e com Antero, Martins foi lapidando suas ideias.

3.2.2 O *sebastianismo* na *História de Portugal*

Projeto mais aprofundado foi desenvolvido no âmbito da *Biblioteca das Ciências Sociais*. Foi no escopo desta produção que o autor deu corpo definitivo ao conceito *sebastianismo*, em sua *História de Portugal* (1879). Ora, se o texto que o consagrou foi a polêmica parte sobre “O Sebastianismo”³³⁷, será precipitado afirmar, como o fizeram alguns dos críticos seus contemporâneos e mesmo mais recentemente (Maria Beatriz Nizza da Silva), que o autor não se esforçou para esclarecer e elucidar os seus pontos de vista, o que “complica a leitura dos seus textos.”³³⁸ É evidente que a sua hermenêutica não é das menos complexas, mas pensamos que ele teve sempre a preocupação de definir suas ideias e conceitos no interior de uma obra que tem que ser lida tanto na perspectiva diacrônica de sua maturação, como nas remissões, explícitas e implícitas, que existem na sua intertextualidade e no diálogo interdisciplinar subjacente à sua *Biblioteca*. Neste sentido, já na resposta aos críticos da *História de Portugal* esta postura foi delineada.

Na *História de Portugal* (1879), o *sebastianismo* emerge, enquanto objeto delimitado, na quarta parte do quinto livro intitulado “A Catástrofe”. Está na raiz deste ciclo o trágico desfecho da batalha de Alcácer Quibir, em 1578, no deserto africano. Aí, Martins explorou a narratividade historiográfica para dar ao tema uma explicitação conceitual, sem abdicar, contudo, da dimensão teatral, dramática e trágica de uma visão da história pátria que o presente do historiador teria acentuado ainda mais. Porém, fê-lo convocando, simultaneamente, os ensinamentos das ciências sociais, atitude epistêmica que boa parte dos críticos não tinha dado conta. Ora, se o autor inicialmente teceu um diálogo com a literatura, a verdade é que, sem perder esta de vista, recorreu à interdisciplinaridade, particularmente à antropologia e à etnologia, para esclarecer a faceta fantasmática, mítica e “póstuma” do fenômeno. É que, em seus textos, o autor chamou permanentemente a atenção não só para conceito como *pátria*, mas também os de *nação* e *nacionalidade*, que caracterizou e distinguiu para fundamentar os ciclos (ascendente e decadente) da história de Portugal, bem como o lugar do *sebastianismo* no surgimento e expressão deste último.

³³⁷ MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal*. 20. ed. Lisboa: Guimaraes Editores, 1991. p. 278-288.

³³⁸ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Apresentação. In: *OLIVEIRA Martins: texto escolhidos*. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1967. p. 06. (Nossos Clássicos). Além dos críticos já citados, convém convocar uma reflexão sobre Oliveira Martins escrita como ensaio, em 1887, por Moniz Barreto, quando afirma que “em todos os trabalhos de Oliveira Martins, a cor e a vida abundam; o que não abundam é a proposição e a ordem. (...) O nosso autor na fúria de improvisação inspiradora, repisa e baralha. Se ordenasse e concentrasse o efeito seria fulminante e a crítica batida recuaria até a admiração.” BARRETO, G. Moniz. *Oliveira Martins: estudo de psychologia*. 2. ed. Paris: Guillard Aillaud & Ca., 1892 (1ª. edição 1887). p. 17.

Esta ótica veio reatualizar praticamente todo o repertório da “história sebástica”, dando-lhe, contudo, uma roupagem própria, na medida em que a gemina principalmente com a problemática da *nação* e da *nacionalidade*, através de uma linguagem que nos remonta ao universo da tragédia recheada, como era comum na época, de metáforas organicistas. Neste contexto, a figura de D. Sebastião não é tanto valorizada por si mesmo, mas, principalmente, pela condensação metafórica que resulta da sua elevação a símbolo (e a sintoma):

Essa ‘maravilha fatal da nossa idade’, que nascera num berço cercado de fantasmas, caminhava para a guerra no meio de um cortejo de presságios fúnebres. Aparecera um cometa, e corria que Pedro Nunes, o astrólogo, fizera profecias. Vinha dar à praia um peixe, que de um lado tinha uma cruz entre dois açoites, os emblemas da paixão do Redentor, do outro lado, a data de 1578.³³⁹

Os vaticínios que desde logo terão envolvido o jovem rei possibilitaram, inclusive, a construção de uma rede de mistérios em torno de sua pessoa, plasmada pela ideia da “ausência”. E, como prova da intertextualidade diacrônica do tema na sua obra, frise-se que ele retoma algumas das reflexões anteriores levadas a curso sobre Luís de Camões e D. Sebastião, principalmente em seu *Os Lusíadas: ensaio sobre Camões* (1872). Em referência à Alcácer Quibir, o destino do “grande homem” e o “grande acontecimento” – sínteses do viver coletivo – consubstanciavam o destino de uma pátria e de uma nação que ali tinha começado a definhar:

Acabaram-se ao mesmo tempo, com a pátria portuguesa, os dois homens – Camões, D. Sebastião – que nas agonias dela tinham encarnado em si, e numa químera, o plano de ressurreição. Nesse túmulo encerrava, com os cadáveres do poeta e do rei, o da nação, havia dois epitáfios: um foi *o sonho sebastianista*; o outro foi, é, o poema d’*Os Lusíadas*. A pátria fugira da terra para a região da *poesia* e dos *mitos*.³⁴⁰

O conhecimento da tragédia de Alcácer Quibir parece ter deixado o país num estado catatônico, fragilizado e sem forças para reagir. Com a morte (embora duvidosa) em África, do “adorado”, do “Messias”, do “moço redentor”, o que seria do povo português? Para recompor este enredo, Martins apresenta um cenário de desesperos, que a perda da

³³⁹ MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal*. 20. ed. Lisboa: Guimarães Editores, 1991. p. 274-275.

³⁴⁰ MARTINS, J. P. de Oliveira. *Op.cit.*, p. 277. (Grifo nosso). Ver também: MARTINS, J. P. de Oliveira. Camões e D. Sebastião. *O Occidente: revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro*, Lisboa, ano 3, v. 3, n. 59 supl., 10 jun. 1880.

independência em 1580 acentuou e o trauma projetou numa fuga onírica e que deixou tanto os pobres quanto os ilustres à mercê da “proteção mágica das promessas, dos votos e das feitiçarias”.³⁴¹ Com isto, construiu um discurso imagético e impactante, o que carregou a narrativa das suas interpretações de vivacidade sobre um ambiente tomado pela angústia e devassidão dos costumes. Em tal clima, o reino não podia se salvar (e não tinha salvador), pois se a *nação* “*fora um ser vivo e forte no século XIV*”, tornara-se “*um corpo moribundo, no século XVI. Os pretendentes, com a avidez de herdeiros, afligiam no seu leito de morte o cardeal, cuja vida se extinguia com a nação.*”³⁴²

Em suma, a *nação* tinha passado a ser um “corpo moribundo” e em “extinção”, assim como a própria dinastia de Avis, iniciada com D. João I. Com a morte do “rei caquético”, D. Henrique, o rei da Espanha, Felipe II, começou a operação para ocupar Portugal, porque, por casamento, se achava legítimo herdeiro à coroa. Pouco valeu a reação de D. Antônio, o prior do Crato, o “messias importuno”, mas não suficientemente forte para suportar a pressão de Castela.³⁴³ Na verdade, o despertar de uma agonia era também a tomada de consciência da incapacidade de reação, cenário de desespero que gerou o “desequilíbrio” e uma “onda de loucura”, contrastando a Lisboa de antes e depois da jornada de África: “*era uma loucura feroz, um terrorismo do desespero, como se dá em toda a parte, quando desgraças calamitosas desequilibram as forças colectivas, aclamando ambições vulgares, e dando o mando às plebes e aos facínoras*”.³⁴⁴

O desequilíbrio das “forças coletivas” gerou a patologização da *nação* e, com isso, havia findado o ciclo que tinha conduzido a história de Portugal ao zênite do seu *curso* (Vico). Se, em 1385 (Aljubarrota), houve o enfrentamento e a vitória sobre os castelhanos, agora, em 1580, “*havia a cena, havia os personagens: faltavam, porém, os coros; porque nesses duzentos anos o povo extinguiu-se, trucidado nos palmares da Índia, devorado pelos mares irritados, corroído pelas pestes. Restava apenas a baba vil, como os limos e restos que a onda abandona com desprezo quando vai fugindo para o mar, na praia nua.*”³⁴⁵ A situação descrita era a da mais completa desordem, vindo temporariamente se acalmar com a tomada de Lisboa e a

³⁴¹ MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal*, p. 278. Um dos documentos explorados por Martins para descrever este trágico cenário intitula-se “Carta a um abade da Beira”, ver: MARTINS, J. P. de Oliveira. *Os Lusíadas e a Renascença em Portugal*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1891. p. 111-112.

³⁴² MARTINS, J. P. de Oliveira. *Op.cit.* (Grifo nosso). Esta questão sobre a “extinção” da “nação” será explorada mais adiante.

³⁴³ Sobre D. Antônio, o Prior do Crato, em investigações mais recentes, ver: HERMANN, Jacqueline. Um rei indesejado: notas sobre a trajetória política de d. Antônio, Prior do Crato. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 30, n. 59, p. 141-166, 2010.

³⁴⁴ MARTINS, J. P. de Oliveira. *Op.cit.*, p. 279. (Grifo nosso).

³⁴⁵ *Id.*, p. 279-280.

aclamação de Felipe I como rei de Portugal. Que formas de reação poderiam suportar a tragédia? Nesta densa descrição, o cenário abre-se, como uma cortina, para uma paisagem que esboça outros espaços de luta. Não foi por mera passividade que a independência foi perdida: reações houve. Porém, tais reações somente foram “mais uma prova da incapacidade da nação para a defender”³⁴⁶, tornando inúteis as tentativas do prior do Crato³⁴⁷, que, “vencido e fugido, foi pedir à política europeia o auxílio que os portugueses lhe negavam; protraindo nos Açores, e mais tarde em expedições dirigidas contra o continente, uma teima impossível de vingar – *porque o povo, deprimido e miserável, nada confiava nem esperava dos homens: pedia tudo a Deus, a um milagre.*”³⁴⁸

Com a vitória espanhola, a união das duas nações ibéricas não consistiria na “unidade” de novas forças, vista como um corpo comum pelas outras nações europeias, por “um mesmo espírito”; o que se consumou foi o abraço de “dois cadáveres num corpo santo (1580)”. Por outras palavras, e enfatizando a tese da decadência, “agora a fusão era formal apenas, porque a natureza não tem a plasticidade bastante para tornar vivo o abraço de dois cadáveres”³⁴⁹, derrubados, ambos, pelo “espírito moderno”.

No descompasso entre o político (*Estado*) e o povo (*nação*) foram surgindo caminhos para uma saída. Martins parece se identificar com o “povo”, conforme já anunciado no *Febo Moniz*. Sua leitura do *sebastianismo* passa necessariamente por um diálogo com a noção de “povo”, que é continuamente invocada. Mas, dada a incredulidade do “povo” perante os homens que o levaram àquela situação, as prováveis saídas serão projetadas para outro plano. Seja por intervenção divina, seja por um milagre, seja pela vinda de um “messias”, aos poucos, D. Sebastião (o morto ou desaparecido) emergiu como o “salvador”, como a encarnação secularizada que, como mito, irrompia do fundo cultural messiânico e judaico-cristão da mentalidade popular portuguesa:

Como os antigos judeus na Palestina, os portugueses tinham amassado com as suas lágrimas a *quimera do messianismo*. Devastada, vencida e por fim vendida, a *nação era um campo santo*; os homens como sombras; as agitações messiânicas, espécie de fogos fátuos que ondeavam no ar, suspensos na atra sombra da noite do infortúnio. Os Macabeus de 1580 não tinham sabido menear a espada; e o *povo*, perdido o sentimento, da sua

³⁴⁶ MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal...*, p. 282.

³⁴⁷ Sobre esta questão acerca do Prior do Crato, ver o seguinte texto: Relação das cousas que aconteceram em a cidade de Angra, Ilha Terceira, depois que se perdeu El-Rei D. Sebastião em Africa. *O Panorama...*, Lisboa, v. 5, 3ª. série, n. 20, p. 159 e outras, 17 mai. 1856.

³⁴⁸ MARTINS, J. P. de Oliveira. *Op.cit.*, p. 282.

³⁴⁹ MARTINS, J. P. de Oliveira. *História da Civilização Ibérica*. 13. ed. Lisboa: Guimarães Editores, 2007. p. 225.

realidade, como todo e como força, abandonava-se a esperar a volta do Messias – *D. Sebastião*, o príncipe encantador, a divina criança, que soubera aspirar para a salvação comum, que *viria decerto redimir a nação!*³⁵⁰

Por este ângulo, o rei D. Sebastião foi sendo incorporado no repertório desta história imaginária, não como um desastrado monarca, mas como “a maravilha fatal de nossa idade” (já anunciada por Camões), como o “Esperado”, ou melhor, como o “Desejado” pelo povo que, desgraçadamente, e em nome dele, acabou por sucumbir temporariamente num desastre. Todavia, projetando numa outra força, que não a dos homens, havia a crença inabalável do seu retorno. Os relatos que chegaram do campo de batalha estavam imbuídos de dúvidas, premissa fundamental para que o mistério pudesse ser transformado em mito, tal como, na crença popular, acontecia aos mortos insepultos. De certo modo, a “ausência” sebástica constitui uma visão positiva do “regresso” das almas penadas, onde o medo se transformou em esperança e expectativa.

Ninguém vira morrer o rei; Sebastião de Resende achara-lhe o cadáver já nu; vestira-lhe um gibão de Holanda branca, e, atravessando-o na sela do cavalo, montara nas ancas, levando-o consigo. Os prisioneiros lavraram um auto, reconhecendo aquele cadáver como o do rei; mas depois dizia-se que o tinham feito para melhor defender a fuga, tirando ao inimigo as esperanças de o haver às mãos; e, se, no primeiro momento, o terror do cataclismo fizera esquecer a circunstância da morte oculta, logo as maiores desgraças posteriores acordaram na alma do povo a suspeita de que D. Sebastião vivia. A sua fisionomia simpática, os seus próprios erros, que eram virtudes, por fim a sua história trágica, fundavam os alicerces de uma beatificação que se ia formando. *O povo cristaliza os seus ideais, transfigurando o homem num símbolo das suas esperanças e desejos.*³⁵¹

A dúvida em torno do Rei (morto/desaparecido) amalgama-se à noção de “povo”. É ele que o invoca. Ele é o espelho de suas esperanças e de seus desejos. Em consonância com os gêneros narrativos da espera do ausente – como um elemento forte da cultura europeia do século XVI³⁵² –, não faltava a esta história a inserção de outros personagens que aparecem com o propósito de ocupar o vazio deixado pelo monarca: “desde que se lançara nos braços desta

³⁵⁰ MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal...*, p. 282. (Grifo nosso).

³⁵¹ *Id.*, p. 283. (Grifo nosso).

³⁵² Uma rica pesquisa sobre a batalha de Alcácer Quibir e suas implicações enquanto constructo de uma memória permanentemente ressignificada e sobre a noção de “ausência” e “espera” no tocante ao rei D. Sebastião, encontra-se em: VALENSI, Lucette. O Príncipe desejado: história de uma longa espera. In: _____. *Fábulas da Memória: a gloriosa batalha dos três reis*. Lisboa: ASA, 1996. Destacaríamos ainda, no referido texto, uma abordagem sobre o prolongamento da tradição de “espera” não apenas para Portugal, mas também, para o Brasil. Outra investigação inovadora no campo da historiografia recente que trata da temática sebástica é: HERMANN, Jacqueline. *No Reino do Desejado: a construção do sebastianismo em Portugal (séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

esperança mística, desde que o messianismo, sintoma superior da caxequia nacional, levava o povo a confiar indiscutivelmente num milagre próximo, D. António, um pseudomessias, debatia-se em vão chamando a si o auxílio das populações contra o castelhano.³⁵³

A “caxequia nacional”, ou a mudança desordenada do metabolismo corporal da “nação” – para usar uma linguagem orgânica –, deparava-se com a fragilidade dos homens, como era o caso de D. António. Na tentativa de “salvar a nação”, todos os recursos de crença disponíveis no universo cultural português de fins do século XVI e inícios do XVII foram sendo agenciados, a exemplo dos cânticos dos “profetas” (como Bandarra e Simão Gomes, o “sapateiro santo”) – paralelo que é feito com a Judéia. É que os profetas eram convocados para “cantarem a epopéia do herói” e as formas pelas quais iria ressurgir para possibilitar a redenção do “seu povo”, ou seja, “como na Judeia, também, o Cristo fora um salvador da nação, antes de ser redentor das almas. Também o Cristo português havia de alargar o seu império por longes terras, e a sua idade será a era de redenção.”³⁵⁴ Assim, entre 1584 e 1585, em Portugal, não faltaram também os “messias”, que se apresentavam como o rei regressado, enriquecendo, assim, o fundo messiânico do enredo sebástico:

Encarnando sucessivamente em dois homens, que também tiveram a sua paixão, a sua cruz. O primeiro, o rei de Penamacor, era um oleiro; o segundo, o rei da Ericeira, era um pedreiro. Um aparecia nas faldas da serra da Estrela, junto à fronteira; o outro nas raízes da serra de Sintra, junto ao mar: ambos no coração do país, sobre o seu dorso, junto da medula espinal, onde vibram as comoções centrais do organismo: nessa cordilheira onde moram os puro-portugueses. Quando a alma nacional rebentava num íntimo soluço, o grito não podia vir, nem do norte galego, nem do sul turdetano.³⁵⁵

Para Martins, estas figuras, que surgiram como “D. Sebastões” reaparecidos, “são homens simples, como é simples o povo que os aclama e segue. Por um mistério, vedado à razão, encarnou em ambos a alma coletiva e são verdadeiros cristos nacionais.” Não que eles buscassem este título – igual a Jesus – pois “só o povo sagra os verdadeiros cristos, e mal dos que, sem a sagração popular, usurpam essa dignidade.”³⁵⁶ Mais uma vez, a categoria “povo” – qual corpo místico da nação – parece dar todo o suporte ao repertório sebastianista. Contudo, o desfecho dos encarnadores – manifestação subjetiva de fenômenos de psicologia coletiva, sob o efeito do “desequilíbrio” e da “caxequia” – só podia ser trágico:

³⁵³ MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal...*, p. 283.

³⁵⁴ MARTINS, J. P. de Oliveira. *Op.cit.*, p. 283.

³⁵⁵ *Id.*, p. 283-284.

³⁵⁶ *Id.*, p. 284.

Morreram ambos no cadafalso ignominioso, como Jesus acabou numa cruz; mas as suas agonias radicaram a *fé na alma do povo*, porque o próprio das *sublimes loucuras colectivas* é protestarem contra as sentenças da realidade, do mundo, dos sentidos. *Inconsciente voar para a região de um mundo ideal indefinido*, a fé e os milagres que ela produz são a coroa divinizadora da humanidade...³⁵⁷

Além desses exemplos, outros dois ficaram também conhecidos – o pasteleiro de Madrigal e Marco Túlio, o calabrés.³⁵⁸ Neste sentido, convém destacar algo que passa despercebido em algumas leituras do significado do *sebastianismo* em Martins: a sua preocupação tinha por finalidade última “apenas traçar a derrota do sentimento popular.”³⁵⁹ Para alguns, estes dois últimos episódios estariam tão só associados à visão letrada fornecida por D. João de Castro³⁶⁰, considerado o “apóstolo” da crença sebástica. Ora, segundo Martins, esta conexão é equívoca, porque, como veremos, o *sebastianismo* não consentia um evangelizador, dado que por razões idiossincráticas e históricas nunca foi uma religião, problemática que nos leva a outros domínios, num diálogo interdisciplinar com a antropologia.

3.3 O *sebastianismo* como mito e a lição da antropologia cultural

O tratamento dado por Martins ao *sebastianismo* tem a particularidade de explicitá-lo num horizonte histórico que não dispensou o contributo da antropologia e da etnologia ainda em fase de afirmação. Mesmo não sendo apontado como uma referência destes estudos em Portugal (ao contrário de Adolfo Coelho, Teófilo Braga, José Leite de Vasconcelos), o autor da *História de Portugal* denota uma vasta erudição nestes domínios (Darwin, Tylor, Hackel, M. Müller, J. Lubbock, Lombroso)³⁶¹, que conjugou com a sua formação histórica, filosófica

³⁵⁷ MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal...*, p. 284. (Grifo nosso).

³⁵⁸ Sobre estes encarnadores de D. Sebastião, ver: D'ANTAS, Miguel. *Os Falsos Dom Sebastião*. 2. ed. [S. l.]: Heuri, D. L., 1988 (1ª. edição francesa 1866).

³⁵⁹ MARTINS, J. P. de Oliveira. *Op.cit.*, p. 285.

³⁶⁰ Deste personagem e seu envolvimento com a temática sebástica, ver: CASTRO, D. João de. *Paraphrase e concordancia de algumas prophcias de Bandarra, sapateiro de Trancoso*. Paris: [s. n.], 1603.

³⁶¹ A produção martiniana sobre a Antropologia ainda requereria mais estudos. Entre os trabalhos que abordam esta questão, de forma mais detida, ver: LUPI, João. Antropologia de Oliveira Martins. *Brotéria: cultura e informação*, v. 118, n. 3, p. 287-295, mar. 1984; GUERREIRO, Manuel Viegas. *Temas de Antropologia em Oliveira Martins*. Lisboa: Instituto da Cultura e da Língua Portuguesa, 1986; MATOS, Sérgio Campos. *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do século XIX (1846-1898)*. Lisboa: Colibri, 1998; CATROGA, Fernando. A Historiografia de Oliveira Martins (entre a arte e as ciências sociais). *Separata da Revista da Universidade de Coimbra*, v. 38, (1995) 2001; SEABRA, Jorge. Oliveira Martins: raça e história. *Mathesis*, Viseu, v. 8, p. 217-271, 1995.

(Vico, Hegel, Cournot, Schopenhauer, Hartmann) e sociológica (Comte, Littré, Spencer, *socialismo catedrático* alemão, etc.).

Ora, trazendo estas perspectivas para o estudo do *sebastianismo*, começamos por salientar que, se, para ele, a crença sebastianista era mitológica e recoberta por alguma religiosidade, ela não podia ser a origem de uma nova religião alternativa. É que “deificar o rei, transferir o seu reinado deste para o outro mundo transfigurar a esperança e transcendentalizar a crença, como sucedera na Judeia, era coisa que o espírito português não podia realizar. Tudo se opunha a isso.”³⁶² Como quem diz: a institucionalização histórica de uma religião messiânica (o cristianismo) e a fraqueza do elemento étnico-cultural mais vocacionado para a “invenção” das religiões (a combinatória greco-romana com a semita) nunca poderia transformar o *sebastianismo* em religião. De onde se ter mantido o cariz secularizado e historicista, ou melhor,

realista da lenda. D. Sebastião conservou-se um herói, e o cristo nacional não atingiu a categoria de deus. Os sucessivos desenganos, porém, e o tempo que, no seu decorrer, tirava a possibilidade à existência real do homem, não podendo transferir a lenda para a região do dogma, levaram-na para a região do mito; não podendo transcendentalizá-la, naturalizaram-na; não podendo transfigurar o rei em Deus, fizeram dele um herói: Heracles e não Zeus, o Arcanjo e não o Verbo.³⁶³

Contudo, a compreensão desta tese martiniana nos remete ao conjunto da sua *Biblioteca*, tanto mais que, no que tange ao enredo sebástico, houve um deslocamento das suas abordagens anteriores (literária e histórica) para os ensinamentos da antropologia cultural, particularmente, sobre a gênese e decadência dos mitos coletivos. Com efeito, não por acaso, no texto “O Sebastianismo”, Martins nos convida, em notas (nem sempre levadas em consideração pelos estudiosos do *sebastianismo*), para *As Raças Humanas e a Civilização Primitiva* (1881) e para o *Sistema dos Mitos Religiosos* (1882), ainda que somente a partir das terceira e quarta edições da *História de Portugal* (1882 e 1886/1887). Dir-se-ia que, perante as críticas a versão saída em 1879, sentiu a necessidade de explicitar melhor a âncora em que assentava a sua exposição historiográfica do fenômeno.

De fato, em 1887, na quarta edição desta obra³⁶⁴, para uma melhor compreensão de sua tese, o autor sugere ao leitor uma consulta à parte introdutória de *Sistema dos Mitos*

³⁶² MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal...*, p. 285.

³⁶³ MARTINS, J. P. de Oliveira. *Op.cit.*, p. 285.

³⁶⁴ Note-se que a quarta edição da *História de Portugal* ainda continha dois volumes, sendo o primeiro publicado em 1886 e o segundo, onde se encontra o texto “O Sebastianismo”, em 1887.

Religiosos (1882), convidando-o, assim, a conxionar a historiografia com a etnologia. E, ao mesmo tempo, chamou a terreiro a lição da antropologia física no que respeita ao então muito discutido papel da “raça” na determinação da índole dos povos. Ouçamos o nosso autor na citada obra:

Cada raça tem ou teve a sua língua, cada uma das raças tem a sua mitologia – espelho onde reflete o pensamento espontâneo de cada vivacidade de homens; alma íntima, ou expressão sintética (para substituímos por uma linguagem crítica usual ainda mítica) onde se encontram fundidas e unificadas todas as faces e aspectos do gênio de um povo. *E tudo o que noutro livro deixamos dito acerca da evolução independente dos povos, dos cruzamentos ou mestiçagens, das regressões, sobrevivências e degenerações*, tudo isto, portanto, se aplica à esfera especial de fenômenos mentais estudados nesta obra.³⁶⁵

Este enlaçamento não deve surpreender. Martins havia aprendido em Vico o valor dos mitos, magistério que alguma antropologia física e cultural estava a reforçar. Nesta ótica, em cada sistema mitológico estaria plasmado “o temperamento, o caráter, ou gênio da raça que a inventou.”³⁶⁶ Por isso, os mitos, longe de serem uma mera “fantasia” – como apontavam os seus críticos positivistas –, “adquirem logo um valor de realização intrínsecas” e revelam grande capacidade para se prolongarem, mesmo depois do advento da hegemonia das explicações racionais e científicas, período em que, “com todo o seu saber e com toda a sua filosofia, pode acabar de despir os mitos do seu trato histórico, dissecando-os de todo e mostrando-os como são: a linguagem transcendente dos homens, e a escrita ou o desenho do Universo.”³⁶⁷

Dito de outro modo: para Martins, todos os povos criaram, criam e recriam os seus mitos, porque o mito faz parte da “evolução” do homem, pois sem ele seríamos apenas “um documento de atavismo”.³⁶⁸ É que, numa perspectiva mais geral, “a função psicológica inventora dos mitos é essencialmente humana”. Por outro lado, ele pode ser objeto de análise em suas componentes ou “caracteres particulares da mitologia” determinados por duas funções – a linguística e a histórica –, especificidades que variam de acordo com “as gentes, com os lugares e com os tempos; e por isso os frutos da elaboração psíquica adquirem feitios e cores diversas”.³⁶⁹ Deste modo, se a linguística é fruto da imaginação e da própria percepção

³⁶⁵ MARTINS, J. P. de Oliveira. *Systema dos Mythos Religiosos*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1882. p. VII. (Grifo nosso).

³⁶⁶ MARTINS, J. P. de Oliveira. *Op.cit.*, p. VI.

³⁶⁷ *Id.*, p. VI-VII.

³⁶⁸ *Id.*, p. VIII-IX.

³⁶⁹ *Id.*, p. IX.

primitiva, a dimensão histórica mostra que a mitologia também é dinâmica, pois “acompanha a história geral da humanidade e a de cada um dos seus ramos – à maneira de um espelho onde, vendo-os diariamente, poderíamos supor que ele vai acompanhando a transformação que o tempo imprime na nossa fisionomia”.³⁷⁰ É que, não escamoteando as especificidades – reveladas pela etnologia –, os povos e as nações “apresentam, em seu conjunto, qualquer que seja a data em que os estudemos, os documentos de todos os estados anteriores: a história, ou a evolução, concebem-se por abstração, analisando os elementos etnometricamente – como quem coordena as cartas confundidas de um baralho.”³⁷¹

Por outro lado, não basta convocar o universalismo da lei da evolução universal, pois, para Martins, esta continha três níveis de representação do mundo e da vida que, não obstante a sua diacronia, podiam coexistir: o animismo, o naturalismo e o idealismo. E, como exemplo do primeiro, deu o Egito antigo e a sua invenção da alma, os espíritos, os mitos criados “nos sonhos e alucinações e os ritos escatológicos”³⁷²; do segundo, a Judéia, onde se busca explicar os mitos, o Universo, a criação pela “vontade” de “transcendência”, o que desaguou na teologia judaica; no terceiro, a Grécia, entronca na linha ariana, que nos remete para o nível superior das idéias e do pensamento.

Ora, não sendo a evolução “contínua”, nem uniforme em nenhum povo, é de se concluir que, em Portugal, como em qualquer outra parte do mundo, se pudessem encontrar estes elementos num mesmo período histórico. Por isso, Martins vai questionar as teorias do determinismo e do “progresso” inexorável, sem recuos, sem sobrevivências e coexistências. A prova desta tese encontra-a em alguns exemplos destes “resquícios” na Europa Cristã, pois,

Numa sociedade, por culta que seja, observa-se a série de estados etnométricos precedentes: daí vem o substituírem massas de população num estado primitivo. São essas que, ainda capazes de inventar mitos como os seus antepassados de milhares de anos, revestem personagens históricos de traços legendários: assim na Grécia culta Alexandre, assim em nossos dias Napoleão, assim em Portugal D. Sebastião; assim Joana Darc, assim Guilherme Tell, a Maria da Fonte.³⁷³

Portanto, a lição de Martins é crítica da irreversibilidade e supõe uma dialética que corrige o evolucionismo ingênuo, dado que cada superação histórica conserva sempre algo do que erroneamente aquele julga definitivamente ultrapassado. E, para o caso português dá

³⁷⁰ MARTINS, J. P. de Oliveira. *Systema dos Mythos Religiosos...*, p. XI.

³⁷¹ MARTINS, J. P. de Oliveira. *Op.cit.*, p. XI-XII.

³⁷² *Id.*, p. XVIII.

³⁷³ *Id.*, p. XVII.

como exemplos concretos o prolongamento do *sebastianismo* e as expectativas religiosas que enquadravam a revolta camponesa da Maria da Fonte (Minho, 1846).³⁷⁴ Quer isto dizer que os “mitos remotos” nunca são totalmente “varridos”, mesmo que preponderem “as forças da direção consciente, individual, científica, sobre as forças obscuras, espontâneas, coletivas e inconscientes” em nossa sociedade. E é neste contexto que o autor da *História de Portugal* inseriu o rei D. Sebastião em sua leitura mitológica e ainda a sua incapacidade para se transformar num deus, o que impossibilitava que as “superstições” se transformassem em “fé” e “os mortos em ideias”. Ao contrário, o substrato étnico-cultural do povo português reduziu “a forma mitológica os dogmas novos”, numa regressão ao estado mental primitivo, porque,

Ignorantes da teologia apolínea do helenismo, ignorantes da teologia mosaica do cristianismo, grandes massas de povo, incapazes de atingir a reflexão, conservaram-se no estado primitivo – pré-histórico, embora em datas de história bem sabida. Nem Apolo, nem Cristo, nem Zeus-Júpiter, nem Jeová; nem deus, nem os deuses, nem os medianeiros, nem os messias; nem finalmente os hinos dos antigos poetas, nem os salmos dos profetas, nem as teses do estoicismo, nem as sábias alegorias dos doutores da Igreja, puderam exterminar do chão da Europa a grama tenaz dos mitos remotos.³⁷⁵

Assim, se Garrett já havia partido da amostragem etnográfica e literária da manifestação e narrado o modo como o jovem-rei foi se transmutando em “herói nacional”, em “mito”, Martins irá mais longe ao lançar-se, de acordo com o seu programa epistemológico, nas explicações étnicas e psico-coletivas do fenômeno, programa esse que (voltando à *História de Portugal*) resumiu assim: “com os movimentos da *íntima psicologia colectiva* e com a história dos sentimentos inconscientes da nação, é que o observador pode penetrar no fundo *das origens étnicas*, por toda a parte encobertas com as superfetações sucessivas das influências estranhas, da *intervenção do acaso*, da vitalidade das tradições.”³⁷⁶

De fato, seu estudo sobre a mitologia religiosa vai pôr em causa as teses que tratam da inexorabilidade da “evolução”, ou seja, que defendem o postulado de que o mito acaba nesta sequência evolutiva: mito→deus→homem. Isto porque, em sua opinião, o mito pode subsistir no seio da teologia e vice-versa. Aliás, a própria religião carrega também componentes da

³⁷⁴ Segundo Martins, “movimento espontâneo”, ou uma “sublevação popular”, que surgiu no Minho em reação às ações do governo cartista de António Bernardo da Costa Cabral, dentre as quais destacamos: os impostos, o enterro em cemitérios ao ar livre, o novo sistema de leis. Ações que levaram a um confronto do Portugal novo com o antigo. Ver: MARTINS, J. P. de Oliveira. *Portugal Contemporâneo*. 3. ed. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, 1895. t. 2, p. 183-196.

³⁷⁵ MARTINS, J. P. de Oliveira. *Systema dos Mythos Religiosos*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1882. p. XVIII-XIX.

³⁷⁶ MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal*. 20. ed. Lisboa: Guimarães Editores, 1991. p. 285. (Grifo nosso).

mitologia, como as noções de “representação” e de “veneração”, e mesmo a ciência, “com as suas descobertas cosmológicas vem trazer subsídios, sem dúvida, criadores de estados mentais novos e determinantes de uma evolução lenta, mas nem por isso capazes de alterar na sua essência o princípio visceral, o nervo íntimo desta invenção, a mais bela por isso mesmo que é a mais quimérica de todas as que o homem construiu com o seu pensamento.”³⁷⁷

Ora, ainda como desdobramento da tese martiniana, uma nova componente – a que diz diretamente ao fundo étnico céltico – deve ser abordada. Retomando a tese inicial – sobre a impossibilidade do *sebastianismo* em evoluir para uma religião – associado a esta rica exposição sobre a mitologia religiosa temos que abordar a sua incorporação nas objetivações de uma mentalidade étnica específica, a saber: o peso da componente céltica na miscigenação que formou o povo português. Por outras palavras, a compreensão do *sebastianismo* deve ser pensada, em seus desdobramentos mitológicos, a partir dos “movimentos espontâneos” desta raiz, cuja mundividência terá oscilado entre o animismo e o naturalismo, porque não terá conseguido determinar-se, plenamente, isto é, enquanto idealismo, enquanto abstracionismo, não obstante a sua matriz ariana.³⁷⁸ Com isto queremos comprovar o que ficou sugerido: a análise histórica do *sebastianismo* teria de pressupor fundamentos de cariz antropológico e etnológico determinados pela etnia céltica:

E quando vemos que a alma religiosa da nação, retraindo-se ao seu âmago íntimo, criando espontaneamente uma fé, ao lado do catolicismo dogmático e transcendente, imposto, importado, e mal definido nas consciências, constrói essa fé com os materiais conhecidos das antigas religiões naturalistas dos celtas; quando vemos que D. Sebastião se transforma num rei Artur, escondido na ilha viçosa dos bardos; somos, com efeito, levados a supor que o elemento primitivamente dominante nas populações é em Portugal celta, pois que os seus frutos ingênuos e espontâneos têm a cor e a forma dos produtos dessa raça.³⁷⁹

De fato, a mediação onírica e mítica como meio de sublimação da história real já não estava ausente no modo de ser do elemento celta que hegemonizou a mistura de onde resultou o povo português enquanto *nacionalidade*. E se, caldeada em outros, de variada origem, a sua manifestação esteve sob o controle de um fator psicocoletivo que afirmou essa mistura como *nação*, o mesmo não aconteceu quando essa vontade entrou em crise. Esse foi o momento em que se iniciou algo de regressivo e anacrônico, pelo que a linguagem adequada à explicitação

³⁷⁷ MARTINS, J. P. de Oliveira. *Systema dos Mythos Religiosos*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1882. p. XV-XVI.

³⁷⁸ MARTINS, J. P. de Oliveira. Caracter da solução pelo christianismo. Conclusão. In: *Op.cit.*, p. 281.

³⁷⁹ MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal*. 20. ed. Lisboa: Guimarães Editores, 1991. p. 285.

desse estado de alma só podia ser a do mito de matriz céltica e cuja síntese paradigmática se encontra no mito do lendário rei Artur, agora reatualizado no mito do rei D. Sebastião e da sua geografia: a Ilha Encoberta.³⁸⁰

Não era novo o elo da crença sebástica com as lendas do rei Artur e da Ilha Encoberta. Basta lembrar a opinião do Cavaleiro de Oliveira quando sublinhou que também “D. Sebastião não morreu e vive encantado algures e há de voltar um dia a reaver o seu reino”³⁸¹ e de Ferdinand Denis.³⁸² Todavia, Martins, ao ligar o *sebastianismo* com o celtismo³⁸³, seguindo o debate reavivado pela discussão que se acirrou à volta do peso do fator étnico na definição das ídoles nacionais, reatualizou-o.³⁸⁴ É que os celtas, como um dos ramos da matriz indo-europeia (os árias) teriam uma mundividência mais idealista e sonhadora do que a dos “hemitas” e dos “semitas”, pois, como Martins explicou em *As Raças Humanas*, os portugueses,

Embora produzidos historicamente pela mistura de sangue minhoto (ibérico, turdetano?) revelamos as qualidades celtas nas nossas aventuras marítimas, nas nossas lendas messiânicas, no lirismo da nossa poesia, na inconsistência e passividade que no nosso caráter se alternam com os acessos de fúria africana ou do misticismo semita...³⁸⁵

³⁸⁰ De acordo com a crítica do historiador Antonio Sérgio, “as teorias sobre o sebastianismo foram uma aplicação a Portugal das sugestivas páginas de Renan sobre o gênio das raças célticas. Essa aplicação, quanto a nós, era incompatível com a longa empresa dos descobrimentos e conquistas, tomadas pela geração de 70 como uma obra de aventurismo céltico, mais ou menos inconsciente; era artificial e muito ilógica”. SERGIO, António. A Influência do historiador. In: MARTINS, J. P. de Oliveira. *Dispensos...* por Antonio Sérgio e Faria de Vasconcelos. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1923. t. 1, p. XXIX. Contra a tese martiniana, Sérgio defende o “papel da Inteligência clara, da razão prática” já desde as primeiras navegações e expansão, de D. Fernando a Vasco da Gama, bem como o “espírito nacionalista” combinado ao “sentimento nacionalista”, que estiveram na base da formação de Portugal e no seu respectivo esplendor.

³⁸¹ OLIVEIRA, Cavaleiro de. (Francisco Xavier de Oliveira). A Propósito do Rei Artur de Inglaterra e o do Rei D. Sebastião de Portugal. In: _____. *Recreação Periódica*. (Prefácio e tradução de Aquilino Ribeiro). Lisboa: Oficina Gráficas da Biblioteca Nacional, 1922. v. 2, p. 36. Sobre a relação entre D. Sebastião, Sebastianismo e Atlântida, ver interessante trabalho publicado pouco depois de a *História de Portugal* de Oliveira Martins vir a lume: VIEIRA, Padre Conceição. *O Spiritismo: ilha encuberta e sebastianismo*. Lisboa: Typographia da Casa Minerva, 1884. Ainda sobre os autores que tratam da “Ilha Encoberta” ver: PIRES, António Machado. Adenda. In: _____. *D. Sebastião e o Encoberto*. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982. p. 441-446.

³⁸² DENIS, Ferdinand. Da seita dos sebastianistas. In: _____. *Brasil* (1ª. edição 1836). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. p. 141.

³⁸³ Sobre esta questão, ver como desdobramentos da leitura martiniana do celtismo: BRAGA, Teófilo. BRAGA, Teófilo. *A Pátria Portuguesa: território e raça*. Porto: Ernesto Chardron, 1894; SOBRAL, José Manuel. O Norte, o Sul, a raça, a nação: representações da identidade nacional portuguesa (séculos XIX-XX). *Análise Social*, v. 39, n. 171, p. 255-284, 2004.

³⁸⁴ Sobre o celtismo na Europa, também ver: RENAN, Ernest. Poetry of the celtic races. In: _____. *The Poetry of the celtic races and other essays*. London: London W. Scott, 1896. p. 1-60. (1a. publicação do texto 1854).

³⁸⁵ MARTINS, J. P. de Oliveira. *As Raças Humanas e a Civilização Primitiva*. 2. ed. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, 1893. t. 1, p. 270-271.

Com efeito, para ele, os celtas, na parte mais ocidental da Península, ao defrontarem-se com outros grupos, teriam passado por um “atrofiamento” do seu desenvolvimento espontâneo. Por isso,

Nebuloso e vago, não pelo alcance, mas pela infantilidade do gênio intelectual, o celta satisfaz as exigências do espírito sem atingir a exaltação religiosa de um espanhol, nem a funda penetração de um italiano, nem a compreensão ideal de um alemão. Mantém-se na região aérea das concepções imaginativas, dando corpo a quimeras e sonhos infantis.³⁸⁶

Mas, qual é, em última análise, a relevância desse enfoque? Para responder a isto, temos que retomar alguns dos conceitos que atrás convocamos e, em particular, os de “nação” e de “nacionalidade” nas especificidades portuguesas. Conforme análise do historiador Fernando Catroga, os estudiosos de Martins e, especialmente do *sebastianismo*, escamotearam, amiúde, que a etiologia da manifestação, ao remeter para as condicionantes étnico-culturais, é igualmente indissociável da resposta dada ao grande problema da época: *o que é uma nação?*³⁸⁷ Ora, a resposta martiniana não pode ser dada sem se levar em conta a resposta à outra questão, afinal ainda mais prioritária: *o que é uma nacionalidade?*

Na verdade, conforme o autor do *Febo Moniz* amiúde explicou, os portugueses formaram uma *nação* pela história, pela vontade coletiva, por uma coesão orgânica e não pela etnicidade. Deste modo, constituíram uma *nação*, mas nunca foram uma *nacionalidade*, porque são produto de uma mistura e não de uma raça exclusiva.³⁸⁸ Em *Política e Economia Nacional* (edição de 1885), talvez tenhamos a exposição mais clara de ambos os conceitos, precisão que não é independente do seu esforço para que os críticos compreendessem a definição do *sebastianismo* que sustentava:

Nação – é aquele grêmio de homens que adquiriu coesão orgânica, tradições, hábitos e vontade ou consciência comum, quer na sua constituição os fundadores tivessem, quer não tivessem afinidade étnica, e quer até ocupassem ou não ocupassem um local adequado.

Nacionalidade – é aquele agregado de homens a que uma tradição de ascendência comum dá uma base etnogênica.

³⁸⁶ MARTINS, J. P. de Oliveira. *As Raças Humanas e a Civilização Primitiva...*, p. 273.

³⁸⁷ Ver: RENAN, Ernest. *Qu'est-ce qu'une nation?* Conference faite en Sorbonne, Le 11 mars 1882. Paris: Calman Lévy, Editeur, 1882.

³⁸⁸ Ver: MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal...*, p. 27; MARTINS, J. P. de Oliveira. *Estratigrafia Étnica*. In: _____. *As Raças Humanas e a Civilização Primitiva...*, p. 85-88; MARTINS, J. P. de Oliveira. *Terra Pátria*. In: _____. *Quadro das Instituições Primitivas*. 2. ed. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, 1893. p. 303-319.

Deste modo, houve, há e haverá nações que não são nacionalidades; assim como abundam as nacionalidades que não têm, que até não podem ter, a vida autônoma própria das nações.³⁸⁹

Explique-se o nexo entre ambas as caracterizações, a fim de se precisar o posicionamento de Martins, num debate inaugurado por Alexandre Herculano: a gênese “voluntarista” e, portanto, política, de Portugal como nação, enquanto momento ascendente da sua história:

(...) a nação portuguesa foi, como tal, o fruto de actos da vontade de certos homens; porque à gente lusitana se agregaram, pelo norte, os galegos, onde corria muito o sangue suevo, pelo sul, os turdetanos, onde corria muito sangue berbere, e a população formou-se da combinação dos três grupos; porque, finalmente, nem o *habitat* dos celtas da Lusitânia correspondia a uma unidade geográfica, adequada a manter independente a vida da raça, nem as fronteiras, delimitadas pela política, a uma expressão territorial que nos pusesse ao abrigo das influências incessantes, imperiosas, multiformes do estrangeiro.³⁹⁰

Não por acaso, contra o determinismo étnico, convocou o peso da vontade coletiva na edificação dos modos mais concretos como a evolução histórica se realiza como história. Na linha de Herculano, retomou a tese segundo a qual Portugal como *nação* se forjou pela “vontade” de “alguns homens” e, depois, pela “contiguidade” da vontade de viver em comum, e não pela “consanguinidade”:

Portugal foi uma nação como a Judeia, e um império como Roma. E assim como, no íntimo fundo das manifestações romanas, aparece entre nós o lusitano, ou celta. Mas, da mesma forma que o acto da consciência alargou, para fora da esfera natural da raça, a esfera política e social de Roma, assim também sucedeu a Portugal. A nação não foi um produto simples das qualidades naturais; a sua história não é apenas um desenvolvimento orgânico ou impessoal: é uma sucessão de atos voluntários, de planos de estadistas.³⁹¹

³⁸⁹ MARTINS, J. P. de Oliveira. *Política e Economia Nacional*. Porto: Magalhães e Moniz Editores, 1885. p. 19. Esta discussão faz parte de um longo comentário sobre o livro: PIMENTEL, Antonio de Serpa. *Questões de Política Positiva: da nacionalidade e do governo representativo*. Lisboa: Bertrand, 1881. Desta abordagem feita por Martins, interessou-nos, sobretudo, a “primeira parte” por tratar da temática dos princípios da “nacionalidade” e da sua visão crítica quanto à capacidade do positivismo para tratar de determinadas temáticas. p. 14-23.

³⁹⁰ MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal...*, p. 286. Aqui, o autor se remete também à sua obra *As Raças Humanas*, v. 1, p. 32-39.

³⁹¹ MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal...*, p. 287.

Porém, o seu povo não possui uma origem étnica exclusiva, pois é formada por diferentes componentes étnicas. E se essa amálgama se manteve ativa e consensualizada quando dominou um querer coletivo forte – desde D. Afonso Henriques às Descobertas – com a crise que estas provocaram, simbolizadas em Alcácer Quibir, a *nação* começou a desagregar-se, emergindo a etnicidade e, dentro destas, as características mentais do seu elemento mais forte: o céltico. Em certo sentido, a *nacionalidade*, que esteve subsumida pela “vontade coletiva” que conduziu à formação de uma *nação* passou a sobredeterminar a mundividência portuguesa. E é a esta luz que deve ser entendida a afirmação martiniana segundo a qual o *sebastianismo* é a “prova póstuma da nacionalidade”, comumente (mal) entendida como “prova póstuma da nação”.

De onde também se diga que só por falta de contextualização se poderá concluir que, em Martins, existe uma visão positiva de tudo o que o *sebastianismo* era sintoma. Por outras palavras, indo ao âmago da sua análise, facilmente se constatará que ele o enxergou como uma preocupante vitória da natureza sobre a história e a política. Ouça-se o nosso autor:

Nem só a lenda de D. Sebastião prova isto; porque já observamos as manifestações do ingênuo amor da natureza, o entusiasmo cândido do heroísmo, a sentimentalidade nebulosa da poesia. Para nós, *o Sebastianismo é uma prova póstuma da nacionalidade*. Na hora das agonias derradeiras, os soluços violentos do povo traziam aos lábios a voz íntima, e proferiam de modo eloquente e altissonante o pensamento natural orgânico. Como nos terremotos geológicos, a revolução das lavas subterrâneas repelia as camadas superiores, levantando-as e separando-as; e punha a nu ossatura dos granitos, vomitando uma golfada de lume vivo.³⁹²

O fundo etnológico céltico eclodiu no momento em que a força coletiva que suportava a *nação* começou a debilitar-se e, com ela, a visão mais racional e pragmática do mundo. A eclosão do “fogo céltico” das entranhas da *nacionalidade* constituiu um argumento novo – mas, conforme já vimos, ditado pela conjuntura do debate ligado às teses sobre as raças arianas e respectivas misturas nacionais – na construção do *sebastianismo* em Martins. Atente-se a estas ponderações:

Mas, por que motivo, se no fundo íntimo da alma nacional ardia esse fogo céltico, as suas manifestações foram sentenciadas a ser por tal forma indecisas, quase obscuras, nas épocas ordinárias da vida? Por que apareciam apenas, ou nos tipos excepcionais (Nuno Álvares, D. João de Castro), ou nos momentos de crise – crise de entusiasmo, como quando nos lançávamos ao Mar Tenebroso, ou de desespero, como quando afundávamos no

³⁹² MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal...*, p. 285-286. (Grifo nosso).

messianismo tumular? Por que fora a vida da nação uma existência pálida, incolor, sem carácter acentuado, nem fisionomia bem definida? Por que foram, nos melhores dias, os seus grandes homens como os heróis de Cartago, ou como os imperadores da Assíria? E a sua religião, como o culto africano dos deuses da Orgia? Por que não pudera, finalmente, uma raça que tanto sentia agora o seu gênio, construir uma história, e instituições e religiões próprias desse gênio, como na Irlanda, na Escócia ou na Bretanha?³⁹³

Indagações pertinentes. E, se ousarmos levantar possibilidades de resposta, em cima do pensamento martiniano, teremos que considerar os limites da componente céltica em Portugal. À exceção das ilhas britânicas, onde se manteve, em Portugal, bem como em outros territórios que passaram por invasões de povos, houve um “atrofiamento” do desenvolvimento espontâneo da cultura céltica.

Por outro lado, é com a exposição deste longo painel que se entra no quadro evolutivo da “história de Portugal”. Nesta ordem de ideias, o fastígio da nação somente pôde ocorrer quando a vontade coletiva se transubstanciou em “povo”, mediante a assunção da pertença a uma comunidade de destino, degrau superior de sociabilidade que se foi erguendo sobre a etnicidade. Daí, também, que tenha sido nessas conjunturas que emergiram os “grandes homens” que melhor revelaram a idiossincrasia desse povo. Foi assim com Virgílio, na velha Roma, e foi assim com Camões, no caso português. Contudo, entre os dois, registre-se esta diferença: “os *Lusíadas* cantam um passado, e são um epitáfio. A *Eneida* era uma apoteose, cantando uma *aurea saecula*, a idade presente, Augusto César, filho dos deuses...”³⁹⁴

Camões narrou o desfecho de um período áureo e de grandezas já passadas. Seu canto, portanto, constitui um “epitáfio”. Com a erupção da etnicidade, possibilitada pela quebra da força psicológica e coletiva que sustentava o ânimo e o consenso nacionais, a história se transfigurou em mito, metamorfose tanto mais onírica quanto ela objetiva a índole do elemento étnico que dominava o hibridismo constitutivo do “povo”. E, com Alcácer Quibir, um ciclo decadente, descenso que, três séculos depois continuava. Daí que o autor do *Portugal Contemporâneo* escrevesse:

A alma lusitana, ingênua na sua candidez – tombado agora por edifício imperial, desconjuntado e condenado o sistema de ideias patrióticas que desde o XVI século tinham dado a vida à nação – rebentava em soluços, buscando no seio da natureza, onde se acolhia, uma salvação que não podia esperar mais das ideias, dos sistemas, dos heróis, nem dos reis em quem tinha confiado por dois séculos. A obra temerária dos homens caía por terra;

³⁹³ MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal...*, p. 286.

³⁹⁴ MARTINS, J. P. de Oliveira. *Op.cit.*, p. 287.

e o povo, abandonado e perdido, abraçava-se à natureza, fazendo do lendário D. Sebastião um gênio, um espírito – e da sua história um mito.³⁹⁵

Assim, perante o enfrentamento do querer coletivo, em boa parte devido ao desvario das elites políticas, só restava ao povo voltar-se para uma esperança de fundo messiânico, reavivado pelo trauma de um acontecimento histórico decisivo. Por consequência, é lógico que, para Martins, o *sebastianismo* significasse uma desistência da história, ou melhor, fosse “uma manifestação do gênio natural íntimo da raça, e uma abdicação da história. Portugal renegava, por um mito, a realidade; morria para a história, desfeito num sonho; envolvia-se, para entrar no sepulcro, na mortalha de uma esperança messiânica.”³⁹⁶ Projetava-se no *sebastianismo*, ou melhor, numa impossibilidade, a possibilidade de uma vitória contra os males que os afligiam. Ora, para reforçar este lugar da crença, D. João de Castro – o “apóstolo” do *sebastianismo* – utilizou todo o material disponível no universo religioso de então que pudesse reforçar a crença: “invocava as Sibilas e os Santos Padres, os Evangelhos e o Apocalipse, para demonstrar que D. Sebastião viria salvar Portugal; e nenhum dos apóstolos via que o messianismo sebastianista se tornava um milagre e uma esperança fúnebre.”³⁹⁷

Na retrospectiva de Martins, Portugal tinha começado a ser o “enfermo do Ocidente” em Seiscentos, porque

Um tal estado de morbidez psicológica é o caráter mais geral da última geração do XVI século, e é por isso que a figura de D. Sebastião, em quem renasciam anacronicamente os ideais do misticismo heróico de outras eras: de D. Sebastião que foi um Nuno Álvares póstumo, encerra a galeria dos homens, típicos, e completa o quadro de estudos que tracei para ir aproveitando o tempo que ainda me for dado viver.³⁹⁸

Numa de suas últimas obras, retomou as suas reflexões revisitando o que tinha escrito sobre Luís de Camões no início da década de 1870. Nesta segunda versão, publicada em 1891, assiste-se à projeção do amadurecimento da sua interpretação do *sebastianismo*. Naquele texto, acrescenta que Camões teria assistido à partida de D. Sebastião para África aos 25 de junho de 1578. E, ao voltar, para casa, teria começado um novo trabalho, de onde traduziria os mistérios do inconsciente coletivo, com uma ênfase que não tinha no texto de 1872: sua obra “a epopeia de África, a Sebastianeida; Portugal ressuscitado pelo heroísmo de

³⁹⁵ MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal...*, p. 287.

³⁹⁶ MARTINS, J. P. de Oliveira. *Op.cit.*, p. 287-288.

³⁹⁷ *Id.*, p. 287-288.

³⁹⁸ MARTINS, J. P. de Oliveira. Advertencia. In: _____. *A Vida de Nun'álvares: historia do estabelecimento da dynastia de Aviz*. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, 1894. p. 07.

um rei, a Pátria, cabeça do mundo reconquistado para a fé; a glória imensa, uma infelicidade incomparável, outra vinda de Cristo à terra, encarnado na figura deste rapaz coroado que, para muitos passava por doudo”.³⁹⁹

O desfecho daquela aventura não foi o esperado: “dois anos mais, e ao mesmo tempo, em 1580, Portugal e Camões caíam na *terra fria* de uma sepultura. Expirando, tinha o poeta sequer a amarga consolação de acabar com a pátria. ‘Morro com ela’, disse, e finou-se”.⁴⁰⁰ Publicado a partir da assunção de uma atitude crítica face às comemorações camonianas⁴⁰¹, Martins reatualizou preocupações antigas com o fim de suscitar analogias entre a crise do passado, quando este foi presente, e a crise de Portugal nas últimas décadas de Oitocentos:

Neste acabar de século, repito, por tantos lados semelhante ao fim fúnebre do século XVI, quando morreram Camões e Portugal, o vivo desejo da minha alma é que, se efetivamente está morta a esperança inteira e temos de abandonar a ideia de voltarmos a ser alguém digno de nome vivo sobre a terra, este livro seja como um ramo de goivos deposto no altar do poeta que, morrendo com a pátria, lhe cantou o glorioso passado, legando-nos o testamento de um futuro não cumprido.⁴⁰²

Por isso, não deve surpreender que a leitura martiniana do *sebastianismo* seja inseparável da sua hermenêutica acerca da decadência da nação portuguesa. Com efeito, foi no contexto desta preocupação que a temática sebástica ganhou uma expressão em metáforas psico-organicistas que atingiram o zênite da sua aplicabilidade. Deste modo, a inteligibilidade do debate emerge em seu equacionamento na média duração de uma tendência que dará origem ao advento do intelectual como “perscrutador e anatomista do corpo (e da alma) da nação”, a fim de entender mais cabalmente “a proliferação de metáforas orgânicas no seu diagnóstico, sendo as mais comuns àquelas que conotavam a decadência e o pessimismo – “morte”, “cadáver”, “suicídio”, “loucura”, “putrefação”, “degenerescência” (Morel), “crise”, “nevrose”.⁴⁰³ Neste horizonte, e ainda em consonância com as observações de Fernando Catroga, não espanta o nexos que Martins fez entre decadência e *sebastianismo*, porque:

³⁹⁹ MARTINS, J. P. de Oliveira. *Camões: os Lusíadas e a Renascença em Portugal*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1891. p. 111-112.

⁴⁰⁰ MARTINS, J. P. de Oliveira. *Op.cit.*, p. 115. (Grifo do autor).

⁴⁰¹ Sobre as “comemorações camonianas”, de 1880, ver: CATROGA, Fernando. Ritualizações da História. In: TORRALBA, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando. *História da História em Portugal: da historiografia à memória histórica*. Lisboa: Temas & Debates, 1998. v. 2, p. 226-230.

⁴⁰² MARTINS, J. P. de Oliveira. *Op.cit.*, p. XII.

⁴⁰³ SILVA, Augusto dos Santos. Morte, mediação, história: uma viagem tautológica ao pensamento de Oliveira Martins *apud* CATROGA, Fernando. Portugal como “Corpo” e como “Alma” (Sécs. XIX/XX): uma revisitação histórica. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 28, p. 248, 2007.

Sebastianismo e decadência eram, assim, irmãos siameses, e só com a extinção de ambos a Pátria, essa ‘ideia culminante que exprime a coesão acabada de um corpo social’, poderia inverter o caminho onírico do seu destino, fugindo da região dos mitos e da poesia para a terra dos homens, de onde há muito havia partido, para viver numa espécie de utopia regressiva, à espera de uma repentina, milagrosa, mas sempre adiada regeneração.⁴⁰⁴

E, à guisa de fechamento desta sintética incursão no universo martiniano, pode concluir-se que o seu discurso foi um passo decisivo para a transferência do fenômeno sebástico para o campo da análise das representações míticas. Caso talvez singular pela sua longevidade, o mito sebastianista tem revelado uma evidente capacidade de metamorfose e de redefinição, sobretudo quando a sua sobrevivência se consubstancia em expectativas de fundo messiânico. Assim sendo, o *sebastianismo* é, também, uma manifestação específica da velha tensão entre a história e o mito.

⁴⁰⁴ CATROGA, Fernando. A Historiografia de Oliveira Martins (entre a arte e as ciências sociais). *Separata da Revista da Universidade de Coimbra*, v. 38, p. 437-438, (1995) 2001.

CAPÍTULO 4

A DEPRECIÇÃO REPUBLICANA DO SEBASTIANISMO EM PORTUGAL

A abordagem que se segue tratará dos novos sentidos dados ao *sebastianismo*, em fins do século XIX, pelos republicanos portugueses que, inspirados no positivismo, no cientificismo e no anticlericalismo, perceberam que aquela componente cultural poderia ser explorada, metaforicamente, como um eloquente exemplo e sintoma do atraso do país. Recordemos que uma das principais críticas recebidas por Oliveira Martins adveio daqueles que, imbuídos de um pensamento positivista (Bulhão Pato, Teófilo Braga, Carlos Lobo d'Ávila e Augusto Rocha), acusaram-no de “fantasista” por ter dado grande destaque à temática em sua *História de Portugal* (1879).⁴⁰⁵ Esta linha de pensamento foi continuada por alguns publicistas republicanos que, no afã de instaurarem uma nova ordem política e social, não mediram esforços no sentido de romper com as heranças do passado histórico que consideravam fruto anacrônico da fase teológica que a evolução do espírito da humanidade, a caminho da sua definitiva positificação, estava finalmente a ultrapassar.

E, neste sentido, a imagem do “sebastianista” foi tomando um novo corpo, pautada por uma dupla leitura: por um lado, ele continuava a ser abordado como um fenômeno de superstição e lenda cada vez mais visto como um passado “folclorizado” e que, por isso mesmo, aparentemente não mais incomodava; e, por outro lado, uma outra que, apropriando-se dos referenciais acima apontados, despia-o, porém, do caráter mítico (e místico) e dá-lhe um tratamento balizado num fundo teórico-científico. Na verdade, as imagens de D. Sebastião e do “sebastianista”, bem como a definição do *sebastianismo* iriam ser patologizados sob uma inspiração direta das teorias positivistas⁴⁰⁶, dos discursos da psiquiatria e, sobretudo, da influência da Antropologia Criminal⁴⁰⁷, compartilhando, por isso, os debates acerca das fronteiras existentes entre o normal, anormal e o patológico.⁴⁰⁸

⁴⁰⁵ Ver: MARTINS, J. P. de Oliveira *et al.* *Oliveira Martins e os críticos da História de Portugal*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional do Livro, 1995.

⁴⁰⁶ Sobre o positivismo em Portugal, destacam-se os trabalhos de Teófilo Braga e Júlio de Matos. Ver: O POSITIVISMO: revista de philosophia. Porto: Livraria Universal de Magalhães & Moniz, v. 1 (1878) - v. 4 (1882); CATROGA, Fernando. A Importância do Positivismo na Consolidação da Ideologia Republicana em Portugal. *Separata de Biblos*, Coimbra, v. 53, p. 285-327, 1977.

⁴⁰⁷ SILVA, Miguel Luís Mendes da. *A Teoria de O Criminoso-Nato de Lombroso, nas correlações com a Sociologia e seus reflexos em Portugal*. 1958. 143f. Dissertação (Licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas) - Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1958.

⁴⁰⁸ Sobre uma discussão mais aprofundada acerca da cultura científica, história da medicina, da psiquiatria e da saúde pública em Portugal, ver: PEREIRA, Ana Leonor. *Darwin em Portugal: Filosofia. História. Engenharia social*. Coimbra: Almedina, 2001. Convém destacar também os trabalhos sobre o médico republicano Miguel de Bombarda, que era “uma antítese” de seu colega Júlio de Matos, voltando-se eminentemente para uma visão

Neste contexto, a popularização da imagem dos “sebastianistas” foi sendo exposta como um objeto caricatural e uma contra-imagem para os críticos da sociedade portuguesa de então. E um bom exemplo disso encontra-se na obra *Das Loucuras e Manias de Portugal: estudos humorísticos* (1871)⁴⁰⁹, de Júlio Cesar Machado (1835-1890). Aqui, entre a forma satírica e cômica, fez um apanhado das “loucuras” e “manias” dos portugueses, tipificando “os doidos”, “as doidas”, “os idiotas”, “os furiosos”, “os enguiços”, entre outros.⁴¹⁰ E, não por acaso, também deu relevo caricatural aos “sebastianistas” e, em particular, a D. Sebastião, citado em dois momentos da obra. Num capítulo sobre os “feitiços”, afirma:

Até se conta que D. Sebastião está ainda hoje a dormir no fundo do mar, por lhe haverem dado feitiço; que as proas dos navios que vão passando lhe quebram de tempos a tempos um pedaço do tecto do palácio em que ele está guardado; que acorda nessas ocasiões, estende os braços, quer chamar, mas lhe tapam a boca para que não grite, e ele adormece outra vez...
As vozes do povo são, nestas credices, o grande oráculo.⁴¹¹

Porém, além dos efeitos do “feitiço”, a narração afirma, igualmente, que o jovem rei não pôde escapar à sua “sina”, lamentos já entoados nas “trovas” (de Bandarra) e em outros textos antigos:

As trovas dizem-na às vezes; concertos na eira à desgarrada, cantigas do fado à guitarra; e no mar principalmente, onde os descantes são quase sempre fatídicos; lá se diz na *Crônica de D. Sebastião* por Fr. Bernardo da Cruz que na expedição de África um tal músico chamado Madeira foi pelo mar cantando à viola a el-rei um romance que dizia: ‘ontem eras rei e hoje nem casa tens’, trova em que vinha saindo a sina, e que fez tal impressão nos ânimos que logo se lhe disse que mudasse para outra mais alegre.⁴¹²

“socialista da república” e denunciando a “fragilidade da teoria de Lombroso”. Sobre esta questão, ver: PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui. Miguel Bombarda (1851-1910): uma força da natureza. In: PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui (org.). *Miguel Bombarda (1851-1910) e as singularidades de uma época*. Coimbra: Universidade de Coimbra/FCT, 2006. p. 07-11; para outra abordagem, ver: GARNEL, Rita. *Vítimas e Violências na Lisboa da I República*. Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra, 2007.

⁴⁰⁹ MACHADO, Julio Cesar. *Das Loucuras e das Manias em Portugal: estudos humorísticos*. Lisboa: Livraria de A. M. Pereira, 1871. Também sobre estes estudos ver: ARAGÃO, Teixeira de. *Diabruras, Santidades e Prophecias*. Lisboa: Veja, [s. d.]. (publicado inicialmente em 1894). Oferecido ao historiador Pinheiro Chagas, este livro trata de temáticas do universo religioso popular e, para aquilo que nos interessa, aborda, também, as “profecias” de Bandarra e de Simão Gomes.

⁴¹⁰ MACHADO, Julio Cesar. *Op.cit.*, p. 57. Estes discursos degenerativos incidem sobre uma rica produção de fins do século XIX, a exemplo do médico psiquiatra Júlio de Matos (ver *A Loucura*, 1889; *Allucinações e Illusões*, 1892).

⁴¹¹ *Id.*, p. 150-151.

⁴¹² *Id.*, p. 203. (Grifo do autor).

Neste sentido, uma atenção especial deve ser dada a Teófilo Braga (1843-1924). Importante intelectual e político, paladino do movimento positivista português⁴¹³, tratou de um amplo campo de estudos ligados à etnologia, à compilação erudita⁴¹⁴, à história, à literatura, à sociologia, à política, tendo por último objetivo caracterizar a evolução histórica do “povo português e seus costumes”.⁴¹⁵ Por isso, não deixou de participar na discussão em curso acerca da gênese da nação.

Sua tese sobre a nacionalidade fundamentou-se na preponderância da chamada raça “moçárabe” (1871).⁴¹⁶ Mas, nos estudos posteriores, não deixou de inserir, também, a componente céltica – o que justifica, em parte, a correspondente do *sebastianismo* através da tradição céltica do rei Arthur e da Ilha Encoberta –, tese que, depois, perderia fôlego. Em *O Povo Português e seus costumes* (1885), no tópico “superstições populares portuguesas”, convocou a temática sebástica, afirmando tratar-se de uma longa tradição popular de espera (as ilhas encantadas, Alcácer Quibir, o Quinto Império, o Brasil, a Pedra Bonita), assente na crença segundo a qual “D. Sebastião está na Ilha Encoberta, donde há de vir num dia de cerração, montado num cavalo branco.”⁴¹⁷ Ora,

o povo ficou esperando pela vinda do rei D. Sebastião, desde que D. João IV não satisfazia as suas esperanças. Os Jesuítas continuaram a elaborar as profecias de Bandarra ampliando-as no sentido do *Quinto Império*, que seria o Brasil, para onde queria levar D. João IV, ou a união de Portugal e Espanha pelo casamento do príncipe D. Teodósio com a filha do rei de Espanha. A persistência da seita sebastianista no Brasil, como se viu em 1838 em Pernambuco, na aldeia de Pedra Bonita no alucinado João Antonio, que levantou o povo anunciando a vinda do monarca, provém da antiga esperança da independência ligada à fundação de um grande império.⁴¹⁸

Ao que nos interessa neste momento, visto ser muito abrangente a produção de Teófilo, é pensar que a sua temática sebástica acaba por remeter para uma “construção” – ou melhor, para “construções” –, cujas motivações tinham um cariz político-ideológico

⁴¹³ SILVA, António Luís Cerdeira Coelho e. *Imagens de D. Sebastião...*, p. 29; OLIVEIRA, Vítor Amaral de. *Sebástica...* Sobre Teófilo Braga, ver: CATROGA, Fernando. *A Importância do Positivismo...*; HOMEM, Amadeu Carvalho. *A Ideia de República em Portugal: o contributo de Teófilo Braga*. Coimbra: Minerva, 1989. CATROGA, Fernando. Os inícios do positivismo em Portugal. O seu significado político-social. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 1, p. 287-394, 1977.

⁴¹⁴ Na linha de Garrett e Herculano, Braga contribuiu imensamente com a publicização de documentos antigos que nos remetem direta ou indiretamente à problemática sebástica: *O processo de Bandarra* (1873); *A vida de Agostinho de Macedo*; e, *Obras Completas de Almeida Garrett* (1905).

⁴¹⁵ Neste sentido, destacamos as seguintes obras de Braga: *Os contos tradicionais do povo português* (1883); *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições* (1885).

⁴¹⁶ Ver: BRAGA, Teófilo. *Epopéias da raça moçárabe*. Porto: [s. n.], 1871.

⁴¹⁷ BRAGA, Teófilo. Superstições populares portuguesas. In: _____. *O Povo Português nos seus costumes, crenças e tradições*. 3. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995. v. 2, p. 171-177. (1ª edição 1885).

⁴¹⁸ BRAGA, Teófilo. *Op.cit.*, p. 173.

propulsado pelos interesses jesuíticos e monárquicos. Conseqüentemente, a análise do fenômeno é coerente não só com os seus preconceitos positivistas, mas também com o republicanismo radical que deles inferia e à luz do qual a herança sebástica não representava o melhor que, no passado, poderia ser eleito como precursor do futuro progressista que, contra a decadência, prognosticava para Portugal. Portanto, como sintetiza Freitas Branco,

precisamente esta dedução implícita em toda a obra, mais claramente nas curtas passagens em que critica o catolicismo como pilar do sistema–, o autor com o seu quadro da etnogenese do “povo português” inverte os termos ideológicos dominantes sobre o papel do poder monárquico, mostrando que o “povo português” tem todo um passado recuado a desbravar (a tradição), todo um caminho percorrido como nação (a história) e um conjunto de atitudes (o caráter nacional), cujo estudo científico (ciência como fonte de conhecimento) permite elaborar a trajetória própria da evolução em todos os campos da atividade humana (a ideia de progresso).⁴¹⁹

Teófilo é um dos bons exemplos acerca da estratégia de alguns republicanos para desmistificar a figura de D. Sebastião, trazê-lo para a seara dos humanos e, justamente em cima de sua condição humana, desmontar as especulações sobre a sua imagem mítica. O propósito era compreender os motivos do desastre de Alcácer Quibir e, por fim, romper com a crença ou tradição sebastianista, pelo menos na perspectiva (mística) abordada até então. E esta campanha teve grande repercussão desde os fins do século XIX até à emergência do Estado Novo português (1933), conjuntura em que se procurou resgatar a dimensão mítica de D. Sebastião, associando-a a uma nova leitura do sonho imperial.⁴²⁰

Deste modo, entende-se por que é que os anos que antecederam à implantação da República em Portugal, a despeito da tentativa de recuperação do menino-rei por parte da historiografia liberal, não foram anos felizes para a personagem mítica e histórica de D. Sebastião. Como exemplo emblemático de uma inspiração psico-fisiológica, convocada para denegrir a imagem do rei infausto, temos a (re)leitura inserta no periódico republicano do Porto *A Voz Pública* (11 de novembro de 1893), por um tal *Minusculus*:

D. Sebastião, francamente, era muito mal feito.
A mão direita era maior do que a esquerda, o braço direito tinha mais comprimento do que o esquerdo, o tronco desde os ombros até a cintura era

⁴¹⁹ BRANCO, Jorge Freitas. A propósito da presente edição. In: BRAGA, Teófilo. *O Povo Português nos seus costumes, crenças e tradições*. 3. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995. p. 23.

⁴²⁰ Ver: COMISSÃO executiva dos centenários. *CONGRESSO do Mundo Português*. [S.l.: s.n.], 1939.; BROCHADO, Costa. *D. Sebastião: o Desejado*. Lisboa: Editorial Império, 1941.

desproporcional, curto e curvado; da cinta aos joelhos era muito esguio; a perna e pé direitos eram maiores que os esquerdos e os dedos dos pés, que deveriam ser desiguais eram quase iguais.

Tinha um calo grande no dedo mínimo; faltava-lhe, na maxila inferior, um dente que lho tirou Sebastião Netto; o beijo era grosso da parte direita, e as pernas alguma cousa tortas.

Outros característicos o distinguíam, que não eram senões – e que, todavia, eram muito seus – por exemplo, possuía um sinal pardo e cabeludo no ombro esquerdo e outro preto do lado direito, e várias sardas levemente notadas no rosto e mãos.

Fisicamente não era, pois, um acerto...⁴²¹

Outra observação, ainda importante, em relação à citada coluna, é que ela vem reforçar a tese de que o *sebastianismo* se reconstrói, também, a partir da convocação regular de “histórias passadas”.⁴²² Ora, queremos dizer com isso que, a depender dos interesses políticos, literários e históricos, os autores municiam-se de diferentes relatos que fazem parte da vasta “história sebástica”. Esclarecendo melhor: no texto citado anteriormente nos deparamos com a reapropriação de um trecho de um manuscrito antigo do século XVIII, de autoria anônima, intitulado *Conjecturas do Incoberto e grandeza de Portugal* (1784).⁴²³ Lido à luz dos interesses políticos do presente, foi usado para apresentar um conjunto de “anormalidades”, mediante as quais a imagem negativa de D. Sebastião suscitava analogias que impulsionavam a crítica à instituição monárquica portuguesa.

⁴²¹ MINUSCULUS. A Hespanha e Portugal em Marrocos. *AVP*, Porto, ano 4, n. 1097, p. 01, 11 nov. 1893. Evidentemente haverá leituras que se contrapunham a esta perspectiva dos republicanos e racionalistas. Ver: Costa Brochado, em *O Desejado* que, ao demonstrar uma grande preocupação com a documentação e a sua consequente interpretação, para evitar “vícios”, afirma que “o presente estudo pretende ser, até, antes de mais nada, uma reacção contra essas interpretações, visto que foi delas que nasceu o D. Sebastião deformado, coberto de mazelas físicas e morais, que todos conhecemos.” In: BROCHADO, Costa. *D. Sebastião: o Desejado*. Lisboa: Editorial Imperio, 1941. p. 8. Enfim, é proposta do autor fazer-se uma revisão das leituras sobre D. Sebastião. À luz deste debate, ver também: SARAIVA, Mário. *Nosografia de D. Sebastião* (revisão de um processo clínico). Lisboa: Delraux, 1980; MACHADO, José Timóteo Montalvão. *As Doenças do Rei Dom Sebastião*. *Separata da Revista Arqueologia e História*, Lisboa, n. 11, 1964 (Associação dos Arqueólogos Portugueses). Neste trabalho, o autor elenca alguns prováveis problemas de saúde enfrentados por D. Sebastião: a) fruto da política de casamentos consanguíneos; b) entretanto, nascera “robusto”, prova-o sua disposição para “jogos” e “exercícios físicos”; c) sofreu de pelo menos duas enfermidades: “a tara nevropática”, que lhe dava um excesso de auto-confiança, fruto da consanguinidade, e uma outra doença “que lhe atacou as vias urinárias”. Some-se a isto, a possibilidade de o rei D. Sebastião ser um “epiléptico”. p. 11-23.

⁴²² Expressão utilizada por Jacqueline Hermann ao analisar os textos da “Questão Sebástica” das primeiras décadas do século XIX, já enfocadas no capítulo II, parte I, do presente trabalho. Ver: HERMANN, Jacqueline. *D. Sebastião, sebastianismo e memória sebástica: as invasões francesas e os impasses da história portuguesa*. In: AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de; CATROGA, Fernando; HERMANN, Jacqueline (org.). *Memória, escrita da história...*, p. 119-168.

⁴²³ Nesta obra encontra-se, entre outros temas, uma descrição dos “Sinais Naturais de D. Sebastião” e sobre autores que abordam a Ilha Encoberta. Esta obra seria uma compilação de textos dos Seiscentos que abordam estas temáticas acima referidas. Tomamos por base os trechos da obra publicados em: PIRES, António Machado. Adendo. In: _____. *D. Sebastião e o Encoberto: estudo e antologia*. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982. p. 443-444.

Devido à crescente hegemonia do paradigma organicista, acentuou-se, de fato, a patologicização do fenômeno, incluindo o da personalidade do seu primeiro protagonista. Em trabalho recente, Mário Saraiva afirma mesmo que, a partir de fins do século XIX, houve um alargamento do entendimento das “doenças” de D. Sebastião. Se, até então, atribuía-se alguns dos seus insucessos – inclusive matrimoniais – à sua “uretrite”, a partir de 1894, com a publicação do *Doutor Minerva* (de Manuel Bento de Sousa)⁴²⁴ foi-lhe postumamente diagnosticado um “complexo de doenças do foro neurológico e psiquiátrico, que passaram a carregar de aí em diante a memória do desventurado rei”.⁴²⁵ Por outro lado, foi-se igualmente juntando, em fins do século XIX, a problemática rácica e sua interpretação acerca do “carácter” do português.⁴²⁶

Foi ainda neste período que surgiu, na produção do então republicano poeta Guerra Junqueiro (1850-1923), um olhar crítico ao enigma sebástico. De textos como “Como se faz um monstro”⁴²⁷ – onde expõe os males da educação jesuítica –, ao poema *Pátria* (1894), colocou, sob a inspiração e influência de Lombroso, “a enigmática figura do Doido em violentas imprecisões contra os reis da dinastia brigantina, representados numa galeria de retratos, acusando-os dos males da Pátria”.⁴²⁸ Outra imagem é apresentada em *A Pátria* veiculada numa linguagem imbuída de referências psíquicas, literárias e históricas:

Em seus castelos e palácios rendilhados,
Sôbre leitos de arminho e veludo e brocados,
Desfalecera o velho herói, caduco já.
Mas bravo ainda, e por vezes nas veias,
Acorda-lhe o sangue, alvorando epopeias...
Num ímpeto de febre, aceso, arrebatado
Na visão deslumbrante e, fulva do passado,
Ergueu-se um dia, louco e triste, alma quimérica,
Olhos em brasa a arder na face cadavérica...
(...)
Entre as carnagens do combate desvairado,
Já trucidado, espotejado, aniquilado

⁴²⁴ PINTO, Marcos. (Manuel Bento de Sousa). *Doutor Minerva: crítica do ensino em Portugal*. 2. ed. aumentada e revisada. Lisboa: M. Gomes, 1894.

⁴²⁵ SARAIVA, Mário. *Nosografia de D. Sebastião* (revisão de um processo clínico). Lisboa: Delraux, 1980. p. 89. Saraiva pauta o seu discurso por uma tentativa de humanizar D. Sebastião pelo lado positivo. Para tal efeito, trava um intenso diálogo com Manoel Bento de Sousa e com Júlio Dantas. Sobre o segundo, Saraiva atribui a sua ira de republicano ao fato de ter sido preterido na tentativa de entrar como médico do Paço e “que daí lhe nasceu um complexo de despeito e de vindicta, que o haveria de envolver num republicanismo, todo ele postiço, que, aliás, nos últimos anos muito se modificou.” p. 94.

⁴²⁶ MATOS, Sérgio Campos. Representações da crise finissecular em Portugal (1890-1910). In: HOMEM, Amadeu Carvalho; SILVA, Armando Malheiros da; ISAÍÁ, Artur César (coord.). *Progresso e Religião: a República no Brasil e em Portugal (1889-1910)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007. p. 30.

⁴²⁷ JUNQUEIRO, Guerra. Como se faz um monstro. In: _____. *A Velhice do Padre Eterno*. Porto: Livraria Minerva, [1885]. p. 65-69.

⁴²⁸ SILVA, António Luis Cerdeira Coelho e. *Imagens de D. Sebastião...*, p. 29.

Seu exército louco, – oh sonho louco e vão! –
 O calmo herói, noite no olhar, gládio na mão
 (...)
 De lanças crivado o arnez, crivado o peito
 Sob o corcel tombou, por milagre inda vivo!
 Levaram-no depois sem acordo e cativo.
 Meio século preso e débil... De repente,
 Num assomo de fúria e de cólera ardente,
 Partiu grilhões, abriu ergástulo fatal
 E voltou livre, livre! ao seu torrão natal!...
 Mas então, oh tristeza, oh desonra, oh desgraça!
 Feras do mesmo sangue, homens da mesma raça
 Envenenaram-no!...⁴²⁹

Trágico desfecho de uma história retomado pela poesia, cujos argumentos, utilizando-se dos recursos da ciência e da psico-fisiologia, estavam em consonância com os discursos, para os quais, ser verdadeiramente “patriótico” era ser “republicano”. Por isso, constituiu-se uma linha de pensamento que buscava exorcizar o “fantasma” do *sebastianismo*, trazendo-o ao campo da história, da ciência e do debate político. Este processo de exorcização visava justamente remover da pátria portuguesa a possessão sebastianista, atitude clara nos discursos de alguns militantes do partido republicano português (como o será dos brasileiros). É que a imagem mítica do rei D. Sebastião foi sendo concebida como um excesso numa época de valorização da racionalidade e do progresso indefinido. A luta que se travava por parte de alguns autores, conforme vimos a partir dos exemplos atrás expostos, era também uma tentativa de apagar os rastros, e, como afirmou Bragança de Miranda, “o programa do século XIX que venceu é, em primeiro lugar, um programa de redução dos fantasmas, da sua ‘destruição’”.⁴³⁰

A metáfora do “espectro passadista”, lançada à sociedade portuguesa (questão já explorada por Oliveira Martins), foi muito bem analisada pelo ensaísta Antônio Sérgio, no início do século XX. Sérgio, um dos principais críticos do *sebastianismo*, inspirado na peça *Espectros* (publicada em 1881, pelo dramaturgo norueguês Henrik Johan Ibsen), deu-nos uma ideia clara sobre a relação entre a noção “fantasmagórica” e um “passado” que precisava ser rompido em nome de “uma nova educação e de uma nova história”.⁴³¹ Apropriando-se da fala

⁴²⁹ JUNQUEIRO, Guerra. *Pátria*. Porto: Livraria Chardron, [1896]. p. 60-62.

⁴³⁰ MIRANDA, José A. Bragança de. Da experiência dos espectros à espectralização da experiência. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 23, p. 44, 2002.

⁴³¹ SÉRGIO, António. Espectros. In: _____. *Ensaio: obras completas*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1971. t. 1. Ver também: SÉRGIO, António. O reino cadaveroso ou o problema da cultura em Portugal. In: _____. *Obras Completas – Ensaio*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1971. t. 2, p. 25-57. Conferência pronunciada em Coimbra em 1926. Em relação ao rei D. Sebastião, ver: ROCHA, Martins. *O Fantasma de D. Sebastião*. Lisboa: [s. n.], [192-].

da personagem Madame Alving, afirmou que os espectros eram coisas que “mais não vivem mas que nem por isso deixam de estar presentes em nós mesmos, e de quem nunca conseguimos libertar-nos (...) parece-me que a terra está cheia de espectros, e que são tantos como os grãos de areia no oceano.”⁴³² Por esta linha de pensamento, o autor da *Interpretação Não Romântica do Sebastianismo* concluiu que o fantasmagórico não estava apenas nos indivíduos, mas na própria sociedade, já que “o tema real da peça não é a doença hereditária de um indivíduo são as doenças hereditárias da sociedade.”⁴³³ Sua crítica estava lançada a Portugal e ao seu descaminho desde o século XVI, uma observação coerente com os debates de fins do século XIX e inícios do século XX e que retratava o prolongamento de um “acúmulo de angústias”.

Portanto, se houve uma leitura positiva e até patriótica da temática sebástica, o certo é que, na segunda metade do século XIX, ampliou-se o processo de sua negativização, através de uma interpretação depreciativa do rei D. Sebastião⁴³⁴ e, sobretudo, do *sebastianismo*, mediada por hostes racionalistas e cientificistas, que buscavam expurgar esta componente espectral e passadista da cultura portuguesa.

Contudo, esta digressão em torno do “fantasmagórico” só terá a devida validade, neste trabalho, se for exercitada em consonância com uma experiência mais concreta: os primeiros anos da República brasileira (1889-1897). É que, a partir da análise de textos de alguns publicistas, poderemos perceber melhor os novos sentidos dados e o que os mobilizavam a uma recorrência do “uso” dos termos a partir daquela experiência histórica⁴³⁵: os publicistas portugueses mais radicais, que viam o Brasil como um “espelho”⁴³⁶ e que não poderia ceder ao “fantasma” ameaçador do *sebastianismo* (restauração monárquica); já para os brasileiros, nomeadamente os “jacobinos”, expurgar o *sebastianismo* passava por uma reavaliação da própria história brasileira em sua relação direta com Portugal. Em ambos os casos perpassava a problemática dos “demarcatórios identitários”⁴³⁷ e a necessidade de romper com o

⁴³² SERGIO, António. Espectros. In: _____. *Ensaios: obras completas*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1971. t. 1, p. 171.

⁴³³ SERGIO, António. *Op.cit.*, p. 171.

⁴³⁴ SARAIVA, Mário. *Dom Sebastião na história e na lenda*. Lisboa: Universitária Editora, 1994.

⁴³⁵ Para uma discussão sobre os conceitos e experiência histórica, ver: KOSELLECK, Reinhart. *Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos* (transcrição, tradução e edição de Manoel Luis Salgado Guimarães). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 136, 1992.

⁴³⁶ SILVA, Maria Isabel Carvalho Corrêa da. *O Espelho Fraternal: o Brasil no discurso do republicanismo português (c. 1889 – c. 1914)*. 2012. 351f. Tese (Doutoramento em História) – Programa Interuniversitário de Doutoramento em História, Univ. de Lisboa, Univ. Católica Portuguesa, Univ. de Évora, Inst. Univ. de Lisboa, Lisboa, 2012.

⁴³⁷ PAREDES, Marçal de Menezes. *Fronteiras Culturais Luso-Brasileiras: demarcações da história e escalas identitárias (1870-1910)*. 2007. 455f. Tese (Doutoramento em História) - Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2007.

paradigma do rei ausente e salvador – imagens de uma anacronia a ser definitivamente ultrapassada.

Portanto, textura-se outra forma de atacar o regime através da compartilhada eleição de um alvo, cujo malefício o acontecimento no Brasil, logo após a instauração do regime republicano (15 de novembro de 1889), tinha ampliado. É neste sentido que, para os republicanos, D. Sebastião foi sendo representado como “um degenerado, vítima infeliz da endogamia monárquica que, para manter os privilégios de uma família, contraria as leis da natureza, e da promiscuidade gera degenerados deste calibre.”⁴³⁸

4.1 Ecos da República brasileira

As últimas décadas do século XIX assistiram ao impulso da emigração portuguesa para o Brasil gerada por fatores que vão desde a crise econômica enfrentada por Portugal, a crise política e a perseguição a alguns indivíduos partidários da República e ácidos críticos da monarquia⁴³⁹, até aos atrativos que o Brasil passou a oferecer: condições econômicas interessantes, apoio governamental à política de emigração para substituição da mão-de-obra escrava, recém-libertada com a Lei Áurea de 13 de maio de 1888. A estas razões sociais tem de se acrescentar, no que respeita a alguns indivíduos mais politizados ou perseguidos, a instauração da República, em 1889, no outro lado do Atlântico⁴⁴⁰, para onde suas tomadas de posição, de expectativas e esperanças republicanas, foram lançadas. Ao fazerem isso, seus

⁴³⁸ SILVA, António Luis Cerdeira Coelho e. *Imagens de D. Sebastião...*, p. 4.

⁴³⁹ Uma análise desta conjuntura, além de indicar uma rica bibliografia, é abordada por: GONÇALVES, Eduardo Cândido Cordeiro. *Ressonâncias em Portugal da Implantação da República no Brasil (1889-1895)*. Porto: Reitoria da Universidade do Porto, 1995. p. 03-46. O autor explora também as negociações em torno da assinatura de um tratado comercial entre Portugal e Brasil, cujas negociações estavam bem encaminhadas no governo do Marechal Deodoro da Fonseca, mas foram praticamente sepultadas no governo do Marechal Floriano Peixoto. p. 46. Outra questão importante ao referido contexto foi a chamada Lei de Naturalização. Projeto dos primeiros anos da República, a polêmica lei de Naturalização visava diminuir o impacto econômico com o envio de recursos por parte dos imigrantes para seus países de origem. Tal lei afetava diretamente países como Itália e Portugal, principalmente este, cujas receitas eram beneficiadas com o envio de recursos do Brasil. Uma orientação para os portugueses sobre esta lei ver texto do vice-consul chanceler do consulado português no Rio Grande do Sul, ver: FLORES, Luiz Leopoldo. *A Nacionalidade dos filhos de pae portuguez nascidos no Brazil. Estudo comparado das legislações portugueza e brasileira sobre este assumpto*. Rio Grande do Sul: Imprensa de C. G. Naumann (Leipzig), 1895. Ver, também: BRANCATO, Sandra M. L. A repercussão em Portugal da implantação da República no Brasil. In: HOMEM, Amadeu Carvalho; SILVA, Armando Malheiro da; ISAÍÁ, Artur César (coord.). *Progresso e Religião: a República no Brasil e em Portugal (1889-1910)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007. p. 89-107.

⁴⁴⁰ Sobre a emigração do norte de Portugal para o Brasil, ver: ALVES, Jorge Fernandes. *Os “Brasileiros”*: emigração e retorno no Porto oitocentista. Porto: [s.n.], 1994.

discursos estavam pautados por uma perspectiva de ruptura e pela “vontade” de instaurar o novo espelhado na experiência republicana brasileira.⁴⁴¹

Neste sentido, o enredo sebástico será retomado e utilizado como a metáfora do “velho”. É perceptível, à luz de alguns escritos, que o *sebastianismo* foi ganhando foros de espectralidade a percorrer a esfera atlântica luso-brasileira, sobretudo, no momento em que o imperador D. Pedro II partiu para o exílio, em 1889 (e, depois recrudescido com a sua morte, em dezembro de 1891)⁴⁴², quando os tentames para se preencher a sua “ausência” tornaram-se um mote político para os opositores mais ferrenhos a uma possível restauração monárquica.

O processo de legitimação do governo republicano brasileiro não foi pacífico. Desde o golpe militar, de 1889, até 1897, a nova república passou por vários momentos de instabilidade: a “a guerra civil” (1891-1893); a Revolta da Armada (1893-1894); a Revolução Federalista (1893-1895); e o conflito de Canudos (1896-1897), entre outras questões disseminadas nos campos econômico e social.⁴⁴³ Em Portugal, por sua vez, tivemos a crise do modelo regenerador-fontista, o *ultimatum*, a primeira revolta republicana (o 31 de janeiro de 1891)⁴⁴⁴, questões não menos importantes no desenvolvimento de uma atitude crítica à monarquia constitucional.⁴⁴⁵ Ao existir, o seu *sebastianismo* estava tão mitigado que se confundia com um ideal sociopolítico de iminente concretização coletiva. Neste contexto, a república “era por muitos vivido como crença otimista e messiânica, sentimento e esperança redentora num futuro melhor”.⁴⁴⁶ E era a partir deste tópico, recorrente da apologia do progresso e da irreversibilidade da história⁴⁴⁷, que se elegia o que do passado podia ser

⁴⁴¹ Embora esta noção de ruptura deva ser vista com cautela. Ver: SILVA, António Luís Cerdeira Coelho e. *Imagens de D. Sebastião...*, p. 29; SILVA, Maria Isabel Carvalho Corrêa da. A república no Brasil e o 31 de Janeiro em Portugal (1889-1891). In: _____. *Op cit.*, p. 38-50.

⁴⁴²Ver: MORTE do Ex-imperador. *A Voz Publica*, Porto, ano 2, n. 494, p. 1, 06 dez. 1891; para um estudo específico sobre D. Pedro II, ver: FAGUNDES, Luciana Pessanha. *Do Exílio ao Panteão: D. Pedro II e seu reinado sob o(s) olhar(es) republicano(s)*. 2012. 349f. Tese (Doutoramento em História) – Programa de Pós-Graduação Política e Bens Culturais em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2012.

⁴⁴³ FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e de progresso. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucélia de Almeida (org.). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v 1, p. 45-88.

⁴⁴⁴ O debate sobre a “decadência” e a “regeneração” em Portugal, ver: PIRES, António Machado. *A Ideia de Decadência na Geração de 70*. 2. ed., Lisboa: Vega, 1992; CATROGA, Fernando. Portugal “Como Corpo e Como Alma” (sécs. XIX-XX): uma reavaliação sintética. *Separata da Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 28, 2007; MATOS, Sérgio Campos. Representações da Crise Finissecular em Portugal. In: HOMEM, Amadeu Carvalho et al (org.). *Progresso e religião...*, p.17-34.

⁴⁴⁵ Ver: BRAGA, Teófilo. *Dissolução do Systema Monarchico Representativo*. Lisboa: Nova Livraria Internacional, 1881.

⁴⁴⁶ MATOS, Sérgio Campos. Representações da Crise Finissecular..., p. 23.

⁴⁴⁷ Sobre esta problemática, ver: CATROGA, Fernando. A visão republicana da história e da natureza; República e regeneração. In: _____. *O Republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910*. 2. ed., Lisboa: Editorial Notícias, 2000; Sobre a relação entre a República e o sebastianismo, ver: SERRÃO, Joel. *Da “Regeneração” à República*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. p. 09; p. 169.

inscrito como momento precursor do futuro. Logicamente, nessa narrativa não podia haver lugar para o *sebastianismo* propriamente dito. E o exemplo brasileiro aparecia como uma espécie de laboratório convocado para o combate que se desenrolava em Portugal.

A imprensa⁴⁴⁸ representou um papel importante neste debate ao fazer uma leitura pormenorizada de determinadas questões mobilizáveis para o diagnóstico acerca do “destino pátrio” e do enfrentamento dos problemas do país. Cingir-nos-emos ao Porto, para cuja região Eduardo Gonçalves fez uma rica investigação sobre a repercussão da República brasileira, destacando,

em primeiro lugar (...), o grupo de sensibilidade progressista representado pelos jornais ‘O Primeiro de Janeiro’, ‘A Provincia’, ‘O Dez de Março’ e ‘O Commercio Portuguez’. Da imprensa afecta à facção regeneradora, são nítidos os exemplos do ‘Jornal de Notícias’ e ‘O Jornal do Porto’. Quanto à imprensa republicana utilizamos ‘A Actualidade’ e ‘A Voz Publica’. Por último, (...) uma imprensa mais independente face ao poder político (...) ‘O Commercio do Porto.’⁴⁴⁹

Ainda de acordo com Gonçalves, no levantamento que fez das informações sobre o Brasil que chegavam às redações dos periódicos portugueses, há dois pontos a destacar: o primeiro, quanto aos jornais, os autores das notícias eram, em sua maioria, brasileiros da antiga Capital Federal, o Rio de Janeiro; o segundo ponto diz respeito às informações fornecidas pelas agências internacionais de notícias: *Havas*, *Fabra* e *Reuters*.⁴⁵⁰ Tal observação é interessante, pois demonstra como, em fins do século XIX, as informações advindas do Brasil circulavam com grande intensidade em Portugal e em outros países interessados nos desdobramentos do novo regime político brasileiro. Obviamente, deve-se considerar, também, que este processo se deu com certa reserva por parte de alguns republicanos portugueses, em virtude, sobretudo, do modelo implantado no Brasil, mais próximo do norte-americano, que do francês, almejado pelos portugueses.⁴⁵¹

Seja como for, a experiência brasileira era vista como impulsionadora do projeto de parte do partido republicano português. Como afirma Gonçalves, “sendo o 15 de Novembro,

⁴⁴⁸Ver: SOUSA, José Manuel Motta; VELOSO, Lúcia Maria Mariano. *História da imprensa periódica portuguesa: subsídios para uma bibliografia*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1987. (Catálogo).

⁴⁴⁹ GONÇALVES, Eduardo Cândido Cordeiro. *Ressonâncias em Portugal...*, p. 50.

⁴⁵⁰ Estas eram as três importantes agências internacionais de notícias de fins do século XIX: a *Havas* foi fundada em 1835, em Paris, por Charles-Louis Havas; a *Reuters* em 1851, em Londres, por um antigo funcionário da *Havas*, Julius Reuters. Já a *Fabra* – de José María Fabra – surgiu de um acordo com a *Havas* quando, em 1870, passou a deter os direitos de divulgação daquela agência na Espanha.

⁴⁵¹ SILVA, Maria Isabel Carvalho Corrêa da. *A república no Brasil...*, p. 36-38.

no dizer da imprensa republicana portuense, um golpe fatal na ‘grei monárquica’, constitui, ao mesmo tempo, terreno profícuo para a proliferação da propaganda republicana que, após a década de 1890, não cessou mais de se desenvolver e minar progressivamente o regimen monárquico português.⁴⁵²

4.2 O republicanismo e a imprensa portuguesa⁴⁵³

Nas décadas seguintes à Independência brasileira (1822) houve um decréscimo na imigração portuguesa, vindo esta a aumentar na segunda metade do século XIX. Segundo alguns estudos, a maior parte dos imigrantes portugueses no Brasil era oriunda da região Norte, mais precisamente da zona do Minho, donde não ser estranho que haja uma grande presença nos contatos através do Porto.⁴⁵⁴ Destaca-se, também, nesta nova migração, a grande presença de homens letrados, sobretudo publicistas e simpatizantes da república, que acabaram por um ocupar um importante lugar na difusão do ideal republicano entre os seus patrícios.⁴⁵⁵

⁴⁵² GONÇALVES, Eduardo Cândido Cordeiro. *Ressonâncias em Portugal...*, p. 95.

⁴⁵³ Sobre a imprensa republicana entre meados do século XIX e inícios do século XX, em Portugal, ver o catálogo: *JORNAIS Republicanos* (1848-1926). BIBLIOTECA Nacional de Portugal, Assembléa da República (org.); introd. Jorge Couto; coord., org. e pesquisa Luís Sá, Manuela Rêgo; colab. Maria Fernanda Casaca Ferreira, Fátima Lopes, Graça Garcia. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, Assembléa da República, 2011. (Catálogo).

⁴⁵⁴ Ver: IMIGRAÇÃO Portuguesa no Brasil. In: WIKIPEDIA: a enciclopédia livre. San Francisco, CA, 26 jul. 2010. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imigra%C3%A7%C3%A3o_portuguesa_no_Brasil. Acesso em: 25 jul. 2010; PEREIRA, Mirian Halpern. *A Política portuguesa de Emigração* (1850-1930). Bauru: Edusc; Portugal: Instituto Camões, 2002. p. 79-98. Na mesma obra, ver quadros demonstrativos, referente à década de 1870, nas p. 262 e p. 320; ALVES, Jorge Fernandes. *Os “Brasileiros”...*

⁴⁵⁵ BARBOSA, Luísa Maria Gonçalves Teixeira. O Contributo da Comunidade de Portugueses no Brasil para a Consolidação do Republicanismo em Portugal (1890-1910). SEMINÁRIO INTERNACIONAL: MEMÓRIAS E MIGRAÇÕES, 06 jul. 2007, Fafe. Disponível em: <http://www.museu-emigrantes.org/seminario-comunacao-luisabarbosa.htm>. Acesso em: 20 jul. 2010. Entre os eminentes portugueses que foram para o Brasil: Bettencourt Rodrigues (1854-1933), médico de doenças mentais, foi membro fundador do jornal *A República Portuguesa*, no Porto, em 1890; Chrispiniano da Fonseca que teve participação ativa na conspiração de 31 de janeiro de 1890; José Barbosa (1869-1923) foi fundador e redator do jornal *A Pátria*, perseguido pelo regime monarquista português (em virtude de seus violentos artigos), exilou-se em Espanha, França e depois foi para São Paulo, em 1894, onde passou a ocupar a redação do periódico *Estado de São Paulo*, a seguir estabeleceu-se no Rio de Janeiro, tornando-se secretário do periódico *O País*. Em 1908, José Barbosa regressou a Portugal e participou ativamente do processo de instauração da República em 1910; Júlio Machado (1863-1930), também chegou ao Brasil em 1894, passa a colaborar em jornais como *Jornal do Brasil* e *Gazeta de Notícias*, é considerado um “pai da caricatura” do Brasil; Celso Herminio de Freitas Carneiro (1871-1904), também foi um caricaturista republicano, viveu no Brasil em fins do século XIX e regressou a Portugal em 1900; Joaquim Leitão, de acordo com a pesquisa de Teixeira Barbosa, esteve no Brasil em data desconhecida, contudo, em 1899 era correspondente do jornal carioca *O País*, em Lisboa. De sua autoria há o livro *Do Cívismo e da Arte no Brasil*; Eugénio da Silveira, em 1890, era redator do *Século*, funda a *República Latina*, mesmo ano – foi o representante do Partido Republicano Português e da Maçonaria Portuguesa junto ao primeiro aniversário da República brasileira. Já sobre a relação entre a maçonaria e a implantação da República Portuguesa ver: PIMENTA, Costa (org. e pref.). *O Relato Secreto da Implantação da República*: feito pelos maçons e carbonários. Lisboa: Guerra & Paz, 2010.

Além do republicanismo como pano de fundo, não podemos esquecer que as novas tecnologias como o vapor, o telegrama e as agências internacionais de notícias⁴⁵⁶ possibilitaram, não só uma maior popularização das publicações e da imprensa – devido, sobretudo, ao seu caráter pedagógico⁴⁵⁷ –, como fizeram aumentar o intercâmbio de ideias entre brasileiros e portugueses, realidade que o fluxo de pessoas, seja em virtude de questões econômicas, seja por perseguições políticas, reforçava.

Enfim, o Brasil se tornou, para alguns republicanos, um palco privilegiado para se pensar os problemas de Portugal, funcionando como um espelho, cujos reflexos passaram a ser avaliados cuidadosamente por alguns publicistas republicanos, entusiasmados com os novos rumos da política brasileira, incluindo algumas figuras então com alguma relevância no seio do movimento republicano português.⁴⁵⁸ Por isso, ao resgatar estes sujeitos, pensamos, também, em reestabelecer o debate sobre as relações culturais e políticas luso-brasileiras, mormente numa conjuntura de efervescência em que os vocábulos derivados de “D. Sebastião” vão ser usados como arma de luta político-ideológica dos dois lados do Atlântico. Reativa-se toda uma memória histórica⁴⁵⁹, que busca atacar e desqualificar uma realidade do presente: os monarquistas e a monarquia. E o investimento feito na denúncia da figura de “D. Sebastião”, do “sebastianista” e do *sebastianismo* surpreende pelas conotações negativas que se foram ampliando de acordo com as tensões políticas.

De fato, a cultura republicana se gestou em Portugal, tanto quanto no Brasil, por múltiplos aspectos de difusão e de sociabilidades e, neste sentido, os jornais e o clubismo ocuparam um espaço privilegiado. De acordo com Fernando Catroga, o “clubismo” seria uma continuação das tradições iluministas, inicialmente sob a influência do Clube Jacobino, já no século XIX:

Os republicanos manterão esta prática, tanto mais que ela se adaptava aos cuidados de vigilância requeridos pelo secretismo de muitas de suas iniciativas. E o peso desta forma orgânica e a sua carga mítica, enfim, continuaram a ser tão grandes que o clube, mesmo em conjunturas em que se

⁴⁵⁶ Sobre esta problemática no âmbito europeu, ver: ORTIZ, Renato. *Cultura e Modernidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2001.

⁴⁵⁷ CATROGA, Fernando. A Importância do Positivismo na Consolidação da Ideologia Republicana em Portugal. *Separata de Biblos*, Coimbra, v. 53, p. 285-327, 1977; CATROGA, Fernando. *O Republicanismo em Portugal: da formação ao 5 Outubro de 1910*. 3. ed. Alfragide: Casa das Letras, 2010.

⁴⁵⁸ Refiro-me aquelas figuras que estiveram presentes nas discussões iniciais sobre a saída republicana, mas não tiveram ecos na sua consolidação.

⁴⁵⁹ Sobre a relação história e memória, ver: LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 3. ed., Campinas: EdUnicamp, 1994; CATROGA, Fernando. *História, Memória e Historiografia*. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.

gozava de uma maior liberdade cívica, continuou a ser o núcleo essencial da sua estrutura política.⁴⁶⁰

Quanto às expectativas vislumbradas pelos republicanos, afirma Sérgio Matos:

E num ambiente cultural em que dominava o cepticismo e a inquietação em relação ao futuro, quando não um olhar negativo sobre a situação do país, não surpreende que o republicanismo, embora dividido em correntes e grupos muitos diversos e enfermando de algumas das características dos tradicionais partidos rotativos, acabasse por tornar-se a alternativa possível.⁴⁶¹

Os ares da mudança sopraram a parte da sociedade portuguesa de fins do século XIX com a possibilidade de advento da República. Para uma nação que se construiu historicamente balizada nos pendões da monarquia tal expectativa não deixava de criar certo alvoroço. É que a República constituía uma assombração às monarquias desde fins do século XVIII, com a experiência francesa e a propagação de suas ideias pelo mundo, mas o grande impacto, em Portugal, foram os ecos da proclamação da República no Brasil, no ano de 1889, logo seguido dos efeitos do *ultimatum* inglês (1890). Estes episódios estimularam imensamente os pensadores e publicistas portugueses a refletirem sobre as condições de uma tentativa de instauração da República em solo português, o que acabou por ocorrer, no Porto, em 31 de janeiro de 1891, com um malgrado desfecho.⁴⁶²

A imprensa exerceu indiscutivelmente um papel fundamental na construção do projeto republicano, sobretudo por permitir a exposição de ideias de seus principais representantes bem como delinear o campo de atuação do partido em gestação. Portanto, se o partido republicano consiste num projeto cujas ideias foram construídas ao longo das últimas décadas do século XIX e primeira do século XX, é notório afirmar, também, que a imprensa exerceu o papel de eco de suas estratégias. Assim, através de seus articulistas, a sua imprensa foi socializando a contraposição à monarquia, atacada por ser sinónimo de “atraso” e de bloquear o advento dos “novos tempos”. E foi neste contexto que as implicações sebásticas no Brasil também entraram na pugna entre republicanos e monarquistas portugueses. Um bom exemplo encontra-se nas páginas de *A Voz Pública*.

⁴⁶⁰ CATROGA, Fernando. *O Republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910*. 3. ed., Lisboa: Casa das Letras, 2010. p. 19.

⁴⁶¹ MATOS, Sergio Campos. Representações da crise finissecular em Portugal (1890-1910). In: HOMEM, Amadeu Carvalho; SILVA, Armando Malheiro da; ISAÍÁ, Artur César (coord.). *op. cit.* p. 33.

⁴⁶² TORRAL, Luís Filipe. Portugal/Brasil, 1889-1910: uma visão cronológica. In: HOMEM, Amadeu Carvalho; SILVA, Armando Malheiro da; ISAÍÁ, Artur César (coord.). *op. cit.* p. 309-381.

4.2.1 A *Voz Pública*

Respondendo ao intento da nossa investigação, procedeu-se pela análise dos discursos de alguns publicistas portuenses, através de suas respectivas participações no periódico *A Voz Pública*, do Porto. Passa por esta escolha, além de uma discussão sobre a República, as relações com o Brasil e ainda, talvez o mais importante, uma análise da conjuntura histórica brasileira e os discursos “reatualizados” sobre o repertório sebástico.⁴⁶³ Ora, o papel da imprensa portuense e estrangeira na divulgação do processo republicano brasileiro foi visto por Gonçalves da seguinte forma:

(...) se por um lado a imprensa portuense tentou enquadrar nos seus alinhamentos políticos os comentários dos jornais estrangeiros aos acontecimentos brasileiros, por outro, foi constante a sua preocupação em citar os títulos mais credíveis desta imprensa internacional. Diríamos ter ainda, a revolução republicana brasileira, uma divulgação intercontinental, multiplicando-se não só os interesses da imprensa portuguesa, de que é exemplo a portuense, mas também os da imprensa estrangeira, relativamente ao evoluir da situação no Brasil.⁴⁶⁴

*A Voz Pública*⁴⁶⁵ surgiu como uma tentativa de continuidade do jornal *A República*, dirigido por Sampaio Bruno, que, após a malograda tentativa de 31 de janeiro, foi obrigado a exilar-se em França. Embora o periódico tenha durado até inícios do século XX (1909), para efeitos desta investigação optou-se por se circunscrever à década de 1890, momento em que o

⁴⁶³ Sobre o Brasil, os principais temas abordados por *A Voz Pública*, entre os anos 1891 e 1898 são: o comparativo entre a situação do Brasil e de Portugal; a diferença entre monarquia e república; as relações portuguesas com o Brasil; a ditadura do marechal Deodoro da Fonseca; as comemorações pelo aniversário da República Brasileira; os mártires históricos da República (Tiradentes, Frei Caneca...); o Brasil e a imprensa realista em Portugal; as finanças da república brasileira; O Apostolado Positivista do Brasil; o marechal Floriano Peixoto; a Revolta da Armada; a morte do ex-imperador D. Pedro II; as “Cartas do Brazil”; o partido republicano; o jacobinismo; diferenças entre republicanos e monarquistas; a crise financeira; a emigração portuguesa para o Brasil; a ‘revolução’ do Rio Grande (do Sul); as tipologias sebastianistas; entre 1894 e 1897, os acontecimentos em torno de Antônio Conselheiro e Canudos; a posse da Ilha de Trindade (Brasil e Inglaterra).

⁴⁶⁴ GONÇALVES, Eduardo Cândido Cordeiro. *Ressonâncias em Portugal...*, p. 62.

⁴⁶⁵ De acordo com nota de José Soares da Cunha e Costa, em sua publicação *A Lucta Civil Brasileira e Sebastianismo Portuguez* (1894) “*A Voz Pública*, jornal republicano do Porto e órgão do partido do norte. Proprietários: Joaquim Bessa de Carvalho, cidadão português e Adolpho Cyrillo Sousa Carneiro, cidadão dos Estados-Unidos do Brasil. Director político: Cunha e Costa. Redactores: Jayme Fylinto e Henrique Marques. (...) Colaboradores efectivos: José Caldas, o eminente jornalista, Mello Freitas, escritor muito considerado e Silva Pinto, uma das individualidades mais originais do jornalismo português. Neste jornal colaboraram o falecido dr. José Falcão, Rodrigues de Freitas, dr. Teofilo Braga, Antonio Claro (...). *A Voz Pública* é sucessora de *A Republica*, suprimida em 31 de janeiro, por ocasião da revolta, e que a princípio foi dirigida por João Chagas, auxiliado por José Pereira de Sampaio (Bruno). (...). Para *A Voz Publica* tem escripto algumas cartas interessantíssimas sobre o Brasil, o nosso querido amigo e leal correligionário Carrilho Videira, hoje residente na Capital Federal.” COSTA, José Soares da Cunha e. *A Lucta Civil Brasileira e o Sebastianismo Portuguez*. Porto: Typographia da Empreza Litteraria e Typographica, 1894. p. 135.

consórcio entre a temática do republicanismo, do monarquismo e do *sebastianismo* teve maior relevância.

Neste sentido, almeja-se tão só entender a leitura que os articulistas do referido jornal faziam dos acontecimentos recentes do Brasil em seus primeiros anos de implantação da República e, ao mesmo tempo, perceber como se tecia uma releitura do *sebastianismo* a partir dos discursos de dois colaboradores do periódico: Carrilho Videira, que em 1877 viajara para o Brasil e lá ficara até 1904, sendo um correspondente, e mantendo uma coluna intitulada “Cartas do Brasil”; e José Soares da Cunha e Costa, que escreveu textos bastante lúcidos sobre a realidade portuguesa e brasileira, depois reunidas numa coletânea intitulada *A Lucta Civil Brasileira e o Sebastianismo Portuguez*⁴⁶⁶. Além disso, *A Voz Pública* manteve regularmente a “Coluna do Brasil” durante o período em que o editorial ficou sob a responsabilidade de Cunha e Costa.

Recorde-se que, no editorial de 03 de julho de 1891, o periódico faz uma distinção clara entre o que compreendia pelos conceitos de “monarquia” e de “república”. A distinção básica norteia-se por uma questão de princípios: “a monarquia é a consubstanciação da aristocracia, a república é a encarnação da democracia. A primeira tem por base o privilégio, a segunda assenta na igualdade.”⁴⁶⁷ A monarquia era, portanto, pautada pela distinção social e pela “deificação” de alguns indivíduos, consistindo num “edifício social erguido supersticiosamente e apoiado nos privilégios de classe”. Embora a democracia seja entendida, também, enquanto um “princípio sagrado”, “inviolável”, as pessoas que iriam exercer tal princípio deveriam estar em consonância com a “vontade do povo”, e todas, em tese, deviam ser iguais “relativamente ao poder”. Ora, com isto queriam afirmar que os tempos e a história exigiam um outro regime político:

Tudo teve sua época; mas tudo o que não for a verdade passará ao museu da história, à maneira que se dissipem as ilusões. Não fôra o homem um ente racional para negar-se-lhe a faculdade de reformar as instituições e depurar o meio social. A veneração pelos reis obedecia a preconceitos que hoje se não aceitam; o prestígio do berço acabou, a nobreza do sangue não tem culto, os títulos honoríficos são lantejoulas de que ninguém faz caso. De tudo isto se deduz que se diluiu o velho edifício da monarquia; pode sustentar-se a realeza por uma questão de conveniências, mas o seu valor moral e jurídico é nulo.

⁴⁶⁶ Entre os escritos e colaborações de José Soares da Cunha e Costa, temos: *Azagaia*. Coimbra: Typographia Operaria, 1891/1892; COSTA, José Soares da Cunha e. *Minuta da Appelada*: apontamentos para a biographia de um benemerito. Lisboa: Typographia Minerva Central, 1909; COSTA, José Soares da Cunha e. *O perfeito advogado e as leis de excepção e circunstância da República Portuguesa*. Coimbra: Coimbra Editora, 1921.

⁴⁶⁷ MONARCHIA e Republica. *AVP*, Porto, ano 2, n. 360, p. 01, 03 jul. 1891.

Houve tempo em que se não podia falar em república, porque esta palavra era sinônimo de anarquia ou jacobinismo; hoje só algum áulico de má fé é que pretende confundir estes termos; mas com isso provam somente que não têm outros meios de defesa senão a mentira, e é ela tão descabelada que não surte efeito entre o povo, ainda o mais rude. Hoje a palavra República é proferida com afecto porque traduz a aversão ao mal e a esperança no bem.⁴⁶⁸

Como já se escreveu, outro publicista importante de *A Voz Pública* foi, sem sombra de dúvidas, o intelectual, editor, escritor e político José Carrilho Videira (1845-1905)⁴⁶⁹, personagem de destaque do republicanismo português nas décadas de 1870-1880, sobretudo pelo apoio dado à publicação de trabalhos e manifestos relacionados ao movimento republicano. Antes de migrar para o Brasil, no ano de 1887, fez parte ativamente de uma das facções ou grupo dos republicanos. De acordo com Fernando Catroga, estes três grupos eram: “o democrata (guarda avançada dos reformistas); o grupo republicano moderado (legítimos representantes de 48) e o grupo federalista, ao qual, pertencia Carrilho Videira”⁴⁷⁰.

Sabe-se que exerceu a função de tradutor e que foi proprietário da Livraria Internacional, de onde foi lançado o semanário republicano *O Rebate*, de tendência mais radical e de onde saiu, também, o *Almanach Republicano*, entre os anos 1875 e 1886, no qual a rubrica “Aos Leitores” era de sua autoria.⁴⁷¹ Tendo atuado intensamente nos debates sobre o republicanismo português, esse posicionamento polêmico trouxe-lhe alguns dissabores entre as várias correntes do grupo.⁴⁷² Contudo, há um silêncio quanto a este personagem nos anos seguintes a 1887, quando o mesmo, como muitos outros intelectuais e militantes do republicanismo português, viajou como imigrante para o Brasil e, de acordo com o amigo António Claro, teria trabalhado numa fábrica de calçados, conforme relembra: “fomos ali arrastados pelo culto que sempre guardámos à memória de Carrilho Videira que, desde 1892 e 1894, por lá passou a vida, trocado, por necessidade, o convívio amoroso dos livros pela

⁴⁶⁸ MONARCHIA e Republica...

⁴⁶⁹ Ver traços biográficos em: *GRANDE Enciclopedia Portuguesa e Brasileira*. actualização ciências e tecnologias / revisão Maria João Lucas, Raquel B. Vasconcelos. Lisboa: Terenas Editores; Página Editora, 2004. v. 6 (Red-Spa), p. 23.; MATTOSO, José. *História de Portugal: o Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. p. 133, p. 139, p. 248; ver também sobre a repercussão da “Primeira Internacional” em Portugal e relevância para a propagação dos ideais republicanos e anarquistas em: FONSECA, Carlos da. *A Origem da Primeira Internacional em Lisboa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1973.

⁴⁷⁰ CATROGA, Fernando. *O Republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910*. 3. ed., Lisboa: Casa das Letras, 2010. p. 22-23.

⁴⁷¹ Ver: VIDEIRA, José Carrilho. Aos Leitores. In: *ALMANACH Republicano para...*, Lisboa: Nova Livraria Internacional, [1875] – 1887. (versão digitalizada e disponibilizada *online* pela Biblioteca Nacional, Lisboa.). Ver, também: VIDEIRA, José Carrilho; BASTOS, Teixeira. *Cathecismo republicano para uso do povo*. Lisboa: [s. n.], 1880.

⁴⁷² CATROGA, Fernando. *Op.cit.*, p. 29-31; HOMEM, Amadeu Carvalho. *A Propaganda Republicana (1870-1910)*. Coimbra: Ediliber, 1990.

labuta estrepitosa e movimentada de uma fábrica a vapor de calçado, fundada sob os auspícios do Conselheiro Jacobina.⁴⁷³

António Claro, que também teve que abandonar Portugal, relatou, em suas memórias, com certa amargura, os anos difíceis que Carrilho Videira passou no Brasil. Esquecido por grande parte dos compatriotas a quem tinha aberto as portas de sua editora para a publicação de vários trabalhos que contribuíram efetivamente para a divulgação do projeto republicano português.⁴⁷⁴ Ainda nas memórias de António Claro, uma caminhada pelas ruas do Rio de Janeiro fez-lhe lembrar, mais uma vez, com certa tristeza, a via “dolorosa” do amigo:

Paramos em frente à porta do prédio e reflectimos nos infortúnios daquele honrado cidadão que, em Lisboa, senhor de uma livraria de merecida nomeada, prestou assinalados serviços às letras e à propaganda republicana, para colher os espinhos da ingratidão, da felonía, da intriga e das apodos infamantes da jolda de correligionários, que lhe entenebreceram o espírito, antes de raro equilíbrio, depois de lhe terem minguado os cabedais com publicações, que só aproveitaram aos autores de obras de fancaria, incapazes de abrirem as portas de uma duradoura celebridade.⁴⁷⁵

Segundo denuncia e lamenta o nobre colega, Carrilho foi injustamente esquecido pelos demais expoentes do republicanismo português. E, a sua vida no Brasil, em termos financeiros, parece não ter sido fácil.⁴⁷⁶ Contudo, não deixou de colaborar no jornal *A Voz Publica*, no período que vai de 1891 ao início de 1895, com as suas “Cartas do Brazil”. Em 1891, já emigrado, em uma de suas “Cartas”, fez a seguinte avaliação da experiência republicana brasileira e a sua repercussão na Europa, sobretudo na monárquica, cética em relação ao futuro do Brasil: “à medida que o tempo decorre e as novas instituições se consolidam, com ordem e progresso, cresce o exaspero dos governos monárquicos, que concebiam grandes esperanças de desordens e revoluções, no período eleitoral constituinte e durante a organização autonômica dos Estados.”⁴⁷⁷ Ao mesmo tempo, criticava o conservadorismo da Colônia Portuguesa no Brasil, mormente através da frase de um amigo de

⁴⁷³ CLARO, Antonio. *O Brazil politico: a história contada no Senado, no Pão de Assucar e no Corcovado*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1921. p. 09. Tudo indica que Carrilho Videira já estava no Brasil antes de 1892. Portanto, acreditamos ter havido um equívoco da parte de António Claro.

⁴⁷⁴ CLARO, Antonio. *Op.cit.* p. 9-10.

⁴⁷⁵ *Id.*, p. 9-10.

⁴⁷⁶ Ver, por exemplo, que nos Anais da Câmara dos Deputados brasileira, consta o indeferimento de seu pedido para expor os produtos brasileiros no estrangeiro. BRASIL. *Congresso Nacional. Anais da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. v. 4, p. 26, p. 154, p. 615. Ver também: *MEMÓRIA a José Falcão*. pref. de Guerra Junqueiro. Coimbra: Typographia Auxiliar d'Escritorio, 1894. p. 162, p. 166, p. 171.; LIMA, Sebastião de Magalhães. *Episódios de Minha Vida*. Lisboa: Livraria Universal A. Tavares, 1923. v. 1, p. 52-53, p. 251.

⁴⁷⁷ VIDEIRA, José Carrilho. Carta do Brazil. *AVP*, Porto, ano 2, n. 393, p. 01, 11 ago. 1891.

Victor Hugo, Rybeirolles⁴⁷⁸: “o português além dos sentidos comuns a todo o indivíduo tinha mais um que era o *sentido monárquico*.”⁴⁷⁹

O seu relato procurava mostrar que, no Brasil, a nova situação política estava a consolidar-se e não deixava de lançar críticas a D. Pedro II, com a clara intenção de desconstruir a imagem que se tinha do ex-imperador brasileiro na Europa. Contudo, com o seu falecimento, ocorrido em 05 de dezembro de 1891, aos 66 anos, em Paris, Carrilho Videira fez eco da possibilidade de crescer, no Brasil, um restauracionismo com contornos sebásticos. Assim, o publicista português aproveitou o espaço de sua coluna para pôr a possibilidade de surgir um nexos entre a definitiva “ausência” do rei e o fundo sebastianista que também existia em muitos setores da sociedade brasileira, escrevendo, em mais uma “Carta do Brazil”:

Os sebastianistas aproveitaram o ensejo que lhes oferece a morte do imperador para fazerem a propaganda e arremetarem as suas forças, por meio de comissões fúnebres e varias.

Dizem por aí à boca cheia que restaurarão a monarquia em dois meses, e que todo o mundo lhes é favorável, inclusa a própria República Francesa.

As colónias estrangeiras do Rio, em sua grande maioria, são adversárias irreconciliáveis da República. São elas que ministram para a Europa as informações terroristas, o que não tira que se tenham locupletado.⁴⁸⁰

Numa clara articulação com a noção de “ausência” – mito cultural largamente explorado pela literatura sebástica portuguesa – Carrilho Videira vai ligá-lo ao universo político brasileiro dos anos iniciais da República. Bem vistas as coisas, ele exprimia ideias que o meio político-ideológico em que se movimentou propagava, tendo em vista a fixação de uma nova forma de nomear o *sebastianismo*, agora associado ao “monarquismo”. Por outras palavras, reativava-se o debate em torno do espectro do “Desejado”.⁴⁸¹ Verdade seja dita, as opiniões de Carrilho Videira e de outros publicistas portugueses, ao se reapropriarem da demanda “sebástica”, no Brasil, estavam diretamente lidando também com os problemas “reais” enfrentados por Portugal. Por isso, é interessante detectar a existência de uma preocupação recorrente com a política brasileira e seus desdobramentos econômicos e

⁴⁷⁸ Provavelmente Videira estaria se referindo a Charles Ribeyrolles (Martel, 1812 — Rio de Janeiro, 1860) que “foi um jornalista e político francês. Foi exilado da França por Napoleão III, viajando para o Brasil em 1858. Suas observações sobre o país foram registradas no livro Brésil pittoresque, publicado em fascículos à época.” CHARLES Ribeyrolles. In: WIKIPEDIA: a enciclopédia livre. San Francisco, CA, 25 jul. 2012. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Charles_Ribeyrolles. Acesso em: 25 jul. 2012.

⁴⁷⁹ VIDEIRA, José Carrilho. Carta do Brazil. AVP, Porto, ano 2, n. 393, p. 01, 11 ago. 1891. (Grifo do autor).

⁴⁸⁰ VIDEIRA, José Carrilho. Carta do Brazil. AVP, Porto, ano 2, n. 512, p. 01, 29 dez. 1891.

⁴⁸¹ MORTE do Ex-imperador. AVP, Porto, ano 2, n. 494, p. 01, 06 dez. 1891.

políticos em Portugal. Daí que, abordando o debate sobre as finanças (largamente explorada também pelo publicista Cunha e Costa), Videira logo em 1892 expressasse seu temor quanto à possibilidade de uma “restauração” no Brasil. Algumas mobilizações nas ruas, o silêncio entre os políticos aliados do “poder”, algumas matérias de jornais, levaram-no a compartilhar com os seus correligionários brasileiros a suspeita de que uma possível “conspiração” restauradora estivesse em preparação:

Cumpre, todavia, notar que embora os revoltosos não falassem em restauração, na cidade os especuladores propalaram neste sentido toda a ordem de disparates e os *nobres* viscondes, andavam radiantes e exaltados. Ao mesmo tempo porém que aqui ocorria esta desgraça os elementos sebastianistas de S. Paulo provocavam os republicanos, por meio de exequias espantosas ao ex-imperador, anunciadas em impressos inconvenientíssimos e no Pará também agitavam (...).⁴⁸²

Entretanto, nota-se que nos primeiros anos do governo do Marechal Floriano Peixoto (1891-1894), o segundo da República, ampliou-se o otimismo do publicista em relação ao Brasil. Esta louvação, sobretudo nos desdobramentos políticos e econômicos – como foi recorrente nos discursos dos publicistas mais empolgados – fez com que Videira afirmasse que o Brasil constituiria um modelo para Portugal. Ora, tudo isto veio servir para sublinhar a ideia de que a monarquia portuguesa estava debilitada. Em “Carta” de 09 de fevereiro de 1892, escreveu que

A realeza, em Portugal, salvo raras exceções, tem escolhido para sua corte, os mais dignos companheiros de quem reduziu o país à bancarrota e recorre por fim a ignomia de propor a venda das colônias. Mas parece que estes muito nobres e ricos fidalgos se não resignam aos seus desastres e empregam, com outros ambiciosos sebastianistas brasileiros, todos os meios de turvar as águas para pescarem o prestígio e riqueza perdidos. (...)
(...) No dia em que os republicanos portugueses conseguirem organizar um grupo assim de convictos, a república ficará para sempre consolidada no nosso país. Oxalá que os democratas do norte mirem a este alvo, pondo de parte o egoísmo e ambições insofridas dos chefes republicanos do sul.⁴⁸³

Por tudo isto, as “Cartas” de Videira constituem um importante registro de suas impressões sobre o Brasil e, ao mesmo tempo, conforme o mesmo expressa, “um desabafo de consciência, um lenitivo para as saudades da pátria, susceptível de todas as prosperidades, mas desgraçadamente entregue, há uns vinte anos, a um bando de perversos cínicos que

⁴⁸² VIDEIRA, José Carrilho. Carta do Brasil. *AVP*, Porto, ano 2, n. 551, p. 01, 12 fev. 1892.

⁴⁸³ VIDEIRA, José Carrilho. Carta do Brasil. *AVP*, Porto, ano 2, n. 564, p. 01, 27 abr. 1892.

atingiram o máximo nas personalidades de Barjona de Freitas e Marianno de Carvalho. Hoje, porém, este arenzel toma um tanto o carácter pessoal, visto que me seria impossível tratar a qualquer outro assunto sem falar da minha desgraça”.⁴⁸⁴

Desabafo de alguém que se sentia imensamente injustiçado e que teve que se evadir de Portugal para viver com imensas dificuldades financeiras no Rio de Janeiro. Mas, logo a seguir, sua abordagem recupera o teor crítico da política monarquista brasileira ao afirmar que parte dos males que ainda atingia o Brasil advinha justamente da herança portuguesa na Capital. Estes traços hereditários criaram, sob os auspícios de D. Pedro II, uma sociedade “minada”, com muitos males ainda a serem enfrentados e superados pela jovem República.

4.2.2 Uma tipologia sebastianista

O elo entre monarquismo e *sebastianismo* registrado por Carrilho Videira, embora se inscrevesse na depreciação deste último fenômeno que tinha levado de Portugal, refletia a geminação que os jacobinos brasileiros tinham empolado na sua luta contra o Império e, depois, na sua campanha a favor da descredibilização dos propósitos “restauracionistas” e da previsível ajuda de boa parte da Colônia Portuguesa, majoritariamente monarquista.

A denúncia do *sebastianismo* ganhou força com o exacerbamento da crise da sucessão presidencial de 1891 quando o Marechal Deodoro da Fonseca deixou o cargo e assumiu o Marechal Floriano Peixoto, o seu vice. Neste sentido, durante o tenso mandato daquele presidente, vários dos telegramas recebidos pela *A Voz Pública* sobre os acontecimentos do Brasil forneceram matéria para um dos seus colaboradores elaborar uma tipologia das ações dos “sebastianistas” e do “sebastianismo”. Em seu artigo de 14 de outubro de 1893, o redator Cunha e Costa escreveu que “os telegramas de origem sebastianista ou mercenária que por vias diversas chegam à Europa sobre os recentes acontecimentos do Brasil, constituem um capítulo desopilante da história burlesca das tentativas de restauração monárquica em terras de Santa Cruz.”⁴⁸⁵ A referência ao conceito “origem sebastianista” não constituiu algo

⁴⁸⁴ VIDEIRA, José Carrilho. Carta do Brazil. *AVP*, Porto, ano 2, n. 588, p. 01, 26 mar. 1892.

⁴⁸⁵ COSTA, José Soares da Cunha e. Brazil. *AVP*, Porto, ano 4, n. 1073, p. 01, 14 out. 1893. Já para Oliveira Martins, numa visão já cética da saída republicana, haveria o perigo do agravamento da crise e da dissolução nacional brasileira. Neste sentido, afirma: “A desmembração: eis aí o que a república dará ao Brasil num futuro breve, mas ainda assim mediato. Por agora, imediatamente, dar-lhe-á uma crise tremenda, se a revolução embarçar, como é mais que provável, as grandiosas operações financeiras e a profunda reforma social da abolição da escravidão”. Ver: MARTINS, J. P. de Oliveira. A República no Brasil. In: *DISPERSOS*: artigos políticos, económicos, filosóficos, históricos e críticos / por Oliveira Martins; seleccionados, pref. e anot. por António Sérgio e Faria de Vasconcelos. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1924. v. 2, p. 288.

aleatório, pois perpassou vários números do referido periódico. Neste sentido, convém perscrutar como os conceitos *sebastianismo* e “sebastianista” foram sendo instrumentalizados.

Numa primeira observação, eles remetem para o que seria o núcleo forte da tradição sebastianista portuguesa: o passado, o mito, a monarquia, o atraso, o absolutismo, a forte educação religiosa, pelo que a resistência monárquica às mudanças em curso era entendida como um contrassenso com a história, a ciência e o progresso. Ora, a *Terra de Santa de Cruz* deu um grande passo e não poderia voltar atrás. Por isso, *A Voz Pública* sentia a necessidade de publicizar, junto à sociedade e comunidades portuguesas, os sinais dos novos tempos. Não surpreende, assim, que, na perspectiva deste jornal republicano tenha aproveitado a rigor da terminologia sebástica no Brasil, para ironizar com a caracterização do tipo, subdividindo-o em particularidades inéditas, a saber: o “cômico”, o “político”, o “telegráfico”, o “malcriado”, o “francês” e o “ratão”. Vejamos:

O “sebastianismo cômico” foi definido por Cunha e Costa a partir dos relatos (ou “informações patuscas”) feitas pelos membros da companhia do teatro D. Maria I que estiveram em excursão pelo Brasil. Ele enaltece a figura do contra-almirante Custódio de Mello, que havia sitiado o porto da cidade do Rio de Janeiro, em defesa da monarquia, no curso da “revolta da Armada” (1893). Numa ótica monárquica, os atores narraram, com desdém, as baterias do exército republicano brasileiro.⁴⁸⁶ No dia seguinte, em 22 de outubro de 1893, retomou-se a discussão sobre o “sebastianismo cômico”.

Mas as da troupe de D. Maria ultrapassam os limites do possível em matéria de cômico, de inverossímil e de insulto. Temos, neste jornal, consignado várias mentiras dos elogiados *discurs* nacionais a respeito das peripécias da revolução do Rio de Janeiro.

Faltava este tom teatral à propaganda da imprensa monárquica contra a República Brasileira. Mas, felizmente, veio e veio ainda a tempo.

(...) Julgamos, pois o sebastianismo teatral muito abaixo do sebastianismo político, porque este, ao menos, não conseguiu o desejado tratado de comércio com o Brasil.

No entanto, pela própria dignidade de todos os sebastianistas imagináveis, devemos exclamar, com o poeta Delille, em face dos atores do D. Maria: *onde o sebastianismo se foi esconder!*

Em que ruins bocas andas tu, oh Brasil!⁴⁸⁷

⁴⁸⁶ O SEBASTIANISMO cômico. *AVP*, Porto, ano 4, 1079, p. 01, 21 out. 1893. Ao mesmo tempo, o colunista acabava por dizer que o desdém do Brasil não poderia ser esquecido na medida em que fizeram 80 apresentações e embolsaram uma quantia razoável de dinheiro.

⁴⁸⁷ SEBASTIANISMO cômico. *AVP*, Porto, ano 4, 1080, p. 01, 22 out. 1893. (Grifo do autor).

Há outra matéria sobre o “sebastianismo cômico” que tratava de algumas atrizes que também haviam feito troça dos bombardeios do Rio de Janeiro bem como do próprio Brasil.⁴⁸⁸ Já no dia 21 de novembro de 1893 circulou a informação de que o marechal Floriano Peixoto havia entregado as credenciais ao Conde de Paço d’Arcos⁴⁸⁹ o que significava o rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal em virtude da suspeita do provável apoio que o governo português teria dado aos revoltosos ao dar-lhes refúgio. O que mais revoltou o governo é que os comandados do almitante Custódio de Melo foram levados para o Sul do país, voltando a tomar parte no conflito contra o governo, e não para Portugal, como fora acordado. Em nota, *A Voz Pública*, na seção dedicada à República Brasileira, afirma: “boatos graves: o sebastianismo dos portugueses”.⁴⁹⁰

Ventilou-se no jornal *Correio da Manhã*, de Lisboa, a notícia de que o contra-almirante Custódio de Mello havia estendido a bandeira em homenagem a SS. MM portuguesa: “diz o nosso colega monarquista que houve banquete a bordo do couraçado Aquidaban, e várias coisas de enternecer todo o sebastianismo do velho e do novo mundo.” Contudo, *A Voz Pública* vem contradizer esta informação e afirmar que não houvera mais do que o hasteamento da bandeira em homenagem à lei de 1871, a lei do “Ventre Livre”. Assim, “não há motivos, pois, para agradecimentos de gentilezas por parte do nosso sebastianismo oficial ou oficioso.”⁴⁹¹

O *sebastianismo*, em sua multiplicidade, também podia ser “telegráfico”.⁴⁹² Notícias divulgadas pela agência espanhola *Havas* sobre a revolta do couraçado Riachuelo, foi desmentida pela *A Voz Pública*, já que aquele couraçado encontrava-se em manutenção até fevereiro do próximo ano, não podendo, portanto, ser utilizado no conflito. Também sobre a possibilidade do príncipe D. Augusto, residente na Áustria, regressar ao Brasil (conforme o telegrama da *Havas*). Perante esta notícia, *A Voz Pública* contesta-a através da publicação de uma carta de um amigo correspondente que se encontrava em Trieste, Itália, e onde se afirma:

⁴⁸⁸ SEBASTIANISMO cômico. *AVP*, Porto, ano 4, n. 1083, p. 01, 26 out. 1893.

⁴⁸⁹ Carlos Eugênio Correia da Silva (1834-1905), o Conde de Paço d’Arcos, foi o primeiro embaixador português junto à República brasileira, entre 1891-1893. De formação política conservadora, apresentou preocupação com o ambiente dos primeiros anos da República, sobretudo em relação à Revolução Federalista e à Revolta da Armada. Como desdobramento, e sob a suspeita de que os “rebeldes” haviam recebido o auxílio português quando, ao invés de seguir para o exílio, foram levados para o sul pela embarcação portuguesa Mindelo. Neste clima, foi convocado a regressar à Lisboa. Ver: SANTOS JÚNIOR, João Júlio Gomes dos. *Um diplomata na república: a missão do Conde de Paço D’Arcos no Brasil (1891-1893)*. 2010. 162f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. p. 104-147.

⁴⁹⁰ REPUBLICA Brasileira – Boatos Graves: o sebastianismo dos portugueses. *AVP*, ano 4, p. 3, 21 nov. 1893.

⁴⁹¹ SEBASTIANISMO político. *AVP*, Porto, ano 4, n. 1085, p. 01, 24 out. 1893.

⁴⁹² SEBASTIANISMO telegraphico. *AVP*, Porto, ano 4, n. 1082, p. 01, 25 out. 1893.

Vejo pelos jornais portugueses que aí se deu crédito à louca invenção da partida do Príncipe Augusto de Saxe Coburgo (neto do finado ex-imperador D. Pedro II e 2º filho da Princesa Leopoldina), para o Brasil, a fim de se unir a esse punhado de desvairados ambiciosos e maus brasileiros, que promovem o descrédito da sua pátria e que não defendem princípios algum de nobreza.⁴⁹³

Em o “sebastianismo malcriado”⁴⁹⁴ retoma-se, em termos depreciativos, as notícias da *Havas* e do grupo de teatro veiculada na revista *Novidades* sobre os últimos acontecimentos do Brasil. Segundo *A Voz Publica*, todos estes envolvimentos e juízos de valor deixavam as autoridades portuguesas em má posição, ao mesmo tempo que ataçavam o antiportuguesismo de alguns líderes e ideólogos da República. Mas esta tipologia sebastianista também transmite a depreciação republicana do *sebastianismo* em geral. Na verdade, no artigo “Messianismo”, ao mencionar o “desalento que tão fundo lavra o espírito português”, o jornal rebatia a convocatória do teor messiânico do povo português para enfrentar os seus problemas:

‘É preciso que surja, mas já, no meio da decadência enorme que nos envolve, alguém, seja quem for, venha de onde vier, ou do passado, ou do presente, ou do futuro, que nos salve, que encare a sério tudo quanto nos cerca, quanto nos rodeia, que remodele por completo as leis, e não só as leis, mas também os costumes. E estes principalmente’.

Se o autor dessa linha exprime (e parece que exprime) o modo de ver da grande massa, vê-se que o povo português não perdeu ainda o fundo messianista, que por tanto tempo o trouxe preso à crença na volta do fa(ta)l D. Sebastião.

Ora, a nosso ver, o povo português não precisa de quem o salve, precisa de se salvar. Todos os homens são Cristos, disse Enfantin; quer dizer, nas dificuldades da vida coletiva, todos nós temos de ser, a um tempo, redimidos e redentores.

Soubesse o povo português querer e executar, e tudo correria na medida dos seus desejos.⁴⁹⁵

4.3. Cunha e Costa: a luta civil brasileira e o sebastianismo português

José Soares da Cunha e Costa (1868-1928) foi um membro ativo do movimento republicano desde os tempos da faculdade, licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra. Integrado às discussões sobre o republicanismo em Portugal, onde manterá com

⁴⁹³ SEBASTIANISMO telegráfico...

⁴⁹⁴ SEBASTIANISMO malcreado. *AVP*, Porto, ano 4, n. 1098, p. 01, 02 nov. 1893.

⁴⁹⁵ MESSIANISMO. *AVP*, Porto, ano 6, n. 1660, p. 01, 03 set. 1895.

regularidade a escrita jornalística até meados da década de 1890, quando emigra para o Brasil.⁴⁹⁶ De volta a Portugal, entre 1904 e 1905 colaborou com o jornal republicano *O Século*. Foi vereador da Câmara de Lisboa com a implantação da República em Portugal. Mas, a partir de 1911, desiludido com o novo regime, abandonou o Partido Republicano e aderiu ao monarquismo, passando a colaborar, inclusive, com jornais católicos.⁴⁹⁷ Nesta fase, seus discursos acompanharam as suas ações enquanto eminente advogado e crítico mordaz das novas instituições. É que, na sua visão, a República implantada em Portugal acabara por atentar para os direitos num grau tal que nem a monarquia, mesmo na sua fase mais “ditatorial”, havia ousado.⁴⁹⁸

Entretanto, em sua fase de envolvimento com o projeto republicano, os seus escritos ganharam relevância. Ora, de entre eles, iremos destacar o que mais interessa ao nosso estudo: a obra *A lucta civil brasileira e o sebastianismo portuguez* (1894).⁴⁹⁹ São reflexões que advêm de uma leitura profunda da crise econômica de Portugal, do *Ultimatum Inglês* e da malograda tentativa de instauração da República em 1891. Aproveitando a prova de fogo pela qual passa a República brasileira pelos idos de 1893, com a “Revolta da Armada”, e as especulações, mesmo que frágeis, em torno de um possível regresso da Monarquia, Cunha e Costa escreveu um manifesto aos membros da colônia portuguesa no Brasil, setor acusado de ter uma postura conservadora e reticente à República e, portanto, suspeitos de apoiar a Restauração.

Em linhas gerais, seu livro se baseia em pesquisas realizadas junto aos ministérios e dados estatísticos publicados pelo Estado, em Oliveira Martins no *O Brazil e as Colónias* (1880) e em artigos de *A Voz Pública*, assinados por ele e por outros colunistas, como José Caldas⁵⁰⁰. O seu manifesto à “Colônia” é um apelo, e, para isso, descreveu a situação pela qual passava a pátria portuguesa, munido de dados, de números e de balancetes, com o intuito

⁴⁹⁶ No ano de 2010 comemoraram-se os 100 anos da República Portuguesa, com inúmeras atividades acadêmicas, exposições para avaliar o processo e a própria ideia de República. Além de ser uma oportunidade para se repensarem alguns rumos tomados pelo regime, nesta primeira centúria, há de realçar, também, o grande empenho das instituições, públicas e privadas, no sentido de disponibilizar documentos sobre o republicanismo português. Entretanto, dada a diversidade dos atores envolvidos, sentimos a ausência, neste cenário, de algumas figuras que participaram ativamente no período anterior ao 1910, a exemplo de José Carrilho Videira e José Soares da Cunha e Costa.

⁴⁹⁷ RELVAS, José. *Memórias Políticas*. Lisboa: Terra Livre, 1977. v. 1, p. 170-177. (Coleção Portugal Ontem, Portugal Hoje)

⁴⁹⁸ CHORÃO, Luís Bigotte. *Política e Justiça na I República: um regime entre a legalidade e a excepção* (v. 1: 1910-1915). Lisboa: Letra Livre, 2011. p. 7-18.

⁴⁹⁹ COSTA, José Soares da Cunha e. *A Lucta Civil Brasileira e o Sebastianismo Portuguez*. Porto: Typographia da Empreza Litteraria e Typographica, 1894.

⁵⁰⁰ Entre os anexos desta obra, consta o Programa do Partido Republicano Português de 1891.

de dar mais confiabilidade e sensibilizar aqueles que há muito tempo estavam longe do torrão natal.

Ora, o texto partiu de uma premissa clara: “a revolta de uma parte da armada brasileira, às ordens do contra-almirante Custodio de Mello, em 6 de setembro de 1893, encontrou no *sebastianismo* português o mais franco e decidido apoio”.⁵⁰¹ Referia-se ao apoio dado pelos monarquistas, principalmente da sua imprensa. Já a imprensa republicana, vista como democrática, fazia fervorosa crítica dos “sebastianistas de aquém e de além-mar” que “iam urdindo na treva contra as novas instituições brasileiras”.⁵⁰²

Imbuído de positivismo, é lógico que o autor reivindicasse para si a “verdade dos factos” e que pensasse que “a injúria, a calúnia, a insídia, a mentira, a ausência absoluta de todos os escrúpulos”⁵⁰³ fossem a matéria corrente de uso quotidiano na argumentação dos adversários. Imbuído da “missão nobre, honrada e patriótica”⁵⁰⁴, começa por alertar que havia uma suspeita do apoio da monarquia e da Colônia Portuguesa no Brasil nos acontecimentos da Armada (“com a adesão de Saldanha da Gama, francamente restauradora de instituições condenadas e proscriptas”⁵⁰⁵). Portanto, o autor quer separar o joio do trigo e mostrar que nem todos os portugueses simpatizavam com a causa restauracionista, sendo “(...) necessário que toda a verdade se diga, que luz se faça nesta embrulhada, para que a parte honesta, viril e sã do povo português não venha a sofrer as deploráveis consequências da inépcia de uns, da insânia de outros, da ignorância de não poucos e dos interesses inconfessáveis da maior parte.”⁵⁰⁶

Cunha e Costa expôs uma longa crítica à forma de administração da monarquia e fez um diagnóstico dos principais problemas enfrentados pelo Estado português e que o levaram à ruína e ao descrédito internacional. Demonstrando um razoável conhecimento das finanças públicas, fez uma análise pormenorizada do orçamento de Estado para mostrar as prioridades e equívocos da monarquia. Diante disso, apelou à colônia portuguesa no Brasil para escolher entre o “sebastianismo” e o “progresso” e a “ordem”, do outro:

lamentamos que portugueses se associassem aos manejos sebastianistas, preconizavamos a necessidade da nossa colônia se inspirar nas novas idéias de progresso e ordem, apoiando os apóstolos da causa republicana no Brasil

⁵⁰¹ COSTA, José Soares da Cunha e. *A Lucta Civil Brasileira...*, p. 09.

⁵⁰² COSTA, José Soares da Cunha e. *Op.cit.*, p. 09.

⁵⁰³ *Id.*, p. 10.

⁵⁰⁴ *Id.*, p. 11.

⁵⁰⁵ *Id.*, p. 17.

⁵⁰⁶ *Id.*, p. 12.

e criando entre os partidários das instituições implantadas em 15 de novembro uma forte corrente de simpatias, que mais tarde poderiam constituir uma sólida fonte de vantagens para o nosso país, uma vez nele estabelecido o regimen republicano.⁵⁰⁷

Cunha e Costa pretende utilizar a estratégia do convencimento, através de dados estatísticos, para responder àqueles que o acusam de “falta de patriotismo” por fazer críticas ao governo e, por extensão, ao próprio país. Para ele, seria preciso esclarecer os aos imigrantes portugueses no Brasil que viajaram antes do *Ultimatum* de 11 de janeiro de 1890 e que, por isso, desconheciam a situação política e social que levou o país à bancarrota. A gente trabalhadora não teria culpa da ignorância e da prática dos políticos corruptos que conseguem ludibriá-la, que vivem dos interesses particulares e não pensam nos “interesses gerais do país”. Por isso, a colônia portuguesa no Brasil prestaria um grande serviço ao movimento democrático (entenda-se, republicano), se revisse seu posicionamento tanto em relação ao Brasil quanto em relação aos desdobramentos do movimento republicano em Portugal, desempenhando um “nobre papel”, uma “missão verdadeiramente útil”. Por outras palavras, diferentemente do que cria a monarquia portuguesa, que se voltava para a Inglaterra, a França, a Espanha e a Alemanha (“para as quais a fantasia, a inércia ou interesse dinástico se tem voltado, nas ocasiões aflitivas, como protetoras ou co-interessadas, representam um elemento sólido e eficaz de auxílio e cooperação”⁵⁰⁸), o discurso de Cunha e Costa era pautado pela crença de que “o futuro da nacionalidade portuguesa” passava pelo Brasil, pois aquele se constituía num espelho para Portugal. Melhor dizendo: “se um dia esta, acordando enfim para a consciência e posse dos seus destinos, e fazendo um supremo apelo às energias que ainda lhe restam, se resolver a iniciar uma nova existência de trabalho e de probidade, readquirindo um nome que perdeu e reabilitando uma firma que lhe desonraram”.⁵⁰⁹

O dia “15 de novembro” acabou por se tornar um marco importante nas representações que a monarquia e os republicanos faziam do Brasil: “desde o 15 de novembro que os governos e a imprensa monárquica portuguesa hostilizam surdamente a actual ordem de cousas no Brasil, causando com esse procedimento, que é a mais detestável das políticas,

⁵⁰⁷ COSTA, José Soares da Cunha e. *A Lucta Civil Brasileira...*, p 14-15.

⁵⁰⁸ COSTA, José Soares da Cunha e. *Op.cit.*, p. 20.

⁵⁰⁹ *Id.*, p. 19-20. A via de aproximação com o Brasil foi incorporada com estusiasmo por alguns publicistas portugueses nos iniciais da República, fato que foi se arrefecendo no decurso da década de 1890. Para um estudo específico sobre esta questão, ver: SILVA, Maria Isabel Carvalho Corrêa da. *A república no Brasil...*, p. 38-208; a instauração da República pode ser também observada como a consumação de “verdadeira” independência, já que laços ainda haviam sido mantidos com a tradição política portuguesa no pós-1822, e alinhamento do Brasil com a América. Ver: PAREDES, Marçal de Menezes. *Fronteiras Culturais Luso-Brasileiras...*, p. 252-264.

prejuízos incalculáveis ao nosso país.”⁵¹⁰ Entretanto, o discurso de Cunha e Costa guiou-se, também, pela ideia de que o governo brasileiro (do marechal Floriano Peixoto), deveria saber distinguir a “parte nobre, honrada e sã” dos compatriotas que acreditavam ser a república “uma verdadeira aspiração nacional” e, por isso, viam-se como amigos do Brasil.

Como boa parte da gente que fazia parte da colônia portuguesa no Brasil vivia do comércio, o autor escolhe justamente esta camada que, também exerce esta atividade em Lisboa⁵¹¹, para expor os seus queixumes e demonstrar a imparcialidade dos seus argumentos, pelo que espera alcançar a compreensão de todos. O comércio não teria cores políticas ou bandeiras partidárias.⁵¹²

Seja como for, a verdadeira regeneração só se conseguiria se a evolução social fosse cientificamente orientada. Por isso, e de acordo com o cânone positivista, o programa do partido republicano era contrário aos radicalismos doutrinários da metafísica revolucionária (leia-se: dos socialistas) e ao oportunismo empírico do monarquismo constitucional, pois os seus servidores foram “educados nos princípios da moderna escola positiva, tendo sobre o governo e administração do Estado um critério rigorosamente científico...”⁵¹³ Além disso, o autor expõe a particularidade do movimento democrático: “o partido republicano é portanto, como dissemos, o único partido patriótico, o único partido honrado, o único partido com bandeiras, idéias, princípios, orientação e plano rigorosamente científicos, orientado pelas necessidades Morais e materiais da sociedade portuguesa. Numa palavra, é o único partido nacional.”⁵¹⁴

Por outro lado, e ainda segundo Cunha e Costa, o êxito do projeto republicano brasileiro pôs em cheque todas as esperanças do “sebastianismo luso-brasileiro” de restauração da Monarquia no Rio de Janeiro. Também era habitual, nos discursos dos republicanos portugueses, a desconfiança de algum apoio dado pelos monarquistas portugueses em relação a uma possível tentativa de restauração da monarquia no Brasil. Tal desconfiança também provinha do modo inativo como certas figuras ligadas à monarquia

⁵¹⁰ PAREDES, Marçal de Menezes. *Op.cit.*, p. 22.

⁵¹¹ Sobre a republicanização dos lojistas, ver: ALVES, Daniel Ribeiro. *A República Atrás do Balcão: os lojistas de Lisboa na fase final da Monarquia (1870-1910)*. 2010. 671f. Tese (Doutoramento em História Econômica e Social Contemporânea), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010.

⁵¹² “A doutrina que vamos expôr contem-se em duas representações da Associação Commercial de Lisboa, dirigidas, a primeira à Câmara dos dignos Pares do Reino, em julho do ano findo e a segunda ao gabinete português, em janeiro do corrente ano, tendo respectivamente por títulos: A) Representação da Associação Commercial de Lisboa á Camara dos dignos Pares do Reino.; B) Ao paiz – Os impostos portugueses e as suas applicações.” In: COSTA, José Soares da Cunha e. *A Lucta Civil Brasileira...*, p. 30.

⁵¹³ COSTA, José Soares da Cunha e. *Op.cit.*, p. 71.

⁵¹⁴ *Id.*, p. 73.

receberam o “15 de novembro”. Seria uma estratégia para melhor prepararem a “resistência”. O espectro do regresso da monarquia requeria vigilância e luta:

Em 15 de novembro a propaganda republicana estava feita, mas o Império tinha ainda sólidas raízes das clientelas constituídas, dos interesses criados à sua sombra e a circunstância, bastante ponderal, do velho Imperador disfructar *pessoalmente* uma certa estima. Ora, transformar radicalmente este estado de coisas pelo processo pachorrento e ordeiro do 15 de novembro, é impossível!⁵¹⁵

Assim, como redator/colunista de *A Voz Publica*, Cunha e Costa acompanhou o surgimento e consolidação das novas instituições republicanas. O Brasil acabaria por ser uma espécie de laboratório para os entusiastas do republicanismo em Portugal. É preciso ficar atento ao comportamento daqueles que são contra a mudança, contra a revolução dos tempos modernos. “É a legião de interesses vinculados ao antigo estado de cousas cujo centro de gravidade as revoluções perturbam e deslocam.”⁵¹⁶ Cunha e Costa tem a noção da dificuldade de enfrentar estes “factores regressivos”, das meias palavras, das resistências passivas. Este é o cenário que se esboça como uma espécie de alerta: “É o que se está passando no Brasil. A República sofre neste momento a coligação de todos os ódios preconceitos e interesses do velho regime que, embora aparentemente conciliados com as novas instituições, contra elas põem em ação desde o 15 de novembro, um trabalho de sapa, cujas manifestações agressivas vieram agora exteriorizar-se.”⁵¹⁷ E esta exteriorização estaria a ser impulsionada pela reativação de uma componente mental de cariz luso-brasileira: o *sebastianismo*, aqui entendido como crença na possibilidade de se fazer regredir a história. “Mas por isso mesmo que o sebastianismo põe neste momento em prática todos os seus recursos; mas por isso mesmo que ele sente que a sua sorte se joga, nesta suprema cartada; – por isso também mais decisiva e fecunda será a vitória da Democracia definitivamente soberana em toda a América.”⁵¹⁸

Os discursos de Cunha e Costa demonstram sua fé no desfecho favorável ao governo constitucional perante o conflito da “Revolta da Armada”. Antenado com os acontecimentos do Brasil, reafirma a ideia de que os republicanos portugueses não apenas apoiavam como acreditavam na legalidade da ação do governo: “a nossa confiança no resultado da luta manteve-se inabalável, em parte por virtude de um certo conhecimento dos homens e das

⁵¹⁵ COSTA, José Soares da Cunha e. *A Lucta Civil Brasileira...*, p. 76. (Grifo do autor).

⁵¹⁶ COSTA, José Soares da Cunha e. *Op.cit.*, p. 77.

⁵¹⁷ *Id.*, p. 78.

⁵¹⁸ *Id.*, p. 78-79.

cousas do Brasil, em parte pela análise das origens da lucta, em parte talvez arrastados por esta crença sincera do propagandista democrático no bom êxito da sua causa e na victória final do Direito.”⁵¹⁹

Ao proceder de tal forma, Cunha e Costa afirmou ter conhecimento das particularidades do povo brasileiro e de seus costumes e mesmo das outras repúblicas sul-americanas, o que o convenceu acerca da “absoluta impossibilidade na realização do sonho imperialista, lenda que é de ontem e que, no entanto, parece diluída já nas brumas de um passado longínquo.”⁵²⁰ Tal alusão se coaduna com a ideia do império que se desfez e com o próprio sonho imperial, propalado por alguns sebastianistas e que, para o nosso autor, constituía um discurso anacrônico. Neste sentido, compreende-se que, para ele,

o sebastianismo, representante de uma ideia morta, nem sequer tem a atenuar-lhe a impotência uma destas figuras onde se cristalizam ideias e aspirações extintas, um príncipe novo, decorativamente belo, um herói de romance destes que fazem palpar o coração das mulheres e vibrar o entusiasmo das multidões, cívica e intelectualmente atrasadas.⁵²¹

É que a monarquia no cenário americano democrático apresentava-se como uma “anormalidade”. Portanto, ao “mais intransigente sebastianista” recomendava-se uma reflexão antes de qualquer atitude que fosse de encontro às instituições recém-estabelecidas. Dito por outras palavras, a “restauração” seria algo terrível para o Brasil: “só à força de violências e de crueldades seria possível, momentaneamente, pelo terror, implantar no Rio um novo império de comédia, entre burlesco e sinistro, mixto de Offenbach e de Cartouche, destinado em curto praso à ignomínia da expulsão.”⁵²² Contudo, haverá a “hora abençoada” em que se dará o triunfo da “legalidade e da ordem” e reestabelecido “o império da constituição”, pautado sempre pelas “doutrinas democráticas”.

Esta visão será retomada pelo publicista Sampaio Bruno (1857-1915)⁵²³ que, ao assumir a redação de *A Voz Pública*, em 1896, já não se encontra os ecos de otimismo em relação à República brasileira (vistos nos discursos de Carrilho e de Cunha e Costa), principalmente a partir do recrudescimento do discurso nacionalista e xenófobo (dos grupos

⁵¹⁹ COSTA, José Soares da Cunha e. *A Lucta Civil Brasileira...*, p. 80.

⁵²⁰ COSTA, José Soares da Cunha e. *Op.cit.*

⁵²¹ *Id.*, p. 81.

⁵²² *Id.*, p. 82.

⁵²³ Sobre Sampaio Bruno, ver: CALAFATE, Pedro. *Portugal Como Problema – século XIX, decadência*. Lisboa: Fundação Luso-Americana/Público, 2006. v. 3, p. 393; SERRÃO, Joel. *Sampaio Bruno: o homem e o pensamento*. Lisboa: Livros Horizonte, 1986; PEREIRA, Sara Marques. *O Pensamento Pedagógico de Sampaio Bruno: a idéia de educação para a República*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2007.

radicais) e das ações autoritárias do governo. Passados alguns anos, já era possível fazer uma avaliação mais pormenorizada do regime iniciado em 1889, bem como da filosofia responsável pelo fundamento ideológico da “revolução” brasileira – o positivismo –, tarefa que cumpriu na obra *O Brasil Mental* (1898). Naturalmente, também não lhe passou ao lado a temática do *sebastianismo*. Bruno recorda que um crítico brasileiro (não cita o nome) em sua apreciação da *Pátria*, de Guerra Junqueiro, teria associado as ideias em torno da implantação da República, em Portugal, a um novo “messianismo sebastianista” quando afirmou: “o D. Sebastião agora chama-se República, não como um resultante da evolução histórica, uma necessidade social, mas como um remédio mágico, uma fórmula mística”. E, em resposta, escreveu que todas as “raças” tiveram o seu D. Sebastião, inclusive o Brasil nos anos iniciais da recém-instaurada República⁵²⁴, principalmente através dos grupos mais radicais, os jacobinos. Não se enganava, embora colocasse a questão ao contrário, como procuraremos demonstrar.

⁵²⁴ BRUNO, Sampaio. (José Pereira de Sampaio). *O Brasil Mental: esboço crítico*. Porto: Livraria Chardron, 1898. p. 467. Para uma releitura desta obra, ver: QUADROS, António. A Filosofia Portuguesa, de Bruno à geração do 57 – seguido de O Brasil Mental revisitado (extraído do n. 42/43 (jul/dez 1987) da *Revista Democracia e Liberdade*). Lisboa: Instituto Amaro da Costa, [1987]. 50-65.

CONCLUSÃO DA PRIMEIRA PARTE

Em função de tudo o que expusemos, concluímos que, em Portugal, o *sebastianismo* se afirmou como um “novo mito cultural”, alargando o campo das suas expressões. E a conjuntura forte desta configuração ocorreu nas últimas décadas do século XIX, período em que se nota um uso mais exacerbado, não apenas da referência a “D. Sebastião”, mas também a vocábulos como “sebastianismo” e “sebastianista”, embora este último com uma menor intensidade. Por isso, em termos de amostragem cronológica, essa fase oferece ao historiador a possibilidade de surpreender a consolidação de uma mudança crucial na “formação discursiva” da temática na hora em que a hegemonia teórica dos vários evolucionismos sociais e históricos se materializou num “corpo escrito”, cuja preocupação principal passava, com a agudização da consciência decadentista, por uma (re)leitura da história portuguesa.

Ora, sem negarmos a sobrevivência, neste período, de uma espécie de “sebastianismo mitigado”, foi nossa intenção mostrar que se foi crescentemente acentuando a apropriação literária do fenômeno, processo que caminhou em correlação direta com o registro da sua decadência enquanto crença, seja na sua expressão individualizada, seja em manifestações de cariz grupal.

Não por acaso, nos finais da década de 1870, o bem informado Oliveira Martins escrevia que a prisão do último “D. Sebastião” tinha ocorrido em 1813, ao mesmo tempo em que evocava a sua própria memória juvenil para recordar o último exemplo que conheceu: o do velho “D. Sebastião” de barbas brancas que estacionara, inofensiva e folcloricamente, no Rossio, então a principal praça lisboeta, como se de “um monumento vivo” de “restos de passadas histórias”⁵²⁵ se tratasse. E o mesmo historiador, quando quis projetar em D. Miguel uma nova expectativa messiânica, não deixou de afirmar que “um laivo de sebastianismo aparecia nas palavras do velho inimigo dos sectários do messianismo português”, e que a crise miguelista “não era outra coisa senão o último sintoma dessa velha doença nacional, estertor de uma sociedade mobibunda.”⁵²⁶

Também verificamos que os principais artífices que, antes de Martins, o transformaram em objeto de controvérsia, ou que lhe conferiram estatuto literário, já noticiavam a raridade das suas encarnações empíricas. Foi assim com Almeida Garrett, autor

⁵²⁵ MARTINS, J. P. de Oliveira. *A História de Portugal e Os Críticos da 1ª. Edição*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1880. p. 07.

⁵²⁶ MARTINS, J. P. de Oliveira. *Portugal Contemporâneo*. 3. ed. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, 1895. t. 1, p. 195.

que, na linha do seu ideário romântico, ao apostar no prolongamento do seu cânone estético, recolheu algumas lendas no seu *Romanceiro*⁵²⁷, ponto de partida para o ficcionamento dramático do mito na sua célebre peça *Frei Luís de Sousa* (1843) e em *As Profecias do Bandarra* (1845). Ora, tal *transfer* assentava nesta constatação fatural: o definhamento da emergência do *sebastianismo* na praça pública. A crença (propagada pelas profecias) transferia-se paulatinamente para uma nova perspectiva que exigiria o devido tratamento intelectual pela relevância que apresentava para a cultura nacional:

Era opinião firme e corrente entre os derradeiros sebastianistas, e talvez ainda hoje o seja, porque me dizem que alguns há ainda, que el-rei D. Sebastião havia de vir num dia de névoa muito cerrada. Assim rezavam certas profecias populares. Outro tesouro de poesia nacional são estas profecias que ainda ninguém examinou filologicamente como elas merecem.⁵²⁸

E foi no contexto deste propósito que Garrett publicou *As Profecias do Bandarra*.

Posteriormente, e como analisamos no lugar próprio, Manuel Pinheiro Chagas fez acompanhar o seu propósito de responsabilizar a educação jesuítica que foi ministrada ao jovem D. Sebastião pelo desfecho trágico de Alcácer Quibir, com um análogo juízo de fato: a fraqueza da concretude da crença no século XIX tinha dado “origem a uma literatura inteira, literatura de profecias e de lendas (...). É verdade que nesse debate o *sebastianismo* era apenas o pretexto; as ideias que se discutiam debaixo desse véu eram mais altas e sérias.”⁵²⁹ Sintomaticamente, o autor exemplifica: “ainda são nossos contemporâneos os sectários dessa estranha religião. É um sebastianista o personagem principal da deliciosa comédia de Garrett, *As Profecias do Bandarra* (...) Hoje supomos que desapareceram de todo. É possível porém que ainda alguns existam.”⁵³⁰

Por último, não deixa de ser significativo que o positivista e republicano Teófilo Braga, na sua faceta de etnólogo, ao procurar ilustrar, na obra *O povo português nos seus*

⁵²⁷ Conforme sugere no texto “Na segunda edição”, escrito em 1843, no volume I de seu *Romanceiro*, tinha conseguido um rico material compilado pelo Cavaleiro de Oliveira, de onde encontrou cópias de “profecias” como a do Bandarra. Ver: GARRETT, Almeida. *Romanceiro* – romances da renascença. 5. ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875. v. 1, p. IX.

⁵²⁸ GARRETT, Almeida. Nota P. In: _____. *Frei Luis de Sousa e Falar Verdade a Mentir*. Lisboa: Bertrand, 2009. p. 120.

⁵²⁹ CHAGAS, Manoel Pinheiro. *Diccionario Popular: historico, geographico, mythologico, biographico, artistico, bibliographico e litterario*. Lisboa: Typographia da Viuva Sousa Neves, 1883 (1876-1884). v. 11, p. 308-309.

⁵³⁰ CHAGAS, Manoel Pinheiro. *Op.cit.*, p. 309.

*costumes, crenças e tradições*⁵³¹ seu diagnóstico sobre o *sebastianismo* se tenha limitado a convocar acontecimentos anteriores ao século XIX, excetuando o que, em 1838, ocorreu no Brasil, com o episódio da Pedra Bonita, prolongamento da crença que justifica assim:

O povo ficou esperando pela vinda do rei D. Sebastião, desde que D. João IV não satisfazia as suas esperanças. Os Jesuítas continuaram a elaborar as profecias de Bandarra ampliando-as no sentido do *Quinto Império*, que seria o Brasil, para onde queria levar D. João IV, ou a união de Portugal e Espanha pelo casamento do príncipe D. Teodósio com a filha do rei de Espanha.

A persistência da seita sebastianista no Brasil, como se viu em 1838 em Pernambuco, na aldeia de Pedra Bonita no alucinado João Antonio, que levantou o povo anunciando a vinda do monarca, provém da antiga esperança da independência ligada à fundação de um grande império.⁵³²

Dir-se-ia que, em Portugal, se assistia à evolução de duas tendências inversas: enquanto desaparecia a figura do “sebastianista” e se verificava a sobrevivência de um “sebastianismo mitigado”, habilmente explorado, como ideologia, pelos movimentos mais tradicionalistas, a herança sebástica consolida-se não só como fonte de inspirações literárias, mas, principalmente, como objeto de estudo interdisciplinar, incrementado, porém, em função de uma problemática bem mais geral que o pensamento europeu oitocentista tinha colocado na ordem do dia. Referimo-nos ao prolongado discurso acerca das condicionantes que explicariam a gênese, a idiosincrasia e a vocação de cada nação, polêmica a que, no caso português, se juntou a procura de critérios que ajudassem a explicar as causas que desencadearam a decadência nacional e que, três séculos depois do seu início, continuavam a impedir a assunção de saberes e de vontades coletivas capazes de reverter esse estado de coisas. E o *sebastianismo* foi apontado como sendo, simultaneamente, um sintoma e uma das razões desse estado de coisas.

Chegado aqui, é hora de sublinhar que, se o *sebastianismo* brasileiro tem algumas características comuns à sua matriz, a sua recepção sofreu materializações distintas (mesmo no interior do próprio Brasil). E é por isso que, numa análise comparativa que privilegie o período aqui em pauta (o século XIX), imediatamente ressalta esta diferença de monta: quando, em Portugal, as dimensões empíricas e grupais do fenômeno se extinguíam, o mesmo não ocorria no Brasil, o que acabará por condicionar as suas manifestações sociais e o modo da sua apropriação pelos próprios discursos mais intelectualizados.

⁵³¹ BRAGA, Teófilo. *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições*. Lisboa: Livraria Ferreira, 1885. v. 2.

⁵³² BRAGA, Teófilo. *Op.cit.*, v. 2, p. 246.

Segunda parte

EM DEMANDAS DO SEBASTIANISMO NO BRASIL

CAPÍTULO 5

EM DEMANDA DOS SEBASTIANISTAS BRASILEIROS

*Rei Sebastião quando baixa a coroa,
e faz as pernas da gente tremer.
Rei Sebastião, Rei Sebastião,
Entra em luta pra ganhar e vencer.*⁵³³

5.1 Primeiros relatos

De acordo com Álvaro Rodrigues de Azevedo, em sua participação no *Dicionário Universal Português* (1887), a componente sebástica cedo extrapolou a espacialidade continental portuguesa e circulou por seus domínios nas Ilhas Atlânticas e no Brasil.⁵³⁴ Conta-se, inclusive, que o padre José de Anchieta (1534-1597), estando em visita a uma povoação próximo à São Vicente, teria feito um comentário no momento em que a batalha de Alcácer Quibir teve o seu fatídico desfecho e afirmara que o rei não havia morrido. Questionado se “viria ele ainda vivo?”, respondeu que “isto são segredos, que Deus guarda só para si”.⁵³⁵ Seriam ecos da emergência do fenômeno detectados em outras ocasiões.

Não obstante, as referências podem ser confirmadas em outros registros do período colonial: em relatos de navegantes colonizadores que falaram de uma possível ilha – a tradição da Ilha Encoberta⁵³⁶; em alguns videntes degredados; nos sermões do padre jesuíta Antônio Vieira quando reatualiza a crença no messianismo régio e no seu prognóstico acerca do advento do Quinto Império⁵³⁷; em processos do Santo Ofício⁵³⁸, veja-se o caso da africana

⁵³³ Canto entoado pela filha-de-santo dona Telma Maria, em homenagem ao Rei Sebastião, na Ilha dos Lençóis, Maranhão. Ver: ANDRADE, Joel Carlos de Souza. Os cantos e contos da memória. In: _____. *Os Filhos da Lua: poéticas sebastianistas na Ilha dos Lençóis-MA*. 2002. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002. p. 148.

⁵³⁴ Alvaro Rodrigues de Azevedo em sua colaboração na obra: ALBUQUERQUE, Henrique Zeferino de. *Diccionario Universal Portuguez*. Lisboa: Typographia de Henrique Zeferino, 1887. v. 2, p. 925. In: PETRUS, Pseud. *Regresso ao Sebastianismo: Fernando Pessoa e outros Lusíadas* (Petrus compilou, sistematizou, anotou e dirigiu sua apresentação). [Porto]: [s.n.], [1952]. p. 258.

⁵³⁵ TELLES, Balthazar. *Chronica da Companhia de Iesu, da Provincia de Portugal*. 2ª parte. Lisboa: Paulo Graesbeeck, 1647. p. 297-298; LIMA SOBRINHO, Barbosa. Aspectos do sebastianismo no Brasil. *Occidente*, Lisboa, v. 46, p. 14-15, 1954.

⁵³⁶ Sobre esta tradição, ver: VIEIRA, Padre Conceição. *O Spiritismo: ilha encuberta e sebastianismo*. Lisboa: Typographia da Casa Minerva, 1884.

⁵³⁷ A defesa do Quinto Império deu-se em escritos como: *Clovis Prophetarum, Esperanças de Portugal e Defesa do Livro Intitulado Quinto Imperio*, retomando a componente messiânica da crença sebástica e associando-a à figura de D. João IV como o “Encoberto”. Para uma discussão aprofundada sobre esta questão, ver: HERMANN, Jacqueline. *No Reino do Desejado: a construção do sebastianismo em Portugal – séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; HERMANN, Jacqueline. *O Império Profético de Antônio Vieira*:

Rosa Maria Egipcíaca Vera da Cruz, uma escrava, prostituta e visionária que, em meados do século XVIII, profetizou que “o Encoberto está para se descobrir, e cedo ele há de vir e o mundo se há de reformar e todos os maus se hão de destruir...”, e que ela “ia se casar com Dom Sebastião, e suas evangelistas também se casariam com seus vassallos ou criados, voltando para reformar o mundo e fundar o Império de Cristo”⁵³⁹; ou mesmo em conhecedores das *Trovas* de Bandarra que, independentemente da reimpressão, ou adaptação feita por D. João de Castro, em 1603, “continuaram a circular e alimentar esperanças e projetos messiânicos no reino, além de terem se espalhado pelos quatro cantos do Império”⁵⁴⁰.

No início do século XIX, no Brasil, ainda colônia portuguesa, houve um prolongamento de uma tradição de espera por D. Sebastião e, desde então, a presença do “sebastianista” e a referência a “D. Sebastião” não passaram despercebidas, em particular com a vinda da família real e depois da abertura dos portos (1808), conjuntura em que vários estrangeiros receberam incentivos para fazer estudos e produzir descrições sobre a paisagem, a flora, a fauna, o povo e costumes brasileiros.⁵⁴¹ Se a vinda da família real deu-se num momento de crise em que houve um recrudescimento da crença sebástica em Portugal – lógica pautada pela retomada do trauma do “regresso” do rei “ausente”, fortemente combatida pelo padre José Agostinho de Macedo, no âmbito da chamada “Questão Sebástica”⁵⁴² –, no Brasil, aqueles viajantes juntaram às suas notas e impressões, recolhidas nas cidades e em algumas incursões pelo interior, a presença, para eles “estranha”, do “sebastianista”.

Vindos de outras nações europeias, imbuídos de um espírito iluminista pautado pela lógica enciclopedista de divulgação⁵⁴³, seus trabalhos constituem uma das principais fontes

notas para debate. *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa, v. 12, p. 213-234, 2012; CALAFATE, Pedro. Portugal na obra de António Vieira. *Revista de História e Teoria das Ideias*, Coimbra, v. 28, p. 81-96, 2007; já os textos do padre António Vieira acima indicados podem ser encontrados em: VIEIRA, Padre António. *De Profecia e Inquisição*. prefaciado por Alfredo Bosi. Brasília: Senado Federal, 1998. (Coleção Brasil 500 anos).

⁵³⁸Ver *Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil*, feita entre 1591 e 1595. Outros exemplos advêm de um período posterior: é o caso da acusação feita a Gregório Nunes pelo conhecimento que tinha e propagava das *Trovas* de Bandarra. Ver: GOMES, Plínio Freire. *Um herege vai ao paraíso: cosmologia de um ex-colono condenado pela Inquisição (1680-1744)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

⁵³⁹ MOTT, Luiz. A grande viagem e casamento com D. Sebastião. In: _____. *Rosa Egipcíaca: uma santa africana no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1993. p. 571-572.

⁵⁴⁰ HERMANN, Jacqueline. O Sebastianismo atravessa o Atlântico. In: _____. *1580-1600: o sonho da salvação*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 37.

⁵⁴¹ LISBOA, Karen Macknow. Olhares estrangeiros sobre o Brasil do século XIX. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. 2. ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000. p. 267-299.

⁵⁴² HERMANN, Jacqueline. D. Sebastião Contra Napoleão: a guerra sebástica contra as tropas francesas. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 117, jul/dez. 2002.

⁵⁴³ MATOS, Sérgio Campos. *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do século XIX (1846-1898)*. Lisboa: Edições Colibri, 1998.

documentais sobre o Brasil do século XIX⁵⁴⁴, nomeadamente quando tratam de temáticas que passaram ao largo das preocupações da elite brasileira da época, mais focada em idealizar a nova nação a partir de um parâmetro civilizacional europeu e que marginalizava as “excentricidades” de um “Brasil desconhecido”⁵⁴⁵ (questão que ainda será percebida por Euclides da Cunha, em fins do século XIX⁵⁴⁶). Ora, se, em Portugal, o “sebastianista” já era objeto de escárnio, por parte dos meios mais ilustrados, os testemunhos provam a existência de uma atitude análoga em terras brasileiras. Assim, atentos às “curiosidades” e ao “pitoresco”, e conhecedores do repertório histórico do mito sebástico português (um dos mais divulgados na Europa Oitocentista), ao se depararem com a informação de que, no Brasil, ainda havia “sebastianistas”, não deixaram de incorporá-los aos seus textos e de, por vezes, fazer um paralelo com a antiga metrópole.

Do conjunto dessa literatura de viagens – fonte e testemunho de diferenças culturais – uma referência deve ser feita ao comerciante inglês John Luccock, um arguto observador do período joanino que, entre 1808 e 1818, esteve no Brasil e que, a partir de suas observações, escreveu as *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais*, um dos primeiros trabalhos onde aparece um relato sobre um “sebastianista”. Sintomaticamente, este surge caracterizado como um católico fervoroso, cujas orações solicitam o regresso do “rei ausente”. E a prova de que a testemunha conhecia bem o fundo judaico-cristão em que o mito se inscrevia encontra-se na invocação explícita da força de uma espera de cariz messiânico. Concretamente, Luccock menciona o caso de um “sebastianista”:

um praticante sincero embora nada modesto e, por mais de uma vez, despertei durante a noite quieta com os murmúrios abafados das pessoas que ele chamava para orar, pensando que o fazia sem que eu o escutasse. Creio ser ele um sebastianista menos violento e mais consciencioso do que outros aos quais conheci com certa intimidade. Eles formam uma seita entre os portugueses católicos, que estão a esperar pela volta do Real São Sebastião com a mesma fé com que os judeus aguardam a vinda do Messias, ou os Cristãos pelo reaparecimento de seu Senhor.⁵⁴⁷

⁵⁴⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 289.

⁵⁴⁵ Sobre rápidas referências a estes autores, ver: CASCUDO, Luis da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998. p. 810. (1ª. edição 1954); QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Messianismo no Brasil e no Mundo*. São Paulo: Dominus Editora, 1965. p. 194-198.

⁵⁴⁶ Ver, por exemplo, sua apreciação crítica do livro *Minha Viagem ao Brasil Tropical* escrito pela princesa Tereza da Bavária. D. X. (Euclides da Cunha). Um livro sobre o Brasil. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, n. 7029, p. 01, 14 fev. 1898.

⁵⁴⁷ LUCCOCK, John. *Notes on Rio de Janeiro and Southern parts of Brazil: from 1808 to 1818*. London: Printed for Samuel Leigh, 1820. p. 445. (Tradução nossa).

Outros viajantes, como os bávaros von Spix e von Martius, em *Viagem pelo Brasil* (1817-1820), também tiveram contatos com a “seita dos sebastianistas” e fizeram alusões ao tema, reportando-o à batalha de Alcácer Quibir e às repercussões da crença sebastiana no Brasil e dando-lhe um foro mais popular e religioso.⁵⁴⁸ Percebe-se que nesta fase as notas são sobretudo movidas pela curiosidade e pela constatação, também no Brasil, do caráter pacífico da crença.

No entanto, algumas provas mais diretas podem ser chamadas à colocação para se mostrar que, por maior ênfase que tivesse recebido por parte da “ótica” do estrangeiro, o fenômeno nem constituía uma manifestação geograficamente restrita, nem se reduzia a encarnações exclusivamente individualizadas. Assim, se os relatos dos primeiros viajantes privilegiaram, sobremaneira, as regiões do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, longe dali e dos seus olhos, temos notícias do que ocorreu no interior da Província de Pernambuco, onde um primeiro episódio de cunho “sebastianista” ganhou uma significativa expressão grupal. Referimo-nos ao episódio conhecido por “Serra do Rodeador” ou “Cidade ou Paraíso Terreal”, onde se conclamava o regresso de rei D. Sebastião, anunciado como o início de uma nova era de felicidade na terra.

Num contexto que não foi estranho quer ao reavivar das crenças sebastianas em Portugal, quer aos múltiplos impactos da Revolução Pernambucana (1817)⁵⁴⁹ e suas consequências na região, pelos anos de 1819, na cidade de Bonito, interior de Pernambuco, formou-se um grupo liderado pelo ex-soldado do 12º Batalhão de Milícias, Silvestre José dos Santos, o Mestre Quiou (Maioral) que, já fugido de Lajes do Canhoto, Alagoas, resolveu, junto com seu acólito Manuel Gomes das Virgens, apregoar a promessa da volta de D. Sebastião. O lugar onde o grupo se estabeleceu, nas proximidades da serra do Rodeador, passou a ser chamado de “Cidade” ou “Paraíso Terreal” e havia toda uma rigorosa elaboração ritualística que misturava orações do catolicismo e crença sebastiana onde, conforme relata o historiador Pereira da Costa, se “falava da próxima vinda de D. Sebastião e de outros reis”⁵⁵⁰, para “conquistar o mundo e dividir os bens com todos, e que depois gozar-se-ia de uma eterna

⁵⁴⁸ SPIX, Johann Baptiste von; MARTIUS, Carl Friedrich von. *Travels in Brazil in the years 1817-1820*. London: Longman, Rees, Orme, Brown and Green – Paternoster-Row, 1824. v. 1, p. 280-283.

⁵⁴⁹ Também conhecida como a “Revolução dos Padres”, iniciou em Recife, em 06 de março de 1817, e teve como principais causas uma aspiração liberal pautada pela insatisfação com a política da monarquia portuguesa, a crise econômica da região e a propagação de ideias iluministas, principalmente através dos maçons e dos padres. Em 19 de março, as tropas portuguesas já haviam recuperado o controle da Capital pernambucana. Ver: MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste 1817: estruturas e argumentos*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

⁵⁵⁰ COSTA, Francisco Augusto Pereira da. 1818-1823. *Anais Pernambucanos*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1962. v. 8, p. 58-60.

felicidade”.⁵⁵¹

Dada a repercussão da “seita” e o temor do grupo, visto pelas autoridades como sedicionista, com as informações obtidas pelo uso de vários “espias”, aquelas anteciparam qualquer ação e enviaram três batalhões que, partindo do Recife no dia 22 de outubro de 1820, iniciaram o confronto com os “sebastianistas” na noite do dia 25 para o 26. Sob o comando do major Madureira, reprimiram o grupo com tamanha brutalidade que destruíram por completo o arraial. Atribui-se ao referido major, visto como “perverso” e sem “compostura”, que se “deliciava em ouvir os gritos angustiados das mulheres”, a responsabilidade pela alta taxa de mortandade. Neste ataque, segundo dados oficiais, morreram 22 homens das forças policiais e cerca de 79 da população do arraial, entre homens e mulheres. Alguns prisioneiros foram executados, mesmo depois de rendidos.⁵⁵² Além deste contingente, cerca de 200 mulheres e 300 crianças foram feitas prisioneiras e levadas para o Recife. Esta ação violenta por parte do governo provincial à época foi objeto de uma *Devassa acerca dos acontecimentos da Serra do Rodeador* (1820) e é em cima dela e da *Memória Justificativa* (1822), escrita pelo governador Rego Barreto⁵⁵³, que alguns estudos sobre o episódio têm sido elaborados.⁵⁵⁴

A *Devassa* consiste numa rica fonte documental que nos dá informações detalhadas sobre o episódio do Rodeador. Como bem afirmou o antropólogo Renê Ribeiro, ela “inclui relatórios, planos de marcha e dispositivos de ataque do chefe da expedição militar, efetivos e

⁵⁵¹ COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Anais Pernambucanos...*, p. 60.

⁵⁵² Ver: ALBUQUERQUE, Manoel Caetano de Almeida. O horroroso massacre do Bonito. In: AMARAL, Francisco Pacífico do. *Escavações: fatos da história de Pernambuco*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1974. p. 113-115. (1ª. edição 1884).

⁵⁵³ BARRETO, Luis do Rego. *Memória Justificativa sobre a conduta do Marechal de campo Luiz do Rego Barreto durante o tempo em que foi Governador de Pernambuco, e presidente da Junta Constitucional da mesma província*. Oferecida à nação portuguesa. Lisboa: Typographia de Desiderio Marques Leão, 1822. Ver também: MELLO, Evaldo Cabral de. Cartas de pernambucanas de Luís do Rego Barreto. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, v. 51 e 52, 1979.

⁵⁵⁴ Conforme já chamou atenção a historiadora Jacqueline Hermann, poucos foram os estudos mais aprofundados sobre o Rodeador. De caráter antológico e documental, podemos destacar: AMARAL, Francisco Pacífico do. “A Santa Pedra”. In: _____. *Escavações: fatos da história de Pernambuco*. (prefácio de Mauro Mota). Recife: Edição do Arquivo Público Estadual, 1974. p. 107-115; COSTA, Francisco Augusto Pereira da. 1818-1823. In: _____. *Anais Pernambucanos*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1962. v. 8, p. 56-98; CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro* (1ª. edição 1954). 4. ed., Rio de Janeiro: Ediouro, 1998. De uma abordagem antropológica e histórica: RIBEIRO, Renê. O Episódio da Serra do Rodeador (1817-20): um movimento milenar e sebastianista. In: _____. *Antropologia da Religião e outros estudos*. Recife: Editora Massangana; Fundaj, 1982. p. 243-254. (1ª. edição do texto 1960); HERMANN, Jacqueline. Sebastianismo e sedição: os rebeldes do Rodeador na ‘Cidade do Paraíso Terrestre, Pernambuco, 1817-1820. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 131-142, 2001; HERMANN, Jacqueline. Um paraíso à parte. O movimento sebastianista do Rodeador e a conjuntura política pernambucana às vésperas da Independência (1818-1820). In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lucia Amaral (org.). *Modos de governar*. Idéias e práticas políticas no Império Português, séculos XVI a XIX. São Paulo: Alameda, 2005; CABRAL, Flávio José Gomes. *Paraíso terreal: a rebelião sebastianista na serra do Rodeador, Pernambuco – 1820*. São Paulo: AnnaBlume, 2004.

listas das baixas dos corpos de tropa, informações e depoimentos dos espias utilizados, carta circunstanciada do governador Luiz do Rego Barreto e os depoimentos de homens e mulheres tomados prisioneiros”.⁵⁵⁵ Para o nosso interesse específico, é importante atentar para as referências feitas por autoridades e depoentes ao D. Sebastião e como o mesmo era convocado pelos seus seguidores. Destas passagens, chamou-nos a atenção o depoimento do ferreiro José Fernandes ao afirmar que:

havia três para quatro meses, que Silvestre José dos Santos, soldado do Batalhão de Milícias nº 12 o tinha convidado para viver na Serra do Rodeador aonde junto com outros defendessem a causa da verdadeira Fé, e Religião de Nosso Senhor Jesus Cristo, e de El Rey D. Sebastião, e que deviam estar bem armados para poderem combater contra quem se opusesse contra este fim, e que depois quando tivessem maior número deveriam sair, tomar Pernambuco e dirigirem-se resgatar os lugares Santos de Jerusalém.⁵⁵⁶

Esta componente belicosa demarca uma clara diferença entre os espaços de crença em Portugal, e mesmo em algumas cidades do Brasil, e os episódios que tomaram o sertão como lugar. Por isso, é recorrente a divulgação da ideia de “que, no dia do ataque, sairá de dentro da pedra do lugar onde está uma Cruz a El Rey D. Sebastião com o seu Exército, na qual pedra e lugar se ouvem fazer manejos d’armas, jogos d’espada, e instrumentos de música tocando”.⁵⁵⁷ Os sons e pedras associam-se claramente à lógica do “mundo dos encantados”. Quanto ao exército, nota-se que é uma expressão importante na lógica da crença sebastiana nos episódios brasileiros e que nos lembra a imagem da estampa *Visão do Profeta Daniel*, em que D. Sebastião, numa nau, em seu cavalo branco, na baía do Tejo, defende Lisboa do ataque de Napoleão.⁵⁵⁸ Assim, no caso do Rodeador, prolonga-se esta crença quando os “sebastianistas”, servidores e “crentes em Deus”, e no

Verdadeiro Rey que é o que lhe aparece dizendo ser El Rey D. Sebastião, que quando fossem atacados o dito seu Rey mandará uma embaixada ao Comandante dela, e que lastimão a sorte dos que lá forem por que eles são imortais, e que então sairão a campo castigar os que se não quierem alistar no

⁵⁵⁵ RIBEIRO, René. O Episódio da Serra do Rodeador (1817-20): um movimento milenar e sebastianista. In: _____. *Antropologia da Religião e outros estudos*. Recife: Editora Massangana; Fundaj, 1982. p. 243-244.

⁵⁵⁶ DEVASSA acerca do ajuntamento da serra do Rodeador. Localização: Arquivo Nacional (AN), Rio de Janeiro. Secção de Documentos. Série Interior, Correspondência dos Presidentes de Província (1820-1821), IJJ91, 245, v. 9, p. 22 e verso.

⁵⁵⁷ DEVASSA..., p. 8v; ver também p. 74.

⁵⁵⁸ A VISÃO do Profeta Daniel – Estampa de Agosto de 1810. In: VITORINO, Pedro. O Sebastianismo na Iconografia Popular (Novos Documentos). *Portucalé: revista ilustrada de cultura literária, científica e artística*, Porto, v. 1, n.1, p. 24, jan/fev. 1928.

seu partido, sabem que a tropa que os for atacar logo que os veja, e os seus prodígios depõem as armas, e se passam para eles.⁵⁵⁹

A pedra era o “lugar santo” onde a crença era praticada. Entre os possíveis “milagres”, relata-se que quando ocorresse o “desencanto” de rei D. Sebastião outros monarcas viriam se juntar a ele, seus seguidores e marchariam na direção da “Casa Santa”. Silvestre, que era um privilegiado e tinha ido ao Paraíso Terreal, contava que, além de D. Sebastião, vira D. João de Deus, o príncipe D. Antônio (imperador da divina majestade), D. Francisco, D. Pedro e uma senhora que o revelava os próximos passos a serem dados.⁵⁶⁰

Em sua *Memória Justificativa*, o governador Rego Barreto, numa tentativa de resposta aos críticos, munindo-se de uma linguagem desqualificadora do *outro*, resume a sua ação contra o “ajuntamento” “perigoso”, composto por “desertores”, “salteadores” e propensos à crença em “milagres”, “superstições” e “fanatismo” por parte de uma gente “facinorosa” e “perversa”. E

Os caudilhos daquele bando serviam-se de todos os meios possíveis para aumentarem o número dos associados; sendo poderosíssimos os da mais indigna superstição: inventaram prodígios, revelações, profecias; fizeram aparecer imagens, e luzes em diversos oiteiros das circunvizinhanças, explicavam os decretos, e ordens de uma Santa a que eram (diziam) mui devotos, e que prometia grandes acrescentamentos, e riquezas aos daquele partido; não faltava El Rei D. Sebastião, com cujo exército contavam no grande dia da Batalha.⁵⁶¹

Ainda segundo a mesma autoridade, o “desgraçado povo! que deixando-se iludir com tão torpes quimeras, só porque se lhe prometia uma licença absoluta, e se lhe afirmava que cessaria para sempre a obediência às autoridades, tudo acreditou, e propôs a afrontar a morte em defesa de um delírio tão pernicioso.”⁵⁶² Contudo, em confrontação com outros discursos (vide a própria *Devassa*) a sua perspectiva parece limitadora e unilateral, pois a especificidade da crença naquele espaço nos remete também às expectativas que as pessoas criaram em torno

⁵⁵⁹ DEVASSA..., p. 8.

⁵⁶⁰ DEVASSA..., p. 57, p. 60 e p. 67.

⁵⁶¹ BARRETO, Luis do Rego. *Memória Justificativa sobre a conduta do Marechal de campo Luiz do Rego Barreto...*, p. 17.

⁵⁶² BARRETO, Luis do Rego. *Op.cit.*

da possibilidade de uma outra vida que não estivesse atrelada às injustiças no mundo. Daí, uma significativa presença de “desertores”, de pobres e de outras figuras marginalizadas.⁵⁶³

Entretanto, nos anos posteriores, outros episódios sebásticos têm de ser mencionados, seja individualmente, seja ainda pela capacidade de articulação em grupo. Um deles foi registrado pelo inglês Robert Walsh, em *Notices of Brazil* (1830) que, ao abordar a religiosidade do brasileiro, chama a atenção para a presença da “seita” dos “sebastianistas”. Entende-se esta terminologia: para a sua formação religiosa, a noção de “seita” indicava um desvio, mas a peculiaridade da manifestação devia ser compreendida e contextualizada. De fato, para uma melhor exposição de sua visão sobre o tema, convocou os fundamentos históricos que justificariam a “origem da seita”, iniciando-os em D. Sebastião e no desastre de Alcácer Quibir. Também não se esqueceu dos momentos fortes da história da sobrevivência do mito e, em particular, dos “falsos” D. Sebastião, em especial, o de Gênova; da propagação da crença na retirada de D. Sebastião para uma “ilha deserta”; do Pretinho do Japão; do caso de uma freira que, no convento de Monchique, no Porto, teve visões e sonhos; da crença “sebástica” em D. João IV, no duque de Bragança e da sua reatualização na conjuntura em que escrevia, ousando mesmo comparar a quantidade de seguidores em Portugal (cerca de mil) com a do Brasil (duas vezes mais).⁵⁶⁴

Também nesta conjuntura, ter-se-á de dar relevo ao testemunho do francês Ferdinand Denis (1798-1890)⁵⁶⁵, que esteve no Brasil entre as décadas de 1810 e 1840, e a sua importância na divulgação, tanto no Brasil como em Portugal, do que aqui está em análise. Ele encontra-se em seus livros *Brasil* (1836) e *Portugal Pitoresco* (1846). Da primeira obra, destacamos o registro do modo como encarou a sua surpresa:

Quem acreditaria, entretanto, que no Século XIX se veria renovar no Brasil e em Portugal o mito bizarro que atribuíu uma espécie de imortalidade ao rei Artur, e que pretendia que em diversos períodos podiam esperá-lo como uma espécie de Messias! É o que em nossos dias sucede, contudo, acerca do rei D. Sebastião; e a seita, por numerosa, nem por isso é menos extravagante. Não poderíamos todavia adotar a tese, como um viajante inglês [R. Walsh],

⁵⁶³ Uma rica pesquisa sobre o episódio e que trata desta questão encontra-se em: CABRAL, Flávio José Gomes. *Paraíso terreal: a rebelião sebastianista na serra do Rodeador – Pernambuco, 1820*. São Paulo: AnnaBlume, 2004.

⁵⁶⁴ WALSH, Robert. *Notices of Brazil in 1828 and 1829*. London: Frederick Westley and A. H. Davis, 1830. v. 1, p. 382-388.

⁵⁶⁵ Entre as décadas de 1810 e 1840, Ferdinand Denis produziu vários escritos sobre a história e a literatura do Brasil e de Portugal. Ver: BIBLIOTECA NACIONAL DO BRASIL. A França no Brasil. Disponível em: http://bndigital.bn.br/francebr/ferdinand_denis_port.htm. Acesso em: 25 jun. 2014.; ZILBERMAN, Regina. Ferdinand Denis e os paradigmas da história da literatura. *Revista Desenredo*, Passo Fundo, v. 2, n. 1, p. 137-147, jan./jun. 2006.

que a fez conhecer perfeitamente, de que ela é devida inteiramente aos jesuítas.⁵⁶⁶

Ora, Denis vai também recompor o repertório sebástico, pois, insinuando uma analogia da narrativa com as versões medievais das aventuras do rei Artur – símile que Oliveira Martins também virá a desenvolver –, encarou a batalha de Alcácer Quibir como uma cruzada, o cardeal D. Henrique como um homem “sem energia”, e deu relevo aos falsos d. Sebastião, aos sonhos, prognósticos e profecias medievais e mesmo à sua reatualização em período coevo. Sutilmente, lançou uma leitura que será uma constante na crítica que os liberais e os românticos fizeram da crença sebástica, sobretudo no que respeita ao papel dos jesuítas na educação do Rei – tese que Oliveira Martins igualmente explorou⁵⁶⁷ – e na propagação da crença após o seu desaparecimento e luta pela “restauração”.

Entre os antigos prognósticos que os jesuítas divulgaram, convém notar essas espécies de oráculos, mais ou menos semelhante às centúrias de Nostradamus, que provinham do estro grosseiro de um sapateiro chamado Bandarra. Declaravam eles, em termos expressivos, que D. Sebastião havia sido tirado por Deus, das mãos de seus inimigos; que fora deixado numa ilha deserta, e que o celeste mensageiro o colocara aos cuidados de um santo eremita. A conclusão era natural, ele devia viver por séculos, e sair da sua ilha para reassumir o trono de seus antepassados.⁵⁶⁸

Além disso, para Denis – provavelmente baseando-se, também, no que outros viajantes (von Spix, von Martius, Walsh) haviam escrito em seus trabalhos, o que demonstra uma regularidade discursiva sobre o tema –, era razoável o número de “sebastianistas” no Brasil, com a sua crença inabalável, embora “singela” e “benevolente”, no regresso de D. Sebastião:

Qualquer que seja o grau de superstição, necessária para fazer parte de semelhante associação, o número de indivíduos que acreditam na existência de D. Sebastião nem por isso é menos considerável; pode elevar-se a cerca de três mil pessoas, tanto no Brasil como em Portugal. Não têm eles nenhum lugar particular de reunião, não formam, propriamente falando, nenhuma congregação essencialmente distinta. O seu comum artigo de fé é que D.

⁵⁶⁶ DENIS, Ferdinand. Da seita dos sebastianistas. In: _____. *Brasil* (1ª. edição 1836). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. p. 141. Parte da pesquisa de Denis foi baseada em Robert Walsh, e indica, para aprofundamentos, sobre Portugal, a obra: CARNEIRO, Manoel Borges. *Portugal Regenerado*. 3. ed., Lisboa: Typografia Lacerdina, 1820. Esta obra pauta-se por uma discussão em torno do liberalismo e poucas referências são feitas ao D. Sebastião (o desfecho trágico de Alcácer Quibir e a anexação à Castela) e numa nota de rodapé (p. 85) afirma ser corrente algumas pessoas chamarem os “sebastianistas” de “bestas muares”.

⁵⁶⁷ MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal*. 20. ed. Lisboa: Guimaraes Editores, 1991. p. 291-305.

⁵⁶⁸ DENIS, Ferdinand. Da seita dos sebastianistas..., p. 142.

Sebastião certamente deve aparecer, e que eles serão indubitavelmente testemunhas deste feliz acontecimento. O que há de certo é que eles o esperam com tanto zelo e simplicidade como os judeus, de nossos dias, colocam na espera do Messias.⁵⁶⁹

Portanto, à luz dos relatos expostos, podemos perceber que a crença sebástica ainda foi sentida no Brasil na primeira metade do século XIX, seja em uma perspectiva individual – muito próxima dos relatos portugueses também daquele período –, seja grupal, como foi o caso da Serra do Rodeador. Entretanto, outra evidência da presença dos “sebastianistas” ganhou um foro particular. O viajante Daniel P. Kidder, ao abordar o estado da religião na província de Pernambuco, descreveu as cenas de um evento ocorrido no interior e que “deu uma melancólica prova que o fanatismo, em suas piores formas, não esta[va] restrito aos países protestantes.”⁵⁷⁰ Tratava-se da Pedra Bonita.

5.2 O episódio paradigmático da Pedra Bonita ou do Reino Encantado

Entre 1836 e 1838, mais uma vez, no interior de Pernambuco (zona rural da comarca de Flores, hoje São José do Belmonte), irrompeu um novo movimento “sebastianista”. Em virtude das particularidades das práticas e do espaço em que se situou, foi nomeado “Pedra Bonita”, local onde se acreditava que o rei D. Sebastião estaria encantado e que, quando ocorresse o seu “desencanto”, haveria uma grande transformação: os pobres ficariam ricos, os “pardos” ficariam mais brancos que a “própria lua”, os mortos retornariam à vida e haveria comida em abundância para todos. Porém, tudo isto só seria possível em função do investimento sacrificial feito pelos fiéis, exigência que chegou a imolações (ter-se-ão realizado quarenta e duas) cujo sangue seria derramado sobre a pedra. Este evento se tornou um paradigma da lógica violenta e trágica que tomou este tipo de experiência sebástica, quando, no Brasil, diferente de Portugal, ela se deslocou da “espera” à “ação”, como bem observou a historiadora Lucette Valensi.⁵⁷¹

⁵⁶⁹ DENIS, Ferdinand. *Op. cit.*, p. 141. Outra referência feita por Denis são as anedotas sobre certas figuras que, no comércio, ainda acreditavam no regresso de D. Sebastião.

⁵⁷⁰ KIDDER, Daniel P. *Sketches of Residence and Travels in Brazil: embracing historical and geographical notices of the empire and its several provinces*. Philadelphia: Sorin & Ball; London: Wiley & Putnam, 1845. v. 2. p. 148. (Tradução nossa).

⁵⁷¹ VALENSI, Lucette. *Fábulas da Memória: a gloriosa batalha dos três reis*. Lisboa: Edições ASA, 1996. p. 207. Para além de informações compulsadas em documentos oficiais, diferentemente do episódio do Rodeador, são poucos os trabalhos de cunho historiográfico e antropológico que exploraram o caso da Pedra Bonita, exceção feita à literatura. Ver também: COSTA, Francisco Augusto Pereira da. 1838. In: _____. *Anais Pernambucanos* (1834-1850). Recife: Arquivo Público Estadual, 1966. v. 10, p. 156-162.; CASCUDO, Luís da Câmara. *op. cit.* p. 810-812; QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Messianismo no Brasil e no Mundo...*, p. 200-202.

Alguns traços documentais permitem-nos perceber o modo como a figura de D. Sebastião foi reapropriada naquele espaço. Em carta publicada no jornal *Diário de Pernambuco*, de 16 de junho de 1838, endereçada ao presidente da província Francisco Rego Barros, Francisco Barbosa Nogueira Paes descreveu, em detalhes, os acontecimentos. Tudo começou quando houve um ajuntamento em torno de duas pedras (ambas chamadas Pedra Bonita), liderado por um tal João Antônio dos Santos que, munido de um folheto (não se sabe se era uma versão das *Trovas* de Bandarra ou algum texto produzido no âmbito da “Questão Sebástica” que chegou às suas mãos), que dizia ser aquele rochedo um “reino encantado” onde se encontrava o rei D. Sebastião e que ele iria se desencantar. Quando isso ocorresse, D. Sebastião apareceria à frente de seu exército para combater os inimigos e traria todas as benesses para os seus seguidores. Daquela carta, pela riqueza da descrição, reproduzimos este trecho:

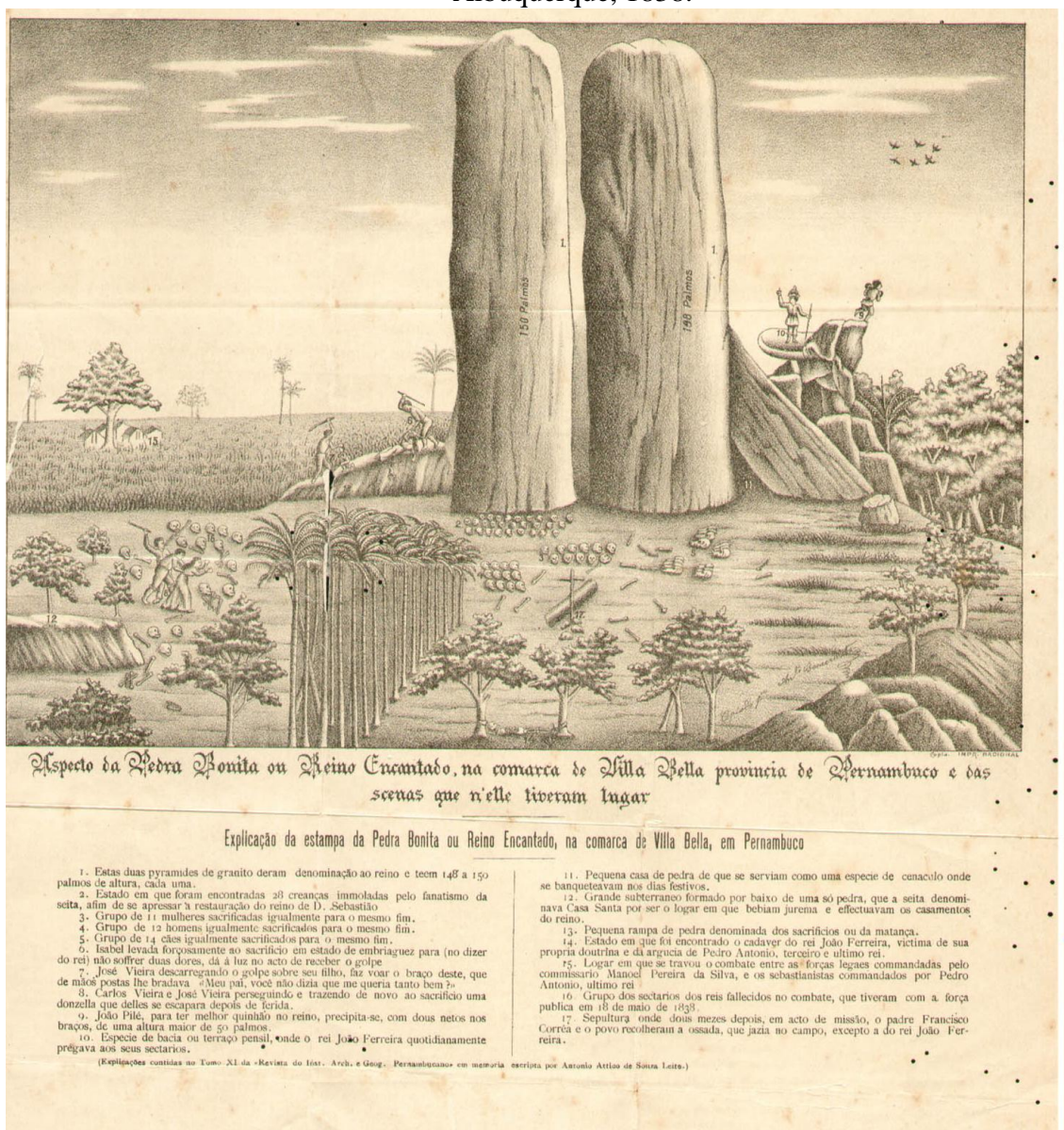
Faz mais de dois anos, Exmo. Sr., que um homem de nome João Antônio, morador do sítio de Pedra Bonita, distante desta Vila vinte e duas léguas (lugar este composto de bosques, junto dos quais se acham dois penedos acroceraunios), se lembrasse de apresentar uma zizania aos povos, dizendo, que naquele lugar existia um Reino encantado, e que estava a desencantar-se, em cuja ocasião apareceria El-Rei D. Sebastião, com um grande exército, ricamente adornado, e que todos que os seguissem seriam felizes, e foi lidando nesta seita, até que em dias do mês de novembro do ano próximo passado, aconselhado pelo missionário Francisco José Correia de Albuquerque, fizesse uma viagem para o sertão de Inhamon, donde mandou um seu enviado de nome João Ferreira, homem hostil, péssimo e esquisito, de sorte, que este lobo assim chegado no lugar Pedra Bonita, e aclamando-se Rei, tratou de trazer os povos rústicos sujeitos a umas ideias supersticiosas, dizendo-lhes, que para a restauração do Reino tornava-se necessário, que fossem imoladas as vítimas, de homens, mulheres, e meninos; e que em breves dias ressuscitariam todos, e que ficariam imortais, sendo estes sacrifícios úteis para regar o campo encantado com o sangue humano, e dos inocentes, depois do que apareceriam as maiores riquezas do Mundo, que todos os pardos do lugar ficariam mais alvos do que a própria Lua; de maneira, que assim pode reduzir os povos ignorantes as suas falsas declamações e péssima doutrina, e conseguiu, que alguns Pais entregassem seus filhos ao cutelo do sanguinário Tigre; e no dia 14 do corrente deu princípio às suas hostilidades, assassinando até o dia Quarta Feira 16 deste mesmo mês, vinte e um adultos, a vinte e um párvulos de ambos os sexos, e casando cada homem com duas ou três mulheres, sendo contrato feito pelo mesmo idólatra, com superstições próprias de sua imoral conduta.⁵⁷²

⁵⁷² PAES, Francisco Barbosa Nogueira. [Carta] 25 mai. 1838. Ao Sr. Francisco do Rego Barros, presidente da Província de Pernambuco. *Diário de Pernambuco*, Recife, p. 02, 16 jun. 1838. (Grifo nosso).

A carta acima é rica na descrição daquilo que se propagou sobre os fundamentos da “seita”. A onda de sacrifícios e o seu teor trágico fazem do episódio da “Pedra Bonita” uma manifestação que contrasta com a aparente tranquilidade dos “sebastianistas”.

Outro documento dá-nos um análogo testemunho do radicalismo desta versão da crença sebastica: a gravura produzida pelo padre Francisco José Correia de Albuquerque, que esteve no sítio da Pedra, em 1838, dois meses depois do trágico desfecho, como conhecedor da região e que tinha sido incumbido de apaziguar os ânimos políticos daquela comarca. O que se vê?

Figura 05: Gravura da Pedra Bonita – pelo Pe. Francisco José Correia de Albuquerque, 1838.



Fonte: COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Folk-lore pernambucano. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 70, pt 2, p. 36b, 1907 (1908).

A gravura acima encerra um “corpo escrito” cuja imagem foi lapidando a leitura de uma tragédia permeada pelo “fanatismo”, o que tem mobilizado uma recorrente apropriação do referencial deste episódio da Pedra Bonita para demarcar a particularidade da crença sebástica no Brasil. Destacamos, entre as imagens, as duas pedras com cerca de 30 metros de altura, em formato cuneiforme, que representam o *locus* principal da crença (1); a seguir, em suas laterais, os sacrifícios de mulheres e crianças promovidos por João Ferreira (6, 7, 9); o segundo rei, João Ferreira, que assumiu com a desistência de João dos Santos, foi considerado o mais “terrível” e responsável pela maioria dos sacrifícios, pregando aos sectários a necessidade de mais sacrifícios, sob a justificativa que “D. Sebastião estava muito desgostoso e triste com seu povo” e que era preciso mais sangue, adesão que alcançou seu ápice nos dias 14, 15 e 16 de maio de 1838⁵⁷³ (10); o estado em que se encontrou o dito rei João Ferreira, executado, em sacrifício, a mando do último rei, Pedro Antônio. Pela resistência apresentada, João Ferreira foi amarrado, pés e mãos, entre duas árvores onde deu os seus últimos suspiros (14); as sepulturas e ossadas dos mortos encontrados dois meses depois pelo padre Francisco José Correia de Albuquerque (17).

Sublinhe-se que a repercussão deste macabro evento não escapou a Ferdinand Denis. Registra-o no seu *Portugal Pitoresco* (1846)⁵⁷⁴, referência retomada anos depois por Teófilo Braga, em seu livro *O Povo Português e seus costumes, tradições e crenças* (1885), e pela obra de Zeferino de Albuquerque, *Dicionário Universal Português* (1887). Naquela, Denis completou o que sobre a realidade sebástica havia escrito em *Brasil* (1836) e retomou a temática com mais elementos, sobretudo no que respeita ao período em que governou D. Sebastião e ao que se seguiu ao desastre de Alcácer Quibir, período em que se desenvolveu “uma série das mais complicadas e estranhas aventuras” que darão continuidade à “tão romântica história do infeliz D. Sebastião.”⁵⁷⁵

Com estas palavras, Denis reavivava o fundo histórico, já explorado na obra anterior, ao mesmo tempo em que sublinhava a permanência da crença, mormente nos sertões ou “apartados” de Minas Gerais. E, se o relato anterior tinha parado nos finais da década de 1820, década e meia depois não podia esquecer-se das repercussões do evento da “Pedra

⁵⁷³ LEITE, Antônio Attico de Souza. Memória sobre a Pedra Bonita ou Reino Encantado na Comarca de Villa Bella, provincia de Pernambuco. *Revista do Instituto Archeologico Historico e Geographico Pernambucano*, Recife, t. 11, 1904. p. 229-230.

⁵⁷⁴ DENIS, Ferdinand. *Portugal Pittoresco ou descrição historica deste reino*. Lisboa: Typ. L. da Cunha, 1846. v. 2, p. 323-324.

⁵⁷⁵ DENIS, Ferdinand. *Op.cit.*, p. 316.

Bonita”, pretexto para constatar que, a par das expressões pacíficas da crença, tinha emergido um *sebastianismo* mais grupal, agressivo, utópico e escatológico:

Eis o resumo das diversas opiniões dos sebastianistas. A crença destes sectários não se manifestou em toda a parte com mostras tão pacíficas. Segundo uma gazeta do Rio de Janeiro, no ano de 1838, apareceu, há seis anos, no interior da província de Pernambuco um sebastianista, que logrando dominar os seus compatriícios, lhes anunciou, em nome de el-rei D. Sebastião, que o soberano de um mundo encantado, ressuscitara, e ia aparecer nas solidões da América meridional, à frente de numeroso e magnífico exército.⁵⁷⁶

Por sua vez, na linha de Denis, o médico e botânico britânico George Gardner (1812-1849), em sua *Viagem ao Interior do Brasil* (1846)⁵⁷⁷, relata ter encontrado, na sua incursão por algumas províncias, “muitos indivíduos pertencentes àquela extraordinária seita chamada dos sebastianistas, apelido que lhes vem de sua crença na volta à terra do rei D. Sebastião, que tombou na célebre batalha de Alcácer Quibir, quando conduzia seu exército contra os mouros.”⁵⁷⁸ E também informa que “os que professam esta crença são mais numerosos no Brasil que em Portugal. Acreditam que com sua volta o Brasil gozará da mais perfeita felicidade e que então se realizará plenamente tudo quanto sonham os nossos próprios milenarianos.”⁵⁷⁹ Em termos grupais, evoca a tragédia da Pedra Bonita, ocorrida poucos anos antes da sua viagem, e a qualifica como “uma das mais extraordinárias cenas de fanatismo de que há exemplos em tempos modernos e em que mal se poderia acreditar, se não fora bem autenticada.”⁵⁸⁰

Ainda na segunda metade do século XIX, a figura do “sebastianista” também aparece em outros escritos⁵⁸¹, como os de Charles Expilly, que legou à posteridade o seu encontro com um “sebastianista”, na cidade de Ilhéus, na Bahia. Expilly veio ao Brasil trabalhar numa fábrica de fósforos (Nausier) no Rio de Janeiro e durante este período, para desagrado de muitos, publicou *O Brasil como ele é* (1862) e *Mulheres e Costumes do Brasil* (1863).

⁵⁷⁶ DENIS, Ferdinand. *Portugal Pittoresco...* Baseado em matéria publicada pelo periódico *Echo Francez*, Rio de Janeiro, 14 jul. 1838.

⁵⁷⁷ GARDNER, George. *Viagem ao Interior do Brasil*: principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1975. (1ª edição inglesa 1846).

⁵⁷⁸ GARDNER, George. *Op.cit.*, p. 107.

⁵⁷⁹ *Id.*, p. 107.

⁵⁸⁰ *Id.*, p. 107.

⁵⁸¹ A título de curiosidade, ainda num período anterior, houve no Brasil a apresentação de uma peça de teatro intitulada *O Sebastianista*. Prova-o SANT'ANNA, José Manuel de. Requerimento a Diogo Soares de Bivar, solicitando exame censório para peça: *O Sebastianista*. Rio de Janeiro, 29 out. 1853. (Coleção Conservatório Dramático Brasileiro, Biblioteca Nacional).

Neste último livro, interessa-nos particularmente o que o autor escreveu no capítulo IV, sob o tópico “A Seita dos Sebastianistas”.⁵⁸² Aqui, relembra o tema no universo literário europeu, e narra, de forma pitoresca, a presença de figuras que ainda esperavam a volta do rei D. Sebastião. Tratando a crença sebastianista como uma “mania”, o autor se apoia também nos relatos de Robert Walsh e Fernand Denis para tratar de episódios que tiveram o Brasil como cenário. Seu foco, contudo, privilegiou o desenvolvimento de uma ótica jocosa, já que, através da anedota, da troça e da farsa (lembramo-nos aqui, da peça *As Profecias do Bandarra*, de Almeida Garrett), procurou mostrar o anacronismo das encarnações sebásticas, usando uma linguagem já imbuída de um paradigma médico que fará época logo a seguir.

Um exemplo é a história de um tal Pedro Carvalho, de Ilhéus, “vítima de alguma mistificação atrevida”⁵⁸³, que acreditava no retorno de D. Sebastião, acontecimento que iria mudar radicalmente a sua vida. Não admira, assim, que, ao falar com Expilly e seu companheiro, os tivesse visto como os “emissários do rei extinto”.⁵⁸⁴ Ora, dada insistência do crente, aqueles acabaram por inventar “uma história fantástica sobre o rei d. Sebastião”.⁵⁸⁵ Pela forte credulidade apresentada pelo seu ouvinte, Expilly ficou comovido com “aquele homem, pronto a sacrificar-se por um príncipe morto há três séculos, mas sempre vivo na sua lembrança”, atitude que “desafiava com excessiva coragem o ceticismo da nossa época, para não excitar a minha simpatia. A despeito das minhas ideias, eu estava emocionado diante dessa crença, que nada podia abalar.”⁵⁸⁶

Embora não tendo uma “organização particular”, o número de crentes sebastianistas, segundo os próprios, era elevado. Além do Brasil e Portugal, existiam também na França, na Espanha e na Itália os que compartilhavam da mesma ideia: “no dia do seu aparecimento d. Sebastião apoiar-se-á em um exército formidável composto de contingentes de todos os povos católicos.”⁵⁸⁷ No entanto, não deixou de causar surpresa ao autor os ecos sebásticos existentes do outro lado do Atlântico, verificação que o levou a correlacionar, na senda de Denis, a convicção de que o “jovem monarca” não estava morto como o mito do rei Artur, que “vive errante pelo mundo”, ou mesmo que “talvez se tenha retirado para um sítio ignorado, onde os seus inimigos jamais o descobrirão”.⁵⁸⁸ Com o dom da imortalidade, D. Sebastião pode

⁵⁸² EXPILLY, Charles. *Mulheres e Costumes do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935 (1ª. edição 1863?)

⁵⁸³ EXPILLY, Charles. *Mulheres e Costumes do Brasil...*, p. 184.

⁵⁸⁴ EXPILLY, Charles. *Op.cit.*, p. 185.

⁵⁸⁵ *Id.*, p. 186.

⁵⁸⁶ *Id.*, p. 187.

⁵⁸⁷ *Id.*, p. 190.

⁵⁸⁸ *Id.*, p. 187.

aguardar o momento certo (e decretado por Deus) para regressar a esse mundo e reivindicar os seus direitos, conforme acreditavam e divulgavam alguns populares, para quem ele está “vivo e bem vivo”. Embora Expilly fizesse uma leitura crítica de tal fenômeno, associando-o inclusive a um comportamento “monomaniaco”⁵⁸⁹ – como o caso do senhor Pedro Carvalho –, não deixou de ficar surpreso com a firmeza dos crentes sebastianistas, para quem “d. Sebastião existe, [e] poderá secretamente desembarcar no Brasil. Que representam vinte anos, ou mesmo cinquenta, para um homem que não envelheceu em três séculos? Ele aparecerá de repente para executar a obra de Deus.”⁵⁹⁰

Ora, se o acontecimento da “Pedra Bonita” não foi único (veja-se a “Serra do Rodeador”), a verdade é que ele, pela sua radicalidade, se tornou a referência máxima das expressões coletivas do *sebastianismo* e da projeção do seu fundo apocalíptico (o fim de um mundo) e escatológico como esperança no advento, na terra, do reino (utópico) da abundância e da felicidade no Brasil. E não foi por acaso que a tradução mais violenta e sacrificial desta expectativa ocorreu em zona pobre e subjugada ao poder de alguns e à hostilidade da natureza.

Seja como for, importa sublinhar que a análise dos episódios sebastianistas no Brasil não mereceu, por parte dos escritores brasileiros, uma imediata apreciação crítica, muito embora, sem fazer referência direta a D. Sebastião, o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, em sua *História Geral do Brasil* (1857), referindo-se ao Rodeador, já afirmasse que o episódio “não deixará no futuro de prestar fértil e curioso assunto à imaginação dos poetas e romancistas.”⁵⁹¹ Como facilmente se entende, a sua fixação através da escrita, bem como a sua propagação oral, vieram reforçar o impacto do acontecimento e, através dele, dos fenômenos sebásticos, trabalho que teve continuidade na década de 1870, seja na sua vertente erudita (como foi o caso dos trabalhos produzidos para os institutos históricos – Antônio Attico de Souza Leite), seja na sua faceta mais literária (Tristão de Alencar Araripe Júnior). Ora, estas perspectivas constituem sintoma do paulatino processo de intelectualização do tema e, em nossa opinião, “inauguraram” uma nova forma de abordar a crença sebástica no Brasil.

Com efeito, o trabalho de Antônio Attico de Souza Leite, *Memória Sobre A Pedra Bonita Ou Reino Encantado Na Comarca de Villa Bella* (1875)⁵⁹², foi mais longe do que os

⁵⁸⁹ SCOVILLE, A. O desejado e o rejeitado: o sebastianismo que Charles Expilly encontrou por aqui. *Revista de Letras*, Curitiba, n. 68, p. 115-128, jan./abr. 2006.

⁵⁹⁰ EXPILLY, Charles. *Mulheres e Costumes do Brasil...*, p. 197.

⁵⁹¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brazil*. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1857. t. 2, p. 393.

⁵⁹² O texto utilizado para esta análise é a seguinte versão: LEITE, Antônio Attico de Souza. *Memória sobre a Pedra Bonita ou Reino Encantado na Comarca de Villa Bella, provincia de Pernambuco*. *Revista do Instituto*

documentos oficiais e os escritos dos viajantes estrangeiros informaram. Natural de Serra Talhada, município do interior de Pernambuco e membro de uma família da região próxima ao sítio da Pedra Bonita, ele bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife, conviveu com parte da intelectualidade brasileira da chamada “geração de 1870” e tornou-se membro do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, fundado em 1862.

Seu escrito pode ser analisado como um “texto híbrido”⁵⁹³, pois é, simultaneamente, um documento e uma interpretação, características comuns a outros textos publicados na segunda metade do século XIX e primeira do século XX no Brasil. Foi seu objetivo recompor uma memória histórica sobre o “acontecimento” da Pedra, “histórias” que tinha ouvido desde a sua infância. Neste sentido, já morando na capital, Recife, se deslocou para o interior e foi

Até a Serra Formosa no atual município de São José do Belmonte, em companhia de 34 pessoas, no mês de julho de 1874. Para escrever a Memória ele consultou os documentos oficiais existentes sobre o episódio, principalmente a estampa feita pelo padre Francisco José Correia de Albuquerque. Entrevistou vários moradores do local e ouvia algumas testemunhas oculares do massacre.⁵⁹⁴

A partir daqui (e da sua própria memória), quase quatro décadas depois do ocorrido, elaborou a sua versão da tragédia, numa abordagem filtrada por uma forte influência do catolicismo, tópica que projetou na leitura conservadora e na imagem negativa dos “sebastianistas” que nos ofereceu. Neste contexto, compreende-se que encontremos juízos de valor depreciativos, veiculados numa linguagem que se aproxima da usada em outras histórias, como as dos viajantes. Assim, no seu modo de ver, o ajuntamento daquele grupo constituía uma “seita”.

Neste trabalho, Souza Leite muniu-se de três instrumentos principais para composição do texto: fez uma viagem ao espaço-palco dos acontecimentos; consultou documentos oficiais e ouviu o testemunho de sobreviventes e moradores das proximidades de “Pedra Bonita”. As *Memórias* encontram-se divididas em doze capítulos e estruturam-se numa narrativa cuja trama se desenrola à volta de três “personagens” principais: os “fanáticos”, a Igreja e o Estado.

Archeologico Historico e Geographico Pernambucano, Recife, t. 11, 1904. (Anteriormente, este texto foi publicado em 1875 e 1898).

⁵⁹³ LIMA, Luiz Costa. *História, Literatura, Ficção*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 358.

⁵⁹⁴ CARVALHO, Ernando Alves de. *A Pedra do Reino: a tragédia que virou festa*. Recife: Edição do Autor, 2003. p. 101. Ver também: CLEMENTE, Débora Cavalcante de Moura. As fontes utilizadas por Antônio Ático de Souza Leite: limites e problemas. In: _____. *Representações da história da Pedra do Reino no romance O Reino Encantado* (1878), de Araripe Jr. 2012. 253f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. p. 53-56.

Em síntese, seus prosélitos, levados pela “impostura” e inspirados por um “folheto”, tinham acreditado no “desencanto” do rei D. Sebastião, sob a liderança de um “falso profeta” (João Antônio dos Santos) que, acometido de “fanatismo”, anunciou a “restauração do reino” e, com ele, a chegada de todas as benesses de um novo mundo. João Antônio dos Santos, divulgador das novas do reino, andava com um velho folheto português que confirmava a vinda do rei D. Sebastião. Mas, desistindo de dar continuidade ao seu projeto, João Ferreira, seu cunhado, assumiu o trono e foi com ele que o episódio da Pedra Bonita mais se extremou.

Destaca-se, também, do trabalho, os comentários que o autor fez sobre a situação em que se encontrava a Comarca de Flôres e as providências que precisavam ser tomadas para mudar a sua situação de instabilidade política e religiosa. Realçou, neste sentido, o papel do padre Francisco José Correia de Albuquerque e suas atividades missionárias. Todavia, todo o empenho daquele religioso não teria sido suficiente para afugentar o “autor, primeiros aderentes e cooperadores” da “superstição” que tomou conta de parte da comunidade de Flores, nomeadamente do sítio Pedra Bonita. Concretamente, a tranquilidade do padre terá sido quebrada quando João Antônio dos Santos, “munido de duas pedrinhas”, revelava aos “incautos habitantes” que provinham de uma “mina encantada” e,

Inspirado ao mesmo tempo num velho folheto, de que nunca se apartava, e que encerrava um desses contos ou lendas, que andavam muito em voga acerca do misterioso desaparecimento d’El-Rei Dom Sebastião na batalha de Alcácer Quibir, e da sua esperada e quase infalível ressurreição, tratou de propalar pela população daquele e dos vizinhos distritos, que estava sendo conduzido todos os dias por El-Rei Dom Sebastião a um sítio pouco distante do lugar de sua residência, no qual mostrava-lhe, aquele além de uma lagoa encantada, de cujas margens extraíra aqueles e outros brilhantes, duas belíssimas torres de um templo, já meio visível, que seria por certo a catedral do reino na época pouco distante da sua restauração.⁵⁹⁵

Será interessante analisar alguns pontos referentes à narrativa acima e à forma de persuasão utilizada por João Antônio dos Santos, a saber: as pedras preciosas, o folheto, a figura do rei D. Sebastião e a lagoa encantada. Sabemos que a ideia do desencanto está presente através do conteúdo de um trecho do folheto mencionado e onde se anunciava: “quando João se casasse com Maria – Aquele reino se desencantaria...”⁵⁹⁶, o que nos remete para uma tradição comum ao catolicismo sertanejo. Não se tem conhecimento de um conteúdo mais completo deste folheto; sabe-se apenas que nele havia “a lenda do misterioso desaparecimento de Dom Sebastião, na batalha de Alcácer Quibir, e de sua esperada

⁵⁹⁵ LEITE, Antônio Attico de Souza. Memória sobre a Pedra Bonita..., p. 221.

⁵⁹⁶ LEITE, Antônio Attico de Souza. *Op.cit.*, p. 223.

ressurreição.”⁵⁹⁷ Estas artimanhas tiveram a capacidade de persuadir a população sob a promessa de que, com o desencantamento de D. Sebastião, haveria um novo mundo, pleno de riquezas e abundâncias e, no caso de João dos Santos, o casamento com uma jovem de nome Maria, cuja pretensão, até então, tinha sido frustrada.

Na sequência do relato, Souza Leite descreve as reações que este apostolado provocou, assinalando que alguns, percebendo que as ideias de João dos Santos eram diferentes das doutrinadas pela Igreja, começaram a se inquietar:

As pessoas honestas e bem intencionadas já começavam a receiar os maus efeitos da propaganda, não porque antevissessem o desfecho sanguinolento que mais tarde foi posto em cena, mas porque, desviado o povo da crença da verdadeira religião, e do seu honesto trabalho e ocupação, na esperança de indenizar-se com os tesouros prometidos, não podia essa alteração nas crenças e costumes dos novos sectários deixar de arrastá-los à prática do furto, roubo e outros crimes.⁵⁹⁸

O discurso do autor é claro ao qualificar os “heróis” da história. O padre Francisco é apresentado como um sacerdote de vida exemplar e de alta reputação moral, enquanto o povo é apreciado como honesto e trabalhador. O padre recorreu a meios persuasivos para dispersar os membros da “seita” e, num primeiro momento, conseguiu que João dos Santos desistisse de seu intento, pois viajou para a região do Rio do Peixe, interior da Paraíba, e depois, para os Inhamuns, nos sertões do Ceará. Contudo, outro personagem, João Ferreira, deu continuidade às práticas religiosas.

Através de um vaqueiro que fuge do grupo, tomou-se conhecimento dos segredos e dos últimos acontecimentos em torno da “pedra”. É que o desencanto exigia sacrifício e este muito sangue. Para convencer o adepto a tomar parte no ritual e, sobretudo, para se disponibilizar para o sofrimento, fomentou-se a ingestão de “vinhos”, feitos à base de jurema com manacá, uma substância alucinógena.

O grupo ganhou foros de preocupação e a autoridade religiosa não era mais suficiente para aplinar a ameaça. Por isso, a força policial foi convocada para dissolver o “ilícito ajuntamento” sob o comando do major Manoel Pereira da Silva, que foi descrito por Souza Leite como sendo um homem com um caráter íntegro e de grande reputação:

⁵⁹⁷ VALENTE, Waldemar. *Misticismo e Região: aspectos do sebastianismo nordestino*. 2. ed. Recife: Editora ASA Pernambuco, 1986. p. 54. (1ª edição 1940)

⁵⁹⁸ LEITE, Antônio Attico de Souza. *Memória sobre a Pedra Bonita...*, p. 225.

Coração bem formado, magnânimo, e generoso, alma nobre, e franca, espírito recto, maneiras brandas, e trato ameno, eram qualidades, que desde o verdor dos anos distinguiam o major Manoel Pereira, em que todos folgavam de reconhecer os predicados do bom pai, bom filho, bom irmão, bom esposo, bom amigo, bom cidadão (...) Seu amor às instituições era o mais ingênuo; sua lealdade política um modelo; sua dedicação ao serviço público uma abnegação dos próprios interesses.⁵⁹⁹

O padre e o major, enquanto representantes de duas importantes instituições – a Igreja e o Estado –, são apresentados como figuras “perfeitas” e, portanto, adequadas para acabar com o mal que afetava e punha em risco os valores religiosos e a tranquilidade daquela sociedade: “o fanatismo entronizado pela maldade, e o crime requintado pela ambição despedaçavam a inocência, ameaçando a justiça, e aniquilavam a moral, pondo em perigo a religião”.⁶⁰⁰ E a força legal conseguiu dispersar os “fanáticos” ao prender alguns e matar outros. Reforçando o discurso sobre a figura do major, realça que ele, mesmo tendo perdido dois irmãos no conflito, conseguiu manter sua postura cívica firme em torno de seu credo religioso, o que possibilitou que muitos fossem “salvos pelo espírito da verdadeira religião.”⁶⁰¹

Embora este texto de Souza Leite não tenha sido reeditado desde 1904, ele acabou por demarcar, junto com o de Araripe Júnior, uma forma nova de abordar a crença sebastiana nos sertões do Norte/Nordeste, sendo ponto de partida para vários trabalhos, sobretudo os de cunho literário.⁶⁰²

Ainda na década de 1870, o episódio da Pedra Bonita foi o pano de fundo do romance histórico (de cariz trágico) *O Reino Encantado: crônica sebastianista*⁶⁰³, escrito por Tristão de Alencar Araripe Júnior (1848-1911). Filho de uma das famílias tradicionais do Norte, primo do escritor José de Alencar, Araripe Júnior teve formação em advocacia, pela Faculdade de Direito do Recife, destacando-se como crítico literário e, com menos sucesso, como escritor de romances. Foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras, membro do Instituto Histórico do Ceará e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ao lado de

⁵⁹⁹ LEITE, Antônio Attico de Souza. Memória sobre a Pedra Bonita..., p. 232.

⁶⁰⁰ LEITE, Antônio Attico de Souza. *Op.cit.*, p. 232.

⁶⁰¹ *Id.*, p. 240.

⁶⁰² Ver: SUASSUNA, Ariano. *A Pedra do Reino ou o príncipe do sangue do vai e volta*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971; BOURDON, Albert-Alain. Messianisme sébastianiste et messianisme révolutionnaire au Brésil: le mouvement de la Pedra Bonita dans l'histoire de la littérature du nordeste. *Separata do Bulletin des Études Portugaises et Brésilienues*, Lisboa, nova série, t. 37/38, p. 156-197, 1979; QUADROS, António. *Poesia e Filosofia do Mito Sebastianista*. Lisboa: Guimarães, 1982. v. 1.

⁶⁰³ ARARIPE JUNIOR, Tristão de Alencar. *O Reino Encantado: chronica sebastianista*. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Noticias, 1878.

Sílvio Romero e José Veríssimo, formaram a “trindade crítica da época iluminista e naturalista” no Brasil.

O tratamento literário dado pelo autor ao tema estava em consonância com os debates de uma geração de escritores (a exemplo de Tobias Barreto, Sílvio Romero, Capistrano de Abreu e Euclides da Cunha), de fins do século XIX e inícios do século XX, que, inspirados nos teóricos franceses, ingleses e, sobretudo, no historicismo alemão, seriam os precursores da elaboração do pensamento moderno brasileiro. De acordo com a historiadora Mônica Pimenta Veloso, “é na conjuntura de 1870 que se inicia o debate das ideias que conformarão a cultura histórica moderna. O positivismo de Comte, o evolucionismo de Darwin e Herbert Spencer e o intelectualismo de Hippolyte Taine e Renan terão influência marcante na conformação do pensamento social brasileiro, até a década de 1930”.⁶⁰⁴

Diferentemente de Souza Leite – que buscou explorar uma vertente memorialística da “Pedra Bonita” –, Araripe Júnior, mesmo partindo claramente das informações daquele, vai reforçar a visão negativa da “seita sebastianista” pelo domínio da literatura, embora, para o período aludido, ainda não houvesse uma clara demarcação entre o campo da história/memória e da literatura.⁶⁰⁵ Dividiu o seu romance em duas partes: “A fazenda das Porteiras” – onde insere os personagens principais da trama, sobretudo a partir do universo da fazenda, e “Os sebastianistas” – onde trata da problemática da “seita” adentrando o seu universo ritualístico.

Neste “romance social”, Araripe Júnior vai nos remeter aos conceitos de “civilização” e “barbárie” para construir uma gramática do *outro* na sua leitura naturalista/realista dos problemas sociais. Para isso, retoma o repertório português (dos “falsos” D. Sebastião), mas também sublinha as especificidades dos sertões (“obnubilação brasílica” – teoria que defende a ideia de que o colono português se adaptou aos costumes dos nativos e não o contrário⁶⁰⁶), associando-as à projeção de outras expectativas de mundo, seja a da libertação do “escravo”, seja a do domínio da natureza agreste, seja a do desejo de consumir a felicidade na terra.

Depois de uma digressão pela primeira parte, “A Fazenda das Porteiras”, onde apresenta os personagens principais (Maria, a filha do fazendeiro e paixão do afilhado e

⁶⁰⁴ VELOSO, Mônica Pimenta. *História & Modernismo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 39.

⁶⁰⁵ Ver: NEVES, Frederico de Castro. A miséria na literatura: José do Patrocínio e a seca de 1878 no Ceará. *Tempo*, Niterói, v. 11, n. 22, p. 80-97, 2006; VELLOSO, Mônica Pimenta. A literatura como espelho da nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 239-265, 1988.

⁶⁰⁶ ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. Gregório de Matos. In: _____. *Araripe Júnior: teoria, crítica e história literária*. Seleção e apresentação de Alfredo Bosi. Rio de Janeiro: Livros Técnicos Científicos; São Paulo: Edusp, 1978. p. 299-300.

vaqueiro Tibúrcio, que será capturada para o sacrifício; Tibúrcio, que fará de tudo para conquistar o coração de sua amada, sem sucesso; Manoel, o capataz da fazenda; Justina, que também trabalha na fazenda, é apaixonada por Manoel e mantém contatos com os crentes sebastianistas da Pedra; o frei Simão, visto como uma figura “sinistra” e que seria dele que partiria os fundamentos para a construção da crença; além de João dos Santos, João Ferreira, Pedro Vieira e outros já referenciados por Attico de Souza Leite) e a paisagem. Naquele cenário, o *homem* e o *meio* se misturavam pela “ardência de um clima tórrido”. Destaca-se, entre os personagens, a figura de frei Simão pela propagação das “profecias” e por ter levado aos pés do Rei Santidade (como também era chamado o líder) outros seguidores (que Araripe Júnior chama de “quilombolas”, embora não se tenha conhecimento histórico deles naquele sítio), sendo eloquente a seguinte passagem:

Um espírito que vem dos céus nos protege, e as profecias se hão de realizar. Os fiéis estiveram presentes às vozes da *Casa Santa*, e todos ouviram o espírito exclamar que, quando João se casar com Maria, o reino se desencantaria. É preciso assim que se faça a grande obra do encontro, e o sangue dessa virgem irá lavar o altar dos mistérios sacrosantos.⁶⁰⁷

Araripe Júnior vai assim inserindo, na trama, a perspectiva de uma tragédia anunciada. Seu discurso demarca a contraposição entre “superstição” e a “religião”, pois onde impera a primeira, “afoga-se a religião, e todos os sentimentos que elevam e embrandecem a bruteza animal desaparecem”.⁶⁰⁸

Na segunda parte, indicia mais sobre “Os Sebastianistas”, no âmbito de suas “recordações históricas”, com destaque para as caracterizações pitorescas das figuras dos “falsos” D. Sebastião⁶⁰⁹. E tudo isto aponta para o seu grande objetivo: dar uma visão negativa do fenômeno sebástico em suas ressignificações na Pedra Bonita. É justamente neste sentido que recorreu à história “sebástica” para expor a ligação entre as crenças populares, as leituras das *Trovas* do Bandarra e seus ecos no Brasil, e onde deu grande destaque à tese da “impostura”, isto é, ao repertório sebástico que aborda as experiências dos “falsos D. Sebastião” – Araripe Júnior compreende o episódio brasileiro como um prolongamento desta tradição do mito pelo “povo”. Tal justaposição também serve para comprovar que havia uma “sobrevivência” da crença e que, no Brasil, especificamente na “Pedra”, estes fatos sofreram uma recepção condicionada pela forte presença de uma cultura existente nos povos do sertão.

⁶⁰⁷ ARARIPE JUNIOR, Tristão de Alencar. *O Reino Encantado: chronica sebastianista*. Rio de Janeiro: Typographia Gazeta de Noticias, 1878. p. 08. (Grifo do autor).

⁶⁰⁸ ARARIPE JUNIOR, Tristão de Alencar. *Op.cit.*, p. 42.

⁶⁰⁹ *Id.*, p. 53-56.

E esta condição ainda provocou uma mutação relevante: “D. Sebastião”, de “Desejado” e “Encoberto”, passou a ser o “Encantado”.

Araripe Júnior é, assim, sensível às teses que, na linguagem da época, tendiam a valorizar as influências mesológicas e etnológicas na explicação dos comportamentos. Daí o ter relevado o papel do *meio* e do *homem* que faziam com que, ali, nos sertões, habitasse um povo marcado pelo “atraso”, pela “superstição”, e pela ausência da “civilização”. Nesta primeira fase de sua produção, buscou os tipos locais como o índio e o sertanejo, os chamados “tipos primitivos”, donde, preocupado com uma literatura eminentemente nacional⁶¹⁰, percebeu a potencialidade de uma temática como o *sebastianismo*.

Estas experiências de escrita sobre os episódios da Serra do Rodeador e, principalmente, da Pedra Bonita têm grande relevância na formação discursiva sobre o homem dos sertões, seu universo religioso e sua concepção de mundo. Esta literatura sebástica constitui uma projeção da própria época, são indícios de uma lógica de recusa às práticas desviantes, sejam da religião oficial, sejam do Estado, sejam da própria sociedade. Segundo o historiador Albuquerque Júnior, esta fase é marcada por um “regionalismo naturalista”, ainda não tão elaborado quanto o da década de 1920, mas que já esboça o lugar da diferenciação sociocultural entre o norte e o sul do Brasil.⁶¹¹

5.3 Ecos do prolongamento da crença sebástica no Brasil

Não obstante a crescente intelectualização do entendimento do fenômeno, a sua sobrevivência popular prolongou-se no século XX, como mostram casos como o registrado por Coriolano de Medeiros, em Cabedelo, no Estado da Paraíba, e o da Ilha dos Lençóis, lugar onde alguns moradores acreditam que o rei Sebastião habita o “fundo da Ilha”. Eles são os “Filhos da Lua” ou “Filhos do Mestre”.

Se D. Sebastião foi sendo incorporado ao discurso popular pela lógica do “encantado” e pela promessa da terra da promessa, a surpresa continua, segundo nos relata o historiador paraibano Coriolano de Medeiros, em texto de 1911, “O sebastianismo na Parahyba”. Ao conversar com um pescador, um morador da cidade de Cabedelo, surpreendeu-se quando este lhe revelou que era um “sebastianista”. É que,

⁶¹⁰ LIMA, Alexandre. *A literatura e o corpo na obra de Araripe Junior: um estudo sobre a relação entre insanidade e a atividade literária no final do século XIX*. 2004. 201f. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) –Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

⁶¹¹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Geografia em ruínas. In: _____. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: Massangana; São Paulo: Cortez, 1999. p. 39-64.

Jamais passara pela lembrança que o desventurado rei de Portugal tivesse ainda na Paraíba um indivíduo aguardando a sua volta. Não desconheço que nesta terra, embora sem o fanatismo horroroso da Pedra Bonita, houve sectários da volta de D. Sebastião, mas presumia que a crença estivesse morta há longos anos. Enganei-me e me resta perguntar ainda se o velho Antônio Joaquim Leitão será o último sebastianista da minha terra.⁶¹²

Ora, a surpresa de Coriolano se amplia na medida em que o velho Joaquim inicia o seu relato: as histórias que contou sobre o D. Sebastião e o desfecho de Alcácer Quibir apareciam numa tonalidade diferente da ensinada pelos livros. Na narrativa do crente, o destino do rei aparecia envolto em circunstâncias ainda mais “maravilhosas”:

“Dos anos de 1820 a 1830, o paraibano Bernardo Pereira e um seu irmão, ambos nascidos e residentes em Cabedelo, pregavam o sebastianismo. Por desígnio da Providência e para castigo de Portugal, encantara-se D. Sebastião, que um dia devia *desencantar-se*, e aparecer num país onde se comia farinha de pau.” *Farinha de pau*, chamavam os nossos antepassados à farinha de mandioca, pelo que, D. Sebastião devia ressuscitar no Brasil.⁶¹³

Partindo desta premissa, sem deixar de causar mais surpresa, o narrador ainda descreve uma convivência amistosa de D. Sebastião rica de significados: “em Portugal havia um moço de nome *Bandarra*, amigo íntimo do rei, e possuidor de um cavalo, cuja vivacidade era admirável. O rei quis comprar o animal e Bandarra replicou que nem o dava, nem o emprestava, nem o vendia; que era obrigado a possuí-lo *para uma ocasião...*”⁶¹⁴ Esta “ocasião” chegou quando o rei perdeu o seu cavalo no combate e Bandarra aproximou-se e ofereceu-lhe o seu. Naquele cavalo, D. Sebastião, “mal cavalgou, tinha desaparecido”, indo parar, como “encantado”, num “reino invisível no meio do oceano”⁶¹⁵ cuja veracidade, aponta o narrador, encontra-se nos relatos de antigos pescadores.

Mais recentemente, merece menção o *sebastianismo* dos habitantes da Ilha dos Lençóis, situada no arquipélago de Maiaú, litoral noroeste do Maranhão. Aqui, a crença em torno de “Rei Sebastião” (e não D. Sebastião) era praticada por alguns moradores.⁶¹⁶ A presença do “encantado rei” naquele espaço tem sido exposta como de grande relevância para

⁶¹² MEDEIROS, Coriolano de. O Sebastianismo na Parahyba. *Revista do Instituto Histórico e Geographico da Parahyba*, Parahyba, n. 3-4, p. 283-284, 1911.

⁶¹³ MEDEIROS, Coriolano de. *Op.cit.*, p. 284. (Grifos do autor).

⁶¹⁴ *Id.*, p. 284. (Grifos do autor).

⁶¹⁵ *Id.*, p. 284.

⁶¹⁶ Para algumas narrativas sobre a crença dos moradores da Ilha dos Lençóis, em torno de D. Sebastião, ver: A ILHA de Dom Sebastião [Documentário]. Produção: Câmara 4. Brasil: TV Câmara, 2006. 1 vídeo (24 min.), son, color. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/tv/materias/DOCUMENTARIOS/186746-A-ILHA-DE-DOM-SEBASTIAO---VERSAO-INTEGRAL.html>. Acesso em: 28 out. 2013.

os prosélitos, já que, vítimas do albinismo – o que gera preconceitos – e historicamente esquecidos pelas políticas públicas, foram projetando, a partir de narrativas antigas, suas expectativas de proteção e fartura (pesca) naquela entidade. No imaginário dos ilhéus, Lençóis está dividida em dois mundos: o de “riba”, e o do “fundo”, habitação do rei e dos demais encantados, embora, por vezes, ele suba ao mundo de “riba”, geralmente à noite. Por outro lado, alguns moradores – os que têm o poder da vidência – conseguem se transpor para o palácio do rei e falar com ele. É o caso do senhor Chico Rabelo que, segundo nos contou, teria visitado a “cidade do fundo” na década de 1960 e se deparou com o Rei Sebastião deitado numa rede e com um penacho na cabeça.⁶¹⁷

A reatualização desta tradição, que também pode ser chamada de “sebastianismo caboclo”, é mantida por três vias: as narrativas compartilhadas entre os mais velhos e mais jovens, os cânticos, e as práticas ritualísticas que fazem daquela ilha um espaço religioso singular: entre os crentes, há a prática da pajelança indígena (cura), o tambor de mina (culto afro-brasileiro, aonde D. Sebastião é uma entidade tida como um “vodum gentil”) e mesmo como o padroeiro da ilha, São Sebastião. Todos os anos alguns pais-de-santo do Brasil vão à Lençóis render culto ao “Rei Sebastião”.⁶¹⁸

Na verdade, a Ilha dos Lençóis faz parte de uma “geografia do sagrado” mais ampla. Ao lado de D. Sebastião, outros “voduns gentis” são cultuados – conforme já tivemos a oportunidade de expor em outra ocasião –, o que implica que cada “reino” corresponda a uma área de domínio de uma “entidade”. De forma sintética, de acordo com depoimentos de praticantes do tambor de mina e da pajelança, o “mundo da Encantaria” no Maranhão está assim dividido:

O Reino de Dom Luís, o Rei da França, maior vodum gentil da Encantaria do Maranhão é responsável pela ilha de São Luís e tem o seu reino encantado na Praia da Ponta da Areia; Dom Sebastião, o Rei de Portugal, é o

⁶¹⁷ ANDRADE, Joel Carlos de Souza. *E assim se encontrou a vontade e o desejo* na ilha do encantado rei Dom Sebastião. In: _____. *Os Filhos da Lua: poéticas sebastianistas na Ilha dos Lençóis-MA*. 2002. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002. p. 64-105; SANTOS, Pedro Braga. *O Touro Encantado da Ilha dos Lençóis e o sebastianismo no Maranhão*. Petrópolis: Vozes, 2001; NAUD, José Santiago. Dom Sebastião da Liberdade: um mito maranhense. *Espiral*, Lisboa, ano 01, n. 4/5, p. 135-138, 1964/1965; MONTELLLO, Josué. Prefácio. In: _____. *Cais da Sagração*. Mem Martins: Europa-América, 1982. p. 22-23. (Coleção Século XX. Autores brasileiros contemporâneos, v. 170)

⁶¹⁸ Sobre as práticas religiosas ligadas ao tambor de mina, à pajelança e às encantarias, ver: FERRETTI, Mundicarmo M. R. *Maranhão Encantado: encantaria maranhense e outras histórias*. São Luís: UEMA, 2000; FERRETTI, Mundicarmo M. R. *Terra de Caboclo*. São Luís: SECMA, 1994; FERRETTI, Sergio F. *Querebentã de Zomadonu*. Etnografia da casa das Minas. São Luís: EDUFMA, 1996; MAUES, Raymundo Heraldo. *Padres, pajés, santos e festas: catolicismo popular e controle eclesiástico: um estudo antropológico numa área do interior da Amazônia*. Belém: CEJUP, 1995; PRANDI, Reginaldo (org.). *Encantaria brasileira: o livro dos mestres, caboclos e encantados*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

segundo maior vodum gentil do Maranhão e o seu reino encantado tem como sede a praia dos Lençóis chegando seu domínio até a rampa do porto de Itaqui onde a princesa Janaína, filha de Dom Sebastião, vive encantada; Dom Manuel, também Rei de Portugal e vodum gentil, tem a Baía de São Marcos como seu reino encantado; Dom João Soeiro, outro vodum gentil, domina a encantaria da Ilha do Medo nas proximidades de São Luís; Dom José, o Rei de Floriano, tem o seu reino encantado na Baía de Alcântara; Rei Barão de Guaré domina das cercanias de Alcântara até o Boqueirão, próximo aos limites da Encantaria de Dom Sebastião; Dom Pedro de Angarço tem seu reino em Codó, interior do Estado; existindo ainda muitos outros reinos cultuados nos diversos terreiros espalhados pelo Maranhão.⁶¹⁹

Entretanto, ainda no que tange à Ilha dos Lençóis, em virtude da transformação recente do lugar em espaço de visitação turística e, com isso, do aumento do fluxo de pessoas, na opinião dos mais velhos, o rei estaria desgostoso, razão pela qual aparecia cada vez mais raramente. Porém, como símbolo maior de inversão da ordem imposta, seja pelos homens, seja pela natureza, cantam: “Rei, rei, rei Sebastião. Quem desencantar Lençóis, vai abaixo o Maranhão”⁶²⁰, lógica que está presente na possibilidade de transformação de uma realidade disfórica em eufórica cujos laços unem Lençóis à Serra do Rodeador, à Pedra Bonita e à Canudos (sobretudo, no tratamento dado à ideia de que “O sertão vai virar mar, e o mar virar sertão” tão propagada a partir do estudo de Euclides da Cunha).

A crença sebástica no Brasil logrou esta vertente popular que, aos poucos, também foi se tornando intelectualizada. Outra componente importante foi a sua convocatória para fins políticos nos primeiros anos da República brasileira quando, em nome de certa ideia de modernidade de fundo cientificista, ela começou a ser mais fortemente depreciada e até combatida e deu-se continuidade a novas expectativas de mundo. De fato, foi na luta ferrenha pela instauração de uma nova lógica política que, na seara institucional, esta componente veio à tona para ser objeto de uma contraposição por parte dos simpatizantes da República. Nos fins do século XIX, buscou-se uma ruptura com a tradição monárquica, vista como anacrônica na ótica “jacobina”, pelo que, defender o “regresso” da ordem que a República tinha derrubado, seria uma atitude similar à irracionalidade supersticiosa, anti-evolucionista e antiprogressista que animava as crenças sebásticas, uma das mais nocivas heranças do legado português no Brasil.

⁶¹⁹ ANDRADE, Joel Carlos de Souza. *op. cit.* p. 61. Informações baseadas na entrevista do pai-de-santo Carlos de Barão, da Casa de São Sebastião, Cururupu-MA, concedida ao autor, em setembro de 2001.

⁶²⁰ Canto em homenagem ao Rei Sebastião, na Ilha dos Lençóis, Maranhão.

CAPÍTULO 6

OS RADICAIS DA REPÚBLICA E A DIABOLIZAÇÃO DO SEBASTIANISMO

O desejo de cada um se afirmar contra os outros está forçosamente na origem de novas curiosidades: negar outrem, já é conhecê-lo.⁶²¹

6.1 Os radicais da República

Em contraposição à leitura feita pelos publicistas de *A Voz Pública* (já explorada na primeira parte), que estavam interessados no desenrolar do processo político no Brasil – concebendo-o como de grande relevância para os destinos de Portugal e, sobretudo, para o projeto republicano português –, houve uma parte dos republicanos brasileiros extremamente hostis à herança histórica lusitana, caindo numa postura xenófoba em relação à figura do cidadão e imigrante português, principalmente aquele que vivia na Capital Federal, o Rio de Janeiro.⁶²² Estes brasileiros recebiam a alcunha de “jacobinos”, conhecidos pelo “radicalismo” e pelo “nativismo” ao encetarem uma luta contra tudo aquilo que fosse visto como “passado” e representasse um empecilho ao perfeito “progresso” de seu projeto.

Ora, sem o propósito de esgotar esta discussão, os “jacobinos” remetem-nos aos possíveis “herdeiros” de uma tradição de combate político advinda de grupos específicos, quando da Revolução Francesa, mas que se reconfigurou, também, em outros espaços e experiências históricas. De acordo com Michel Vovelle, “o termo ‘jacobino’, assim como o conceito de jacobinismo, pertence a este registro excepcional, em que uma palavra, escapando de seu limite geográfico e do contexto histórico de seu nascimento, reveste-se de um significado mais geral, um comportamento e até uma visão de mundo”.⁶²³ Uma noção inspiradora que foi reativada no Brasil por aqueles que queriam levar a “revolução” republicana até o fim.⁶²⁴

⁶²¹ BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009. p. 42.

⁶²² De acordo com Gladys Ribeiro, “o impacto da imigração portuguesa pode ser percebida quando flagramos que de 1884 a 1930 entraram quatro vezes mais portugueses que entre os anos de 1820 a 1883.” RIBEIRO, Gladys Sabina. *Mata Galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 08; RIBEIRO, Gladys Sabina. *A Liberdade em Construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002; ver também: ALVES, Jorge Fernandes. *Os brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: [s. n.], 1994.

⁶²³ VOVELLE, Michel. *Jacobinos e Jacobinismo*. Bauru: Edusc, 2000. p. 25.

⁶²⁴ O termo advém do convento dominicano, também chamado jacobino, instalado em outubro de 1789, justamente contemporâneo ao período revolucionário.

Na verdade, a “herança” revolucionária, vista sob este ângulo, durante a instauração da República no Brasil e, principalmente, quando dos primeiros desafios apresentados a esta concretização, ganhou evidência entre os grupos mais radicais que entendiam haver alguns entraves à consumação do verdadeiro “sentido da história” e da “modernidade”. Ora, é neste contexto que achamos coerente convocar a leitura de Fernando Catroga sobre o “1789” francês e remetê-la ao período que circunda o “1889” brasileiro, a despeito de todas as suas particularidades históricas. É que com

A despessoalização do poder e a crescente mescla entre o ideal de patriotismo e um regime político específico (a República), a crença na sacralidade régia foi-se degradando, mais a mais, quando uma atitude concreta servia de prova do que muitos tinham (ou rapidamente passaram a ter) como certo, pelo que a eliminação do monarca, naquelas condições, almejava extinguir a própria Monarquia.⁶²⁵

Se no caso brasileiro, não se elimina o “corpo” da Majestade, buscou-se, discursivamente, eliminar a sua simbologia, ao convocarem-se “velhas” temáticas que bem representavam uma relação não apenas com o passado, mas passadista. É nesta aceção que os relatos de histórias sobre o *sebastianismo*, os “sebastianistas” e o próprio “D. Sebastião”, em suas respectivas associações com a monarquia, foram sendo postos numa atitude assimetricamente antitética⁶²⁶, ou seja, com o propósito de desmerecer a ação política do *outro*, a saber: os religiosos, os portugueses e principalmente os monarquistas. Portanto, conforme veremos, o repertório sebástico acabou por ser largamente utilizado para fins políticos por alguns publicistas “jacobinos”, para quem, no universo de uma possível conspiração “restauradora”, o “espectro” do regresso do rei ganhou novo fôlego.

Em uma rica pesquisa histórica sobre a atuação dos monarquistas no Brasil, no período pós-1889, a historiadora Maria de Lourdes Janotti demonstrou as diferentes formas de atuação dos seus simpatizantes políticos e o possível projeto restauracionista, o que reforçava a ideia de que, para os republicanos, havia um permanente temor em relação ao futuro da República brasileira ainda em sua fase de consolidação.⁶²⁷

As formas de atuação dos “jacobinos” eram variadas: o partido, os *meetings*, os *clubs* e a imprensa que apresentavam uma grande capacidade de intervenção nas ações movidas pelo

⁶²⁵ CATROGA, Fernando. A subida ao cadafalso do corpo místico do rei. In: _____. *Ensaio Republicano*. Lisboa: FFMS, 2011. p. 86.

⁶²⁶ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

⁶²⁷ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os Subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

grupo.⁶²⁸ Contudo, uma das melhores formas para se avaliar as suas ideias é desvendar o seu poder de intervenção através da imprensa. Obviamente, em demanda do objetivo de nosso trabalho, iremos explorar apenas os seguintes jornais “jacobinos”: *A Bomba* e *O Jacobino*, ambos do Rio de Janeiro, e *O Republicano*, de Fortaleza, Ceará⁶²⁹. Justifica-se tal escolha em virtude da riqueza com que abordam o “monarquismo”, em suas vertentes “sebastianistas”. Portanto, mesmo dialogando com o “republicanismo” e com o “jacobinismo” brasileiros, nossa análise voltar-se-á para as releituras históricas e políticas que foram feitas do *sebastianismo* a partir daqueles respectivos periódicos. Dito de outra forma: este fenômeno, desgastado em Portugal em suas vertentes de crença ativa, no Brasil, por sua vez, foi elevado ao nível de práticas culturais tidas por anacrônicas, donde, pode-se afirmar que, também, serviu de ponte para a legitimação de projetos políticos e de demarcação de um processo identitário “nacionalista”, “lusofóbico” e “anticlerical”.

Este período (1889-1930), chamado pela historiografia tradicional de “República Velha”, e mais recentemente, de “Primeira República”, constitui-se numa das fases mais ricas para o estudo da afirmação da identidade nacional brasileira.⁶³⁰ Naquela altura, veio à tona todo um debate sobre as novas ideias e as aspirações que visavam alçar o país ao nível de uma nação pautada pelos ideais da modernidade e do republicanismo, para a qual, convocaram-se, também, novas formas de exercício do patriotismo.⁶³¹

Não é preciso repetir que a experiência monárquica (sob o “ideal de império”) no Brasil se prolongou, diferentemente das ex-colônias espanholas, para além da sua

⁶²⁸ QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os Radicais da República: jacobinismo – ideologia e ação (1893-1897)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

⁶²⁹ Estes jornais encontram-se microfilmados na Biblioteca Nacional, do Rio de Janeiro, num grupo de outros periódicos associados à produção operária ou política dos novos grupos e associações brasileiras que emergiram à cena pública em fins do século XIX.

⁶³⁰ Nos últimos anos tem havido uma reavaliação da historiografia brasileira que tratou do período que ficou conhecido como República Velha (1889-1930). Na verdade, segundo aborda a historiadora Ângela de Castro Gomes, esta noção negativa foi construída pelos ideólogos do Estado autoritário nas décadas de 1920 e 1940. Em contraposição a esta “carga negativa no termo ‘velho’: superado, equivocado” pode-se tomá-lo por uma “nova perspectiva”, “como um dos momentos mais ricos para o debate de ideias políticas e culturais no país”. Enfim, “a chamada República ‘Velha’, portanto, foi um tempo de intensa busca de modernidade, que não era singular, mas plural, pois diferentes eram os projetos de modernização que articularam e entraram em disputa.” Ver: GOMES, Ângela de Castro. História, ciência e historiadores na Primeira República. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (org.). *Ciência, Civilização e República nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2010. p. 11.

⁶³¹ Ver: GOMES, Ângela de Castro. República, educação e história pátria no Brasil e em Portugal. In: _____. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009. p. 85-120; CATROGA, Fernando. *Ensaio Republicano*. Lisboa: FFMS, 2011; CATROGA, Fernando. A visão republicana da história e da natureza. In: _____. *O Republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de outubro de 1910*. 3. ed. Lisboa: Casa das Letras, 2010. p. 121-159.

independência política, em 1822.⁶³² Experiência particular no continente americano (exceção feita ao curto período do reinado de Maximiliano, no México, de 1864 a 1867), a cultura brasileira construiu uma forma própria de lidar com as noções de “rei” e de “monarquia” que pode ser vista como projetos de proximidades e de distanciamentos em relação à herança portuguesa.

Ora, se como já foi exposto anteriormente, paralelamente à própria presença da figura do monarca, havia ainda a tradição de um “rei ausente” – revelada em escritos de viajantes de época, em opúsculos e romances no decurso do século XIX⁶³³, – não surpreende que a “ausência” de D. Pedro II, aliada a toda uma imagem que dele se construiu, reativasse, no âmbito do imaginário e, sobretudo, nos discursos mais acirrados, a tradição do *sebastianismo*. Esta seria elevada a um novo patamar: o da mobilização política urbana, instigada por um conjunto de novas leituras, que a via como um empecilho a ser ultrapassado, sob o risco de se perder uma rara oportunidade de se instaurar, no horizonte Atlântico, os ‘novos tempos’⁶³⁴. Foi nesta conjuntura que a palavra *sebastianismo* passou a ter sua semântica alargada e a ser entendida como sinônimo de “monarquismo” no Brasil. Como observou o historiador Elio Chaves Flores, a consolidação da República foi marcada por várias tensões políticas sobre as quais

deve-se destacar que ia se inventando uma espécie de cultura política da coisa pública, em oposição às intimidades governamentais da monarquia decaída. *Acusavam os monarquistas de sebastianistas, isto é, restauradores*; louvavam o Exército como o bastião da ordem e da honestidade públicas; defendia-se que a elegibilidade seria o boletim do povo, resolvendo e regulamentando a conduta governamental.⁶³⁵

Sob este prisma, perante os impasses na afirmação do projeto republicano, a alcunha de “sebastianista”, atribuída aos que eram suspeitos de “monarquismo”, passou a ser recorrente, pois “a cláusula de pedra se tornaria um poderoso álibi para acusar qualquer

⁶³² Para uma discussão sobre este processo, que não deve ficar restrito ao marco do “7 de Setembro”, e o debate em torno de diferentes alternativas, embora tenha se sobressaído a da renovação da centralização política do país no pós-1822 como forma de evitar a sua fragmentação, ver: CATROGA, Fernando. “Quimeras de um façanhoso Império”: o patriotismo e a independência do Brasil. In: HERMANN, Jacqueline; AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de; CATROGA, Fernando (org.). *op. cit.* p. 370-381.

⁶³³ Discussão já abordada no capítulo anterior.

⁶³⁴ NEVES, Margarida de Souza. Os Cenários da República – o Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucélia de Almeida (org.). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 1, p. 15-26.

⁶³⁵ FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e de progresso. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucélia de Almeida (org.). *Op.cit.*, p. 50. (Grifo nosso).

opinião contrária aos governantes de restauracionista e sebastianista, expressões de significação pejorativa para o ideário monarquista.”⁶³⁶

À luz de um positivismo, ou, talvez melhor, de um cientificismo, assumido em muitos como uma espécie de “nova fé”, a ânsia pela mudança e a crença indubitável na ciência e no “progresso”, que mobilizou boa parte da intelectualidade brasileira da segunda metade do século XIX, estavam apenas a acompanhar um movimento que se desdobrava há anos na Europa. A mobilização destas expectativas foi vista de forma irônica por alguns escritores. Um exemplo é Machado de Assis que, no conto *O Alienista* (1882), revelou o quanto pode haver de loucura naqueles que querem expurgar justamente aquilo que entendem por loucura em nome da ciência e da razão.⁶³⁷

A fase de transição da Monarquia para a República se constituiu num período em que as mudanças se davam de forma e ritmos alucinantes, marcadas, sobretudo, pelo impulso do “progresso”⁶³⁸. Sensação já percebida por D. Pedro II, conforme Lilia Schwarcz demonstrou, quando houve um grande esforço de sua parte na construção de uma imagem “adiantada” e “civilizada”, tanto sua, enquanto monarca, quanto do Império, principalmente no exterior.⁶³⁹ Entretanto, a liberdade de imprensa vivenciada a partir da década de 1870, aliada a uma forte exposição da figura do monarca e suas visíveis fragilidades, deu o norte para outro tipo de discurso enunciado em imagens: a *charge* e o caricatural (representados pelo italiano Angelo Agostini e pelo português Bordalo Pinheiro, em revistas como *Revista Illustrada*, *O Mequetrefe*), que elaboraram uma “construção contrastiva da imagem” do monarca, ou melhor, um desmonte da imagem sacralizada do soberano.

⁶³⁶ FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República..., p. 55.

⁶³⁷ Uma visão satírica do Brasil Oitocentista e, sobretudo, das expectativas em torno da ciência e da República, pode ser observado a partir dos textos do padre Correia de Almeida, a exemplo de *A República dos Tolos*. Já velho, não deixa de se deparar com os “otimistas”, os jovens, “os sonhadores” (título de um poema), mas ceticamente afirma que a República é também dos “loucos”. Ver: ARAÚJO, Maria Marta. *Com quantos tolos se faz uma República?* Padre Correia de Almeida e sua sátira ao Brasil oitocentista. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. Guardada as devidas diferenças, esta discussão nos faz lembrar os textos do padre Agostinho de Macedo já abordados no capítulo II, parte I, de nosso trabalho.

⁶³⁸ Ver: SEVCENKO, Nicolau. Introdução (O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso). In: NOVAIS, Fernando A. (coord.); SEVCENKO, Nicolau. (org.). *História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio*. 7. reim., São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3, p. 7-48. Para uma abordagem conceitual, ver: BOURG, Dominique. *História e Técnica: uma breve história do progresso*. (1ª edição 1997). Lisboa: Instituto Piaget, [s. d.]; WRIGHT, Ronald. *Uma Breve História do Progresso*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2006; DUPAS, Gilberto. *O Mito do Progresso ou o progresso como ideologia*. São Paulo: UNESP, 2006.

⁶³⁹ SCHWARCZ, Lília Moritz. Exposições Universais: festas do trabalho, festas do progresso. In: _____. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 385-388. Prova disto são as notícias que circulavam no exterior sobre as suas viagens e o seu apoio ao desenvolvimento do conhecimento científico.

Mesmo assim, ao longo das duas últimas décadas da Monarquia, e nos primeiros anos da República, algumas palavras e imagens circulavam como que em fogo cruzado, representando desejos de novos projetos. No regresso de sua terceira viagem à Europa, logo após a Abolição definitiva da escravatura, em maio de 1888, “o imperador [D. Pedro II], que já partira com a imagem fragilizada, voltava enfermo. Mais do que isso, a realeza como instituição parecia doente, cada vez mais associada ao atraso e ao estrangeirismo.”⁶⁴⁰ Perdendo paulatinamente uma imagem que o apresentava como o “monarca-mecenas”, o “monarca-cidadão” transformou-se quase que num “fantasma de si próprio” e “fantasma da realeza”. Não obstante, mesmo assim, foi a sua imagem popularizada que ainda sustentou o regime por mais tempo, ou melhor, que alongou a sua agonia. Deposto em 15 de novembro de 1889, exilado em Paris, D. Pedro II morreu em 05 de dezembro de 1891.⁶⁴¹

Com a ausência do monarca – questão muito bem percebida pelo publicista português José Carrilho Videira, em suas “Cartas do Brasil” –, teve início uma “batalha simbólica” visando legitimar o lugar do “vencedor” e “a República brasileira recriava nomes, sons, heróis, símbolos, memórias e monumentos.”⁶⁴² De acordo com Margarida Neves, apropriando-se de Pierre Nora, o “15 de Novembro” foi construído como um “lugar de memória”, onde diferentes investimentos simbólicos foram projetados para dar ares de legitimidade.⁶⁴³ Por isso, debatia-se quais os heróis a serem exaltados e as representações a serem selecionadas, embora isto não aparentasse ser fácil em virtude das diferentes concepções dos grupos envolvidos (positivistas, moderados, liberais).

Particularmente, no seio das forças armadas – onde era forte a presença de influências com um fundo positivista – ganhou força a ideia de republicanizar o Brasil. E este projeto cresceu em correlação direta com outros fatores, mas também, e sobretudo, com a relevância que passou a ter o exército depois da Guerra do Paraguai (1864-1870), a partir da década de 1870.

⁶⁴⁰ SCHWARCZ, Lília Moritz. *As Barbas do Imperador...*, p. 443.

⁶⁴¹ Ver: FAGUNDES, Luciana Pessanha. *Do Exílio ao Panteão: D. Pedro II e seu reinado sob o(s) olhar(es) republicano(s)*. 2012. 349f. Tese (Doutoramento em História) – Programa de Pós-Graduação Política e Bens Culturais em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2012. p. 28-122.

⁶⁴² SCHWARCZ, Lília Moritz. *Op.cit.*, p. 480.

⁶⁴³ NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República: o Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucélia de Almeida (org.). *O Brasil Republicano...*, p. 26. Uma obra que discute também esta questão é: CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da república no Brasil*. 19. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2009; uma abordagem teórica sobre as ritualizações da memória encontra-se em: CATROGA, Fernando. Ritualizações da História. In: TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando. *História da História em Portugal: da historiografia à memória histórica*. Lisboa: Temas & Debates, 1998. p. 221-364.

No dizer vigoroso de Oliveira Lima:

a aversão do imperador pelas reformas militares, muito mais, pelo próprio exército que ele negligenciou e desprezou, determinou quase inteiramente as resoluções dos oficiais que proclamaram a República. A revolta do exército se apoia sobre a hostilidade dos agricultores lesados em seus bens, sobre a aprovação dos professores, levados pela abstração sedutora das teorias democráticas, sobre o distanciamento do clero diante de um rei pouco devoto, sobre a inércia do povo, a quem a monarquia não soube inspirar civismo suficiente para que ele se mantivesse fiel às tradições ou se revoltasse contra elas.⁶⁴⁴

Outra questão apontada por Oliveira Lima, foi a crença do imperador na “liberdade de imprensa, de tribuna e de cátedra” como base para a construção da monarquia desejada, mas que acabou por se transformar em espaços de “liberdade” cujos usos, sobretudo da “linguagem violenta”, se voltaram justamente contra o próprio imperador e a monarquia. Por outro lado, a divulgação e a discussão de novas teorias (o positivismo de Comte, Littré e Lafitte e o evolucionismo de Herbert Spencer), bem como os sucessos da III República francesa, colocaram bacharéis, médicos, professores e engenheiros na vanguarda de um processo que passou a desqualificar a monarquia e o monarca em sua instituição “sacralizada”. Portanto, o terreno foi se construindo como extremamente favorável à inserção de uma “aspiração republicana”, sobretudo nas escolas militares, onde o positivismo se mostrou bastante receptivo, segundo ainda nos descreve Oliveira Lima:

Nas escolas militares, particularmente, a ideia fez progressos rápidos e seguros. O oficial, por sua educação voltada para a obediência passiva, oferecia material mais maleável, terreno mais adaptado ao ensino moral de seus superiores. A aspiração republicana se introduziu primeiramente nas escolas sob a forma de conquista científica. Em seguida, a ideia republicana foi apresentada pela doutrina filosófica, que depois da concepção religiosa dos jesuítas foi a que mais fortemente disciplinou uma parcela dos espíritos humanos. Refiro-me ao positivismo de Augusto Comte.⁶⁴⁵

Como se sabe, para Augusto Comte, fundador do positivismo, a leitura de mundo se articula por três fases ou estados: teológica, metafísica, positiva⁶⁴⁶, tem como propósito a

⁶⁴⁴ LIMA, Oliveira. Sete anos de República no Brasil (1889-1896). In: PORTO, Manoel Ernesto Campos. *Apontamentos para a História da República: um registro centenário*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1990. p. 16. (primeira edição completa 1890).

⁶⁴⁵ LIMA, Oliveira. *Op.cit.*, p. 18.

⁶⁴⁶ BOSI, Alfredo. O Positivismo no Brasil: uma ideologia de longa duração. In: PERRONE-MOISÉS, Leyla (org.). *Do positivismo à desconstrução: idéias francesas na América*. São Paulo: Edusp, 2004. p. 17-48. Sobre a

“marcha da Humanidade”, defende piamente o regime republicano e tem como lema “o Amor por princípio, a Ordem por base, o Progresso por fim.”⁶⁴⁷ Ora, é no âmbito dessa concepção que os monarquistas ou restauradores serão alcunhados de “sebastianistas”, como uma representação do “atraso” teológico e supersticioso. Eles estariam ainda na fase metafísica do “fetichismo católico”, aparecendo, deste modo, como um obstáculo ao definitivo advento do estado positivo, da razão e da ciência.

Por isso, a escola “positivista” foi o baluarte inspirador do novo regime cujos princípios da adaptação aos ditames da República, instaurada em 1889, passaram pelo ambiente de ensino criado nas “escolas militares” por Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1833-1891) – que teve grande atuação na formação de toda uma juventude ciosa pelo novo. Ainda de acordo com Lima, “no momento da proclamação da República, o positivismo impôs seu caráter a inúmeras manifestações de ordem externa, como a bandeira nacional, o calendário de festas públicas, etc.”⁶⁴⁸; mais que isso, pautou dois princípios que marcaram a República: a autoridade e o militarismo.⁶⁴⁹

Na verdade, o positivismo se apresentava como uma “nova filosofia” e guia para a juventude do país, inclusive defendendo ideias muito caras como o abolicionismo, a preocupação com o proletariado e o questionamento aos poderes dos senhores de escravos (principalmente os cafeicultores paulistas). Enfim, os seus prosélitos (sejam os mais “ortodoxos”, ou os mais “heterodoxos”) acreditavam serem os detentores de um projeto de mudanças necessárias para tirar o país do “atraso” e colocá-lo no trilho do progresso traçado pelos principais países ocidentais. Entre outras propostas defendidas pelos positivistas, e que foram incorporadas ao projeto republicano, estão: a separação da Igreja do Estado; a implantação do casamento e do registro civil; a secularização dos cemitérios e a divisa da nova bandeira com o dístico “Ordem e Progresso”. Este projeto era encabeçado, principalmente pelos “jacobinos”, integrantes da ala mais radical do republicanismo e que não eram bem vistos pela ala liberal-conservadora, que os taxava de “anarquistas” ou “revolucionários”.

Os primeiros anos da República foram marcados por instabilidades políticas e institucionais, e a morte do ex-imperador – que, em tese, acabaria com o perigo da

repercussão do positivismo em diferentes partes do Brasil, ver: LINS, Ivan Monteiro de Barros. *História do positivismo no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2009. (Edições do Senado Federal, v. 48).

⁶⁴⁷ BOSI, Alfredo. *O Positivismo no Brasil...*, p. 19.

⁶⁴⁸ LIMA, Oliveira. *Sete anos de República no Brasil...*, p. 18.

⁶⁴⁹ Este vertente teve grandes ecos no Rio Grande do Sul quando a constituição estadual entrava em choque com a federal gerando um conflito que durou três anos e ficou conhecido como A Revolução Federalista. Ver: CARONE, Edgard. *A República Velha: evolução política (1889-1930)*. 4. ed. São Paulo: DIFEL, 1983. v. 2.

“restauração” –, não foi suficiente para acalmar os ânimos. Exemplos como a sucessão presidencial (1891-1892), a Revolta da Armada (1893-1894), a Revolução Federalista no Sul (1893-1895) e a Guerra de Canudos (1896-1897), a inserção cada vez maior do grupo liberal conservador, e a prática do adesismo foram componentes que frustraram aqueles que acreditavam no ideal de uma república plena. Os jacobinos viam na figura do marechal Floriano Peixoto, vice-presidente da República do governo provisório (e constitucional), o seu grande ícone e o legítimo continuador daquele sonhado projeto, cujo exemplo foi dado na sua gestão como presidente (1891-1894).

Foi justamente na fase final de seu governo que eclodiu a circulação de uma imprensa de teor jacobino (imbuída de discursos militaristas e positivistas) que, perdendo a capacidade de interferência junto ao novo governo (Prudente de Moraes, visto ironicamente como “prudente demais”), via a República de seus sonhos em perigo e passaram a incorporar como tarefa inadiável a “missão” de “Salvadores da Pátria”. Foi nesta fase que se invocou com maior recorrência o “fantasma” da “restauração” e o longo repertório “sebastianista”, pois as dificuldades entre romper os laços históricos com a “monarquia constitucional” e implantar a “república dos sonhos” também acirraram os enfrentamentos no campo das ideias.

Portanto, para não perdemos de vista aquilo que fundamenta esta abordagem, iremos considerar que, em particular, os usos políticos das palavras “D. Sebastião”, “sebastianismo” e “sebastianista”, durante o processo de instauração da República brasileira, só foi possível porque no campo da língua havia um léxico que, recoberto de conotações negativas, podia ser apropriado como arma de combate contra tudo o que os pré-conceitos “positivistas” considerassem como anacrônicos.⁶⁵⁰ Por outras palavras, na medida em que estas categorias foram regularmente convocadas, sobretudo pelos publicistas mais radicais, realizava-se, também, uma “representação da representação” de laços históricos que precisavam ser rompidos.

Desta forma, retomando o que já foi exposto neste trabalho, a convocação singular do termo *sebastianismo* aos títulos dos periódicos já era bastante indicativa do “uso” que seria feito. Frustrados com o andamento do projeto republicano, os “jacobinos”, em nome de uma

⁶⁵⁰ Como afirmou o historiador Almir Bueno, em seu estudo sobre o Rio Grande do Norte, a alcunha de “sebastianista” passou a ser sinônimo de monarquista disfarçado, objeto de depreciação, de rotulação negativa e de perseguição. Era um espectro que se projetava pela conotação do protesto e do saudosismo. Reproduzindo um trecho do republicano Diógenes da Nóbrega, no jornal *O Povo*, de Caicó, interior do Rio Grande do Norte, afirma: “(...) Está na ordem do dia nesta insípida e estúpida cidade (Natal) o Sebastianismo, mas o Sebastianismo conspirador, insolente, ameaçador como uma espécie de perturbação à boa e correta marcha da administração pública... Uma parte do programa é produção do Sebastianismo, que lá do Rio transmite a senha (...)”. BUENO, Almir de Carvalho. *Ecos da Monarquia: o espectro do sebastianismo rondando a República no Rio Grande do Norte. Caderno de História*, Natal, v. 45, n. 2/1, jul/dez. 1997; jan/dez. 1998. p.17-18.

República ditatorial e “verdadeiramente patriótica”, lançaram, no campo discursivo (e ativo), um mote onde as suas apreciações do passado, do presente e do futuro se cruzavam na tentativa de demarcar definitivamente um lugar para uma nova história do “Brasil”.

6.2 *A Bomba*

O periódico *A Bomba: órgão da propaganda contra o sebastianismo, o clericalismo e o estrangeirismo* foi fundado na Capital Federal, Rio de Janeiro. Teve uma curta duração e circulou entre setembro e dezembro de 1894. Foi seu redator-chefe o mineiro Annibal de Andrada Mascarenhas (1866-1924)⁶⁵¹ e pretendeu agir como um órgão da imprensa focado na luta contra aquilo que os jacobinos consideravam os três principais inimigos: o “sebastianismo”, o “clericalismo” e o “estrangeirismo”, objetivos que sintetizavam bem a vertente mais extrema do nacionalismo republicano. Como o próprio título indica, enquanto jacobino, este periódico pautava-se pela agitação pública, conforme mostra o editorial de seu primeiro número quando, na “senda do progresso”, declarou lançar-se contra as “três avantesmas”, inimigas do progresso e da modernidade:

Os seus alvos prediletos serão: o sebastianismo tacanho, em todas as suas formas e múltiplos aspectos, o clericalismo tartufo, cevando-se na ingenuidade do povo e o estrangeirismo maléfico.

Nestes três postes, que para nós representam os padrões do obscurantismo, nessas três avantesmas que a cada passo que queremos dar na senda do progresso, erguem-se projetando a sua caliginosa sombra sobre a estátua divinal da Democracia e procurando ofuscar os raios diamantinos do sol da liberdade republicana, *A Bomba* irá continuamente estrondar.⁶⁵²

Estes três pilares esteavam o embate a ser travado pelos verdadeiros republicanos. O “estrangeirismo” tinha a ver com o aumento da imigração de trabalhadores provenientes, além de Portugal, que era a maioria, da Itália, da Espanha e de outras nações europeias e que passaram a ser vistos, nas novas relações de trabalho, como uma ameaça. Sobre esta questão, o manifesto de *A Bomba* era contundente: “nunca pouparemos o nosso sarcasmo a esses forasteiros aventureiros que repelidos da Europa pela miséria, aqui assentam a sua tenda de beduíno, e com a mira nas patacas gordas da (*sic*) país, valem-se de todos os meios para encher o pé de meia e depois singrarem barra fora.”⁶⁵³

⁶⁵¹ Mascarenhas publicou no ano de 1894 o livro *Lições de História Geral* cuja divulgação foi realizada em vários números de *A Bomba*.

⁶⁵² A BOMBA. *A Bomba (ABO)*..., Capital Federal, ano 1, n. 01, p. 01, 01 set. 1894.

⁶⁵³ ESTRANGEIRISMO. *ABO*, Capital Federal, ano 1, n. 01, p. 01, 01 set. 1894.

Se o estrangeiro aparecia como algo novo, o jornal também tinha que focar suas atenções naqueles que viviam em função do “antigamente”. Estes constituíam uma ameaça justamente pela falta de credibilidade que davam às novas instituições, já que enxergavam com maus olhos a ruptura com as antigas tradições e eram figuras apegadas ao passado – eram “sebastianistas”, porque não acompanhavam a “história” e, portanto, não compreendiam que o “novo tempo” era o tempo da República. Por isso, conhecer a “história” e seu duplo uso – passado e mudança – constituía um caminho esclarecedor para combater os simpatizantes da monarquia:

Uma das palavras que o emperramento despeitado dos *sebastianistas* nos atira, sob a aparência hipócrita de apego às velhas tradições é esta: *Antigamente...* (...).

Fazem-lhe desfilar por diante todo esse cortejo de cousas que nada exprimem, que nada valem, que para nada servem, mas que falam aos olhos e ao coração dos ingênuos, dos sonhadores que cismam em pleno século XIX com os cavaleiros da lenda do San (*sic*) Graal e com os reis e as princesas dos contos das fadas de Perrault.

Antigamente – era o velho rei (...).

Antigamente – eram as solenidades católicas (...).

Antigamente – eram os abusos, os preconceitos, as credices ridículas, todas as sombras que o espírito positivo do século deve desfazer (...)

Não conhecem a história, e não sabem que a monarquia foi uma necessidade pesada e dolorosa nos primeiros tempos da sociedade, quando os bandos rudes e os selvajados dos francos, dos lombardas, de todos esses bárbaros que se derramaram como uma enchente por toda a Europa, pediam o governo absoluto e temido de um chefe único para poderem solidificar-se e fundar uma nação.

Não acompanham a história, e não viram que mais tarde outros chefes destacaram-se da massa, o poder subdividiu-se (...).

É por isso que a República está firme; é por isso que é baldada essa saudade por essas coisas enfeitadas e podres que viviam *antigamente*.⁶⁵⁴

O discurso crítico lançado àqueles que se voltaram para o “antigamente” era um alerta direcionado à colônia portuguesa do Rio de Janeiro, sobretudo em seu posicionamento suspeito quando da “Revolta da Armada” (1893), o que acabou por acirrar as rivalidades entre brasileiros e portugueses – como imediatamente bem percebeu o publicista português Cunha e Costa, em seu trabalho *A lucta civil brasileira e o sebastianismo português* (1894). Este raciocínio dos jacobinos, quanto ao “antigamente”, visava responder, igualmente, às críticas dos monarquistas que acusavam a República de ter provocado os novos males e problemas que assolavam o país naqueles primeiros anos da década de 1890.⁶⁵⁵

⁶⁵⁴ ANTIGAMENTE. *ABO*, Capital Federal, ano 1, n. 02, p. 2, 07 set. 1894. (Grifos nossos).

⁶⁵⁵ SÃO COUSAS da Republica. *ABO*, Capital Federal, ano 1, n. 4, p. 01, 15 set. 1894.

Já as relações entre os grupos jacobinos eram tensas e marcadas por uma permanente vigilância. Prova disto foi a acusação que *A Bomba* fez ao *O Jacobino* e ao seu fundador, Deocleciano Martyr, de praticar um “jacobinismo” extremado e “completamente destituído de orientação política, não assinalar nenhuma aspiração patriótica digna de apreço e nos parecer unicamente abraçado pela deficiência absoluta de luzes do seu chefe e pela preocupação constante de ruidosa notoriedade.” É que, como “republicanos sinceros”, não podiam se afastar “uma linha sequer do lema sagrado da nossa bandeira – Ordem e Progresso.”⁶⁵⁶ Para Annibal Mascarenhas, bem como para outros republicanos, *O Jacobino*, conforme abordaremos mais adiante, era um periódico de postura muito radical e que pregava a “desordem” e o “obscurantismo”. Desta feita, *O Jacobino* não deveria se preocupar com *A Bomba*, mas com as outras publicações que apoiavam os monarquistas, os “baluarte[s] dos devotos de D. Sebastião”:

E nos parece mesmo, que a obra em má hora iniciada pelo corifeu do jacobinismo, é nos seus efeitos e conseqüências muito mais prejudicial à República que *as utopias irrealizáveis do sebastianismo* ferrenho, que as veleidades inquisitoriais do carolismo boçal, e isto porque o jacobinismo aproveitando-se do exaltamento dos espíritos provocado pela luta por que acabamos de passar, encontrará terreno fácil onde medrar e as belas convicções republicanas se deturparão, para darem lugar a uma desoladora anarquia mental.

(...) *A Bomba*, jornal violento é verdade, porém sensato e criterioso, a pelejar sem descanso pelo bem estar e progresso pátrio, não pode passar sem mandar um estilhaço a esse campeão da desordem...⁶⁵⁷

Ora, a posição dos articulistas de *A Bomba*, em nome do “bem estar e progresso pátrio”, diferentemente de outros jornais, como *O Jacobino*, consistia numa leitura menos radical da colônia portuguesa e da figura do português, pois era preciso enxergar a existência de dois tipos: o que vivia em função do “antigo” e o que abraçou o Brasil como a sua “nova pátria”. Por outras palavras, mais cauteloso, ser contra o “estrangeirismo” não significava ser contra a colônia portuguesa. O discurso do articulista se preocupou em traçar um resumo histórico de Portugal no mundo moderno e de inserir o Brasil no âmbito da exploração colonial. É que, nas “rapinagens” promovidas pelos “reis de Portugal”, “tudo foi abocanhado com a voracidade de chacais, sofregamente, como se temessem que um novo concorrente lhes arrebatasse a presa”, e acrescentou que “isto durou até 1822, ano em que se fez a

⁶⁵⁶ O JACOBINO. *ABO*, Capital Federal, ano 1, n. 8, p. 01, 29 set. 1894.

⁶⁵⁷ *Id.*. (Grifo nosso).

independência e dessa data em diante produziu-se um fenômeno singular na imigração para o Brasil”.⁶⁵⁸

O perigo que *A Bomba* via no discurso de *O Jacobino* consistia em sua generalização e a não percepção de que havia “duas correntes” migratórias que perduravam até os dias coevos. Ora, ainda queria dizer que havia os portugueses que continuavam a lembrar do Brasil “à antiga”, ou seja, que o viam como uma feitoria de seu país: estes seriam os “verdadeiros inimigos” e era desse grupo que saíam os “emissários dos revoltosos” contra a República. Por outro lado, havia o grupo que abraçava o Brasil como uma “nova pátria”, e estes mereceriam todo o respeito e apoio.

Ainda em resposta às acusações de *O Jacobino*⁶⁵⁹, tido como “exclusivista” em relação ao “nativismo”, no artigo “O gerente d’A Bomba e o Jacobino”, afirmou que “A Bomba não ataca qualquer nacionalidade, A Bomba não fere sem razão ou motivo esta ou aquela nacionalidade, (...) o que A Bomba combate sem tréguas nem quartel é a influência do elemento estrangeiro hostil à República ou pernicioso ao Brasil.” Do mesmo modo, reforçou que o combate ferrenho deve ser lançado ao *sebastianismo*, “que embuça-se e conspira, mas não vem, fazendo o jornal de Judas, enxovalhar com uma publicidade espetaculosa e insolente, o nome de determinados cidadãos, que guardando muito embora as suas crenças monárquicas, delas não fazem alarde em nosso desfavor, nem as põem em jogo perfidamente para a ruína da República.”⁶⁶⁰

Em matéria intitulada “O Redivivo”, a partir de um episódio ocorrido em 1892, mas não esclarecido pelo articulista do jornal – provavelmente eventos de resistência ao governo Floriano Peixoto –, vem justamente a reforçar a constatação acima referida. É a resistência “sebastianista”, enredada por aqueles que acreditam no “Redivivo”, “quando o rei Sebastião 1040 (*sic*) perdeu já toda a crença de reaver a perdida coroa, fez-se surgir das entranhas da terra, donde não podia mais sair, um diabo qualquer que vem, fazendo esgares de jogral, meter medo às crianças e receber as palmas dos patetas”. Ora, em tom irônico, acusa que “a notícia inventada pelo sebastianista, espalhada pelo gringo, é consagrada pelo padre: está completa a tríplice aliança!” e lança um alerta: “Não, meus senhores dramaturgos, o povo já não vive de engodos e não acredita mais em fantasmas e vampiros!”⁶⁶¹

⁶⁵⁸ O JACOBINO... Ver: ALVES, Jorge Fernandes. “*Os Brasileiros*”...; PEREIRA, Mirian Halpern. *A Política portuguesa de Emigração*...

⁶⁵⁹ Em seu artigo “O gerente d’A Bomba e o Jacobino”, da edição n. 8, 29 set. 1894, p. 2, *O Jacobino* acusa *A Bomba* de ter como gerente o português Manuel Paes de Figueiredo.

⁶⁶⁰ *Id.*, p. 02.

⁶⁶¹ O REDIVIVO. *ABO*, Capital Federal, ano 01, n. 13, p. 01, 19 out. 1894.

Convoca-se, neste sentido, todo um léxico articulado pela projeção que se deu em torno do *sebastianismo*. Referindo-se ao episódio da “Revolução Federalista” no sul, os ânimos da República voltaram-se para o eminente perigo: neste, o da divisão do país, na da “Armada”, o da “restauração”. Os jacobinos estiveram atentos a ambas. Entretanto, mesmo que o jornal *A Bomba* apresentasse uma visão mais moderada do que a de *O Jacobino*, ele não deixou de tripudiar da figura do português, sinal do cultivo de atitudes lusofóbicas na época.⁶⁶² O texto abaixo, intitulado “Um Sebastianista (conto ligeiro)”, de autoria de um tal Sebastião Caroba, trata da história de Manel Xubregas, um português natural de uma aldeia de Trás-os-Montes que, tendo uma imagem de santo sido quebrada pelo gato de sua vizinha, saiu à rua para se lastimar, ficando até altas horas, justamente no período que coincidiu com a “Revolta da Armada”. Um sargento e um soldado ao passarem pela rua interpelaram o português:

-Não tem que ver, Sr. Sargento, este sujeito é devoto de D. Sebastião.
-Ah! Lá isto sou, tornou o Xubregas julgando que o soldado referia-se às suas crenças religiosas, sou devoto de S. Sebastião e é mesmo por causa disso que ando por aqui a estas horas...
-Eu não lhe disse sr. sargento, é sebastianista, não tem que ver!
-Ah! Senhor, sou o que o sr. diz, é verdade, mas não faço mal a ninguém.
-Ah! Patife, tu ainda confessas!⁶⁶³

Nas comemorações do quinto aniversário da implantação da República (15 de novembro de 1894), uma data que simboliza permanentemente a necessidade de reforço na legitimação de uma nova memória, e, portanto, de uma nova história, um dos principais “heróis” consagrados era o marechal Floriano Peixoto cuja imagem estampava quase todos os jornais jacobinos.⁶⁶⁴ Na contramão desta história, em alguns textos satíricos, *A Bomba*, depois de abordar “Judas” e o “Diabo”, retomava a figura de D. Sebastião sob os auspícios dos novos tempos. Pela “Caldeira de Pedro Botelho”, um “D. Sebastião”, que não o jovem monarca de Alcácer Quibir, deveria ser jogado no “tacho”:

⁶⁶² Sobre esta questão, ver: SANTOS JÚNIOR, João Júlio Gomes dos. Jacobinismo, Antilusitanismo e Identidade Nacional na República Velha. *Historiae*, Rio Grande, v. 2, n. 2, p. 89-106, 2011; QUEIROZ, Suely Robles Reis. *Os Radicais da República – jacobinismo: ideologia e ação (1893-1897)*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 99-108;

⁶⁶³ CAROBA, Sebastião. Um Sebastianista (conto ligeiro). *ABO*, Capital Federal, ano 01, n. 15, p. 03, 26 out. 1894.

⁶⁶⁴ Floriano Peixoto foi elevado ao mais alto patamar político pelos “jacobinos”, ver: CARONE, Edgard. *A República Velha – evolução política (1889-1930)*. 4. ed. São Paulo: Difel, 1983. v. 2, p. 161-169.

(...) ao revoarem as fanfarras que celebram o grande 15 de novembro, mergulharemos no tacho o célebre D. Sebastião.

Não aquele D. Sebastião, pobre moço nevrótico e fantasista, que a mourama sepultou nos areais de Alcácer, porém sim esse duende que a boçalidade monárquica pretende fazer surgir um dia, tétrico e funambulesco, trepado nas andas de pau do carolismo boçal e do anlicismo sabujo, fingindo de papão para amedrontar a jovem República.

Vá lá D. Sebastião ‘Comme les autres’ – meu farsante: numere por três e ... pule no tacho!⁶⁶⁵

Em outra referência à “Caldeira de Pedro Botelho”, faz-se uma crítica ao jornal *O Apóstolo*⁶⁶⁶, tido como representante da imprensa monarquista e católica: o “patusco e sebastiânico colega, apesar do teu fradesco carácter e das conveniências da camaradagem, não posso furtar-me ao desejo de te ver espedregado no panelão do Diabo. (...) Tal e qual nos bonds, vai-te para o inferno”.⁶⁶⁷

Exercendo o papel de contínua vigilância, o periódico rebate todas as acusações feitas pelos jornais de maior renome, critica o publicista (e monarquista) Eduardo Prado pelos seus artigos publicados anteriormente no *Jornal do Comércio de Lisboa* (em 30/08/1894) e acusa-o de produzir “falsidades” “contra a República e contra os seus defensores.”⁶⁶⁸ Também quem apareceu no jornal foi a figura de Pardal Mallet, um republicano crítico do marechal Floriano Peixoto e que tomou parte na “Revolta da Armada”.

Enfim, *A Bomba* constituía um tipo de periódico jacobino que, assim como os demais, sobretudo *O Jacobino*, policiava e denunciava qualquer artimanha política com fins “restauracionistas” ou que pusessem em cheque os “heróis” da República. Por isso, seguindo a linha militar de Floriano Peixoto, afirmava, através da coluna “Cabeçallos (Bamboccia)”, que, “porquanto o nosso papel é justamente apagar os chamaréus que o sebastianismo, sob qualquer de suas formas, tenta atear”⁶⁶⁹, “seremos Florianistas”.⁶⁷⁰

Este periódico encerrou suas atividades em fins de 1894. Convém destacar ainda, deste gênero de imprensa, duas características: a irregularidade com que publicavam os seus números, havendo interrupções em virtude de acirramentos políticos e dificuldades

⁶⁶⁵ CALDEIRÃO de Pedro Botelho – D. Sebastião. *ABO*, Capital Federal, ano 01, n. 20, p. 3, 15 nov. 1894.

⁶⁶⁶ Sobre o anticlericalismo no Brasil, ver: SOUZA, Ricardo Luiz de. O anticlericalismo na cultura brasileira: da colônia à república. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, n. 37, p. 175-199, 2005.

⁶⁶⁷ CALDEIRÃO de Pedro Botelho – XXI. O Apóstolo. *ABO*, Capital Federal, ano 01, n. 22, p. 03, 23 nov. 1894.

⁶⁶⁸ Transcrição da matéria do jornal lisboeta foi publicada na edição: *ABO*, ano 01, n. 25, p. 01, 04 dez. 1894.

Esta discussão tem continuidade no número 26, 11 dez. 1894, p. 03. Os textos de Paulo Prado foram largamente reproduzidos pela imprensa brasileira, sobretudo a republicana com o intuito de reforçar a imagem negativa dos defensores da monarquia e associá-los à imagem do traidor da pátria.

⁶⁶⁹ BAMBOCCIA. Cabeçallos. *ABO*, Capital Federal, ano 01, n. 24, p. 01, 30 nov. 1894.

⁶⁷⁰ E SEREMOS Florianistas. *ABO*, Capital Federal, ano 01, n. 27, p. 01, 11 dez. 1894.

financeiras; a tentativa de sacralização dos novos “heróis” da nação, através de um espaço chamado “galeria nobre”. Entre os homenageados pela *A Bomba*, destacam-se Floriano Peixoto, o coronel Moreira César, Pinheiro Machado e, em seus últimos números, a imagem idealizada de Tiradentes, também como um novo ícone da República (cuja imagem lembra a representação de Jesus Cristo).⁶⁷¹

Também importante naquilo que toca diretamente em nossa abordagem, sobre os usos e reapropriações das palavras “sebastianistas” e “sebastianismo”, é o contato que esta imprensa brasileira manteve com publicistas portugueses de orientação republicana, a exemplo de Carrilho Videira e António Claro, ambos colaboradores, conforme já vimos, de *A Voz Pública*, do Porto.⁶⁷² Portanto, mesmo de curta duração, a composição discursiva de *A Bomba* – nem sempre tão explosiva – se constituiu numa importante referência sobre a divulgação de um certo conceito de *sebastianismo* atinente aos desafios que se apresentaram ao projeto republicano: o romper com “vícios” e “amarras” históricas. Para *A Bomba*, seria preciso, definitivamente, fazer implodir com “O Antigamente!”, sentido que se dava ao *sebastianismo*, uma das “avantesmas” que, no Brasil, ainda circulava e assombrava.

6.3 O Republicano

O Republicano: órgão do club Floriano Peixoto contra o sebastianismo foi criado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará. Como era comum neste tipo de periódico, teve uma curta duração, circulando entre os sócios do “club” e “assinantes”, entre 15 de novembro de 1895, quando lançou o seu primeiro número, e julho de 1896, quando se acirrou o combate do governo contra os jacobinos. Seu primeiro diretor foi o republicano Antônio Bezerra⁶⁷³,

⁶⁷¹ Joaquim José da Silva Xavier (1746-1792), o Tiradentes, tomou parte na “Inconfidência Mineira”, em 1789. Preso e condenado, morreu enforcado em 21 de abril de 1792. Entre as propostas do grupo, havia a de tornar Minas Gerais uma República. Por seu perfil, a República instaurada em 1889, inspirada do ideário positivista, buscou personalizar na sua figura o exemplo maior de personificação da identidade republicana, incorporando-o ao panteão cívico. Ver: CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da república no Brasil*. 19. impressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 55-73.

⁶⁷² *ABO*, Capital Federal, ano 01, n. 12, p. 02, 16 out. 1894. Carrilho Videira, do Centro Republicano Português escreveu um manifesto, em 15 de maio de 1894, defendendo-se de *O Jacobino*. A presença de publicistas portugueses nos periódicos brasileiros desta fase é interessante, pois demonstra o contato entre dois universos culturais, além disso, sou levado a supor que boa parte do repertório histórico sobre o “sebastianismo” reativado pela imprensa brasileira estaria diretamente relacionada ao intercâmbio de ideias luso-brasileiras.

⁶⁷³ ANTONIO Bezerra. *O Republicano (ORE)*... Fortaleza, n. 04, p. 01, 07 dez. 1895. Nesta edição, informa-se que “Por ter violado o art. 16 dos Estatutos do Club republicano ‘Floriano Peixoto’ foi excluído deste jornal, o cidadão Antônio Bezerra.” Embora trate de questões pontuais acerca dos desdobramentos das questões republicanas e o combate ao ideário monarquista em solo cearense, o periódico esteve em permanente sintonia com os acontecimentos de outras áreas do Brasil, a exemplo da Capital Federal, das discussões internacionais

seguido de Júlio Braga. Constituindo um importante registro da atuação dos jacobinos fora da Capital Federal, *O Republicano* seguia também o projeto dos que acreditavam na importância do marechal Floriano Peixoto na consolidação da República e foi um árduo combatente da atuação dos simpatizantes da Monarquia e dos possíveis ecos da restauração.

O periódico encontrava-se dividido nas seguintes seções: logo na abertura, trazia duas frases de efeito, representando com clareza a sua linha editorial: “É preciso dizer ao povo quem eles são” e “Tudo pela República e pela Pátria!”. Diga-se que elas fizeram jus ao *slogan*, pois o jornal utilizou, por vezes, expressões ácidas e jocosas para nomear os monarquistas (ou seus simpatizantes) como “sebastianistas”, particularmente no editorial, geralmente nomeado de “Republicano”, e nas colunas “Monarquistas Bufos” e “Sebastianistas”. Ele surgiu num momento em que, pelo país afora, foram criados os chamados “clubs” Floriano Peixoto e que viam a imprensa como a forma mais adequada para propagar os seus ideais⁶⁷⁴, numa atmosfera de tensão em que se punha continuamente em cheque o projeto republicano, pois ainda se temia a ação restauradora dos defensores da assunção de um D. Pedro III ao trono. Sob o ponto de vista dos republicanos, tal expectativa seria incongruente com o rumo tomado pela nação e com as leis da história, à luz das quais a Monarquia reaparecia como um fantasma que precisava ser definitivamente expurgado.

No seu segundo número, ao abordar a repercussão do seu lançamento, escreveu: “Sabíamos que nosso jornal não viria trazer paz para todos”⁶⁷⁵, já que se posicionava criticamente contra os monarquistas e aos republicanos “mascarados”, os “duvidosos”, os “ambíguos” e os “descontentes”. Sua crítica retoma figuras sempre passíveis de desconfiança, pelo seu passado de “traição” à causa republicana, como Custódio de Mello, o líder da “Revolta da Armada”, e como todos aqueles que foram anistiados pelo Governo Federal. Ora, “por esses atos de fraqueza da República é que a monarquia se sente com força para os seus arraiais no meio de nós, e abrir recrutamento entre os próprios adeptos do governo.”⁶⁷⁶

como a disputa entre o Brasil e a Grã-Bretanha pelo controle da Ilha de Trindade, o desfecho da “revolução” federalista do Rio Grande do Sul e estados afins.

⁶⁷⁴ A organização e propagação do ideário jacobino passavam pelos *meetings* (embora este não fosse exclusividade deles); os clubes, que eram associações “compostas exclusivamente de brasileiros natos e geralmente presididas por militares de baixa ou mediana patente. Possuíam estatutos e a direção compreendia o presidente, o vice-presidente, primeiro e segundo secretários, um tesoureiro”, que se propagaram nas capitais e cidades do interior; a imprensa, sobretudo, as “folhas de grupo” e de tiragem limitada, e os batalhões patrióticos, que saíam dos clubes e se constituíam uma milícia que defendia arduamente os seus ideais republicanos: o autoritarismo, o radicalismo, o militarismo e o nacionalismo. QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os Radicais da República: jacobinismo: ideologia e ação* (1893-1897). São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 81-85.

⁶⁷⁵ O REPUBLICANO. *ORE*, Fortaleza, ano 01, n. 02, p. 01, 24 nov. 1895.

⁶⁷⁶ *Id.*

Como a publicação do jornal se deu no período posterior à reconciliação da “Revolta Federalista” e da “Revolta da Armada”, em fins de 1895, o que poderia ser um período de tranquilidade, se transformou num espelho de uma nova fase de preocupações. Com o subtítulo “Tudo sombrio!”, o editorial de 01 de dezembro de 1895 discutiu o problema da reincorporação dos líderes revoltosos (Custódio de Mello, Barreto, Espírito Santo, Piragibe) às forças armadas, atitude vista como uma provável ameaça aos “republicanos sinceros” que expuseram suas “vidas em prol da República, e que hoje, mudados os papéis, somos condenados como entidades perigosas e verdadeiros revoltosos”, enquanto deu-se guarida aos “insurretos e píffios restauradores da monarquia bragantina.”⁶⁷⁷

O Republicano foi criado na conjuntura da mudança do governo militar para o civil, através da eleição do paulista Prudente de Moraes (1841-1902), em 1894, que veio a suceder ao representante maior da simpatia jacobina, o marechal Floriano Peixoto. Daí, apresentarem uma postura cautelosa em relação à nova gestão, o que veio a se concretizar posteriormente. É que “as esperanças que tínhamos, eram as mais bem fundadas do mundo”, mas depois do 15 de novembro, data da eleição, “as desilusões foram maiores do que elas”.⁶⁷⁸ As esperanças dos radicais da República foram se esvaindo ao serem atingidas com as novas práticas e decisões políticas levadas a cabo pelo novo presidente e que iam contra o projeto que os “jacobinos” defendiam. Por isso, os discursos veiculados no periódico visavam problematizar a República idealizada pelos membros do *Club*, inspirados no militarismo e em Floriano Peixoto, e, na linha de um certo positivismo comteano, faziam uma defesa explícita da ditadura como forma elementar de manter a ordem.

A missão de *O Republicano* era de prosseguir na defesa dos seus ideais e “bater os falsos republicanos e esmagar o monarquismo”. Nesta linha de raciocínio, tornava-se fundamental, à luta republicana, o empenho da “mocidade” cujo papel seria o de aguçar as esperanças em um “novo tempo”. Desta forma, é importante ressaltar a crença que impulsionava essas pessoas e que visões do mundo tentavam propagar. Ora, partiam da convicção de que a “história” precisava ser alterada, de que um novo tempo estava surgindo – contraponto a um passado que precisava ser esquecido –, e de que apenas alguns, sem os vícios que o tempo naturalmente se encarrega de incutir nas pessoas, estariam preparados para

⁶⁷⁷ O REPUBLICANO. *ORE*, Fortaleza, ano 01, n. 03, p. 01, 01 dez. 1895.

⁶⁷⁸ AZEVEDO, Lindolpho. O arbitramento. *ORE*, Fortaleza, ano 02, n. 01, p. 1-2, 11 jan. 1896. Texto de Lindolpho Azevedo do jornal *Nacional*. Relação dos jornais com os quais *O Republicano* tinha “protocolo”: *O Jacobino* e o *Nacional* (Capital Federal); *O Nativista* (São Paulo); *O Rio Grande do Norte* (Rio Grande do Norte) e *A União* (Parahyba do Norte). Segundo dados da edição de 01 de fevereiro de 1896, ano 02, n. 03, *O Republicano* alcançava uma tiragem de 4.000 assinaturas ao ano na Capital cearense e de 6.000 para o exterior da cidade, também ao ano.

tal tarefa. Assim, com vibração, proclamavam: “Pela República! Seja o nosso lema, e teremos contra todos os obstáculos, o Brasil grande e respeitoso, feliz pelo Progresso, vigoroso pela liberdade. Cumpra cada um o seu dever e República há de triunfar sempre.”⁶⁷⁹

Contudo, era com receio que viam os monarquistas a gozarem os benefícios da “liberdade de expressão e do direito de pensamento”.⁶⁸⁰ Não era que os membros do *club* não concordassem com tais prerrogativas, mas viam o seu uso como uma extrapolação, na medida em que a “liberdade” se voltava contra a própria ordem republicana. Por isso, sendo “o sistema republicano na atual ordem política das coisas do universo, é um sistema vitorioso”⁶⁸¹, mas devia ficar em alerta e ser combativo contra todos os seus inimigos.

Num dos editoriais de *O Republicano*, o articulista (sem indicação da autoria) tenta legitimar a sua tese em torno do projeto republicano, retomando trechos de pensamentos de autores estrangeiros. De Simonde di Sismondi viria a concepção de que “a verdade é mais forte do que o espírito do sistema” e de Jean-Jacques Rousseau que “a necessidade elevou os tronos; as ciências e as artes os têm derrocado”. Em texto mais abrangente, conforme citaremos abaixo, encontram-se as interlocuções com outras reflexões. E toda esta argumentação almejava enaltecer a República como um ideal novo, contrapondo-o à visão negativa da Monarquia, que definia, citando o republicano espanhol Emílio Castelar, como “*um obstáculo ao progresso e a civilização*, porque impõe ‘a inquisição sobre a consciência, a censura sobre o pensamento, o silêncio sobre a tribuna, a mordaza sobre a imprensa, a amortização sobre a terra livre’”.⁶⁸² E a certeza de que iria ser assim escorava-se na convicção, semeada pelo evolucionismo positivista, de que existia

uma lei orgânica que rege e regula a marcha e funcionamento das sociedades humanas, lei de justiça progressiva observada através de todos os acontecimentos. (...)

A monarquia opõe-se a que esta lei reine nas sociedades livres, é incompatível; com ela logo é a monarquia um absurdo, um contrassenso e uma barreira à ordem natural e progressiva das sociedades humanas. (...)

A postos republicanos! Guerra sem tréguas à monarquia!⁶⁸³

⁶⁷⁹ F. S. O Republicano (18 dez. 1895). *ORE*, Fortaleza, ano 01, n. 06, p. 01, 21 dez. 1895. Este consiste o primeiro sob a nova direção de Júlio Braga em substituição a Antônio Bezerra.

⁶⁸⁰ Ver GOMES, Amanda Muzz. Monarquistas restauradores e jacobinos: ativismo político. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 42, dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862008000200009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 Jul.2014; .SODRE, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4. ed. (atualizada). Rio de Janeiro: MAUAD, 1999;

⁶⁸¹ CALIBAN. Estamos tristes. *ORE*, ano 01, n. 03, p. 01, 01 dez. 1895.

⁶⁸² CASTELLAR, Emílio *apud* O REPUBLICANO. *ORE*, Fortaleza, ano 01, n. 07, p. 01, 28 dez. 1895. (Grifo nosso).

⁶⁸³ O REPUBLICANO. *ORE*, Fortaleza, ano 01, n. 07, p. 01, 28 dez. 1895.

No artigo do pseudônimo F. S., intitulado “A República Democrática”, afirmava-se que ao civilizar-se uma sociedade atingia-se as fronteiras do “progresso”, pois “quem diz civilização – diz progredir. Não podemos compreender este sem aquela...”. Não por acaso, todo o artigo está povoado de expressões e conceitos que atravessavam a publicística do movimento ao qual se integrava. Daí, a ocorrência de termos como “civilização”, “evolução”, “povo”, “nação”, “coletividade”, “fenômenos sociológicos”, bem como o pleito à “marcha ininterrupta dos tempos” e ao desejo, de acordo com a lição iluminista e com a sua concretização na política escolar da III República francesa, de se forjar uma educação republicana pautada pela “razão”, pois “os povos que educaram as cousas por este prisma, tiveram uma existência duradoura e feliz.”⁶⁸⁴ Na abordagem seguinte, mas em ordem a dar fundamento à tese do autor, explanou-se o conceito de evolução com o propósito de fundamentar a associação entre a necessidade histórica que ditava o necessário advento de uma República democrática que traria o pleno exercício da razão e da liberdade:

Evoluir é, pois um fato da natureza, mas aperfeiçoar-se é um dever: pertence ao domínio do espírito.

Quando as primeiras sociedades humanas saíram do seu estado primitivo, deixando as suas habitações troglodíticas, escolheram um *rei*, autoridade nominal, teocrática, despótica; a hereditariedade, os privilégios, eram o seu característico.

Foi necessária a ação de muitos séculos para que o espírito de liberdade fizesse a conquista da constituição, termo médio entre o despotismo e a justiça, entre a monarquia e a república.

República, pois, resume todas as aspirações da humanidade: é a forma promissora da maior soma de benefícios que podem cumular as sociedades adiantadas dos nossos dias.⁶⁸⁵

Para eles, a conspiração sempre esteve em pleno curso e a data de “06 de setembro” representava isso: “E com esta fatal cegueira lucravam os restauradores, porque tal disposição de espírito, deixava-lhes livre campo a todas as suas perversas maquinações, seguros como estavam de que ninguém desconfiava deles.”⁶⁸⁶ Para concluir este raciocínio, retomou-se uma célebre frase de Floriano Peixoto, quando terá afirmado que “o fermento da restauração agita-se, em uma ação lenta mas contínua e surda.”⁶⁸⁷ Haveria, assim, uma longa suspeita da escalada monarquista contra a República cuja composição seguia esta lógica: um banquete, jornais de propaganda e “manifestos violentos”. Perante isto, os jacobinos questionavam: “O

⁶⁸⁴ F. S. A Republica Democratica. *ORE*, Fortaleza, ano 01, n. 07, p. 02, 28 dez. 1895.

⁶⁸⁵ *Id.*, p. 03. (Grifo do autor).

⁶⁸⁶ O REPUBLICANO. *ORE*, Fortaleza, ano 02, n. 02, p. 01, 25 jan.1896.

⁶⁸⁷ A MONARCHIA. *ORE*, Fortaleza, ano 02, n. 02, p. 1, 25 jan. 1896.

que virá a seguir?”, qual será o próximo passo dos “impatriotas” e “espíritos retardatários” como eram nomeados os monarquistas?⁶⁸⁸

No âmbito da circulação de informações, *O Republicano* passou a incorporar matérias de outros jornais, a exemplo de *A União*, da Parahyba do Norte, quando lançou uma crítica ao Partido Democrático Federal e afirmou que “não vencerão porque a treva não supera a luz; sua campanha é a do erro contra o direito, e se o erro é a escuridão, o direito é a irradiação luminosa da verdade.”⁶⁸⁹ Já no texto “Aos nossos confrades”, o periódico começou a participar da campanha para auxiliar os colegas que buscavam manter *O Jacobino*, da Capital Federal, que apresentava dificuldades para sair com regularidade.⁶⁹⁰

Seria o início da “República Desvalida?”⁶⁹¹ Ora, para desconstruir os mitos e construir outros, o articulista J. Fernandes, professor do ensino secundário e assíduo colaborador do jornal, propôs uma releitura do “mito” da princesa Isabel. Questionou, através do recurso à história, o “cognome de Redentora” recebido em virtude de duas leis que promulgou contra a escravidão. Explorando o conceito de história, afirmou que “a história, a grande mestra da vida, na opinião dos homens eminentes, atesta que uma outra Isabel em circunstâncias mui diversas, precedera de modo inteiramente diferente, captando por isso universal admiração.”⁶⁹² O autor buscou, através da história, desconstruir o mito de Isabel e afirma que, na verdade, houve um equívoco entre a Rainha Santa (de Aragão) e a princesa Isabel, brasileira, de Orleans. Esta desconstrução dos mitos monarquistas é acompanhada de uma permanente legitimação dos (não confessados) mitos republicanos ainda em elaboração, havendo, assim, uma crença positiva naquilo que o “futuro” lhes guarda, como afirma o pseudônimo Caliban: “nós representamos a república do futuro, a república de amanhã, sem o concurso dos monarquistas, dos hipócritas e dos falsos republicanos.”⁶⁹³

Para o editorialista, o recurso principal dos monarquistas era justamente comparar o passado com a atualidade na qual eles viviam, tendo em vista questionar a imagem positiva que a República tinha construído de si mesma. Para isso, apresentavam-na como um período de uma contínua “agitação”, de “revoluções”, de “derrama sangue” e de “violação dos direitos”, em contraposição ao período de “paz” e de “felicidade do povo” que teria existido sob a vigência do governo monárquico. O colunista J. A. Fernandes chega a concordar,

⁶⁸⁸ FÓRA a monarchia! *ORE*, Fortaleza, ano 02, n. 02, p. 02, 25 jan.1896.

⁶⁸⁹ O REPUBLICANO. *ORE*, Fortaleza, ano 02, n. 03, p. 01, 01 fev.1896.

⁶⁹⁰ AOS NOSSOS confrades. *ORE*, Fortaleza, ano 02, n. 03, p. 01, 01 fev. 1896.

⁶⁹¹ HOMEM, Torres. A República Desvalida. *O Paiz apud ORE*, Fortaleza, p. 03, 25 jul. 1896.

⁶⁹² FERNANDES, J. A. O Codinome de Redemptora applicado à princeza Izabel. *ORE*, ano 01, n. 02, p. 01, 24 nov. 1895.

⁶⁹³ CALIBAN. Estamos tristes. *ORE*, Fortaleza, ano 01, n. 03, p. 01, 01 dez. 1895.

parcialmente, com esta comparação. Porém, afirma que a Monarquia não durou apenas 50 anos no Brasil, conforme argumentavam os partidários dos Bragança, mas “viveu 389 anos, desde 1500, data do descobrimento do país, até 15 de novembro de 1889.”⁶⁹⁴ Mesmo assim, pode-se encontrar na história recente, nos “documentos históricos”, as “terríveis perturbações de nossa pátria durante todo o governo de Pedro I num período de 9 anos, bem como dos primeiros anos do de Pedro II. Nada faltou. Fuzilamentos em massa, deportações, revoltas sobre revoltas, torturas horrorosas, roubos, assassinatos oficiais...”.⁶⁹⁵ Consequentemente, era preciso entender como normal as agitações dos anos iniciais da República, pois consistiam em “consequência fatal a todas as grandes transformações sociais e políticas.”⁶⁹⁶

A República, felizmente, atravessou rápida o seu período de provações. Essa coisa que aí anda com o nome de restauração é tão pulha e tão podre que por si mesmo se destruirá.

Uma nova fase se abre para nós.

Em breve, temos fé, a República terá feito emudecer de vez o crocitar importuno desse bando sombrio de asas negras, que cegamente supõem em breve cevar-se nas ruínas da democracia, quando não fazem mais que desinfetar os ares pátrios, devorando os restos apodrecidos do cadáver da realeza.

Bem hajam os corvos patrióticos.⁶⁹⁷

Por sua vez, na coluna “Em Fim”, um colaborador, sob o pseudônimo de “O Sentinella”, fez um exercício histórico comparativo entre a Monarquia, que representava o passado, e a República, que representava o presente e o futuro. Começou por se apropriar desta passagem do órgão monarquista: “Impunemente não se mudam formas de governo e instituições, não se ferem interesses, não se rompe com o passado”, para responder que, se “o passado vos seduz”, porém, “não julguem que podem impedir a marcha da República e que ela tem necessidade de ser reconhecida. Não: Ela é como o sol, disse Napoleão, tanto pior para os cegos que não a veem.”⁶⁹⁸

No texto “Triste Situação!” falou-se de um aspecto sombrio, de uma ameaça que pairava no ar dos republicanos mais radicais. Na verdade, a preocupação girava em torno daquilo que pode vir atrapalhar o projeto da “marcha da humanidade”, conforme acreditavam os republicanos e os positivistas. Deste modo, quem se opusesse a esse desígnio tendeu a ser equiparado a monarquista e passou a receber a alcunha de “inimigos da República”.

⁶⁹⁴ FERNANDES, J. A. O Republicano. *ORE*, Fortaleza, ano 01, n. 04, p. 01, 07 dez. 1895.

⁶⁹⁵ *Id.*

⁶⁹⁶ *Id.*

⁶⁹⁷ FERNANDES, J. A. Bellezas da Monarchia – conclusão. *ORE*, Fortaleza, ano 02, n. 01, p. 02, 11 jan. 1896.

⁶⁹⁸ O SENTINELLA. Em fim! *ORE*, Fortaleza, ano 01, n. 04, p. 02, 07 dez. 1895.

A monarquia que nos ameaça, há de manter-se pelo terror, há de construir seu trono com os cadáveres dos mais inofensivos patriotas.

Vamos! Vacilar é crime.

A humanidade tende sempre, de acordo com as evoluções mentais, a respirar em ambiente mais nobre, mais salubre; e não seremos nós que, afastando-nos desta lei natural imposta pelo desenvolvimento das sociedades modernas, havemos de concorrer pela nossa indiferença, para a manutenção de uma dinastia estúpida que, composta de elementos subversivos a nossa nacionalidade, isto é, de estrangeiros ingratos e brasileiros místicos, forçosamente conduzir-nos-há a mais vexatória escravidão, ao mais inimitável atraso e corrupção.⁶⁹⁹

E o texto conclui com uma crítica ao elemento português, acusando-o de ser “único culpado de ainda não rivalizarmos com os países mais cultos do mundo”⁷⁰⁰ e que nos legou a experiência monárquica. Reforçando o já exposto, sobre a “marcha da república”, do “progresso” e da “civilização”, havia uma clara apropriação do ideário positivista. No artigo “Exterminemo-los”, do pseudônimo G. Osodrac, temos estes conceitos explorados esmiuçadamente: “Não padece dúvida que o progresso é a vida na República, que a república é o cultismo e elevação de vistas absoluta do governo na sociedade...”⁷⁰¹

Em continuidade ao seu devaste retrospectivo – a que dá uma função pedagógica e exemplar –, o autor fez tal alusão a experiências históricas e a personagens concretas, como os reformadores Cromwell e Frederico I:

Falamos daqui, tanto aos emperrados monarquistas, verdadeiros espectros de uma política grangrenosa que passou, como aos republicanos, que falsamente acastelados num inqualificável ceticismo não acreditam que a república torne-se uma cousa séria no nosso país agitado pelas paixões e pelos ódios políticos (...).

Muitas são as doutrinas que se propagam diariamente pelas colunas dos jornais em extensos artigos, cada qual mais bizarra, mais curiosa...⁷⁰²

Sua crítica arguta torna-se mais forte quando direcionada ao “sistema absolutista”, pois os seus servidores seriam “decrépitos”, “corrompidos”, presos à “vontade onipotente do rei”: “Entre o monarquista envilecido e a república, o amor é uma cousa absurda. Aquele vive mergulhado nas tenebrosas noites do servilismo e da abjeção, e ela, converte para os povos essa noite de desgraças, em pleno dia de paraíso.”⁷⁰³ Todavia, de acordo com o texto, tais

⁶⁹⁹ TRISTE situação! *ORE*, Fortaleza, ano 01, n. 04, p. 03, 07 dez. 1895.

⁷⁰⁰ *Id.*

⁷⁰¹ OSODRAC, G. Exterminemo-los! *ORE*, Fortaleza, ano 01, n.05, p. 01, 13 dez.1895.

⁷⁰² *Id.*

⁷⁰³ *Id.*

ideias não eram claras para as classes populares, pois “ainda sentem nos pulsos os arrochos do despotismo e da tirania. (...) Cortemos as antenas ao escarabeu da monarquia. Que nos chamem os moderados de jacobinos. (...) Somos agitadores? Que importa, se somos republicanos?”⁷⁰⁴

Chegados a este ponto, é hora de saber como é que este jornal viu, especificamente, a temática do *sebastianismo*. Nele, o repertório sebastico ganhou uma leitura particular, que foi relido em consonância com os interesses político-ideológicos dos teóricos da República sob a inspiração positivista. Se a proposta inicial, de acordo com a epígrafe, sublinhava a necessidade de “dizer ao povo quem eles são”, vários artigos atacarão os “sebastianistas” mais conhecidos na região.

Sobre o tema, havia uma coluna chamada “Rol”, onde se acusava de “loucos” aqueles cujos discursos e práticas apresentavam uma vertente monarquista e se ditava como morada certa para o seu estado de alienados o asilo de Porangaba, onde ficariam “a esperar a volta do Rei.” O primeiro deles seria um tal Francisco Maracanã.

Srs. desesperados do sebastianismo, ficai sabendo de uma vez por todas, que “O Republicano”, órgão do club Floriano Peixoto, é arma de guerra contra os restauradores desbriados, é o responsável por tudo quanto disser e o club encampa o que o seu jornal afirma: portanto ninguém derive questões da responsabilidade comum para atirá-la a um só individuo. Tomamos a nossa conta o resto não se iludam.⁷⁰⁵

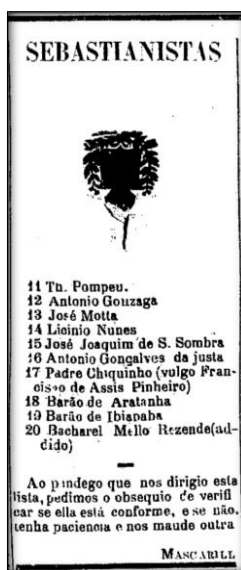
Convém ainda destacar que, acima da lista de nomes, havia um timbre (selo) das armas do Império, simbolizando a associação entre o “sebastianista” e o monarquista. A partir desta lista, o colunista de pseudônimo Mascarilho que escreveu no número seguinte deu-se por satisfeito e acreditou ter concluído a publicização dos “‘bravi’ monarquistas da terra”, recomendando-os “aos bons ofícios do Sr. Eduardo Prado, o grande idiota restaurador.”⁷⁰⁶ Ainda neste número, o jornal deu sequência à cartografia dos “loucos” monarquistas.

⁷⁰⁴ OSODRAC, G. Exterminemo-los!...

⁷⁰⁵ NÃO SE ENGANEM. *ORE*, Fortaleza, ano 01, n. 02, p. 02, 24 nov. 1895.

⁷⁰⁶ MASCARILLO. Sebastianistas. *ORE*, Fortaleza, ano 01, n. 03, p. 03, 01 dez. 1895.

Figura 06: Lista dos “sebastianistas”.



Fonte: MASCARILLO. Sebastianistas. *ORE*, Fortaleza, ano 1, n. 2, p. 3, 24 nov. 1895.

No texto intitulado “Com Os Loucos”, afirmou-se, taxativamente, que “o asilo de Porangaba, está a reclamar um recém-monarquista aderente que parece estar acometido de delírio pelo regime sebastianista, e que no trem que veio a 26 de Mondubim, causou durante toda a viagem, a perder ‘a campanha’ (...). Vá com vistas ao diretor dessa casa de alienados.”⁷⁰⁷ Já no texto “Ghoel no Ceará” havia um reforço no conceito de monarquistas como “loucos”, pois seriam “poucos são os que não estão no último período da loucura monárquica: o Barão de Aratanha, maníaco tranquilo demente o Barão de Ibiapina, erotismo e ganância (...) Francisco Maracanã, imbecilidade, (...) José do Amaral, ambição e esperteza.”⁷⁰⁸ E tudo isto confirma como a influência dos pressupostos positivistas e cientificistas desaguava, no Brasil, como em outras paragens, na redução a estados patológicos das crenças e das ideias que não se encaixassem no que aqueles estipulavam como *norma* e, portanto, como *normal*.

Se a coluna acima referenciada equiparou o “sebastianista” ao “louco”, uma outra, intitulada “Marca, Satan!”, de autoria do pseudônimo Diable, demonizava o fenômeno: “Anda Satan, marca na frente dos sebastianistas”, ao mesmo tempo que recenseava os “sebastianistas” que eram figuras relevantes da sociedade, da política e da igreja cearenses.⁷⁰⁹ No número a seguir, a mesma coluna ganhou novos personagens e, numa alusão ao monarquista “Zé do Amaral”, afirmou: “Satan, tu que és o dono das almas apodrecidas, dos

⁷⁰⁷ COM OS LOUCOS. *ORE*, Fortaleza, ano 01, n. 03, p. 03, 01 dez. 1895.

⁷⁰⁸ GHOEL no Ceará. *ORE*, Fortaleza, ano 01, n. 05, p. 02, 13 dez. 1895.

⁷⁰⁹ DIABLE. Marca Satan! *ORE*, Fortaleza, ano 01, n. 03, p. 02, 01 dez. 1895.

espíritos velhacos e maleáveis, que és o amador das fístulas e das mazelas humanas, tu que és amigo dos corruptos e dos corruptores, anda, pega neste nojento, e mergulha-o na caldeira dos infames!”⁷¹⁰

Convém destacar também que, entre os nomeados, consta a figura do “Reverendo padre Jano” (por alcunha Valdevino Nogueira). Noutro momento da coluna “Marca, Satan!”, o pseudônimo Diable fez mesmo referencia a um religioso sob o qual investiu os conceitos mais depreciativos que poderiam ser lançados a uma autoridade religiosa, chamando-lhe o “reverendo irreligioso”, o “reverendo imoral, de alma tão baixa, como a desse miserável sacerdote do sol, que por suas infâmias mereceu o nome de Sardanapalo de Roma. Cuidado Satan, que pode te morder a cascavel enfurecida”.⁷¹¹

Como se vê, os representantes da igreja eram alvos privilegiados. Com a reprodução de um poema, produzido pelo Padre Correia d’Almeida, e veiculado em outro jornal, de editorial monarquista, os colunistas de *O Republicano* aproveitaram a oportunidade para chamá-lo, ironicamente, de iconoclasta, sobretudo pela ironia que lança o referido padre à insígnia “Ordem e Progresso”: de um lado, a imagem heróica de Tiradentes era resgatada, do outro, os religiosos eram chamados a prestarem contas a “Satã”:

O rabiscado estandarte,
É primor de engenho e d’arte
Mas lhe vê crítico useiro
Incoerência de truz!
Ser amigo do cruzeiro
Sendo inimigo da Cruz.⁷¹²

Para deslegitimar o discurso do citado padre, o texto começava pela crítica à Inquisição e acusava a Igreja Católica de ter cometido crimes contra as mulheres no período inquisitorial. Ao elencar vários episódios passados, para reforçar a ideia de que o religioso não teria moral ou ética para questionar os republicanos e muitos menos cometer tal ofensa aos símbolos nacionais, escrevia:

Vós que matasteis assim as crenças do povo, vós que transformasteis essa Cruz em asilo de tantos crimes, vos que abençoasteis o trono de Maria 1^a, a assassina que mandou esquartejar o Tiradentes; que apadrinhastes com a vossa benção o comércio de nossos irmãos Africanos (...)

⁷¹⁰ DIABLE. Marca Satan! *ORE*, Fortaleza, ano 01, n. 04, p. 02, 07 dez. 1895.

⁷¹¹ DIABLE. Marca Satan! *ORE*, Fortaleza, ano 01, n. 06, p. 02, 21 dez. 1895.

⁷¹² ARTILHEIRO. Lanternetas. *ORE*, Fortaleza, ano 01, n. 07, p. 02, 28 dez. 1895.

Satan! Ouve. Pega este devasso padre e atira para sempre nas caldeiras rubras de Pedro Botelho! Vinga assim a pureza imaculada das virgens que ele tentou enodoar do fundo das sacristias, testemunhas sombrios de suas devassidões!⁷¹³

Na coluna “Lanternetas” (do pseudônimo Artilheiro), aborda-se a questão diplomática do Brasil e da Grã-Bretanha em torno da posse da Ilha de Trindade. Para o desconfiado articulista, a Grã-Bretanha tinha a intenção de ajudar a monarquia: “trará em comunicação constante os sebastianistas da outra banda do Atlântico com os Afonsinhos da Paulicéia, os maragatos do Rio Grande, os Piragibes democratas da terra dos verdes mares bravios e finalmente com os tamancos disseminados por todo o país.”⁷¹⁴ Noutro momento, também na coluna “Lanternetas”, o Artilheiro afirma que “os monarquistas não levam em conta o sentimento de Pátria, palavra que dizem vã e só existe onde eles estão bem.”⁷¹⁵

Estas colunas também estão acompanhadas de comentários depreciativos sobre jornais adversários – um deles é qualificado como o “satânico órgão monárquico” – e mesmo pela denúncia de alguns estabelecimentos comerciais, como consta no aviso “Aos que Gostam da Pinga” e segundo o qual, num deles, o vinho ali vendido estaria falsificado. Como o proprietário era monarquista, o periódico proclamava: “Fora o falsificador!”. Com efeito, a este tipo de imprensa *O Republicano* reservou as suas mais ásperas críticas, exemplarmente representadas por esta, inserta num texto intitulado “A Oposição”:

O pasquim-mirim, órgão monárquico-clerical, que se intitula “A Verdade” é uma revoltante Mentira!
Mente quando se diz órgão católico, porque cuida mais das coisas profanas do que da Religião! Mente quando se diz bem educada, porque é um estilo baixo, de portão de feira, que discute sempre! Mente quando se diz republicana, porque é a mais desbragada propagandista do sebastianismo pulha! (...)
A esses monarquistas disfarçados arrancaremos as máscaras e trata-los-emos como merecem.⁷¹⁶

A crítica aos “sebastianistas” – também apelidados de “Cynicos”⁷¹⁷ – se deu em vários momentos da vida social, até mesmo na descrição de ato fúnebre. Na verdade, em texto intitulado: “Enterro de um monarquista”, de autoria do capitão J. A. de Rodrigues Júnior, quer “o banquete de S. Paulo”, quer o enterro de um tal conselheiro Couto, tinham provado que “o

⁷¹³ ARTILHEIRO...

⁷¹⁴ ARTILHEIRO. Lanternetas. *ORE*, Fortaleza, ano 01, n. 03, p. 02, 01 dez. 1895.

⁷¹⁵ ARTILHEIRO. Lanternetas. *ORE*, Fortaleza, ano 01, n. 7, p. 02, 28 dez. 1895.

⁷¹⁶ MALLAT n. 12. A oposição. *ORE*, Fortaleza, ano 01, n. 06, p. 03, 21 dez. 1895.

⁷¹⁷ CYNICOS! *ORE*, Fortaleza, ano 02, n. 01, p. 02, 11 jan. 1896.

sebastianismo conspira e conspira”. No entanto, o governo da República tinha acabado “de obter do Congresso a anistia para os revoltosos”⁷¹⁸ que haviam protagonizado a revolta da Armada. Por fim, lançaram toda a responsabilidade ao presidente Prudente de Moraes por quaisquer problemas que possam advir dessas pessoas anistiadas.

Nos últimos meses de 1896, já em pleno arrefecimento das tensões decorrentes do nascimento e consolidação do novo regime, o jornal passou a apresentar páginas inteiras com imagens de algumas figuras tidas como heróicas e que lhes eram muito caras, como Floriano Peixoto – “O Salvador da República” – e Tiradentes.⁷¹⁹ O empolamento desta hagiografia cívica visava irmanar os dois heróis e elevá-los a símbolos máximos do patriotismo nacional brasileiro. Contudo, com a consolidação de uma República mais conservadora, e com a diminuição dos medos perante o “restauracionismo”, esta imprensa combativa e demagógica foi perdendo espaço e entrou em crise. Em julho de 1896, *O Republicano*, depois da interrupção de alguns meses, retornou e lançou o seu último exemplar, tendo justamente exposto, em sua primeira página, a imagem de Floriano Peixoto sob a responsabilidade do Dr. José Freire de Beseril Fontenelle. Segundo ele, a paralisação do jornal se deu por dificuldades de manutenção em sua luta firme contra a República das oligarquias e dos privilégios de alguns grupos. Nota-se, pelo tom nostálgico, que se esboça uma clara decepção para com o projeto republicano que prevaleceu: “sem o concurso do povo não poderá organizar-se no país o sistema democrático. A força da República está no povo. E nós somos o povo. A nossa vontade é que ela não minta a fórmula de sua constituição: Liberdade, Igualdade e Fraternidade.”⁷²⁰

Por fim, o último exemplar de *O Republicano* lançou uma luz sobre os destinos e as novas convicções de seus membros. Passam a incluir a problemática social nas expectativas de uma nova república, “livre e democrática”, o que exigia que a República fosse reorganizada e que se trabalhasse “pela extinção gradual da miséria”, pelo derramamento da “instrução”, pelo nivelamento das “classes sociais”. E foi em prol da realização desse ideal que voltaram novamente à imprensa, “fortaleza onde se abrigam os pensamentos mais elevados.”⁷²¹

⁷¹⁸ RODRIGUES JÚNIOR, Capitão J. A. de. Enterro de um monarchista. *ORE*, Fortaleza, ano 01, n. 04, p. 02, 07 dez.1895.

⁷¹⁹ *ORE*, n. 04 e 06, de 13 mar.1896 e 21 abr.1896, respectivamente.

⁷²⁰ O REPUBLICANO, de volta. *ORE* (Edição Especial), Fortaleza, p. 02, 25 jul. 1896.

⁷²¹ *Id.*

6.4 O Jacobino

Como atrás mencionamos, o periódico *O Jacobino* é uma boa fonte para se investigar os “usos”, as manifestações e as interpretações ideológicas do *sebastianismo* no Brasil republicano. Pela radicalidade e intransigência do seu republicanismo nacionalista, a folha acabou por representar os anseios dos trabalhadores urbanos (sobretudo do Rio de Janeiro) e daqueles que acreditavam na “República” como o caminho inexorável para o “progresso”. Neste sentido, seus artigos acompanharam de perto, e sem imparcialidade, os conturbados anos que decorreram entre os fins de 1894 e os meados de 1897, próximo ao trágico desfecho da Guerra de Canudos – período que demarcou, também, a definitiva “derrota” do projeto ou utopia “jacobina”.⁷²² Sobre este jornal, fundado por Diocleciano Martir já no final do governo de Floriano Peixoto, descreve-nos a historiadora Suely Queiroz:

O jornal começou a circular no dia 13 de setembro de 1894, duas vezes por semana, mas sua publicação foi irregular. Interrompido em 26.1.1895 por empastelamento, recomeçou em 6 de abril do mesmo ano com periodicidade semanal.

Parou novamente por três meses devido à morte de Floriano, ressurgindo em outubro de 1895 e paralisando ainda as atividades – embora não definitivamente – após o atentado a Prudente de Moraes.⁷²³

O jornal se apresentava como “órgão dos brasileiros”, inspirando-se em frases atribuídas ao marechal Floriano Peixoto, e marginalizava tudo que pudesse por em causa a legítima República. Por isso, à semelhança de outros periódicos jacobinos espalhados pelo Brasil – embora nenhum o excedesse em radicalismo –, elegera para o seu panteão cívico aquele marechal, assim como Benjamin Constant, Frei Caneca e Tiradentes⁷²⁴. Estes eram os modelos em que se inspirava para reescrever uma nova história pátria e construir um “Brasil para os brasileiros”.

Evidentemente, a prática política dos “jacobinos” extrapolou aquilo que pode ser exposto no periódico. De qualquer forma, para fins desta demanda, concentraremos-nos, sobretudo, na reativação do repertório “sebástico” para fins demarcatórios de uma “brasilidade”, passando por pontos fulcrais como o jacobinismo, o nativismo, os símbolos nacionais, o *sebastianismo* e o conflito de Canudos. A construção de uma nova “nação”

⁷²² COLSON, Frank. O embate de utopias: Canudos 1896-1897. In: MOURA, Alexandrina Sobreira (org.). *Utopias e formações sociais*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 1994. p. 85-109.

⁷²³ QUEIROZ, Suely Robles. *Os Radicais da República...*, p. 87.

⁷²⁴ CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da república no Brasil*. 19. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

passava necessariamente por uma ruptura com práticas e concepções de mundo antigas. Dessa forma, os “jacobinos” buscaram despertar os valores “patrióticos” e afirmaram-se como marcadamente nativistas. Para esse combate, fizeram a cartografia de tudo aquilo que, à luz de seu ideário, seriam obstáculos à sua concretização.

O periódico foi criado na esteira dos conflitos de 1894, quando a atmosfera política gravitava em torno da crise republicana e dos “ecos da restauração”. Nessa conjuntura, o “partido jacobino” lançou suspeitas sobre todos os agentes cujas convicções republicanas não fossem históricas: os adesistas, os estrangeiros, os ex-patriados, os jornalistas e, em especial, o português – perseguido e exposto reiteradamente em praticamente todas as edições do jornal, sobretudo, os comerciantes e aqueles que ocupavam cargos públicos.

Em resposta ao jornal *O País*, que os acusou de “loucos, perturbados e desorientados”, *O Jacobino* declarou ser feito por “puros e extremados brasileiros natos”⁷²⁵ e, contra tais críticas, afirmou que “o povo, que é a vítima do descalabro da imprensa jungida ao cepo dos interesses individuais, somente, devia, como deve proteger a imprensa que tratar das causas da Pátria e sua propriamente dita e não aquela”⁷²⁶ que é sua inimiga.

Mesmo *A Bomba*, que era visto também como um jornal radical, conforme já discutimos, não escapou à fúria do seu correligionário. Assim, este, ao noticiar que tinha recebido *A Bomba* “de coração aberto”, não deixava de estranhar que, no corpo editorial daquele periódico, figurasse um português e, em demanda das suspeitas de *sebastianismo*, fez esta pergunta: “sempre desejávamos saber porque ‘A Bomba’, sendo ‘órgão de propaganda contra o estrangeirismo’ como diz no seu cabeçalho, tem como seu gerente o português Manuel Paes de Figueiredo? Que diabo, disto é aquilo?”⁷²⁷

O *slogan* “o Brasil para os brasileiros”, que norteou o debate nativista dos jacobinos, tinha sua inspiração no modelo republicano norte-americano através da Doutrina Monroe – a “América para os Americanos” – chegando até a defender a construção de uma estátua em homenagem a James Monroe.⁷²⁸ Estas ideias foram duramente criticadas pelo simpatizante da “restauração monárquica”, o publicista Eduardo Prado, através de seus artigos publicados em Portugal e principalmente em sua obra *A Ilusão Americana* (1902), onde denunciou o

⁷²⁵O PARTIDO Jacobino. *O Jacobino (OJA)*, Capital Federal, n. 2, p. 01, 19 set. 1894.

⁷²⁶A IMPRENSA. *O Jacobino*, Capital Federal, n. 2, p. 02, 19 set. 1894.

⁷²⁷A BOMBA. *OJA*, Capital Federal, n. 4, p. 02, 26 set. 1894.

⁷²⁸ESTATUA a Monroe. *OJA*, Capital Federal, n. 18, p. 03, 18 nov. 1894.

processo depredatório e violento pelo qual os Estados Unidos da América foram se impondo em diferentes nações da América, principalmente no México e no Panamá.⁷²⁹

Para os jacobinos, os “símbolos nacionais” eram “sagrados”. Neste sentido, qualquer atitude que levantasse a suspeita de desrespeito era tratada com virulência e podia chegar mesmo à violência física. Quando se deparavam com os estabelecimentos comerciais que mantinham ainda a bandeira do Império brasileiro, os jacobinos faziam questão de incitar o proprietário a providenciar uma mudança imediata para a nova bandeira, sob o risco de ele arcar com as consequências, pois, nestes casos, defendiam “uma surra de vergalho em todos os sebastianistas que reprovassem o aludido ato. Avante rapaziada!”⁷³⁰

O termo *sebastianismo* também foi largamente utilizado, o que demonstra a sua banalização, associada à sua articulação não só com “sebastianista”, mas também com “monarquia”, “Império” e “português” ou “galego”. E, com extremo radicalismo, o periódico projetava no português a culpa dos males do Brasil, ou melhor, de seus “fantasmas”, o que demonstrava um espírito lusofóbico expresso através de charges, de piadas, notícias curtas e de notas depreciativas sobre Portugal.

Entretanto, outros estrangeiros, que não respeitassem os símbolos nacionais e o novo governo, também eram vítimas da reprimenda dos jacobinos. Dois exemplos podem ser dados: a um francês de nome Hypollytte Effantin, que ridicularizou o Brasil, visto como “tratante”, foi-lhe direcionado um alerta: “Previna-se, porque está na nossa terra e poderá lhe suceder levar quatro pontapés na comieira dos piolhos. Entende?” Outro episódio foi o do “Conde de Pariz”, que deixara a bandeira a meio mastro, e sobre ele um alerta foi dado: “Ah! Sebastianistas!”⁷³¹

Portanto, o “sebastianista” era todo aquele indivíduo cuja simpatia pela República pudesse ser posta em suspeição.

A coluna “Sebastianismo” foi largamente explorada em cada número de *O Jacobino*, tanto para parte das discussões políticas – sobretudo acerca do “sebastianismo” em São Paulo e sobre as repercussões dos textos de Eduardo Prado –, como para atrelar uma alcunha ao cidadão “português”: “porque razão o português José Francisco Correa, dono da fábrica de fumos da rua Sete de Setembro tem dentro do seu estabelecimento o letreiro Imperial fábrica de fumos? Então, que diabos significa isto? Vamos, rapaziada jacobina, abaixo estes

⁷²⁹ PRADO, Eduardo. *A Ilusão Americana*. Paris: A. Colin, 1902; PRADO, Eduardo. *Fastos da Dictadura Militar no Brasil*. São Paulo: Escola Typographica Salesiana, 1902.

⁷³⁰ BRAVO! *OJA*, Capital Federal, n. 2, p. 03, 19 set. 1894.

⁷³¹ QUE TRATANTE! *OJA*, Capital Federal, n. 2, p. 3-4, 19 set. 1984.

letreiros!...”⁷³² Havia, assim, uma incômodo histórico com os comerciantes portugueses, vistos como concorrentes dos brasileiros principalmente no mercado de retalhos.

No período em que as relações entre o Brasil e Portugal estavam cortadas (fins de 1894), os jacobinos encetaram uma perseguição ferrenha à colônia portuguesa no Rio de Janeiro, vista sempre com suspeição – conforme já abordamos em texto anterior do publicista português Cunha e Costa. Mas, a coluna “Sebastianismo” estava também ao serviço da intenção de se “limpar a memória”, isto é, de se extirpar espectros de um passado não mais condizente com os “novos tempos” – fazia-se necessário destruir os velhos signos da monarquia. Por isso, *O Jacobino* questiona: “Qual o motivo que chamando-se o antigo Largo do Paço – Praça 15 de Novembro, ainda existem as placas de Praça D. Pedro II?”⁷³³

Para os jacobinos, o processo revolucionário republicano se alicerçava numa crença firme e, portanto, havia a necessidade de se levar o “jacobinismo” até as últimas consequências para instauração definitiva da “República” de seus sonhos. Ora, neste sentido, retomou-se, como inspiração, a figura do “mártir” Frei Caneca que teria enfrentado, com destemor, a tirania do “absolutismo” já em nome dos ideais republicanos.⁷³⁴

A componente anti-sebastianista, atualizada aos “novos tempos”, passou, igualmente, pelo empenhamento na dessacralização do monarca e da monarquia. Por isso, os rituais de celebração, inclusive da memória do ex-imperador, também foram objeto da vigilância jacobina.⁷³⁵ Em matéria intitulada “Ah! Sebastianistas”, *O Jacobino* questiona a necessidade de uma missa em homenagem à memória de D. Pedro II:

Nos anúncios de missas do lusitano “Paiz” lê-se o seguinte convite:

D. Pedro II

No dia 5 do corrente, às 9 horas, na matriz do Sacramento será deliberada uma missa pelo repouso eterno da alma de Sua Majestade o Imperador D. Pedro II, de saudosa memória.

Quem manda celebrar essa missa?

Quem convida?

... Sua majestade o imperador?

... D. Pedro II?

... Saudosa memória?

Mau, mau!

À missa! republicanos e olho bem alerta para ver quem são os cagados do “convite” e os “da saudosa memória”.

Ah! Sebastianistas de uma figa!⁷³⁶

⁷³² SEBASTIANISMO. *OJA*, Capital Federal, n. 18, p. 03, 18 nov. 1894.

⁷³³ SEBASTIANISMO. *OJA*, Capital Federal, n. 19, p. 02, 21 nov. 1894.

⁷³⁴ FREI CANECA. *OJA*, Capital Federal, n. 22, p. 01, 01 dez. 1894.

⁷³⁵ Sobre a problemática em torno da monarquia e do ex-imperador, ver: FAGUNDES, Luciana Pessanha. *Do Exílio ao Panteão...*, p. 70-122.

⁷³⁶ AH! SEBASTIANISTAS! *OJA*, Capital Federal, n. 23, p. 02, 05 dez. 1894.

O tom jocoso em relação aos “sebastianistas” – neste caso, simpáticos à preservação da memória de D. Pedro II –, precisava ser reforçado pelo permanente exercício de reativação de “histórias passadas” e, provavelmente, “inventadas”. Neste sentido, foi atribuído a D. Sebastião à invenção do “tamanco”, o símbolo do português emigrante na época. Partindo de uma publicação atribuída à revista do Instituto Histórico de Portugal – cuja veracidade não conseguimos atestar – onde se afirmaria que “a descoberta do tamanco foi motivo para vários estudos, entre as sabedorências portuguesas”, *O Jacobino* queria provar a incapacidade do lusitano para as ciências: “Quanto à descoberta do tamanco. Ficou provado que foi inventado pelo rei d. Sebastião, afim de patentear aos países irmãos a sua maravilhosa descoberta científica em benefício das nações adiantadas.”⁷³⁷ E, conquanto alguns jornais jacobinos demonstrassem simpatia pelo Marquês de Pombal, nem o antijesuita e reformador escapou ao camartelo de *O Jacobino*, que o acusou de ter “usurpado os bens da mãe”: “Eis quem foi o Marquês de Pombal, o galego, que os seus patrícios consideram um Deus.” Enfim, os usos feitos da História de Portugal pautaram-se pela ideia de desconstruir qualquer “herói”.⁷³⁸

Em síntese, a intenção dos animadores do periódico apostava na popularização de uma imagem negativa do “português” ou “galego”, tendo em vista demarcar e enaltecer a identidade do Brasil, desiderato que só a República poderia reencontrar e reforçar. E, recalçando a complexidade do processo que conduziu à independência da ex-colônia, não deixava de frisar a “guerra continuada” que existiu tanto no período da colonização como no do Império, gestação dolorosa que o sofrimento de Tiradentes encarnava. Daí a ênfase que colocavam na heroicização do seu “martírio”, ocorrido em 21 de abril de 1792, aniversário que o jornal assinalava com relevo, para extrair lições lusofóbicas como esta:

O martírio de Tiradentes, com todo o cortejo de atrocidades de que foi teatro o Brasil vilmente sacrificado pela bárbara torpeza dos estúpidos e cruéis filhos de lusitânia, que nos esteja sempre diante dos olhos, que nos viva sempre na consciência, que nos ilumine de contínuo, as cerebrações (*sic*) para incitar-nos à guerra continuada para o mais completo, para o mais breve extermínio do nosso pior inimigo – o português.⁷³⁹

⁷³⁷ *OJA*, Capital Federal, n. 23, p. 04, 05 dez. 1894.

⁷³⁸ Texto extraído de *O Athleta*, Belém do Pará *apud OJA*, Capital Federal, ano 02, n. 49, p. 1, 14 dez. 1895.

⁷³⁹ 21 de Abril. *OJA*, Capital Federal, ano 02, n. 33, p. 1-2, 20 abr. 1895.

Outra data regularmente comemorada pelos jacobinos era o “13 Maio”, conforme já vimos em *O Republicano*. Se a preocupação voltava-se para uma “brasilidade”, inclusive com uma nova cultura de alteração dos nomes brasileiros para nomes autóctones (Marajo, Tupy, Ingá, etc.), havia uma preocupação em também nacionalizar a história, tirando-a do campo de valorização da dinastia bragançana:

Na história política de nossa nacionalidade, a data de treze de maio representa a primeira conquista do povo contra a animosa e corrupta monarquia bragançana.

A escravidão era a fonte principal onde os srs. feudais iam buscar todos os elementos para combater o santo ideal republicano, que, desde Tiradentes até Benjamim Constant, como uma luz bendita, aclarava todos os espíritos.

O treze de maio, embora queiram dizer que foi obra de uma princesa benévola e religiosa, está patente, porque a história já se encarregou de provar, era a aspiração nacional, diante da qual o trono curvou-se e submeteu-se humilhado.

Dessa conquista sobreveio a de 15 de novembro, que hoje nos felicita, que não encontrou embaraço algum, porque uma nação que não tinha escravos não podia estar presa de sua liberdade.

Com o treze de maio não injetou-se no organismo do nosso Povo esse novo sangue que os braganças não possuem, e daí, todas as ideias grandiosas surgirem entre as quais a que proclamamos em 89.

A escravidão foi o marco miliário para as nossas glórias, e há de se-lo ainda, pois quem introduziu esse crime no Brasil foi essa colônia maldita e aventureira que denominamos – portugueses.⁷⁴⁰

O “Partido Jacobino”⁷⁴¹, através da sua “comissão de agitação pública”, manteve com regularidade suas reuniões para discutir, organizar e agir em defesa dos principais pontos norteadores de sua proposta política. Entre dezembro de 1894 e abril de 1895 houve uma interrupção na saída do seu órgão de propaganda e doutrinação, algo recorrente entre os jornais mais militantes, em virtude de problemas financeiros ou de acirramentos políticos. Este último ponto, devido à virulência dos seus escritos, marcou praticamente todo o período em que circulou *O Jacobino*. Seus excessos não ficavam restritos aos discursos e panfletagens, mas também a ataques físicos a simpatizantes da monarquia, voluntária ou involuntariamente. Seu projeto positivista de instauração de uma ditadura republicana, vista como único caminho para o Brasil romper com as amarras do passado e as “sombras” da

⁷⁴⁰ 13 DE MAIO. *OJA*, Capital Federal, ano 02, n. 35, p. 01, 11 mar. 1895.

⁷⁴¹ O uso do termo “partido” aqui deve ser entendido em sua particularidade. Não corresponde a um partido político reconhecido e institucionalizado, mas a atitude de alguns agentes que, através de várias ações, como *meetings*, clubes e imprensa, fizeram um campo de pressão no sentido de concretização do projeto republicano por eles idealizados. Também eram chamados de “florianistas”.

“restauração”, eram defendidos arduamente pelo diretor do jornal, Diocleciano Martír cuja inspiração e esperanças foram lançadas no governo de Floriano Peixoto.

Ao retornar a sua publicação, em abril de 1895, o editorial fez uma homenagem ao seu fundador: “Deocleciano Martyr, redactor municipal desta folha e fundador do partido Jacobino do Brasil”.⁷⁴² Outra homenagem ocorreu aquando da construção e inauguração do busto de Floriano Peixoto, “o benemérito Salvador da República”⁷⁴³, evocação que acompanhou quase todos os números seguintes até ao seu encerramento. Para legitimar este propósito, era comum a *O Jacobino* recorrer ao importante discurso de Floriano Peixoto, um “Testamento Político”, onde este afirma: “A vós, que sois moços e trazeis vivo e ardente no coração o amor da Pátria e da República, a vós corre o dever de ampará-la e defendê-la dos ataques insidiosos dos inimigos. (...) O fermento de restauração agita-se em uma ação lenta, mas continua e surda. Alerta! Pois. (Divisa, junho de 1895).”⁷⁴⁴

Um outro número do jornal publicou vários comentários de simpatizantes da causa “jacobina” e do “Marechal de Ferro”, morto em 29 de maio de 1895. Do autor de iniciais P. B, temos: “Floriano: O gênio impossível (*sic*) de República! Salve ... Imortal! O legendário; O grande morto. Jesus e Floriano (Junto a cristo no céu deve ele estar); Puro Brasileiro. Por ser cristo, esse Deus republicano. Que ao mundo veio o Povo Libertar.”⁷⁴⁵ E, na linha do alerta de Floriano Peixoto sobre o perigo da “restauração”, lembrava-se o “Hymno Seis de Setembro” – data de início da Revolta da Armada, vencida pelo “Marechal de Ferro” –, para, num tom patriótico, denunciar, mais uma vez, a “conspiração sebastianista”. É que “A verdadeira ideia de liberdade emana do regime republicano, bem o sabe todo o Povo, e não da monarquia que propagais sob a inspiração de Isabel que desvirtua a pureza da alma nacional.”⁷⁴⁶

A “pureza da alma nacional” requeria, conforme já foi dito, uma revisão da história, dos heróis, da memória da nação. Era “preciso desaparecer com todos os emblemas” que remetessem seja à coroa portuguesa ou ao império brasileiro. Neste sentido, avançava-se com uma ameaça: “Quem avisa...”⁷⁴⁷ Contudo, a despeito de todo esse engajamento, percebe-se que, no decurso de 1895 e 1896, fruto dos desdobramentos da experiência republicana brasileira, os limites para levar adiante o projeto inicialmente sonhado pelos seus idealizadores mais radicais estavam mais patentes. Por isso, o discurso “jacobino” tornou-se

⁷⁴² AO RESSUGIR-VOS. *OJA*, Capital Federal, ano 02, n. 31, p. 01, 06 abr. 1895.

⁷⁴³ *OJA*, Capital Federal, ano 02, n. 34, p. 01, 30 abr. 1895.

⁷⁴⁴ TESTAMENTO Político. *OJA*, Capital Federal, ano 02, n. 40, p. 02, 29 set. 1895.

⁷⁴⁵ *Id.*, p. 01.

⁷⁴⁶ O SEBASTIANISMO. *OJA*, Capital Federal, ano 2, n. 42, p. 01, 19 out. 1895.

⁷⁴⁷ SEBASTIANISTAS. *OJA*, Capital Federal, ano 02, n. 45, p. 1, p.3, 09 nov. 1895.

crítico dos caminhos trilhados pelo regime, pelo que não surpreende esta confissão do jornal em análise: “A nossa tristeza é porque esta República tem sido madrasta para os verdadeiros e leais republicanos. É porque essa República não foi a que sonhou Tiradentes, Pedro Ivo, frei Caneca, Nunes Machado, Silva Jardim, Benjamim Constant e tantos outros apóstolos da Liberdade.”⁷⁴⁸ E mesmo assim, os “sebastianistas arregimentam-se!”

Depois do intervalo de alguns números, o jornal retornou, reforçando os pontos que norteavam o seu editorial. Em tom agressivo, embora criticasse os estrangeiros franceses e italianos, seu foco principal continuava a ser “os portugueses”: “Nós, os jacobinos, damos combate franco e veemente a todo o estrangeirismo, especializando, porém, o português porque esse é de todos o pior, mais nocivo a nossa nacionalidade e menos amigo do nosso progresso moral e material”.⁷⁴⁹

A permanente tensão do cenário político, marcada pela instabilidade e querelas entre diversos grupos republicanos, com interesses diversos, permite-nos interpretar os discursos dos “jacobinos”, não apenas pela dimensão política interna aos conflitos dos republicanos, mas como uma forma particular de lidar com o presente, o passado e o futuro. É deste exercício que a convocação de D. Sebastião, do “sebastianista” e do “sebastianismo” se coaduna com os debates em torno de um novo tempo histórico, o da expectativa de mudanças e a rupturas, assentes numa releitura da história em que o nativismo servia de suporte a um nacionalismo afinal de fundo essencialista, pressuposto pouco compatível com o constante recurso que faziam às vulgatas positivistas e cientificistas.

Todas as questões apresentadas até ao momento sobre a concepção política dos jacobinos, talvez sejam melhor ilustradas com a leitura que fizeram do conflito de Canudos, cujo ajuntamento populacional tivera início nos sertões do Estado da Bahia em 1893, mas que só passou a ser objeto de uma repercussão no noticiário de praticamente todos os jornais a partir do momento em que o exército foi surpreendido com o poder de resistência dos “jagunços”, em 1896.⁷⁵⁰ Se boa parte da imprensa passou a desconfiar, ou melhor, a separar uma coisa da outra, é relevante observar que *O Jacobino* manteve praticamente até o seu último número, em 1897, a tese de que em Canudos havia um ajuntamento “sebastianista”, logo, de inspiração restauracionista e produto da herança supersticiosa portuguesa.

Nesta fase, portanto, as palavras “sebastianismo” e “sebastianista” foram sendo projetadas para outros sujeitos, espaços e vivências, num universo muito pouco conhecido

⁷⁴⁸ JACOBINO – há seis anos! *OJA*, Capital Federal, ano 02, n. 46, p. 01, 15-16 nov. 1895.

⁷⁴⁹ DESABAFEMO-NOS! *OJA*, Capital Federal, ano 3, n. 56, p. 01, 01 ago. 1896.

⁷⁵⁰ Sobre a repercussão na imprensa brasileira, ver: GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora*. São Paulo: Ática, 1974.

daqueles que viviam na Capital Federal. É um outro país que se revela e passa a ser objeto das mais diferentes curiosidades na Rua do Ouvidor, por onde transitava parte da intelectualidade brasileira de fins do século XIX, desejosa por saber mais sobre as notícias dos sertões da Bahia, e sobre a admirável (e assustadora) capacidade de resistência dos “jagunços” e “fanáticos”, seguidores do beato Antônio Conselheiro.

A desconfiança de *O Jacobino* e dos principais jornais e, mesmo de políticos, era de que Canudos seria um prolongamento da “resistência restauradora”, que estava recebendo o apoio da dinastia de Bragança (exilada no exterior) e dos “monarquistas” brasileiros que ainda mancomunavam contra a República. Era sabido que Antônio Conselheiro era contra a República – e todas as novas leis advindas com o novo regime, como “casamento civil” e a separação entre a Igreja e o Estado. Contudo, a carga simbólica desta matéria abaixo, parece sintetizar os ânimos de boa parte dos militares (e jacobinos) que, nas últimas expedições, moveram-se para os sertões da Bahia com o intuito de extinguir, o que alguns acreditavam ser, o último reduto da resistência “restauradora”:

Não nos enganamos; o tal *conselheiro* é um enviado do sebastianismo para perturbar a ordem naquele Estado da União Brasileira; quer ser o *gumercindo* do norte ou apparicio, há pouco corrido pelas forças do governo de República Oriental do Uruguai. Pensamos que os governos estadual da Bahia e federal devem quanto antes cuidar de bater o famigerado *conselheiro* e seus fanáticos sequazes. Quem não é útil à Pátria e à República deve desaparecer.⁷⁵¹

É com este tom que Canudos, a partir de fins de 1896 passou a ser um “acontecimento discursivo”⁷⁵², um espaço que canalizou as atenções nacionais e, para onde, se jogavam os destinos da República. Antônio Conselheiro passou a ser a figura marcante da curiosidade e da demonização cujas imagens descritas eram as mais terríveis e assustadoras. Do longo texto, intitulado “À Bala!”, do qual destacamos uma parte, já se esboça o desejo maior dos jacobinos, que veem naquele ajuntamento uma ação restauracionista, motivo pelo qual o periódico defendeu a completa eliminação dos conselheiristas:

A princípio deu-se a este movimento um caráter particular, de exclusiva autonomia dos lugares onde se acham acampados, os celerados, porém, já os factos até hoje passados estão demonstrando um movimento restaurador de

⁷⁵¹ NO SERTÃO da Bahia. *OJA*, Capital Federal, ano 3, n. 76, p. 2, 19 dez. 1896.

⁷⁵² Ver: BARTELT, Dawid Danilo. *Sertão, República e Nação*. São Paulo: Edusp, 2009. p. 91-233; ver também: CARONE, Edgard. *op. cit.* p. 167-169.

que o bandido Antônio Conselheiro é instrumento de muitos outros conselheiros... (...)

Os celerados e mercenários, hão de ver como se rechaça com galhardia e desinteresse o inimigo mais poderoso, e a República triunfará, ficando mais uma vez o sebastianismo com seus planos frustrados. (...)

Assim há de ser batido o inimigo restaurador.

Agora, que, como sempre, se acha envolvido o europeu faminto e sedento de riqueza aliado aos Brasileiros desnaturados e indignos da terra que lhes foi berço, que não tem pejo em baratear a Pátria, exterminemos de uma vez para sempre esta horda de sicários - À Bala!⁷⁵³

Postura que mais parece um prenúncio do que ocorreria entre agosto e outubro de 1897, quando quase todos do arraial foram mortos pelas forças legalistas. Contudo, no momento que antecede a isto, as sucessivas derrotas por parte do exército em Canudos, bem como os embates políticos travados na Capital Federal, levaram *O Jacobino* a fazer uma reflexão desanimadora sobre os destinos da República.

Com o trágico desfecho da terceira e penúltima expedição (março de 1897), liderada pelo coronel Moreira César (um jacobino histórico), a ira dos republicanos radicais ampliou as suas dimensões e foram voltadas para a vingança do “herói”. Dedicaram artigos ao falecido coronel e fizeram um resumo histórico de sua importância para o exército brasileiro durante a fase conturbada da “Revolução Federalista” do Sul e que agora merecia todas as honras de um dedicado “soldado da Pátria”, morto pela “jagunçada” de Canudos. É que, conforme acreditavam, “não fora a traição do vendido ao ouro do sebastianismo aventureiro, certamente a esta hora, apesar do número inferior de nossas forças, infalivelmente seria vitorioso o valente soldado da Pátria”.⁷⁵⁴ Assim, como o marechal Floriano Peixoto, Tiradentes e frei Caneca (Joaquim do Amor Divino Rabelo), o coronel Moreira César merecia um lugar no panteão republicano:

Nos desertos do Estado da Bahia, onde um bando de malfeitores, chefiados pelo facínora Antonio Conselheiro, o caricato pregador da doutrina do amado nazareno, finou-se uma vida preciosa para a Pátria e para a República!

Sim; foi pela República que verteu seu sangue este martír do dever e da honra, cuja dedicação o levou aos ínvios sertões da Bahia a combater a horda restauradora, alugada do sr. conde d’Eu e açulada pelo sebastianismo retrógrado, traiçoeiro e covarde, que infesta a nossa idolatrada Pátria.

O nome de Moreira Cesar é para nós uma legenda sagrada.⁷⁵⁵

⁷⁵³ À BALA! *OJA*, Capital Federal, ano 4, n. 83, p. 2, 06 fev. 1897.

⁷⁵⁴ FÉ DE OFÍCIO: homenagem d’O Jacobino a Moreira Cesar. *OJA*, Capital Federal, ano 4, n. 88, p. 1, 13 mar. 1897.

⁷⁵⁵ MENDES, Henrique. O Heróe. *OJA*, Capital Federal, ano 4, n. 88, p. 3, 13 mar. 1897.

Todas as homenagens e ritos possíveis foram então realizados para guardar a memória daquele soldado que sempre lutou pelo propósito do “triunfo da legalidade e de civilização”, e fizeram, em sua homenagem, uma “poliantéia”.

Mas *O Jacobino*, para não perder ainda o foco, não deixa de lançar o seu olhar histórico ao “galego”, pois se acreditava que havia portugueses dando apoio à “jagunçada”. No editorial “Hypocritas”, escreveram: “Quem não sabe que Moreira Cesar era Jacobino e que odiava (como todo o militar Brasileiro e de sentimentos odeia) o galego? E qual é o galego que gostava de Moreira Cesar?”⁷⁵⁶ E não custa, então, associar os “jagunços” aos “galegos”, tese que não foi levada a sério pela maioria da imprensa e dos políticos. Mesmo os simpatizantes da Monarquia não queriam ter os seus nomes associados aos “fanáticos” e “rudes” sertanejos.

Para os jacobinos, os “sebastianistas” lançavam permanentemente ofensas “aos patriotas Brasileiros”, o que justificava uma reação. Sem inimigo externo real, esta ameaça impunha a defesa do slogan “República ou Morte!” e que a resposta à afronta dos “sertões do Estado da Bahia” devesse ser esta:

A horda de bandidos chefiados por um facínora, cuja vida é uma série de crimes horrendos, ainda infesta as nossas plagas, prosseguindo na luta pela destruição da Pátria, contanto que retina nas suas algibeiras o ouro dos dinastas europeus e dos sebastianistas que ainda campeiam impunemente nas ruas desta Capital, quando já deviam estar encarcerados, espiando o crime de assassinato por eles perpetrado e que enluta o coração Brasileiro desde 3 de março. (...)

É irrisória a ousadia, a perfídia e a mentira com que o sebastianismo tem combatido a República, pelo sentimento religioso do Povo, fazendo crer que combatemos o catolicismo, quando temos a liberdade de cultos (...).

Se o Conselheiro e os seus fanáticos nos impõem a divisa falsa e sofismada *Crê em Deus, ou morre* – nós lhes imporemos esta, que é pura, sincera e sublime:

*Republica ou morte!*⁷⁵⁷

Este último reduto “restauracionista” precisava ser eliminado e o foi, em 05 de outubro de 1897, quando a última expedição comandada pelo major Artur Oscar, apoiada por batalhões de todas as partes do Brasil, acabou com a resistência sertaneja. O desfecho trágico de Canudos acabou por encerrar duas “utopias”: a dos “conselheiristas” e a dos “jacobinos” que, depois do atentado ao presidente da República Prudente de Moraes (em 05 de novembro

⁷⁵⁶ HYPOCRITAS!(Editorial). *OJA*, Capital Federal, ano 4, n. 90, p. 1, 27 mar. 1897.

⁷⁵⁷ REPUBLICA ou Morte! *OJA*, Capital Federal, ano 4, n. 92, p. 1, 10 abr. 1897.

de 1897, um mês após o desfecho de Canudos), foram perseguidos e tiveram seus jornais e atuações impedidos pela justiça. O líder dos “jacobinos”, Diocleciano Martir, foi acusado de ser um dos cabeças do atentado.

De acordo com Frank Colson, a década de 1890 se apresenta como singular para se analisar as duas visões de mundo, ambas derrotadas pela República, que preponderaram: a perspectiva “revolucionária” e “puritana”, que inflamava a oratória jacobina ao ponto de construir e projetar Canudos como “objeto da ânsia de denúncia”, onde a resistência de um povoado do sertão, era uma pedra no caminho da “fé universal e científica”⁷⁵⁸; e a perspectiva sertaneja, através do Conselheiro que, mesmo defendendo que “o digno príncipe o senhor D. Pedro III tem poder legitimamente constituído por Deus para governar o Brasil”, não tinha qualquer relação com os “restauracionistas” ou com os Braganças⁷⁵⁹ e conseguiu congregiar um grupo em torno de um modo de vida comunitário e que seguia profundamente os preceitos religiosos do catolicismo sertanejo.

Contudo, esta constatação, associada a algumas evidências encontradas no arraial do Belo Monte – frágeis e esparsas –, não explica o porquê de Canudos ter se tornado – e até se naturalizado – como a referência dos movimentos sebastianistas no Brasil. E, se este complexo “enigma” tem a sua relação com o que depois do conflito se compôs, será nas pegadas de Euclides da Cunha que teremos de ir em busca de outras respostas.

⁷⁵⁸ COLSON, Frank. O Embate de Utopias: Canudos 1896-1897. In: MOURA, Alexandrina Sobreira de (org.). *Utopias e Formações Sociais*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1994. p. 86.

⁷⁵⁹ COLSON, Frank. *Op.cit.*, p. 105.

CAPÍTULO 7

NAS PEGADAS DE EUCLIDES DA CUNHA: OS SERTÕES

Reproduzamos, intactas, todas as impressões, verdadeiras ou exageradas, que tivemos quando, de repente, acompanhando a celeridade de uma marcha militar, demos de frente, numa volta do sertão, com aqueles desconhecidos singulares, que ali estão – abandonados – há três séculos.⁷⁶⁰

7.1 Primeiros passos

É fato que, no Brasil, a temática do *sebastianismo* ganhou uma nova dimensão depois da consagrada obra de Euclides da Cunha, *Os Sertões*, lançada em 1902, poucos anos depois da “guerra de Canudos” (1896-1897) e que pode ser considerada como produtora de uma nova “discursividade”⁷⁶¹ sobre o tema. A partir do impacto daquele trabalho, e de suas posteriores leituras, ampliou-se o debate sobre uma associação de Canudos como um reduto ou não de “sebastianistas” (além da esfera política, em outros campos como a literatura, a história, a sociologia e a antropologia). Ora, o desdobramento desta constatação, de extrema relevância para aquilo que propusemos no construto desta tese, pode nos levar a pensar em outras questões sobre as apropriações que foram feitas do repertório sebástico.

Sendo o *sebastianismo* uma temática amplamente explorada pela intelectualidade portuguesa, em diferentes gerações, no Brasil, por seu turno, nota-se, no decurso do século XX, e após algumas interpretações de referência, a recorrência à *citação da citação*. Esta atitude, se é interessante num primeiro momento – pois dá legitimidade ao discurso –, acaba por escamotear o exercício hermenêutico necessário ao enfrentamento de uma problemática tão relevante e particular como aquela que, agora, iremos analisar: a especificidade do *sebastianismo* em Euclides da Cunha.⁷⁶²

⁷⁶⁰ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões* (Campanha de Canudos). 3. ed. corrigida. Rio de Janeiro; São Paulo: Laemmert & C., 1905. p. 113.

⁷⁶¹ FOUCAULT, Michel. *O Que é o autor?* 4. ed. Lisboa: Veja, 2002.

⁷⁶² Para esta análise utilizaremos a 3ª edição (1905) da obra *Os Sertões*. Tal escolha se justifica nem tanto por ser a última da editora Laemmert, mas por trazer algumas alterações interessantes ao propósito maior de nossa investigação, e porque, a partir da repercussão dos “juízos críticos”, e mesmo da sua própria crítica, Euclides da Cunha providenciou ajustes no corpo do texto: inclusão de uma resposta aos críticos e algumas referências, como a do texto *O Reino Encantado* (1878), de Tristão de Alencar Araripe Júnior, em nota de rodapé. Sobre as edições da obra, ver: BRAGANÇA, Aníbal. Revisões e Provas: notas para a história editorial de *Os Sertões* de Euclides da Cunha: as edições Francisco Alves. *Separata da Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 20, 1999; GALVÃO, Walnice Nogueira. *Edição crítica de Os Sertões*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Para esse efeito, será necessário lembrar alguns pré-conceitos que já estavam em voga nos finais de Oitocentos acerca do fenômeno do *sebastianismo*, em particular: o processo de sua fantasmagorização (associado ao “monarquismo”) propagado pelos republicanos mais radicais que, imbuídos de influências iluministas e cientificistas, fizeram com que esta expressão fosse usada como armas (metáfora) esgrimidas contra os entraves (passado, mito, monarquia) que, se superados, nos seus registos próprios, levariam Portugal e Brasil a entrarem na senda definitiva do “progresso”, da “civilização” e dos “novos tempos”⁷⁶³; o referencial português da mentalidade em que se gestou a crença, pela via da influência de Oliveira Martins e de seus críticos – questão praticamente inexplorada pelos críticos e intérpretes brasileiros; os ecos do episódio da “Pedra Bonita” (1836-1838), explorado como exemplo emblemático da crença sebástica no Brasil e que vem, amiúde, reforçar a noção de “fanatismo”, “anacronismo” e a “mestiçagem de crenças” (sobretudo, quando se projeta no beato Antônio Conselheiro uma espécie de personagem-tipo) e a sua definitiva incorporação em diferentes domínios e perspectivas.⁷⁶⁴

Ora, o que alguns leitores e críticos de Euclides da Cunha não têm feito é seguir as veredas que o levaram, “tijolo por tijolo”⁷⁶⁵, a construir *Os Sertões*⁷⁶⁶. Também aqui não será nosso propósito fazer tal análise, mas, tão somente, perscrutar os caminhos de uma reapropriação da temática sebástica – alargada a outro campo de horizonte, cuja relevância deu-se pela tentativa de “decifrar” a “nacionalidade” brasileira.

Dito isto, é chegada a hora de lançar uma nova demanda: como é por demais sabido, ainda no âmbito de uma fase conflituosa para a República brasileira (década de 1890), o episódio da Guerra de Canudos (1896-1897) foi se tornando um “evento discursivo” e

⁷⁶³ Na verdade, poderíamos questionar o porquê de tantas histórias sobre a temática sebástica e quais os seus múltiplos sentidos, ou seja, que leitura são feitas do mito por poetas, jornalistas, memorialistas e historiadores. Sobressai, deste largo campo, as leituras críticas que enxergam o *sebastianismo* como o anti-moderno, como se “tudo aquilo que não avança no ritmo do progresso é considerado por eles como arcaico, irracional ou conservador.” Ver: LATOUR, Bruno. *Jamais Fomos Modernos: ensaio de antropologia simétrica*. São Paulo: Editora 34, 1994. p. 72.

⁷⁶⁴ Na folclorização, ver: CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998 (1ª edição 1954); CALASANS, José. *O Sebastianismo no Folclore de Canudos*. Porto: Artes Gráficas, 1959; na compreensão do processo de redistribuição geopolítica do Norte e construção do regionalismo nordestino, ver: ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

⁷⁶⁵ MEDEIROS, Benício. Tijolos para uma catedral. In: CUNHA, Euclides da. *Caderneta de Campo*. Rio de Janeiro: Cadernos da Biblioteca Nacional, 2009. p. 08.

⁷⁶⁶ De acordo com a enquete proposta pelo jornalista Rinaldo Gama, realizada pela revista *Veja*, edição de 23 de novembro de 1994, junto a vários intelectuais brasileiros, entre as vinte obras mais representativas para se compreender o Brasil, *Os Sertões* apareceu em primeiro lugar. Ver: ABREU, Regina. *O Enigma de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998. p. 19.

largamente explorado pelas mais diversas variantes: políticas, bélicas, religiosas e sociais, de onde (da religiosa e social) se tem associado a uma vertente do *sebastianismo*.

Embora o ajuntamento de Canudos, na região de Belo Monte, tenha-se iniciado no ano de 1893, será apenas em fins de 1896, e com as derrotas da segunda (janeiro de 1897) e terceira (março de 1897) expedições, que as atenções do país (e paulatinamente do exterior, através das agências de notícias), ainda mal recuperado da Revolta da Armada (1893) e da Revolução Federalista do Sul (1893-1895), se voltaram para a Bahia. Para os que viam os acontecimentos a partir de uma perspectiva republicana, litorânea e paulista, isto é, em função da ideia irreversível de “progresso” e da crença na racionalidade científica, Canudos aparecia como uma “nova ameaça restauradora”. Por isso, no “calor da hora”⁷⁶⁷ – para usarmos esta cara expressão –, Canudos apresentava-se, no discurso político e jornalístico dominantes, como uma *hinterland*, como uma última “fronteira”.⁷⁶⁸ Entretanto, da “esfinge” Canudos, Euclides emergiu com uma leitura que passou, inexoravelmente, pelas suas particularidades e contradições, vindo a se afirmar como uma “autoridade” sobre o tema.⁷⁶⁹

Todavia, do exercício arqueológico euclidiano, interessa-nos, para efeito desta tese, entender a sua “reinvenção” do *sebastianismo* em seu horizonte brasileiro.⁷⁷⁰ Para este propósito, além de *Os Sertões*, será preciso buscar outras fontes, tais como discursos políticos da época, artigos de jornal, correspondências, as notas de campo, a conferência, as respostas aos seus críticos, e, sobretudo, a sua guinada antropológica, de inspiração evolucionista (não ortodoxa)⁷⁷¹, posta ao serviço do entendimento do Brasil. É que será limitado pensar que o lugar de autoria de Euclides da Cunha se encerra naquela obra. Os traços de uma vida intensa, em constante mobilidade, inquieta e trágica, constituem referências que se materializaram no campo das expectativas e das vivências do autor. Neste sentido, concordamos com a leitura do sociólogo Gilberto Freyre, para quem

⁷⁶⁷ GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora*. São Paulo: Ática, 1974.

⁷⁶⁸ BARTELT, Dawid Danilo. *Sertão, República e Nação*. São Paulo: Edusp, 2009. Sobre o conceito de “fronteira”, ver: MARTINS, Rui Cunha Vide. *O Método da Fronteira: radiografia histórica de um dispositivo contemporâneo (matrizes ibéricas e americanas)*. Coimbra: Almedina, 2008.

⁷⁶⁹ LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro: história de uma ideologia*. 2. ed. revisada, refundida e ampliada. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1969. p. 201-214.

⁷⁷⁰ Para esta noção do “arqueológico”, nos inspiramos em FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Coimbra: Almedina, 2005.

⁷⁷¹ Sobre o positivismo e o evolucionismo em Euclides da Cunha, ver: SOUZA, Natalia Peixoto Bravo. *A militância em torno da glorificação de Euclides da Cunha: um projeto político-ideológico*. 2010. 246f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 13-36; ver também: MOURA, Clovis. O homem brasileiro. In: _____. *Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964. p. 74-101.

Seria um erro ver na paisagem do grande livro de Euclides um simples capítulo de geografia física e humana do Brasil que outro poderia ter escrito com maior precisão nas minúcias técnicas e maior clareza pedagógica de exposição. A paisagem que transborda d'Os sertões é outra: é aquela que a personalidade angustiada de Euclides da Cunha precisou de exagerar para completar-se e exprimir-se nela – junto com ela – num todo dramaticamente brasileiro em que os mandacarus e os xique-xiques entram para fazer companhia ao escritor solitário, parente deles no apego quixotesco à terra e na coragem de resistir e de clamar por ela.⁷⁷²

Desta forma, os traços e as paisagens do livro acompanharam a própria trajetória do autor, que se realizara ao mergulhar profundamente no universo do *outro*, universo este que também descobre ser o seu, ou seja, seu discurso se compôs numa incessante busca pelo “ausente”.⁷⁷³ Dos passos de uma caminhada, ainda precisava “do ermo para sentir-se à vontade”, precisava “do deserto para acabar de formar-se no meio inacabado da colonização pastoril, sem se sentir olhado, observado ou criticado pelos escritores convencionais do Rio de Janeiro.”⁷⁷⁴ Isto não quer dizer, porém, que não tivesse, ao longo de sua vida, construído sólidas amizades. Todavia, é uma verdade que também possuía um perfil “retraído e calado, era um indivíduo triste para quem a vida tinha poucos encantos; a quem o mundo oferecia raras alegrias”⁷⁷⁵, perspectiva reforçada pelos depoimentos de seus contemporâneos.⁷⁷⁶

7.1.1 A formação politécnica de Euclides: a engenharia e a ciência

No decurso do século XX, vários foram os trabalhos de cunho biográfico que trataram de Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha. Nascido em Cantagalo, Rio de Janeiro, em 1866, faleceu em 1909, morto pelo amante de sua esposa, o cadete do exército Dilermando de Assis.⁷⁷⁷ Teve formação militar e exerceu atividades ligadas à engenharia, ao jornalismo e vários cargos públicos.

⁷⁷² FREYRE, Gilberto. *Euclides da Cunha e outros perfis*. Rio de Janeiro: Record, 1987. p. 17. Texto escrito para o Grêmio Estudantil Euclides da Cunha, em 1939. (1ª. edição 1944).

⁷⁷³ CERTEAU, Michel de. *L'Absent de L'Histoire*. Paris: Meme, 1973.

⁷⁷⁴ FREYRE, Gilberto. *Op.cit.*, p. 18.

⁷⁷⁵ *Id.*, p. 40.

⁷⁷⁶ ABREU, Modesto de. *Estilo e Personalidade de Euclides da Cunha: estilística d'Os Sertões*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1963. p. 21.

⁷⁷⁷ Entre os trabalhos que tratam da biografia de Euclides, destacamos: ANDRADE, Olímpio de Sousa. *História e interpretação de Os Sertões*. 4. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002; BRANDÃO, Adelino. *Paraíso perdido: Euclides da Cunha - vida e obra*. São Paulo: IBRASA, 1996; PONTES, Eloy. *A vida dramática de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938; RABELLO, Sylvio. *Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Coleção de Estudos Brasileiros, 1948; VENÂNCIO FILHO, Francisco. *A glória de Euclides da Cunha*. São Paulo: Companhia Nacional do Livro, 1940; VENTURA, Roberto. *Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Em 1885, entrou para Escola Politécnica e, no ano seguinte, em 1886, para a Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Esta escola era um centro irradiador das ideias positivistas de Augusto Comte e evolucionistas de Herbert Spencer⁷⁷⁸, autores que se tornaram leituras obrigatórias. Aquele espaço foi, para o jovem cadete, um momento privilegiado para a discussão de ideias e concepções que pudessem canalizar as suas expectativas de mudanças do país. E estas apontavam para a solução republicana vista como a única saída para o Brasil superar seus entraves sociais e econômicos, pois o regime monárquico já seria anacrônico à luz da necessária “marcha do progresso”. Portanto, naquele ambiente Euclides teve a sua formação técnica e política.⁷⁷⁹

Naquela escola, tornou-se discípulo e admirador de Benjamin Constant de Magalhães – um personagem importante na difusão do ideário republicano no Brasil e que teve participação ativa na proclamação da República, em 15 de novembro de 1889. Embora viesse a se decepcionar depois com o professor⁷⁸⁰, sobretudo quando de seu desencanto com os primeiros anos da experiência republicana, foi com aquele que investiu em demasiado na leitura dos autores que o ajudaram a pensar na “revolução”. Ora, nesta fase tinha predileção pelos jacobinos franceses⁷⁸¹ e este fascínio pela Revolução Francesa levou-o, segundo nos revela Roberto Ventura, a escrever poemas sobre Danton, Marat, Robespierre e Saint-Just. Mas, além do campo político, a literatura e a história também o fascinaram:

lia os românticos franceses, como o poeta Victor Hugo e o historiador Jules Michelet, que haviam escrito sobre a Revolução de 1789. Hugo abordou o período em que a Revolução foi dominada pela Convenção e por líderes jacobinos como Saint-Just no romance histórico *Quatre-vingt-treize* (Mil setecentos e noventa e três), que lançou em 1874. Tratava ainda, no mesmo

⁷⁷⁸ Sobre a introdução do positivismo no Brasil, ver: LINS, Ivan Monteiro de Barros. *História do positivismo no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2009. (Edições do Senado Federal, v. 48).

⁷⁷⁹ ABREU, Modesto de. *Op.cit.* p. 69-76; LIMA, Luiz Costa. *Euclides da Cunha: Contrastes e confrontos do Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto; Petrobrás, 2000. p. 5-9; sobre a Escola Politécnica, ver: FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. O cientificismo e a ampliação dos espaços institucionais (1870-1905). In: _____. *As Ciências Geológicas no Brasil: uma história social e institucional (1875-1934)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997. p. 103-171.

⁷⁸⁰ “Imagine o sr. que o Benjamin, o meu antigo ídolo, o homem pelo qual era capaz de sacrificar-me, sem titubear e sem raciocinar, perdeu a auréola, desceu à vulgaridade de um político qualquer, acessível ao filhotismo, sem orientação, sem atitude [altitude?], sem valor e desmoralizado – dói-me dizer isto – justamente desmoralizado”. CUNHA, Euclides *apud* VENTURA, Roberto. *Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha...*, p. 91.

⁷⁸¹ VENTURA, Roberto. *Op.cit.*, p. 46.

livro, da guerra da Vendéia, na região oeste da França, em que camponeses católicos se rebelaram contra os republicanos e revolucionários.⁷⁸²

Este espírito “revolucionário” acabou por se materializar num ato de rebeldia. Um protesto de Euclides da Cunha, com 22 anos, contra o ministro da guerra Tomás Coelho, em 1888, quando aquele inspecionava as tropas⁷⁸³, atitude que revela uma posição de rebeldia face à Monarquia e sinal dos anseios da camada militar, há muito desejosa de promoção. Com esse gesto – que ganhou imediatas conotações políticas – o jovem Euclides chamou a atenção de Júlio Mesquita, diretor de um jornal com tendências republicanas, *A Província de São Paulo* (que, com a República, passou a intitular-se *O Estado de S. Paulo*), que o convenceu a ser colaborador, com algumas interrupções, entre 1888 e 1907.⁷⁸⁴

Em um de seus primeiros artigos, de 22 de dezembro de 1888, “A Pátria e a Dinastia”, atacou o imperador e a família real e defendeu a necessidade de “uma revolução política”. Estes primeiros artigos foram assinados sob o pseudônimo “E. C.”. Depois, em virtude de sua identificação com as discussões anarquistas e socialistas, passou a assinar como “Proudhon”. Num outro escrito – publicado em 01 de janeiro de 1889, portanto, o ano da proclamação da República brasileira – fez um paralelo entre a Revolução Francesa e as expectativas brasileiras. Não admira, já que, como nos demais republicanos da Europa do Sul e da América Latina, também “A Revolução Francesa esteve presente no imaginário dos republicanos brasileiros. Jornais do Rio e de São Paulo, como a *Gazeta de Notícias* e *A Província de São Paulo*, publicaram, ao longo de 1889, narrativas de episódios da derrubada do Antigo Regime, retiradas das obras de historiadores franceses, como Jules Michelet e Hippolyte Taine.”⁷⁸⁵

Este exercício do paralelismo entre a França e o Brasil seria retomado alguns anos depois, na leitura que Euclides da Cunha fez do conflito de Canudos, quando escreveu dois artigos para o periódico *O Estado de S. Paulo* intitulados “A Nossa Vendéia”, em 14 de março e em 17 de julho de 1897.⁷⁸⁶ Assim, como os republicanos mais radicais, sobretudo da

⁷⁸² *Id.*, p. 47. Também inspirado em Vitor Hugo, um livro predileto de Euclides, foi o poema *Os Simples* (1892) de Guerra Junqueiro. Durante a Revolta da Armada (1893) lia o romance de cavalaria *Ivanhoé*, de Walter Scott, e *A Revolução Francesa* (1837), de Thomas Carlyle, destacadamente sobre a crítica.

⁷⁸³ Estas passagens foram muito bem exploradas por VENTURA, Roberto. *Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha...*

⁷⁸⁴ Segundo Ventura “foram ao todo 114 artigos e ensaios, catorze na *Província* e cem no *Estado*, além de 57 telegramas sobre o conflito de Canudos e um poema.” Ver: VENTURA, Roberto. *Op.cit.*, p. 79.

⁷⁸⁵ *Id.*, p. 81.

⁷⁸⁶ Em 15 de agosto de 1897, na Bahia, escreveu: “o que está se destruindo neste momento não é o arraial sinistro de Canudos: é a nossa apatia enervante, a nossa indiferença mórbida pelo futuro, a nossa religiosidade difundida em superstições estranhas, a nossa compreensão estreita da pátria, mal esboçada na inconsistência de

imprensa, Euclides também viu com suspeição a Revolta da Armada (de 1893) e a definiu como tentativa de instauração (ou fantasma) do Terceiro Reinado⁷⁸⁷, projeção esta que também se encontra subjacente às suas primeiras reações aos acontecimentos de Canudos (1896-7). Com a prisão de seu sogro, o militar Solón Ribeiro, acusado de apoiar a Revolta da Armada, o forte teor autoritário e a desilusão com o governo do presidente Floriano Peixoto⁷⁸⁸, Euclides passou a ter maiores divergências com os republicanos mais exaltados, visto suas publicações passarem a atingir o grupo situacionista.

Mesmo assim, embora já não compartilhasse do radicalismo jacobino⁷⁸⁹, até a sua viagem para Bahia, ainda era um republicano convicto e otimista em relação ao desfecho do conflito. E toda esta metamorfose se irá refletir no modo como evoluiu a sua visão de Canudos. Com efeito, no mês de agosto de 1897, foi enviado pelo citado jornal, onde havia retomado a colaboração em 1892, aos sertões da Bahia, para fazer a cobertura do conflito, de onde sairá a sua principal obra: *Os Sertões*. Com o posterior sucesso de seu trabalho, as portas da intelectualidade brasileira abriram-se ao novo escritor (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Academia Brasileira de Letras⁷⁹⁰). Para além de *Os Sertões*, destacam-se, entre os seus textos: *Contrastes e confrontos* (1907), *Peru 'versus' Bolívia* (1907) e *À margem da história* (1909, publicação póstuma), que não alcançaram o impacto de sua primeira obra. Enfim, à guisa de conclusão desta síntese, fazemos nossas as palavras do historiador Roberto Ventura, ao analisar a *Caderneta de Campo*, produzida por Euclides da Cunha naquela viagem:

Os rabiscos, anotações, desenhos e croquis da caderneta mostram um Euclides múltiplo. Minucioso como repórter do Estado de S. Paulo, com a missão de cobrir a Guerra de Canudos, anotando o que via, ouvia e lia. Exato enquanto engenheiro da Superintendência de Obras Públicas de São Paulo. Meticuloso como tenente reformado, cuja disciplina interior se chocara, por

uma população espalhada em país vasto e mal conhecido, são os restos de uma sociedade velha de retardatários tendo como capital a cidade de taipa dos jagunços...” em: CUNHA, Euclides da. Canudos (Diário de uma expedição). In: _____. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Aguilar Editôra, 1966. v. 2, p. 507; Para um estudo que analisa Canudos e a Vendéia, ver: MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. *E Canudos era a Vendéia...: o imaginário da Revolução Francesa na construção da narrativa de Os Sertões*. São Paulo: Annablume, 2009.

⁷⁸⁷ CUNHA, Euclides da. [Carta] 22 nov. 1893. Capital Federal [para] R. Porchat. Disponível em: http://pt.wikisource.org/wiki/Correspond%C3%Aancia_ativa_de_Euclides_da_Cunha_em_1893. Acesso em: 22 jan. 2012.

⁷⁸⁸ CUNHA, Euclides da. O Marechal de Ferro. In: _____. *Contrastes e Confrontos*. Com um estudo crítico do Dr. Araripe Jr. Rio de Janeiro: Record, [1975]. p. 54-60. (1ª publicação da crônica 1904).

⁷⁸⁹ GALVÃO, Walnice Nogueira. *Euclides da Cunha: militante da República*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 16.

⁷⁹⁰ Os discursos de posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e na Academia Brasileira de Letras (ABL) e a sua única conferência, “Castro Alves e seu tempo”, em 02 de dezembro de 1907, encontram-se em: CUNHA, Euclides da. *Trabalhos Esparsos de Euclides da Cunha*. Organização de José Murilo de Carvalho, Alberto Venâncio Filho e Affonso Arinos de Mello Franco. Rio de Janeiro: ABL, 2009.

diversas vezes, com a hierarquia disciplinada do exército. Estilista na preocupação com a escrita literária.⁷⁹¹

Transmudado para o universo discursivo, trilhou um caminho próprio. Quanto à sua escrita, os críticos chamaram a atenção para sua preocupação (desnecessária?) com as palavras difíceis, principalmente na primeira parte (“A Terra”) de *Os Sertões*. Sobre esta questão tomamos a liberdade de levantar duas possibilidades de resposta, de forma não hierarquizada: a primeira, uma clara preocupação de mostrar que conhecia a língua e a terminologia que, na época, era tida como a mais científica no campo daquilo que descreveu; a segunda tem a ver com a sua metodologia, adequando-se perfeitamente ao seu exercício de uma “arqueologia” que buscava, na compreensão de um presente que era “passado”, o entendimento do Brasil. De onde, a sua preocupação com a linguagem (e o seu exacerbado uso) estar em consonância com o impacto e o objetivo que almejava alcançar/revelar.⁷⁹²

7.1.2 Uma “arqueologia” euclidiana

À luz do exposto, pode-se supor que muitas das questões trabalhadas por Euclides não estavam previamente estabelecidas na composição da obra *Os Sertões*. Por isso, ao invés de buscarmos verdades definitivas, talvez seja mais produtivo convocar alguns dos elementos discursivos que serviram de mote para a elaboração de seu eixo problemático. É neste sentido que irá se desenvolver a nossa busca pela especificidade do “seu” *sebastianismo*. Não pelo tema que se encerra na sua escrita, mas pelo que reatualiza, pela capacidade de ser reoperacionalizado e dar outros significados em outros lugares, sujeitos e temporalidades (entrando em choque com leituras do tempo – o linear da República, sob o cariz positivista e evolucionista, e o cíclico/apocalíptico, da experiência sertaneja). Tal questão será ainda mais relevante na medida em que, a nosso ver, as abordagens sobre o tema, no Brasil, têm se mostrado insuficientes e, no caso concreto das leituras sobre Euclides, periféricas. Embora o autor não tenha tido o *sebastianismo* como seu objeto específico, o registro do tema não foi inocente, ainda que tenha de ser entendido no contexto de questões mais complexas, que passam por noções como as de nacionalidade, de raça, etnicidade e do tempo e saber históricos.

⁷⁹¹ VENTURA, Roberto. *Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha...*, p. 161.

⁷⁹² Sobre a problemática específica da língua portuguesa e sua relação com os supostos “brasileirismos” em Euclides, ver: PINTO, Pedro A. *Brasileirismos e Supostos Brasileirismos de “Os Sertões”, de Euclides da Cunha*. 2. ed. Rio de Janeiro: Acquarone - Cuñarro - Salaberry, [s.d.]. (1ª. edição 1932.)

Publicada em 1902, a obra encontra-se dividida em três partes: *a terra, o homem e a luta* (estrutura inspirada em Hypollite Taine e Thomas Buckle). Para a nossa análise, as duas primeiras serão privilegiadas, a fim de captarmos a comprovação desta hipótese: foi enquanto o viandante/observador que Euclides da Cunha foi reconstruindo a sua visão do sertão, dos sertanejos e de seus costumes, e, conseqüentemente, do próprio significado de Canudos, que ele inseriu o repertório sebástico.

A composição de Euclides dialoga com as diferentes concepções teóricas em voga no Brasil de fins do Oitocentos. De acordo com a estudiosa Walnice Nogueira, “o cientificismo, o determinismo, o evolucionismo, a noção da linearidade do progresso, a preocupação com os fatores hereditários, tudo isto tem frequentemente voz ativa na narrativa”⁷⁹³, numa clara perspectiva polifônica. Outra característica da obra é a perspectiva da intertextualidade, pois “ao longo das páginas, e é o que lhe dá fôlego enciclopédico, autores e textos são incessantemente citados e submetidos à discussão.”⁷⁹⁴ Dir-se-ia que se está perante uma formação predominantemente “politécnica”, mediada por uma sensibilidade hermenêutica e literária.

Inspirado nas teorias evolucionistas, Euclides utilizou um paradigma que ampliou o campo de abrangência do *sebastianismo*. Ali, ao usar este conceito pela via de Oliveira Martins (conforme veremos mais adiante), integrou-o no paradigma da continuidade, buscando “arqueologicamente” os seus “traços” (que, em seu recurso estilístico e retórico, são explorados como “exemplos”). Ora, o arraial de Canudos, ano 1897, é o seu enquadramento. É daquele instante que a nação eclode e deixa às claras os seus principais dilemas, historicamente ainda não enfrentados. Nesta perspectiva, pode-se afirmar que as apropriações de Euclides foram bastante densas, enquanto que a ampla maioria da crítica brasileira, de seu tempo, tentava adequar o Brasil às ideias advindas da Europa, ou melhor, “ao longo de sua reprodução social, incansavelmente o Brasil põe e repõe ideias europeias, sempre em sentido impróprio. É nesta qualidade que elas serão matéria e problema para a literatura. O escritor pode não saber disso, nem precisa para usá-las.”⁷⁹⁵

Seja como for, desde a sua primeira publicação, *Os Sertões* passou por várias e quase regulares edições⁷⁹⁶ e, em grande medida, o foco de parte dos leitores sempre se voltou para a

⁷⁹³ GALVÃO, Walnice Nogueira. *Euclides da Cunha...*, p. 76.

⁷⁹⁴ GALVÃO, Walnice Nogueira. *Op.cit.*, p. 77.

⁷⁹⁵ SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000. p. 29.

⁷⁹⁶ BRAGANÇA, Aníbal. *Revisões e Provas: notas para a história editorial de Os Sertões de Euclides da Cunha...*

última parte do livro – a que trata da “Luta” e que narra as expedições e a impressionante resistência dos “sertanejos” do arraial de Canudos às autoridades republicanas. Contudo, para aquilo que nos mobilizou, são as duas anteriores – a “Terra” e o “Homem” – que mais nos interessam, porque, nelas, o autor para explicar/compreender a “Luta”, fez um exercício “arqueológico” dos sertões, bem como de um “momento” que se apresentava como privilegiadíssimo para o “cientista social”. Daí, ser importante perscrutar nas suas “pegadas”, nas suas andanças e “escavações”, como ocorreu o desdobramento de um mundo desconhecido (para o litoral) e a sua transformação em um “corpo escrito”.⁷⁹⁷

Os dois artigos sobre “A nossa Vendéia”, publicados no periódico *O Estado de S. Paulo*, constituem a porta de entrada para o investigador seguir o seu percurso na direção do sertão e surpreender o seu primeiro pré-conceito: o paralelo que fazia entre a resistência dos canudenses (grandemente associada ao movimento “restauracionista” brasileiro, sobretudo pelos jornais mais radicais, conforme já vimos) e a experiência da Revolução Francesa. É que, na visão de Euclides, antes de sua ida ao campo, a lição da “Vendéia” francesa dava-lhe a certeza que havia uma conspiração política naquele conflito, pois “a identificação com o mito revolucionário francês integrava um fenômeno político e religioso, como Canudos, a um horizonte prévio de expectativas, o que permitia classificar o movimento como restaurador e monarquista.”⁷⁹⁸ Na medida em que foi se deparando com o espaço do conflito, conforme descrição de sua *Caderneta*, foi abrandando suas certezas e passou a defender a tese de que a postura dos canudenses era mais social, mística e religiosa que política, constatação que o levou a aprofundar a problemática étnica e religiosa.

Entretanto, estes artigos foram decisivos para que o periódico *O Estado de S. Paulo* o enviasse ao campo de batalha, a fim de “cobrir a guerra e escrever um livro sobre o assunto.”⁷⁹⁹ É que logo a seguir ao desastre da terceira expedição (março de 1897), comandada pelo experiente coronel Moreira César, Euclides da Cunha procurou aquele que seria um dos seus grandes incentivadores na consecução do projeto (de *Os Sertões*), Teodoro Sampaio, para lhe pedir um mapa – que seria utilizado tanto por Euclides quanto pela quarta expedição do exército –, elaborado quando percorrera o interior da Bahia, entre os anos 1879 e 1880, ao serviço da expedição coordenada pelo engenheiro norte-americano Milnor Roberts.⁸⁰⁰

⁷⁹⁷ CERTEAU, Michel de. Escritas e Histórias. In: _____. *A Escrita da História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. p. 11-12.

⁷⁹⁸ VENTURA, Roberto. *Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha...*, p. 152.

⁷⁹⁹ VENTURA, Roberto. *Op.cit.*, p. 150.

⁸⁰⁰ *Id.*, p. 148.

O projeto de um livro a ser produzido a partir da experiência de Canudos fora também evidenciado em reportagens publicadas pelos jornais baianos que acompanharam os oficiais do exército, responsáveis pela quarta e última expedição (junho a outubro de 1897). Em pesquisas do estudioso de Canudos, José Calasans, temos a compilação de alguns artigos, entre os quais, o publicado no dia 08 de agosto de 1897, no *Diário da Bahia*:

Tivemos ontem a satisfação de receber nesta redação a visita do sr. Euclides da Cunha, engenheiro militar, chegando ontem a bordo do Espírito Santo, em companhia do ministro da Guerra, de cujo estado-maior faz parte. O dr. Euclides da Cunha vem incumbido pelo *Estado de S. Paulo* de estudar as condições geológicas do terreno de Canudos e escrever um livro sobre a atual guerra em que naquela localidade se empenha o exército nacional contra o fanatismo.⁸⁰¹

Já em nota, intitulada “Dr. Euclides da Cunha” (sem atribuição de autoria), também transcrita do *Diário da Bahia*, de 14 de outubro de 1897, temos o relato elogioso de seu regresso do campo de batalha: “no trem de ontem, chegou de Queimadas o provector escritor cujo nome encima esta notícia. Com larga messe de documentos e tendo estudado profundamente as condições geológicas do solo de Canudos e étnicas diversas, o dr. Euclides Cunha voltará para S. Paulo, onde vai escrever uma obra especial por solicitação do *Estado de S. Paulo*, cujo valor o seu aprimorado talento e grande cabedal científico deixam antever. Saudamo-lo efusivamente.”⁸⁰²

Ora, existem outras fontes que confirmam a elaboração deste projeto. Em matéria (sem assinatura) do *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, de 23 de outubro de 1897, detalha-se o projeto inicial do livro *A Nossa Vendéia*, esboçado em duas partes, cujo título final será *Os Sertões*:

A natureza – caracteres físicos; feição topográfica. Formação geológica. Região em grande parte estéril. (Primeira categoria de Hegel.) A flora. A fauna. Frutificação incerta e temporânea. Rio e riachos de enchente súbita, correndo sem fertilizar a terra. As secas. Uma observação de Martius. Da *seca* ao *verde*, transição enorme e rápida. Um paraíso no deserto, surgindo e desaparecendo. Aspectos dos tabuleiros e das chapadas. O Rosário, o Riacho do Vigário. Serra do Cambaio e do Caipã. Cocorobó, Massacará. Baluartes *sine calcis lenimento*.

O homem – Caracteres físicos. Alimentação. Habitação. A coragem pessoal. Vida animal, o exorbitante prejudicando as funções intelectuais e morais.

⁸⁰¹ *Diário da Bahia*, Salvador, 08 ago. 1897. In: CALASANS, José. Euclides da Cunha nos jornais da Bahia. Disponível em: <http://josecalasans.com/downloads/artigos/17.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2012.

⁸⁰² DR. EUCLYDES da Cunha. *Diário da Bahia*, Salvador, 14 out. 1897. In: CALASANS, José. *Op.cit.*

A capacidade étnica da raça corrigirá as ações nosológicas.
A influência diária de um solo árido. Vida nômade. Frugalidade explicada pela altura térmica. Imprevidência, indiferença pelo futuro. Conflito entre os elementos da vida individual e vida coletiva. Sociedade inconsistente. Predomínio das funções individuais. Aspecto atraente das chapadas, inculindo a vida aventureira. Um isolador étnico. Insulamento no sertão determinando a conservação de velhos costumes e erros. Regresso ao tipo indígena pela não infusão de elementos estranhos. Infantilidades. Imaginação viva. Reflexão morosa. Resistência à dor. Terror religioso. A moralidade. Exemplos de delicadeza normal. Espírito negativo. A desconfiança. As santas missões. Vocabulário.⁸⁰³

Depois da transcrição desta grelha, expõe-se (sem indicação da autoria do texto) uma conclusão: consiste em “um estudo importante, prendendo-se a uma concepção geocêntrica do nosso tabaréu.” Como facilmente se pode verificar, estas duas partes serão incorporadas a *Os Sertões*, e, neste sentido, há dois pontos principais que nos interessam: o “insulamento no sertão determinando a conservação de velhos costumes e erros” e “terror religioso” – o que o levaria a convocar elementos do *sebastianismo* português e exemplos de seu prolongamento no Brasil.

Em 19 de janeiro de 1898, Euclides publicou um “excerto de um livro inédito”, referente ao “sertanejo”, definindo-o como “um forte”, descrito, em minudências, em sua especificidade, o “jagunço”, e em comparação com outro “tipo”, o “gaúcho”, do Sul.⁸⁰⁴ Ora, estes pequenos indícios mostram como a obra que surpreendeu a crítica foi sendo gestada através de um longo percurso do autor. Se a viagem a Canudos tinha este propósito, se a publicação de partes da futura obra almejava criar o interesse pelo trabalho, é talvez na crítica que fez ao publicista português Sampaio Bruno, aquele que será o seu “padrinho” em Portugal⁸⁰⁵, que Euclides esclareceu melhor, o seu ponto de vista teórico.

⁸⁰³ *Jornal do Commercio*, Capital Federal, 23 out. 1897. CALASANS, José. Euclides da Cunha nos jornais da Bahia. In: CUNHA, Euclides da. *Diário de uma expedição*. Organização de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 299-301. (Grifo do autor). Na versão de Sousa Andrade, acrescentou-se, ao final, “As santas missões. A coragem pessoal.” Ver: ANDRADE, Olímpio de Sousa. *História e Interpretação de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002. p. 157.

⁸⁰⁴ CUNHA, Euclides da. Excerpto de um livro inedito. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 24, n. 7003, p. 01, 19 jan. 1898.

⁸⁰⁵ A quem pediria posteriormente o prefácio de *Contrastes e Confrontos*. Ver: VENÂNCIO FILHO, Francisco. *Euclides da Cunha e seus amigos*. Rio de Janeiro: Brasiliana, 1938. p. 201. É curioso notar, também, que o autor de *Os Sertões* teve duas obras primeiramente publicadas em livro em Portugal, ver: CUNHA, Euclides da. *Contrastes e Confrontos*. Pref. de José Pereira de Sampaio (Bruno). Porto: Empr. Literária e Tipográfica, 1907; CUNHA, Euclides da. *À Margem da História...* Porto, Livraria Chardron, de Lello & Irmão, 1909. il. (Edição póstuma).

O livro *O Brasil Mental* (1898)⁸⁰⁶ é “atraente” pela proposta. “Aí está um livro de combate” que, diferente de outros escritos portugueses, “tentou traçar um largo plano de análise da nossa mentalidade”. Com estas palavras, já em São José do Rio Pardo e mergulhado, nas poucas horas vagas, na escrita de *Os Sertões* (com o apoio do amigo Francisco Escobar, de quem a biblioteca é utilizada), Euclides iniciou a sua análise crítica do livro de Sampaio Bruno. Aqui, Euclides convocou o problema da nacionalidade, das etnias, das raças, da filosofia (nas suas diferentes manifestações), para esclarecer as ideias pelo seu caráter “evolutivo”⁸⁰⁷, chegando mesmo a afirmar que “há por isso, às vezes, no *historiador*, algo de *paleontólogo* – nas quedas e ascensões das raças as mesmas vicissitudes que assaltam os organismos inferiores ante as variações do meio cosmológico.”⁸⁰⁸

Já ali se encontra o projeto teórico de *Os Sertões* e onde ele expõe a complexidade do “caso” brasileiro, forjado por fatores étnicos diversos. Por não dar conta desta questão, *O Brasil Mental* ficou apenas na ideia, pois fugiu ao tema central. É uma obra impenetrável. Euclides propôs outro caminho, porque o “pensador que indaga a movimentação complexa de uma sociedade”, e a sua mentalidade, terá “que a considerar sob o império de suas energias reais, de forças definidas condenadas na resultante de uma civilização característica, e afastar todas as que se erigem efêmeras e dispersivas emergindo do fanatismo ou caprichos literários.”⁸⁰⁹ É nesta perspectiva que Euclides vai reforçar a sua visão do que deveria ser um trabalho sobre o Brasil ao destacar o papel do *meio* e a ação relativa do homem – da *história* – sobre ele. Desta forma, “o que esperávamos nas primeiras linhas era a definição da nossa fisiologia especial em função do meio e dos componentes étnicos que convergem na constituição da raça, e logo depois, numa escala ascensional, o traço mais vivo da nossa feição histórica sobre que reagem aqueles, atenuados pelo influxo inevitável da civilização geral.”⁸¹⁰

A partir daí, tinha-se a chave para a compreensão da “mentalidade”, ou psicologia, brasileira. Portanto, a guisa do exposto, Euclides reforça a tese de que, ao “generalizar tudo”, Bruno não teria compreendido, mesmo que tivesse boas intenções, o drama social brasileiro. É que o insigne publicista, assim como outros pensadores portugueses, não compreendia o

⁸⁰⁶ BRUNO, Sampaio. (José Pereira de Sampaio). *O Brasil Mental*. Porto: Lello & Irmão, 1898. Sobre pensadores portugueses e brasileiros em fins do século XIX, ver: SALDANHA, Nelson. *Romantismo, Evolucionismo e Sociologia: figuras do pensamento social do século XIX*. Recife: FUNDAJ/Editora Massangana, 1997.

⁸⁰⁷ CUNHA, Euclides da. O “Brazil Mental”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 24, n. 7178, p. 1, 11 jul. 1898.

⁸⁰⁸ CUNHA, Euclides da. *Op.cit.*

⁸⁰⁹ *Id.*

⁸¹⁰ *Id.*

processo de autonomia e formação da nacionalidade brasileira, com todas as suas peculiaridades étnicas⁸¹¹ – recaindo na velha teia que restringe a abordagem do Brasil, e do luso-brasileiro, pelo enfoque das “divergências literárias entre os dois países”. Convocatória necessária e atinente a um debate maior sobre a problemática das “índoles nacionais” e dos “destinos pátrios”, tão em voga entre fins do século XIX e início do século XX.⁸¹² Donde ser pertinente, em cima da crítica que lançou a Bruno, a defesa de sua tese maior sobre o Brasil e o brasileiro: “não temos unidade de raça.”⁸¹³ Daí, a relevância de suas reflexões anteriores e sua constatação no campo perante o seu encontro com o “sertanejo”. Por suas palavras, em nota à terceira edição (1905) de *Os Sertões*:

Mas quem segue as considerações que alinhiei acerca da nossa gênese, se compreende que de fato não temos unidade de raça, admite também que nos vários caldeamentos operados eu encontrei no tipo sertanejo uma subcategoria étnica já formada (pag. 108) liberta pelas condições históricas (pág. 112) das exigências de uma civilização de empréstimo que lhe perturbariam a constituição definitiva.

Quer isto dizer que neste composto indefinível – o brasileiro – encontrei alguma coisa que é estável, um ponto de resistência recordando a molécula integrante das cristalizações iniciadas. E era natural que, admitida a arrojada e animadora conjectura de que estamos destinados à integridade nacional, *eu visse naqueles rijos caboclos, o núcleo de força da nossa constituição futura, a rocha viva de nossa raça.*⁸¹⁴

Aqui, como que um cientista, Euclides parte da tese de que não há “unidade de raça”, para daí, fazer uso do paradigma da estratificação geológica – em consonância com as leituras e estudos do engenheiro –, recolher um fragmento e, a partir dele, lançar a sua amostragem. A comparação dos três elementos formadores da sociedade brasileira com a “rocha viva”⁸¹⁵ é uma ideia que se prolonga desde o projeto inicial da sua obra e que ganhou o reforço com a pesquisa de campo. Ora, “a locução sugere-me um símile eloquente”, o que significa que:

⁸¹¹ REALE, Miguel. *Estudos de Filosofia Brasileira*. Lisboa: Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, 1994.

⁸¹² NASCIMENTO, José Leonardo. *op. cit.* p. 81-84. Sobre estas questões, ver: FRANCHETTI, Paulo. Oliveira Martins e o Brasil. In: _____. *Estudos de Literatura Brasileira e Portuguesa*. Cotia: Ateliê Editorial, 2007. p. 113-134; MEDINA, João. *op. cit.* p. 55-57; CATROGA, Fernando. Pátria e Nação. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/P%C3%A1tria-e-Na%C3%A7%C3%A3o-Fernando-Catoga.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2014.

⁸¹³ CUNHA, Euclides da. Notas a 3ª. edição. In: _____. *Os Sertões* (Campanha de Canudos). 3. ed. corrigida. Rio de Janeiro; São Paulo: Laemmert & C., 1905. (1ª. edição 1902), p. 613. A nota a esta edição já demonstra uma leitura mais consolidada do autor. CUNHA, Euclides da. Nota Preliminar. Para outra leitura, que atribui este recurso de omissão das referências como deliberado, ver BARTELT, Dawid Danilo. *Sertão, República e Nação*. São Paulo: Edusp, 2009. p. 306-322.

⁸¹⁴ CUNHA, Euclides da. Notas a 3ª. edição. In: _____. *Op.cit.*, p. 615. (Grifo nosso).

⁸¹⁵ Ver LIMA, Luiz Costa. *Terra Ignota: a construção de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

De fato, a nossa formação como a do granito surge de três elementos principais. Entretanto quem ascende por um cerro granítico encontra os mais diversos elementos: aqui a argila pura, do feldspath decomposto, variamente colorida; além a mica fracionada, rebrilhando escassamente sobre o chão; adiante a arena friável, do quartzo triturado; mais longe o bloco moutonné, de aparência errática; e por toda a banda a mistura desses mesmos elementos com a adição de outros, adventícios, formando o incharacterístico solo arável, altamente complexo. Ao fundo, porém, removida a camada superficial, está o núcleo compacto e rijo da pedra. Os elementos esparsos, em cima, nas mais diversas misturas, porque o solo exposto guarda até os materiais estranhos trazidos pelos ventos, ali estão, em baixo, fixos numa dosagem segura, e resistentes, e íntegros.

*Assim a medida que aprofunda o observador se aproxima da matriz de todo definida, do local. Ora o nosso caso é idêntico – desde que sigamos das cidades do litoral para os vilarejos do sertão.*⁸¹⁶

Eis então, na visão de Euclides, a sua grande “descoberta”: “vai-se notando maior uniformidade de caracteres físicos e morais. Por fim, a rocha viva – o sertanejo.”⁸¹⁷ Mas, atente-se nesta aparente contradição: se a “rocha” é “viva”, como pode a “sociedade” ser “morta”?⁸¹⁸ Ora, a exposição deste problema também leva o autor a esclarecer os limites de seu trabalho, em termos de *espaço* e de *tempo* – contra aqueles que querem encontrar nele um discurso generalizante e simplista do determinismo. Embora haja uma nuance entre o sertanejo de Canudos, em 1897, e o sertanejo, em geral, o caráter “excepcional” daquela experiência é o que prevalece. Por suas palavras, “ao falar em sociedade morta, referi-me a uma *situação excepcional* da gente sertaneja corrompida por um núcleo de agitados (pag. 206). O mesmo paralelo feito na mesma página com estados idênticos de outros povos, delata-lhe o caráter excepcional. *De modo algum enunciei uma proposição geral e permanente, senão transitória e especial, reduzida a um fragmento de espaço – Canudos – e a um intervalo de tempo – o ano de 1897.*”⁸¹⁹

Portanto, o “sertanejo”, de Canudos, foi a sua estrutura basilar. Se a ponta do “iceberg” era o *espaço* (Canudos) e o *tempo* (1897), faltava-lhe um referencial mais específico que fosse síntese maior de tudo aquilo. O seu lugar de “autoridade”, enquanto “autoria”, vai se moldando na medida em que vai se deslocando das certezas para o questionamento, quando parte do “fato” (a campanha de Canudos) para fazer um exercício de historiador que não ficou preso ao factual, mas compreendeu o fator psicológico como um

⁸¹⁶ CUNHA, Euclides da. Notas a 3ª edição. In: _____. *Os Sertões...*, p. 615-616. (Grifo nosso).

⁸¹⁷ CUNHA, Euclides da. *Op.cit.*, p. 615-616.

⁸¹⁸ O uso dos oxímoros na literarização de *Os Sertões* foi analisado por Bertold Zilly. Ver: BERTOLD Zilly (entrevista). *Cadernos de Literatura em Tradução*, São Paulo, n. 1, p. 111-126, 1997.

⁸¹⁹ CUNHA, Euclides da. *Op.cit.*, p. 616. (Grifo nosso).

“documento”: único caminho para adentrar, com profundidade, o domínio das mentalidades. Mas, ao invés de ficar no coletivo, também exercitou uma perspectiva micro, e buscou na biografia de um personagem que lhe fascinou, semelhante à noção de “personagem-tipo” do Oliveira Martins⁸²⁰, e que o concebeu não como um “degenerado”, mas como um “retrógrado”⁸²¹, o beato Antônio Conselheiro:

E compreendo que Antônio Conselheiro repontasse como uma “integração de caracteres diferenciais, vagos e indefinidos, mal percebidos quando dispersos pela multidão” – e não como simples caso patológico, porque a sua figura de pequeno grande homem se explica precisamente pela *circunstância rara de sintetizar de uma maneira empolgante e sugestiva, todos os erros, todas as crendices e superstições, que são o lastro do nosso temperamento.*⁸²²

Na perspectiva explicativa-compreensivista, Euclides aguçou a sua sensibilidade para perceber que se era possível a convivência, numa mesma sociedade, de estágios evolutivos diferentes (o primitivo – mítico e o histórico – civilizacional), tornando o caso brasileiro extremamente complexo e não contemplado pelas vertentes teóricas europeias, embora se aproprie de todas as leituras que estiveram ao seu alcance, especialmente Thomas Buckle, Herbert Spencer, Ernest Renan e Hypollite Taine.⁸²³

Como que desejando alcançar o feito de um Tucídides⁸²⁴, e fazer um relato denso e sincero, a sua obra, se era arte, não ficou presa ao requinte estético, foi uma obra-denúncia.⁸²⁵ Mas, também, se diferenciava de outros textos que foram produzidos sobre o conflito que, em geral, ficaram restritos ao teor bélico, faceta que ele só explora nas suas minudências na terceira parte, “A Luta”.⁸²⁶ Portanto, as críticas que têm sido lançadas à sua obra “monumental” (ou “monumentalizada”, este conceito não é aleatório)⁸²⁷, têm se focado,

⁸²⁰ Ver o terceiro capítulo, da parte I, desta nossa tese.

⁸²¹ DOBRORUKA, Vicente. *História e Milenarismo*: ensaios sobre tempo, história e o milênio. Brasília: Editora da UnB, 2004.

⁸²² CUNHA, Euclides da. *Os Sertões...*, p. 616. (Grifo nosso).

⁸²³ Ver: LIMA, Luiz Costa. *Euclides da Cunha*: contrastes e confrontos do Brasil. Rio de Janeiro: Contraponto; PETROBRÁS, 2000.

⁸²⁴ Sobre esta questão, ver: NICOLAZZI, Fernando. *Um Estilo de História*: a viagem, a memória, o ensaio: sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

⁸²⁵ SEVCENKO, Nicolau. *A Literatura como missão*: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 1a. reimp. da edição 4. ed. 1995. São Paulo: editora Brasiliense, 1999.

⁸²⁶ Entre as exceções, podemos citar: MILTON, Aristides. A Campanha de Canudos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 63, pt. 2, p. 05-147, 1900; BENÍCIO, Manoel. *O rei dos jagunços*: crônica histórica sobre os costumes sertanejos e os acontecimentos de Canudos, documentada e comentada. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1899.

⁸²⁷ Esta dimensão “monumental” da obra deve-se em grande medida aos críticos e aos amigos que, nos anos seguintes à sua publicação, foram investindo e sedimentando uma noção de “positividade”. Ver: JUÍZOS Críticos (Os Sertões e a Campanha de Canudos). Rio de Janeiro/São Paulo: Laemmert, 1904; RANGEL, Alberto

sobretudo, na busca por definições que visaram inserí-la na literatura (arte) e/ou na ciência, ou mesmo na hibridização dos termos.⁸²⁸ Ora, estas questões são extremamente relevantes, mas alguns críticos acabaram por escamotear, amiúde, o próprio teor da obra, esquecendo-se de seguir, além das caminhadas, as observações do próprio autor.

7.1.3 Um observador (do meio e do homem)

Euclides da Cunha viajou com a última expedição, como um enviado do *O Estado de S. Paulo* (e adido do exército) e chegou a Canudos em 06 de setembro de 1897, onde passou menos de um mês⁸²⁹ e este percurso e impressões ficaram registrados na sua *Caderneta de Campo*.⁸³⁰ Nas palavras de Souza Andrade, era ainda um “jovem jacobino que acredita[va] com todo o ardor no sonho republicano, e acha[va] que a República esta[va] realmente ameaçada por um bando de meliantes”⁸³¹, tese corroborada com a sua afirmação: “não nos iludamos. Há nesta luta uma face misteriosa que deve ser desvendada.”⁸³²

À luz disto, será interessante analisar melhor algumas passagens da sua “nota preliminar”⁸³³, nomeadamente nesta sua convicção: “escrito nos raros intervalos de folga de uma carreira fatigante, este livro, que a princípio se resumia à história da Campanha de Canudos, perdeu toda a atualidade, remorada a sua publicação em virtude de causas que temos por escusado apontar.”⁸³⁴ Passados, portanto, alguns anos da “campanha”, o texto, antes planejado, foi ganhando novas formas, ampliando-se, tornando-se mais complexo, sobretudo durante sua estadia em São José do Rio Pardo (1898-1901), quando trabalhou na reconstrução de uma ponte metálica e aproveitou parte do tempo para a escrita de *Os*

et al. Por protesto e adoração. In memoriam de Euclides da Cunha. São José do Rio Pardo: Grêmio Euclides da Cunha, 1919; FREYRE, Gilberto. *Euclides da Cunha e outros perfis...*; PONTES, Eloy. *A vida dramática de Euclides da Cunha.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1938; RABELO, Sílvio. *Euclides da Cunha.* Rio de Janeiro: CEB (Coleção de Estudos Brasileiros), 1948. Contudo, seria bastante reducionista se o mérito não passasse, necessariamente, pela própria obra – que rompera com diferentes paradigmas estéticos, literários e sociológicos. Com suas particularidades, estava ao lado de Sílvio Romero, Raul Pompéia, Alberto Torres, Capistrano de Abreu e Manoel Bomfim.

⁸²⁸ Com especial destaque para os eminentes críticos brasileiros José Veríssimo e Araripe Júnior. Ver: JUIZOS Críticos – Os Sertões (Campanha de Canudos) por Euclides da Cunha. 2. ed. corrigida – 1903. Rio de Janeiro; São Paulo: Laemmert & C. Editores, 1904.

⁸²⁹ Ver: VENÂNCIO FILHO, Francisco. *A Glória de Euclides da Cunha.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. p. 22.

⁸³⁰ CUNHA, Euclides da. *Caderneta de Campo.* Organização de Olímpio de Souza Andrade. Rio de Janeiro: Cadernos da Biblioteca Nacional, 2009.

⁸³¹ MEDEIROS, Benício. Tijolos para uma catedral. In: CUNHA, Euclides da. *Os Sertões...*, p. 09.

⁸³² CUNHA, Euclides da. *Op.cit.*, p. 65.

⁸³³ LIMA, Luiz Costa. *Terra Ignota: a construção de Os Sertões.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p. 24-36.

⁸³⁴ CUNHA, Euclides da. Nota preliminar. In: *Op.cit.*, p. V.

Sertões.⁸³⁵ Mesmo assim, Euclides continuou a manifestar a sua insatisfação, sentida não só pelas leituras, mas sobretudo pela experiência no campo e dificuldades na composição de seu trabalho:

Intentamos esboçar, palidamente embora, ante o olhar de futuros historiadores, os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil. E fazemo-lo porque a sua instabilidade de complexos de fatores múltiplos e diversamente combinados, aliada às vicissitudes históricas e deplorável situação mental em que jazem, as tornam talvez efêmeras, destinadas a próximo desaparecimento ante as exigências crescentes da civilização e a concorrência material intensiva das correntes migratórias que começam a invadir profundamente a nossa terra.⁸³⁶

Aqui se apresenta, em síntese, o projeto maior da obra: seu objetivo, conforme já havia exposto na crítica a Sampaio Bruno, passava por uma interpretação do Brasil a partir de seu núcleo fundamental, em vias de ser aculturado ou exterminado. Daí, a necessidade de apreendê-lo através da escrita, o que para isso também o levava a convocar a história. Que noção de história vai construindo no decurso deste trabalho? Patente está a sua visão de uma perspectiva evolucionista para justificar o caminho inexorável do avanço do “progresso” e da “civilização”: “a civilização avançará nos sertões impelida por essa implacável ‘força motriz da História’ que Gumpowicz, maior que Hobbes, lobrigou, num lance genial, no esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes”⁸³⁷, eram os ecos de um darwinismo social.

Mas, atente-se a outra questão fundamental. Se já falou na *história*, Euclides, a par de sua aguçada sensibilidade em relação ao *espaço*, também convocou o *tempo*:

A campanha de Canudos tem por isto a significação inegável de um primeiro assalto, em luta talvez longa. Nem enfraquece o asserto o termo-la realizado nós, filhos do mesmo solo, porque, etnologicamente indefinidos, sem tradições nacionais uniformes, vivendo parasitariamente à beira do Atlântico dos princípios civilizadores elaborados na Europa, e armados pela indústria alemã – tivemos na ação um papel singular de mercenários inconscientes. Além disto, mal unidos àqueles extraordinários patrícios pelo solo em parte desconhecido, deles de todo nos separa uma coordenada: o *tempo*.⁸³⁸

⁸³⁵ D’ALGE, Carlos. Euclides da Cunha em Rio Pardo. *Separata da Revista Ocidente*, Lisboa, v. 84, 1972.

⁸³⁶ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões...*, p. V.

⁸³⁷ CUNHA, Euclides da. *Op.cit.*, p. VI. Para uma análise das apropriações (limitações e contradições) que Euclides fez da obra *A Luta das Raças* (1883), ver: LIMA, Luiz Costa. *Euclides da Cunha...*, p. 28-32.

⁸³⁸ CUNHA, Euclides da. *Op.cit.*, p. VI.

De onde o sentido da sua célebre afirmação: “aquela campanha lembra um refluxo para o *passado*”⁸³⁹, noções aparentemente sutis, mas de extrema relevância para a compreensão do desfecho trágico da operação, “um crime”, que precisava ser exposto e denunciado, à luz de uma inspiração taineana (sem deixar de convocar Tucídides⁸⁴⁰, em outra passagem), isto é, da perspectiva de um “narrador sincero”, distanciando-se de outros autores coevos que abordaram a “campanha” de Canudos.

O “refluxo para o passado” requereria uma compreensão do *meio*. Na primeira parte, “A Terra”, Euclides iniciou o texto demarcando uma linguagem que busca um domínio sobre a geologia: “extratos”, “sedimentos”, “extinção”. É nesta perspectiva que vai traçando o seu caminho, inserindo as suas impressões numa longa “travessia”. Ora, o autor fez questão de aludir ao caminhante/“observador” que “seguindo este itinerário deixa as paragens em que se revezam, em contraste belíssimo, a amplitude dos gerais e o fastígio das montanhas, ao atingir aquele ponto estaca surpreendido.”⁸⁴¹

Saindo de Salvador, capital da Bahia, em direção ao arraial de Canudos, Euclides se deparava com uma “terra ignota”, com um território estranho que estaria “predestinado a *atravessar absolutamente esquecido quatrocentos anos de história*.”⁸⁴² E as impressões vão se acumulando, “calca, de fato, estrada três vezes secular, histórica vereda por onde avançavam os rudes sertanistas nas suas excursões para o interior.” Espaços ainda não alterados, “não a variou, mais tarde, a civilização, justapondo às pegadas do bandeirante os trilhos de uma via férrea.”⁸⁴³ Ou seja, continuava a ser, desde o tempo das “entradas” e “bandeiras” do período colonial, até os tempos coevos, um espaço ainda desprovido dos signos da modernidade e da ação transformadora do homem (exceção para a linha férrea). Nesta perspectiva, todos os pontos “colhidos” foram sendo incorporados para reforçar a construção de sua tese. E outras imagens vão se sedimentando à sua exposição, como a das “lagoas mortas”:

Algumas denotam um esforço dos filhos do sertão. Encontram-se, orlando-as, erguidos como represas entre as encostas, toscos muramentos de pedra seca. Lembram monumentos de uma sociedade obscura. Patrimônio comum dos que por ali se agitam nas aberturas do clima feroz, vêm, em geral, de remoto passado. Delinearam-nos os que se afoitaram primeiro com as vicissitudes de uma entrada naquelas bandas. E persistem indestrutíveis,

⁸³⁹ *Id.*, p. VI.

⁸⁴⁰ CUNHA, Euclides da. Nota aos críticos. In: _____. *Os Sertões...*, p. 618.

⁸⁴¹ CUNHA, Euclides da. *Op.cit.*, p. 09.

⁸⁴² *Id.*, p. 11.

⁸⁴³ *Id.*, p. 12.

porque o sertanejo, por mais escoteiro que siga, jamais deixa de levar uma pedra que calce as suas juntas vacilantes.

Mas passados estes pontos – imperfeita cópia das barragens romanas remanescentes na Tunísia, – cai-se outra vez nos areais exsiccados.⁸⁴⁴

Dir-se-ia que se entrara num espaço e num tempo (quase) imóveis cujos sinais dão ao viajante/leitor a “sensação da *imobilidade*.”⁸⁴⁵ Como nos extratos que formaram a crosta terrestre (Charles Lyell), as “erosões” revelam sedimentos de outras eras “geológicas” (e, portanto, de outras temporalidades estacionárias):

Deste modo, por qualquer vereda, se sucedem acidentes pouco elevados mas abruptos, pelos quais tornejam os caminhos, quando não se justapõem por muitas léguas aos leitos vazios dos ribeirões esgotados. E por mais inexperto que seja o observador – ao deixar as perspectivas majestosas, que se desdobram ao Sul, trocando-a pelos cenários emocionantes daquela natureza torturada, tem a impressão persistente de calcar o fundo recém-sublevado de um mar extinto, tendo ainda estereotipada naquelas camadas rígidas a agitação das ondas e das voragens.⁸⁴⁶

E o caminhante/observador segue. O sertão vai sendo (re)desbravado: “daí a impressão dolorosa que nos domina ao atravessarmos aquele ignorado trecho do sertão – quase um deserto – quer se aperte entre as dobras de serranias nuas ou se estire, monotonamente, em descampados grandes.”⁸⁴⁷ Passado o Monte Santo, nas proximidades de Canudos, “inesperado quadro esperava o viandante que subia, depois desta travessia em que supõe pisar escombros de terremotos, as ondulações mais próximas de Canudos” e chegava-se, finalmente, ao “topo da favela.”⁸⁴⁸ Tinha-se pela frente o “arraial”. Descrição do primeiro impacto: “a reunião de tantos traços incorretos e duros – avegoados divagantes de algares, sulcos de quebradas, socavas de bocainas, criava-lhe perspectiva completamente nova. E quase compreendia que os matutos crendeiros, de imaginativa ingênua, acreditassem que ‘ali era o céu’.”⁸⁴⁹

Depois de uma curta parada, tornava-se necessário convocar outros passantes. É que para aquele trabalho os escritos e impressões de outros “observadores” seriam importantes. Ao tratar do “clima”, afirma que “nenhum pioneiro da ciência suportou ainda as agruras

⁸⁴⁴ *Id.*, p. 14.

⁸⁴⁵ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões...*, p. 14. (Grifo nosso).

⁸⁴⁶ CUNHA, Euclides da. *Op.cit.*, p. 18.

⁸⁴⁷ *Id.*, p. 21.

⁸⁴⁸ *Id.*, p. 24.

⁸⁴⁹ *Id.*, p. 24.

daquele rincão sertanejo em prazo bastante para o definir”.⁸⁵⁰ O botânico von Martius passou por lá, mas a verdade é que aquela zona continuou desconhecida e provavelmente o seria “por muito tempo.” Ora, para Euclides,

o que se segue são vagas conjecturas. Atravessamo-lo no prelúdio de um estio ardente e, vendo-o apenas nessa quadra, vimo-lo sob o pior aspecto. O que escrevemos tem o traço defeituoso dessa impressão isolada, agravada, ademais, por um meio contraposto à serenidade do pensamento, sulcado pelas emoções da guerra.⁸⁵¹

E Euclides acompanha as expectativas de redenção do sertanejo. É como se ali a vida fosse envolta em ciclos e, na volta, “o sertão é um paraíso”.⁸⁵² E com esta possibilidade de redenção, ele encerra a descrição do *meio* e a passa a narrar o *homem*.

Ao adentrar aquele mundo desconhecido, as informações oficiais não lhe satisfaziam. Assim, é justamente na segunda parte da obra, “O Homem”, que será abordada a complexidade do problema etnológico brasileiro e, em especial, do “sertanejo”, em consonância com o que foi descrito sobre o *meio*. De acordo com a estudiosa Walnice Nogueira, aquele é “o mais polêmico e que gera toda espécie de conjecturas, são passados em revista escritos de etnologia, de história da colonização, de folclore, de psiquiatria, de neurologia, de sociologia.”⁸⁵³ Ora, no decurso da produção de sua obra, Cunha foi munindo-se de uma diversidade de saberes e incorporando tudo aquilo que pudesse auxiliar na composição de seu livro.

Desta forma, o avanço para uma análise que incorpore uma parte do Brasil que, apenas esboçada, “adstrita às influências que mutuam, em graus variáveis, três elementos étnicos, a gênese das raças mestiças do Brasil é um problema que por muito tempo ainda desafiará o esforço dos melhores espíritos.”⁸⁵⁴ Por outras palavras, qualquer estudo terá que considerar os três grupos formadores: o indígena (autóctone), o negro bantu ou cafre (referência aos estudos de Nina Rodrigues) e “quanto ao fator aristocrático de nossa *gens*, o português, que nos liga à vibrátil *estrutura intelectual do celta*, está, por sua vez, mau grado o complicado caldeamento de onde emerge, de todo caracterizado”⁸⁵⁵ (incorporação das teses sobre o celtismo, em voga na Europa da segunda metade do século XIX e tematizada por Oliveira Martins) – e assim,

⁸⁵⁰ *Id.*, p. 26.

⁸⁵¹ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões...*, p. 27.

⁸⁵² CUNHA, Euclides da. *Op.cit.*, p. 47.

⁸⁵³ GALVÃO, Walnice Nogueira. *Euclides da Cunha: militante da República*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 77.

⁸⁵⁴ CUNHA, Euclides da. *Op.cit.*, p. 65.

⁸⁵⁵ *Id.*, p. 66. (Grifo nosso).

Euclides deslocou para uma questão pouco trabalhada até então: o *povo* brasileiro e seu o *meio*.⁸⁵⁶

Ora, para explorar esta questão, ele convocou o saber antropológico pelos seguintes eixos: as raças, o meio físico e as condições históricas. A especificidade do Brasil é a “mestiçagem” – o mulato, o mameluco ou curiboca e o cafuzo que são subcategorias – uma questão difícil e complexa: “o brasileiro, tipo abstrato que se procura, mesmo no caso favorável acima afirmado, só pode surgir de um entrelaçamento consideravelmente complexo.”⁸⁵⁷ Ele defendia a tese de que era preciso cautela em relação as diferentes teorias que exageram quanto às “influências” seja do branco, seja do negro na formação do “tipo brasileiro”, pois “o escopo essencial destas investigações se tem reduzido à pesquisa de um tipo étnico único, quando há, certo, muitos.”⁸⁵⁸ Enfim, quer com isto afirmar que ainda “não temos unidade de raça”, e não há segurança de que a teremos. Atente-se à passagem abaixo, pois ela é de suma importância para a compreensão da tese euclidiana.

Estamos destinados à formação de uma raça histórica em futuro remoto, se o permitir dilatado tempo de vida nacional autônoma. Invertamos, sob este aspecto, a ordem natural dos fatos. A nossa evolução biológica reclama a garantia da evolução social.

Estamos condenados à civilização.
Ou progredimos ou desaparecemos.
A afirmativa é segura.⁸⁵⁹

Se o autor está convicto quanto à necessidade de inserir o Brasil na marcha da “civilização”, sob o risco de desaparecimento, é notório que no bojo de um debate sobre as nacionalidades não deixasse de ser curiosa a aceção de que houve uma inversão da “ordem natural dos fatos”. Ironicamente, e aqui há os fatores *tempo e história*, o forjar a nossa *nacionalidade* (se entendida enquanto unidade étnica), vai depender do longo processo de consolidação da “evolução social” e não o contrário, conforme chamou a atenção em sua conferência sobre o poeta Castro Alves (uma espécie de “gênio obscuro de nossa raça”, uma “raça em ser”).⁸⁶⁰ Como quem diz, inspirado em Renan: a raça sobredetermina a história

⁸⁵⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira e seus fundamentos econômicos*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. p. 1-2.

⁸⁵⁷ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões...*, p. 68.

⁸⁵⁸ CUNHA, Euclides da. *Op.cit.*, p. 68.

⁸⁵⁹ *Id.*, p. 70.

⁸⁶⁰ Ver: CUNHA, Euclides da. Castro Alves e seu tempo. In: _____. *Trabalhos Esparsos de Euclides da Cunha*. Organização de José Murilo de Carvalho, Alberto Venâncio Filho e Affonso Arinos de Mello Franco. Rio de Janeiro: ABL, 2009. p. 103-104; p. 112-112. Ver também: ZILLY, Berthold. Sertão e nacionalidade: formação étnica e civilizatória do Brasil segundo Euclides da Cunha. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 12, p. 5-45, abr. 1999.

(brasileira), mas é na história que se consolidará uma “raça” resultante da mistura étnica, por outras palavras, nos apropriando de Costa Lima, seria uma espécie de “sebastianismo às avessas”.⁸⁶¹ Além disso, para Euclides, o evento de 1897 seria o maior exemplo de sua tese e a justaposição de dois tempos que entram em choque:

A luta de 1897, nos sertões baianos, a despeito de sua data recente, foi um refluxo do passado; o choque da nossa pré-história e da nossa modernidade; uma sociedade a abrir-se nas linhas de menor resistência, e mostrando, em plena luz, as suas camadas profundas irrompendo devastadoramente, a exemplo das massas candentes de diabase que irrompem e se derramam por vezes sobre os terrenos modernos, extinguindo a vida e incinerando os primores da flora exuberante.⁸⁶²

Nesta perspectiva, o autor vai buscar na especificidade de alguns traços da história brasileira (ainda por fazer) o reforço para esta tese. É que na longa digressão que fez sobre o processo de ocupação e fixação do território brasileiro, Euclides revelou haver, conforme já se supôs anteriormente, uma proximidade (embora não determinada) entre a história e as “modalidades mesológicas” e, é por este viés, que, à luz de sua argumentação, vai distinguindo o norte do sul e o litoral do sertão, esboçados já na fase colonial.⁸⁶³ O norte e o sul são duas regiões com “histórias distintas” e mesmo “opostas”.⁸⁶⁴ Enquanto o homem do sul seria “mais heterogêneo, mais vivaz, mais prático e aventureiro”, o do norte foi inserido em “capitanias esparsas e incoerentes, jungidas à mesma rotina, amorfas e imóveis, em função estreita dos alvarás da corte remota”, donde “a história é ali mais teatral mas menos eloquente.”⁸⁶⁵

⁸⁶¹ LIMA, Luiz Costa. *Euclides da Cunha...*, p. 44.

⁸⁶² CUNHA, Euclides da. *Os Sertões...*, p. 104.

⁸⁶³ Esta distinção entre o norte e o sul do Brasil já havia sido explorada por Oliveira Martins. Ver: MARTINS, J. P. de Oliveira. *O Brasil e a colônias portuguesas*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1880. p. 40-41. E referindo-se ao século XVIII, ao “Brasil pombalino”, afirma: “nesta segunda época, em que a ocupação e a colonização se estendem, pelo norte até ao Equador, pelo sul até ao Rio da Prata, os dois Brasis extremos de outrora são hoje as duas metades do centro: Bahia-Pernambuco de um lado, e São Paulo-Rio de Janeiro do outro. O Estado do Maranhão pelo norte, o Rio Grande pelo sul, constituem as fronteiras dessa nação, cujo centro está formado.

Entretanto, é fora de dúvida que o dualismo existe ainda no período a que agora nos referimos. A nação brasileira desenvolve-se colonialmente ao norte; orgânica espontaneamente ao sul. Semi-independente, a região de S. Paulo-Minas com a grande baía do Rio de Janeiro, capital natural do império futuro, está na sombra elaborando uma construção orgânica; enquanto o Brasil oficial, o Brasil brilhante, opulento, o Brasil dos vice-reis e governadores, assenta ao norte na Bahia e em Pernambuco.” p. 80-81.

⁸⁶⁴ Esta noção contrastiva permanece em discursos posteriores. Ao apresentar a obra do amigo Osório Duque-Estrada afirmou: “(...) nossa alma nacional, primitiva e rude. Além disto, eu planeei, embora numa síntese imperfeita, caracterizar o contraste até certo ponto providencial entre os dois aspectos preponderantes do espírito brasileiro – a refletir-se no binário constituído, de um lado, pela inteligência do Sul, mais bem aparelhada de um conceito orgânico de realidade; e de outro, pela fantasia poderosa dos nortistas, de onde lhes advém, essencialmente, o gênio poético incomparável.” CUNHA, Euclides da. Carta. In: DUQUE-ESTRADA, Osório. *O Norte* (Impressões de Viagem). Porto: Livraria Chardron, de Lello & Irmão, 1909. p. VIII.

⁸⁶⁵ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões...*, p. 81.

Mas, este discurso da polarização, que terá grandes incidências políticas no decurso do século XX, sobretudo em termos de afirmações identitárias (e regionalizantes), é reforçado quando Euclides buscou respostas para a “colonização” do interior do Brasil. É dada relevância ao papel desbravador dos “paulistas” (através das “entradas” e “bandeiras”), que numa “onda impetuosa do sul”, adentrara os “sertões” fazendo com que “o velho agregado colonial [que] tendia a chegar ao nosso tempo, imutável, sob o emperramento de uma centralização estúpida, realizando a anomalia de deslocar para uma terra nova o ambiente moral de uma sociedade velha.”⁸⁶⁶

Ora, por “sociedade velha” entenda-se a metrópole e o próprio reino. Se há um prolongamento dos referenciais culturais através dos “colonos” que ali foram aportando, houve uma ruptura que permitiu a formação de outra sociedade, mesmo que mantendo os antigos componentes culturais da sociedade portuguesa do Velho Mundo. É que o elemento paulista (também, já fruto da miscigenação), em suas incursões pelos “sertões”, possibilitou que “fora do litoral, em que se refletia a decadência da metrópole e todos os vícios de uma nacionalidade em decomposição insanável, aqueles sertanistas, avantajando-se às terras extremas de Pernambuco ao Amazonas, semelhavam outra raça, no arrojo temerário e resistência aos revezes.”⁸⁶⁷ Desta particularidade, assegura Euclides, surgiu a “sub-raça” do “jagunço” (lembre-se que não há um tipo antropológico brasileiro, conforme alerta) formado naquele meio, isolado, mas dinamizado pelos “paulistas” – caçadores de índios e de escravos fugidios, “um traço de originalidade na gênese da população sertaneja.”⁸⁶⁸

Mas, diferentemente de outros discursos, que viam o jagunço-sertanejo pelo crivo da negatividade, Euclides percebeu ali, com certa admiração, que “aquela rude sociedade, incompreendida e olvidada, era o cerne vigoroso da nossa nacionalidade.”⁸⁶⁹ Foi com aqueles que se deu a primeira ligação, no *espaço* e no *tempo*, de diferentes partes do Brasil, o norte e o sul, conquanto que a coroa portuguesa defendesse uma política de isolamento. Neste tento, é eloquente o discurso de Euclides quando afirma que

Fora longo traçar-lhes a evolução do caráter. Caldeadas a índole aventureira do colono e a impulsividade do indígena, tiveram, ulteriormente, o cultivo do próprio meio que lhes propiciou, pelo insulamento, a conservação dos atributos e hábitos avoengos, ligeiramente modificados apenas consoante as novas exigências da vida. – E ali estão com as suas vestes características, os seus hábitos antigos, o seu estranho aferro às tradições mais remotas, o seu

⁸⁶⁶ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões...*, p. 81.

⁸⁶⁷ CUNHA, Euclides da. *Op.cit.*, p. 85.

⁸⁶⁸ *Id.*, p. 93.

⁸⁶⁹ *Id.*, p. 99.

sentimento religioso levado até ao fanatismo, e o seu exagerado ponto de honra, e o seu *folclore* belíssimo de rimas de três séculos.⁸⁷⁰

É que para o autor de *Os Sertões*, a despeito do caráter evolutivo de sua perspectiva teórica, não deixava de perceber (a despeito de toda uma noção crítica sobre a “mestiçagem”, sobretudo se em excesso) a possibilidade de emergir um “tipo brasileiro”, pois ali, nos sertões, deparara-se com uma “uniformidade” surpreendente no físico, superstições, vícios e virtudes. O “sertanejo do norte” era o “tipo de uma subcategoria étnica já formada.”⁸⁷¹ Desta sociedade “insulada”, objeto das análises do caminhante/observador, Euclides retira um influxo para o presente, demanda que exige reflexões sobre os imperativos da “civilização” e que está em consonância com os embates que se travaram em 1897.

7.2 O *sebastianismo* em Euclides da Cunha

Expostas as questões anteriores, é chegada a hora de efetuar a análise que propusemos do *sebastianismo* em Euclides da Cunha, provavelmente um dos temas mais controversos de seu estudo e que está inserido na segunda parte do livro, intitulada “O Homem”.⁸⁷² Ora, na sua abordagem sobre a “religião” do sertanejo, esta aparece como a força maior de sua resistência e como indicadora do estágio em que se encontra aquela sociedade “insulada”, ainda sem “a capacidade orgânica para se afeiçoar à situação mais elevada”, num país que não a conhecia.⁸⁷³ Esta relação entre o “insulado”, a “religiosidade mestiça”, pautada pelos estudos sobre a “psicologia religiosa”, e o nível evolutivo, será a culminância de um texto que vem associar, como já o havia feito nas partes anteriores, Canudos a outro Brasil, filtradas pelo diálogo e incorporação dos mais diferentes autores brasileiros e estrangeiros (destacadamente, Nina Rodrigues, Gustave le Bon e Henry Maudsley).

Esta visão ficou patente quanto descreveu que aquele sujeito (o sertanejo), aparentemente pacífico, poderia surpreendentemente despertar quando do “aparecimento de qualquer incidente exigindo-lhe o desencadear das energias adormecidas. O homem

⁸⁷⁰ *Id.*, p. 99-100.

⁸⁷¹ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões...*, p. 108.

⁸⁷² É verdade que houve em fins do século XIX toda uma produção literária inspirada seja no romantismo tardio, em obras como o *Sertanejo* (1875) e *O Gaúcho* (1870) de José de Alencar, onde se explorou os “heróis regionais”, amalgamados à natureza. Ora, “é a conaturalidade que o encanta: desde as linhas do perfil até os gestos que definem um caráter, tudo emerge do mesmo fundo incôscio e selvagem, que é a própria matriz dos valores românticos”. BOSI, Alfredo. *op. cit.* p. 145. Ver também *O Reino Encantado: uma crônica sebastianista* (1878), de Araripe Júnior. E, mesmo após a campanha de Canudos, foi publicado *Os Jagunços* (1898), de Afonso Arinos.

⁸⁷³ CUNHA, Euclides da. *Op.cit.*, p. 139.

transfigura-se”⁸⁷⁴ e revela-se ser um “titã”, projetando contra o inimigo todos os recursos disponíveis.

No intuito de reforçar o seu discurso, o autor fez uma justaposição temporal que associou o mundo do sertanejo do Norte ao universo mental do medievo ibérico, num claro exercício de etno-história. O primeiro exemplo é a figura do vaqueiro e suas vestes descritas como “a forma grosseira de campeador medieval desgarrado em nosso tempo”.⁸⁷⁵ Adaptado ao *meio*, em uma perfeita sinonímia, foram os vaqueiros que “herdaram velho vício histórico. como os opulentos sesmeiros da colônia, usufruem, parasitariamente, as rendas das terras dilatadas, sem divisas fixas. Os vaqueiros são-lhes servos submissos”.⁸⁷⁶ E a justaposição temporal não parou por aí. A forma de colonização projeta-o para a herança de seus antepassados, sem esquecer as suas festas de cavalhadas e as mouramas:

divertimentos anacrônicos que os povoados sertanejos reproduzem, intactos, com os mesmos programas de há três séculos. E entre eles a exótica *encamisada*, que é o mais curioso exemplo do aferro às mais apagadas tradições. Velhíssima cópia das remotas quadras dos fossados ou arrancadas noturnas, na Península, contra os castelos árabes, e de todo deslembada na terra onde nasceu, onde a sua significação é hoje inusitado arcaísmo...⁸⁷⁷

Ora, a exposição deste fundamento visa uma aproximação entre os dois mundos: o dos sertões do Norte e o do medievo ibérico. Neste percurso, ele convocou, mais uma vez, os níveis ou estados evolutivos e grupos étnicos, ou rácicos, para analisar a problemática religiosa, em suas diferentes temporalidades e estágios. Daí que, ecoando a velha tese de Vico, que passará por, entre outros, Augusto Comte e mesmo por Oliveira Martins, segundo a qual, cada fase da evolução da humanidade corresponde a formas específicas de representar a *natureza* e o *homem*, como descreveu:

O círculo estreito da sua atividade tem demorado o aperfeiçoamento psíquico. Está na sua fase religiosa de um monoteísmo incompreendido, eivado de misticismo extravagante, em que se rebate o fetichismo do índio e do africano. *É o homem primitivo audacioso e forte, mas ao mesmo tempo*

⁸⁷⁴ *Id.*, p. 115.

⁸⁷⁵ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões...*, p. 119. Esta associação entre o espaço do sertanejo e o medievo será retomada por algumas abordagens sobre o Norte/Nordeste do Brasil. Ver: BASTIDE, Roger. *Brasil, Terra de Contrastes*. 9. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: DIFEL/Difusão Editorial S. A., [s. d.]. p. 96.

⁸⁷⁶ CUNHA, Euclides da. *Op.cit.*, p. 122.

⁸⁷⁷ *Id.*, p. 130.

crédulo, deixando-se facilmente arrebatado pelas superstições mais absurdas.
Uma análise destas revelaria a fusão de estados emocionais distintos.⁸⁷⁸

Neste sentido, o estudo da religião demonstra ser de grande relevância para se entender o nível evolutivo em que se encontrava aquela sociedade. Por este enfoque, retomava-se, também, a problemática da mestiçagem, cara aos estudiosos de seu tempo⁸⁷⁹, cujo aprofundamento foi dado por Euclides da Cunha (em seu diálogo com Nina Rodrigues) ao destacar que a religião do sertanejo é “como ele – mestiça”. Temática que será exemplificada, como é recorrente no seu estilo de escrita, através das associações entre “os caracteres físicos e fisiológicos das raças” formadoras do povo brasileiro, e suas “qualidades morais”, através da descrição de suas crenças:

As lendas arrepiadoras do *caapora* travesso e maldoso, atravessando célere, montado em caítitú, arisco, as chapadas desertas, nas noites misteriosas de luars claros, os *sacis* endemoniados, de barrete encarnado à cabeça, assaltando o viandante retardatário, nas noites perigosas das sextas-feiras, de parceria com os *lobisomens* e *mulas sem cabeça* notívagos; todos os mal-assombramentos, todas as *tentações do maldito* ou do diabo – esse trágico emissário dos rancores celestes comissionado na terra; as rezas consagradas a S. Campeiro, canonizado *in partibus*, ao qual se acendem velas pelos campos, para que favoreça a descoberta de objetos perdidos; as benzeduras cabalísticas para curar os animais, para *amassar* e *vender* sezões; todas as visões, todas as aparições fantásticas, todas as profecias esdrúxulas de messias adouçados; e as romarias piedosas; e as missões; e as penitências todas as manifestações complexas de religiosidade indefinida, são explicáveis.⁸⁸⁰

Em síntese, estes exemplos da “mestiçagem de crenças” dão a componente necessária para uma exposição dos níveis evolutivos em que se encontravam os grupos formadores da população brasileira, pois “ali estão, francos, o antropismo do selvagem, o animismo do

⁸⁷⁸ *Id.*, p. 139. (Grifo nosso). Esta noção tornou-se um discurso recorrente, ver, por exemplo, o trabalho de NORMANO, João Frederico. *Evolução Económica do Brasil*. São Paulo; Rio; Recife; Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1939. Neste texto, o autor afirma que “o sertão é cheio de misticismo, de messianismos, e movimentos religiosos. É a sede da seita dos Sebastianistas, que acreditam que o Rei Português D. Sebastião, perdido na África, virá libertar a humanidade.

A tragédia de Canudos, no fim do século dezenove, quando o Governo enviou diversas expedições militares contra o “Bom Jesus” Antônio Conselheiro, somente no solo místico do sertão se poderia dar.” p. 89.

⁸⁷⁹ Sobre o dilema da “mestiçagem” para os intelectuais brasileiros, imbuídos de um pensamento inspirado nas teorias da evolução, ver: PAREDES, Marçal de Menezes. *Memórias de um Ser-tão brasileiro: tempo, história e memória em Os Sertões* de Euclides da Cunha. Curitiba: Juruá Editora, 2002. p. 80-110; ver também: RODRIGUES, Raimundo Nina. *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal*. Rio de Janeiro: Waismann e Koogan, 1894.

⁸⁸⁰ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões...*, p. 139-140. (Grifos do autor)

africano e, o que é mais, o próprio estado emocional da raça superior na época do descobrimento e da colonização.”⁸⁸¹

Ao convocar estes diferentes repertórios físicos e psicológicos, para o caso brasileiro, o autor chamou-nos a atenção para um ponto fulcral na associação que fez entre o evolucionismo e a história. É que, no caso do colonizador português, tem-se “um caso notável de atavismo, na história”, de onde, para dar conta deste repertório, a componente sebástica foi convocada por duas vias: a retomada das reflexões de Oliveira Martins e os *traços* de experiências brasileiras sobre o fenômeno.

7.2.1 Na senda de Oliveira Martins: uma inspiração

A convocatória de Oliveira Martins – o único historiador português diretamente citado na obra – na hermenêutica euclidiana demonstra uma dupla particularidade: a de sua especificidade quanto à abordagem do fenômeno do *sebastianismo* no Brasil e o diálogo travado com o autor da *História de Portugal*, uma questão nem sempre levada em consideração pelos críticos. Mais que isso: Oliveira Martins vai dar o suporte que o autor de *Os Sertões* precisava para recompor o painel do universo religioso, social e cultural português do período inicial da colonização brasileira. Fazendo outro paralelo, marcado por uma defasagem de “três séculos”, chegou mesmo a comparar o universo cultural dos sertões – epicentro da campanha de Canudos – com a mentalidade portuguesa da última metade do Quinhentos:

Considerando as agitações religiosas do sertão e os evangelizadores e messias singulares, que, intermitentemente, o atravessam, ascetas mortificados de provocações, encaçados sempre pelos sequazes numerosos, que fanatizam, que arrastam, que dominam, que endoidecem – *espontaneamente recordamos a fase mais crítica da alma portuguesa, a partir do final do século XVI, quando, depois de haver por momentos centralizado a história, o mais interessante dos povos caiu, de súbito, em decomposição rápida, mal disfarçada pela corte oriental de D. Manuel.*

O povoamento do Brasil fez-se, intenso, com D. João III, precisamente no fastígio de completo desequilíbrio moral, quando “todos os temores da Idade Média tinham cristalizado no catolicismo peninsular.”⁸⁸²

Aqui Euclides se apropriou claramente da *História de Portugal* (1879), de Oliveira Martins, particularmente do que este escreveu no quinto livro, a “Catástrofe”, no capítulo

⁸⁸¹ CUNHA, Euclides da. *Op.cit.*, p. 140.

⁸⁸² CUNHA, Euclides da. *Os Sertões...*, p. 140. (Grifo nosso)

“Inquisição”.⁸⁸³ Ora, os críticos de Euclides têm lançado os seus olhares apenas para a passagem que trata diretamente do *sebastianismo*, esquecendo-se de inseri-lo no conjunto da narrativa histórica martiniana, onde se apresenta o fim da ascensão da nação portuguesa e o início de sua decadência, ou, como fizeram outros, que escamotearam a presença de Martins no discurso euclidiano.⁸⁸⁴

A descrição é viva e densa. Todo o repertório de imagens foi reativado para expor uma visão negativa e crítica da “Inquisição”, bem como para traçar o ambiente em que o “fundador da colonização do Brasil, D. João” foi criado: “numa estufa de devoção, e como seu caráter era ingênuo e forte, a piedade avassalou-lhe inteiramente o ânimo, tornando-se verdadeiramente um chefe de religião coroado”.⁸⁸⁵ A imagem que se construiu daquele monarca apresenta uma dubiedade: ao mesmo tempo que investiu na universidade, extinguiu a marca e a mutilação dos criminosos, tornou-se um “apóstolo” “de uma religião fanatizada” e pautada pelo teor místico e milagreiro.⁸⁸⁶ Em sua linguagem orgânica e evolucionista, Martins encarou esta questão da seguinte forma, sendo dela a versão que Euclides da Cunha incorporou:

Esta doença da corte era a doença de todo o reino: os doidos que apareciam por toda a parte, a fazer milagres ou endemoninhados, traduziam a loucura universal de um povo. Os terrores fúnebres da Idade Média tinham cristalizado no catolicismo peninsular; e os portugueses, exangues pela Índia, uma sanguessuga, e estonteados pelos milagres das descobertas e conquistas do Oriente, pervertidos pelo luxo, corrompidos pelas pestes e pelas doenças que vinham do Ultramar, tinham perdido a noção da realidade forte. A vida era-lhe um sonho feito de loucura e medos.⁸⁸⁷

O tópico “A Inquisição (D. João III)”, do livro “Catástrofe”, conclui-se com a ideia de que “tudo convergia para arrastar a nação a essa data infeliz de 1580. Os sintomas mórbidos, anteriormente expostos, diagnosticam a doença, e explicam a necessidade da catástrofe. Eram um despedaçar de todos os tecidos vitais, uma febre que destruía o sangue, um veneno que irritava todos os vasos do organismo nacional. Era uma doença lenta, mortal, mas cujo termo

⁸⁸³ MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal*. 4. ed. Lisboa: Bertrand, 1887. t. 2, p. 42.

⁸⁸⁴ Basta observar que um crítico como Luiz Costa Lima não faz qualquer referência a Oliveira Martins nem à temática do *sebastianismo*. Ver: LIMA, Luiz Costa. *Terra Ignota: a construção de Os sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

⁸⁸⁵ MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal...*, p. 41.

⁸⁸⁶ MARTINS, J. P. de Oliveira. *Op.cit.*, p. 41-42.

⁸⁸⁷ *Id.*, p. 42. A referência a estas passagens da produção martiniana passou ao largo da maioria dos críticos de *Os Sertões*. Uma exceção seja feita a uma rápida alusão em: BERNUCCI, Leopoldo M. Prefácio – a organização de Os Sertões e suas linguagens. In: CUNHA, Euclides da. *Os Sertões (A Campanha de Canudos)*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 18.

foi precipitado por uma crise”.⁸⁸⁸ Assim sendo, o desastre de Alcácer Quibir e a perda da independência, foram eleitos como os acontecimentos do início do *ricorso* descente, precisamente no momento em que se consolidava a Colonização.

Para Euclides da Cunha esta caracterização, ao nível das mentalidades, se prolongara também para o Brasil, já “extinto” no litoral, ainda continuava “intacto” pelos sertões “um grande legado de abusões extravagantes”. Por outras palavras,

Trouxeram-no as gentes impressionáveis, que afluíram para a nossa terra, depois de desfeito no Oriente o sonho miraculoso da Índia. Vinham eivadas de misticismo feroz, em que o fervor religioso reverberava à candência forte das fogueiras inquisitoriais, lavrando intensas na Península. Eram frações do mesmo povo que em Lisboa, sob a obsessão dolorosa dos milagres e assaltado de súbitas alucinações, via, sobre o paço dos reis, ataúdes agoureiros, línguas de flamas misteriosas, catervas de mouros de albornoses brancos, passando processionalmente; combates de paladinos nas alturas. E da mesma gente que após Alcácer Quibir, em plena “caxequia nacional”, segundo o dizer vigoroso de Oliveira Martins, procurava, ante a ruína iminente, como salvação única a fórmula superior das esperanças messiânicas.⁸⁸⁹

A isto, na mesma *História de Portugal*, Oliveira Martins chamou, como vimos, *sebastianismo*.

Euclides traçou literalmente um paralelo com a componente messiânica portuguesa, aguçada após o desastre de Alcácer Quibir (1578), quando Martins invocou o quadro da tragédia e da esperança pelo milagre, que não poderia vir mais dos homens, mas projetada na ancoragem da “esperança messiânica”. Pois bem, ao citar o historiador português e ao referir-se ao modo como diagnosticou a “caxequia nacional”, Euclides também conhecia o contexto e o correlato diagnóstico que Martins fez da gênese e das características da mentalidade messiânico-sebástica que então estava a se gestar naquela sociedade, tanto mais que ele, sendo o “sintoma superior da caxequia nacional, levava o povo a confiar indiscutivelmente num milagre próximo.”⁸⁹⁰

O cenário que se deslumbra nos sertões do Brasil – reforçando toda a tese já exposta em partes anteriores da obra – viria só a dar respaldo ao argumento euclidiano. É que, para ele, a reação da gente sertaneja, eivada do “misticismo”, herança “miscigenada” dos três grupos étnicos, tinha prevalecido mais forte a partir daquele que tinha uma “índole superior” e que se exprimia numa religiosidade não institucionalizada e de fundo messiânico.

⁸⁸⁸ MARTINS, J. P. de Oliveira. *Op.cit.*, p. 44-45.

⁸⁸⁹ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões...*, p. 141.

⁸⁹⁰ MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal...*, p. 77.

Constatando isso, Euclides saiu do paralelo com a “Vendéia” (revolta dos camponeses franceses) para dar particular atenção ao referencial português a que o viver insulado num meio agreste deu uma sobrevivência de três séculos em relação ao tempo em que se iniciou, embora não deixasse de ecoar, também, uma dimensão política daquela ação. Dessa forma:

Considerando as agitações sertanejas, hoje, e os messias insanos que as provocam, irresistivelmente nos assaltam, empolgantes, as figuras dos profetas peninsulares de outrora – o rei *de Penamacor*, o rei da *Ericeira*, errantes pelas faldas das serras, devotados ao martírio, arrebatando na mesma idealização, na mesma insânia, no mesmo sonho doentio, as multidões apavoradas.

Esta justaposição histórica calca-se sobre três séculos. Mas é exata, completa, sem dobrar. Imobilizado o tempo sobre a rústica sociedade sertaneja, despeada do movimento geral da evolução humana, ela respira ainda na mesma atmosfera moral dos iluminados que enalçavam, doudos, o Miguelinho ou o Bandarra. Nem lhe falta, para completar o símile, o misticismo político do *Sebastianismo*. Extinto em Portugal, ele persiste todo, hoje, de modo singularmente impressionador nos sertões do norte.⁸⁹¹

Explicando melhor: se, em Portugal, em fins do século XIX, o *sebastianismo* se tinha tornado um tema literário e de história, no Brasil ele constituía uma sobrevivência póstuma só possível numa sociedade em que o *meio* e a *história* quase os tinham tornado invisíveis e únicos.

Quando se busca compreender um tópico tangencial na obra de Euclides da Cunha é que se nota melhor o seu recurso narrativo e, neste sentido, uma observação tem de ser feita à sua exposição. Nela, nada é exaustivo, embora alguns pontos sejam repetitivos, fruto dos diferentes momentos em que o trabalho foi escrito. A apropriação de Oliveira Martins, quanto ao *sebastianismo*, é um exemplo disto. De certo modo, esta maneira de condensar as ideias condicionou o caminho de muitas interpretações de seu trabalho, onde o *sebastianismo* ora aparece subvalorizado, ou então, surge no meio de muitas incompreensões e superficialidades⁸⁹², o que nos leva a uma reflexão sobre o impacto dos escritos de Martins no Brasil da virada do século XIX para inícios do XX.

Ao se apropriar da leitura de Oliveira Martins, Euclides da Cunha será uma exceção, ao lado de Manoel Bomfim, à intelectualidade brasileira da época, mais afoita ao pensamento positivista e que não via o *sebastianismo* como um tema a ser levado a sério. Daí, também, a

⁸⁹¹ MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal...*, p. 141.

⁸⁹² ANDRADE, Olímpio de Souza. Organização e Comentários. In: CUNHA, Euclides da. *Caderneta de Campo*. Rio de Janeiro: Cadernos da Biblioteca Nacional, 2009. Em suas anotações, Euclides fez referências com anotações a algumas obras de Oliveira Martins, como *As Raças Humanas e Civilização Primitiva*, v. 1, equivocadamente atribuída por Olímpio de Souza Andrade à *Teoria do Socialismo*, também lida na sua fase entusiasta do socialismo. p. 302; p. 369.

limitação dos críticos – e mesmo de estudos mais recentes – que não passam da *citação da citação*.⁸⁹³ Constatação sintomática se for levada em consideração o montante de críticas e estudos lançados sobre *Os Sertões* e onde o *sebastianismo*, em sua leitura martiniana, não foi explorado. É evidente que a chamada “geração de 70” portuguesa foi leitura obrigatória da intelectualidade brasileira de fins do século XIX, além de Oliveira Martins⁸⁹⁴, Alexandre Herculano, Antero de Quental, Ramalho Ortigão, Eça de Queiroz, Teófilo Braga, Camilo Castelo Branco, Guerra Junqueiro e Pinheiro Chagas, que travaram amizades com Eduardo Prado, Sílvio Romero, Machado de Assis e outros. Euclides da Cunha não se encontra neste rol.

De acordo com Isabel Pires Lima, a “geração de 70” portuguesa tem interesse para o Brasil pelas seguintes linhas de força: “a consciência pessimista de Portugal como um país decadente; a busca da identidade de um possível ressurgimento; o seu “francesismo”, para usar a expressão queirosiana; as relações privilegiadas com o Brasil; o seu envolvimento jornalístico.”⁸⁹⁵ À exceção de Sampaio Bruno, Euclides da Cunha, antes de *Os Sertões*, ainda não tinha galgado ao almejado espaço dos intelectuais luso-brasileiros.

Esta sua escolha deve ser assinalada, pois, em outros intelectuais brasileiros, como Sílvio Romero, em *Provocações e Debates*, a preferência ia para Pinheiro Chagas que, segundo ele, teria escrito a verdadeira *História de Portugal*. Por suas palavras: “nessa portentosa História de Portugal, a única completa que existe, onde sentimos viverem os tempos, como se estivéssemos no meio deles.”⁸⁹⁶ Ora, o polêmico Sílvio Romero não deixou de lançar críticas à lógica martiniana de abordagem e de valorização do *sebastianismo* no âmbito da história portuguesa:

Quanto ao *Sebastianismo*, devaneio *semitizante*, ligado ao *celticismo* das melancolias intoleráveis e das viagens às *Ilhas encantadas*, atrás do *S. Graal* e do *S. Brandão*, eu o julgo ainda mais impróprio para definir o gênio da valorosa nação portuguesa entre as demais nações do mundo. Não, não é possível, não o deve ser pelo menos, que se tomem os augúrios de um sapateiro mentecapto de Trancoso, as visagens dum histórico como Frei Gil de Santarém, as fantasmagorias doentias do Padre Antônio Vieira,

⁸⁹³ Uma exceção deve ser dirigida às reflexões de FRANCHETTI, Paulo. Oliveira Martins e o Brasil...

⁸⁹⁴ Ver: MATOS, Sérgio Campos. Portugal e Brasil: crônicas esquecidas de Oliveira Martins. In: MARTINS, J. P. de Oliveira. *Portugal e Brasil* (1875). Lisboa: Centro de História/Universidade de Lisboa, 2005. p. 7-32; FRANCHETTI, Paulo. *op. cit.*; PAREDES, Marçal de Menezes. *op. cit.*; SERPA, Élio Cantalício; CAMPIGOTO, José Adilçon. Oliveira Martins e Afonso Arinos: regiões e tragicidades. *Historia da Historiografia*, Ouro Preto, n. 10, p. 54-74, dez. 2012.

⁸⁹⁵ LIMA, Isabel Pires. Prefácio. In: BERRINI, Beatriz. *Brasil e Portugal: a geração de 70*. Porto: Campo das Letras, 2003. p. 11.

⁸⁹⁶ ROMERO, Sílvio. *Provocações e Debates: contribuições para o estudo do Brasil social*. Porto: Livraria Chardron, 1910. p. 257.

evidentemente desequilibrado naquela fase, que se tomem tais sintomas mórbidos por uma das expressões mais autênticas, mais genuínas, mais adequadas, mais eminentes do caráter e do gênio português.

Por mais que os Jesuítas forjassem o mito e o enfeitassem, para seu uso e conveniências, sempre me pareceu suspeito aceitá-lo como expoente psicológico dos compatriotas de Pombal.⁸⁹⁷

Entretanto, a crítica mais ferrenha de Sílvio Romero ao pensamento martiniano, talvez seja a que fez ao seu conterrâneo, o sergipano Manoel Bomfim – um médico que, entre os intelectuais brasileiros de sua geração, foi o que mais se inspirou nos trabalhos de Oliveira Martins para compreender o Brasil. É exemplar a recensão da obra *América Latina* (1906), quando a refrega entre Sílvio Romero e Manoel Bomfim ganhou ares de depreciações recíprocas e pessoais. Se uma das críticas de Romero a Bomfim consistia na sua leitura, ou melhor, quase que reprodução das reflexões de Oliveira Martins sobre a tese da “decadência” dos povos peninsulares, não deixou também de convocar a sua leitura depreciativa do *sebastianismo* com o intuito de desqualificar o médico-escritor, nomeando-o como “o nosso ilustre dr. Manoel – o *Invejado*, espécie de D. Sebastião – o *Encoberto*.”⁸⁹⁸

Debate intenso que recaia sobre as “heranças de Portugal” quando se construiu uma rede discursiva onde a figura de Sílvio Romero talvez seja justamente um ponto de (des)encontro: de Pinheiro Chagas, o elogio à sua *História de Portugal*; de Teófilo Braga, questiona o celtismo; de Oliveira Martins, o *sebastianismo*; de Manoel Bomfim, a sua apropriação de Martins sobre a decadência dos povos peninsulares; de Euclides da Cunha, o elogio, pelo livro-denúncia, mas um silêncio em relação *sebastianismo*.⁸⁹⁹

7.2.2 Entre o fanatismo e a fé: o “exemplo” da Pedra Bonita e o caso de Canudos

Visto por outro ângulo, e aproveitando todo o repertório anteriormente exposto, temos agora condições de fazer uma exposição mais clara sobre a leitura que Euclides da Cunha

⁸⁹⁷ ROMERO, Sílvio. *Provocações e Debates*: contribuições para o estudo do Brasil social. Porto: Livraria Chardron, 1910. p. 248. (Grifo do autor).

⁸⁹⁸ Na polêmica com Bomfim, Romero inova ao criar o epíteto “Bonfim: O Invejado”. O pensamento de Oliveira Martins também serviu de inspiração para Afonso Arinos em *Lendas e Tradições Brasileiras* (1917), ver: SERPA, Élio Cantalício; CAMPIGOTO, José Adilçom. Oliveira Martins e Afonso Arinos: regiões e tragicidades. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 10, p. 54-74, dez. 2012. *op. cit.*

⁸⁹⁹ Em seu discurso de apresentação de Euclides da Cunha na ABL, Romero destacou que o “livro não é um produto de literatura fácil, ou de politiquismos irrequietos. É um sério e fundo estudo social de nosso povo que tem sido o objeto de vossas constantes pesquisas, de vossas leituras, de vossas observações diretas, de vossas viagens, de vossas meditações de toda hora.” ROMERO, Sílvio. Discurso pronunciado aos 18 de dezembro de 1906, por ocasião da recepção do Dr. Euclides da Cunha na Academia Brasileira de Letras. In: NASCIMENTO, José Leonardo do; FACIOLI, Valentim (org.). *Juízos Críticos*: Os sertões e os olhares de sua época. São Paulo: Nankin Editorial; Unesp, 2003. p. 138.

construiu do *sebastianismo* e do episódio da “Pedra Bonita”, em consonância com o universo religioso do “sertanejo” e de Canudos. Nesta perspectiva, teceu uma leitura particular do beato Antônio Conselheiro, deslocando-o do campo da “loucura” e do “fanatismo” para nomeá-lo como um “retrógrado”; e da convocação, em situações específicas, de D. Sebastião. Em cima disso, compôs a sua *literariedade*.

Ora, na perspectiva teórica exposta até então, o “homem do sertão” encontrava-se numa fase evolutiva que, em função de seu “atavismo”, determinaria uma “psicologia especial”, associada diretamente a sua relação com o *meio* (embora susceptível às variabilidades). Deste estado, resultou o “apelar constante para o maravilhoso, esta condição inferior de pupilo estúpido da divindade. Em paragens mais remansadas a necessidade de uma tutela sobrenatural não seria tão imperiosa.”⁹⁰⁰

É que, naquelas “paragens” sertanejas, o observador/viandante depara-se, surpreendentemente, com uma forma especial de lidar com o *tempo* – “indiferença fatalista pelo futuro” – ao passo que se exalta a sua prática religiosa, e com a *história*, herança cultural dos missionários cujas apropriações, por parte daquela gente, deu-se de forma particular, pois “como um palimpsesto, a consciência imperfeita dos matutos revela nas quadras agitadas, rompendo dentre os ideais belíssimos do catolicismo incompreendido, todos os estigmas de estado inferior.”⁹⁰¹ Com os “estigmas de estado inferior”, quer-se reforçar a tese negativizada da “mestiçagem de crenças” num universo religioso norteador por um “catolicismo incompreendido” e, portanto, assim como a raça, por uma “religiosidade indefinida”.⁹⁰²

Como que lidando com o universo do *outro*, o observador (ainda mergulhado na euforia da “descoberta”) não deixa de se encantar com a forma como a “família sertaneja” lida com a “morte” cujo culto é descrito da seguinte maneira:

O culto dos mortos é impressionador. Nos lugares remotos, longe dos povoados, inhumam-nos à beira das estradas, para que não fiquem de todo abandonados, para que os rodeiem sempre as preces dos viandantes, para que nos ângulos da cruz deponham estes, sempre, uma flor, um ramo, uma recordação fugaz mas renovada sempre. E o vaqueiro que segue arrebatadamente, estaca, prestes, o cavalo, ante o humilde momento – uma

⁹⁰⁰ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões...*, p. 142.

⁹⁰¹ CUNHA, Euclides da. *Op.cit.*

⁹⁰² Ver: AZZI, Riolando. A atuação da Igreja no Nordeste no século passado (a propósito de três publicações recentes). *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v. 42, fasc. 165, p. 110-120, mar. 1982; AZZI, Riolando. As Romarias de Juazeiro: catolicismo luso-brasileiro versus catolicismo romanizado. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v. 51, fasc. 202, p. 332-352, jun. 1991; CERTEAU, Michel de. Culturas Populares. In: _____. *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 75-90.

cruz sobre pedras arrumadas – e, a cabeça descoberta, passa vagaroso, rezando pela salvação de quem ele nunca viu talvez, talvez de um inimigo.

A terra é o exílio insuportável, o morto um bem-aventurado sempre.⁹⁰³

Esta imagem de encanto, contudo, logo se desfaz, quando convoca o seu oposto, a religiosidade do homem do sertão também tinha seus aspectos chocantes, que lhe impactam não apenas pelo “desvio”, mas por poder ser elevada a um nível inimaginável de brutalidade. Aqui, o autor inseriu o episódio sebastico da “Pedra Bonita” (onde a “pedra” era o caminho para a transformação daquele mundo através do “desencanto” de D. Sebastião) e, mais uma vez, a relação do *homem* com o *meio* vem reforçar a sua tese.

Para Euclides, mergulhando em um universo a ser ainda desbravado, sobre o qual o conhecimento ainda se mostra limitado, pois “as agitações sertanejas, do Maranhão à Bahia, não tiveram ainda um historiador. Não as esboçaremos sequer. Tomemos um fato, entre muitos, ao acaso.”⁹⁰⁴ Detemo-nos um pouco nesta passagem: é comum o autor utilizar o recurso da “exemplificação” para a costura de seu argumento, e neste caso, em especial, não é um exemplo qualquer: a “Pedra Bonita” foi sendo construída discursivamente como um referencial “barbarizado” da crença sebastica no Brasil dos Oitocentos, conforme já vimos anteriormente.

Mas, atente-se para outra questão: a expressão “não tiveram ainda um historiador” não é fortuita. Na verdade, conforme expressou em sua rica – e única – conferência sobre o poeta Castro Alves (1847-1871), havia um tesouro riquíssimo a ser investigado sobre o Brasil, sobretudo os vários conflitos ocorridos durante o Império.⁹⁰⁵ Para uma exemplaridade, deixou de lado outros episódios, tidos também como de cunho sebastianistas, como o da “Serra do Rodeador”, e retomou o repertório da “Pedra Bonita”, tendo como base o texto do psiquiatra e antropólogo legista Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906).⁹⁰⁶

⁹⁰³ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões...*, p. 143.

⁹⁰⁴ CUNHA, Euclides da. *Op.cit.*, p. 142.

⁹⁰⁵ CUNHA, Euclides da. [Carta] 30 mar. 1903. Lorena [para] Araripe Júnior. In: CUNHA, Euclides da. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Aguilar Editôra, 1966. v. 2, p. 628; CUNHA, Euclides da. Castro Alves e seu tempo. In: _____. *Trabalhos Esparsos de Euclides da Cunha*. Organização de José Murilo de Carvalho, Alberto Venâncio Filho e Affonso Arinos de Mello Franco. Rio de Janeiro: ABL, 2009. p. 96-120;

⁹⁰⁶ RODRIGUES, Raimundo Nina. A loucura epidêmica de Canudos. In: _____. *As Coletividades Anormais*. Brasília: Senado Federal, 2006. p. 41-50. Nina Rodrigues teve por base o trabalho de Attico de Souza Leite. Contudo, o leitor menos avisado pensaria que Euclides teria também se inspirado no trabalho de Araripe Júnior, mas conforme o mesmo revela, será apenas na sua segunda edição que fará referência, em nota de rodapé, ao *Reino Encantado*. Ver: CUNHA, Euclides da. [Carta] 30 mar. 1903. Lorena [para] Araripe Júnior. In: CUNHA, Euclides da. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Aguilar Editôra, 1966. v. 2, p. 628: “Sobre a Pedra Bonita, leia-se o livro de Araripe Júnior, o “Reino Encantado”, onde, o acontecimento, brilhantemente romanceado, se desdobra com todos os seus aspectos emocionantes.” Ver: CUNHA, Euclides da. *Os Sertões...*, p. 148.

A partir deste “exemplo”, a descrição do fenômeno sebástico vem em reforço da tese que o autor esboçou em relação ao interesse especial de compreender/explicar o “heroísmo” sertanejo, admiravelmente resistente às incursões do exército no campo de batalha. Contudo, não deixou de reproduzir as imagens de repugnância aos componentes ritualísticos promovidos pelos sectários da “Pedra Bonita”:

No termo de Pajeú, em Pernambuco, os últimos rebentos das formações graníticas da costa se alteiam, em formas caprichosas, na serra *Talhada*, dominando, majestosos, toda a região em torno e convergindo em largo anfiteatro acessível apenas por estreita garganta, entre muralhas a prumo. No âmbito daquele, como púlpito gigantesco, ergue-se um destacado – *a Pedra Bonita*.

Este lugar foi, em 1837, teatro de cenas que recordam as sinistras solenidades religiosas dos Achantis. Um mameluco ou cafuzo, um iluminado, ali congregou toda a população dos lugares mais próximos e, engrimpando-se à pedra, anunciava, convicto, o próximo advento do reino encantado do rei D. Sebastião. Quebrada a pedra, a que subira, não a pancadas de marreta, mas pela ação miraculosa do sangue das crianças, derramando sobre ela em holocausto, o grande rei irromperia envolto de sua guarda fulgurante, castigando, inexorável, a humanidade ingrata, mas cumulando de riquezas os que houvessem contribuído para o *desencanto*.⁹⁰⁷

O tratamento dado ao episódio da “Pedra Bonita” por Euclides veio ao intento do reforço de sua tese maior, demonstrando como nos sertões o “fanatismo” do homem poderia ir de encontro aos preceitos da “civilização” e da “religião” e ser marcado pela insânia, transvio e monstruosidade.

Passou pelo sertão um frêmito de nevrose.

O transviado encontrara meio adequado ao contágio da própria insânia. Em torno da ara monstruosa comprimiam-se as mães erguendo os filhos pequeninos e lutavam, procurando-lhes a primazia do sacrifício. O sangue espadanava sobre a rocha jorrando, acumulando-se em torno; e afirmam os jornais do tempo, em cópia tal que, depois de desfeita aquela lúgubre farsa, era impossível a permanência no lugar infeccionado.⁹⁰⁸

Tais fatos acabaram por balizar um dos referenciais das apropriações sebastianistas no Brasil pelo crivo da “aberração” e da “extrema brutalidade” e que serviu, no argumento euclidiano, como exemplo de um parâmetro da capacidade de fanatismo do “matuto” sertanejo. Por outro lado, a “fé” também ocupou o seu lugar, podendo ser sintetizada na figura

⁹⁰⁷ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões...*, p. 143-144. (Grifo do autor).

⁹⁰⁸ CUNHA, Euclides da. *Op.cit.*, p. 144.

emblemática de Antônio Conselheiro, sedimentada por vários discursos que o nomearam pelo crivo da “loucura”, do “fanatismo”, da “bandidagem”, de “monarquista” e “sebastianista”.⁹⁰⁹

Ora, conforme já vimos, Euclides da Cunha trata da noção do “insulamento” ao explorar os grupos étnicos formadores da população sertaneja e, ao mesmo tempo busca explicar a defasagem, em termos de níveis evolutivos (por isso, histórico-temporais), em relação à sociedade litorânea. Por outro lado, não deixou de sublinhar que, na dimensão da religiosidade, o sertanejo poderia chegar a níveis extremos de “barbárie” (deu-se o exemplo da “Pedra Bonita”). Faltava agora, para o fechamento deste percurso, trilhar pelas rotas da fé, canalizada pelo autor na emblemática figura do beato Antônio Conselheiro, o fundador do arraial do Belo Monte. Ele foi como aquele personagem que sintetizava “ideias-tipo”⁹¹⁰ que, num momento de irrupção, como foi o conflito, trazia consigo todos os “temperamentos” do meio e da gente que o gestou.⁹¹¹

Para esta análise, o autor fez mesmo uma aproximação entre o *geólogo* e o *historiador*, retomando a formação do engenheiro, e se apropriando novamente dos discursos de Nina Rodrigues⁹¹², numa clara postura que insere o beato Antônio Conselheiro como que sublevando das camadas mais “profundas da nossa estratificação étnica”:

Da mesma forma que o geólogo interpretando a inclinação e a orientação dos estratos truncados de antigas formações esboça o perfil de uma montanha extinta, o historiador só pode avaliar a altitude daquele homem, que por si nada valeu, considerando a psicologia da sociedade que o criou. Isolado, ele se perde na turba dos nevróticos vulgares. Pode ser incluído numa modalidade qualquer de psicose progressiva. Mas posto em função do meio, assombra. É uma diátese, e é uma síntese. As fases singulares da sua existência não são, talvez, períodos sucessivos de uma moléstia grave, mas são, com certeza, resumo abreviado dos aspectos predominantes de mal social gravíssimo. Por isto o infeliz destinado à solicitude dos médicos, veio, arrojado por uma potência superior, bater de encontro a uma civilização, indo para a história como poderia ter ido para o hospício.⁹¹³

⁹⁰⁹ GAUDÊNCIO, Edmundo de Oliveira. *Sociologia da Maldade & Maldade da Sociologia*: arqueologia do bandido. 2004. 436f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 2004; NOGUEIRA, Ataliba. *Antônio Conselheiro e Canudos*: revisão histórica. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

⁹¹⁰ Ver: CATROGA, Fernando. A historiografia de Oliveira Martins (entre as artes e as ciências sociais). *Separata da Revista da Universidade de Coimbra*, v. 38, p. 447, (1995) 2001.

⁹¹¹ Ver: GAUDÊNCIO, Edmundo de Oliveira. *Sociologia da Maldade & Maldade da Sociologia...*

⁹¹² RODRIGUES, Raimundo Nina. A loucura epidêmica de Canudos..., p. 41-42

⁹¹³ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões...*, p. 149.

Assim, a sua análise sobre o “homem sertanejo” chegará ao ápice quando focaliza na figura enigmática (e demonizada pelos republicanos⁹¹⁴) do beato Antônio Conselheiro, como que retomando a noção de “personagem-tipo” e deslocando do macro para o micro, o exemplo típico em que se encerra toda aquela sociedade. É que seguindo os ensinamentos de Nina Rodrigues, Gustave Le Bon, Ludwig Gumplowitz e Herbert Spencer, em suas especificidades, Euclides da Cunha acredita que todos os caracteres estariam resumidos naquela “individualidade.”⁹¹⁵

Todas as crenças ingênuas, do fetichismo bárbaro às aberrações católicas, todas as tendências impulsivas das raças inferiores, livremente exercitadas na indisciplina da vida sertaneja, se condensaram no seu misticismo feroz e extravagante. Ele foi, simultaneamente, o elemento ativo e passivo da agitação de que surgiu. O temperamento mais impressionável apenas fê-lo absorver as crenças ambientes, a princípio numa quase passividade pela própria receptividade mórbida do espírito torturado de revezes, e elas refluíram, depois, mais fortemente, sobre o próprio meio de onde haviam partido, partindo da sua consciência delirante.

É difícil traçar no fenômeno a linha divisória entre as tendências pessoais e as tendências coletivas: *a vida resumida do homem é um capítulo abreviado da vida de sua sociedade.*

*Acompanhar a primeira é seguir paralelamente e com mais rapidez a segunda; acompanhá-las juntas é observar a mais completa mutualidade de influxos.*⁹¹⁶

Nem sempre os críticos de Euclides têm levado esta rica leitura do evolucionismo em questão.⁹¹⁷ Ora se entregaram a um processo de construção do mito, ora buscaram problematizar e até mesmo cobrar do autor, seja um maior aprofundamento de algumas questões, seja a relativização da sua leitura determinista. Por entendermos que o seu texto não é necessariamente coerente, foi escrito em diferentes situações e condições, tentamos acompanhar os seus passos, as suas observações e a forma como encaminhou o seu intento: a

⁹¹⁴ Ver GALVÃO, Walnice Nogueira. *No Calor da Hora: a guerra de Canudos nos jornais* (quarta expedição). São Paulo: Ática, 1977; SAMPAIO NETO, José Augusto Vaz *et al.* *Canudos: subsídios para a sua reavaliação histórica*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.

⁹¹⁵ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões...*, p. 150. Sobre a problemática, ver: SPENCER, Herbert. *Homem versus Estado*. Lisboa: Alfabeta, 2011 (1ª edição inglesa 1884); CLASTRES, Pierre. *A Sociedade Contra o Estado: pesquisas de antropologia política*. São Paulo: COSACNAIFY, 2003.

⁹¹⁶ CUNHA, Euclides da. *Op.cit.*, p. 150. (Grifo nosso).

⁹¹⁷ Ver: LIMA, Luiz Costa. Euclides e psicologia do fim do século. In: _____. *Terra Ignota: a construção de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p. 60-85.

releitura dos discursos de viajantes, a visão crítica dos jacobinos radicais⁹¹⁸ e o desejo de compor uma literatura que não se encerrava numa perspectiva meramente estética.⁹¹⁹

É deste lugar que, em última análise, estuda o enigmático Conselheiro e, de forma tangencial, nos ajuda a pensar na temática do *sebastianismo* – numa leitura também diferenciada das abordagens anteriormente feitas sobre o fenômeno no Brasil e, pela concepção teórica que trilhou, aproxima-se daquilo que já havia sido explorado por Oliveira Martins, sobretudo quando, em seus últimos estudos, deu relevância ao trabalho biográfico e donde sobressaíram as figuras de Nuno Alvares Pereira, “o Condestável”, e os filhos de D. João I, o “Príncipe Perfeito”.⁹²⁰ No caso brasileiro, traçar a biografia de Conselheiro, era buscar naquele a constatação de um “documento raro de atavismo.”⁹²¹ Por tal constatação, tem-se uma “regressão” e na voz daquele grande homem, a tradução de sua sociedade. Para esta discussão, numa releitura de Nina Rodrigues, Euclides fez um paralelo entre o *médico* e o *antropólogo*, distanciando-se da visão unilateral daquele:

A sua constituição mórbida levando-o a interpretar caprichosamente as condições objetivas, e alterando-lhe as relações com o mundo exterior, traduz-se fundamentalmente como uma regressão ao estágio mental dos tipos ancestrais da espécie.

Evitada a intrusão dispensável de um médico, um antropologista encontrá-lo-ia normal, marcando logicamente certo nível da mentalidade humana, recuando no tempo, fixando uma fase remota da evolução. O que o primeiro caracterizaria como caso franco de delírio sistematizado, na fase persecutória ou de grandezas, o segundo indicaria como fenômeno de incompatibilidade com as condições superiores da civilização – um anacronismo palmar, a revivescência de atributos remotíssimos. Os traços mais típicos do seu misticismo estranho, mas naturalíssimo para nós, já foram, dentro de nossa era, manifestações religiosas vulgares. Deixando mesmo de lado o influxo das raças inferiores, vimo-las há pouco, de relance, em período angustioso da vida portuguesa.⁹²²

Estes pontos vêm a reforçar as noções anteriormente expostas por Euclides da Cunha: o “insulamento” e a “regressão”, como “recuos” a outras temporalidades. E, mais ainda, a Portugal, ao cenário da crise em que se construiu o *sebastianismo*, um momento excepcional (século XVI) como agora o era (1897). Outro argumento levou Euclides mais longe, ao buscar

⁹¹⁸ No texto “Nativismo Provisório”, além da crítica aos jacobinos, fala da falta de “integridade étnica” no Brasil. Ver: CUNHA, Euclides da. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Aguilar Editora, 1966. p. 187-190.

⁹¹⁹ O próprio trata disto na sua conferência sobre “Castro Alves e seu tempo”. CUNHA, Euclides da. *Trabalhos Esparsos de Euclides da Cunha*. Organização de José Murilo de Carvalho, Alberto Venâncio Filho e Affonso Arinos de Mello Franco. Rio de Janeiro: ABL, 2009. p. 116-117.

⁹²⁰ CATROGA, Fernando. A historiografia de Oliveira Martins (entre as artes e as ciências sociais)..., p. 445.

⁹²¹ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões...*, p. 151.

⁹²² CUNHA, Euclides da. *Op.cit.*, p. 151.

também o paralelo na Antiguidade (o cristianismo dos primeiros séculos) e vê-se em Conselheiro um “símile”, “a história se repete”: a aparente loucura é uma projeção para a salvação e a “sua biografia compendia e resume a existência da sociedade sertaneja. Esclarece o conceito etiológico da doença que o vitimou.”⁹²³

A biografia de Antônio Vicente Mendes Maciel, nascido em Quixeramobim, Província do Ceará (Euclides se baseia nos relatos do coronel João Brígido dos Santos⁹²⁴), em 1830, e morto, em Canudos, aos 22 de setembro de 1897, reforça a sua trágica história, investida tanto de sacralidade quanto de infâmia. Membro de uma família que mantinha uma longa rixa com os Araújo, a partir de 1858 começa a sua vida dramática quando é traído por sua mulher. Desloca-se regularmente pelo interior do Ceará, onde também exerceu vários ofícios (caixeiro-viajante, professor e rábula) e, depois de 10 anos, reapareceu no interior da Bahia.

Como que fascinado por ele, Euclides tentou, pela biografia, seguir os seus passos.⁹²⁵ Recompôs a sua trajetória pelos sertões, do Ceará à Bahia, e como propagador de ideias religiosas, baseadas, sobretudo, na leitura da *Missão Abreviada*⁹²⁶ e das *Horas Marianas*.⁹²⁷ De onde, a defesa de ideias pautadas por uma forte componente cristã, de penitência, apocalipse e projeção no “fim do mundo”. Contudo, há alguns limites para a história e construção deste personagem, visto como fanático e louco, mas que na abordagem de Euclides tal noção requeria cautela concebendo a sua biografia como um resumo da sua própria sociedade e de seus fatores etnológicos:

Parou ali indefinidamente, nas fronteiras oscilantes da loucura, nessa zona mental em que se confundem facínoras e heróis, reformadores brilhantes e aleijões tacanhos, em que se acotovelam gênios e degenerados. Não a transpôs. Recalcado pela disciplina vigorosa de uma sociedade culta, a sua nevrose explodiria na revolta, o seu misticismo comprimido esmagaria a razão. Ali, vibrando a primeira uníssona com o sentimento ambiente, difundido o segundo pelas almas todas que em torno se congregavam, se normalizaram.

⁹²³ *Id.*, p. 152. Há historiadores que questionam o uso de mimetismos por parte de Euclides da Cunha, seja na convocatória de Oliveira Martins, seja na dos cristãos dos primeiros séculos de nossa era. Na nossa concepção, sem este recurso o trabalho não teria conseguido articular a sua tese sobre o “sertanejo”. Ver: VILLA, Marco Antonio. *Canudos: o povo da terra*. São Paulo: Editora Ática, 1995. p. 243.

⁹²⁴ SANTOS, João Brígido dos. *Homens e fatos do Ceará*. Fortaleza: Typographia Universal, 1899.

⁹²⁵ VENTURA, Roberto. *Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha...*

⁹²⁶ Este livro consistia num manual de cerca de mil páginas, de autoria do missionário português José Gonçalves Couto, em 1873, e que “era destinado a acompanhar pregadores e missionários em suas atividades”. Em síntese, voltava-se para uma “dura teologia do pecado”. Ver: BARTELT, Dawid Danilo. *Sertão, República e Nação...*, p. 81; CALASANS, José. *O Ciclo Folclórico do Bom Jesus Conselheiro: contribuição ao estudo da Campanha de Canudos*. Salvador: EDUFBA, 2002. p. 43-50 (1ª. edição 1950); LEVINE, Robert. A visão do Conselheiro. In: _____. *O Sertão Prometido: o massacre de Canudos*. São Paulo: Edusp, 1995. 275-305.

⁹²⁷ Consiste num livro de orações e que foi muito lido por portugueses e brasileiros no século XIX. Ver CALASANS, José. Euclides da Cunha nos jornais da Bahia..., p. 50-51.

O fator psicológico, que cultivara a psicose mística do indivíduo, limitou-a sem a comprimir, numa harmonia salvadora. De sorte que o espírito aparelhado para a rebeldia franca contra a ordem natural, cedeu à única reação de que era passível. Cristalizou num ambiente propício de erros e superstições comuns.⁹²⁸

Ao buscar exemplos antigos, com certa relativização, a tessitura da biografia do Conselheiro ganhou novos contornos e demonstrou que os insanos de hoje podem ter sido os “normais” em outras épocas. Este argumento é extremamente importante para atenuar o viés determinista e depreciativo que se lançou contra o beato. Elementos/argumentos eivados de “arcaísmos” e “atavismos” marcaram a leitura euclidiana do Conselheiro, pois se assemelhava mais a um “retardatário”, concepção que o distancia de Nina Rodrigues que, em seu estudo, o apresentou a partir de um diagnóstico clínico e para quem Canudos se explicava pela “loucura epidêmica”.⁹²⁹ A leitura de Euclides foi mais ampla:

Paranóico indiferente, tal classificação, talvez, mesmo não lhe possa ser ajustada, inteira. A regressão ideativa que patenteou, caracterizando-lhe o temperamento vesânico, é, certo, um caso notável de degenerescência intelectual, mas não o isolou – incompreendido, retrógrado, rebelde – no meio em que agiu.

Ao contrário, este o fortaleceu. Era o profeta inspirado, o emissário das alturas, transfigurado por ilapso estupendo, mas adstrito a todas as contingências humanas, passível do sofrimento e da morte, e tendo uma função exclusiva: apontar aos transviados o caminho da salvação. Satisfez-se sempre com este papel de delegado dos céus. Não foi além.⁹³⁰

Na perspectiva de Euclides da Cunha, Antônio Conselheiro era um personagem diferenciado cuja análise poderia dar alguns ensinamentos, inclusive sobre as particularidades de nossa *nacionalidade*. Sob este duplo ponto de vista, Euclides conceituou esta figura enigmática a partir da sua exteriorização como uma “tradução” da indefinição das três raças:

No seio de uma sociedade primitiva que pelas qualidades étnicas e influxo das *santas missões* malévolas compreendia melhor a vida pelo incompreendido dos milagres, o seu viver misterioso rodeou-o logo de não vulgar prestígio, agravando-lhe, talvez, o temperamento delirante. A pouco e pouco todo o domínio que, sem cálculo, derramava em torno, parece haver refluído sobre si mesmo.

⁹²⁸ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões...*, p. 153.

⁹²⁹ Sobre esta questão, ver: LIMA, Luiz Costa. *Euclides da Cunha: contrastes e confrontos do Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto; PETROBRÁS, 2000. p. 35-36; GAUDÊNCIO, Edmundo de Oliveira. *Sociologia da Maldade & Maldade da Sociologia...*, p. 318-337.

⁹³⁰ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões...*, p. 152.

Todas as conjecturas ou lendas que para logo o circundaram fizeram o ambiente propício ao germinar do próprio desvario. A sua insânia estava, ali, exteriorizada.⁹³¹

E Conselheiro era o guia desta sociedade primitiva que:

Precisava de alguém que traduzisse a sua idealização indefinida, e a guiasse nas trilhas misteriosas para os céus.
O evangelizador surgiu, monstruoso, mas autômato.
Aquele dominador foi um títere. Agiu passivo, como uma sombra. Mas condensava o obscurantismo de três raças.
E cresceu tanto que se projetou na História.⁹³²

Apareceu em 1876, de camisolão comprido, em Itapicuru de Cima, interior da Bahia, preso, pela acusação de ter matado a mãe, volta ao Ceará. Inocentado e solto, vagueia entre 1877 e 1887 novamente pelos sertões da Bahia fazendo obras (cemitério, capelas, igrejas). Sua imagem era poderosa, a de “um bufão arrebatado numa visão apocalíptica”⁹³³, e atraía multidões que ficavam extasiadas com os seus prosélitos e prédicas, lutando contra a República, maçons e protestantes.⁹³⁴ Convocando um texto de Renan (*Marco Aurélio*⁹³⁵), que “faz ressurgir, pelo galvanismo do seu belo estilo, os adouçados chefes de seita dos primeiros séculos, nota-se a revivescência integral de suas aberrações extintas. Não há desejar mais completa reprodução do mesmo sistema, das mesmas imagens, das mesmas fórmulas hiperbólicas, das mesmas palavras quase.”⁹³⁶

É um exemplo belíssimo da identidade dos estados evolutivos entre os povos.
O retrógrado do sertão reproduz o facies dos místicos do passado.
Considerando-o, sente-se o efeito maravilhoso de uma perspectiva através dos séculos.
Está fora do nosso tempo. Está de todo entre esses retardatários que Fouillée compara, em imagem feliz, a *des coureurs sur le champs de la civilisation, de plus en plus en retard*.⁹³⁷

⁹³¹ CUNHA, Euclides da. *Op.cit.*, p. 163.

⁹³² *Id.*, p. 163.

⁹³³ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões...*, p. 169.

⁹³⁴ Ver: MONTE MARCIANO, Frei João Evangelista de. [*Relatório*]. 1895, ao Arcebispado da Bahia, sobre Antônio Conselheiro e seu séquito no arraial dos Canudos. In: MELLO, Frederico Pernambucano de. *A Guerra Total de Canudos*. São Paulo: A Girafa Editora, 2007. p. 331-343.

⁹³⁵ Ver: RENAN, Ernest. *Marc-Aurèle et la fin du monde antique*. 4. ed. Paris: Calmann Lévy, Editeur, 1882; DOBRORUKA, Vicente. *História e Milenarismo...*, p. 44.

⁹³⁶ CUNHA, Euclides da. *Op.cit.*, p. 169-170.

⁹³⁷ *Id.*, p. 170.

O paralelo do apóstolo sertanejo com o “montanismo” da Frígia, revela, assim como o fez em relação ao *sebastianismo*, uma atualização de uma velha tradição cristã de quase dois mil anos. Pautados por uma leitura com ênfase nas revelações proféticas da Bíblia, ainda se norteava pela difusão da vinda do Anti-Cristo e pela proximidade do fim do mundo. Tentativa de convencer os fiéis a deixarem a vida de pecados e que regressassem para uma vida que seguisse rigorosamente os mandamentos de Deus, cujo teor apocalítico e profético foi amplamente difundido na obra de Euclides, em sua narrativa sobre o Conselheiro.

Além do personagem emblemático, Euclides da Cunha acrescentou ao repertório religioso de Canudos algumas profecias que foram incorporadas ao livro. Ora, conforme já se expôs em outra ocasião, o exercício exegético exige também uma intertextualidade, pois é só a partir da leitura de outras fontes que se pode compreender melhor a temática sebástica convocada pelo autor. Neste sentido, a sua *Caderneta de Campo*⁹³⁸ – apesar de ser ainda o texto no bruto – reforça a tese de que só uma parte do que foi pesquisado se condensou na obra.

Estas profecias teriam sido escritas também no Arraial de Belo Monte, aos 24 de janeiro de 1890, portanto, apenas dois meses após a Proclamação da República, e ocupam um lugar especial na tessitura do enredo euclidiano e foram incorporadas a partir de suas anotações feitas quando da tomada final do arraial de Canudos, aos 5 de outubro de 1897. Sendo um dos tópicos mais citados da obra, há de se ter cautela com a possibilidade de ser um texto apócrifo. É que para a data indicada por Euclides com a da escrita do texto (24 de janeiro de 1890) ainda não havia o arraial do Belo Monte, o que só ocorrerá a partir de 1893.⁹³⁹ De qualquer forma, esta versão é mais ampla e demonstra o caráter apocalíptico e de projeção nos sinais do “fim do mundo”. Por outro lado, estas profecias não deixam de ser uma tentativa de enquadramento ao associá-la ao Conselheiro:

Em 1896 há de rebanhos mil correr da praia para o sertão; então o sertão virará praia e a praia virará sertão.

Em 1897 haverá muito pasto e pouco rasto e um só pastor e um só rebanho.

Em 1898 haverá muitos chapéus e poucas cabeças.

Em 1899 ficarão as águas em sangue e o planeta há de aparecer no nascente com o raio do sol que o ramo se confrontará na terra e a terra em algum lugar se confrontará no céu.

⁹³⁸ De acordo com Olímpio de Sousa Andrade, uma das “cadernetas” de Euclides foi publicada em partes na década de 1930, e completa apenas em 1975, sob a sua organização. Este trabalho, junto a outros textos como artigos de jornais, constituiu-se no material bruto que Euclides burilou para *Os Sertões*. O original do manuscrito foi doado ao IHGB por José Carlos Rodrigues.

⁹³⁹ VILLA, Marco Antônio. *Canudos: o povo da terra*. São Paulo: Editora Ática, 1995. p. 233.

Há de chover uma grande chuva de estrelas e aí será o fim do mundo. Em 1900 se apagarão as luzes. Deus disse no Evangelho: eu tenho um rebanho que anda fora deste aprisco e é preciso que se reúnam porque há um só pastor e um só rebanho!⁹⁴⁰

Alguns escritos encontrados em Canudos, o “espólio mais pobre da História”, davam conta de outras profecias, o que deu reforço à tese até então defendida por Euclides. Elas reforçam o teor apocalíptico e tratavam do juízo final. Era a “prova” que buscava “E no meio desse extravagar adouçado rompendo dentre o messianismo religioso, o messianismo da raça levando-a à insurreição contra a forma republicana”. Mesmo escolhidas ao “acaso”, elas serviam para justificar a incapacidade de Conselheiro, e seus seguidores, para compreender a instituição República, tida como mais elevada. E o “messianismo da raça” nada mais era que um regresso ao estágio em que o cristianismo ainda não tinha se institucionalizado enquanto dogma, era uma volta ao profetismo da Frígia e ao judaísmo e a feição primitiva antes de sua canonização, motivo pelo qual ainda estava sobrecarregado do “sobrenatural” e de proximidades com as componentes messiânicas e milenaristas:

‘Em verdade vos digo, quando as nações brigam com as nações, o Brasil com o Brasil, a Inglaterra com a Inglaterra, a Prússia com a Prússia, das ondas do mar D. Sebastião sairá com todo o seu exército.

‘Desde o princípio do mundo que encantou com todo o seu exército e o restituiu em guerra.

‘E quando encantou-se afinçou a espada na pedra, ela foi até os copos e ele disse: Adeus mundo!

‘Até mil e tantos a dois mil não chegarás!

‘Neste dia quando sair com o seu exército tira a todos no fio da espada desde papel da República.

‘O fim desta guerra se acabará na Santa Casa de Roma e o sangue há de ir até a junta grossa...’⁹⁴¹

A alusão a D. Sebastião e seu exército fazia parte de uma longa tradição, tanto em Portugal, quando das invasões francesas, quanto no Brasil, nos episódios do “Rodeador” e da “Pedra Bonita” (e mesmo na Ilha dos Lençóis, a alusão ao exército de D. Sebastião é feita). O complemento desta profecia (contraposição ao prognóstico da ciência), segundo anotações da *Caderneta*, dava conta da transformação daquele mundo e de onde o mar que tomaria o monte deixaria peixes em abundância.⁹⁴² Como que uma força sedimentada no *tempo* e no *espaço* que viria à superfície, saindo do mar, para trazer a redenção aos sertanejos. É desta

⁹⁴⁰ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões...*, p. 171.

⁹⁴¹ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões...*, p. 172.

⁹⁴² CUNHA, Euclides da. *Caderneta de Campo*. Rio de Janeiro: Cadernos da Biblioteca Nacional, 2009. p. 173.

perspectiva da redenção, de apocalipse e do “reino de mil anos e suas delícias” que Euclides inseriu a figura mítico-imagética de D. Sebastião em suas componentes narrativas, mas específicas ao universo cultural brasileiro, seja na Pedra Bonita, seja em Canudos, transmutada na figura do Conselheiro: “Estas e outras lendas são ainda correntes no sertão. É natural. Espécie de grande homem pelo avesso, Antônio Conselheiro reunia no misticismo doentio todos os erros e superstições que formam o coeficiente de redução da nossa nacionalidade.”⁹⁴³

Canudos seria uma síntese liderada por aquele que arrastava o povo dominado e movido pelos “velhos impulsos ancestrais”, de onde Euclides aproveitou para reforçar a sua tese da “nacionalidade” (concepções que se aproximam das ideias de Renan e de Oliveira Martins), num espaço em que temporalidades diferentes se entrecruzavam. Descreveu, à luz de suas inspirações teóricas, o lugar especial que Canudos ocupava no seu enredo:

Jugulada pelo seu prestígio, a população tinha, engravecidas, todas as condições do estadió social inferior. Na falta da irmandade do sangue, a consanguineidade moral dera-lhe a forma exata de um *clã*, em que as leis eram a vontade do chefe e a justiça as suas decisões arbitrárias. Canudos estereotipava o facies dúbio dos primeiros agrupamentos bárbaros.

O sertanejo simples transmudava-se, penetrando-o, no fanático destemeroso e bruto. Absorvia-o a psicose coletiva. E adotava, ao cabo, o nome até então consagrado aos turbulentos de feira, aos valentões das refregas eleitorais e saqueadores de cidades – *jagunço*.

(...) se fez a comunidade homogênea e uniforme, massa inconsciente e bruta, crescendo sem evoluir, sem órgãos e sem funções especializadas, pela só justaposição mecânica de camadas sucessivas, à maneira de um polipeiro humano. É natural que absorvesse, intactas, todas as tendências do homem extraordinário do qual a aparência proteica – de santo exilado na terra, de fetiche animado e de bonzo claudicante – estava adrede talhada para reviver os estigmas degenerativos de três raças.

Aceitando, às cegas, tudo quanto lhe ensinara aquele; imersa de todo no sonho religioso; vivendo sob a preocupação doentia da outra vida, resumia o mundo na linha de serranias que a cingiam. Não cogitava de instituições garantidoras de um destino na terra.

Eram-lhes inúteis. Canudos era o cosmos.⁹⁴⁴

O arraial de Canudos “era o lugar sagrado, murado pelas montanhas, onde não penetraria a ação do governo maldito”. Depois de convocar o prolongamento do “sebastianismo político”, pela via de Oliveira Martins, e da “Pedra Bonita” (embora, conforme o próprio afirma, haveria outros exemplos), em outras passagens que vêm em reforço da tese já aludida e que não encerra o *sebastianismo* ao nível de um rito articulado e

⁹⁴³ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões...*, p. 178.

⁹⁴⁴ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões...*, p. 190.

específico de crença, mas amalgamado à “mestiçagem de crenças”. Vários autores questionam esta associação que Euclides fez de Canudos ao *sebastianismo*, entretanto, não fica claro qual é a leitura que eles fazem da componente sebástica. Em relação a Canudos, Euclides faz uma alusão ao sentido antirrepublicano aliado ao elemento de “preservação” de práticas e crenças avoengas, como a monarquia. Algumas passagens ajudam-nos a pensar por este ângulo. Em sua *Caderneta*, transcreveu a carta de um “jagunço”, um tal Esequiel Profeta de Almeida, de Belo Monte, de 21 de abril de 1897, após a derrota da terceira expedição, liderada por Moreira César, em que trata justamente de uma crítica à República:

estejam certos que a República se acaba breve, a prova está dada pelo Bom Jesus, p.a nos brigamos p. nossa liberdade só temos ordem de nos defender enquanto os inimigos corram, nem mais nem menos; é princípio dos espinhos p.a quem está lá p. fora daqui, não ficará pobre nem rico que não seja recrutado p.a brigar sem razão alguma com o Principo, pois ele é o verdadeiro dono do Brasil entrando a Monarquia serão deportados os que são Republicanos e formados mais batalhões ou exércitos e armados p. de homens tementes a Deus, p. s. por serem os batalhões feitos de canalhas é que tem chegado a tal ponto e por isto fiquem sertos que vai tudo separado quem for republicano mude-se p. a os Estados Unidos p.s. Deus quer, os Conselheiristas tão bem querem quem não quiser ser deportado mais tarde chegue a Barquinha de Noel – p.s é o Belo Monte: não outro.⁹⁴⁵

Nos escritos e na ortodoxia dos ensinamentos, Conselheiro também pregrava contra a República.⁹⁴⁶ Seu pensamento, pelos escritos, é conservador (perspectiva que vai de encontro às leituras que veem os discursos de Conselheiro um caráter revolucionário, sobretudo as apropriações feitas por uma sociologia voltada para os movimentos sociais, na segunda metade do século XX) e a salvação se dá pela crença permanente, por um rigor ascético – é um retorno a um possível estado de pureza e que ganha no discurso euclidiano (embora questionável), o caráter de “seita”.⁹⁴⁷ Apoio à Monarquia é dado pela compreensão de que o seu poder é emanado da esfera divina, enquanto a República é má e fere todos os princípios. Por isso, acompanhando o raciocínio de Vicente Dobroruka, é preciso diferenciar o Conselheiro religioso e o político, sendo possível, apropriando-se da análise de Ataliba Nogueira, descartar “qualquer monarquismo militante por parte de Canudos como coletividade.”⁹⁴⁸ Se pregrava contra a República, “incontestavelmente um grande mal para o

⁹⁴⁵ CUNHA, Euclides da. *Caderneta de Campo*. Rio de Janeiro: Cadernos da Biblioteca Nacional, 2009. p. 171-172.

⁹⁴⁶ Ver também: MILTON, Aristides. *A Campanha de Canudos*. Brasília: Senado Federal, 2003. p. 12-13.

⁹⁴⁷ DOBRORUKA, Vicente. *História e Milenarismo...*, p. 19-37.

⁹⁴⁸ *Id.*, p. 31; NOGUEIRA, Ataliba. *Antônio Conselheiro e Canudos...*

Brasil” e para a religião⁹⁴⁹, em duas passagens de seus escritos, encontramos o elogio a D. Pedro III⁹⁵⁰, o suposto herdeiro, e à Princesa Isabel pela “Lei Áurea”, de 13 de maio de 1888.⁹⁵¹

O animismo e o misticismo se aproximam da mesma gramática e imagens construídas por Oliveira Martins sobre a fase em que se gestou a crença sebástica. A pregação contra a República advém da crença na sacralidade da Monarquia, ao mesmo tempo em que apresenta limitações políticas. Esta tese faz Euclides repensar a ideia de Canudos sobre a Vendéia e a pecha de monarquista associados a uma possível construção em prol do Terceiro Reinado:

O antagonismo era inevitável. Era um derivativo à exacerbação mística; uma variante forçada ao delírio religioso.

Mas não traduzia o mais pálido intuito político: o jagunço é tão inapto para apreender a forma republicana como a monárquico-constitucional.

Ambas lhe são abstrações inacessíveis. É espontaneamente adversário de ambas. Está na fase evolutiva em que só é conceptível o império de um chefe sacerdotal ou guerreiro.

Insistamos sobre esta verdade: a guerra de Canudos foi um refluxo em nossa história. Tivemos, inopinadamente, ressurgida e armada em nossa frente, uma sociedade velha, uma sociedade morta, galvanizada por um doido. Não a conhecemos. Não podíamos conhecê-la. Os aventureiros do século XVII, porém, nela topariam relações antigas, da mesma sorte que os iluminados da idade média se sentiriam a vontade, neste século, entre os *demonopathas* de Varzenis ou entre os *Stundistas* da Rússia. Porque essas psicoses epidérmicas despontam em todos os tempos e em todos os lugares como anacronismos palmares, contrastes inevitáveis na evolução desigual dos povos, patentes sobre tudo quando um largo movimento civilizador lhes impele vigorosamente as camadas superiores.⁹⁵²

Depois de citar outras experiências, afirma, como quem diz que o meio em que viviam impedia a compreensão de algo superior, como a República. Entretanto, isto não significa um elogio

Vivendo quatrocentos anos no litoral vastíssimo, em que pelejam reflexos da vida civilizada, tivemos de improviso, como herança inesperada, a República. Ascendemos, de chofre, arrebatados na caudal dos ideais modernos, deixando na penumbra secular em que jazem, no âmago do país, um terço da nossa gente. Iludidos por uma civilização de empréstimo;

⁹⁴⁹ CONSELHEIRO, Antônio. Prédicas e discursos de Antônio Conselheiro. In: NOGUEIRA, Ataliba. *Op.cit.*, p. 175.

⁹⁵⁰ “Quem não sabe que o digno príncipe o senhor dom Pedro 3º tem o poder legitimamente constituído por Deus para governar o Brasil?”. CONSELHEIRO, Antônio. Prédicas e discursos de Antônio Conselheiro. In: NOGUEIRA, Ataliba. *op. cit.* p. 176.

⁹⁵¹ CONSELHEIRO, Antônio. *Op.cit.*, p. 180.

⁹⁵² CUNHA, Euclides da. *Os Sertões...*, p. 205.

respingando, em faina cega de copistas, tudo o que de melhor existe nos códigos orgânicos de outras nações, tornamos, revolucionariamente, fugindo ao transigir mais ligeiro com as exigências da nossa própria nacionalidade, mais fundo o contraste entre o nosso modo de viver e o daqueles rudes patrícios mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa. Porque não nos separa o mar separam-nos três séculos. (...)

Vimos no agitador sertanejo, do qual a revolta era um aspecto da própria rebeldia contra a ordem natural, adversário sério, estreuo paladino do extinto regime, capaz de derruir as instituições nascentes.

E Canudos era a Vendéia.

Entretanto quando nos últimos dias do arraial foi facilitado o ingresso nos casebres estraçoados, salteou o ânimo dos triunfadores decepção dolorosa. A vitória duramente alcançada dera-lhes direito à devassa dos lares em ruínas. Nada se eximiu à curiosidade insaciável.⁹⁵³

Do espólio de guerra mais “pobre da história” restaram alguns escritos, cartas e versos.

Registros das prédicas do Conselheiro:

...o que nelas vibra em todas as linhas, é a mesma religiosidade difusa e incongruente, bem pouco significação política permitindo emprestar-se às tendências messiânicas expostas. O rebelado arremetia com a ordem constituída porque se lhe afigurava iminente o reinado de delícias prometido. Prenunciava-o a República – pecado mortal de um povo – heresia suprema indicadora do triunfo efêmero do Anticristo. Os rudes poetas rimando-lhe os desvarios em quadras incolores, sem a espontaneidade forte dos improvisos sertanejos, deixaram bem vivos documentos nos versos disparatados que lemos pensando, como Renan, que há, rude e eloquente, a segunda Bíblia do gênero humano, nesse gaguejar do povo.⁹⁵⁴

A nosso ver, contudo, isto não invalida a leitura de Euclides, pois, na verdade, o *sebastianismo* não se resumia mais à figura histórica do rei D. Sebastião, mas era ampliada a toda uma conjuntura mental, reforçada pelo próprio discurso do Conselheiro, tão elegantemente escrito. É que para Euclides o *sebastianismo* constituía, assim como o compreendera Oliveira Martins, um prolongamento mental, uma “utopia regressiva” (como exemplos, podemos citar a crença na legitimidade de um D. Pedro III subir ao trono). Para Dobroruka, “as leituras superficiais, confusas ou simplesmente não-críticas das referências teóricas de Euclides geraram, como saldo, a figura do profeta sertanejo Antônio Conselheiro, “grande homem às avessas”, personagem pelo qual o leitor de *Os sertões* não sabe, ao fim do livro, se deve sentir pena ou ódio.”⁹⁵⁵

⁹⁵³ CUNHA, Euclides da. *Op.cit.*, p. 205-206.

⁹⁵⁴ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões...*, p. 208.

⁹⁵⁵ DOBRORUKA, Vicente. *História e Milenarismo...*, p. 37.

Já as quadrinhas, de um *ABC da Incredulidade*⁹⁵⁶, uma espécie de filosofia cotidiana do povo, foram também utilizadas em reforço ao discurso do autor. Aqui se tem claramente a elevação da temática ao nível da produção literária e folclórica, em versos já coligidos por Sílvio Romero, *Contos e Poesia Brasileira*, entre outros que aparecem no âmbito de uma produção associada à poesia popular.⁹⁵⁷ Destes, Euclides copiou “por acaso” alguns em que o rei D. Sebastião foi convocado para enfrentar os males que a República representava. Ecos que reatualizam uma das especificidades da crença sebastiana no Brasil: a crença que o monarca virá com o seu exército para proteger os seus. Retirado de sua *Caderneta*, de onde Euclides escolheu alguns trechos, para dar evidência a D. Sebastião e a luta contra a República e suas leis, como o casamento civil:

D. Sebastião já chegou
E traz muito regimento
Acabando com o civil
E fazendo o casamento!

O Anticristo nasceu
Para o Brasil governar
Mas aí está o *Conselheiro*
Para dele nos livrar!

Visita nos vem fazer
Nosso rei D. Sebastião
Coitado daquele pobre
Que estiver na lei do *cão!*⁹⁵⁸

Termina com a descrença na República. D. Sebastião, nos sertões do Brasil, foi convocado como uma promessa de redenção e como a possibilidade de reconciliação entre o homem e a natureza purificados contra os vícios da modernidade. Euclides deu outra

⁹⁵⁶ CUNHA, Euclides da. *Caderneta de Campo*. Rio de Janeiro: Cadernos da Biblioteca Nacional, 2009. p. 147-155. As informações sobre um ciclo de poesia popular que foram se gestando em torno do Conselheiro, inicialmente registradas por Sílvio Romero, ver: ROMERO, Sylvio. *Estudos sobre a poesia popular do Brasil* (1879-1880). Rio de Janeiro: Laemmert & C, 1888. p. 21-22. Nesta passagem Romero aproxima casos com o dos Muckers, anabatistas do Rio Grande do Sul, a “Pedra Bonita” e relata as primeiras experiências de Conselheiro, através de seu olhar comteano, insere-os no rol das superstições. Sobre a literatura de cordel produzida no período, diferente do que muitos poderiam acreditar, não aparecem referências ao *sebastianismo*. Um exemplo é o trabalho do paraibano João Melchhiades Ferreira da Silva, *A Guerra de Canudos* (s.d.), que, como soldado da República, reforçou o discurso republicano que demonizava a figura do Conselheiro.

⁹⁵⁷ CALASANS, José. Euclides da Cunha nos jornais da Bahia... ; ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Na Feira dos Mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular* (Nordeste, 1920-1950). São Paulo: Intermeios, 2013.

⁹⁵⁸ A comparar as anotações de Euclides da Cunha referentes a estas quadras na *Caderneta de Campo* e a parte que ele explorou em *Os Sertões* ficaram expostas claramente as suas escolhas pelas passagens em que havia referência ao rei D. Sebastião.

perspectiva aos trabalhos dos folcloristas e etnografias sobre os sertões⁹⁵⁹ e a constatação da manutenção de determinadas práticas avoengas. Portanto, o repertório euclidiano do *sebastianismo* não pode ser visto unilateralmente, sem se considerar as particularidades de suas leituras e apropriações. É que o pressuposto da crença sebastianista estaria em consonância com os indícios antropológicos e históricos que davam àquele autor a convicção de que o prolongamento de um ato de crença se dava ao nível das mentalidades.

7.2.3 O sebastianismo de *Os Sertões* pelos “juízos críticos”

Dito isto, constatamos que o episódio de Canudos se constituiu, para Euclides da Cunha, no “laboratório” de onde traçaria uma teoria (por vezes, limitada e contraditória⁹⁶⁰) da *brasilidade*, que acabou por irromper como um paradigma para as novas interpretações do Brasil. Questão que estava no cerne de um debate maior sobre a noção de *nacionalidade*, marcadamente entre os fins do século XIX e inícios do século XX, quando alguns intelectuais inseriram e deram “corpo”, na história do Brasil, ao “povo” brasileiro. Prova-o os “juízos” – discursos que “autorizam” a aceitação da obra – que os críticos lançaram sobre *Os Sertões*, logo a seguir a sua publicação. Estes, em geral, foram bastante receptivos, exceção seja feita a alguns militares como Guimarães Moreira, incomodados com as revelações do livro – denúncia, que expunha a ação do exército republicano e que aponta alguns problemas na obra, atinentes à sua visão positivista e ao monarquista, escritor e político Joaquim Nabuco, que via naquele trabalho um “imenso cipoal” de teorias.

Contudo, se Euclides, até a publicação de sua obra, era considerado um desconhecido no rol dos intelectuais brasileiros, o sucesso de seu texto implicará numa rápida aceitação e inserção no seletivo grupo por parte daqueles.⁹⁶¹ Com efeito, passou a ser visto como alguém que incorporou e materializou um antigo debate sobre “a consciência histórica e crítica” de sua geração para enfrentar a problemática da *brasilidade*.⁹⁶² Na verdade, nota-se que houve

⁹⁵⁹ CANDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade*: estudo de teoria e história literária. 10. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2008. p. 121.

⁹⁶⁰ LEITE, Dante Moreira. Grandeza e miséria dos sertões. In: _____. *O Caráter Nacional Brasileiro*: história de uma ideologia. 2. ed. revisada, refundida e ampliada. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1969. p. 201-214.

⁹⁶¹ JUÍZOS Críticos – Os Sertões (Campanha de Canudos) por Euclides da Cunha. 2. ed. corrigida – 1903. Rio de Janeiro; São Paulo: Laemmert & C. Editores, 1904; CUNHA, Euclides da. Epistolário. In: _____. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: José Aguilar Editora, 1966. v. 2, p. 591-713; ROMERO, Sílvio. Discurso pronunciado aos 18 de dezembro de 1906, por ocasião da recepção do Dr. Euclides da Cunha na Academia Brasileira de Letras. In: JUÍZOS críticos: os sertões e os olhares de sua época. Preparação do texto de Valentim Facioli e José Leonardo do Nascimento. São Paulo: Nankin Editorial: Editora Unesp, 2003. p. 123-158.

⁹⁶² BOSI, Alfredo. A consciência histórica e crítica. In: _____. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 47. ed. São Paulo: Cultrix, 2006. p. 261-267.

uma espécie de estupefação pela densidade com que aquele escritor tinha apresentado a “campanha” de Canudos por um ângulo diferente do discurso jornalístico e das crônicas de guerra, ao incorporar, também, na sua análise, o *meio* e o *homem* em sua particularidade sertaneja, munindo-se de um aguçado olhar antropológico onde, em seu discurso, passagens de falas e escritos de sertanejos se fizeram presentes.

Os “juízos críticos”⁹⁶³ operaram como discursos que reforçaram o processo de monumentalização da obra e deram início à mitificação de seu autor.⁹⁶⁴ Contudo, segundo a tese de Moreira Leite, pela preocupação com as componentes estilísticas e literárias demonstradas em suas análises, a maioria dos críticos de *Os Sertões* acabaram por escamotear outras problemáticas que apenas seriam retomadas à luz de novos paradigmas e releituras da obra no decurso do século XX.⁹⁶⁵ Por outras palavras, em última instância, a preocupação maior destes críticos estava voltada para a “novidade” do texto.

De qualquer forma, acompanhamos o raciocínio de José Leonardo do Nascimento quando afirma que *Os Juízos Críticos* “é, por inúmeras razões, precioso, pois permite reconstruir o debate ocorrido em torno de *Os Sertões*, recontar a natureza da sua recepção e as razões de seu sucesso nos meios culturais brasileiros do início do século XX.”⁹⁶⁶ Daqueles que analisaram a obra, dois apresentam particular interesse para a abordagem do objeto que ora tratamos: as exposições dos críticos literários José Veríssimo e Araripe Júnior. É que, não à toa, mesmo de relance, estão entre os que fazem referência à especificidade/limitação dos ecos *sebastianistas* reapropriados pelo discurso euclidiano.

O texto do paraense José Veríssimo (1857-1916), intitulado “Uma história dos sertões e da campanha de Canudos”⁹⁶⁷, expunha um discurso extremamente favorável ao escritor e demonstrava ser *Os Sertões*

⁹⁶³ JUIZOS Críticos – Os Sertões (Campanha de Canudos) por Euclides da Cunha. 2. ed. corrigida – 1903. Rio de Janeiro; São Paulo: Laemmert & C. Editores, 1904.

⁹⁶⁴ O lugar de mitificação de Euclides da Cunha ganhará um rico contributo do Grêmio Euclides da Cunha principalmente durante o Estado Novo quando, na tentativa de legitimar um novo Brasil, retomou-se a figura polêmica e crítica da Primeira República. Ver: SOUZA, Natalia Peixoto Bravo. *A militância em torno da glorificação de Euclides da Cunha*: um projeto político-ideológico. 2010. 246f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

⁹⁶⁵ Tal questão será objeto da crítica contundente de Sílvio Romero em seu discurso de recepção a Euclides da Cunha na Academia Brasileira de Letras, já referido. Ver: ROMERO, Sílvio. *Provocações e Debates...*

⁹⁶⁶ NASCIMENTO, José Leonardo do. Os Sertões e os olhares de sua época. In: NASCIMENTO, José Leonardo do; FACCIOLI, Valentim (org.). *Juízos Críticos: Os Sertões e os olhares de sua época*. São Paulo: Nankin Editorial; Unesp, 2003. p. 7.

⁹⁶⁷ Publicado originalmente no *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano 2, 03 dez. 1902. Euclides da Cunha agradece ao “generoso” crítico em: CUNHA, Euclides da. [Carta] 03 dez. 1902. Lorena [para] José Veríssimo. In: _____. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: José Aguilar Editora, 1966. v. 2, p. 620-621.

ao mesmo tempo o livro de um homem de ciência, um geógrafo, um geólogo, um etnógrafo; de um homem de pensamento, um filósofo, um sociólogo, um historiador; e de um homem de sentimento, um poeta, um romancista, um artista, que sabe ver e descrever, que vibra e sente tanto aos aspectos da natureza, como ao contato do homem, e estremece todo, tocado até ao fundo da alma, comovido até as lágrimas, em face da dor humana, venha ela das condições do mundo físico, as ‘secas’ que assolam os sertões do norte brasileiro, venha da estupidez ou maldade dos homens, como a campanha de Canudos.⁹⁶⁸

Leitura que reforça a tese multimodal e complexa do estudo euclidiano. Veríssimo passa em revista quase todos os tópicos da obra e, para o nosso interesse, em especial, destaca-se a sua crítica à religiosidade dos sertanejos, sobretudo quando trata da concepção da “mestiçagem”, desenvolvida na segunda parte de *Os Sertões*, “O Homem”. É que Veríssimo, assim como outros críticos coevos (Capistrano de Abreu⁹⁶⁹), viu com certa reserva a “filiação” que Euclides fez ao *sebastianismo* português:

Quando ele nos diz que este misticismo, que, mesmo accidental ou periodicamente, se desenvolve entre os sertanejos, complica-se daquele fenômeno, o “Sebastianismo” português, ao qual o filia, a princípio recusamos a crê-lo; mas, depois, somos obrigados a convir com ele à vista das provas fornecidas pela tomada de Canudos, em quadras manuscritas ali achadas, tais como estas: “D. Sebastião já chegou/ E traz muito regimento/ Acabando com o civil / E fazendo o casamento” / O Anticristo nasceu/ para o Brasil governar / Mas aí está o Conselheiro / Para dele nos livrar! / Visita nos vem fazer / Nosso rei D. Sebastião / Coitado daquele pobre / Que estiver na lei do *cão*.”⁹⁷⁰

Ora, capta-se bem a tese euclidiana de que o *sebastianismo* eclode no Brasil (bem como em Portugal, conforme já visto) “periodicamente” em momentos de “crise” e que D. Sebastião é convocado como uma espécie de “salvador”. Contudo, para o eminente crítico, tal construção euclidiana só ganharia efeitos de credibilidade mediante a apresentação de “provas”, a exemplo de algumas “quadras manuscritas” supostamente encontradas no arraial de Canudos.

A deixa de Veríssimo não apenas respalda a argumentação de Euclides, mas tira o foco de uma rede discursiva que associava Canudos a uma provável conspiração monárquica

⁹⁶⁸ VERÍSSIMO, José. A história dos sertões e da campanha de Canudos. In: JUIZOS Críticos – Os Sertões (Campanha de Canudos) por Euclides da Cunha. 2. ed. corrigida – 1903. Rio de Janeiro; São Paulo: Laemmert & C. Editores, 1904. p. 22-23.

⁹⁶⁹ ABREU, Capistrano de. [Carta] 25/26 jun. 1918. Rio de Janeiro [para] João Lúcio de Azevedo. In: *Correspondência de Capistrano de Abreu*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977. v. 2, p. 102.

⁹⁷⁰ VERÍSSIMO, José. A história dos sertões e da campanha de Canudos..., p. 28.

contra o governo republicano. Por outro lado, esta postura acaba por deslegitimar qualquer articulação política por parte dos “sertanejos”. Além disso, quando referencia o *sebastianismo* chamou justamente a atenção para uma questão que ainda não era levada em conta por algumas abordagens: que a vertente sebástica era um “produto natural do sertão”. É que “ele compreende bem o fenômeno de ordem sociológica e psíquica que foi, para dizer, em uma palavra, Canudos, e o seu livro tem o grande mérito de clareá-lo melhor para os que, desde o primeiro dia, não viram nele senão um produto natural do sertão e que apenas em proporções e intensidade se diferenciava de centenaes doutros semelhantes que o antecederam.”⁹⁷¹

Ora, esta não é a única questão. Se, por um lado, desloca a questão da problemática política nacional, por outro, Veríssimo não deixa de lançar uma eloquente crítica aos estudiosos, pois “no Brasil o que menos se sabe e se estuda é o Brasil, o que não quer dizer que se saiba e se estude o estrangeiro, ao menos tanto quanto se supõe. Explicando o caso de Canudos, dá o sr. Euclides da Cunha, exemplos de outros da mesma espécie.”⁹⁷² Postura que se encontra em consonância com a inquietude de Euclides em relação aos trabalhos produzidos no e sobre o Brasil, como em relatos de viajantes de época, romances e mesmo trabalhos sobre a “campanha de Canudos”. Não podemos esquecer, por exemplo, a apreciação que fez do livro *Minha Viagem ao Brasil Tropical*, da princesa Tereza da Bavária, quando aproveitou a oportunidade para lançar sua crítica aos escritos sobre o Brasil e que teria, inclusive, levado autores renomados, como Thomas Buckle, a cometer sérios equívocos.⁹⁷³

Outra rica apreciação da obra foi produzida pelo crítico cearense Tristão de Alencar Araripe Júnior (1848-1911), no texto “Os sertões”⁹⁷⁴, onde teceu suas críticas ao grande volume de textos que vinha sendo publicado sobre Canudos (destacando a do major Dantas Barreto⁹⁷⁵; *O Rei dos Jagunços: crônica histórica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos*, de Manoel Benício, *Os Jagunços*, de Olímpio Barros, pseudônimo de Afonso Arinos). É que o contato com *Os Sertões* lhe provocara uma sensação diferente, semelhante ao que sentira quando de sua leitura da *Revolução Francesa*, de Jules Michelet. Sua formação intelectual se deu numa época em que “chegam ao Brasil ondas

⁹⁷¹ VERÍSSIMO, José. Op.cit., p. 29.

⁹⁷² VERÍSSIMO, José. A história dos sertões e da campanha de Canudos..., p. 29.

⁹⁷³ D. X. (Euclides da Cunha). Um livro sobre o Brasil. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, n. 7029, p. 01, 14 fev. 1898. Sobre a referência de Thomas Buckle ao Brasil, ver: BUCKLE, Henry Thomas. *History of Civilization in England*. New York: D. Appleton and Company, 1870. v. 1.

⁹⁷⁴ Originalmente publicado no *Jornal do Commercio*, em março de 1903. Através de uma carta, assim como fez em relação José Veríssimo, Euclides da Cunha agradeceu ao discurso do eminente crítico: “nem sabe quanto lhe devo...” Ver: CUNHA, Euclides da. [Carta] 09 mar. 1903. Lorena [para] Araripe Júnior. In: CUNHA, Euclides da. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Aguilar Editôra, 1966. v. 2. p. 624-625.

⁹⁷⁵ BARRETO, Dantas. *Última expedição à Canudos*. Porto Alegre: Franco Irmãos Editores, 1898.

sucesivas de teorias e doutrinas de origem europeia, no campo da Biologia, da Geografia, da Psicologia, da Filosofia e sobretudo da Sociologia”⁹⁷⁶, tendo nutrido especial atração pelas obras de pensadores como Spencer, Ratzel, Buckle, Taine e Comte, conforme já vimos anteriormente. Ora, as leituras e reflexões trazidas à seara da crítica literária deram a Araripe Júnior uma larga perspectiva de análise da problemática nacional destacadamente pela via da literatura. E é justamente à luz de tais implicações que fez uma leitura particular do sertanejo.

Tendo feito algumas incursões pelo romance histórico, entre os quais, *Jacina, a Marabá* (1875) e *O Romance da Pedra do Reino* (1878), Araripe Júnior explora o conceito de “obnubilação brasílica” em seu ensaio sobre *Gregório de Matos* – poeta de fins do século XVII cujos textos foram reencontrados em fins do século XIX e que receberam também uma abordagem de Sílvio Romero e José Veríssimo⁹⁷⁷. Importa destacar que, para aquele, havia uma proximidade com a noção de “insulamento” explorada por Euclides, nas duas partes iniciais de *Os Sertões* (“A Terra” e “O Homem”) e que, sem a qual, seria difícil justificar a problemática do “isolamento” (note-se que insular e isolar vêm da mesma origem latina: *insulatus*, “tornado em ilha”) espaço-temporal dos sertanejos: tese que lhe dá o gancho para a abordagem do *sebastianismo* e da *nacionalidade*.

À primeira vista, poderíamos encontrar proximidades, sobretudo pela convocação que ambos fazem do passado, ou melhor, das ruínas do passado e daquilo que, explorando “metáforas vulcânicas”, brotou do início da colonização – questão pela qual passará todo aquele que buscar entender as especificidades da sociedade brasileira (Capistrano de Abreu, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda). Ou seja, tanto Araripe Júnior, que teve uma incursão pelo romance histórico, quanto Euclides da Cunha (além de *Os Sertões*, em diversas crônicas e poesias), tiveram uma preocupação com o “progresso” e com a “civilização”, articulada aos movimentos políticos-culturais (positivismo, evolucionismo, republicanismo), tendências materializadas através da “crença na missão civilizadora da ciência e da técnica, sob os auspícios do Estado nacional”.⁹⁷⁸

Neste sentido, se a história, à luz destas diferentes teorias, é vista pelo ângulo do caminho inexorável do “progresso”, o passado será recomposto à luz de fragmentos e ruínas que demarquem um posicionamento, por outras palavras, apropriando-nos de Koselleck, do

⁹⁷⁶ MONTENEGRO, Pedro Paulo. *A Teoria Literária na Obra Crítica de Araripe Júnior*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1974. p. 19.

⁹⁷⁷ BOSI, Alfredo. Seleção e apresentação. In: *ARARIPE JÚNIOR: teoria, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp, 1978. p. 275.

⁹⁷⁸ HARDMAN, Francisco Foot. Brutalidade antiga: sobre história e ruína em Euclides. *Estudos Avançados*, v. 10, n. 26, p. 293, jan./abr. 1996.

“espaço de experiências” que permitisse conjecturar um “horizonte de expectativas”⁹⁷⁹ – e a problemática dos destinos nacionais brasileiros, dado as suas particularidades históricas, conforme entendiam alguns intelectuais como Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Manoel Bomfim, oscilava mais para o pessimismo que o otimismo na virada do século XIX para início do século XX.⁹⁸⁰ É no bojo desta discussão que reconvocamos os conceitos de “obnubilação”, em Araripe Júnior e “insulamento”, em Euclides da Cunha, como teorias vistas por seus autores como explicativas para as especificidades histórico-culturais do “sertanejo”.

Araripe Júnior afirma, em sua teoria da “obnubilação brasílica”⁹⁸¹, que “foi vítima o colono, quando, no primeiro e segundo séculos, depois da descoberta, internou-se nos sertões do Brasil, cortando as comunicações com o litoral, e, portanto, com os centros motores da conquista civilizadora.”⁹⁸² Dando continuidade ao seu interesse pelo trabalho biográfico, visto já ter estudado o escritor José de Alencar, explora, num ensaio sobre o poeta barroco Gregório de Matos (1636-1696), também alcunhado de “Boca do Inferno”, que desde os 14 anos de idade tinha ido estudar em Portugal e que regressa à Bahia aos 47 anos, a partir do qual explica melhor a sua teoria. É que

A chave para a compreensão da originalidade da literatura brasileira, pelo menos nos dois primeiros séculos, estava na análise do fenômeno aqui operado e a que conferi o nome de *obnubilação*. Consiste este fenômeno na transformação porque passavam os colonos atravessando o Oceano Atlântico, e na sua posterior adaptação ao meio físico e ao ambiente primitivo.⁹⁸³

Pautado pelas inspirações teóricas naturalistas/evolucionistas, em sua preocupação na relação entre o “meio” e o “homem”, Araripe Júnior vai afirmar que mesmo alguns cronistas foram “dominados pela rudez do meio, entontecidos pela natureza tropical abraçados com a

⁹⁷⁹ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

⁹⁸⁰ LEITE, Dante Moreira. Realismo e Pessimismo. In: _____. *O Caráter Nacional Brasileiro: história de uma ideologia*. 2. ed. revista, refundida e ampliada. São Paulo: Livraria Pioneira Editôra, 1969. p. 178-194.

⁹⁸¹ A primeira formulação desta noção foi exposta no artigo “Literatura Brasileira”, *Semana*, 10 dez. 1887, como proposta de um projeto sobre as letras coloniais. Projeto que não levou adiante. Ver: BOSI, Alfredo. Introdução. In: _____. (seleção e apresentação). *Araripe Júnior: teoria, crítica e história literária*. São Paulo: Edusp; Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978. p. XVI.

⁹⁸² ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. Os Sertões. In: JUIZOS Críticos – Os Sertões (Campanha de Canudos) por Euclides da Cunha. 2. ed. corrigida – 1903. Rio de Janeiro; São Paulo: Laemmert & C. Editores, 1904. p. 35.

⁹⁸³ ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. Gregório de Matos. In: _____. *Araripe Junior: teoria, crítica e história literária*. Seleção e apresentação de Alfredo Bosi. Rio de Janeiro: Livros Técnicos Científicos; São Paulo: Edusp, 1978. p. 299-300. A primeira edição de “Gregório de Matos” é de 1894. (Grifo nosso).

terra, todos eles se transformavam quase em selvagens”⁹⁸⁴, esquecendo as suas respectivas origens, o mundo civilizado. As interpretações que o distinguiam dos demais críticos da “história da literatura brasileira” estava justamente na leitura que ousou fazer dos primeiros dois séculos:

Declarei que a crítica dos materiais da história nacional tinha-se deixado impressionar profundamente pelos que se referem à lei assim pitorescamente denominada. Essa lei constitui o eixo dos meus trabalhos sobre o Brasil, e é por essa tendência que me tenho afastado de outros críticos. Fortíssima nos dois primeiros séculos, ela atenuou-se no terceiro e transformou-se no último.⁹⁸⁵

Esta exposição de Araripe Júnior será retomada justamente quando de sua apreciação crítica da obra de Euclides da Cunha, em 1903, por ocasião da repercussão do lançamento de *Os Sertões*. A sua teoria da “obnubilação” reforçaria a tese da imagem negativa do “jagunço” e dos componentes culturais do “sertanejo” em virtude de seu “isolamento” ante o fluxo das transformações pelas quais passou a sociedade litorânea. Neste sentido, vem ao propósito a convocação de um exemplo específico em que esta questão foi tematizada e que incide diretamente no objeto maior de nossa tese sobre o *sebastianismo* e suas especificidades brasileiras. É que Araripe Júnior remete o leitor de seus “juízos críticos” sobre *Os Sertões* a *O Reino Encantado: crônica sebastianista* – texto já explorado anteriormente, um romance histórico publicado em 1878 e que teve o episódio sebastianista da Pedra Bonita (1836-1838) como inspiração, especialmente em seu capítulo IX, intitulado “Explicações” onde afirma que “um fenômeno patológico se passava em *Pedra Bonita*. Só assim teriam explicação tais aberrações do espírito humano.”⁹⁸⁶ Araripe Júnior convoca este episódio, uma “seita sebastianista e sanguinária” que sacrificara várias pessoas, através de seu líder João dos

⁹⁸⁴ ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. *Op.cit.*, p. 300.

⁹⁸⁵ *Id.*, p. 310. Este tema também foi desenvolvido em: ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. *Estilo tropical: a fórmula do naturalismo brasileiro*. *Novidades*, 22 mar. 1888.

⁹⁸⁶ ARARIPE JUNIOR, Tristão de Alencar. *Explicações*. In: _____. *O Reino Encantado: chronica sebastianista*. Rio de Janeiro: Gazeta de Notícias, 1878. p. 85 e seguintes. Euclides incorporou uma referência a esta obra em nota à 2ª edição de *Os Sertões*. Sobre isto escreveu: “Revendo a 2ª edição do meu livro, chamei, em nota, a atenção do leitor para o *Reino Encantado*, a propósito do caso da Pedra Bonita. E faria a chamada antes, se conhecesse antes aquele romance. Penso que o senhor é injusto no aniquilar aquele seu trabalho, talvez porque o tenha escrito dia a dia para rodapé de um jornal. Sem lisonja, considero-o. Pena é que tivesse abandonado aquela trilha. Não temos romances históricos, sendo a nossa vida nacional tão farta de episódios interessantíssimos e originais.” CUNHA, Euclides da. [Carta] 30 mar. 1903. Lorena [para] Araripe Júnior. In: _____. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Aguilar Editôra, 1966. v. 2. p. 628.

Santos para fazer um paralelo com Antônio Conselheiro, ambos criação do mesmo meio.⁹⁸⁷ Suas conclusões não seriam reforçadas apenas pelos estudos, mas, também, pela própria experiência enquanto juiz municipal no Ceará. Assim, Araripe Júnior busca aproximar a análise de Euclides à sua e afirma que depois das primeira e segunda partes, “compreende-se tudo” sobre a figura do “jagunço” e suas ações na terceira parte, “A Luta”.

No entanto, a teoria euclidiana do “insulamento”, não à toa o termo antecipa justamente o tópico referente à “religião mestiça”, guarda suas diferenças da teoria da “obnubilação”, aliás, como bem percebeu Leonardo Nascimento, é justamente o contrário.⁹⁸⁸ É que para Euclides o sertanejo teria “preservado”, em grande medida, mentalidade e os costumes advindos do período da colonização. Ora, na perspectiva de Araripe Júnior a “obnubilação” foi concebida enquanto uma adaptação aos costumes indígenas pelos primeiros colonos em virtude de fatores como o isolamento. Para clarear melhor, o conceito euclidiano sobre o “insulamento” é compreendido como “a conservação de atributos e hábitos avoengos, ligeiramente modificados apenas consoante as novas exigências da vida. E ali estão com as mesmas vestes características, os seus hábitos antigos, o seu estranho aferro às tradições remotas, o seu sentimento religioso levado até ao fanatismo, e o seu exagerado ponto de honra, e o seu *folk-lore* belíssimo de rimas de três séculos.”⁹⁸⁹

E deste “insulamento”, tem-se uma sociedade de onde poderá advir o “cerne da nacionalidade” e de onde as especificidades históricas reforçam tal alusão:

As entradas de um e outro lado da meridiana, impróprias à dispersão, facilitavam antes o entrelaçamento dos extremos do país. Ligavam-os no espaço e no tempo. Estabelecendo no interior a contiguidade territorial, que faltava ainda em parte na costa, e surgindo entre os nortistas que lutavam pela autonomia da pátria nascente e os sulistas, que lhes alargavam a área, abastecendo-os por igual com as fartas boiadas que subiam para o vale do rio das Velhas ou desciam até às cabeceiras do Parnaíba, aquela rude sociedade, incompreendida e olvidada, era *o cerne vigoroso da nossa nacionalidade*. Os primeiros sertanistas que a criaram, tendo suplantado em toda a linha o selvagem, depois de o dominarem escravizaram-no e captaram-no, aproveitando-lhe a índole na nova indústria que abraçavam.⁹⁹⁰

⁹⁸⁷ ARARIPE JUNIOR, Tristão de Alencar. Os Sertões. In: JUIZOS Críticos – Os Sertões (Campanha de Canudos) por Euclides da Cunha. 2. ed. corrigida – 1903. Rio de Janeiro; São Paulo: Laemmert & C. Editores, 1904. p. 39.

⁹⁸⁸ NASCIMENTO, José Leonardo do. Os Sertões e os olhares de sua época. In: NASCIMENTO, José Leonardo do; FACCIOLI, Valentim (org.). *Juízos Críticos: Os Sertões e os olhares de sua época*. São Paulo: Nankin Editorial; Unesp, 2003. p. 15.

⁹⁸⁹ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões...*, p. 100.

⁹⁹⁰ CUNHA, Euclides da. *Op. cit.*, p. 99.

Neste sentido, ao convocar o “cerne da nacionalidade”, as “tradições remotas” e o “fanatismo” Euclides da Cunha não deixava, mesmo que indiretamente, de justificar a sua convocação do *sebastianismo*. Bem vistas as coisas, numa escala regional, Euclides iria retomar a imagem negativa do “sebastianista” sedimentada por um razoável repertório, agora visto por um ângulo diferente do alicerçado pelo “jacobinismo” republicano, de cunho jocoso e caricatural, e deu-lhe um outro tratamento, mais histórico, social e antropológico. Ora, ao buscar exemplos como o da “Pedra Bonita”, das profecias e dos folhetos, ele reforçava a noção de ecos da presença, mesmo que imaginária, de D. Sebastião entre os sertanejos.⁹⁹¹ Tal repertório, entretanto, foi se sedimentando através de alguns antecedentes que direta ou indiretamente incidiram na construção que o autor de *Os Sertões* fez da crença sebástica em sua associação à “mestiçagem religiosa” e as particularidades brasileiras.

Portanto, seja como “produto natural do sertão” (Veríssimo), ou do processo de “obnubilação” (Araripe Júnior), o *sebastianismo* em Euclides da Cunha foi tematizado pelos eminentes críticos. Se as noções se aproximam pela dimensão que especificam as readaptações da crença no Brasil, há de problematizar os seus respectivos limites e isto passa necessariamente por uma análise dos vestígios e traços deixados e que fazem alusão ao repertório sebástico. Outros desdobramentos interessantes e que precisam ser pontuados, pois nos permitem pensar nos ecos da produção euclidiana e na sua abordagem do repertório sebástico, são as considerações dos historiadores João Lúcio de Azevedo e Capistrano de Abreu.

7.2.4 O sebastianismo de *Os Sertões* por João Lúcio de Azevedo

Em 1917, na esteira de outros textos relevantes para a história de Portugal e do Brasil, acompanhando uma linha de reflexão sobre o *sebastianismo* inaugurada por Oliveira Martins, o historiador João Lúcio de Azevedo (1855-1933)⁹⁹² publicou *A evolução do sebastianismo*.

⁹⁹¹ VENTURA, Roberto. Canudos como cidade iletrada: Euclides da Cunha na *urbs* monstruosa. In: ABDALA JÚNIOR, Benjamin; ALEXANDRE, Isabel M. M. (org.). *Canudos: palavra de Deus sonho da terra*. São Paulo: Editora SENAC; Boitempo Editorial, 1997. p. 89-99.

⁹⁹² “Nasceu em São Martinho, atualmente no conselho de Sintra, após ter frequentado a escola pública, em Mafra, o liceu e a Escola Politécnica, em Lisboa, inscreveu-se no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa” (Ver: MENDES, J. Amado. Desenvolvimento e estruturação da historiografia portuguesa. In: CATROGA, Fernando; TORRAL, Luís Reis; MENDES, J. Amado. *História da História em Portugal*, sécs. XIX-XX – a história através da história. Lisboa: Temas & Debates, 1998. v.1, p. 232-233.). Aos 18 anos, partiu para a cidade de Belém, no Brasil, através de seu tio e futuro sogro, de quem se tornou proprietário de uma livraria. Naquela cidade mergulhou na vida comercial sem deixar de exercitar “a sua vocação de escritor e erudito”. Se no âmbito da intelectualidade é considerado um autodidata, para outros, pensar assim “é ignorar por completo as bases sólidas de cultura que ele adquiriu na fase da juventude.” (Ver: EXPOSIÇÃO comemorativa do Primeiro

Neste trabalho de investigação buscou, com rigor documental, captar a “evolução” do *sebastianismo* em sua relação com a nacionalidade portuguesa (a “evolução” passa pelas escatologias medievais, acontecimento de Alcácer Quibir, restauração, Vieira, governo do Marquês de Pombal, releituras e adaptações das Trovas do sapateiro Bandarra e mesmo os ecos no Brasil) visto como a “esperança na vinda de um rei predestinado, e os anelos do que ele havia de realizar”.⁹⁹³

Nas últimas páginas de seu livro, como que um apêndice, tratou da temática do *sebastianismo* no Brasil, especialmente a partir de *Os Sertões*. Postura que expõe os desdobramentos discursivos da composição euclidiana e que aguçou algumas reflexões pautadas pela visão cética, a exemplo do historiador Capistrano de Abreu que, em carta dirigida ao autor de *A Evolução*⁹⁹⁴, escreveu,

Tenho muitas dúvidas sobre o sebastianismo alegado por Euclides da Cunha. Lafayete, a má língua-mor do Brasil, foi atacado quando ministro por um sobrinho do Sinimbu e respondeu: o nobre deputado não está satisfeito porque espera pela volta de D. Sebastião.

A cousa caiu no gota (*sic*) do público, a palavra circulou e quando a monarquia veio abaixo, começaram a ser chamados sebastianistas os que não aderiram à nova ordem de cousas. É o sentido em que conheço a palavra. Terá Euclides se equivocado?

Sobre este sebastianismo *art nouveau* vou contar-lhe um caso. O matadouro do Rio foi, até quase no fim da monarquia, em S. Cristóvão. Transferiram-no depois para Santa Cruz, antiga fazenda jesuítica, aonde continua. Muitos anos depois, continuaram uns urubus em S. Cristóvão, no matadouro abandonado. Um meu amigo ia no bonde, quando um desconhecido virou-se para ele, apontou para os fiscais de limpeza, que no

Centenário do Nascimento de João Lúcio d’Azevedo. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1955. p. 5-6). Além de ter uma ativa participação na organização de revistas de cunho histórico, como a *Revista Arquivo Português de História*, é conhecido o seu mérito de investigador e escritor pelas obras *O Marques de Pombal e sua época*, *História de António Vieira* e *História dos Cristãos Novos Portugueses*.

⁹⁹³ AZEVEDO, João Lúcio de. *A Evolução do Sebastianismo*. 2. ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1947. p. 08. Este trabalho lhe rendeu uma apreciação crítica do historiador e ensaísta António Sérgio (conhecido pela sua visão não-romântica do *sebastianismo*) que aproveitou o ensejo para fazer um conjunto de críticas a Oliveira Martins, para quem “a fantasia do romântico e frágil historiador deu isto”, ele teria elevado a temática do *sebastianismo* a uma problemática rática, de cunho celta. Enquanto, para Sérgio, não se poderia perder de vista o fundo messiânico advindo dos cristãos-novos e afirma: “vejo-lhe pois causas históricas e sociais em contrário das teorias de psicologia racial, universalmente adotadas desde que Oliveira Martins as enunciou.” SÉRGIO, António. Interpretação do Sebastianismo. In: *A Águia*: revista quinzenal ilustrada de literatura e de crítica, Porto, n. 65/66, p. 179-184, mai./jun. 1917.

⁹⁹⁴ Na revisão de seu trabalho, o autor solicitou o auxílio de Capistrano de Abreu. Contudo, este lhe respondeu afirmando que tinha pouco conhecimento sobre o sebastianismo, para além de algumas noções vagas sobre a tradição de crença no regresso de um rei desaparecido, tradição que advém dos celtas e de outros povos e que naquele momento não se achava em condições de efetuar uma apreciação crítica. Ver: ABREU, Capistrano de. *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Edição organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977. v. 2. A primeira versão do trabalho de Lúcio de Azevedo recebeu uma recensão publicada na parte “Bibliografia”, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 80 (1916), p. 881-882, 1917.

Pará era motivo não sei se de cadeia ou multa matar, e disse-lhe: sebastianistas!⁹⁹⁵

Com esta leitura caricatural, encontram-se os ecos de uma associação depreciativa da figura do “sebastianista”, aliado a um conhecimento da própria crença sebástica, reforçada durante o período tumultuado dos primeiros anos da República brasileira. Conquanto, seja apenas a expressão de um autor, mas é possível perceber que, mesmo circulando em outros textos, sobretudo nos jornais republicanos de fins do século XIX, há uma reserva quanto ao trato da temática do *sebastianismo* por parte da intelectualidade brasileira, o que demonstra a singularidade e ousadia de Euclides da Cunha. Mesmo que a sua abordagem seja investida de uma razoável carga de preconceitos, fruto das reflexões teóricas de sua época, há um deslocamento quando a temática passa a ser objeto de estudo historiográfico.

A “evolução” do *sebastianismo*, em Lúcio de Azevedo, acaba por taxionomizar e hierarquizar o conceito atinente às experiências específicas. Assim, mesmo que em poucas páginas, a temática sebástica em sua variante brasileira foi incorporada ao seu texto, como “manifestações” distintas da tradição sebástica portuguesa e, por isso,

Intencionalmente deixo de incluir nas manifestações do sebastianismo os fatos ocorridos no Brasil, em 1819 e 1838, na província de Pernambuco, onde de cada vez uma horda de fanáticos, que por sugestão de impostores esperava a vinda de D. Sebastião encantado, se entregou a excessos criminosos que só foram coibidos pela intervenção violenta da força armada.⁹⁹⁶

Os episódios de “1819” (Serra do Rodeador) e de “1838” (Pedra Bonita) foram associados às práticas de crenças populares que, no Brasil, também, faziam referência ao rei D. Sebastião.⁹⁹⁷ A leitura que Lúcio de Azevedo fez daqueles episódios é pautada pela noção de que houve uma “deturpação” do *sebastianismo* português. Do primitivismo e da leitura depreciativa pelos excessos de “cruzamentos”, compartilhando a tese de Euclides, reforça os efeitos perversos da miscigenação de crenças. Por isso, talvez se defendendo dos preconceitos lançados aos portugueses e, entre eles, a crença sebastianista, tão explorada durante os primeiros anos da República, fez questão de expôr as suas especificidades: “nada tinham tais

⁹⁹⁵ ABREU, Capistrano de. [Carta] 25/26 jun. 1918. Rio de Janeiro [para] João Lúcio de Azevedo. In: *Correspondência de Capistrano de Abreu*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977. v. 2, p. 102. Para um estudo específico sobre as cartas, ver: AMED, Fernando. *As cartas de Capistrano de Abreu: sociabilidade e vida literária na belle époque carioca*. São Paulo: Alameda, 2006.

⁹⁹⁶ AZEVEDO, João Lúcio de. *A Evolução do Sebastianismo...*, p. 116.

⁹⁹⁷ O autor tem como fonte principal, o texto: COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Folclore Pernambucano. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 70, pt 2.

fatos com a lenda do patriotismo português. A tradição, constante no povo, deformara-se ao contato da mestiçagem, mal integrada na civilização. Amalgamou-se com reminiscências dos contos das fadas, e o resto foi o recordar inconsciente de ritos bárbaros dos antepassados, nos tempos em que o sangue índio e africano se não mesclara ainda o do europeu.”⁹⁹⁸

Os limites de sua distinção passavam pela seguinte questão: embora se retome o rei D. Sebastião como objeto de crença, tais eventos não teriam qualquer relação com o *sebastianismo* português, de caráter mais longo, histórico e patriótico. Entretanto, não deixou de constatar que, arrefecido/extinto em Portugal, o *sebastianismo* ainda ecoava pelo Brasil:

De toda a maneira certo é que, deturpada do sentido inicial, não se extinguiu ainda a tradição do sebastianismo transplantada pelos colonos, nas regiões centrais do Brasil, menos acessíveis, em razão do afastamento e comunicações deficientes, a ação destruidora do tempo e das ideias, e lá permanece como na linguagem persistem certos vocábulos e modismos, hoje obsoletos, do tempo dos povoadores.⁹⁹⁹

O autor de *A Evolução* incorporou as teses de Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, sobre a continuidade e especificidades da crença sebastianista nos sertões do Brasil em consonância com a problemática cara aos estudos sobre a brasilidade: a “mestiçagem”. Ora, Euclides da Cunha é apresentado como um profundo “observador que tanto penetrou a alma rude dos semicivilizados, mescla de três raças – o índio, o africano e o português”.¹⁰⁰⁰ Apropria-se da noção de que este poderia ser visto por uma dupla leitura: uma relacionada às problemáticas sociais projetada num Messias que iria retirar o povo da miséria em que se encontrava e condenado pelo homem e pela natureza. Por outro lado, a associação de tal convicção a um “catolicismo degenerado, pelo culto das imagens, em adoração de fetiches, e frequentes vezes em pactos com a feitiçaria (...)”.¹⁰⁰¹ Reforçando, ainda mais, as diferenças, afirmou que, “em vez de anelar o redentor nacional, o povo ingênuo tem ali a esperança de um Messias que o resgatará da existência miserável de privações e trabalhos, de fomes e enfermidades, a que o condena a natureza inclemente, em um solo que a civilização não soube ainda afastar o flagelo das secas, nem vencer as forças exuberantes, que contrastam o trabalho do homem.”¹⁰⁰²

⁹⁹⁸ AZEVEDO, João Lúcio de. *Op. cit.*, p. 116.

⁹⁹⁹ *Id.*, p. 117.

¹⁰⁰⁰ AZEVEDO, João Lúcio de. *A Evolução do Sebastianismo...*, p. 117.

¹⁰⁰¹ AZEVEDO, João Lúcio de. *Op.cit.*, p. 117.

¹⁰⁰² *Id.*, p. 117.

De uma gramática pautada pela negatividade, Lúcio de Azevedo passa a dar importância ao evento de Canudos, uma marca trágica nas páginas da história do Brasil: “o número dos heróis sacrificados não se sabe; seriam centenas, podiam ser mais de mil. Centos ou milhar, o sucesso inseriu na História do Brasil uma página de tragédia, e assinala em traço lúgubre esta recente manifestação do delírio herdado da nacionalidade mãe.”¹⁰⁰³

Sendo assim, como já vimos em outros escritos, Lúcio de Azevedo retoma a gramática que nomeia o *sebastianismo* enquanto “seita” e reforça todo o repertório como “delírio” e os “sebastianistas” como “fanáticos”, “loucos”, “insanos” e acima de tudo, inerente à “alma rude dos semicivilizados” e de “um catolicismo degenerado” onde se cultuavam fetiches, imagens e pactos com a feitiçaria. Leitura que ainda reforçava a visão negativa da “mestiçagem” no Brasil e a propensão à barbárie e à violência. Mote que será largamente pelos saberes que irá, no decurso do século XX, associar Canudos, bem como os outros episódios, a problemática dos “movimentos sociais” (rústicos, neobrasileiros)¹⁰⁰⁴ e literatura.¹⁰⁰⁵

O repertório sebástico na obra de Euclides da Cunha é, a nosso ver, uma das passagens mais complexas. Dito de outra forma: ao ser convocado, Euclides estaria a reatualizar a longa tradição portuguesa e brasileira de negativização do *sebastianismo* como símbolo das “sobrevivências” de uma mentalidade a ser superada pelos ditames do “progresso” e da “civilização”. Ora, o ceticismo de alguns críticos (vide José Veríssimo) ou mesmo o silêncio de outros, não deixa de ser sintomático de uma problemática que parecia não se coadunar com o rol dos interesses dos críticos brasileiros, visto como um tema espinhoso e evitado mesmo pelos mais balizados.

Em meio à visão pessimista de Machado de Assis, eis que, “em Euclides, surge a esperança do povo, a mística do povo, a anunciação do povo brasileiro”¹⁰⁰⁶, no dizer de

¹⁰⁰³ *Id.*, p. 161.

¹⁰⁰⁴ Para uma abordagem sobre o tema, ver: POMPA, Cristina. A construção do fim do mundo: para uma releitura dos movimentos sócio-religiosos do Brasil “rústico”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 41, n. 1, p. 177-211, 1998.

¹⁰⁰⁵ Ainda recentemente foram descobertos alguns escritos de Fernando Pessoa nos quais fazia referências ao Brasil. O autor de *Mensagem* deu claro indício que tomou contato da obra *Os Sertões* e, assim como Euclides, ficara fascinado com a “loucura” de Antônio Conselheiro, reforçando a sua leitura pragmática do *sebastianismo* e do “quinto império”, donde o Brasil (o “Portugal Novo”) ocuparia um lugar relevante como propagador da língua portuguesa, destacando, a especialmente, figura do beato Antônio Conselheiro e as suas “profecias” e, em sua homenagem, escreveu: “À memória de Antônio Conselheiro, bandido, louco e santo, que, no sertão do Brasil, morreu, como um exemplo, com seus companheiros, sem se render, batendo-se todos, últimos Portugueses, pela esper[an]ça do Quinto Imp[é]rio e da vinda quando Deus quisesse, de El-R[ei] D. Sebast[ião], nos[so] Senh[or], Imperador do Mundo.” GOMES, Maria Amélia. Onde Se Surpreende o Sentido Pragmático do Seu Sebastianismo. In: LOPES, Teresa Rita. *Pessoa Inédito*. Braga: Livros Horizonte, 1993. p. 235; Ver também: PESSOA, Fernando. *Sebastianismo e Quinto Império*. Edição, introdução e notas de Jorge Uribe e Pedro Sepúlveda. Lisboa: Babel, 2011. p. 243.

¹⁰⁰⁶ ANDRADE, Oswald de. *Ponta de Lança*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2004. p. 173.

Oswald de Andrade. Se antes, foi sobredeterminado pela visão naturalista do *meio* e da *raça*, no início do século XX, aquele (o *sebastianismo*) foi incorporado a uma nova marca (junto ao cangaço, o coronelismo e o messianismo), como um novo regionalismo. Como afirmou Albuquerque Júnior, “o regional para o intelectual regionalista era um desfile de elementos culturais raros, pinçados como relíquias em via de extinção diante do progresso”.¹⁰⁰⁷

¹⁰⁰⁷ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *O Engenho Anti-Moderno: a invenção do Nordeste e outras artes*. Campinas. 1994. 500f. Tese (Doutoramento em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994. p. 52.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando, em 05 de outubro de 1897, caíram as últimas resistências da população do arraial de Canudos, nos sertões da Bahia, um grande regozijo tomou conta de parte da nação, pois finalmente o estado republicano brasileiro, com o seu poderoso exército, em sua quarta expedição, havia dizimado os “fanáticos” liderados pelo beato Antônio Conselheiro. Sobre aqueles sertanejos recaía a suspeita de envolvimento com a “restauração” da monarquia, deposta em 1889. Desconfiados com as informações oficiais, ou mesmo com o que constataram *in loco*, algumas vozes dissonantes começaram a problematizar os epítetos de “fanáticos” e “restauradores” ou “sebastianistas”, e buscaram as respostas para a surpreendente capacidade de resistência do sertanejo de Canudos em questões mais profundas. E uma delas passou pela intrigante interpretação da tese de que pelos rincões do Norte do Brasil ainda ecoava a atmosfera que aludia ao período inicial da colonização portuguesa na América. Referimo-nos especialmente ao publicista Euclides da Cunha que, em seu livro-denúncia, *Os Sertões* (1902), incorporou o repertório sebástico e chegou mesmo a defender uma “justaposição histórica [que] calca-se sobre três séculos” mantidos pela “rústica sociedade sertaneja” a cuja ambientação “nem lhe falta, para completar o símile, o misticismo político do *Sebastianismo*. Extinto em Portugal, ele persiste todo, hoje, de modo singularmente impressionador nos sertões do norte.”¹⁰⁰⁸

Conforme foi exposto, esta alusão ao universo mental em que se gestou a crença sebástica em Portugal não foi aleatória. Está no cerne de uma abordagem mais complexa como a fez o historiador Oliveira Martins, em sua *História de Portugal* (1879). Como já discutimos em lugar próprio, na sua “resposta aos críticos da *História de Portugal*”, em 1880, o insigne historiador afirmou que ali estava a sua “descoberta”. Ora, o tratamento que deu ao tema, envolto numa complexidade interdisciplinar e intertextual, acabou por inaugurar uma nova abordagem sobre o *sebastianismo*. Constatação de que o fenômeno ganhara uma relevância intelectual e cultural, a despeito de seu longo processo de depreciação enquanto manifestação empírica e grupal. Por este prisma, a nossa primeira hipótese se comprovou pela convicção de que o *sebastianismo* consistiu, enquanto conceito, numa elaboração das últimas décadas do século XIX. E o que buscamos afirmar também foi que, até então, os diferentes repertórios que compunham o que se nomeava como *sebastianismo* estavam associados à história e ao mito de D. Sebastião e ao trágico desfecho de Alcácer Quibir, em 1578, ou, num

¹⁰⁰⁸ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*..., p. 141.

prolongamento destas questões, à uma conotação de “seita”, quando, nas poucas vezes, aparecia a palavra “sebastianismo”. Os efeitos deste trabalho de Martins também ressoaram na concretização de uma versão brasileira sobre o tema, tendo o seu principal exemplo na obra de Euclides da Cunha.

Na sequência, a compreensão da sedimentação deste conceito, em Portugal e no Brasil, exigiu uma análise mais elástica que não se restringiu aos dois autores (Oliveira Martins e Euclides da Cunha), mas passou necessariamente por uma abordagem que identificou as particularidades entre as experiências sebásticas, em níveis diferenciados, em Portugal, sua matriz, e no Brasil, seu novo ambiente de reatualização. Esta constatação implicou num tratamento específico do tema que ganhou seu ápice no século XIX ao longo de um processo de rarefação/desgaste das crenças individuais e grupais para um tratamento mais intelectualizado, sobretudo em Portugal. Ora, se isto ocorreu em Portugal, no Brasil, este processo de expansão e de reatualização da crença não pode ser explicado nem compreendido pela prática escriturística da citação da citação, da catalogação, da tradição das origens ou mesmo de alguns debates sobre a cultura luso-brasileira (onde o *sebastianismo* é um tema quase ausente), como tem sido corrente em alguns trabalhos brasileiros, e como saímos optamos por um exercício hermenêutico que focalizou a emergência de uma produção regular sobre o tema em consonância com as questões de afirmações de ídoles identitárias.

Levando em consideração os fundamentos metodológicos de uma história comparada, ao invés de buscarmos uma proposta generalizante, a construção do objeto de investigação se deu pela perspectiva de uma história-problema a partir de um exercício “arqueológico”. Para a nossa proposta inicial, captamos o ponto fulcral do trabalho: a emergência do *sebastianismo* enquanto tema intelectualizado e alguns itinerários (ou metamorfoses, de acordo com usos e convocatórias particulares) tomados no cenário luso-brasileiro pelo mito de D. Sebastião.

Detectamos pontos comuns: a recorrência à expressão “extinto”, conforme já vimos na primeira parte deste trabalho. De certa forma, buscou-se afirmar que a perda da crença se configurou como uma necessidade de busca e a sua capacidade de manutenção deu-se pela potencialidade de propagação por diferentes suportes escriturísticos. Por outras palavras, as vozes perdidas dos crentes sebastianistas foram sendo recuperadas pela filtragem daqueles autores que tiveram a capacidade de ouvi-las, de lhes dar um novo corpo, um novo tratamento, transformando a tradição, produzindo novos efeitos, usos e interpretações – preocupação já aludida por Almeida Garrett, em *As Profecias do Bandarra* (1845), e por Oliveira Martins, ao convocar a imagem do “velho de barbas brancas” (1880), enquanto que

no Brasil, sem perder de vista um processo análogo (Ferdinand Denis, 1846; Charles Expelly, 1863; Attico de Souza Leite, 1875; Coriolano de Medeiros, 1911), relatos de crenças sebastianistas ainda são captados em nossa atualidade, como é o caso da Ilha dos Lençóis, no Maranhão.

Na verdade, a temática sebástica passou por um duplo espaço estratégico de escrita. Por um lado, foi fruto da cultura clássica, da curiosidade, da catalogação e sistematização pelos dicionários, enciclopédias e outros meios de divulgação, como o romance histórico. Por outro, foi se tornando um espaço da negativização (sobretudo, a partir da época pombalina), pois a sua persistência (sobrevivência) incomodava aos novos ditames do progresso e da ciência, ótica que ganhou relevância pela historiografia liberal e uma versão mais radical pelos republicanos e positivistas. Foi por este viés que saímos de uma cultura exótica e folclórica da figura do sebastianista para perceber que ela se tornava cada vez mais anacrônica.

Conforme analisamos, a crença sebástica logo cedo teve seus ecos/prolongamentos específicos no Brasil, mas foi, sobretudo, no decurso do século XIX, que ela teve mais evidências. Não deixou de chamar a atenção dos viajantes estrangeiros a existência de alguns membros da “seita” dos sebastianistas. Foi o que constatou o viajante Ferdinand Denis, no início do século XIX, quando afirmou que “qualquer que seja o grau de superstição, necessária para fazer parte de semelhante associação, o número de indivíduos que acreditam na existência de D. Sebastião nem por isso é menos considerável; pode elevar-se a cerca de três mil pessoas, tanto no Brasil como em Portugal.”¹⁰⁰⁹ Nesta fase, os ecos sebásticos ainda estavam em consonância com os destinos de Portugal, sobretudo com as tensões políticas que marcaram a chamada “Questão sebástica”, com as invasões francesas e o deslocamento da família real para o Brasil. Se o período foi de efervescência no reaparecimento do “aluvião dos sebastianistas”, conforme combateu o padre Agostinho de Macedo, foi também o momento em que se teve o episódio grupal da Serra do Rodeador, no interior da Província de Pernambuco, entre 1819 e 1820.

Contudo, a despeito de uma presença cada vez mais rara da figura do crente sebastianista, a sua especificidade brasileira foi mais bem demarcada através do episódio da Pedra Bonita, também ocorrido em Pernambuco, entre 1836 e 1838. Este teve uma perspectiva apocalíptica e sacrificial, transformou, como bem disse a historiadora Lucette Valensi, a “espera” em “ação”, não era mais o rei histórico, mas uma figura mítica apropriada

¹⁰⁰⁹ DENIS, Ferdinand. *Brasil* (1ª. edição 1836). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. p. 141.

pelo processo de “folclorização”¹⁰¹⁰. Sua singularidade chamou a atenção de vários escritores que foram dando corpo a escritos, reatualizados de acordo com as questões literárias e nacionais em voga (Ferdinand Denis, Attico de Souza Leite, Araripe Júnior). Este episódio da Pedra Bonita, ou do Reino Encantado, será tomado pela literatura brasileira e portuguesa como um exemplo emblemático de uma crença sebástica não pacífica. Bem exposta nas palavras de Ferdinand Denis, autor que transitou pelos dois espaços e afirmou que “a crença destes sectários não se manifestou em toda a parte com mostras tão pacíficas” quando um “sebastianista, que logrando dominar os seus compatriícios, lhes anunciou, em nome de el-rei D. Sebastião, que o soberano de um mundo encantado, ressuscitara, e ia aparecer nas solidões da América meridional, à frente de numeroso e magnífico exército.”¹⁰¹¹

Ao mesmo tempo, também abordamos que este episódio ganhou um tratamento mais específico através de Attico de Souza Leite, em *Memória sobre a Pedra Bonita* (1875), que se tornou, indiscutivelmente, uma base para outros estudos (Araripe Júnior, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, Ariano Suassuna), que pode ser visto como um trabalho de campo que buscou, através de fontes diversas, dar corpo a uma análise mais profunda sobre esta versão da crença sebástica no Brasil: alusão a um folheto (que provavelmente foi uma adaptação das *Trovas* de Bandarra), que se conta, ainda estava em “voga”, sobre o “misterioso desaparecimento d’El-Rei Dom Sebastião na batalha de Alcácer Quibir, e da sua esperada e quase infalível ressurreição”; a referência a um líder carismático que divulgava e atraía parte da população para um espaço de crença (neste caso, as duas altas pedras em formato coniforme), e a ideia do rei d. Sebastião como envolto a um mundo de “encantos” cuja “restauração” traria um mundo de riquezas¹⁰¹², e transformação de uma lógica disfórica em eufórica.

Esta perspectiva, como vimos, foi compondo outros significados. No Brasil, a crença sebástica foi ganhando uma ambientação própria, grupal, não mais envolta numa perspectiva nacional ou de “restauração” do Reino de Portugal, mas na “restauração” do Paraíso, de uma espécie de País da Cocanha que atenderia às necessidades mais imediatas da população. Contudo, o tratamento dado por estes autores demarcou, também, uma perspectiva que será fortemente explorada na segunda metade do século XIX, a visão de que tais práticas de

¹⁰¹⁰ VALENSI, Lucette. *Fábulas da Memória: a gloriosa batalha dos três reis*. Lisboa: Edições ASA, 1996. p. 204-214.

¹⁰¹¹ DENIS, Ferdinand. *Brasil...*, p. 141.

¹⁰¹² LEITE, Antônio Attico de Souza. *Memória sobre a Pedra Bonita...*, p. 221.

crenças (como o prolongamento da seita ou “religião do sebastianismo”¹⁰¹³) estariam impregnadas de superstição, misticismo e barbárie numa época em que havia a preocupação com a civilização e com o progresso.

No cômputo destas comparações, deve-se constar que alguns publicistas republicanos, portugueses e brasileiros, tomaram o “15 de Novembro de 1889” como marco para uma ruptura. Em nossa análise, deu-se atenção aos usos que estes publicistas fizeram do repertório sebástico no Brasil e em Portugal como um campo de reciprocidade para atuação contra a monarquia. Na verdade, em nosso exercício arqueológico este aparece como uma novidade, pois são responsáveis pela proliferação do conceito e, mais que isso, pela reatualização do próprio tema. Ao convocarem os termos *D. Sebastião*, *sebastianistas* e *sebastianismo*, para o cenário político, sobretudo brasileiro, em função da reatualização do espectro do “rei ausente”, o seu uso como uma tentativa de degaste acabará por auxiliar na incorporação definitiva dos conceitos.

Ora, apresentamos os radicais republicanos, também alcunhados de jacobinos, que, imbuídos de positivismo, no tenso momento da república brasileira, buscaram construir uma assimetria através do uso exacerbado do repertório sebastianista cujos ecos de sua banalização ganharam corpo nos periódicos. É desta verdadeira batalha verbal, nacionalista, antilusitana, anticlerical e antimonarquista que se sairá dos centros urbanos e se projetará para Canudos os ecos de uma resistência restauradora que alarga a dimensão discursiva sebástica para os sertões da Bahia.

Se o republicano Euclides da Cunha vai se distanciando da lógica política dos radicais republicanos¹⁰¹⁴, não deixa de ser interessante o deslocamento que ele fez em relação à sua visão sobre Canudos em clara discordância daqueles. É que para a sua análise do *sebastianismo* convocou um viés teórico que o distanciou dos positivistas (conforme também já vimos em Portugal, no debate entre Oliveira Martins e os positivistas portugueses). Esse tratamento foi dado em diálogo direto com um evolucionismo não ortodoxo, em consonância com as problemáticas brasileiras de finais do século XIX. Ora, se para os críticos brasileiros a tópica sebastianista, em Euclides da Cunha, pareceu tangencial, ou mesmo estilística, para outros, defendemos que, à semelhança do que fizera Oliveira Martins, em relação a Portugal, o *sebastianismo* era um tema relevante, pois, no caso brasileiro, constituía uma espécie de

¹⁰¹³ ARARIPE JUNIOR, Tristão de Alencar. *O Reino Encantado*: chronica sebastianista. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Noticias, 1878. p. 56.

¹⁰¹⁴ CUNHA, Euclides da. Nativismo Provisório. In: _____. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Aguilar Editora, 1966. p. 187-190.

sobrevivência que ainda possuía, ao nível das mentalidades, a capacidade de mobilizar pessoas, em um meio e vivências históricas específicas.

Na sequência destas considerações, sentimos necessidade de levar em conta e testarmos a hipótese segundo a qual Canudos só ganhou maior relevo – no horizonte estereotipado – como um investimento para a compreensão do fenômeno pelas vias do caráter liberal e conservador da República, por depreciação, largamente explorada pelos republicanos; e, a sua politização, mesmo que se tratasse de um grupo que não tinha um perfil ideológico. Ao mesmo tempo, não se pode escamotear o papel que teve a imprensa republicana na retomada e proliferação do conceito. Na verdade, este exercício dos republicanos constitui-se numa das reelaborações e usos do *sebastianismo* em fins do século XIX em consonância com as novas vertentes teóricas e (in)capacidades de mobilização política e de construções identitárias, incluindo o próprio Euclides da Cunha.

Para este estudo, Euclides da Cunha fez de Canudos o seu laboratório, o seu “fragmento de espaço”, e de 1897, o seu “intervalo de tempo”¹⁰¹⁵, para numa perspectiva explicativo-compreensivista abordar uma sociedade que, fruto do “insulamento”, vivia ainda num nível evolutivo diferenciado e que ainda mantinha uma justaposição mental com a fase inicial da colonização portuguesa nos trópicos. Esta, eivada de uma percepção ibérico-medieval reforçada por vários exemplos dados pelo autor como o vaqueiro, “a forma grosseira de campeador medieval desgarrado em nosso tempo”.¹⁰¹⁶ Por isso, o caráter “excepcional” dessa experiência permitiu-lhe um exercício de “refluxo ao passado” que buscou, através do fator psicológico, visto como um “documento”, a compreensão de uma problemática do presente (não se pode deixar de convocar aqui, o exemplo do tratamento dado por Oliveira Martins ao episódio português da Maria da Fonte¹⁰¹⁷, em meados do século XIX).

Um bom indício desse caminho tomado por Euclides da Cunha, na sua tentativa de compreensão da identidade brasileira em gestação, encontra-se na crítica que lançou a outros trabalhos, dos quais citamos, em especial, a sua apreciação de *O Brasil Mental* (1898), de Sampaio Bruno, quando apresenta algumas limitações de abordagens sobre o Brasil. É que, contrariando a versão corrente (e permanentemente reatualizada) de uma cultura luso-brasileira, o estudioso terá “que a considerar sob o império de suas energias reais, de forças

¹⁰¹⁵ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões...*, . p. 616.

¹⁰¹⁶ CUNHA, Euclides da. *Op.cit.*, p. 122.

¹⁰¹⁷ MARTINS, J. P. de Oliveira. *Portugal Contemporâneo*. 3. ed. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, 1895. t. 2, p. 183-196.

definidas condenadas na resultante de uma civilização característica, e afastar todas as que se erigem efêmeras e dispersivas emergindo do fanatismo ou caprichos literários.”¹⁰¹⁸

Assim, como Oliveira Martins buscou inspiração em Luís de Camões para dar início a sua incursão de historiador, Euclides da Cunha teve uma inspiração para compreensão da particularidade da identidade brasileira no poeta Castro Alves, conforme expôs em sua única conferência. É que a inserção do Brasil na marcha da “civilização” passava por um debate sobre as ídoles nacionais, e no caso brasileiro, diferentemente de Portugal (cujas análises eram projetadas para o passado, em consonância com o debate sobre a *decadência*), teria havido uma inversão da “ordem dos fatos” já que o forjar a *nacionalidade* brasileira dependia do longo processo de consolidação da “evolução social” e não o contrário, da sua “evolução biológica”. Por outras palavras, afirmou Euclides da Cunha que ainda “somos uma raça em ser”. Estamos ainda na instabilidade característica das combinações incompletas. E nesses desequilíbrios inevitáveis, o que desponta na nossa palavra – irresistivelmente ampliada – parece-me, às vezes, ser o instinto, ou a intuição subconsciente, de uma grandeza futura incomparável”.¹⁰¹⁹ Portanto, uma visão que não se encerra no pessimismo, mas que busca tirar a partir das suas “observações diretas”, um relampejo de otimismo quanto ao futuro da nação.

Desta forma, partindo de uma perspectiva evolucionista, deu ênfase ao *meio* e à *história* para compreender o *homem* e, em função desta postura, lançou a sua tese: “não temos unidade de raça”. Sem fugir da questão principal que desafiava a intelectualidade brasileira de fins do século XIX e inícios do século XX, e que passava pela problemática da “mestiçagem”, Euclides da Cunha enfrentou a questão pela constatação de que o tipo “brasileiro” fazia parte de um “composto indefinível”. Ao encontrar “alguma coisa que é estável, um ponto de resistência recordando a molécula integrante das cristalizações iniciadas. E era natural que, admitida a arrojada e animadora conjectura de que estamos destinados à integridade nacional, *eu visse naqueles rijos caboclos, o núcleo de força da nossa constituição futura, a rocha viva de nossa raça.*”¹⁰²⁰

Isto quer dizer: um estudo sobre o Brasil precisa levar em consideração as suas componentes étnicas – essa peculiaridade, associada à sua mentalidade/psicologia. Contudo,

¹⁰¹⁸ CUNHA, Euclides da. O “Brazil Mental”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 24, n. 7178, p. 1, 11 jul. 1898.

¹⁰¹⁹ CUNHA, Euclides da. Castro Alves e seu tempo. In: _____. *Trabalhos Esparsos de Euclides da Cunha*. Organização de José Murilo de Carvalho, Alberto Venâncio Filho e Affonso Arinos de Mello Franco. Rio de Janeiro: ABL, 2009. p. 112.

¹⁰²⁰ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões...*, p. 615. (Grifo nosso).

partindo desta interpretação histórica, onde se encontra a leitura martiniana, podemos esboçar uma diferença entre Euclides e Martins no que tange ao *sebastianismo* e à problemática da *nacionalidade* que deve ser considerada. Enquanto Martins aborda o regresso – uma involução, ou como uma “utopia regressiva”, Euclides enfoca o “cerne da nacionalidade” e o regresso não vai ao sentido da civilização, mas é uma ponta do *iceberg* para uma projeção de futuro.

Na nossa perspectiva, é aí que se tem outra novidade no tratamento que Euclides da Cunha deu ao *sebastianismo*. Foi beber na fonte de Oliveira Martins a perspectiva de abordagem sobre uma mentalidade anacrônica. Não se tem, na crítica brasileira, sopesado esta convocatória (ficando, em geral, restrita à citação da citação) do *sebastianismo* em Oliveira Martins como gancho para a justificativa da permanência de práticas avoengas, do tempo dos colonizadores, ainda em pleno século XIX. Euclides convocará os mesmos recursos de Martins, mas adequados ao sertão brasileiro. Eis outra questão inovadora, mas isto não explica tudo.

A “mestiçagem de crenças” também se mostrou um importante referencial para reforçar a sua tese sobre a instabilidade de uma “raça” ainda não formada. É neste sentido, que convocou o exemplo da tragédia da Pedra Bonita. E o personagem-tipo, o beato Antônio Conselheiro. É nele que Euclides condensou toda a sua exposição, ele seria a síntese de tudo o que havia exposto: diferentemente da visão que o nomeava como um “degenerado”, Euclides o viu como um “retrógrado”. Era um homem atual para outra temporalidade. Ele seria o homem das “barbas brancas” de Oliveira Martins.

Portanto, conforme buscamos argumentar, criaram-se as condições para a banalização dos termos, através de seu regular uso, e a convocatória de Euclides da Cunha não pode ser vista de forma unilateral, nem simplificada, pois direta ou indiretamente acabou por reforçar discursivamente uma especificidade brasileira do fenômeno. Se a figura do “sebastianista” e o *sebastianismo* vieram à tona com regularidade na década de 1890 no Brasil, no dealbar do século XX tem-se uma noção de como foi incorporado ao legado político e cultural. O atento historiador Capistrano de Abreu, em seu diálogo com João Lúcio de Azevedo, chegou mesmo a afirmar que tinha “muitas dúvidas sobre o sebastianismo alegado por Euclides da Cunha”, uma espécie de “sebastianismo *art nouveau*” e esclarece: “a cousa caiu no gotto (*sic*) do público, a palavra circulou e quando a monarquia veio abaixo, começaram a ser chamados

sebastianistas os que não aderiram à nova ordem de cousas. É o sentido em que conheço a palavra. Terá Euclides se equivocado?”¹⁰²¹

Por outro lado, o historiador João Lúcio de Azevedo, em sua “evolução” do *sebastianismo*, talvez tenha sido o que mais buscou dar um lugar próprio à crença sebástica no Brasil em comparação com a símile portuguesa. Reforçou o lugar da ação através dos episódios (Serra do Rodeador, Pedra Bonita e Canudos) pelo crivo da violência e pela dimensão popular ligada ao processo da “mestiçagem” e seus efeitos. Diferentemente do *sebastianismo* português, que tinha a sua dimensão histórica e patriótica, não deixava de ser impressionante o fato de o fenômeno ainda ecoar, enquanto prática, e com todas as suas alterações, pois “não se extinguiu ainda a tradição do sebastianismo transplantada pelos colonos, nas regiões centrais do Brasil, menos acessíveis, em razão do afastamento e comunicações deficientes, a ação destruidora do tempo e das ideias, e lá permanece como na linguagem persistem certos vocábulos e modismos, hoje obsoletos, do tempo dos povoadores.”¹⁰²²

Neste sentido, se declaramos os limites do trabalho, também elencamos outras possibilidades de pesquisa que poderão ser realizadas futuramente. No cômputo desta experiência de investigação, em acervos portugueses e brasileiros, muitos temas associados, direta ou indiretamente ao *sebastianismo* ficaram carentes de uma maior investigação, entre os quais, elencamos: a tradição da Ilha Encoberta e suas metamorfoses no decurso de século XIX (Ilha dos Lençóis – deslocamento do sertão para o mar e onde o Desejado se tornou Encantado); a incorporação e usos do termo *sebastianismo* no Brasil no período posterior à fase tensa da República (a banalização do tema não ficou restrita aos periódicos estudados, além de outros coevos, passou a ser corrente a utilização da expressão, sobretudo na perspectiva que a fez Capistrano de Abreu); a literatura regionalista e a literatura integralista que deram corpo aos temas e situações específicas; e a ressonância da literatura sebástica – Antônio Quadros, e sua sensibilidade para estudar a cultura literária luso-brasileira.

Outrossim, devemos salientar que, no trânsito de uma interação cultural luso-brasileira, o *sebastianismo* acabou por se tornar uma projeção que, se em decadência, no universo das práticas, sobretudo em Portugal, seus ecos continuaram e continuam a instigar ambientações de crença como fomentador de novas identidades no Brasil, seja através da

¹⁰²¹ ABREU, Capistrano de. [Carta] 25/26 jun. 1918. Rio de Janeiro [para] João Lúcio de Azevedo. In: *Correspondência de Capistrano de Abreu*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977. v. 2, p. 102.

¹⁰²² AZEVEDO, João Lúcio de. *A Evolução do Sebastianismo*. 2. ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1947. p. 117.

componente salvacionista e messiânica, uma espécie de “complexo de D. Sebastião”¹⁰²³, das cavalgadas à Pedra do Reino ou dos crentes sebastianistas da Ilha dos Lençóis, no Maranhão, embora estes comecem a sentir um esfacelamento da tradição de crença e uma preocupação com a possibilidade de “Rei Sebastião” mudar de lugar. É como se o interesse pela crença por parte dos estudiosos fosse o sinal maior de arrefecimento da relação cotidiana entre o sujeito crente e o objeto crido.

¹⁰²³ WISNIK, José Miguel. Complexo de d. Sebastião. Entrevistador: Ivan Marsiglia. Disponível em: <http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,complexo-de-d-sebastiao,1527395>. Acesso em: 13 jul. 2014.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. ACERVOS PESQUISADOS

Brasil

Arquivo Nacional, Rio de Janeiro;
Biblioteca Átila Almeida, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande;
Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro;
Casa de Cultura, Serra Talhada, Pernambuco;
Museu Digital de Ariano Suassuna, Recife, Pernambuco;
Real Gabinete Português de Leitura, Rio de Janeiro;

Portugal

Biblioteca Central da Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra;
Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de Coimbra, Coimbra;
Biblioteca do Instituto de História e Teoria das Ideias, Universidade de Coimbra, Coimbra;
Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Coimbra;
Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa;
Biblioteca Pública da Câmara Municipal de Coimbra, Coimbra;
Biblioteca Pública Municipal do Porto;
Fundação António Quadros, Lisboa;

Sites online com documentos digitalizados

<http://archive.org/>
<http://arquivodigital-7cv.blogspot.com.br/>
<http://books.google.com.br/>
<http://brasiliana.com.br/>
<http://brasiliana.usp.br/>
<http://gutemberg.org/>
<http://hemerotecadigital.bn.br/>
<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/>
<http://museu-emigrantes.org/>
<http://pt.wikisource.org/>
<http://wikipedia.org/>
<http://www.bn.br/portal/>
<http://www.bnportugal.pt/>

2. FONTES

2.1 Fontes periódicas

Jornal A Voz Pública (1891-1895)

COSTA, José Soares da Cunha e. Brazil. Porto, 14 out. 1893.
MESSIANISMO. Porto, 03 set. 1895.
MINUSCULUS. A Hespanha e Portugal em Marrocos. Porto, 11 nov. 1893.

MONARCHIA e Republica. 03 jul. 1891.
MORTE do Ex-imperador. 06 dez. 1891.
MORTE do Ex-imperador. Porto, 06 dez. 1891.
O SEBASTIANISMO cômico. Porto, 21 out. 1893.
REPUBLICA Brasileira – Boatos Graves: o sebastianismo dos portugueses. Porto, 21 nov. 1893.
SEBASTIANISMO cômico. Porto, 22 out. 1893.
SEBASTIANISMO cômico. Porto, 26 out. 1893.
SEBASTIANISMO malcreado. Porto, 02 nov. 1893.
SEBASTIANISMO político. Porto, 24 out. 1893.
SEBASTIANISMO telegraphico. Porto, 25 out. 1893.
VIDEIRA, José Carrilho. Carta do Brazil. Porto, 11 ago. 1891.
VIDEIRA, José Carrilho. Carta do Brazil. Porto, 11 ago. 1891.
VIDEIRA, José Carrilho. Carta do Brazil. Porto, 12 fev. 1892.
VIDEIRA, José Carrilho. Carta do Brazil. Porto, 26 mar. 1892.
VIDEIRA, José Carrilho. Carta do Brazil. Porto, 27 abr. 1892.
VIDEIRA, José Carrilho. Carta do Brazil. Porto, 29 dez. 1891.

Jornal A Bomba (1894)

A BOMBA. Capital Federal, 01 set. 1894.
ANTIGAMENTE. Capital Federal, 07 set. 1894.
BAMBOCCIA. Cabeçallos. Capital Federal, 30 nov. 1894.
CALDEIRÃO de Pedro Botelho – D. Sebastião. Capital Federal, 15 nov. 1894.
CALDEIRÃO de Pedro Botelho – XXI. O Apostolo. Capital Federal, 23 nov. 1894.
CAROBA, Sebastião. Um Sebastianista (conto ligeiro). Capital Federal, 26 out. 1894.
E SEREMOS Florianistas. Capital Federal, 11 dez. 1894.
ESTRANGEIRISMO. Capital Federal, 01 set. 1894.
O JACOBINO. Capital Federal, 29 set. 1894.
O REDIVIVO. Capital Federal, 19 out. 1894.
SÃO COUSAS da Republica. Capital Federal, 15 set. 1894.

Jornal O Republicano (1895-1896)

A MONARCHIA. Fortaleza, 25 jan. 1896.
ANTONIO Bezerra. Fortaleza, 07 dez. 1895.
AOS NOSSOS confrades. Fortaleza, 01 fev. 1896.
ARTILHEIRO. Lanternetas. Fortaleza, 01 dez. 1895.
ARTILHEIRO. Lanternetas. Fortaleza, 28 dez. 1895.
ARTILHEIRO. Lanternetas. Fortaleza, 28 dez. 1895.
AZEVEDO, Lindolpho. O arbitramento. Fortaleza, 11 jan. 1896.
CALIBAN. Estamos tristes. Fortaleza, 01 dez. 1895.
CASTELLAR, Emílio *apud* O REPUBLICANO. Fortaleza, 01, 28 dez. 1895.
COM OS LOUCOS. Fortaleza, 01 dez. 1895.
CYNICOS! Fortaleza, 02, 11 jan. 1896.
DIABLE. Marca Satan! Fortaleza, 01 dez. 1895.
DIABLE. Marca Satan! Fortaleza, 07 dez. 1895.
DIABLE. Marca Satan! Fortaleza, 21 dez. 1895.

F. S. A Republica Democratica. Fortaleza, 28 dez. 1895.
F. S. O Republicano (18 dez. 1895). Fortaleza, 21 dez. 1895.
FERNANDES, J. A. Bellezas da Monarchia – conclusão. Fortaleza, 11 jan. 1896.
FERNANDES, J. A. O Codinome de Redemptora applicado à princeza Izabel. Fortaleza, 24 nov. 1895.
FERNANDES, J. A. O Republicano. Fortaleza, 07 dez. 1895.
FÓRA a monarchia! Fortaleza, 25 jan.1896.
GHOEL no Ceará. Fortaleza, 13 dez. 1895.
HOMEM, Torres. A República Desvalida. Fortaleza, 25 jul. 1896.
MALLAT n. 12. A opposição. Fortaleza, 21 dez. 1895.
MASCARILLO. Sebastianistas. Fortaleza, 01 dez. 1895.
NÃO SE ENGANEM. Fortaleza, 24 nov. 1895.
O REPUBLICANO, de volta. (Edição Especial). Fortaleza, 25 jul. 1896.
O REPUBLICANO. Fortaleza, 01 dez. 1895.
O REPUBLICANO. Fortaleza, 01 fev.1896.
O REPUBLICANO. Fortaleza, 24 nov. 1895.
O REPUBLICANO. Fortaleza, 25 jan.1896.
O REPUBLICANO. Fortaleza, 28 dez. 1895.
O SENTINELLA. Em fim! Fortaleza, 07 dez. 1895.
OSODRAC, G. Exterminemo-los! Fortaleza, 13 dez.1895.
RODRIGUES JÚNIOR, Capitão J. A. de. Enterro de um monarchista. Fortaleza, 07 dez.1895.
TRISTE situação! Fortaleza, 07 dez. 1895.

Jornal O Estado de S. Paulo (1898)

CUNHA, Euclides da. Excerpto de um livro inedito. São Paulo, 19 jan. 1898.
CUNHA, Euclides da. O “Brazil Mental”. São Paulo, 11 jul. 1898.
D. X. (Euclides da Cunha). Um livro sobre o Brasil. São Paulo, 14 fev. 1898.

Diário da Bahia

DR. EUCLYDES da Cunha. Salvador, 14 out. 1897.

Jornal O Jacobino (1894-1897)

13 DE MAIO. Capital Federal, 11 mar. 1895.
21 de Abril. Capital Federal, 20 abr. 1895.
À BALA! Capital Federal, 06 fev. 1897.
A IMPRENSA. Capital Federal, 19 set. 1894.
AH! SEBASTIANISTAS! Capital Federal, 05 dez. 1894.
AO RESSUGIR-VOS. Capital Federal, 06 abr. 1895.
A BOMBA. Capital Federal, 26 set. 1894.
BRAVO! Capital Federal, 19 set. 1894.
DESABAFEMO-NOS! Capital Federal, 01 ago. 1896.
ESTATUA a Monroe. Capital Federal, 18 nov. 1894.
FÉ DE OFÍCIO: homenagem d’O Jacobino a Moreira Cesar. Capital Federal, 13 mar. 1897.
FREI CANECA. Capital Federal, 01 dez. 1894.

HYPOCRITAS!(Editorial). Capital Federal, 27 mar. 1897.
JACOBINO – há seis anos! Capital Federal, 15-16 nov. 1895.
MENDES, Henrique. O Herói. Capital Federal, 13 mar. 1897.
NO SERTÃO da Bahia. Capital Federal, 19 dez. 1896.
O PARTIDO Jacobino. Capital Federal, 19 set. 1894.
O SEBASTIANISMO. Capital Federal, 19 out. 1895.
QUE TRATANTE! Capital Federal, 19 set. 1894.
REPUBLICA ou Morte! Capital Federal, 10 abr. 1897.
SEBASTIANISMO. Capital Federal, 18 nov. 1894.
SEBASTIANISMO. Capital Federal, 21 nov. 1894.
SEBASTIANISTAS. Capital Federal, 09 nov. 1895.
TESTAMENTO Político. Capital Federal, 29 set. 1895.

Revista O Occidente (1878)

CHAGAS, Manoel Pinheiro. A ponte de Alcacer-Kibir. Lisboa, 01 ago. 1878.

Semanário

MACEDO, Jorge Borges de (entrevista). O Sebastianismo é uma posição política. Lisboa, 13 abr. 1985.

Revista O Panorama (1837-1868)

[HERCULANO, Alexandre]. Quadros da História Portuguesa III – Batalha de Alcacerquibir (1578). Lisboa, 07 out. 1837.
BORDALO, F. M. D. Sebastião o Desejado – lenda nacional. Lisboa, 02 dez. 1854; 09 dez. 1854; 16 dez. 1854; 23 dez. 1854; 30 dez. 1854; 06 jan. 1855; 13 jan. 1855.
C., J. da C. N. Paralelos Históricos – o imperador Carlos 5º. em Tunes, elrei D. Sebastião em Alcacerquibir. Lisboa, 28 dez. 1844.
CARTA do Bispo Osorio ao Confessor de D. Sebastião. Lisboa, 24 abr. 1841; 01 mai. 1841.
CHAGAS, Pinheiro. Poetas e Prosadores. Lisboa, 1868.
HERCULANO, Alexandre. Archeologia Portuguesa – VIII – 1578 – Aspectos de Lisboa ao ajuntar-se e partir a armada para a jornada d’Alcacer-Quibir. 07 out. 1843.
HERCULANO, Alexandre. Introdução. Lisboa, 06 mai. 1837.
HERCULANO, Alexandre. Pouca luz em muitas trevas (1579-1580). Lisboa, 07 set. 1844.
MARRECA, A. de O. A Batalha d’Alcacer-Quibir, e a Invencível Armada. Lisboa, 17 set. 1842.
P. M. (Paulo Midosi). Manuel de Sousa Coutinho - [romance histórico] - 1578 a 1632 – I. A partida para África. Lisboa, 23 jul. 1842;
P. M. (Paulo Midosi). Manuel de Sousa Coutinho - [romance histórico] - 1578 a 1632 – II. A Batalha. Lisboa, 30 jul. 1842.
P. M. (Paulo Midosi). Manuel de Sousa Coutinho - [romance histórico] - 1578 a 1632 – (Conclusão). O Peregrino. Lisboa, 06 ago. 1842.
RELAÇÃO das cousas que aconteceram em a cidade de Angra, Ilha Terceira, depois que se perdeu El-Rei D. Sebastião em Africa. Lisboa, 17 mai. 1856.

Folha de S. Paulo

CARIELLO, Rafael. Intelectuais petistas vêem Lula como “antimessias”. São Paulo, 02 nov. 2002.

ENTREVISTA com José Saramago, “O Homem Duplicado”. São Paulo, 02 nov. 2002.

MARTINS, José de Souza. Lula reaviva sebastianismo. Entrevistador: Caio Ceramico Soares. São Paulo, 03 nov. 2002.

Jornal Público

COELHO, Alexandra Prado. Por que é que D. Sebastião fascina o Brasil? Porto, 18 jan. 2012.

2.3 Vídeo e sonografia

A GUERRA de Canudos. Dir. Sérgio Resende. Brasil: Sony Pictures, 1997. 1 DVD (170 min), son., color.

A ILHA de Dom Sebastião [Documentário]. Produção: Câmara 4. Brasil: TV Câmara, 2006. 1 vídeo (24 min.), son, color. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/tv/materias/DOCUMENTARIOS/186746-A-ILHA-DE-DOM-SEBASTIAO---VERSAO-INTEGRAL.html>. Acesso em: 28 out. 2013.

AS PROFECIAS do Bandarra. Realização: Correia Alves. Portugal: RTP, 1972. 2 partes online (56 min.) Disponível em: <http://www1.rtp.pt/rtpmemoria/?t=AS-PROFECIAS-DOBANDARRA.rtp&article=1776&visual=2&layout=5&tm=8>. Acesso em: 07 jan. 2012.

RIFAI, José; CAVACO, Alemão do; TEIXEIRA, Ernesto (compos.). O Príncipe Encoberto ou a busca de S. Sebastião de São Luiz do Maranhão. *Samba Enredo da Escola de Samba Gaviões da Fiel*, São Paulo, 1999. Disponível em: http://www.sasp.com.br/a_escola_carnaval_samba.asp?rg_carnaval=524. Acesso em: 26 ago. 2011

2.4 Correspondências

ABREU, Capistrano de. [Carta] 25/26 jun. 1918. Rio de Janeiro [para] João Lúcio de Azevedo. In: *Correspondência de Capistrano de Abreu*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977. v. 2, p. 102.

ABREU, Capistrano de. *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Edição organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977. v. 2. A primeira versão do trabalho de Lúcio de Azevedo recebeu uma recensão publicada na parte “Bibliografia”, na *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 80 (1916), p. 881-882, 1917.

CUNHA, Euclides da. [Carta] 03 dez. 1902. Lorena [para] José Veríssimo. In: _____. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: José Aguilar Editora, 1966. v. 2, p. 620-621.

CUNHA, Euclides da. [Carta] 09 mar. 1903. Lorena [para] Araripe Júnior. In: CUNHA, Euclides da. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Aguilar Editôra, 1966. v. 2. p. 624-625.

CUNHA, Euclides da. [Carta] 22 nov. 1893. Capital Federal [para] R. Porchat. Disponível em: http://pt.wikisource.org/wiki/Correspond%C3%A2ncia_ativa_de_Euclides_da_Cunha_em_1893. Acesso em: 22 jan. 2012.

CUNHA, Euclides da. [Carta] 30 mar. 1903. Lorena [para] Araripe Júnior. In: CUNHA, Euclides da. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Aguilar Editôra, 1966. v. 2, p. 628;

CUNHA, Euclides da. [Carta] 30 mar. 1903. Lorena [para] Araripe Júnior. In: CUNHA, Euclides da. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Aguilar Editôra, 1966. v. 2, p. 628.

CUNHA, Euclides da. [Carta] 30 mar. 1903. Lorena [para] Araripe Júnior. In: _____. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Aguilar Editôra, 1966. v. 2. p. 628.

PAES, Francisco Barbosa Nogueira. [Carta] 25 mai. 1838. Ao Sr. Francisco do Rego Barros, presidente da Província de Pernambuco. *Diário de Pernambuco*, Recife, p. 02, 16 jun. 1838. (Grifo nosso).

2.5 Iconografia

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Folk-lore pernambucano. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 70, pt 2, p. 36b, 1907 (1908)

O OCCIDENTE: revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro, ano 1, v. 1, n. 15, 01 ago. 1878.

QUEIROZ, José. *Cerâmica Portuguesa*. Lisboa: Typographia do Anuario Commercial, 1907.

VITORINO, Pedro. O Sebastianismo na Iconografia Popular (Novos Documentos). *Portugale*: revista ilustrada de cultura literária, científica e artística, Porto, v. 1, n. 1, jan/fev. 1928.

VITORINO, Pedro. *O Sebastianismo na Iconografia Popular*. Porto: Empresa Indust. Gráfica do Porto, 1923.

VITORINO, Pedro. O Sebastianismo na Iconografia Popular. *Separata da A Águia*, Porto, n. 15 e 16, 1923.

2. 6 Dicionários, Enciclopédias, Catálogos e Antologias

ALBUQUERQUE, Henrique Zeferino de. *Diccionario Universal Portuguez*. Lisboa: Typographia de Henrique Zeferino, 1887. v. 2.

AULETE, F. Julio Caldas. *Selecta Nacional*: Curso Prático de Literatura - primeira parte. 8. ed. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, 1887.

BIBLIOTECA NACIONAL DO BRASIL. A França no Brasil. Disponível em: http://bndigital.bn.br/francebr/ferdinand_denis_port.htm. Acesso em: 25 jun. 2014.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998 (1ª edição 1954).

CHAGAS, Manoel Pinheiro (dir.). *Diccionario Popular*: historico, geographico, mythologico, biographico, artistico, bibliographico e litterario. Lisboa: Lallemand Freres, 1876. v. 1.

CHAGAS, Manoel Pinheiro. *Diccionario Popular*: historico, geographico, mythologico, biographico, artistico, bibliographico e litterario. Lisboa: Typographia da Viuva Sousa Neves, 1883 (1876-1884). v. 11.

DICCIONARIO da Língua Portuguesa composto pelo Padre D. Raphael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva. Lisboa: Officina de Simão Thadeo Ferreira, 1789. t. 2 (L-Z).

DICCIONARIO da Lingua Portuguesa recopilado dos vocabularios impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado, e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro offerecido ao muito alto, e muito poderoso Principe Regente N. Senhor. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. t. 2.

FIGUEIREDO, Candido de. *Nôvo Diccionario da Lingua Portuguêsa*. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, 1899. v. 2 (J-Z).

- FIGUEIREDO, Candido de. *Novo Dicionario da Lingua Portuguesa*. Nova edição. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, 1913. Esta edição não está numerada, mas encontra-se entre a 3ª. (1911) e a 4ª. (1926).
- FIGUEIREDO, Candido de. *Novo Dicionario da Lingua Portuguesa...* 4. ed. corrigida e copiosamente ampliada. Lisboa: Portugal-Brasil Sociedade Editora – Arthur Brandão & C.a, 1926. v. 2.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. *No Calor da Hora: a guerra de Canudos nos jornais* (quarta expedição). São Paulo: Ática, 1977.
- GRANDE *Enciclopedia Portuguesa e Brasileira*. actualização ciências e tecnologias / revisão Maria João Lucas, Raquel B. Vasconcelos. Lisboa: Terenas Editores; Página Editora, 2004. v. 6 (Red-Spa).
- GRANDE *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Limitada, [s. d.]. v. 28.
- JORNAIS Republicanos* (1848-1926). BIBLIOTECA Nacional de Portugal, Assembleia da República (org.); introd. Jorge Couto; coord., org. e pesquisa Luís Sá, Manuela Rêgo; colab. Maria Fernanda Casaca Ferreira, Fátima Lopes, Graça Garcia. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, Assembléia da República, 2011. (Catálogo).
- OLIVEIRA, Vítor Amaral de. *Sebástica: bibliografia geral sobre D. Sebastião*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2002.
- PETRUS, *Pseud. Regresso ao Sebastianismo: Fernando Pessoa e outros Lusíadas* (Petrus compilou, sistematizou, anotou e dirigiu sua apresentação). [Porto]: [s.n.], [1952].
- PIRES, António Machado. *D. Sebastião e o Encoberto: estudo e antologia*. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.
- PROFECIAS do Bandarra* - compilação dos textos das principais edições. Porto: edições Ecopy, 2010 (Coleção Quinto Império, 13).
- RIO-TORTO, Graça. Dicionário. In: *BIBLOS: enciclopédia VERBO das Literaturas de Língua Portuguesa*. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo, 1997. v. 2, p. 134-141.
- SERRÃO, Joel (org.). *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativa Editoriais, 1971. v. 1.
- SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. 8. ed. revista e melhorada. Rio de Janeiro: Empreza Litteraria Fluminense de A. A. da Silva Lobo/ Lisboa: Adolpho, Modesto & C.a – Impressores, 1891. v. 2 (F-Z).
- SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portueza*, composto por Antonio de Moraes Silva, aperfeiçoada, e accrescentada de muitos artigos novos, e etymologias. Lisboa: Typographia de Antonio José da Rocha, 1844. t. 2. (F-Z).
- SILVA, António de Moraes. *Diccionario da Lingua Portueza*. 4ª edição reformada, emendada, e muito acrescentada pelo mesmo autor... 4. ed., Lisboa: Imprensa Regia, 1831. t. 2 (F-Z).
- SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portueza*. 7. ed. melhorada e muito accrescentada com numero de termos novos usados no Brazil e no Portuguez da India. Lisboa: Typographia de Joaquim Germano de Sousa Neves, 1878. t. 1.
- SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario de Lingua Portueza recopilado....* 3. ed. Lisboa: Typographia de M. P. de Lacerda, 1823. t. 2 (G-Z).
- SILVA, Antonio de Moraes. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Edição compacta do texto fundamental do *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* segundo a 10ª edição revista, muito aumentada e actualizada conforme as regras do acordo ortográfico Luso-Brasileiro de 10 de Agosto de 1945, por Augusto Moreno, Cardoso Júnior e José Pedro Machado... (primeira edição 1961 e 4ª edição 1988) v. 5 (Responder a ZUS). Mem Martins: Editorial Confluencia, 1988.

SILVA, Antonio Morais. *Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa*. Edição compacta do texto fundamental do *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* de Antonio de Morais Silva, segundo a 10ª edição revista... Lisboa: Editorial Confluência, 1961. v. 2.

SOUSA, José Manuel Motta; VELOSO, Lúcia Maria Mariano. *História da imprensa periódica portuguesa: subsídios para uma bibliografia*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1987. (Catálogo).

SOUZA, Bernardino José de. *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1939. (1ª edição 1910, 63 verbetes).

VIEIRA, Fr. Domingos. *Grande Diccionário Portuguez ou thesouro da Lingua Portugueza*. Porto: Editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1874. v. 5.

2.7 Impressos

ALENCAR, José de. *O Sertanejo*. 5. ed. são Paulo: Melhoramentos, [19--]. (1ª edição 1875).

ANTI-SEBASTIANISMO ou antídoto contra vários abusos. Lisboa: na Imprensa Régia, 1809.

ARAGÃO, Teixeira de. *Diabruras, Santidades e Prophecias*. Lisboa: Veja, [s. d.]. (1ª. publicação 1894).

ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. *Estilo tropical: a fórmula do naturalismo brasileiro*. (1888). In: ARARIPE JUNIOR: teoria, crítica e história literária. Seleção e apresentação de Alfredo Bosi. Rio de Janeiro: Livros Técnicos Científicos; São Paulo: Edusp, 1978. p. 124-128.

ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. Gregório de Matos (1894). In: ARARIPE JUNIOR: teoria, crítica e história literária. Seleção e apresentação de Alfredo Bosi. Rio de Janeiro: Livros Técnicos Científicos; São Paulo: Edusp, 1978. p. 279-318.

ARARIPE JUNIOR, Tristão de Alencar. *O Reino Encantado: chronica sebastianista*. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Noticias, 1878.

ARARIPE JUNIOR, Tristão de Alencar. Os Sertões. In: JUIZOS Críticos – Os Sertões (Campanha de Canudos) por Euclides da Cunha. 2. ed. corrigida – 1903. Rio de Janeiro; São Paulo: Laemmert & C. Editores, 1904. p. 33-49.

ARINOS, Afonso. *Os Jagunços*. São Paulo: Aguiar, 1969 (1ª. edição 1898).

AZEVEDO, João Lúcio de. *A Evolução do Sebastianismo*. 2. ed. corrigida e simplificada. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, 1947. (1ª edição 1918).

AZEVEDO, João Lúcio de. *O Marquês de Pombal e sua época*. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil, 1922.

BARRETO, Dantas. *Última expedição à Canudos*. Porto Alegre: Franco Irmãos Editores, 1898.

BARRETO, G. Moniz. *Oliveira Martins: estudo de psychologia*. 2. ed. Paris: Guillard Aillaud & Ca., 1892. (1ª. edição 1887).

BENÍCIO, Manoel. *O rei dos jagunços: crônica histórica sobre os costumes sertanejos e os acontecimentos de Canudos, documentada e comentada*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1899.

BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Paris: Typ. H. Garnier, 1905.

BRAGA, Teófilo. *A Pátria Portuguesa: território e raça*. Porto: Ernesto Chardron, 1894.

BRAGA, Teófilo. *Dissolução do Systema Monarchico Representativo*. Lisboa: Nova Livraria Internacional, 1881.

BRAGA, Teófilo. *Epopeas da raça mosárabe*. Porto: [s. n.], 1871.

BRAGA, Teófilo. *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições*. Lisboa: Livraria Ferreira, 1885. v. 2.

- BRAGA, Teófilo. *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições*. 3. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995. v. 2. (1ª edição 1885).
- BRAGA, Theophilo. *Os Críticos da História da Literatura Portuguesa: exame das afirmações dos srs. Oliveira Martins, Anthero de Quental e Pinheiro Chagas*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1872.
- BRAGA, Teófilo. *Os contos tradicionais do povo português*. 5. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1999. 2v (1ª edição 1883)
- BROCHADO, Costa. *D. Sebastião: o Desejado*. Lisboa: Editorial Imperio, 1941.
- BRUNO, Sampaio. (José Pereira de Sampaio). *O Brazil Mental: esboço crítico*. Porto: Lello & Irmão, 1898.
- BRUNO, Sampaio. (José Pereira de Sampaio). *O Encoberto*. Porto: Livraria Moreira, 1904.
- BUCKLE, Henry Thomas. *History of Civilization in England*. New York: D. Appleton and Company, 1870. v. 1.
- CÂMARA, João da. *Alcacer-Kibir: drama em 5 actos, em verso / original de João da Câmara*. Lisboa: Revista Theatral, 1895. (Bibliotheca dramatica da Revista Theatral; 5). Representado pela primeira vez no Teatro de D. Maria II, em 14 de Março de 1891.
- CARNEIRO, Manoel Borges. *Portugal Regenerado*. 3. ed., Lisboa: Typografia Lacerdina, 1820.
- CASTRO, D. João de. *Paraphrase e concordancia de algumas prophcias de Bandarra, sapateiro de Trancoso*. Paris: [s. n.], 1603.
- CHAGAS, Manoel Pinheiro. *História de Portugal* (edição popular e ilustrada). Lisboa: Escripório da Empreza, [189-]. v. 6, p. 117-276.
- CHAGAS, Manoel Pinheiro. *Bom Senso e Bom Gosto: folhetim a propósito da carta que o senhor Anthero de Quental dirigiu ao senhor Antonio Feliciano de Castilho*. Lisboa: Imprensa de J. G. de Sousa Neves, 1865.
- CHAGAS, Manoel Pinheiro. *História Alegre de Portugal: leitura para o povo e para as escolas*. Lisboa: David Corazzi Editor, 1880.
- CHAGAS, Pinheiro. *Novos Ensaio Criticos*. Porto: Casa da Viúva Moré, 1867.
- CLARO, Antonio. *O Brazil politico: a história contada no Senado, no Pão de Assucar e no Corcovado*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1921.
- CLAUDIO, Manoel. *O Egregio Encuberto ou Demonstração dos Principaes Fundamentos em que estribam os SEBASTIANISTAS, para esperarem pelo seo D. Sebastião; e de que este reyno, nossa cara patria, há de ser a CABEÇA do imperio e monarchia universal; "Et fiet unum ovile, et unus pastor." Por um Sebastianista*. Lisboa: Typografia de Martins, 1849.
- NOGUEIRA, Ataliba. *António Conselheiro e Canudos*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Anais Pernambucanos* (1834-1850). Recife: Arquivo Público Estadual, 1966. v. 10.
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Anais Pernambucanos* (1818-1823). Recife: Arquivo Público Estadual, 1962. v. 8.
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Folk-lore pernambucano. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 70, pt 2, 1907 (1908).
- COSTA, Franciso Augusto Pereira da. *Noticia Biographica do Dr. Antonio de Moraes Silva: autor do primeiro dictionario da lingua portugueza*. 2. ed. Recife: Typographia J. Agostinho Bezerra, 1910. (1ª edição 1906).
- COSTA, José Soares da Cunha e. *A Lucta Civil Brasileira e o Sebastianismo Portuguez*. Porto: Typographia da Empreza Litteraria e Typographica, 1894.
- COSTA, José Soares da Cunha e. *Minuta da Appelada: apontamentos para a biographia de um benemerito*. Lisboa: Typographia Minerva Central, 1909.

- COSTA, José Soares da Cunha e. *O perfeito advogado e as leis de excepção e circunstância da República Portuguesa*. Coimbra: Coimbra Editora, 1921.
- COSTA, José Soares da Cunha. *Azagaia*. Coimbra: Typographia Operaria, 1891/1892.
- CRESPO, Gonçalves; MELLO, António de. *Phantasias do Bandarra. Récitas dos Quintanistas*. Coimbra: Lyth. Académica, 1877.
- CUNHA, Euclides da. *À Margem da História...* Porto, Livraria Chardron, de Lello & Irmão, 1909. il. (Edição póstuma).
- CUNHA, Euclides da. *Caderneta de Campo*. Organização de Olímpio de Souza Andrade. Rio de Janeiro: Cadernos da Biblioteca Nacional, 2009.
- CUNHA, Euclides da. Canudos (Diário de uma expedição). In: _____. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Aguilar Editôra, 1966. v. 2.
- CUNHA, Euclides da. Carta. In: DUQUE-ESTRADA, Osório. *O Norte* (Impressões de Viagem). Porto: Livraria Chardron, de Lello & Irmão, 1909. p. VIII.
- CUNHA, Euclides da. Castro Alves e seu tempo. In: _____. *Trabalhos Esparsos de Euclides da Cunha*. Organização de José Murilo de Carvalho, Alberto Venâncio Filho e Affonso Arinos de Mello Franco. Rio de Janeiro: ABL, 2009. p. 96-120.
- CUNHA, Euclides da. *Contrastes e Confrontos*. Com um estudo crítico do Dr. Araripe Jr. Rio de Janeiro: Record, [1975].
- CUNHA, Euclides da. *Contrastes e Confrontos*. Pref. de José Pereira de Sampaio (Bruno). Porto: Empr. Literária e Tipográfica, 1907.
- CUNHA, Euclides da. Epistolário. In: _____. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: José Aguilar Editora, 1966. v. 2, p. 591-713;
- CUNHA, Euclides da. Nativismo Provisório. In: _____. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Aguilar Editora, 1966. p. 187-190.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões* (Campanha de Canudos). 3. ed. corrigida. Rio de Janeiro; São Paulo: Laemmert & C., 1905. (1ª edição 1902).
- CUNHA, Euclides da. *Trabalhos Esparsos de Euclides da Cunha*. Organização de José Murilo de Carvalho, Alberto Venâncio Filho e Affonso Arinos de Mello Franco. Rio de Janeiro: ABL, 2009.
- D'ANTAS, Miguel. *Os Falsos Dom Sebastião*. 2. ed. [S. l.]: Heuri, D. L., 1988. (1ª edição francesa 1866).
- D'ÁVILA, Costa Lobo. História de Portugal, por J. P. Oliveira Martins. In: MARTINS, J. P. de Oliveira *et al. Oliveira Martins e os críticos da História de Portugal*.
- DENIS, Ferdinand. *Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. (1ª edição 1836)
- DENIS, Ferdinand. *Brésil*. Paris: Firmin Didot Frères, Editeurs, 1846. (Coleção *L'Univers*).
- DENIS, Ferdinand. *Portugal Pittoresco ou descrição historica deste reino*. Lisboa: Typ. L. da Cunha, 1846. v. 2.
- DENIS, Ferdinand. *Portugal*. Paris: Firmin Didot Frères, Editeurs, 1846. (Coleção *L'Univers*).
- DIAS, Carlos Malheiro. *Exortação à mocidade*. Nova edição precedida de uma resposta à carta-prefácio do Sr. António Sérgio n' *O Desejado*. Lisboa: Portugal-Brasil Sociedade Editora, 1925.
- DIAS, Carlos Malheiro. *Exortação à mocidade*. Porto: Litografia Nacional, 1924.
- DIAS, Carlos Malheiro. *O Piedoso e o Desejado*. Lisboa: Portugal-Brasil Sociedade Editora, 1925.
- EXAME e juizo critico sobre o papel intitulado "Anti-sebastianismo"*, anunciado na Gazeta de Lisboa de 28 de setembro do presente anno. Lisboa: Imprensa Régia, 1809.
- EXPILLY, Charles. *Mulheres e Costumes do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. (1ª edição 1863?).
- FIGUEIREDO, Antero de. *D. Sebastião – Rei de Portugal*. Paris: Aillaud; Lisboa: Bertrand, 1924.

- FLORES, Luiz Leopoldo. *A Nacionalidade dos filhos de pae portuguez nascidos no Brazil. Estudo comparado das legislações portugueza e brasileira sobre este assumpto*. Rio Grande do Sul: Imprensa de C. G. Naumann (Leipzig), 1895.
- GARDNER, George. *Viagem ao Interior do Brasil*: principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1975. (1ª edição inglesa 1846).
- GARRETT, Almeida. As Prophecias do Bandarra. In: *OBRAS Completas de Almeida Garrett*. Prefaciada, revista, coordenada e dirigida por Teófilo Braga. Lisboa: Empresa da Historia de Portugal, 1904. v. 1, p. 728-740. (poesia-teatro).
- GARRETT, Almeida. *Frei Luis de Sousa e Falar Verdade a Mentir*. Lisboa: Bertrand, 2009.
- GARRETT, Almeida. *Portugal na balança da Europa*: do que tem sido e do que ora lhe convém ser na nova ordem de coisas do mundo civilizado. Londres: S. W. Sustenance, 1830.
- GARRETT, Almeida. *Romanceiro* – romances da renascença. 5. ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875. v. 1.
- GARRETT, Almeida. *Romanceiro*. Seleção, org., int. e notas de Maria Ema Tarracha Ferreira. Lisboa: Ulisseia, 1997.
- GARRETT, Almeida. *Viagens na Minha Terra*. São Paulo: Martin Claret, 2003. (1ª edição 1846).
- HERCULANO, Alexandre. *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*. 9. ed. definitiva com as ed. da vida do autor. (dir. David Lisboa). Lisboa: Bertrand; Rio de Janeiro *et al*: Livraria Francisco Alves, [19--]. t. 1.
- JUIZOS Críticos – Os Sertões (Campanha de Canudos) por Euclides da Cunha. 2. ed. corrigida – 1903. Rio de Janeiro; São Paulo: Laemmert & C. Editores, 1904.
- JUNQUEIRO, Guerra. *A Velhice do Padre Eterno*. Porto: Livraria Minerva, [1885].
- JUNQUEIRO, Guerra. *Pátria*. Porto: Livraria Chardron, [1896].
- KIDDER, Daniel P. *Sketches of Residence and Travels in Brazil*: embracing historical and geographical notices of the empire and its several provinces. Philadelphia: Sorin & Ball; London: Wiley & Putnam, 1845. v. 2.
- LEITE, Antônio Attico de Souza. Memória sobre a Pedra Bonita ou Reino Encantado na Comarca de Villa Bella, provincia de Pernambuco. *Revista do Instituto Archeologico Historico e Geographico Pernambucano*, Recife, t. 11, 1904.
- LEMOS, João de. *Cancioneiro de João de Lemos*: religião e pátria. Lisboa: Escriptorio do Editor, 1859. v. 2.
- LIMA, Oliveira. Sete anos de República no Brasil (1889-1896). In: PORTO, Manoel Ernesto Campos. *Apontamentos para a História da República*: um registro centenário. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1990. (1ª edição completa 1890). p. 11-49.
- LIMA, Sebastião de Magalhães. *Episódios de Minha Vida*. Lisboa: Livraria Universal A. Tavares, 1923. v. 1.
- LOBO, António de Sousa Silva da Costa. *As Origens do Sebastianismo*: história e perfiguração dramática. Lisboa: Typ. da Empresa da História de Portugal, 1909.
- LUCCOCK, John. *Notes on Rio de Janeiro and Southern parts of Brazil*: from 1808 to 1818. London: Printed for Samuel Leigh, 1820.
- SILVA, José de Seabra da. *A Dedução Cronológica e Analítica...*Lisboa: Officina de Miguel Menescal da Costa, 1768.
- MACEDO, José Agostinho de. *Os Sebastianistas*: reflexões sobre esta ridicula seita. Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo/Impressor do Conselho de Guerra, 1810.
- MACEDO, José Agostinho de. Parecer dado acerca da situação e estado de Portugal depois da saída de Sua Alteza Real e Invasão que neste reino fizeram as tropas francesas (Lisboa a 29 de maio de

- 1808). In: *OBRAS ineditas de José Agostinho de Macedo: cartas e opusculos, documentando as memorias para a sua vida intima e sucessos da historia litteraria e politica do seu tempo*. Preparação de Teófilo Braga. Lisboa: Por ordem e na Typographia da Academia Real das Sciencias, 1900.
- MACEDO, José Agostinho de. *Refutação dos princípios metafísicos e Morais dos Pedreiros Livres e Iluminados*. Lisboa: Imprensa Régia, 1816.
- MACHADO, Diogo Barbosa. *Memórias para a história de Portugal que compreendem o governo de el-rei Dom Sebastião*. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Silva, 1736-1751. 4v.
- MACHADO, Julio Cesar. *Das Loucuras e das Manias em Portugal: estudos humorísticos*. Lisboa: Livraria de A. M. Pereira, 1871.
- MARTINS, J. P. de Oliveira *et al.* *A Edade-Media na Historia da Civilização*. Polémica entre Antero de Quental, J. P. Oliveira Martins e M. Julio Vilhena. Prefaciado e anotado por Francisco d'Assis d'Oliveira Martins. Lisboa: Antonio Maria Pereira Ed., 1925.
- MARTINS, J. P. de Oliveira *et al.* *Oliveira Martins e os críticos da História de Portugal*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional do Livro, 1995.
- MARTINS, J. P. de Oliveira. *A História de Portugal e Os Críticos da 1ª Edição*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1880.
- MARTINS, J. P. de Oliveira. *Phebus Moniz: romance historico portuguez do seculo XVI*. Porto: Typographia Commercial, 1867. 2v.
- MARTINS, J. P. de Oliveira. A 'História de Portugal' e os Críticos. In: _____. *História de Portugal*. 2. ed. Lisboa: Bertrand, 1880. p. 03-20.
- MARTINS, J. P. de Oliveira. *Dispensos: artigos políticos, económicos, filosóficos, históricos e críticos / por Oliveira Martins; seleccionados, pref. e anot. por António Sérgio e Faria de Vasconcelos*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1924. v. 2.
- MARTINS, J. P. de Oliveira. *A Vida de Nun'alvares: historia do estabelecimento da dynastia de Aviz*. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, 1894.
- MARTINS, J. P. de Oliveira. *As Raças Humanas e a Civilização Primitiva*. 2. ed. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, 1893. t. 1.
- MARTINS, J. P. de Oliveira. *As Raças Humanas e a Civilização Primitiva*. Lisboa: A. M. Pereira, 1905. v. 1.
- MARTINS, J. P. de Oliveira. Camões e D. Sebastião. *O Occidente: revista illustrada de Portugal e do estrangeiro*, Lisboa, ano 3, v. 3, n. 59 supl., 10 jun. 1880.
- MARTINS, J. P. de Oliveira. *Camões: Os Lusíadas e a Renascença em Portugal*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1891.
- MARTINS, J. P. de Oliveira. Defesa da História de Portugal contra os seus críticos. In: SARAIVA, António José. *A Tertúlia Ocidental: estudos sobre Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queirós e outros*. 2. ed. revista. Lisboa: Gradiva, 1996. p. 215-234.
- MARTINS, J. P. de Oliveira. *História da Civilização Ibérica*. 13. ed. Lisboa: Guimarães Editores, 2007.
- MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal*. 20. ed. Lisboa: Guimarães Editores, 1991.
- MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal*. 4. ed. Lisboa: Livraria Bertrand, 1886/1887. 2v.
- MARTINS, J. P. de Oliveira. *O Brazil e a colônias portuguezas*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1880.
- MARTINS, J. P. de Oliveira. *Os Lusíadas: ensaio sobre Camões e a sua obra, em relação à sociedade portuguesa e ao movimento da renascença*. Porto: Imprensa Portugueza Editora, 1872.
- MARTINS, J. P. de Oliveira. Os povos peninsulares e a civilização moderna. *Revista Occidental*, Lisboa, ano 01, t. 01, fascículo 01, p. 05-24, 1875.
- MARTINS, J. P. de Oliveira. *Phebus Moniz: romance historico portuguez do seculo XVI*. Porto: Typographia Commercial, 1867. 2v.

- MARTINS, J. P. de Oliveira. *Política e Economia Nacional*. Porto: Magalhães e Moniz Editores, 1885.
- MARTINS, J. P. de Oliveira. *Portugal Contemporâneo*. 3. ed. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, 1895. 2t.
- MARTINS, J. P. de Oliveira. *Quadro das Instituições Primitivas*. 2. ed. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, 1893.
- MARTINS, J. P. de Oliveira. *Sciencias moraes e sociaes. Da natureza e do logar das sciencias sociaes: ensaio de classificação de uma das series dos conhecimentos humanos. O Instituto: jornal scientifico e litterario*, Coimbra, v. 28, p. 1-10, p. 49-62, p. 153-162, p. 252-260, p. 297-306, 1880-1881.
- MARTINS, J. P. de Oliveira. *Systema dos Mythos Religiosos*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1882.
- MARTINS, J. P. de Oliveira. *Taboas de Chronologia e Geographia Historica*. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, [1884].
- MEDEIROS, Coriolano de. O Sebastianismo na Parahyba. *Revista do Instituto Histórico e Geographico da Parahyba*, Parahyba, n. 3-4, p. 283-284, 1911.
- MELLO, António de. *Phantasias do Bandarra. Récitas dos Quintanistas*. Coimbra: Lyth. Académica, 1877.
- MEMÓRIA a José Falcão. pref. de Guerra Junqueiro. Coimbra: Typographia Auxiliar d'Escritorio, 1894.
- MILTON, Aristides. *A Campanha de Canudos*. Brasília: Senado Federal, 2003.
- MILTON, Aristides. A Campanha de Canudos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 63, pt. 2, p. 05-147, 1900.
- NOGUEIRA, Ataliba. *Antônio Conselheiro e Canudos: revisão histórica*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- O POSITIVISMO: revista de philosophia. Porto: Livraria Universal de Magalhães & Moniz, v. 1 (1878) - v. 4 (1882).
- OLIVEIRA, Cavaleiro de. (Francisco Xavier de Oliveira). *Recreação Periódica*. (Prefácio e tradução de Aquilino Ribeiro). Lisboa: Oficina Gráficas da Biblioteca Nacional, 1922. v. 2.
- PALMEIRIM, Luís Augusto. *Poesias*. 2. ed. aumentada de novas poesias. Lisboa: Typographia do Panorama, 1854.
- PASCOAIS, Teixeira de, (Joaquim Pereira Teixeira de Vasconcelos). *A saudade e o saudosismo: dispersos e opúsculos*. Compilação, introdução, fixação e notas de Pinharanda Gomes. Lisboa: Assírio & Alvim, 1988.
- PATO, Bulhão. História de Portugal, pelo Sr. J. P. Oliveira Martins. In: MARTINS, J. P. de Oliveira et al. *Oliveira Martins e os críticos da História de Portugal*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional do Livro, 1995.
- PESSOA, Fernando. À Memória do Presidente-Rei Sidónio Paes. *Acção: órgão do Núcleo de Acção Nacional*, Lisboa, ano 2, n. 4, 27 fev. 1920.
- PESSOA, Fernando. *Sebastianismo e Quinto Império*. Edição, introdução e notas de Jorge Uribe e Pedro Sepúlveda. Lisboa: Babel, 2011.
- PIMENTEL, Antonio de Serpa. *Questões de Política Positiva: da nacionalidade e do governo representativo*. Lisboa: Bertrand, 1881.
- PINTO, Marcos. (Manuel Bento de Sousa). *Doutor Minerva: crítica do ensino em Portugal*. 2. ed. aumentada e revisada. Lisboa: M. Gomes, 1894.
- PRADO, Eduardo. *A Ilusão Americana*. Paris: A. Colin, 1902;
- PRADO, Eduardo. *Fastos da Dictadura Militar no Brasil*. São Paulo: Escola Typographica Salesiana, 1902.

- QUENTAL, Antero de. *Causas da decadência dos povos peninsulares*. 8. ed. Lisboa: Ulmeiro, 2001. (Coleção Oitocentos anos de História, 1F1).
- QUENTAL, Antero de. *Portugal perante a Revolução de Hespanha*: considerações sobre o futuro da política portuqueza no ponto de vista da democracia iberica. Lisboa: Typographia Portugueza, 1868.
- QUENTAL, Anthero de. *Oliveira Martins*: o critico litterario – o economista – o historiador – o publicista – o político. Lisboa: Typographia da Companhia Nacional, 1894.
- RANGEL, Alberto *et al.* *Por protesto e adoração. In memoriam de Euclides da Cunha*. São José do Rio Pardo: Grêmio Euclides da Cunha, 1919.
- RELVAS, José. *Memórias Políticas*. Lisboa: Terra Livre, 1977. v. 1. (Coleção Portugal Ontem, Portugal Hoje).
- RENAN, Ernest. *Marc-Aurèle et la fin du monde antique*. 4. ed. Paris: Calmann Lévy, Editeur, 1882;
- RENAN, Ernest. *Qu'est-ce qu'une nation?* Conference faite en Sorbonne, Le 11 mars 1882. Paris: Calman Lévy, Editeur, 1882.
- RENAN, Ernest. *The Poetry of the celtic races and other essays*. London: London W. Scott, 1896. (1a. publicação do texto 1854).
- ROCHA, Augusto Antonio da. Boletim bibliographico. História de Portugal por J. P. Oliveira Martins. *O Instituto*: jornal scientifico e litterario, Coimbra, v. 27, 1879-1880.
- ROCHA, Martins. *O Fantasma de D. Sebastião*. Lisboa: [s. n.], [192-].
- ROMERO, Sylvio. *Estudos sobre a poesia popular do Brazil (1879-1880)*. Rio de Janeiro: Laemmert & C, 1888.
- SANT'ANNA, José Manuel de. Requerimento a Diogo Soares de Bivar, solicitando exame censório para peça: *O Sebastianista*. Rio de Janeiro, 29 out. 1853. (Coleção Conservatório Dramático Brasileiro, Biblioteca Nacional).
- SANTOS, João Brígido dos. *Homens e fatos do Ceará*. Fortaleza: Typographia Universal, 1899.
- SANTOS, Manuel dos; SILVA, Francisco da; GALRÃO, António Pedroso. *Historia Sebastica*: contem a vida do Augusto Principe o Senhor D. Sebastião, Rey de Portugal, e os successos memoraveis do Reyno, e conquistas no seu tempo... Lisboa: Officina de António Pedroso Galrão, 1735.
- SARAIVA, António José. *A Tertúlia Ocidental*: estudos sobre Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queirós e outros. Lisboa: Gradiva, 1996.
- SERGIO, António. A Influência do historiador. In: MARTINS, J. P. de Oliveira. *Dispensos...* por Antonio Sérgio e Faria de Vasconcelos. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1923. t. 1.
- SERGIO, António. *Ensaios*: obras completas. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1971. t. 1.
- SÉRGIO, António. Interpretação do Sebastianismo. In: *A Águia*: revista quinzenal ilustrada de literatura e de crítica, Porto, n. 65/66, p. 179-184, mai./jun. 1917.
- SÉRGIO, António. Interpretação não romântica do sebastianismo. In: *Ensaios*. 3. ed. Lisboa: Sá da Costa, 1980. t. 1, p. 239-251 (1ª edição 1917).
- SÉRGIO, António. *O Desejado*. Depoimentos de contemporâneos de D. Sebastião sobre este mesmo rei e sua jornada de África. Precedidos de uma carta-prefácio a Carlos Malheiro Dias. Paris: Aillaud; Lisboa: Bertrand, 1924.
- SÉRGIO, António. *Obras Completas – Ensaios*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1971. t. 2.
- SÉRGIO, António. *Tréplica a Carlos Malheiro Dias sobre a questão do Desejado*. Lisboa: edição da “Seara Nova”, 1925.
- SILVA, Innocencio Francisco da. *Memorias para a Vida Intima de José Agostinho de Macedo*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1899.
- SILVA, João Melchiiades Ferreira da. *A Guerra de Canudos*. [S. l.]: [s. n.], [s. d.]. (Literatura de Cordel)

- SILVA, Rebello da. *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867. v. 3.
- SPIX, Johann Baptiste von; MARTIUS, Carl Friedrich von. *Travels in Brazil in the years 1817-1820*. London: Longman, Rees, Orme, Brown and Green – Paternoster-Row, 1824. v. 1, p. 280-283.
- TELLES, Balthezar. *Chronica da Companhia de Iesu, da Provincia de Portugal*. 2ª parte. Lisboa: Paulo Graesbeeck, 1647.
- ULYSSIPONENSE, D. Gregório de Almeida (João de Vasconcellos ou Padre Manoel de Escobar). *Restauração de Portugal Prodígiosa*. Lisboa: Antonio Alvarez, 1643.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brazil*. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1857. t. 2.
- VASCONCELOS, Carolina Michaelis de. *A Saudade Portuguesa: divagações filológicas e literar-históricas em volta de Inês de Castro e do cantar velho “Saudade minha – Quanto te veria?”*. 2. ed. rev. e aum. Porto: Renascença Portuguesa; Lisboa: Seara Nova, [imp. 1922];
- VERÍSSIMO, José. A história dos sertões e da campanha de Canudos. In: JUIZOS Críticos – Os Sertões (Campanha de Canudos) por Euclides da Cunha. 2. ed. corrigida – 1903. Rio de Janeiro; São Paulo: Laemmert & C. Editores, 1904. p. 22-32.
- VIDEIRA, José Carrilho. Aos Leitores. In: *ALMANACH Republicano para...*, Lisboa: Nova Livraria Internacional, [1875] – 1887.
- VIDEIRA, José Carrilho; BASTOS, Teixeira. *Catecismo republicano para uso do povo*. Lisboa: [s. n.], 1880.
- VIEIRA, Padre Antonio. *A Arte de Furtar: espelho de enganos, theatros de verdades, mostrador de horas mingoadas, gazua geral dos reinos de Portugal*. (composta em 1665). Nova edição, Lisboa: Editores, J. M. C. Seabra & T. Q. Antunes, 1855.
- VIEIRA, Padre Antônio. *De Profecia e Inquisição*. prefaciado por Alfredo Bosi. Brasília: Senado Federal, 1998. (Coleção Brasil 500 anos).
- VIEIRA, Padre Antônio. *Esperanças de Portugal, Quinto Império do mundo: primeira e segunda vida de el-Rei Dom João o quarto escritas por Gonçaleanes Bandarra*. Lisboa: Nova Ática, 2007. (1ª publicação [17--]).
- VIEIRA, Padre Conceição. *O Spiritismo: ilha encuberta e sebastianismo*. Lisboa: Typographia da Casa Minerva, 1884.
- WALSH, Robert. *Notices of Brazil in 1828 and 1829*. London: Frederick Weslley and A. H. Davis, 1830. v. 1.

2.8 Outros documentos

- BARRETO, Luis do Rego. *Memória Justificativa sobre a conduta do Marechal de campo Luiz do Rego Barreto durante o tempo em que foi Governador de Pernambuco, e presidente da Junta Constitucional da mesma província*. Oferecida à nação portugueza. Lisboa: Typographia de Desiderio Marques Leão, 1822.
- BRASIL. *Congresso Nacional*. Anais da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. v. 4.
- COMISSÃO executiva dos centenários. *CONGRESSO do Mundo Português*. [S.l.: s.n.], 1939.
- DEVASSA acerca do ajuntamento da serra do Rodeador. Localização: Arquivo Nacional (AN), Rio de Janeiro. Secção de Documentos. Série Interior, Correspondência dos Presidentes de Província (1820-1821), IJJ91, 245, v. 9.
- EXPOSIÇÃO comemorativa do Primeiro Centenário do Nascimento de João Lúcio d’Azevedo. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1955.

MELLO, Evaldo Cabral de. Cartas pernambucanas de Luís do Rego Barreto. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, v. 51 e 52, 1979.

MONTE MARCIANO, Frei João Evangelista de. [Relatório]. 1895, ao Arcebispado da Bahia, sobre Antônio Conselheiro e seu séquito no arraial dos Canudos. In: MELLO, Frederico Pernambucano de. *A Guerra Total de Canudos*. São Paulo: A Girafa Editora, 2007. p. 331-343.

3. BIBLIOGRAFIA E OUTROS ESTUDOS

A ARTE de Furtar. In: WIKIPEDIA: a enciclopédia livre. San Francisco, CA, 09 abr. 2012. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Arte_de_Furtar. Acesso em: 09 abr. 2012.

ABREU, Modesto de. *Estilo e Personalidade de Euclides da Cunha*: estilística d'Os Sertões. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1963.

ABREU, Regina. *O Enigma de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Na Feira dos Mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste, 1920-1950)*. São Paulo: Intermeios, 2013.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *O Engenho Anti-Moderno: a invenção do Nordeste e outras artes*. Campinas. 1994. 500f. Tese (Doutoramento em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

ALBUQUERQUE, Manoel Caetano de Almeida. O horroroso massacre do Bonito. In: AMARAL, Francisco Pacífico do. *Escavações: fatos da história de Pernambuco*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1974. p. 113-115. (1ª. edição 1884).

ALVES, Daniel Ribeiro. *A República Atrás do Balcão: os lojistas de Lisboa na fase final da Monarquia (1870-1910)*. 2010. 671f. Tese (Doutoramento em História Econômica e Social Contemporânea), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010.

ALVES, Jorge Fernandes. *Os "Brasileiros": emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: [s.n.], 1994.

AMARAL, Francisco Pacífico do. *Escavações: fatos da história de Pernambuco*. (prefácio de Mauro Mota). Recife: Edição do Arquivo Público Estadual, 1974.

AMED, Fernando. *As cartas de Capistrano de Abreu: sociabilidade e vida literária na belle époque carioca*. São Paulo: Alameda, 2006.

ANDRADE, Joel Carlos de Souza. *Os Filhos da Lua: poéticas sebastianistas na Ilha dos Lençóis-MA*. 2002. 164f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, 2002.

ANDRADE, Olímpio de Sousa. *História e interpretação de Os Sertões*. 4. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002.

ANDRADE, Oswald de. *Ponta de Lança*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2004.

ANTUNES, Antônio Lobo. *As Naus*. Lisboa: Edições Dom Quixote, 1988.

- ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de. As Invasões Francesas e a afirmação das ideias liberais. In: TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (coord.). *O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Estampa, 1993. v. 5, p. 17-43. (Coleção de História de Portugal).
- ARAÚJO, Ana Cristina. *A Cultura das Luzes em Portugal: temas e problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.
- ARAÚJO, Maria Marta. *Com quantos tolos se faz uma República? Padre Correia de Almeida e sua sátira ao Brasil oitocentista*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- AZZI, Riolando. A atuação da Igreja no Nordeste no século passado (a propósito de três publicações recentes). *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v. 42, fasc. 165, p. 110-120, mar. 1982.
- AZZI, Riolando. As Romarias de Juazeiro: catolicismo luso-brasileiro versus catolicismo romanizado. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v. 51, fasc. 202, p. 332-352, jun. 1991.
- BARATA, Maria do Rosário Themudo. As crises e o sebastianismo. A propósito de José Agostinho de Macedo. In: *COLÓQUIO O SEBASTIANISMO*. Política, Doutrina e Mito (sécs. XVI-XIX). Lisboa: Edições Colibri/Academia Portuguesa da História, 2005. p. 329-338.
- BARBAS, Helena. Sebastianismo e Mito Imperial em Almeida Garrett. In: CENTENO, Yvette Kace (coord.). *Portugal: mitos revisitados*. Lisboa: Edições Salamandra, 1993. p. 177-223.
- BARBOSA, Luísa Maria Gonçalves Teixeira. O Contributo da Comunidade de Portugueses no Brasil para a Consolidação do Republicanismo em Portugal (1890-1910). SEMINÁRIO INTERNACIONAL: MEMÓRIAS E MIGRAÇÕES, 06 jul. 2007, Fafe. Disponível em: <http://www.museu-emigrantes.org/seminario-comunacao-luisabarbosa.htm>. Acesso em: 20 jul. 2010.
- BARROS, José d'Assunção. *História Comparada*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BERNARDES, Joana Duarte. O Moderno do Antigo: a estesia cívica do jovem Almeida Garrett nas revoluções liberais ibéricas. In: AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de; CATROGA, Fernando; HERMANN, Jacqueline (org.). *Memória, escrita da história e cultura política no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. p. 251-284.
- BERNUCCI, Leopoldo M. Prefácio – a organização de Os Sertões e suas linguagens. In: CUNHA, Euclides da. *Os Sertões (A Campanha de Canudos)*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 13-48.
- BERTOLD Zilly (entrevista). *Cadernos de Literatura em Tradução*, São Paulo, n. 1, p. 111-126, 1997.
- BESSELAAR, José van den. *O Sebastianismo: história sumária*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987.
- BIBLIOTECA Geral da Universidade de Coimbra. *A Biblioteca de Oliveira Martins*. Lisboa: Guimaráes Editores, 2009.
- BLOCH, Ernst. *O Princípio da Esperança*. Rio de Janeiro: Contraponto; Eduerj, 2006. 3 v. (1ª edição alemã 1954-1958).
- BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 47. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- BOSI, Alfredo. O Positivismo no Brasil: uma ideologia de longa duração. In: PERRONE-MOISÉS, Leyla (org.). *Do positivismo à desconstrução: idéias francesas na América*. São Paulo: Edusp, 2004. p. 17-48.
- BOSI, Alfredo. Seleção e apresentação. In: ARARIPE JUNIOR, Tristão de Alencar. *Araripe Júnior: teoria, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp, 1978. p. IX-XX.
- BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As Escolas Históricas*. 2. ed. Lisboa: Europa-América, 2003.
- BOURDON, Albert-Alain. Messianisme sébastianiste et messianisme révolutionnaire au Brésil: le mouvement de la Pedra Bonita dans l'histoire de la littérature du nordeste. *Separata do Bulletin des Études Portugaises et Brésiliennes*, Lisboa, nova série, t. 37/38, p. 156-197, 1979.
- BOURG, Dominique. *História e Técnica: uma breve história do progresso*. Lisboa: Instituto Piaget, [s. d.]. (1ª edição 1997).

BRAGANÇA, Aníbal. Revisões e Provas: notas para a história editorial de Os Sertões de Euclides da Cunha: as edições Francisco Alves. *Separata da Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 20, 1999.

BRANCATO, Sandra M. L. A repercussão em Portugal da implantação da República no Brasil. In: HOMEM, Amadeu Carvalho; SILVA, Armando Malheiro da; ISAÍIA, Artur César (coord.). *Progresso e Religião: a República no Brasil e em Portugal (1889-1910)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007. p. 89-107.

BRANCO, Jorge Freitas. A propósito da presente edição. In: BRAGA, Teófilo. *O Povo Português nos seus costumes, crenças e tradições*. 3. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

BRANDÃO, Adelino. *Paraíso perdido: Euclides da Cunha - vida e obra*. São Paulo: IBRASA, 1996;

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BUENO, Almir de Carvalho. Ecos da Monarquia: o espectro do sebastianismo rondando a República no Rio Grande do Norte. *Caderno de História*, Natal, v. 4/5, n. 2/1, p. 05-52, jul/dez. 1997; jan/dez. 1998.

BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BURKE, Peter. *O historiador como colunista: ensaios da Folha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CABRAL, Flávio José Gomes. *Paraíso terreal: a rebelião sebastianista na serra do Rodeador – Pernambuco, 1820*. São Paulo: AnnaBlume, 2004.

CALAFATE, Pedro (org.). *Portugal Como Problema: século XIX – a decadência*. Lisboa: Público/Fundação Luso-Americana, 2006. v. 3.

CALAFATE, Pedro. Portugal na obra de António Vieira. *Revista de História e Teoria das Ideias*, Coimbra, v. 28, p. 81-96, 2007.

CALASANS, José. *O Ciclo Folclórico do Bom Jesus Conselheiro: contribuição ao estudo da Campanha de Canudos*. Salvador: EDUFBA, 2002. p. 43-50 (1ª. edição 1950).

CALASANS, José. *O Sebastianismo no Folclore de Canudos*. Porto: Artes Gráficas, 1959;

CANDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade: estudo de teoria e história literária*. 10. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2008.

CARONE, Edgard. *A República Velha – evolução política (1889-1930)*. 4. ed. São Paulo: Difel, 1983. v. 2.

CARVALHO, Ernando Alves de. *A Pedra do Reino: a tragédia que virou festa*. Recife: Edição do Autor, 2003.

CARVALHO, Ernando Alves de. *Cavalgada à Pedra do Reino*. Recife: Edição do Autor, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da república no Brasil*. 19. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CATROGA, Fernando. “Quimeras de um façanhoso Império”: o patriotismo e a independência do Brasil. In: AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de; CATROGA, Fernando; HERMANN, Jacqueline (org.). *Memória, escrita da história e cultura política no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. p. 327-388.

CATROGA, Fernando. A Historiografia de Oliveira Martins (entre a arte e as ciências sociais). *Separata da Revista da Universidade de Coimbra*, Coimbra, v. 38, p. 397-453, (1995) 2001.

CATROGA, Fernando. A Importância do Positivismo na Consolidação da Ideologia Republicana em Portugal. *Separata de Biblos*, Coimbra, v. 53, p. 285-327, 1977.

CATROGA, Fernando. A retórica sobre a decadência e a regeneração nos discursos políticos-ideológicos (séculos XIX e XX). In: CATROGA, Fernando *et al.* *Optimismo e pessimismo acerca do futuro de Portugal/ VIII Curso Livre de História Contemporânea*. Lisboa: Colibri: Fundação Mário

- Soares: Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2008.
- CATROGA, Fernando. Alexandre Herculano e o historicismo romântico. In: TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando. *História da História em Portugal* (sécs. XIX-XX): a história através da história. Lisboa: Temas & Debates, 1998. v. 1, p. 45-98.
- CATROGA, Fernando. *Antero de Quental: história, socialismo, política*. Lisboa: Editorial Notícias, 2001.
- CATROGA, Fernando. *Ensaio Republicano*. Lisboa: FFMS, 2011.
- CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.
- CATROGA, Fernando. Nação e ecumenismo: a questão ibérica na segunda metade do século XIX. *Revista História e Filosofia*, Lisboa, v. 4, p. 419-463, 1995.
- CATROGA, Fernando. *Nação, Mito e Rito*. Religião Civil e Comemoracionismo (EUA, França e Portugal). Fortaleza: NUDOC-UFC/Museu do Ceará, 2005.
- CATROGA, Fernando. O laicismo e a questão religiosa (1865-1911). *Análise Social*, Lisboa, v. 24, n. 100, p. 211-273, 1988 (1º.).
- CATROGA, Fernando. *O Republicanismo em Portugal: da formação ao 5 Outubro de 1910*. 3. ed. Alfragide: Casa das Letras, 2010.
- CATROGA, Fernando. Os inícios do positivismo em Portugal. O seu significado político-social. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 1, p. 287-394, 1977.
- CATROGA, Fernando. *Os Passos do Homem como Restolho do Tempo: memória e fim do fim da história*. Coimbra: Almedina, 2009.
- CATROGA, Fernando. Pátria e Nação. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/porta/cedope/files/2011/12/P%C3%A1tria-e-Na%C3%A7%C3%A3o-Fernando-Catropa.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2014.
- CATROGA, Fernando. Portugal “Como Corpo e Como Alma” (sécs. XIX-XX): uma revisitação sintética. *Separata da Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 28, p. 245-275, 2007.
- CATROGA, Fernando. Portugal como “Corpo” e como “Alma” (Sécs. XIX/XX): uma revisitação histórica. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 28, p. 245-275, 2007.
- CATROGA, Fernando. Ritualizações da História. In: TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando (autores). *História da História em Portugal: da historiografia à memória histórica*. Lisboa: Temas & Debates, 1998. v. 2, p. 221-364.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CERTEAU, Michel de. *História e Psicanálise: entre a ciência e a ficção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- CERTEAU, Michel de. *L'Absent de L'Histoire*. Paris: Meme, 1973.
- CERTEAU, Michel de; JULIA, Dominique; REVEL, Jacques. A beleza do morto. In: CERTEAU, Michel de. *A Cultura no Plural*. 3. ed. Campinas: Papius, 2003. p. 55-86.
- CHARLES Ribeyrolles. In: WIKIPEDIA: a enciclopédia livre. San Francisco, CA, 25 jul. 2012. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Charles_Ribeyrolles. Acesso em: 25 jul. 2012.
- CHARTIER, Roger (coord.). *As Utilizações do Objecto Impresso* (séculos XV-XIX). Lisboa: DIFEL, 1998.
- CHORÃO, Luís Bigotte. *Política e Justiça na I República: um regime entre a legalidade e a excepção (1910-1915)*. Lisboa: Letra Livre, 2011. v. 1.
- CLASTRES, Pierre. *A Sociedade Contra o Estado: pesquisas de antropologia política*. São Paulo: COSACNAIFY, 2003.

- CLEMENTE, Débora Cavalcante de Moura. *Representações da história da Pedra do Reino no romance O Reino Encantado (1878), de Araripe Jr.* 2012. 253f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.
- COLSON, Frank. O embate de utopias: Canudos 1896-1897. In: MOURA, Alexandrina Sobreira (org.). *Utopias e formações sociais*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 1994. p. 85-109.
- CROCE, Benedetto. História e Crônica. In: GARDINER, Patrick. *Teorias da História*. 4. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1995. p. 275-283.
- CRUZ, Maria Augusta Lima. *D. Sebastião*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.
- CUNHA, Euclides da. *Caderneta de Campo*. (organização e comentários de Olímpio de Souza Andrade). Rio de Janeiro: Cadernos da Biblioteca Nacional, 2009.
- D'ALGE, Carlos. Euclides da Cunha em Rio Pardo. *Separata da Revista Ocidente*, Lisboa, v. 84, 1972.
- DARNTON, Robert. *O Iluminismo como negócio: história da publicação da Enciclopédia (1775-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1992.
- DELUMEAU, Jean. *A Civilização do Renascimento*. Lisboa: Edições 70, 2004.
- DESROCHE, Henri. *Sociologia da Esperança*. São Paulo: Paulinas, 1985.
- DIAS, Ana Paula. *Para uma leitura de Camões, Dona Branca e Romanceiro de Almeida Garrett*. Lisboa: Editorial Presença, 1999.
- DIAS, Graça Silva; DIAS, J. S. da Silva. *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1980. v. 1, t. 2.
- DIEHL, Astor Antônio. *Cultura Historiográfica Brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.
- DOBRORUKA, Vicente. *História e Milenarismo: ensaios sobre tempo, história e o milênio*. Brasília: Editora da UnB, 2004.
- DRESSE, Paul. *D. Sebastião de Portugal ou o Capitão de Deus: peça em 5 actos*. Lisboa: Antígona, 1988.
- DUPAS, Gilberto. *O Mito do Progresso ou o progresso como ideologia*. São Paulo: UNESP, 2006.
- DURAND, Gilbert. *Mito e Sociedade: a mitanálise e a sociologia das profundezas*. Trad. de Nuno Júdice. Lisboa: A Regra do Jogo, 1983.
- ENTRALGO, Pedro Laín. *La Espera y la Esperanza: historia y teoria del esperar humano*. Madrid: Revista de Occidente, 1957.
- FAGUNDES, Luciana Pessanha. *Do Exílio ao Panteão: D. Pedro II e seu reinado sob o(s) olhar(es) republicano(s)*. 2012. 349f. Tese (Doutoramento em História) – Programa de Pós-Graduação Política e Bens Culturais em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2012.
- FERREIRA, António Mega. *Macedo: uma biografia da infâmia*. Porto: Sextante Editora, 2011.
- FERRETTI, Mundicarmo M. R. *Maranhão Encantado: encantaria maranhense e outras histórias*. São Luís: UEMA, 2000.
- FERRETTI, Mundicarmo M. R. *Terra de Caboclo*. São Luís: SECMA, 1994.
- FERRETTI, Sergio F. *Querebentã de Zomadonu*. Etnografia da casa das Minas. São Luís: EDUFMA, 1996.
- FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. *As Ciências Geológicas no Brasil: uma história social e institucional (1875-1934)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e de progresso. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucélia de Almeida (org.). *O Brasil Republicano: o tempo do*

- liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v 1, p. 45-88.
- FONSECA, Carlos da. *A Origem da Primeira Internacional em Lisboa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1973.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Coimbra: Almedina, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *O Que é o autor?* 4. ed. Lisboa: Veja, 2002.
- FRANCHETTI, Paulo. *Estudos de Literatura Brasileira e Portuguesa*. Cotia: Ateliê Editorial, 2007.
- FRANCO, António Cândido. *Vida de Sebastião: Rei de Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1993.
- FREYRE, Gilberto. *Aventura e Rotina*. 2. ed. revista. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1980.
- FREYRE, Gilberto. *Euclides da Cunha e outros perfis*. Rio de Janeiro: Record, 1987. (1ª. edição 1944).
- GALVÃO, Walnice Nogueira. *Edição crítica de Os Sertões*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. *Euclides da Cunha: militante da República*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- GARNEL, Rita. *Vítimas e Violências na Lisboa da I República*. Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra, 2007.
- GAUDÊNCIO, Edmundo de Oliveira. *Sociologia da Maldade & Maldade da Sociologia: arqueologia do bandido*. 2004. 436f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 2004.
- GODOY, Márcio Honório de. *D. Sebastião no Brasil: fatos da cultura e da comunicação em tempo-espaço*. São Paulo: Perspectiva, 2005. (Coleção Khronos).
- GOMES, Amanda Muzz. Monarquistas restauradores e jacobinos: ativismo político. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 42, dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862008000200009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 Jul.2014.
- GOMES, Ângela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.
- GOMES, Ângela de Castro. História, ciência e historiadores na Primeira República. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (org.). *Ciência, Civilização e República nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2010. p. 11-31.
- GOMES, Maria Amélia. Onde Se Surpreende o Sentido Pragmático do Seu Sebastianismo. In: LOPES, Teresa Rita. *Pessoa Inédito*. Braga: Livros Horizonte, 1993.
- GOMES, Plínio Freire. *Um herege vai ao paraíso: cosmologia de um ex-colono condenado pela Inquisição (1680-1744)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- GONÇALVES, Eduardo Cândido Cordeiro. *Ressonâncias em Portugal da Implantação da República no Brasil (1889-1895)*. Porto: Reitoria da Universidade do Porto, 1995.
- GRAZIANO, Frank. *The Millenial New World*. New York: Oxford Universe Press, 1999.
- GUERREIRO, Manuel Viegas. *Temas de Antropologia em Oliveira Martins*. Lisboa: Instituto da Cultura e da Língua Portuguesa, 1986.
- GUINSBURG, J. *Círculo Linguístico de Praga*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- HARDMAN, Francisco Foot. Brutalidade antiga: sobre história e ruína em Euclides. *Estudos Avançados*, v. 10, n. 26, p. 293-310, jan./abr. 1996.
- HERMANN, Jacqueline. *1580-1600: o sonho da salvação*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- HERMANN, Jacqueline. Canudos destruído em nome da República. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 81-105 (14), 1996.
- HERMANN, Jacqueline. D. Sebastião Contra Napoleão: a guerra sebástica contra as tropas francesas. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 108-133, jul/dez. 2002.

HERMANN, Jacqueline. D. Sebastião, sebastianismo e memória sebastica: as invasões francesas e os impasses da história portuguesa. In: AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de; CATROGA, Fernando; HERMANN, Jacqueline (org.). *Memória, escrita da história e cultura política no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. p. 119-168.

HERMANN, Jacqueline. *No Reino do Desejado: a construção do sebastianismo em Portugal – séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HERMANN, Jacqueline. O Império Profético de Antônio Vieira: notas para debate. *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa, v. 12, p. 213-234, 2012.

HERMANN, Jacqueline. Sebastianismo e sedição: os rebeldes do Rodeador na ‘Cidade do Paraíso Terrestre, Pernambuco, 1817-1820. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 131-142, 2001.

HERMANN, Jacqueline. Um paraíso à parte. O movimento sebastianista do Rodeador e a conjuntura política pernambucana às vésperas da Independência (1818-1820). In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lucia Amaral (org.). *Modos de governar*. Ideias e práticas políticas no Império Português, séculos XVI a XIX. São Paulo: Alameda, 2005. p. 429-445.

HERMANN, Jacqueline. Um rei indesejado: notas sobre a trajetória política de d. Antônio, Prior do Crato. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 30, n. 59, p. 141-166, 2010.

HOMEM, Amadeu Carvalho. *A Ideia de República em Portugal: o contributo de Teófilo Braga*. Coimbra: Minerva, 1989.

HOMEM, Amadeu Carvalho. *A Propaganda Republicana (1870-1910)*. Coimbra: Ediliber, 1990.

IMIGRAÇÃO Portuguesa no Brasil. In: WIKIPEDIA: a enciclopédia livre. San Francisco, CA, 26 jul. 2010. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imigra%C3%A7%C3%A3o_portuguesa_no_Brasil. Acesso em: 25 jul. 2010.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os Subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos (transcrição, tradução e edição de Manoel Luis Salgado Guimarães). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.

LATOUR, Bruno. *Jamais Fomos Modernos: ensaio de antropologia simétrica*. São Paulo: Editora 34, 1994.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 3. ed., Campinas: EdUnicamp, 1994.

LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro: história de uma ideologia*. 2. ed. revisada, refundida e ampliada. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1969.

LEVINE, Robert. *O Sertão Prometido: o massacre de Canudos*. São Paulo: Edusp, 1995.

LEVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1985.

LIMA, Alexandre. *A literatura e o corpo na obra de Araripe Junior: um estudo sobre a relação entre insanidade e a atividade literária no final do século XIX*. 2004. 201f. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

LIMA, Isabel Pires. Prefácio. In: BERRINI, Beatriz. *Brasil e Portugal: a geração de 70*. Porto: Campo das Letras, 2003. p. 09-53.

LIMA, Luiz Costa. *Euclides da Cunha: contrastes e confrontos do Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto; PETROBRÁS, 2000.

LIMA, Luiz Costa. *História, Literatura, Ficção*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LIMA, Luiz Costa. *Terra Ignota: a construção de Os sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

- LINS, Ivan Monteiro de Barros. *História do positivismo no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2009. (Edições do Senado Federal, v. 48).
- LISBOA, Karen Macknow. Olhares estrangeiros sobre o Brasil do século XIX. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta*. A experiência brasileira (1500-2000). 2. ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000. p. 267-299.
- LLOSA, Mario Vargas. *A Guerra do Fim do Mundo*. 4. ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.
- LOURENÇO, Eduardo. *O Labirinto da Saudade: psicanálise mítica do destino português*. 2. ed., Lisboa: Gradiva, 2001.
- LUPI, João. Antropologia de Oliveira Martins. *Brotéria: cultura e informação*, v. 118, n. 3, p. 287-295, mar. 1984.
- MACEDO, Jorge Borges de. *O Marquês de Pombal (1699-1782)*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1982.
- MACHADO, José Timóteo Montalvão. As Doenças do Rei Dom Sebastião. *Separata da Revista Arqueologia e História*, Lisboa, n. 11, 1964 (Associação dos Arqueólogos Portugueses).
- MARDONES, José María. *O Retorno do Mito: a racionalidade mito-simbólica*. Coimbra: Almedina, 2005.
- MARINHO, José. Prefácio. In: MARTINS, J. P. de Oliveira. *Elementos de Antropologia: história natural do homem*. 8. ed. Lisboa: Guimarães Editores, 1987.
- MARQUES, João Francisco. A utopia do *Quinto Império* em Vieira e nos pregadores da Restauração. *E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia*, n. 2, 2004. Disponível em: <http://www.letras.up.pt/upi/utopiasportuguesas/e-topia/revista.htm>. Acesso em: 25 jul. 2012.
- MARTINS, Guilherme d'Oliveira. *Oliveira Martins: uma biografia*. Prefácio de Eduardo Lourenço. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986.
- MARTINS, Guilherme de Oliveira. Esboço Biográfico de J. P. Oliveira Martins. In: MARTINS, J. P. de Oliveira. *Cartas Peninsulares*. 2. ed. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1924.
- MARTINS, Rui Cunha Vide. *O Método da Fronteira: radiografia histórica de um dispositivo contemporâneo (matrizes ibéricas e americanas)*. Coimbra: Almedina, 2008.
- MARTINS, Rui Cunha Vide. Portugal e Brasil: modernidade e fronteiras. In: KERN, Arno Alvarez (org.). *Sociedade Ibero-Americana – reflexões e pesquisas recentes*. Porto Alegre: Edipucrs, [s.d.]. p. 137-152. (Coleção História 35).
- MATOS, Sérgio Campos. Conceitos de Iberismo em Portugal. *Separata da Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 28, p. 169-193, 2007.
- MATOS, Sérgio Campos. *Consciência Histórica e Nacionalismo (Portugal – séculos XIX e XX)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.
- MATOS, Sérgio Campos. *História, Mitologia, Imaginário Nacional: a História no Curso dos Liceus (1895-1939)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.
- MATOS, Sérgio Campos. *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do século XIX (1846-1898)*. Lisboa: Edições Colibri, 1998.
- MATOS, Sérgio Campos. *Iberismo e identidade nacional (1851-1910)*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2005. Sumário pormenorizado da lição de síntese apresentada a provas para obtenção do título de Professor Agregado da FLUB.
- MATOS, Sérgio Campos. Portugal e Brasil: crônicas esquecidas de Oliveira Martins. In: MARTINS, J. P. de Oliveira. *Portugal e Brasil (1875)*. Lisboa: Centro de História/Universidade de Lisboa, 2005. p. 7-32.
- MATOS, Sérgio Campos. Representações da crise finissecular em Portugal (1890-1910). In: HOMEM, Amadeu Carvalho; SILVA, Armando Malheiros da; ISAÍÁ, Artur César (coord.). *Progresso e Religião: a República no Brasil e em Portugal (1889-1910)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007. p. 17-34.

- MATTOSO, José. A Formação da Nacionalidade. In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. São Paulo: Edusp; Lisboa: Instituto Camões, 1999. p. 07-17.
- MATTOSO, José. *História de Portugal: o Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- MAUES, Raymundo Heraldo. *Padres, pajés, santos e festas: catolicismo popular e controle eclesiástico: um estudo antropológico numa área do interior da Amazônia*. Belém: CEJUP, 1995;
- MAURÍCIO, Carlos. *A Invenção de Oliveira Martins: política, historiografia e identidade nacional no Portugal Contemporâneo (1867-1960)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.
- MEDEIROS, Benício. Tijolos para uma catedral. In: CUNHA, Euclides da. *Caderneta de Campo*. Rio de Janeiro: Cadernos da Biblioteca Nacional, 2009. p. 07-15.
- MEDINA, João. *Portuguesismo(s): (acerca da identidade nacional)*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2006.
- MEDINA, João. Sebastianismo: exame crítico dum mito português. In: MEDINA, João (dir.). *História de Portugal: dos tempos pré-históricos aos nossos dias Judaísmo, Inquisição e Sebastianismo*. Lisboa: Clube Internacional do Livro, 1995. v. 6. p. 251-386.
- MEDINA, João. *Zé Povinho sem utopia: ensaios sobre o estereótipo nacional português*. Cascais: Câmara Municipal: Instituto de Cultura e Estudos Sociais, 2004.
- MEGANI, Ana Paula Torres. *O Rei Ausente: festa e cultura política nas visitas dos Filipes a Portugal (1581 e 1619)*. São Paulo: Alameda, 2004.
- MENDES, J. Amado. Desenvolvimento e estruturação da historiografia portuguesa. In: CATROGA, Fernando; TORRAL, Luís Reis; MENDES, J. Amado. *História da História em Portugal, sécs. XIX-XX – a história através da história*. Lisboa: Temas & Debates, 1998. v.1, p. 211-337.
- MIRANDA, José A. Bragança de. Da experiência dos espectros à espectralização da experiência. *Revista de História e Teoria das Ideias*, Coimbra, v. 23, p. 41-84, 2002.
- MONTEIRO, Ofélia Paiva. *A Formação de Almeida Garrett: experiência e criação*. Coimbra: Centro de Estudos Românicos, 1971. v. 1.
- MONTEIRO, Ofélia Paiva. *A Modernidade Romântica em Garrett*. Disponível em: <http://www.pgletras.uerj.br/matraga/matraga18/matraga18a02.pdf> p. 45-63. Acesso em: 27 jun. 2012.
- MONTELLO, Josué. Prefácio. In: _____. *Cais da Sagração*. Mem Martins: Europa-América, 1982. p. 22-23. (Coleção Século XX. Autores brasileiros contemporâneos, v. 170)
- MONTENEGRO, Pedro Paulo. *A Teoria Literária na Obra Crítica de Araripe Júnior*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1974.
- MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. *E Canudos era a Vendéia...: o imaginário da Revolução Francesa na construção da narrativa de Os Sertões*. São Paulo: Annablume, 2009.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste 1817: estruturas e argumentos*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- MOTT, Luiz. *Rosa Egípcia: uma santa africana no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1993.
- MOURA, Clovis. *Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.
- NASCIMENTO, José Leonardo do; FACCIOLI, Valentim (org.). *Juízos Críticos: Os Sertões e os olhares de sua época*. São Paulo: Nankin Editorial; Unesp, 2003.
- NAUD, José Santiago. Dom Sebastião da Liberdade: um mito maranhense. *Espiral*, Lisboa, ano 01, n. 4/5, p. 135-138, 1964/1965.
- NEVES, Frederico de Castro. A miséria na literatura: José do Patrocínio e a seca de 1878 no Ceará. *Tempo*, Niterói, v. 11, n. 22, p. 80-97, 2006.
- NEVES, Margarida de Souza. Os Cenários da República – o Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucélia de Almeida (org.). *O Brasil Republicano: o*

tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 1, p. 15-26.

NEYKROUF, Younès. *A Batalha dos Três Reis*. Lisboa: Inquérito, 1988.

NICOLAZZI, Fernando. *Um Estilo de História: a viagem, a memória, o ensaio: sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

NORMANO, João Frederico. *Evolução Económica do Brasil*. São Paulo; Rio; Recife; Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1939.

OLIVEIRA, Paulo Fernando da Motta de. Entre Brasil e Portugal: *Os Sertões* e o mito sebástico. *Revista de Estudos de Literatura*, Belo Horizonte, v. 4, p. 225-239, out. 1996.

OLIVEIRA, Vítor Amaral de. Epítetos de Dom Sebastião. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/bdc/revistas/revistaicalp/dsebastiao.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2011.

ORTIZ, Renato. *Cultura e Modernidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2001.

PAREDES, Marçal de Menezes. *Fronteiras Culturais Luso-Brasileiras: demarcações da história e escalas identitárias (1870-1910)*. 2007. 455f. Tese (Doutoramento em História) - Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2007.

PAREDES, Marçal de Menezes. *Memórias de um Ser-tão brasileiro: tempo, história e memória em Os Sertões* de Euclides da Cunha. Curitiba: Juruá Editora, 2002.

PEREIRA, Ana Leonor. *Darwin em Portugal: Filosofia. História. Engenharia social*. Coimbra: Almedina, 2001.

PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui (org.). *Miguel Bombarda (1851-1910) e as singularidades de uma época*. Coimbra: Universidade de Coimbra/FCT, 2006.

PEREIRA, Mirian Halpern. *A Política portuguesa de Emigração (1850-1930)*. Bauru: Edusc; Portugal: Instituto Camões, 2002.

PEREIRA, Sara Marques. *O Pensamento Pedagógico de Sampaio Bruno: a idéia de educação para a República*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

PIMENTA, Costa (org. e pref.). *O Relato Secreto da Implantação da República: feito pelos maçons e carbonários*. Lisboa: Guerra & Paz, 2010.

PINTO, Pedro A. *Brasileirismos e Supostos Brasileirismos de “Os Sertões”, de Euclides da Cunha*. 2. ed. Rio de Janeiro: Acuarone - Cuñarro - Salaberry, [s.d.]. (1ª edição 1932.)

PIRES, António Machado. *A Ideia de Decadência na Geração de 70*. 2. ed., Lisboa: Vega, 1992.

POMPA, Cristina. A construção do fim do mundo: para uma releitura dos movimentos sócio-religiosos do Brasil “rústico”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 41, n. 1, p. 177-211, 1998.

PONTE, Carmo Salazar. *Oliveira Martins: a história como tragédia*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.

PONTES, Eloy. *A vida dramática de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

RABELO, Sílvio. *Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: CEB (Coleção de Estudos Brasileiros), 1948.

PRANDI, Reginaldo (org.). *Encantaria brasileira: o livro dos mestres, caboclos e encantados*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

PRETO, Jorge. Messianismo sebástico. A história entre o mito e a lenda profética. In: *Colóquio O Sebastianismo*. Política, Doutrina e Mito (sécs. XVI-XIX). Lisboa: Edições Colibri/Academia Portuguesa de História, 2005. p. 249-263.

QUADROS, António. *A Arte de Continuar Português*. Lisboa: Edições do Templo, 1978.

QUADROS, António. A Filosofia Portuguesa, de Bruno à geração do 57 – seguido de O Brasil Mental revisitado (extraído do n. 42/43 (jul/dez 1987) da *Revista Democracia e Liberdade*). Lisboa: Instituto Amaro da Costa, [1987]. 50-65.

- QUADROS, António. *Poesia e Filosofia do Mito Sebastianista*. 2. ed. Lisboa: Guimarães Editores, 2001. (1ª edição 1982-1983).
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. D. Sebastião: o imaginário em movimentos messiânicos nacionais. *Revista USP*, n. 20, p. 28-41, fev. 1994.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Messianismo no Brasil e no Mundo*. São Paulo: Dominus Editora, 1965.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis. *Os Radicais da República – jacobinismo: ideologia e ação (1893-1897)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- RABELLO, Sylvio. *Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Coleção de Estudos Brasileiros, 1948.
- RAMALHEIRA, Ana Maria Pinhão de. *Alcácer Quibir e D. Sebastião na Alemanha: representações historiográficas e literárias (1578-ca.1800)*. Coimbra: Minerva; Aveiro: Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos: Univ. Aveiro, 2002.
- REALE, Miguel. *Estudos de Filosofia Brasileira*. Lisboa: Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, 1994.
- REGO, José Lins do. *A Pedra Bonita*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1938.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *A Liberdade em Construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *Mata Galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- RIBEIRO, René. *Antropologia da Religião e outros estudos*. Recife: Editora Massangana; Fundaj, 1982. (1ª edição 1960).
- RODRIGUES, Raimundo Nina. *As Coletividades Anormais*. Brasília: Senado Federal, 2006.
- RODRIGUES, Raimundo Nina. *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal*. Rio de Janeiro: Waismann e Koogan, 1894.
- ROMANO, José. *O Sebastianista: cançoneta comico-sebastica escrita expressamente para ser cantada pelo actor Augusto Cezar de Almeida no Theatro da Rua dos Condes*. 3. ed. Lisboa: Typographia de M. da Madre de Deus, 1862.
- ROMERO, Sílvio. Discurso pronunciado aos 18 de dezembro de 1906, por ocasião da recepção do Dr. Euclides da Cunha na Academia Brasileira de Letras. In: JUÍZOS críticos: os sertões e os olhares de sua época. Preparação do texto de Valentim Facioli e José Leonardo do Nascimento. São Paulo: Nankin Editorial: Editora Unesp, 2003. p. 123-158.
- ROMERO, Sílvio. *Provocações e Debates: contribuições para o estudo do Brazil social*. Porto: Livraria Chardron, 1910.
- ROUANET, Sérgio Paulo. Portugal e Brasil entre a ilustração e o iluminismo. In: *O ILUMINISMO Luso-Brasileiro*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2007. p. 53-65.
- SALDANHA, Nelson. *Romantismo, Evolucionismo e Sociologia: figuras do pensamento social do século XIX*. Recife: FUNDAJ/Editora Massangana, 1997.
- SAMPAIO NETO, José Augusto Vaz et al. *Canudos: subsídios para a sua reavaliação histórica*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.
- SANTOS JÚNIOR, João Júlio Gomes dos. Jacobinismo, Antilusitanismo e Identidade Nacional na República Velha. *Historiae*, Rio Grande, v. 2, n. 2, p. 89-106, 2011.
- SANTOS JÚNIOR, João Júlio Gomes dos. *Um diplomata na república: a missão do Conde de Paço D'Arcos no Brasil (1891-1893)*. 2010. 162f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. Nação e História: Jules Michelet e o paradigma nacional na historiografia do século XIX. *Revista de História*, São Paulo, n. 144, p. 151-180, 2001.

- SANTOS, José Rodrigues dos. *Conversas de Escritores: diálogos com os grandes autores da literatura contemporânea*. Lisboa: Gradiva, 2010.
- SANTOS, Pedro Braga. *O Touro Encantado da Ilha dos Lençóis e o sebastianismo no Maranhão*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SARAIVA, António José. *A Tertúlia Ocidental: estudos sobre Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queirós e outros*. 2. ed. revisada. Lisboa: Gradiva, 1996.
- SARAIVA, Mário. *Dom Sebastião na história e na lenda*. Lisboa: Universitária Editora, 1994.
- SARAIVA, Mário. *Nosografia de D. Sebastião* (revisão de um processo clínico). Lisboa: Delraux, 1980.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000.
- SCOVILLE, A. O desejado e o rejeitado: o sebastianismo que Charles Expilly encontrou por aqui. *Revista de Letras*, Curitiba, n. 68, p. 115-128, jan./abr. 2006.
- SEABRA, Jorge. Oliveira Martins: raça e história. *Mathesis*, Viseu, v. 8, p. 217-271, 1995.
- SERPA, Élio Cantalício; CAMPIGOTO, José Adilçom. Oliveira Martins e Afonso Arinos: regiões e tragicidades. *Historia da Historiografia*, Ouro Preto, n. 10, p. 54-74, dez. 2012.
- SERRÃO, Joel. *Da "Regeneração" à República*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.
- SERRÃO, Joel. *Do Sebastianismo ao Socialismo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.
- SERRÃO, Joel. *Sampaio Bruno: o homem e o pensamento*. Lisboa: Livros Horizonte, 1986.
- SEVCENKO, Nicolau. *A Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 1a. reimp. da edição 4. ed. 1995. São Paulo: editora Brasiliense, 1999.
- SEVCENKO, Nicolau. Introdução (O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso). In: NOVAIS, Fernando A. (coord.); SEVCENKO, Nicolau. (org.). *História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio*. 7. reimp., São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3, p. 7-48.
- SILVA, António Luís Cerdeira Coelho e. *Imagens de D. Sebastião no Portugal Contemporâneo*. 1993. 175f. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1993.
- SILVA, Augusto dos Santos. Morte, mediação, história: uma viagem tautológica ao pensamento de Oliveira Martins. *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, n. 14, p. 1-40, 1984.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *OLIVEIRA Martins: texto escolhidos*. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1967. (Nossos Clássicos).
- SILVA, Maria Isabel Carvalho Corrêa da. *O Espelho Fraternal: o Brasil no discurso do republicanismo português (c. 1889 – c. 1914)*. 2012. 351f. Tese (Doutoramento em História) – Programa Interuniversitário de Doutoramento em História, Univ. de Lisboa, Univ. Católica Portuguesa, Univ. de Évora, Inst. Univ. de Lisboa, Lisboa, 2012.
- SILVA, Miguel Luís Mendes da. *A Teoria de O Criminoso-Nato de Lombroso, nas correlações com a Sociologia e seus reflexos em Portugal*. 1958. 143f. Dissertação (Licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas) - Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1958.
- SILVESTRE, João Paulo. *Bluteau e as origens da lexicografia moderna*. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 2008.
- SIVERIS, Daiane. Definição, descrição e nomeação em dicionários do século XIX. In: *Anais do IV SEAD: Seminário de Estudos em Análise do Discurso*. Porto Alegre, 10-13 nov. 2009. Disponível em: <http://www.discurso.ufrgs.br/anaisdosead/4SEAD/POSTERES/DaianeSiveris.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2012.

- SMITH, Anthony. *Nacionalismo y Modernidad*. Madrid: Istmo, 2000.
- SOBRAL, José Manuel. O Norte, o Sul, a raça, a nação: representações da identidade nacional portuguesa (séculos XIX-XX). *Análise Social*, v. 39, n. 171, p. 255-284, 2004.
- SODRE, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4. ed. (atualizada). Rio de Janeiro: MAUAD, 1999.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira e seus fundamentos econômicos*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- SOUSA, Maria Clara Paixão de. Apresentação do “‘Diccionario da Lingua Portuguesa’ Moraes 1789”. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/node/316>. Acesso em: 26 jul. 2011.
- SOUZA, Natalia Peixoto Bravo. *A militância em torno da glorificação de Euclides da Cunha: um projeto político-ideológico*. 2010. 246f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- SOUZA, Ricardo Luiz de. O anticlericalismo na cultura brasileira: da colônia à república. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, n. 37, p. 175-199, 2005.
- SPENCER, Herbert. *Homem versus Estado*. Lisboa: Alfabeta, 2011. (1ª edição inglesa 1884).
- SUASSUNA, Ariano. *A Pedra do Reino ou o príncipe do sangue do vai-e-volta*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.
- TEIXEIRA, António Braz. Iluminismo luso-brasileiro? In: *O ILUMINISMO Luso-Brasileiro*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2007. p. 41-52.
- TORGAL, Luís Filipe. Portugal/Brasil, 1889-1910: uma visão cronológica. In: HOMEM, Amadeu Carvalho; SILVA, Armando Malheiro da; ISAÍIA, Artur César (coord.). *Progresso e Religião: a República no Brasil e em Portugal (1889-1910)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007. p. 309-381.
- TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (coord.). *O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Estampa, 1993. v. 5 (Coleção de História de Portugal).
- TORRES, José Veiga. O Tempo Colectivo Progressivo e a Contestação Sebastianista. *Separata da Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 6, p. 223-258, 1984.
- VAINFAS, Ronaldo. Prefácio. In: HERMANN, Jacqueline. *No Reino do Desejado: a construção do sebastianismo em Portugal – séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 11-15.
- VALENSI, Lucette. *Fábulas da Memória: a gloriosa batalha dos três reis*. Lisboa: Edições ASA, 1996.
- VALENTE, Waldemar. *Misticismo e Região: aspectos do sebastianismo nordestino*. 2. ed. Recife: Editora ASA Pernambuco, 1986. (1ª edição 1940).
- VARGUES, Isabel Nobre. *A Aprendizagem da Cidadania em Portugal (1820-1823)*. Coimbra: Minerva, 1997.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. A literatura como espelho da nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 239-265, 1988.
- VELOSO, Mônica Pimenta. *História & Modernismo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- VENÂNCIO FILHO, Francisco. *A gloria de Euclides da Cunha*. São Paulo: Companhia Nacional do Livro, 1940.
- VENÂNCIO FILHO, Francisco. *Euclides da Cunha e seus amigos*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1938.
- VENTURA, Roberto. Canudos como cidade iletrada: Euclides da Cunha na *urbs* monstruosa. In: ABDALA JÚNIOR, Benjamin; ALEXANDRE, Isabel M. M. (org.). *Canudos: palavra de Deus sonho da terra*. São Paulo: Editora SENAC; Boitempo Editorial, 1997. p. 89-99.
- VENTURA, Roberto. *Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- VILLA, Marco Antonio. *Canudos: o povo da terra*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

VOVELLE, Michel. *Jacobinos e Jacobinismo*. Bauru: Edusc, 2000.

WISNIK, José Miguel. Complexo de d. Sebastião. Entrevistador: Ivan Marsiglia. Disponível em: <http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,complexo-de-d-sebastiao,1527395>. Acesso em: 13 jul. 2014.

WRIGHT, Ronald. *Uma Breve História do Progresso*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2006;

ZILBERMAN, Regina. Ferdinand Denis e os paradigmas da história da literatura. *Revista Desenredo*, Passo Fundo, v. 2, n. 1, p. 137-147, jan./jun. 2006.

ZILLY, Berthold. Sertão e nacionalidade: formação étnica e civilizatória do Brasil segundo Euclides da Cunha. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 12, p. 5-45, abr. 1999.